

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral

Eixo Temático - Serviço Social, Trabalho e Formação Profissional

**O DESAFIO DO USO DAS TICS NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZADO: UMA REFLEXÃO PRELIMINAR NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

THE CHALLENGE OF THE USE OF ICTs IN THE TEACHING-LEARNING PROCESS:  
A PRELIMINARY REFLECTION ON TRAINING IN SOCIAL WORK

Sueli do Nascimento<sup>1</sup>

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é trazer uma reflexão sobre o desafio do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino-aprendizado na formação em Serviço Social. Realizamos como procedimentos metodológicos o levantamento bibliográfico e documental, assim como a metodologia denominada de autobiografia ou autonarrativa, quando a partir de nossas experiências, empreendemos a construção do conhecimento e agregamos referências que nos possibilitassem pensar. Obtivemos como resultado a inserção de algumas ferramentas tecnológicas articuladas às metodologias ativas para o favorecimento do aprendizado correlacionando com a contradição que a realidade social impõe.

**PALAVRAS-CHAVE:** Serviço Social; Formação; Tecnologia da Comunicação.

**ABSTRACT:** The objective of this work is to reflect on the challenge of using Information and Communication Technologies (ICTs) in the teaching-learning process in Social Work training. We carried out as methodological procedures the bibliographic and documentary survey, as well as the methodology called autobiography or self-narrative, when from our experiences, we undertook the construction of knowledge and added references that allowed us to think. We obtained as a result the insertion of some technological tools articulated to active methodologies to favor learning, correlating with the contradiction that social reality imposes.

**KEYWORDS:** Social Work; Training; Communication Technology.

---

<sup>1</sup> Serviço Social. Doutora em Serviço Social. IPPUR/UFRJ. Assistente Social formada pela UFF-Niterói. Mestrado em Serviço Social pela UFRJ e Doutorado em Serviço Social pela UFRJ. Pós doutoranda IPPUR/UFRJ. email: susucimento@gmail.com

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## INTRODUÇÃO

O tema TICs no processo de ensino-aprendizagem na formação em Serviço Social nasceu de uma demanda institucional da universidade UniRedentor, onde lecionei durante os anos de 2019-2020 e que fechou as portas motivada pela crise do capital aprofundada com a Pandemia do COVID-19. A instituição em questão localizava-se no Município de Paraíba do Sul, no estado do Rio de Janeiro. Já no período de 2020 houve exigências, mesmo sendo uma inserção anterior comedida, para que utilizássemos a tecnologia e as metodologias ativas a fim de assegurar o acesso ao ensino e evitar a evasão dos alunos do curso.

Assim, o objetivo deste trabalho é trazer uma reflexão, pouco debatida no Serviço Social, sobre o desafio do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino-aprendizagem na formação em Serviço Social.

Mas por que discutir as TICs na relação ensino-aprendizagem? Observamos que não tínhamos referências claras de como usá-las e criar propostas. Por isso, o desafio foi esclarecer qual o papel que as mesmas podem ter na formação e como assegurar o aprendizado do discente em um período de transformações sociais intensas na vida em sociedade e, sobretudo, nas relações sociais de reprodução do trabalhador. Desta forma, não tivemos outra forma de enfrentar senão criando formas de leituras, estudos e debates com os alunos, a fim de verificar os impactos das TICs no aprendizado.

Buscamos uma metodologia para atingir o objetivo da pesquisa, ou seja, realizamos uma pesquisa bibliográfica, no sentido de coletar artigos e livros que aprofundassem o debate sobre o uso das TICs no campo da formação em Serviço Social. Por outro lado, como ponto de continuidade das nossas reflexões, retomamos um relato de experiência sobre o exercício da docência durante a pandemia em uma instituição privada, publicado no formato de “e-book – 20 Olhares sobre Educação em 2020” com o título “O Relato de Experiência do Ensino Remoto no Serviço Social: Disciplina Projeto Integrador na Pandemia”, quando iniciamos a reflexão sobre algumas metodologias ativas que usaram as TICs.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Assim, vamos consolidar nossas reflexões com a metodologia denominada de autonarrativa ou autobiográfica, que possui sua fundamentação na descrição, reflexão e introspecção, tanto intelectual, quanto emocional do narrador, associada à dimensão teórica de autores referenciais para diálogo, que contrapõem ou fundamentem a narrativa conforme nos diz Marques e Sartriano (2017). Tal metodologia tem o papel de solidificar nossas próprias ponderações, pois precisávamos repensar o uso das TICs de forma dialética e crítica, tomando nossas observações enquanto assistente social docente, no processo de uso de ferramentas e instrumentos tecnológicos.

Outro recurso utilizado foi a pesquisa documental, a fim de mapear as portarias e resoluções do Ministério da Educação e Conselho Nacional da Educação<sup>2</sup> para os direcionamentos a serem realizados pelas instituições durante a pandemia e, principalmente, aquelas que se referem às TICs, assim como uma visita à Base Nacional Comum Curricular – BNCC -2017.

Desta forma, vamos apresentar algumas considerações pinçadas nos textos encontrados sobre a formação em serviço social durante a pandemia, depois vamos discutir o processo de uso das TICs na formação e, por fim, as considerações finais.

## **PINÇANDO IDEIAS NA LITERATURA EM SERVIÇO SOCIAL: TICS EM EVIDÊNCIA NA FORMAÇÃO**

Observamos que durante nossas atividades no período inicial da pandemia, em 2020, não tínhamos um referencial de reflexão para entender o papel das TICs no processo de

---

<sup>2</sup>Aqui consideramos importante nos remeter a Negreiros (2021, p.103) quando expõe que: “Atualmente, identificamos recorrentes manifestações de diversos intelectuais orgânicos da classe burguesa no campo educacional – dentre eles organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2016) e Banco Mundial (2011) – de que o uso das TICs se torna imprescindível para garantir um processo formativo mais adequado às exigências do mercado. Estratégias pedagógicas como educação híbrida, inovação disruptiva e sala de aula invertida – todas elas mediadas pelo uso das TICs – ganham destaque no atual cenário educacional.”

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

ensino-aprendizagem durante a formação no campo do Serviço Social, tendo os textos existentes voltados suas análises para exercício profissional.

Assim, foi detectada a relevância de escrever sobre o assunto, ainda que de forma germinal, mas necessária, a fim de ver a realidade social de ensino-aprendizagem de forma dialética e contraditória, quando da inserção das TICs.

Desta forma, nossa reflexão se iniciou com o seguinte questionamento: como pensar o uso das TICs no processo ensino-aprendizagem na formação em Serviço Social durante a pandemia? Para responder esta questão tomamos como assessores os seguintes textos: ABEPSS (2021), ANDES (2020), CFESS (2020), Negreiros (2021), Pinto e Farage (2020), Raichelis e Arregui (2021) e Veloso (2006).

Partimos das contribuições de Veloso (2006, p.75), que nos auxilia a entender o significado das TICs– Tecnologia da Informação e Comunicação – “como conjunto de dispositivos, serviços e conhecimentos relacionados a uma determinada infraestrutura, composta por computadores, softwares, sistemas de redes, etc. [...] com capacidade de distribuir informações[...]”.

Tal significado, para o autor em questão, precisa estar inserido na contradição capital e trabalho, ou seja, são ferramentas e instrumentos criados pelos sujeitos para atender uma necessidade que pode favorecer a acumulação do capital ou na criação de resistências, cooperação e alternativas no campo daqueles produzem mais valia: os trabalhadores.

Veloso (2006, p.91) “parte do pressuposto que a TI pode potencializar o exercício profissional, quando articulada aos processos desenvolvidos pela própria profissão os quais se encontram vinculados a uma determinada direção social estratégica.” A direção estratégica da profissão está vinculada ao projeto ético-político construído nos finais dos anos 1970, que vem se consolidando, mas sempre com embates com os projetos de sociedade em vigor, que aqui nos remetemos ao projeto de política de educação em processo de desmonte no governo Bolsonaro (2019-2022).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

No campo da formação em Serviço Social e, mais precisamente, na docência enquanto trabalhador, nas reflexões de Pinto e Farage (2020), as TICs ganharam um grau de importância que Veloso (2006) caracteriza ser relevante para o cumprimento das obrigações, enquanto professor, para responder as demandas acadêmicas e institucionais, mas também na produção de novos estudos científicos, com o Capes, com o *lattes*, na elaboração de trabalhos e apresentações em aulas, palestras, congressos, seminários, comunicação entre os sujeitos envolvidos em pesquisas e etc.

Mas o que muda na relação TICs e Serviço Social? A Pandemia do COVID-19 foi decretada pela Organização Mundial de Saúde em 11/03/2020 e trouxe-nos situações vivenciadas nas relações sociais de produção e reprodução nunca vistas antes. A partir de 17 de março de 2020, o Ministério da Educação emitiu uma série de portarias estabelecendo diretrizes para a condução da política educacional no Brasil. O Conselho Nacional de Educação procedeu da mesma forma e emitiu pareceres que viabilizaram a criação de alternativas para que o ano letivo fosse executado em condições de isolamento social, observa-se que com tais encaminhamentos a relação Serviço Social e tecnologia na formação poderia sofrer alterações.

Buscando atender às exigências postas pelo Ministério da Saúde e Organização Mundial de Saúde da necessidade de realizar o isolamento social, foi apresentada a portaria 343, de 17/03/2020 do Ministério da Educação, que orienta, no seu artigo 1º, o caráter de excepcionalidade de substituição de disciplinas presenciais por aulas mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação, ou seja, aulas remotas. Esta portaria foi substituída pela de número 544 de 16/06/2020, que afirma tal excepcionalidade e, também, prorrogava até dezembro de 2020 o ensino remoto.

Já o Parecer 5/2020 do Conselho Nacional de Educação vem orientar sobre os elementos necessários para a reorganização das atividades educacionais, a fim de evitar grandes impactos do isolamento social na interação ensino-aprendizagem, bem como impedir atrasos na aprendizagem, evasão ou abandono. Aqui, também, para as instituições privadas, assegurar aos discentes matriculados a continuidade das aulas e não ter prejuízos financeiros para a manutenção e funcionamento das universidades.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

A portaria 1.030 do Ministério da Educação que revogava o ensino emergencial remoto em janeiro de 2021 passou por questionamentos, entretanto o tempo e a realidade das instituições de ensino público e privado eram diferentes. Já que algumas instituições privadas deram continuidade às aulas através de plataformas digitais, e nas instituições públicas foi realizado planejamento, avaliação e análise da realidade real dos discentes e docentes, conforme considerações de Rosa *et al.* (2021).

A portaria em questão traz no seu artigo 2º, orientações no que se refere às Tecnologias da Informação e Comunicação, assegurando o seu uso de forma complementar, em caráter de excepcionalidade, para integralização da carga horária das atividades pedagógicas. Observa-se que no ano de 2021 ainda estávamos em isolamento social, mas com um processo moroso de vacinação, que pode justificar o retorno às salas de aula presenciais como o Projeto de Lei 5595/20 de 18 de dezembro de 2020, que se encontrava no senado e a Ação Civil Pública do Ministério Público Federal (MPF) que pede a Justiça o retorno às aulas presenciais até 18/10/2021 das instituições no Rio de Janeiro.

Diante de tanta documentação, portarias e decretos, aparece a questão a ser respondida: é qual a diferença entre Ensino à Distância e ensino emergencial remoto? O Ensino à distância já existe no Brasil desde 1941 e foi regulamentado na Lei de Diretrizes e Bases em 1996, trazendo uma legislação específica no decreto 5.622 de 2005 e atualizada pelo decreto 9.057 de 25 de maio de 2017, explicitando que a mediação ocorre pelas TICs, com profissionais qualificados e especificidades na avaliação, acesso e monitoramento, conforme nos explica a cartilha do ANDES “Projeto do capital para a educação, volume 4: O ensino remoto e o desmonte do trabalho docente”.

Já o ensino emergencial remoto (decreto 343/2020), não tem as especificidades do EaD, mas colocou para os docentes em Serviço Social desafios, questionamentos e desconfianças. Neste sentido, auxiliam-nos Raichelis e Arregui (2021) falando que está em processo a incorporação de uma modalidade de ensino na educação superior, abrindo porta para a entrada/expansão da EaD, a partir do ensino remoto. Elas nos alertam da necessidade de conhecermos as condições de vida e trabalho dos discentes, do adoecimento e desgaste psicológico, mas acrescentamos as condições de trabalho dos docentes, que sendo mulheres,

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

agregam atividades laborais, do cuidado e da reprodução da família em um mesmo local. Já Pinto e Farage (2020) expõem a necessidade da defesa do trabalho docente, enquanto uma atividade “artesanal” que exige construção coletiva, troca, estudo, e tempo para produzir conhecimento e colocá-lo a serviço do desenvolvimento humano.

Vale ressaltar que os recursos para manutenção de espaços de trabalho para ensino remoto ficam a cargo do docente, ou seja, ele banca a luz, a internet, o equipamento tecnológico, aumento de tempo de preparação das aulas, cuida das doenças e transtornos adquiridos durante a pandemia e etc.

Outro elemento importante é a inserção do capital na viabilização de plataformas. Tal inserção é denominada por Antunes (2020) de “capitalismo de plataformas”, pois para ele os dirigentes do capital vêm transformando o atual momento como um espaço de laboratório de experimentação, usando como exemplo: o *home office*, teletrabalho e, na política educacional, o Ead e, em tempos de pandemia, o ensino remoto, como também o ensino híbrido<sup>3</sup>.

Pinto e Farage (2020, p.76) mapearam algumas consequências da ação do capital no interior das universidades nos últimos anos. Entre as quatro indicadas, priorizamos a “reconfiguração do fazer docente, a partir da inserção da tecnologia como mediadora do processo de ensino-aprendizagem e a conseguinte desvalorização do tripé ensino-pesquisa-extensão.” Tal consequência demonstra uma nova forma de estar e ser da tecnologia no processo ensino-aprendizagem enquanto mediadora, mas é apenas isso? Precisamos entender este processo no próximo item do nosso trabalho.

---

<sup>3</sup> O ensino híbrido tem dois sentidos: 1) Aquele que realizado parte do ensino-aprendizado na instituição do ensino e outra na residência do aluno, e, 2) José Moran, professora da USP, discute o ensino híbrido como educação híbrida, neste sentido para ele o híbrido tem o seguinte significado: “Na educação, acontecem vários tipos de mistura, *blended* ou educação híbrida: de saberes e valores, quando integramos várias áreas de conhecimento (no modelo disciplinar ou não); de metodologias, com desafios, atividades, projetos, *games*, grupais e individuais, colaborativos e personalizados. Também falamos de tecnologias híbridas, que integram as atividades da sala de aula com as digitais, as presenciais com as virtuais. Híbrido também pode ser um currículo mais flexível, que planeje o que é básico e fundamental para todos e que permita, ao mesmo tempo, caminhos personalizados para atender às necessidades de cada aluno. Híbrido também é a articulação de processos de ensino e aprendizagem mais formais com aqueles informais, de educação aberta e em rede. Implica misturar e integrar áreas, profissionais e alunos diferentes, em espaços e tempos distintos. (2015, p. 42-43)”

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Para Raichelis e Arrigui (2021) existe a constatação do aprofundamento do ensino via plataformas digitais, principalmente no ensino privado com a hegemonia do capital transnacional e conglomerados econômicos, para os quais a educação é um negócio que visa ter rendimentos controlados pelos acionistas. Para as autoras em questão, os impactos da tecnologia no trabalho docente estão baseados:

no tipo de contrato uberizado (temporário, intermitente, terceirizado); na expansão ilimitada do número de alunos por turma; na expropriação do saber docente; na perda de autonomia acadêmica para tomada de decisões sobre procedimentos pedagógicos, definição de conteúdo, material didático, metodologias de avaliação etc. (RAICHELIS e ARREGUI, 2021, p.148)

A realidade para o exercício da docência, enquanto trabalho, e no uso da tecnologia enquanto mediação no ensino-aprendizado arrefeceu nos últimos anos, como podemos constatar com as reflexões anteriores, mas existem algumas situações inusitadas, que fomos identificando no decorrer de 2020 e 2021 com a pandemia, ou seja: o uso das *lives* e, conseqüentemente, os benefícios de sua utilização para organização das categorias através do CFESS/CRESS/ENESSO/ABEPS; bem como, pela ABEPSS, para orientação da formação em Serviço Social e para as instituições de ensino, através de palestras e cursos de formação para discentes e profissionais no exercício profissional. Desta forma, precisamos aprofundar as análises na relação ensino-aprendizagem no que segue.

## **REFLETINDO A REALIDADE SOCIAL DO USO DAS TICS NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Observamos que o uso da tecnologia pode variar conforme a prática docente em sala de aula. Ela pode se restringir no estabelecimento da relação de gestão dos recursos didáticos com o uso *dogoogle drive* ou *googleclassroom*, por exemplo, mas também pode se abrir oportunidades para análises de vídeos, passeios culturais ou na visitação de obras de arte, por outro.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Compreendemos que precisamos aprofundar o debate sobre os instrumentos da tecnologia na área de ensino-aprendizagem, de forma a nos assessorar dos recursos enquanto ferramentas tecnológicas com a possibilidade de agregar informações, iluminar reflexões e trazer formas de interação entre os docentes e discentes no processo de ensino-aprendizagem, a partir da realidade social concreta em tempos de isolamento social ou no que defino “do nada novo normal”.

Para o Serviço Social, as TICs<sup>4</sup> precisam ter sentido na função precípua de “apreensão do significado social da profissão, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade”, assim como, “apreensão das demandas – consolidadas e emergentes – postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciam o enfrentamento da questão social considerando as novas articulações entre o público e privado” (CRESS 7 Região, 2008, p. 50-51).

As TICs para a formação em Serviço Social precisam estar ancoradas numa análise das próprias Diretrizes Curriculares da ABEPSS, tanto para entender como a profissão vem desvelando o uso das TICs no seu cotidiano, mas também saber se está realmente desvelando? Como também entender as demandas postas para a profissão, neste caso, vale nos assessorar da Nota Técnica intitulada o “Teletrabalho e Teleperícia: orientações para assistentes sociais” em 2020, publicada pelo CFESS em que aponta as requisições para o uso da tecnologia e quais os cuidados necessários para o seu uso no exercício profissional.

Assim, Veloso (2006, p.91) “parte do pressuposto que a TI pode potencializar o exercício profissional, quando articulada aos processos desenvolvidos pela própria profissão, os quais se encontram vinculados a uma determinada direção social estratégica”. A direção

---

<sup>4</sup>Precisamos definir o que seja a tecnologia, pois ela é usada de diversas formas, assim nos assessoramos de Veloso (2006) quando aponta perspectivas de entendimento e, entre elas, priorizamos a seguinte: “Tecnologia entendida como o conjunto das técnicas de que dispõe uma sociedade, em qualquer fase histórica de seu desenvolvimento; é a esta acepção que se costuma fazer menção, quando se procura referir ou medir o grau de avanço do processo das forças produtivas de uma sociedade (VELOSO, 2006, p.178)”. A tecnologia é, aqui, entendida como técnica produzida por uma sociedade em qualquer momento histórico e que aponta o progresso das forças produtivas. Lembro-me, também, de Marx (2012) quando expõe que são as necessidades que constroem atos históricos de atendimento das mesmas, a partir da criação de instrumentos e a cada nova necessidade novos instrumentos são postos.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

estratégica da profissão está vinculada ao projeto ético-político construído nos finais dos anos 1970 e que vem se consolidando, mas sempre com embates com os projetos de sociedade em vigor, que aqui nos remetemos ao projeto de política de educação em processo de desmonte no atual governo.

Entretanto, o autor expõe uma reflexão da preocupação que tem com os profissionais que sabem da importância da tecnologia, mas possuem resistência ao seu uso. Desta forma, o processo da inserção da tecnologia na formação partiu da necessidade institucional e da docente, ou seja, era preciso quebrar as dificuldades de aprendizado sobre tecnologia, pois tudo a partir daquele momento estava voltado para o uso das plataformas, das redes sociais, reuniões virtuais, bem como capacitações com professores do Brasil inteiro, mas com os alunos?

Observamos que existia uma necessidade de modernizar a relação ensino-aprendizagem. Neste sentido, começaram as capacitações para o uso de aplicativos diversos, metodologias ativas e gamificação, a fim de serem usados no processo ensino-aprendizagem e estabelecer movimento e engajamento entre os discentes durante o ensino remoto.

Assim, vale ressaltar o controle do processo de ensino por parte dos gestores e, principalmente, coordenadores dos cursos, através dos planos de ensino, conteúdo programático, plataforma *Canva* e constantes reuniões com os discentes para identificação das práticas docentes no que concernem às relações interpessoais e metodologias utilizadas em sala. Vale esclarecer que todo processo de monitoramento ainda incluía o uso do *google meet* para reuniões com os representantes de turma.

Mas o ponto central: como o processo de inserção da tecnologia na formação em Serviço Social se daria? Neste momento, tudo era novo para os professores do Serviço Social. Então foi preciso enfrentar a contradição da realidade, já que estava trabalhando em uma instituição privada, neste sentido, existia uma relação com a gestão privada de ensino e com as demandas dos alunos desejosos de conhecimento, aprender e voltar às atividades, mesmo com as constantes reclamações de que daquela forma não estava sendo bom, pois estavam

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

cansados e sofriam com a sobrecarga de atividades exigidas em todas as disciplinas cursadas, levando muitos a doenças ligadas a saúde mental.

Assim, foi necessário enfrentar três pontos analíticos: primeiro, entender os projetos de educação em disputa na sociedade: projeto aligeirado do capital, que tinha como ponto crucial evitar a evasão e o abandono e, conseqüentemente, a queda dos pagamentos das mensalidades e o projeto emancipatório da educação da classe trabalhadora, que preza a formação para a vida (naquele momento foi necessário buscar usar a restrita relativa autonomia, já que havia controle sobre as práticas docentes e favorecer, da melhor forma possível, o acesso ao conhecimento, a reflexão e a participação dos alunos).

O segundo ponto foi a construção de respostas para as necessidades postas durante pandemia pela universidade do uso das TICS no processo de ensino-aprendizagem na formação do Serviço Social, trazendo por um lado o engajamento e a aderência dos discentes, e por outro, a promoção do capital de uma gama de aplicativos para aprofundamento do lucro no mercado mundial de *games*, aplicativos e plataformas. Neste caso, basta ver os vários produtos do *google*.

E terceiro, a disputa pela construção do perfil profissional de assistente social: seria o apontado pelas Diretrizes Curriculares de 1996 ou o construído pelo projeto privatista do capital? Aqui começou a dor de cabeça, pois só fui entender como interagir as demandas institucionais com as necessidades dos discentes depois que fiz um curso de Metodologias Ativas pelo Instituto Federal de Campos de Goytacazes na modalidade Ead e uma mini disciplina sobre tecnologia, que estava no site da Faculdade de Educação da UFF Niterói. Aí, iniciei um processo de laboratório na sala de aula a fim de sentir e observar como as tecnologias poderiam ser usadas e perceber as falas dos discentes.

Desta forma, no processo de ensino-aprendizagem, sempre tivemos como tecnologia de sala de aula: quadro negro e giz, *flip chart*, quadro branco e *pilot*, retroprojektor e lâminas, caixa de som, microfone, *slides* e *Datashow* e, agora, as plataformas digitais via *internet*, assim como, as tecnologias de interação, a fim de facilitar a aprendizagem através dos mais

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

diversos aplicativos (*padlet*, *google* formulários, *google docs* e outros) e as tecnologias de gestão de sala de aula (*google drive* e *google classroom*).

Assim, quais as novas necessidades postas pela pandemia, que colocaram como exigência o uso das TICs no processo de ensino-aprendizagem?

Precisamos nos remontar à Base Nacional Comum Curricular – BNCC<sup>5</sup> (de 22 de dezembro de 2017, publicada na Resolução CNE/CP nº 2), tomando como ponto de reflexão para a formação de alunos dos níveis fundamental e médio a seguinte competência geral:

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BNCC, 2017, p. 9)

Com esta competência, as instituições de Ensino Superior, na área de Educação, tiveram que redimensionar a formação de novos professores, ainda que haja críticas sobre a focalização na aprendizagem e na competência. Assim, dois momentos de esclarecimentos: a universidade tem como tripé ensino-pesquisa-extensão, com a BNCC o ensino ganha foco na aprendizagem do aluno para as relações sociais de produção e reprodução, não se prioriza, apenas, a transmissão de conteúdos relevantes para a formação teórica, intelectual e crítica.

A dimensão da competência passa a ser privilegiada, pois é necessário ter conhecimentos conceituais e procedimentais, habilidades que envolvam a prática, a reflexão e a administração socioemocional da vida, no sentido de possuir atitudes e valores para as relações sociais postas. Mas aqui ficam alguns questionamentos: estas competências e habilidades devem ser fundamentadas pelas frações de classe dirigente do capitalismo dependente do Brasil? Ou por uma profunda reflexão sobre a formação dos sujeitos históricos emancipados? Precisamos retomar as considerações de Marilena Chauí (2008), Yolanda Guerra (2016), Iamamoto (2012), na brochura sobre atribuições privativas do assistente social

---

<sup>5</sup>Ressaltamos a importância da leitura de Negreiros (2021) - O uso das TICs e Aprendizagem Flexível: contribuições ao debate crítico - quando apresenta uma reflexão sobre as exigências das classes burguesas para o uso da tecnologia no processo de produção e reprodução dos trabalhadores em tempo da empresa 4.0.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

editado pelo CFESS, e a Lei de Regulamentação da Profissão (8662/1993) quando discutem competência, que neste espaço não é possível.

A BNCC também influenciou o processo de formação de novos professores e o quadro de docentes nas pós-graduações no Brasil na área da Educação. Assim, o Serviço Social não ficou de fora, colocando para os docentes a necessidade de atualização na relação com as TICs, pois participamos do processo de formação de novos profissionais. Entretanto, para além do “capitalismo de plataforma” e as experiências de intensificação de exploração do trabalhador como nos informa Antunes (2020), precisamos relacionar as TICs às Diretrizes Curriculares de 1996 da ABEPSS e ao Código de Ética de 1993.

As Diretrizes Curriculares/ABEPSS de 1996 expõem que a “formação profissional expressa uma concepção de ensino e aprendizado calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção profissional na realidade sócio-institucional” (CRESS 7 Região, 2008, p.51). Então, é a dinâmica da vida social que vai nos auxiliar a estabelecer os parâmetros de inserção profissional, neste aspecto, a necessidade posta durante este período pandêmico, na instituição privada onde atuava, de colocar o foco na aprendizagem com o uso das TICs para favorecer o engajamento dos discentes.

Com isso, foi necessário encontrar as possibilidades postas na realidade para o uso das ferramentas exigidas pela instituição, no sentido de garantir acesso ao conhecimento qualificado, favorecer as mínimas interações através das plataformas digitais, estar com a escuta aprimorada identificando demandas, sugestões, conquistas e desafios vivenciados pelos discentes, no que se refere à disciplina ou às condições de vida, desenvolver metodologias na qual os discentes pudessem se expressar de maneira confortável (*chat*, microfone com câmara ligada, microfone com a câmara desligada, bem como escritos autorais sobre temas apresentados através de pequenos textos, o incentivo à leitura com avaliação grupal e exposição de opinião sobre temas mediados por aplicativos), vencer os desafios de participar de eventos pelas plataformas digitais aliado às condições da própria realidade social dos

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

municípios onde moravam e as próprias condições de acesso à tecnologia para o próprio aprendizado.<sup>6</sup>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que o uso das TICs não pode estar desprendido da realidade social que o assistente social precisa desvelar, pois é onde estão as respostas para as questões mais prementes, mas também vinculadas às Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 e ao Código de Ética de 1993.

Como também, compreender claramente como as TICs podem ser ferramentas que possibilitam o desenvolvimento das competências e habilidades postas nos debates do CEFESS, nas suas brochuras sobre Atribuições Privativas do Assistente Social, com as contribuições de Marilda Vilela Iamamoto e Raquel Raichellis, já que possuímos como matéria-prima as expressões da questão social e precisamos usar ferramentas que nos possibilitem o manuseio de forma estratégica para alcançar as garantias de direitos sociais.

Vale ressaltar que buscamos nos ancorar no Código de Ética de 1993, no capítulo das relações com os usuários, artigo 5º, letra g, no que se segue: “contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados”. Assim, as ferramentas e instrumentos tecnológicos precisavam estar a serviço dos discentes, no sentido de apreenderem a realidade e refletirem sobre ela. Tendo sempre perguntas diretrizes: quais objetivos do uso das TICs? Qual a intenção do uso das TICs? Quais os resultados precisam ser alcançados com o seu uso? Como, para quem e para quê usá-los? Estas questões eram necessárias, a fim de evitar que o ensino-aprendizagem se transformasse em momentos de gincanas ou elementos de entretenimento.

---

<sup>6</sup> Ressaltamos a necessidade de acessar a PNAD Contínua TIC 2018 do IBGE para estabelecer relação entre o poder aquisitivo (renda) e acesso à tecnologia (celular e computador) por faixa etária.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. **A Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial**. Brasília: ABEPSS, 2021.

ANDES. **Projeto do capital para a educação, volume 4: O ensino remoto e o desmonte do trabalho docente**. Brasília: ANDES, 2020.

BRASIL. **Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>. acesso em: 28 ago. 2020

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº: 5/2020 de 28 de abril de 2020**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category\\_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 28 ago. 2020.

BRASIL. **Lei 14040, de 18 agosto de 2020**. Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2020/lei-14040-18-agosto-2020-790546-veto-161319-pl.html>. Acesso em: 28 ago. 2020.

CFESS. **Teletrabalho e Teleperícia: orientações para assistentes sociais**. Brasília: CFESS, 2020.

CHAUI, Marilena. **O que é Ideologia**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

GRESS/RJ. **Assistente Social: Ética e Direitos**. Coletânea de Leis e Resoluções. 5 ed. Rio de Janeiro: GRESS – 7º Região, 2008.

GUERRA, Yolanda. **O Estágio Supervisionado como Espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática: o perfil do profissional em disputa**. SANTOS, Cláudia

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Mônica dos Santos, LEWGOY, Alzira Maria Baptista e ABREU, Maria Helena Elpídio (Orgs). Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processo e Desafios. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

MARQUES, Valéria e SATRIANO, Cecília. **Narrativa Autobiográfica do Próprio Pesquisador como Fonte e Ferramenta de Pesquisa.** Linhas Críticas, Brasília, DF, v.23, n.51, p. 369-386, jun. 2017 a set. 2017.

MORAN, Jose. **Um conceito-chave para a educação, hoje.** Bacich, Lilian, Tanzini Neto, Adolfo e Trevisani, Fernando de Melo. Ensino Híbrido – Personalização e Tecnologia da Educação. Porto Alegre, Penso, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular.** Educação é a Base. Brasília: MEC, 2017.

NASCIMENTO, Sueli do. **O Relato de Experiência do Ensino Remoto no Serviço Social: Disciplina Projeto Integrador na Pandemia.** SILVA-JUNIOR, Arnaldo e VEISBA-GARCIA, Everton (Orgs). 20 Olhares sobre a Educação na Pandemia em 2020. Diadema, SP: V&V Editora, 2021.e-book.

NEGREIROS, Taise Cristina Gomes Clementino. **O Uso das TICs e Aprendizagem Flexível: Contribuições ao debate crítico .** Temporalis, Brasília (DF), ano 21, n. 41, p. 102-118, jan./jun. 2021

PINTO, Marina Barbosa e FARAGE, Eblin. **Projetos em Disputa na Educação: Trabalho Docente em Tempos de Pandemia.** PEREIRA, Larissa Dahmer e ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. (Orgs). Serviço Social e Educação. Uberlândia/Minas Gerais: Navegando, 2020.

RAICHELIS, Raquel e ARREGUI, Carola C. **O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 140, p. 134-152, jan./abr. 2021.

ROSA, Letícia Barros Palma da, JIMENEZ, Juan Jetana, JANUÁRIO, Virginia Fernanda, MAIA, Susana Maria e ABREU, Katthelyn Cristina Santos de. **Notas sobre Trabalho e Ensino Remoto Emergencial no Contexto da Pandemia de Covid-19: Perfil Docente do Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras da Universidade Federal Fluminense.** Montes Claros (MG), volume 5, número 2, jul./dez. 2021.

VELOSO, Renato dos Santos. **Tecnologia da Informação: contribuição importante para o exercício profissional?.** 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social). Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral

Eixo Temático - Serviço Social, Trabalho e Formação Profissional

**PSICÓLOGAS E ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: DESFAZENDO NÓS, REFORÇANDO LAÇOS**

PSYCHOLOGISTS AND SOCIAL ASSISTANTS IN THE NATIONAL POLICY OF SOCIAL ASSISTANCE: UNDOING KNOTS, STRENGTHENING LINKS

Diego Tabosa da Silva<sup>1</sup>

Nilson de Jesus Oliveira Leite Júnior<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este trabalho objetivou problematizar a importância de profissionais de Psicologia e Serviço Social, no âmbito da Política de Assistência Social, para uma melhor prestação de serviços à população. Trata-se de um estudo qualitativo, do tipo revisão bibliográfica e análise documental. Os resultados apontam que Psicologia e Serviço Social possuem pontos em comum que as unem, como os princípios e valores de seus respectivos Códigos de Ética. Contudo, quando se fala no trabalho coletivo entre essas profissões, muitas ainda são as tensões e conflitos existentes na *práxis* cotidiana. Portanto, é necessário desfazer nós e reforçar laços para potencializar o trabalho da Política de Assistência Social no enfrentamento às múltiplas expressões da questão social, por vias interdisciplinares.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política de Assistência Social; Psicologia; Serviço Social; Interdisciplinaridade.

**ABSTRACT:** This work aimed to discuss the importance of Psychology and Social Work professionals, within the scope of the Social Assistance Policy, for a better provision of services to the population. This is a qualitative study, of the bibliographic review and document analysis type. The results show that Psychology and Social Work have common points that unite them, such as the principles and values of their respective Codes of Ethics. However, when talking about collective work between these professions, there are still many tensions and conflicts in everyday practice. Therefore, it is necessary to undo knots and strengthen ties to enhance the work of the Social Assistance Policy in facing the multiple expressions of the social issue, through interdisciplinary ways.

**KEYWORDS:** Social Assistance Policy; Psychology; Social Work; Interdisciplinarity.

---

<sup>1</sup>Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros. Editor Chefe da Revista Serviço Social em Perspectiva. Membro do GEPSS/UNIMONTES, NEFSSC/UFRJ e REFASS/UFF-Rio das Ostras.

<sup>2</sup>Psicólogo. Mestrando em Psicologia Social na Universidade de São Paulo. Membro do GTEPAS/FASI e do GEPSS/UNIMONTES.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## INTRODUÇÃO

A Assistência Social no Brasil, até alcançar o patamar de política pública, tal qual conhecemos hoje, é atravessada por diferentes momentos e concepções, cabe destacar que nesta trajetória, o início dos anos 2000 traz grandes avanços no que diz respeito aos marcos normativos e jurídicos que nos ajudam na compreensão e defesa de uma Política Nacional de Assistência Social. É indubitável que a publicação de uma política nacional e de normas operacionais traz ganhos substanciais às ações e serviços prestados pelo poder público, entretanto sabemos que é necessário reafirmar constantemente a defesa de alguns princípios e valores, bem como adensar o debate acerca de alguns pontos.

Neste sentido, o presente texto visa problematizar a importância de profissionais de Psicologia e Serviço Social, no âmbito da Política de Assistência Social, para uma melhor prestação de serviços à população. Ou seja, dedicamos nossos esforços para apresentar as particularidades de cada profissão ao serem inseridas na Política Nacional de Assistência Social, destacando as diferenças de atuação de cada categoria e as potencialidades presentes no trabalho multiprofissional/interdisciplinar sem, portanto, deixar de refletir acerca dos riscos de uma equivalência de cargos e profissionais no sentido de desconsiderar a formação e qualificação de cada um para a realização das atividades.

De acordo com os dados do Censo SUAS 2019, dos 266.110 trabalhadores<sup>3</sup> distribuídos nas Proteções Sociais Básica e Especial de Média e Alta Complexidade por todo o país, psicólogos e assistentes sociais, juntos, perfazem um percentual de 22,26% destes trabalhadores (22.275 psicólogos e 36.978 assistentes sociais) (BRASIL, 2020). Além disso, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS) é um importante marco e avanço para a profissionalização da assistência social e a inclusão destes profissionais em todos os níveis de proteção (BRASIL, 2006).

---

<sup>3</sup>Foram computados o total de trabalhadores dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CENTRO POP), Centro Dia e Unidades de Acolhimento.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Todavia, como é possível observar na literatura disponível, apesar das potencialidades e contribuições da atuação da Psicologia e do Serviço Social no contexto da assistência social, no cotidiano dos serviços públicos muitas são as tensões e conflitos advindas desta aproximação entre as áreas. Nesta perspectiva, este estudo se justifica por trazer à tona estas questões e promover reflexões para as categorias. Portanto, trata-se de um estudo qualitativo, delineado por uma pesquisa de revisão bibliográfica e análise documental, com buscas em livros, artigos, e Códigos de Éticas da Psicologia e do Serviço Social.

## **BREVE HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA**

Uma breve incursão pela história da assistência social brasileira revela que no período anterior à promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Estado sustentou práticas socioassistenciais de cunho assistencialista e com características filantrópicas e caritativas, largamente materializadas por entidades e organizações, sobretudo as de cunho religioso.

De acordo com Alves (2016), “no período colonial as ordens religiosas prestavam ajuda à população pobre e as instituições caritativas, mosteiros e conventos faziam o recolhimento de esmolas dos fiéis que eram distribuídas como ajuda aos pobres”, as práticas caritativas seguem como marca no enfrentamento da pobreza no Brasil até o século XIX, quando há a sua substituição por ações higienistas. Tem-se nesse momento uma associação entre pobreza e criminalidade que resulta “em instituições fechadas de recolhimento, onde mendigos e loucos eram encarcerados e perdiam seu lugar no interior do corpo social”.

No que diz respeito à assistência social como preocupação estatal, destacamos que com “a Legião Brasileira de Assistência (LBA), em 1942, o governo cria a primeira grande instituição de assistência no âmbito nacional, marcando o início de uma política de assistência estatal, pautada na colaboração entre o poder público e a iniciativa privada” (Fontenele, 2016, p. 74).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

É a partir da promulgação da “Constituição Cidadã” que a assistência social passa a ser compreendida como direito de todos os cidadãos, um dever do Estado e como uma das bases da seguridade social.

Todavia, ainda que a assistência social esteja prevista no texto constitucional, transcorreram 17 anos até que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) fosse organizado em 2005, por meio da Norma Operacional Básica (NOB-SUAS). Esta norma tornou-se um importante marco para a estruturação da PNAS e a implantação dos serviços socioassistenciais no território brasileiro; para o financiamento da assistência social, instituindo a transferência fundo a fundo; e também apresentou as responsabilidades com a gestão das políticas nas 3 esferas do governo: união, estados e municípios (BRASIL, 2005).

A aprovação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), por meio da Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006, pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) foi outro grande avanço no campo da assistência social por profissionalizar a execução da política de assistência social, bem como normatizar as operações do SUAS. Sendo importantes eixos consolidados na NOB-RH/SUAS: os princípios e diretrizes nacionais para a gestão do trabalho no âmbito do SUAS; os princípios éticos para os trabalhadores da assistência social; as equipes de referência; e as diretrizes para a política nacional de capacitação continuada (BRASIL, 2006). Assim, a NOB-RH/SUAS prevê, em todos os níveis de proteção, a presença de Assistentes Sociais e Psicólogos na composição das equipes de referência, condicionando a presença de psicólogos ao porte do município.

Vale destacar que para estas profissões a Resolução do CNAS nº 17, de 20 de junho de 2011, ao ratificar a equipe de referência definida pela NOB-RH/SUAS, marca um importante avanço ao adotar o termo “obrigatoriamente” para se referir a psicólogos e assistentes sociais nas equipes de referência (BRASIL, 2011). Desta forma, a presença de psicólogos não é mais condicionada ao porte do município.

Anteriores à atual PNAS as profissões são incorporadas sem levar em consideração toda a trajetória histórica e organização política dessas práticas sociais. É necessário que se

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

conheça as profissões para delimitar como cada uma pode contribuir com a política de assistência social e aqui temos uma questão de fundo que é determinante: os objetivos e demandas da Política colidem ou se juntam aos das profissões estudadas? Assim, para chegar à compreensão dos papéis da Psicologia e do Serviço Social no contexto da PNAS é de extrema importância resgatar as suas histórias até a atualidade.

## **NOTAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DA PSICOLOGIA E DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL**

Inicialmente, vale pontuar que este tópico não pretende identificar como foi o processo de constituição de ambas as profissões, haja vista que isto demandaria uma análise histórica aprofundada e mais detalhada do que as linhas a que nos propomos. De modo contrário, objetiva-se aqui apresentar processos mais amplos das duas profissões e suas aproximações com a Política de Assistência Social.

A Psicologia desde sua origem, esteve aliada com a elite burguesa do país e a ideologia dominante em cada momento histórico (GONÇALVES, 2010), respondendo “claramente a interesses das elites de controlar, higienizar, diferenciar e categorizar, interesses esses necessários à manutenção ou incremento do lucro e reprodução do capital” (BOCK, 2003, p. 16).

Todavia, os meados da década de 1960 marca a aurora de um movimento na Psicologia brasileira caracterizado pela aproximação de diversos profissionais (em suas distintas correntes teóricas) com os Movimentos Sociais e grupos organizados de esquerda e o posicionamento contrário às investidas do governo ditatorial, consolidando, assim, um novo projeto para a profissão. Este movimento foi formado, principalmente, por profissionais comprometidos com a realidade social brasileira, procedentes do campo da Psicologia Social, Psicologia Comunitária, Psicologia Institucional e da Psicologia voltada para a Saúde Pública, psicólogos (EUZÉBIOS FILHO; GRADELLA JÚNIOR, 2020).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Já na década de 1980, a partir do protagonismo da Professora Silvia Lane, surge um grupo de profissionais que adotam o lema “Psicologia e Compromisso Social” e, até os dias atuais, guia-se pelo compromisso ético-político para enfrentar as várias expressões da questão social, sobretudo com as parcelas subalternizadas (BOCK *et al.*, 2007; EUZÉBIOS FILHO; GRADELLA JÚNIOR, 2020).

Com a promulgação da constituição cidadã de 1988, as políticas públicas abrem-se à Psicologia como um novo campo [assalariado] de atuação, como na defesa dos direitos de crianças, adolescentes, idosos, mulheres, para citar alguns exemplos. Assim, cada vez mais, os psicólogos aproximaram-se das questões da classe trabalhadora, das populações vulneráveis e subalternizadas na luta pela garantia de direitos.

A aprovação do 3º Código de Ética Profissional do Psicólogo, por meio da Resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) nº 010, de 2005, é um importante marco ao apresentar-se como reflexo da necessidade de “atender à evolução do contexto institucional-legal do país, marcadamente a partir da promulgação da denominada Constituição Cidadã, em 1988, e das legislações dela decorrentes” (CFP, 2005, p. 5).

De modo semelhante à Psicologia, o Serviço Social brasileiro surge, na década de 1930, intimamente vinculado aos interesses da burguesia, e ainda, sob forte influência do pensamento social cristão. A profissão, em sua gênese, era exercida exclusivamente por mulheres, sob uma firme orientação para o controle da classe trabalhadora, numa perspectiva de tutela, cuidado e ações caritativas e filantrópicas, distante de um senso de política pública e direitos sociais.

Após três décadas e algumas reformulações de pouco impacto, - transição da influência teórico-prática europeia para a estadunidense, porém com a manutenção de um horizonte de atuação conservador, por exemplo - o Serviço Social do país vivencia um importante momento na sua história, referimo-nos ao Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina e ao processo de renovação do Serviço Social brasileiro. Trata-se de um período de forte contestação, que abre possibilidade para importantes reflexões e mudanças na forma de se constituir da profissão.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

É, portanto, a partir do final dos anos de 1970, que, como resultado das reflexões e disputas travadas nos anos anteriores, que se consolida no Brasil, um Serviço Social crítico, com orientação ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa voltadas para a transformação da ordem social vigente, uma profissão que tem como projeto a construção de uma forma de sociabilidade que não se pautar na exploração de um grupo sobre outro. Este projeto de profissão ganha nitidez quando analisamos as normativas, legislações e produção intelectual da categoria a partir, especialmente, dos anos 90 do século XX. Destacamos aqui o Código de Ética profissional de 1993 (Resolução do Conselho Federal de Serviço Social [CFESS] nº 273, de 13 de março de 1993), que imputa para as assistentes sociais “uma projeção de sociedade - aquela em que se propicie aos/as trabalhadores/as um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação” (CFESS, 2012, p. 22).

## **INTERDISCIPLINARIDADE E LAÇOS ENTRE PSICOLOGIA E SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

O trabalho da Política de Assistência Social no enfrentamento às múltiplas expressões da questão social requer um amplo e diversificado coletivo de profissionais, haja vista a multidimensionalidade dos determinantes socioeconômico e políticos presente na realidade social do Brasil. Nesse sentido, a atuação interdisciplinar, baseada na articulação, conjugação e compartilhamento de conhecimentos das diversas profissões que atuam na Política de Assistência Social, potencializa as possibilidades de intervenção (NERY, 2018, p. 96).

Tanto a Psicologia como o Serviço Social possuem em seus respectivos Códigos de Ética Profissional, os princípios fundamentais pautados em temas consonantes com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Tais como liberdade, equidade e justiça, dignidade, cidadania e eliminação de quaisquer formas de preconceito, discriminação e violações dos direitos humanos (CFP, 2005; CFESS, 2012). Desta forma, estas profissões podem - e devem - contribuir, através de sua intervenção para a construção de uma outra

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

forma de sociabilidade. Para isto, os espaços de atuação presentes na PNAS, apesar de muito limitados, são importantes *lócus* de transformação social.

Ao considerar as situações de pobreza, vulnerabilidades sociais, riscos pessoais e sociais, violências e violações de direitos que perpassam a vida de muitos usuários demandatários da PNAS, para citar alguns exemplos, o que se verifica é que são fenômenos multidimensionais que demandam atuações de múltiplos saberes para se alcançar a integralidade da atenção. Dessa forma, frente a essas situações, o trabalho numa perspectiva interdisciplinar promove significativas contribuições e potencializa as estratégias de intervenção, pois rompe com visões fragmentadas e caminha em direção à produção de novos conhecimentos teórico-práticos.

Concordante com essa ideia, Eidelwein (2007, p. 311) pontua que:

[...] a Psicologia Social e o Serviço Social, [...] encontram-se profundamente vinculadas uma vez que as desigualdades e os processos de exclusão oriundos das condições de organização e reprodução da vida material são constituintes dos processos de produção de subjetividades assujeitadas e/ou livres as quais, por sua vez, constituem a lógica de (re)produção do próprio sistema, seja conformando-se e/ou resistindo a ele, na perspectiva de manutenção do instituído e/ou da produção de movimentos e forças instituintes.

Os princípios e valores apresentados em ambos os Códigos de Ética podem ser interpretados como um importante ponto que une a Psicologia e o Serviço Social, enquanto práticas profissionais comprometidas com a transformação social da realidade, numa direção ético-política, indo ao encontro, portanto, de um paradigma interdisciplinar e não multiprofissional.

Construir o caminho de defesa da liberdade e justiça social, requer das profissões atuações firmes e alinhadas aos seus projetos e Códigos de Ética. Quando se trata da Psicologia e Serviço Social, essas profissões podem, de forma interdisciplinar, pensar estratégias coletivas de mobilização da população, compreendendo que a partir de suas especificidades, que devem ser defendidas e respeitadas, os objetivos profissionais podem coadunar, fortalecendo, assim, as possibilidades de transformação social.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

A elaboração conjunta entre o CFESS e o CFP dos Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social, em 2007, aponta a necessidade de diálogos e reflexões entre as profissões e se constitui num documento para reforçar as potencialidades advindas das interfaces entre elas, considerando as suas particularidades.

Contudo, quando se fala no trabalho coletivo entre essas profissões, muitas ainda são as tensões e conflitos existentes na *práxis* cotidiana. Como constatado, promover um trabalho interdisciplinar na PNAS implica superar concepções antagônicas e polarizadas entre o fazer da Psicologia e do Serviço Social. Cardoso et al., (2021, p. 47) apontam que para muitos trabalhadores da assistência social, supostamente, a Psicologia “fica responsável pela ‘psiquê’, por tratar de questões subjetivas e vinculadas aos processos de saúde-doença, enquanto o Serviço Social seria responsável pela ‘área social’ e por tratar das dificuldades econômicas e mais objetivas”.

Como pontuado por Oliveira (2021, p. 10),

A tarefa da interdisciplinaridade é [...] desafiadora. No SUAS, onde somos trabalhadores sociais, Psicologia e Serviço Social buscam romper com os limites dados pelas fronteiras profissionais, sem que um novo saber e novas práticas recaiam sob o âmbito do ‘inespecífico’. Mais uma vez, dada a contradição entre a necessidade almejada de um perfil ou de uma identidade profissional e barreiras disciplinares mais tênues, a interdisciplinaridade está sempre em construção. Nesse caminho, é preciso questionar modelos educacionais, expectativas acerca de determinadas práticas profissionais, apropriação de sujeitos compartimentalizados, especialmente quando tratamos da Psicologia (cujo objeto é, pretensamente, a subjetividade ou o comportamento) e do Serviço Social (cujo objeto, também pretensamente, é a pobreza e suas derivações). É um exercício contínuo no e pelo trabalho [...].

No caso da Psicologia, para superar esta dualidade é necessário (re)ver o próprio processo de ensino e seus projetos pedagógicos, haja vista que a formação, em grande parte, ainda é voltada para a atuação nos moldes da clínica individual e elitizada, o que, por fim, acaba sendo replicado na atuação por muitos profissionais. Concordante com esta ideia,

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Santos (2014) aponta que muitos profissionais não se reconhecem fazendo Psicologia quando em outros espaços distintos da clínica tradicional.

Vale destacar, contudo, que ao discutir sobre as aproximações entre Psicologia e Serviço Social não se pretende reforçar o processo de “desprofissionalização das profissões” no âmbito da Política de Assistência Social, isto é, processo que “igualar” demandas e respostas requeridas às profissões, causando uma ruptura entre as particularidades de cada uma. De modo contrário, o que se pretende pontuar é que nas diferenças é que elas se unem e laços são estabelecidos para atendimentos e intervenções cada vez mais integrais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Psicologia e o Serviço Social, enquanto práticas profissionais e campos teóricos, estão em um contínuo processo de transformação e disputa teórica, metodológica e prática. E, desta forma, a própria atuação no campo das políticas públicas, sobretudo na Assistência Social, também passa por transformações.

Nestes quase 18 anos de PNAS no enfrentamento às expressões da questão social, Psicologia e Serviço Social demonstram a sua importância na prestação de serviços socioassistenciais numa perspectiva crítica, histórica e contextualizada, de modo que os demandatários da política sejam reconhecidos e se auto reconheçam como sujeitos de direitos e não como sujeitos de governos.

O paradigma de atuação interdisciplinar entre Psicologia e Serviço Social pode potencializar as intervenções realizadas no âmbito da PNAS para enfrentar as múltiplas expressões da questão social. Para tanto, faz-se necessário diálogos entre as profissões para que se alcance um fim comum: promover transformações na vida dos usuários atendidos.

Para tanto, é necessário que nós e amarras sejam desfeitas, crenças e visões dicotômicas superadas em relação ao fazer profissional. Ao mesmo tempo, laços necessitam ser criados e reforçados, de modo que estes profissionais alcancem seus usuários em

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

totalidade. E este processo só é possível a partir da criação de ações coletivas, diálogo profissional, reflexão crítica, cooperação e participação política entre as categorias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOCK, Ana Mercês Bahia. Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In: BOCK, Ana Mercês Bahia (Org.). **Psicologia e compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo SUAS - bases e resultados**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2020. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>. Acesso em: 17/02/2022.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS NOB-RH/SUAS**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2006.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica NOB/SUAS: construindo as bases para implantação do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

CARDOSO, Ana Clara Serpa; PAIVA, Fernando Santana; FURTUOSO, Luiza Miranda; PEREIRA, Viviane Souza. Mapeamento da produção de conhecimento acerca da inserção da Psicologia e do Serviço Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). In: PAIVA, Fernando Santana; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). **O trabalho profissional da Psicologia e do Serviço Social na Política de Assistência Social: questões, tensões e perspectivas**. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 010/2005**. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: CFP, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução CFESS nº 273/1993**. Institui o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social e dá outras providências. Brasília: CFESS, 2012.

EIDELWEIN, Karen. Psicologia Social e Serviço Social: uma relação interdisciplinar na direção da produção de conhecimento. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 298-313, jul./dez., 2007.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

EUZÉBIOS FILHO, Antonio; GRADELLA JÚNIOR, Osvaldo. Psicologia crítica, práxis política, classe e neoliberalismo: um enfoque na Psicologia brasileira. **Teoria y Crítica de la Psicología**, v. 14, p. 89-111, 2020.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2010.

NERY, Vânia. A psicologia no SUAS: interdisciplinaridade nos cotidianos de trabalho. In: CORDEIRO, Mariana Prioli; SVARTMAN, Bernardo; SOUZA, Laura Vilela e. **Psicologia na assistência social: um campo de saberes e práticas**. São Paulo: Instituto de Psicologia, 2018.

SANTOS, Luane Neves. **A Psicologia na Assistência Social: convivendo com a desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2014.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral  
Eixo Temático - Serviço Social, Trabalho e Formação Profissional

**O TRABALHO COMO ELEMENTO FUNDANTE DO SER SOCIAL E A POSSÍVEL ALIENAÇÃO PROPOSTA NA IDEIA DE QUE O TRABALHO DIGNIFICA O HOMEM EM OBSERVÂNCIA À CENTRALIDADE PROPOSTA PELO CAPITALISMO**

WORK AS A FOUNDING ELEMENT OF THE SOCIAL BEING AND THE POSSIBLE ALIENATION PROPOSED IN THE IDEA THAT WORK DIGNIFIES MAN IN OBSERVANCE TO THE CENTRALITY PROPOSED BY CAPITALISM

Vik de Souza Chaves<sup>1</sup>

**RESUMO:** Esta pesquisa possui como finalidade o desenvolvimento do estudo do trabalho como elemento fundante do ser social e a alienação proposta na ideia de que o trabalho dignifica o homem em observância à centralidade proposta pelo capitalismo. A problemática suscitada pautou-se na (im)possibilidade deste em promover a dignidade humana assim como na expressão “o trabalho dignifica o homem”. A execução deste estudo foi realizada mediante uma pesquisa bibliográfica exploratória. Para tanto, utilizou-se fontes bibliográficas ao deslinde da pesquisa. Por fim, concluiu-se que o trabalho poderia sim dignificar de forma plena quando o seu esforço amparasse as essencialidades da vida humana, o que não ocorre no atual cenário proposto pelo sistema capitalista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho; Dignidade da Pessoa Humana; Alienação.

**ABSTRACT:** This research aims to develop the study of work as a founding element of the social being and the alienation proposed in the idea that work dignifies man in compliance with the centrality proposed by capitalism. The issue raised was based on the (im)possibility of promoting human dignity as well as the expression “work dignifies man”. The execution of this study was carried out through an exploratory bibliographic research. For that, bibliographic sources were used to delineate the research. Finally, it was concluded that work could be fully dignified when its effort supported the essentialities of human life, which does not occur in the current scenario proposed by the capitalist system.

**KEYWORDS:** Work; Dignity of human person; Alienation.

---

<sup>1</sup>Advogada. Graduação em Direito pelo Centro Universitário FipMoc – UNiFIPMoc. Pós Graduada em Direito e Processo Previdenciário pelo Complexo Educacional Damásio de Jesus. Graduanda em Serviço Social na Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## INTRODUÇÃO

Observamos ao longo da vida que o trabalho acompanha o ser humano em todas as áreas de relacionamento, sendo inclusive, essencial na satisfação das necessidades básicas e acessórias do homem.

Isto posto, podemos assim compreender que o verbo trabalhar denota um conjunto de ações que serão capazes de criar ou produzir algo. Em outras palavras, o trabalho consiste na relação do homem com a natureza de forma genuína e necessária, mediante o emprego de ações produtivas ou criativas que são capazes de transformar o meio em que vivem e gerar resultados.

Através deste pensamento, da necessidade humana de satisfação e alcance de seus objetivos e ainda, considerando a natureza do capitalismo (exploração) delimitou-se o tema da pesquisa em “o trabalho como elemento fundante do ser social e a possível alienação proposta na ideia de que o trabalho dignifica o homem em observância à centralidade proposta pelo capitalismo”.

Para tanto, levantou-se a problemática baseada na inquirição “a organização do trabalho no sistema capitalista e a centralidade deste é capaz de promover a dignidade do homem assim como vemos na expressão ‘o trabalho dignifica o homem’?”.

O processo de organização do trabalho é estudado em diversos cursos uma vez que através dele podemos entender como o capitalismo se disseminou e ganhou forças com o passar das décadas ante a exploração da mão de obra da classe trabalhadora. Nesse sentido, o presente trabalho busca colocar em questão o trabalho como elemento fundante do ser social e a alienação proposta na ideia da possibilidade de dignificação homem<sup>2</sup> através do trabalho em observância à centralidade proposta pelo capitalismo.

Com base no problema proposto, justificamos o desenvolvimento da pesquisa a partir das provocações resultantes das leituras e estudos realizados na disciplina de Processo

---

<sup>2</sup>Relacionado com o homem, indivíduo dotado de inteligência e linguagem articulada, pertencente à espécie humana; próprio, característico de homem; desenvolvido por homens. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/humano/>>. Acesso: 01 fev. 2022.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

de Trabalho 2021/2, no curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes e, das experiências extracurriculares, formais e informais, que cumuladas resultaram na elaboração deste estudo.

Vê-se a pertinência do estudo no fato do trabalho na maioria das vezes não ser capaz de propor uma existência digna e nem de satisfação das necessidades básicas do indivíduo, desqualificando assim a expressão tão comum na sociedade: “o trabalho dignifica o homem”.

Para tanto, como o trabalho poderia dignificar? Qual a influência do capitalismo nessa expressão? Marx tinha razão? São muitas perguntas subsidiárias a problemática levantada e para execução deste trabalho científico escolheu-se a pesquisa bibliográfica exploratória, visando expor o pensamento e os questionamentos quanto a existência ou não da dignidade do homem proveniente do trabalho. Para isso utilizou-se fontes bibliográficas como artigos, livros, documentos on-line, periódicos e quaisquer outros documentos capazes de auxiliar o deslinde da pesquisa.

Desta forma, a pesquisa teve como objetivo geral à análise do trabalho desempenhado no sistema capitalista e sua capacidade de promoção da dignidade do homem e, através de toda discussão proposta entende-se que no sistema capitalista atual o trabalhador não é valorizado a ponto de ser tratado como prioridade levando-nos a crê que a expressão o “trabalho dignifica o homem” não é implementada em sua gênese.

## **DEFINIÇÃO E FUNÇÃO SOCIAL DO TRABALHO**

O presente estudo visa expor as principais ideias propostas por Karl Marx no que tange a classificação do “trabalho” enquanto parte importante da formação social.

Sem delongas, e como ponto inicial da exposição da pesquisa, busquemos entender o que significa trabalho com ênfase no pensamento marxista e a *posterior* uma análise sobre a dignidade enquanto um princípio.

O livro “O Capital” de Karl Marx é cristalino ao expor sobre suas ideias quanto o entendimento e caracterização do trabalho enquanto ação humana. Conforme seu pensamento,

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

“o trabalho sempre se concretizará como condição eterna do gênero humano de satisfazer suas necessidades básicas através da transformação da natureza” (MARX, 2013, p. 167).

Sob esse parecer, entende-se que o trabalho é a relação do homem com a natureza, permitindo surgir um novo tipo de homem, ou seja, “[...] o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (MARX, 2013, p. 167).

Consequente, entendemos por função social a utilidade que tal objeto pode trazer a sociedade e através da própria definição de trabalho é nítido a identificação de sua função social quando o autor dispõe que o trabalho é o mecanismo de socialização da qual o trabalhador adquire condições vitais e de sobrevivência, visando suprir suas necessidades básicas e produtivas (PIRES, 2021).

Compreendido o que é trabalho na visão marxista e qual a principal finalidade desta atividade, relevante é destacar como esta prática se posiciona frente ao capitalismo e como interfere nas relações sociais do homem e natureza, conforme se segue.

## **DA ALIENAÇÃO PROVOCADA PELA CENTRALIDADE DO TRABALHO NA FORMAÇÃO SOCIAL DO TRABALHADOR**

Conforme o pensamento de Marx, o trabalho como instituição será caracterizado como condição essencial do gênero humano como mecanismo de satisfação das necessidades básicas e de transformação da natureza. Assim, o trabalho estará sempre presente em qualquer organização social como uma forma específica, organizada e historicamente determinada (MARX, 2013).

Nesse sentido, compreende-se a organização social a despeito do trabalho como um manejo específico, organizado e historicamente determinado por se tratar de meio de contato do homem com a natureza, surgindo dessa relação um novo homem, um homem com cultura. “[...] O trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (MARX, 2013, p. 167).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Ainda com base no livro “O Capital” a tese abordada é a de existência da dupla dialética entre trabalho e sociedade, através de uma relação necessária entre formação social, capital e trabalho, pautada na incapacidade da sociedade capitalista em reproduzir ou conservar, tampouco gerar riquezas sem a mediação do trabalho, demonstrando assim que o trabalho funciona como a centralidade na formação social vigente (MARX, 2013).

Nesse sentido, podemos dispor que a formação social consiste na relação formada entre o capital e o trabalho e no processo de dominação insurgente. Esta dominação inclusive é incentivadora do que Marx entende por alienação na relação dos homens com a sociedade e a natureza. Sob sua perspectiva, existe uma formação de objetivação invertida que constrói uma discrepância quanto ao processo produtivo, "uma formação social onde o processo de produção domina os homens e os homens ainda não dominam o processo de produção" (MARX, 2013, p. 102).

Consoante o exposto, e dentre várias possibilidades, podemos dispor que a alienação no contexto que aqui nos propomos vem a ser a falsa consciência, da qual o indivíduo se submete cegamente aos valores e instituições pré-estabelecidas<sup>3</sup>.

Isto posto, Marx dispõe que o trabalho é alienado quando o trabalhador produz e de sua produção não usufrui, ficando inteiramente a riqueza para o capitalista, em síntese. Em outras palavras, “o capital que foi alienado em troca da força de trabalho é convertido em meios de subsistência, cujo consumo serve para reproduzir os músculos, os nervos, os ossos, o cérebro dos trabalhadores existentes e para produzir novos trabalhadores” (MARX, 2013, p. 788).

Netto e Braz (2012, p. 57) por sua vez entendem que a alienação da produção é um fenômeno predominante na divisão social do trabalho e a propriedade privada no que se refere aos meios de produção, destacando-se a separação do trabalhador dos resultados produzidos por ele enfatizando a exploração do homem pelo homem. Em outros termos, aduz Marx (2013, p. 706) que “o trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, por isso, que ele produza em geral. Ele tem de produzir mais-valor. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital”.

---

<sup>3</sup>Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/alienacao/>>. Acesso: 23 set. 2021.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

A acumulação do capital envolve um aumento de riqueza nas mãos do capitalista, o que leva a uma maior centralização do capital, gerando monopólios, o que por sua vez diminui a concorrência que é um dos pressupostos da eficiência defendida pelos clássicos. Partindo dessa ideia, Marx (2013) entende a existência da centralidade do trabalho uma vez que este se posiciona como essencial a sociedade. O trabalho move a economia, a vida pública e privada, promove a manutenção das necessidades básicas e dentre outros fatores, podendo assim dizer que sem trabalho não existe relação homem/natureza e tampouco um homem transformado.

Assim, viu-se que o trabalho consiste em uma atividade de suma relevância ao *status* e formação social, sendo necessário na relação homem e natureza e no suprimento das necessidades básicas do trabalhador. Todavia, sendo o trabalho tão importante assim na vida social do trabalhador e da sociedade porque ainda se discute se o trabalho dignifica o homem?

É a partir desse questionamento que a pesquisa prossegue.

## **DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

Antes de abordarmos a dignidade da pessoa humana pelo viés econômico, falemos do seu conceito natural, moral e jurídico.

Franz, Franz e Barcellos (2014) abordaram o assunto da dignidade humana iniciando sua exposição com a origem da palavra dignidade. Para elas, dignidade advém do latim “*dignitas*” e significa “aquilo que tem valor”. Já digno é proveniente de sua variação em latim “*dignus*” e significa “aquele que merece honra ou que é importante”. Nesse contexto, podemos dizer que a dignidade é a entoação daquele que é honroso, importante e que possui valor.

Aduz Moraes (2007, p. 60) que essa dignidade pertence à valorização da pessoa humana como um todo, sendo “[...] um valor espiritual e moral inerente a pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas”.

Aqui a dignidade consiste em uma qualidade moral no qual a pessoa busca o respeito que lhe é devido, sendo uma qualidade precedente à pessoa, inato e inerente a essência, além de irrenunciável (FRANZ, FRANZ E BARCELLOS, 2014).

A visão desta (dignidade da pessoa humana) pelo viés jurídico é entendida como um princípio e fundamento constitucional do Estado Brasileiro e pode ser definido como a garantia de fornecimento das necessidades vitais humanas de cada indivíduo, sendo essas necessidades de valores intrínsecos como um todo (LENZA, 2012). Sua previsão legal está positivada no artigo 1º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – CRFB/88 da qual enumera vários fundamentos da República, sendo a dignidade da pessoa humana um deles (BRASIL, 1988).

Decerto, “o princípio da dignidade da pessoa humana é um conceito filosófico e abstrato que determina o valor inerente da moralidade, espiritualidade e honra de todo o ser humano, independente da sua condição perante a circunstância dada” (FACHINI, 2021, s/p).

Já do ponto de vista econômico, a dignidade da pessoa humana é observada como finalidade e, não apenas como um meio de alcance dos resultados. Neste seguimento, assevera Bastos (1992, p. 148) que “sem dúvida, um acerto do constituinte, pois coloca a pessoa humana como fim último de nossa sociedade e não como simples meio para alcançar certos objetivos como, por exemplo, o econômico”.

Assim, vemos no artigo 170 da CRFB/88 o Estado Democrático de Direito estabelecer princípios para a ordem econômica e logo em seu *caput* dispor que todos eles devem se pautar na existência digna (BRASIL, 1988).

Por sua vez, notemos que a CRFB/88 é clara quanto aos permissivos, mas no que tange a dignidade da pessoa humana a interpretação fica mais ampla, enfatizando sempre que a liberdade de um vai até onde começa a liberdade do outro e, o sujeito de direitos poderá fazer tudo aquilo que a lei não proíbe, enquanto o Estado poderá fazer apenas aquilo que a lei lhe permite. Uma dessas permissões é quanto a intervenção mínima na propriedade privada, observada a justiça social e os direitos e garantias fundamentais (GASPARINI, 2001).

A proteção do Estado a ordem econômica e ao livre exercício da atividade é o marco inicial da organização do trabalho, previsto no parágrafo único do artigo 170: “É

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei” (BRASIL, 1988).

Como visto acima, a dignidade consiste num princípio basilar do Estado Democrático de Direito e de suma importância ao indivíduo. Nesse sentido, muitos descrevem que o acesso a essa dignidade pode advir da realização do trabalho, enquanto ação de manejo específico, organizado e historicamente determinado que pressupõe o contato do homem com a natureza e dessa relação surge um novo homem.

Nesse sentido, a sociedade muito dissemina a expressão “o trabalho dignifica o homem”. Todavia, o significado da expressão será que realmente é de conhecimento das pessoas?

“Dignificar significa dar dignidade, enobrecer e realmente o trabalho possui um papel muito importante para isso, desde que, claro, seja realizado em condições salubres e respeite o ser humano que está realizando aquela função” (MARQUES, 2020, s/p).

Ademais, ante o desenvolvimento até aqui apresentado ousou fazer um adentro e correlacionar o princípio da dignidade da pessoa humana, enquanto fundamento constitucional, com a dignidade humana amparada pelo Serviço Social.

Os princípios vigentes através da Lei nº 8.662 de 13 de março de 1993 (Código de Ética) enumeram 11 (onze) fundamentos que norteiam o Serviço Social, dos quais se observados a fundo destacam uma visão ampliada da dignidade humana constitucional que se alinha com as defesas marxistas em que propõe a superação do modelo de exploração capitalista motivada pela acumulação exagerada de riquezas e não na valorização das pessoas e sua essência.

De forma breve, ao discutir se o trabalho é mecanismo ou não de reconhecimento e consumação da dignidade humana estamos diretamente apontado que o trabalhador deve participar da democracia e das riquezas produzidas na sociedade, respeitando a autonomia e a liberdade de ambos e, acima de tudo afastando qualquer ato que possa afrontar os direitos humanos internacionalmente disseminados. Dentre outros fundamentos do Código de Ética destaco ainda a previsão da necessidade de criação de projetos que visem acabar com a exploração de classe, assim como defendia Marx e, colocando o serviço social como “mediador” desse impasse e como estimulador da sociedade e de outras categorias

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

profissionais na defesa e luta dos interesses dos trabalhadores visando, inclusive, garantir o acesso a toda a população a direitos fundamentais, sejam eles individuais, sociais ou políticos.

Assim, com base na sociedade capitalista sustentada no pilar da exploração do trabalhador e pela definição de dignidade, podemos dispor que o homem é dignificado através do trabalho? O trabalho tal como o capitalismo atualmente o apresenta possui o condão de oferecer dignidade ao homem? Se dignidade é a valorização de algo que é importante, será que o trabalhador recebe essa honra? São perguntas assim que, nos levam a contestar a expressão tão popular quem vem nordeando essa escrita.

### **O TRABALHO DIGNIFICA O HOMEM?**

Escutamos tantas vezes que o trabalho dignifica o homem, homem no sentido amplo da palavra. Já abordamos aqui também o que a sociologia entende por trabalho, inclusive sob a ótica de Karl Marx.

Todavia, o trabalho que supostamente é capaz de dignificar o homem consiste naquele “decente, que mantenha os trabalhadores livres, cuja remuneração seja suficiente para a sobrevivência do trabalhador” (FRANZ, FRANZ E BARCELLOS, 2014, p. 7).

Como dito acima, a dignidade consiste na valorização da pessoa e a garantia do Estado em oferecer meios e mecanismos de sua efetivação. Diante dessa entoação, a dignidade no âmbito do direito do trabalho consiste no fato de que o direito

[...] não se refere apenas ao trabalho, pura e simplesmente, mas sim ao trabalho decente, que se caracteriza por ser realizado em condições de liberdade, igualdade e segurança, bem como mediante remuneração capaz de garantir existência digna aos trabalhadores e a suas famílias. Mais uma vez, surge aí o atributo da dignidade, próprio dos direitos humanos e, mais especificamente, do trabalho decente – que, dessa forma, deve ser promovido por políticas diversificadas, articuladas, permanentes, universais e dotadas de prioridade no rol de iniciativas estatais (CAMPOS, 2011, p. 18).

Certamente, concordamos que o trabalho possui função transformadora e funciona como elemento fundante do ser social na tentativa de transformação do ser através da

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

transformação da natureza, o que por sua vez nos diferencia dos animais. Ademais, a função social dessa relação é a capacidade do homem em projetar finalidades/objetivos (teologia) e colocá-las em prática através da construção das ideias organizadas em sua consciência (objetivo), buscando através da projeção e construção o alcance de resultados que foram pensados previamente (abstrato) e, findando-se no objetivo: transformação homem-natureza (MARX, 2013).

É através do desenvolvimento dessas ideias que identificamos as características da organização do trabalho como instrumento de alienação do trabalhador, evidenciando a falsa consciência e submissão cega deste a valores e instituições pré-formadas e estabelecidas.

O trabalhador hoje pode ser resumido em: vive trabalhando para ganhar dinheiro e logo pensa na consumação. Esse ato de consumir gera mais vontade de consumo e logo faz com que o trabalhador trabalhe mais para satisfazer suas necessidades e o ciclo sempre se renova (FRANZ, FRANZ E BARCELLOS, 2014).

Além disso, as satisfações humanas são distintas considerado a sociedade em que se apresenta. Cada espaço social possui uma cultura e desta gera-se interesses e desejos do trabalhador (MARX, 2013). Urge aqui o questionamento: sabemos que é a partir do trabalho que as possibilidades de satisfação das necessidades básicas e não essenciais serão conquistadas e esta ideia nos aparece tão clara que parece ser inatas a nossa existência.

Assim, infere-se que:

Na realidade, em nossos dias o maior trabalho que o homem pode ter é o de encontrar trabalho e, quando o encontra, este vem munido de um salário mesquinho e miserável. Ao invés de dignificar o homem, escraviza-o, roubando-lhe todo o seu tempo e suas energias, que poderiam ser dispensados em algo enriquecedor de verdade, como o convívio familiar e a educação. Disso se infere que o trabalho só dignifica o homem quando este pode usar seus frutos a seu favor, quando pode tirar proveito dele. E não como vemos em nossos dias: pessoas sendo 'sugadas' pelos seus empregos, que tiram sua liberdade de lazer e lhes fecham a porta para a educação, mantendo-as prisioneiras e tornando-as apenas sobreviventes, ao invés de possibilitá-las melhores condições de vida (FRANZ, FRANZ E BARCELLOS, 2014. p. 9).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

As autoras acima acreditam que o trabalho não é capaz de dignificar o homem porque tende a escravizar o trabalhador e torná-lo dependente. Ainda defendem que a única ideia de que o trabalho dignifica seria a prevenção do indivíduo na prática de crimes ou ações desonrosas em troca de dinheiro alheio. A ideia aqui é que o trabalhador tenha uma consciência tranquila, mas não tranquila de que a remuneração recebida é suficiente para suprir suas necessidades, tranquila no fato de acreditar que foi merecedor de cada centavo.

No mesmo sentido, aborda Pereira (2008, s/p) que

[...] infelizmente na atualidade, vivemos numa sociedade de valores invertidos. O imediatismo, o consumismo, o individualismo e a busca desenfreada por lucros, tomaram conta da grande parcela da sociedade a corrompendo. A busca pelas vantagens sobre o outro superam os limites humanos, prova disto é o quadro de trabalhadores em situação de escravidão ou análoga a esta, ainda existente no território brasileiro, situação que agride profundamente a dignidade humana.

Corroborando com a ideia de que o trabalho por si só, da forma como o conhecemos no mundo capitalista não é capaz de promover dignidade, citamos Marx (2007, s/p):

A alienação do trabalhador em seu objeto é expressa da maneira seguinte, nas leis da Economia Política: quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem para consumir; quanto mais valor ele cria, tanto menos valioso se torna; quanto mais aperfeiçoado o seu produto, tanto mais grosseiro e informe o trabalhador; quanto mais civilizado o produto, tão mais bárbaro o trabalhador; quanto mais poderoso o trabalho, tão mais frágil o trabalhador; quanto mais inteligência revela o trabalho, tanto mais o trabalhador decai em inteligência e se torna um escravo da natureza.

Em contrapartida, Marques (2020) defende que o trabalho sim dignifica e ainda enumera 07 (sete) motivos: 1) promoção de sentimento de utilidade; 2) desafio; 3) geração de conhecimento e aprendizado constante; 4) fornece sustento; 5) fortalece a autoconfiança; 6) leva a relacionamento interpessoal e; 7) ocupa a mente.

Em síntese, o autor justifica seu pensamento dispondo que a dignidade promovida pelo trabalho promove a utilidade do homem no momento que este vê que suas ações são

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

capazes de promover algo maior e traz a ideia que ele é útil na realização de algo, fortalecendo a autoconfiança. Essa intenção de ser útil é capaz de estimular o trabalhador a ser capacitado e motivá-lo a sempre querer crescer e vencer mediante acúmulo de aprendizados. Outro fator que alimenta a dignidade do trabalho é a remuneração recebida em troca da prestação da força de trabalho e na criação de relações interpessoais, ainda que não vire amizade. Por fim, o último motivo que atesta a veracidade da expressão “o trabalho dignifica o homem” é outra expressão “mente vazia, oficina do diabo”. Aqui podemos inferir que o ditado propõe a ideia de que pessoas positivas e ativas dificultam que estas abram espaço na mente para alimentar negativismo e pensamentos ruins (MARQUES, 2020).

Podemos entender que o trabalho poderia dignificar o homem quando demonstrada características que são essenciais para a vida do homem, como por exemplo, garantia de subsistência ou remuneração equivalente a força de trabalho empregada ou, ainda, quando a remuneração recebida seja capaz de suprir as necessidades básicas e garantir o mínimo existencial ou que o trabalhador possa usufruir daquilo que produz.

Inúmeras são as possibilidades de constatação da dignidade humana adquirida pelo trabalho, mas por experiências próprias e bibliográficas vemos que não é bem assim que o mercado capitalista se impõe.

O desejo de lucro e mais lucro não permite que o trabalhador seja valorizado em sua gênese. Consoante o exposto, não é possível vislumbrar uma dignidade plena no atual cenário proposto pelo sistema capitalista. Vemos apenas a alienação do trabalhador e um ciclo de “trabalha para consumir e, quanto mais consome, mais o trabalhador se afoga em trabalho” ou ainda “o homem trabalha para viver e no final das contas, passa a vida trabalhando”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notório é que o trabalho é algo essencial na construção social e humana. Essa prática foi e é objeto de estudo até os dias atuais ante o impacto que as forças de trabalho provocam na sociedade.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

O presente estudo buscou analisar o trabalho como elemento fundante do ser social e a possível alienação proposta na ideia de que o trabalho dignifica o homem em observância à centralidade proposta pelo capitalismo.

No curso da escrita deslumbrou-se sobre o que se entende por dignidade humana do ponto de vista natural, econômico e jurídico e como a dignidade se apresenta no direito do trabalho.

A organização do trabalho, alienação e centralidade foram expostas conforme pensamento proposto por Karl Marx e nos levou a analisar se este é elemento fundante do ser social em contrapartida a exploração do capitalismo com ênfase na discussão da capacidade ou não do trabalho em ser instrumento de dignificação do homem.

Através da pesquisa bibliográfica, concluímos que é questionável o ditado de que “o trabalho dignifica o homem” se observarmos a ideia marxista. Para ele o trabalho pelo viés do capitalismo não é capaz de promover a dignidade em seu sentido mais amplo ante a alienação promovida através da organização do trabalho e da centralidade que este ocupa na sociedade. Apesar de ser possível elencar vários motivos que possivelmente poderiam dignificar o homem através do trabalho, conforme já exposto, conclui-se no sentido de que no sistema capitalista atual e o desejo exacerbado do lucro, a valorização do trabalhador não seria requisito essencial e tampouco prioridade.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, C. R. **Curso de Direito Constitucional**. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso: 28 nov. 2021.

CAMPOS, André Gambier. **Direito ao trabalho**: considerações gerais e preliminares. 1587 texto para discussão. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011.

FACHINI, Tiago. **Princípio da dignidade humana**: como surgiu e importância. Disponível em: <<https://www.projuris.com.br/principio-da-dignidade-humana/>>. Acesso: 21 nov. 2021.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

FRANZ, Edineia Chaves. FRANZ, Mirian Verônica. **O trabalho dignifica o homem? 2014.** Disponível: <[http://sites.fadismaweb.com.br/entremontes/anais/wp-content/uploads/2015/05/o-trabalho-dignifica-o-homem\\_-.pdf](http://sites.fadismaweb.com.br/entremontes/anais/wp-content/uploads/2015/05/o-trabalho-dignifica-o-homem_-.pdf)>. Acesso: 27 nov. 2021.

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo.** 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado.** 16. ed. rev. e ampl. - São Paulo: Saraiva, 2012.

MARX, Karl. **Primeiro Manuscrito:** Trabalho alienado. Escrito: entre abril e agosto de 1844. Primeira Edição: 1932. Fonte: Antivalor. Transcrição: Alexandre Moreira Oliveira, abril 2007. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/index.htm>>. Acesso: 28 nov. 2021.

MARX, Karl. **O Capital** - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod\\_resource/content/1/MARX%2C%20Karl.%20O%20Capital.%20vol%20I.%20Boitempo..pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod_resource/content/1/MARX%2C%20Karl.%20O%20Capital.%20vol%20I.%20Boitempo..pdf)>. Acesso: 20 nov. 2021.

MARQUES, José Roberto. **O trabalho dignifica o homem** – qual a importância dessa frase. 2020. Disponível em: <<https://www.ibccoaching.com.br/portal/desenvolvimento-de-lideranca/o-trabalho-dignifica-o-homem/>>. Acesso: 28 nov. 2021.

MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. **Economia Política:** uma introdução crítica. – 8. Ed.- São Paulo: Cortez, 2012.

PEREIRA, Luciana Francisco. **A dignidade do trabalho e os direitos sociais constitucionais trabalhistas frente à mão-de-obra escrava.** 2008. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-58/a-dignidade-do-trabalho-e-os-direitos-sociais-constitucionais-trabalhistas-frente-a-mao-de-obra-escrava/>>. Acesso em: 27 nov. 2021.

PIRES, Elvira Denise. **Divisão Social do Trabalho.** Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/divsoetra.html>>. Acesso: 29 nov. 2021.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral

Eixo Temático - Serviço Social, Trabalho e Formação Profissional

## **AVALIAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NOS PROCESSOS DE TRABALHO NO CREAS**

**ASSESSMENT IN SOCIAL SERVICE IN WORK PROCESSES AT CREAS**

Thiago Agenor dos Santos de Lima<sup>1</sup>

**RESUMO:** O trabalho versa nas discussões teóricas da área de conhecimento do serviço social a respeito da temática Avaliação em Serviço Social, através de um levantamento bibliográfico e documental. Chega-se como resultado da pesquisa, que ao tratar a temática no âmbito do trabalho profissional, existem uma forma às avessas daquilo que existem na produção acadêmica sobre a temática.

**PALAVRAS-CHAVE:** Produção de documentos; Dimensão técnico-operativa; Violações de Direitos.

**ABSTRACT:** The work deals with theoretical discussions in the area of knowledge of social work regarding the theme Evaluation in Social Work, through a bibliographic and documentary survey. As a result of the research, when dealing with the theme within the scope of professional work, there is a reverse form of what exists in the academic production on the subject.

**KEYWORDS:** Document production; Technical-operative dimension; Rights Violations.

---

<sup>1</sup> Assistente Social. Doutorando em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. E-mail: thiagomuru2006@hotmail.com

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte integrante da pesquisa de doutoramento em andamento intitulada “AS PARTICULARIDADES DO TRABALHO DOS/DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO CREAMS NA REGIÃO DE ARAÇATUBA-SP: competências, atribuições, requisições e demandas” do Programa de Estudos Pós-Graduandos em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), para este trabalho trazemos a discussão a respeito das chamadas requisições ou demandas para os/as assistentes sociais que desenvolvem trabalho no CREAMS/PAEFI realizem a avaliação social de indivíduos e/ou famílias que estão em acompanhamento no serviço socioassistencial.

Sendo a avaliação em Serviço Social uma atribuição de assistentes sociais, a partir da literatura levantada, verifica-se uma lacuna na produção da área, ao qual, muitas das vezes, os profissionais ao serem requisitados a desenvolver tal ação, acabam denominando como uma requisição indevida, o que contrária a priori toda a direção social contida no projeto ético-político.

Portanto, a partir da pesquisa de campo realizada na região de Araçatuba, interior de São Paulo, com a aplicação de um questionário e entrevistas, apresentamos neste espaço algumas provocações iniciais sobre o tema, buscando na literatura da profissão abordar a temática da Avaliação em Serviço Social. Não se tem a intenção de esgotar as discussões, mas incitar para futuras pesquisas sobre a temática.

## DESENVOLVIMENTO

No Brasil, a partir de 2004 é realizado a instalação de um sistema único para a assistência social, ao qual, prevê a atenção especializada e básica, a primeira a ser desenvolvida nos serviços socioassistenciais de proteção social especial de média e alta complexidade, ao qual, serão referenciados pelo CREAMS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Nas unidades de CREAS passaram a compor a equipe de ensino superior, assistente social, psicólogos, advogados e outros a partir da realizada local. O profissional com formação em Serviço Social, tem uma relação histórica e política com o desenvolvimento da política de assistência social no país. Sua inserção no âmbito do CREAS ocorre pela capacidade de mobilização de conhecimentos para intervir nas chamadas violações de direitos. Para que isso ocorra é através das dimensões teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativa que proporciona a capacidade de intervir nas demandas e requisições que chegam até as unidades. Dessa forma também, esses profissionais buscam nas chamadas competências e atribuições regulamentada pela legislação, um arcabouço jurídico, normativo e formativo para criar suas respostas profissionais.

Para que possamos reconhecer melhor as particularidades do trabalho de assistentes sociais realizados no CREAS, foi realizada no ano de 2020 uma pesquisa de campo na região administrativa de Araçatuba, interior de São Paulo, ao qual, foi levantado a existência de 10 unidades de CREAS, tendo 20 assistentes sociais lotados nos serviços socioassistenciais. Em seguida, foi feito contato com os gestores municipais, e permitido a realização de aplicação de questionário e entrevistas com as profissionais. A pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética e pesquisa da Universidade Estadual de Londrina – UEL.

Da realização da pesquisa, as profissionais que responderam e participaram das entrevistas são todas do sexo feminina, e um dos pontos que houve maior discussão trazida pelos questionários e nas entrevistas, são as requisições e demandas advindas ou por órgãos do poder judiciário, ministério público, delegacias e da própria coordenação da entidade, são a necessidade de realizar avaliação social

Uma requisição institucional (e em outros casos aparecem como demanda por parte das próprias profissionais) é a necessidade de as assistentes sociais realizarem a avaliação social. Na lei de regulamentação da profissão a avaliação aparecem como:

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social: I - elaborar, implementar, executar e **avaliar** políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e **avaliar** planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; VII - planejar, executar e **avaliar** pesquisas que possam contribuir para a

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social: I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e **avaliar** estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; VI – treinamento **avaliação** e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; (BRASIL, 1993, s/p)

A própria legislação prevê a execução de processo avaliativo a ser realizada pelas assistentes sociais em diferentes espaços sócio-ocupacionais, ao mesmo tempo que demarcam sua realização seja (i) como uma atribuição privativa para avaliar situações das mais diversas expressões da questão social; (ii) como função para avaliar as configurações das políticas sociais, pressupondo conhecer e explicitar “a dimensão, significado, abrangência, funções, efeitos e enfim, todos os elementos que atribuem formas e significados das políticas sociais”. (BOSCHETTI, 2009, p. 576); (iii) como atribuição privativa de assistentes sociais para realizar ações e atividades acadêmicas relacionadas a área de Serviço Social; e (iv) como atribuição privativa para a avaliação do processo de supervisão direta de estagiários de Serviço Social<sup>2</sup>, sejam na função de supervisão acadêmica ou supervisão de campo, pois estas funções “requer conhecimentos específicos que são adquiridos exclusivamente com a formação em Serviço Social. (MESQUISTA, 2019, p. 179), e o processo de avaliação deve ser realizada como processo educativo de acompanhar o desenvolvimento de habilidades necessárias para a formação e o trabalho profissional.

Dessa forma, a compreensão da avaliação no âmbito do Serviço Social não deve ser confundida apenas como sendo “uma análise da condição de vida de indivíduos e famílias”, como competência e atribuição possui diferentes abordagens e se têm distintos objetivos, todavia, sendo que é uma profissão que coloca em movimento esta análise avaliativa, ela também utiliza seus fundamentos.

Magalhães (2011) nos ensina que a avaliação é entendida como ato de calcular, apreciar, ajuizar, julgar e que sua concepção pode chegar até formar um juízo crítico a respeito de determinado assunto, campo, área, situação ou outro objeto de interesse do

---

<sup>2</sup>Vide a Resolução CFESS nº. 533, de 29 de setembro de 2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. Como também, as reflexões jurídicas exaladas pela Sylvania Terra no Parecer Jurídico CFESS nº. 012/98, de 17 de março de 1998, que trata da supervisão direta: conceito, abrangência e alcance. Ainda, oportuno ressaltar a existência no âmbito dessa profissão da Política Nacional de Estágio, bem como, um crescimento (mesmo que não a contento) de produções científicas tendo como objeto o estágio e a supervisão no âmbito do Serviço Social.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

avaliador. Tem-se a ideia ed avaliação pode ocorrer por um profissional especialista da área ou por um sujeito a partir de seu conhecimento moral.

No primeiro caso, a avaliação profissional, é uma competência dada a alguns profissionais, seja no âmbito normativo ou de função dada pela instituição, a partir dos conhecimentos advindo de determinadas formações acadêmicas e do aprendizado empírico. A avaliação pressupõe a indicação de objetivo (s), estabelecimento de critérios de referência profissional, escolhas de direcionamento teórico-metodológico e uma dimensão ética-política, análise institucional, as demandas dos usuários, as hipóteses iniciais para a realização da ação, escolha de instrumentos e técnicas a serem utilizadas. (MAGALHÃES, 2011).

A avaliação é um processo constante realizada no âmbito das instituições, sejam para avaliarem as situações dos usuários e dos serviços prestados, ela indica, propõe e direciona, mas nunca pode ser dada como conclusiva. Por essa razão, quem está realizando a avaliação também precisa ser avaliado constantemente perante as decisões aos quais são tomadas no processo avaliativo. Este processo de modo geral tem o seu encerramento perante a apresentação de um parecer/documento, que em síntese remete-se ao sucesso/fracasso, desempenho e alcance dos objetivos. (BOSCHETTI, 2009).

Dessa forma, as/os assistentes sociais em diferentes instituições colocam em movimento procedimentos da avaliação, pois ao realizar o planejamento e execução das ações, precisam demonstrar a) os resultados e a eficácia das atividades desenvolvidas; b) a qualidade das ações executadas e os impactos sobre os processos sociais; c) a confiabilidade do público-alvo e da sociedade perante a execução da ação; d) demonstrar o impacto concreto e subjetivo das ações; e) Apoiar nas decisões de investimentos e também quais são os serviços a serem desenvolvidos para atender as demandas. (MIOTO e NOGUEIRA, 2009).

Optou-se neste estudo, a partir das contribuições advindas das pesquisas de Fávero, Franco e Oliveira (2020; 2021) ao debaterem a respeito de perícia social e perícia em serviço social ou sobre estudo social e estudo em serviço social, ao invés de utilizar as terminologias “Avaliação Social” utilizaremos os termos “Avaliação em Serviço Social”, posto que a área social não é objeto exclusivo de uma profissão, bem como, a partir dessa mudança, reconhecemos uma particularidade dos assistentes sociais quando são convocados a realizar um processo avaliativo. Nos resultados desse processo avaliativo está posto a

realização de estudo em serviço social, dessa forma, estamos referindo a uma atribuição profissional exclusiva da (do) assistente social.

Fávero, Franco e Oliveira (2020) no ensinam que a avaliação consiste em tomada de decisão praticamente em todas as atividades realizadas, e que estas podem ser desenvolvidas pela realização de estudo em serviço social realizado pelos assistentes sociais, e que estes tem competências para a emissão de opinião técnica por meio de relatórios ou laudos, relativa ao objeto de análise.

Ainda, a respeito das discussões sobre avaliação, as autoras Fávero, Franco e Oliveira (2020) demonstram as requisições que chegam até as instituições, demandando aos assistentes sociais, no trabalho multiprofissional, a realização de avaliação (ões) psicossocial<sup>3</sup>, ao qual, aponta-se, entre tantas outras questões que podem ser também incluídas neste debate, ousou aqui a fazer alguns destaques:

a) O objetivo dessa requisição passa a ser a busca por uma prática profissional de cunho terapêutico. Uma ação presente no início da profissão, que após acúmulo da categoria, foi expedida a Resolução CFESS N° 569, de 25 de março de 2010 (que dispõe sobre a vedação da realização de terapias associadas ao título e/ou ao exercício profissional do assistente social). Se a avaliação psicossocial é método da psicologia, ao ser requisitado a esta prática, o profissional deve valer-se desta resolução para fundamentar que “a realização de terapias não constitui matéria, conteúdo, ou objeto do curso de graduação em Serviço Social, conforme estabelece a Resolução CNE/CES/MEC n° 15, de 13 de março de 2002”;

b) Objetiva-se a produção de um único documento, isso contrapõe os preceitos da Resolução CFESS n°. 557 de 15 de setembro de 2009 (que dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais.) e em destaque ao seu Art. 4°. Prevê que em trabalho multiprofissional, os assistentes sociais deverão garantir a sua especificidade técnica, destacando a sua área de conhecimento

<sup>3</sup>Importante registrar que no momento que estávamos escrevendo o trabalho, o Conselho Federal de Psicologia publicou no site a RESOLUÇÃO N° 2, DE 21 DE JANEIRO DE 2022, que regulamenta normas e procedimentos para a avaliação psicossocial no contexto da saúde e segurança do trabalhador, em atendimento às normas regulamentadoras emitidas pela Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia ou órgão correlato. O documento pode ser acessado no link: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2-de-21-de-janeiro-de-2022-376060460>

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

separadamente, delimitando o âmbito de atuação, o objeto de trabalho, os instrumentos utilizados, a análise social e outros componentes;

c) No caso do SUAS, citamos também que pelo não cumprimento aos preceitos da NOB/SUAS/RH/2006 e as legislações posteriores, buscam os gestores a tentativa de desespecializar as profissões, incluído requisições indevidas as profissões. Como também, não reconhecem que em situações de desproteções sociais, o campo/área das profissões movimentam conhecimentos e saberes interligados para a rupturas com situações de violações; e,

d) Existe um desconhecimento de forma geral a respeito da definição de psicossocial, acabando assim a utilizar a terminologia de forma simplista. (FÁVERO, FRANCO E OLIVEIRA, 2020).

A Avaliação em Serviço Social deve ser localizada na direção social dada pelo projeto ético-político profissional, cujos fundamentos históricos e teórico-metodológicas, orientados por valores e princípios éticos numa perspectiva totalizante e crítica e que comparecem no conjunto das regulamentações profissionais, como a Lei nº 8662/1993, de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética do/a Assistente Social de 1993, as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social da ABEPSS, de 1996, e a Política Nacional de Estágio da ABEPSS, de 2009, e no conjunto de notas, resoluções, publicações do Conjunto CFESS/CRESS, da ABEPSS e da ENESSO.

Ainda, a Avaliação em Serviço Social, devem ter pressupostos ético-políticos no desenvolvimento de ações que se orientam em princípios e valores ontológicos fundamentais, como liberdade, equidade, universalidade, socialização da riqueza e emancipação e nas formas de comportamento como respeito à diversidade, defesa da autonomia e da alteridade, recusa do arbítrio, do autoritarismo, da discriminação e do preconceito. (BARROCO, 2009, p.131).

A Avaliação em Serviço Social, tem no seu *modus operandi*, a utilização de um arsenal de métodos e técnicas avaliativas, sobretudo das ciências sociais, mas não deve ser desprovida de uma criticidade acerca de fenômenos sociais que marcam a vida da classe trabalhadora, e a função do Estado e das políticas sociais no enfrentamento das desigualdades sociais.

No trabalho profissional, a Avaliação em Serviço Social, é utilizada para atingir objetivos definidos e encontrar respostas a determinadas questões propostas. Para chegar a um “resultado avaliativo”, as/os assistentes sociais têm no estudo em serviço social elementos necessários, isto é, somente vai ser realizado uma avaliação, se os profissionais colocarem em movimento e materialidade esta atribuição.

A Avaliação em Serviço Social é um processo que necessita está contextualizado e que objetiva a *“compreender os fenômenos sociais em seus complexos e contraditório processo de produção e reprodução, determinadas por muitas causas e inseridos na perspectiva de totalidade”*, (BOSCHETTI, 2009, p. 580), visando proceder com um parecer a respeito da situação. Neste sentido, ao utilizar a atribuição de avaliar na área do Serviço Social, os profissionais realizam um processo de investigação, análise e parecer sobre a uma determinada situação de desproteção social.

A Avaliação em Serviço Social deve inscrever sua análise sobre a matéria ou área de intervenção profissional, não deve oferecer respostas a eventuais requisições ou quesitos que fogem ao campo dessa profissão, mesmo que em algum momento, os próprios indivíduos e as famílias relatem situações que no campo dos saberes referir se a outras profissões, cabem enquanto dever profissional, orientar onde estes vão poder contar com este serviço ou profissional.

Na Avaliação em Serviço Social, existente algumas informações sobre a situação a ser estudada, logo, pela capacidade profissional, este tem autonomia para planejar as ações a serem realizadas, escolher os instrumentos e técnicas, levantar algumas hipóteses que serão confirmadas ou não, identificar a rede familiar (origem, extensa e de apoio), identificar nos territórios unidades que tem ou podem ser referência para a situação identificada e entre muitos outros procedimentos para a presente avaliação.

Em uma exitosa análise Moreira (2017) em Nota Técnica para o CFESS traz contribuições acerca das avaliações sociais realizadas por assistentes sociais no âmbito do INSS para concessão de BPC, sendo nestas ações deveram qualificar as barreiras dos fatores ambientais, aspectos sociais e pessoais, dificuldades referentes a limitação dos usuários no desempenho de suas atividades e a restrições da participação social, comprometimento da renda familiar presente no atendimento das necessidades básicas de vida, apoios e

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

relacionamentos familiares existentes, acessos as políticas sociais, condições de moradias e outros gastos familiares e, dentre outras variáveis, após deve ser registrado sua avaliação imprimindo a opinião profissional sobre a referida situação em consonância com o objetivo que gerou a solicitação do parecer, de forma nítida, objetiva e conclusiva.

Neste entendimento, compreendemos que o Laudo Social é o documento utilizado para descrever a Avaliação em Serviço Social, pois muitas das vezes identificam os resultados/produto da Avaliação em Serviço Social, ainda:

O laudo é o registro que documenta as informações significativas, recolhidas por meio do estudo social, permeado ou finalizado com interpretação e análise. Em sua parte final, via de regra, registra-se o parecer conclusivo, do ponto de vista do Serviço Social. Conclusivo no sentido de que deve esclarecer que, naquele momento e com base no estudo científico realizado, chegou-se à determinada conclusão. Para a efetivação desse registro, o profissional vai ter como referência conteúdos obtidos por tantas entrevistas, visitas, contatos, estudos documental e bibliográfico que considerar necessários 25 para a finalidade do trabalho. (FAVERO, 2009, p. 631).

Dessa forma, ao identificar a “Avaliação em Serviço Social” como uma requisição institucional, verifica-se que este é primeiro uma atribuição, e que sua realização no âmbito dos processos de trabalho instituídos pelo CREAS tem uma particularidade fundamental para a realização do diagnóstico familiar e a necessidade de um trabalho profissional para com as mais diversas situações de violações de direitos.

Como também, a chamada “Avaliação em Serviço Social” extrapolam a relação profissional-sujeito/usuário, e tem outros contornos ao longo do trabalho realizado pelos assistentes sociais que desenvolvem suas atividades no âmbito do CREAS<sup>4</sup> ocorrendo em diversos momentos dos processos de trabalho, podendo ser sintetizado como seguem:

a) São requisitados aos assistentes sociais pelo sistema de justiça local a realização de avaliação social perante as situações de violações de direitos aos quais estão submetidas os usuários;

<sup>4</sup> A síntese desse processo ocorreu após a sistematização da pesquisa de campo e das entrevistas com as assistentes sociais da região administrativa de Araçatuba/SP.

b) Os órgãos gestores requisitam aos profissionais um processo de avaliação para o aprimoramento dos serviços socioassistenciais oferecidos na unidade do CREAS, aos quais, estes elaboram relatórios mensais e expedem os técnicos de referências ou diretores de proteção social especial;

c) Avaliação dos processos de desenvolvimento da política de assistência social, principalmente em momento de construção do Plano Municipal de Assistência Social (PMAS-web) e do Plano PluriAnual. Estes informaram que participam desse processo através de reuniões com diversos autores da rede socioassistencial e alguns são membros dos conselhos municipais de assistência social, ora pela cadeira de trabalhadores, ora representando o poder público. Um número pequeno de profissionais de dois municípios informaram que a coordenação da unidade realize reunião para estes atos, bem como preenchem instrumental advindo do órgão gestor;

d) Avaliação realizada pelo profissional perante o desempenho do trabalho executado, possibilitando responder as necessidades de aprimoramento, atualização e reciclagem; (MIOTO e NOGUEIRA, 2009).

e) Avaliação realizada pelos assistentes sociais em conjunto com profissional de psicologia e do direito, com um levantamento das situações de desproteções sociais, e em seguida a elaboração de um plano familiar;

f) Avaliação de estagiários remunerados<sup>5</sup> de Serviço Social que estão sob supervisão das assistentes sociais;

g) Participação em audiências concentradas para avaliarem a situação das famílias e suas crianças e adolescentes que estão em acolhimento institucional;

h) Participação em reuniões de rede de proteção social (envolvendo majoritariamente outras políticas sociais), para avaliarem situações dos indivíduos e famílias e auxiliarem no processo de atenção a ser oferecido por meio da rede intersetorial a eles;

Entendemos que ao eleger a “Avaliação em Serviço Social” como uma requisição institucional indevida, estes profissionais majoritariamente citam a pressão que sofrem das delegacias, do ministério público e do poder judiciário para a realização de uma prática

---

<sup>5</sup> Nesta região todos as profissionais que disseram possuir estagiários de Serviço Social expuseram que estes recebem uma bolsa de estágio.

profissional com capacidade para “criar provas”, através de investigação/inquirição dos indivíduos e famílias, e em seguida remeter as conclusões de seus laudos/relatórios a estas instituições para que estas cumpram com seu dever de : prender, promover a ação penal pública e julgar os atos cometidos.

Ora, o que se tem neste cenário é as requisições destas unidades extrapolando sua área de atuação e impondo ao poder público municipal prerrogativas que são dessas próprias instituições. Compreendemos há existência de um sucateamento em todos as instituições públicas, bem como, a falta de profissionais também nestes espaços, mas isso não é justificativa para imposição de intervenção que não cabem no âmbito do SUAS, por sua vez, no PAEFI/CREAS.

No campo do SUAS, a NOTA TÉCNICA N.º 02/2016/ SNAS/MDS<sup>6</sup> (que dispõem sobre a relação entre o Sistema Único de Assistência Social- SUAS e os órgãos do Sistema de Justiça), trouxe as responsabilidades posto a política de assistência social na sua interinstitucional, presente nos territórios, com os órgãos do Sistema de Justiça, tais como Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, que em síntese podemos afirmar:

1.) A necessidade de que a gestão municipal estabeleça “articulação institucional entre os diversos atores que compõem a rede, a fim de definir estratégias de trabalho, fluxos de atendimento e encaminhamentos, construindo a complementariedade e a intersetorialidade, evitando que as ações se tornem personificadas, frágeis e não duradouras”. (BRASIL/MDS/SNAS, 2016, p. 3);

2.) Quando o Sistema de Justiça tomar conhecimento sobre situações de violação de direitos, deverá acionar gestão da política de assistência social, pois este tem a “competência para analisar e propor os encaminhamentos mais adequados às especificidades das situações identificadas na rede de serviços e suas respectivas unidades no território”. (BRASIL/MDS/SNAS, 2016, p. 4-5);

3) Reafirmou também as estratégias metodológicas e instrumentais técnicos operativos que podem ser utilizados pelos profissionais no que tange o trabalho social, sendo: acolhida, visita domiciliar, prontuário, Plano Individual de Atendimento para serviços de

<sup>6</sup> A presente nota poderá ser acessada na íntegra pela página da internet pelo link: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia\\_social/nota\\_tecnica\\_120520016.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nota_tecnica_120520016.pdf)

acolhimento, Plano Individual de Atendimento para o Serviço de Medida Socioeducativa de LA e PSC, Relatório Técnico sobre o Acompanhamento Familiar (relatório para uso interno do SUAS e Relatório para uso externo do SUAS, Relatório Técnico de Acompanhamento do Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto, Relatório Mensal de Acompanhamento dos Serviços;”. (BRASIL/MDS/SNAS, 2016);

4) Foi realizado a indicação de uma série de instrumentos e procedimentos que extrapolam as funções do SUAS, na medida em que se caracterizam como processos de responsabilização ou de caráter investigativos, tais como: a) Realização de Perícia; b) Inquirição de vítimas e acusados; c) Oitiva para fins judiciais; d) Produção de provas de acusação; e) Guarda ou tutela de crianças e adolescentes de forma impositiva aos profissionais do serviço de acolhimento ou ao órgão gestor da assistência social, salvo nas previsões estabelecidas em lei; f) Curatela de idosos, de pessoas com deficiência ou com transtorno mental aos profissionais de serviços de acolhimento ou ao órgão gestor da assistência social, salvo nas previsões estabelecidas em lei; g) Adoção de crianças e adolescentes; h) Averiguação de denúncia de maus-tratos contra crianças e adolescentes, idosos ou pessoas com deficiência, de violência doméstica contra a mulher. (BRASIL/MDS/SNAS, 2016);

5) A nota reafirma que as atribuições das equipes técnicas dos serviços socioassistenciais “diferem, sobremaneira, das atribuições dos profissionais que integram, ou deveriam integrar, equipes multiprofissionais dos órgãos do sistema de justiça, tais como o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública.” (BRASIL/MDS/SNAS, 2016, p.12);

6) E encerra a nota afirmando que quando os órgãos de justiça requisitam ações, atividades, ou elaboração de documento não condizentes com as funções dos serviços sociais, enseja prejuízos ao exercício da função de proteção social e o alcance nos objetivos do SUAS, comprometendo o trabalho social desenvolvidos com os indivíduos e as famílias, como em muitos casos podem quebrar as relações de confiança ou vínculos entre os profissionais e usuários. (BRASIL/MDS/SNAS, 2016).

Nas entrevistas realizadas com as profissionais, percebe-se o não conhecimento dessa normativa, bem como, mesmo tendo o aparato legal, as requisições intituladas como indevidas, por parte dos órgãos de justiça prevalecem, principalmente para que as/os

assistentes sociais realizem avaliações, relatórios, laudos e pareceres, a fim de subsidiar ou assessorar no conhecimento dos aspectos socioeconômicos, culturais, interpessoais, familiares, institucionais e comunitários, dentre outros quesitos, devido as situações de negligência, violências, abandono e maus tratos sofridos por crianças, adolescentes, pessoa com deficiência, idosos e mulheres.

Importante também aqui sinalizar que no âmbito do Conjunto CFESS/CRESS existem diversas mobilizações para que os órgãos não realizem estas requisições, inclusive foi elaborado, com autoria da assessora jurídica dessa entidade a Sra. Sylvia Helena Terra, um Parecer Jurídico nº. 10, de 05 de março de 2012 (que dispõem de determinação emanada do poder judiciário, mediante intimação a assistentes sociais lotados em órgãos do Poder Executivo e outros para elaboração de estudo social, laudos, pareceres/ Caracterização de imposição pelo Poder Judiciário, de trabalho não remunerado, gerando carga de trabalho excessiva)<sup>7</sup>, aos quais destacamos alguns pontos:

1) O parecer aponta duas situações gravíssimas ocorridas com os assistentes sociais no país: 1.1) Assistentes Sociais, lotadas no serviço público municipal ou estadual, estão sendo surpreendidas pelo poder judiciário e outros órgãos a elaboração de pareceres, laudos sociais e outros em processos ou procedimentos judiciais que tramitam naquele âmbito; e 1.2) Essas assistentes sociais não estão sendo intimadas, de forma absolutamente autoritárias, por entidades do sistema sociojurídico ou juízes da comarca, a prestar serviços gratuitos a estas, e sob pena de desobediência, são dito a elas que haverá pedido de instauração de processo administrativo e outros.

2) O parecer remete ao entendimento que os assistentes sociais podem contribuir como cidadão no processo como parte, prestando depoimento como testemunha, de fatos que tenha conhecimento, prestando um serviço voluntário, se assim tiver interesse, no entanto, atividades compulsórias que estão sendo determinadas aos profissionais pelo judiciário violam o princípio constitucional, o artigo 339 do Código de Processo Civil e os princípios do direito administrativo e do trabalho;

3) O parecer ainda destaca as diferenças existentes no âmbito do poder público e do judiciário, no que tange o campo de especialização daquela entidade, requerendo dos

<sup>7</sup> O presente parecer pode ser acessado no link: <http://www.cfess.org.br/arquivos/PAR-JUR-10-12.pdf>

profissionais um enorme esforço e dispêndio e tempo para realizar a tarefa requisitada. Outrossim, reafirma os preceitos do código de ética, ao qual é vedado a prática profissional para atividade que o profissional não se sente preparado;

4) O parecer também traz elementos de outro Parecer Jurídico de nº. 30 de 02 de setembro de 2010<sup>8</sup>, informando que quando convocados para ação de perícias as assistentes sociais podem requisitar o pagamento de honorários; e,

5) Quando o profissional for convocado, este não possuindo condições de realizar a atividade, pode justificar por escrito, em prazo de cinco dias, justificando teórica e eticamente as razões pelas quais não pode cumprir a requisição. Afirma, ainda que o Juiz pode não acatar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que ao eleger a “Avaliação em Serviço Social” como uma requisição institucional indevida, estes profissionais majoritariamente citam a pressão que sofrem das delegacias, do ministério público e do poder judiciário para a realização de uma prática profissional com capacidade para “criar provas”, através de investigação/inquirição dos indivíduos e famílias, e em seguida remeter as conclusões de seus laudos/relatórios a estas instituições para que estas cumpram com seu dever de : prender, promover a ação penal pública e julgar os atos cometidos. Ora, o que se tem neste cenário é as requisições destas unidades extrapolando sua área de atuação e impondo ao poder público municipal prerrogativas que são dessas próprias instituições. Compreendemos há existência de um sucateamento em todos as instituições públicas, bem como, a falta de profissionais também nestes espaços, mas isso não é justificativa para imposição de intervenção que não cabem no âmbito do SUAS, por sua vez, no PAEFI/CREAS.

No campo do SUAS, a NOTA TÉCNICA N.º 02/2016/ SNAS/MDS (que dispõem sobre a relação entre o Sistema Único de Assistência Social- SUAS e os órgãos do Sistema de Justiça), trouxe as responsabilidades posto a política de assistência social na sua

<sup>8</sup> O presente parecer pode ser acessado no link: <https://www.sigas.pe.gov.br/files/12122016035605-6.parecer.juridico.no.30.de.2010.judiciario.pdf>

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

interinstitucional, presente nos territórios, com os órgãos do Sistema de Justiça, tais como Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, o que por sua vez, precisamos enquanto profissionais estar atento para responder demandas para aos quais estamos qualificados profissionalmente e institucionalmente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS/ABEPSS (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Lei n ° 8.662, de 7 de Junho de 1993 Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)

MAGALHÃES. S. M. Avaliação e linguagem: relatórios, laudos e pareceres. 3. ed. São Paulo: Veras, 2011.

MESQUITA, Andréa Pacheco de. **Supervisão Acadêmica**. In: MESQUITA, Andréa Pacheco. GUERRA, Yolanda. GONÇALVES, André de Menezes. (Orgs.). Dicionário Crítico: Estágio Supervisionado em Serviço Social. 1. ed. – Fortaleza: Editora Socialis, 2019. 208.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Sistematização, planejamento e avaliação das ações profissionais. In: Mota, Ana Elizabete; Bravo, Maria Inês Souza; Uchoa, Roberta; Nogueira, Vera; Gomes, Luciano; Teixeira, Marlene. (Org.). Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional. 4ed. São Paulo: Cortez, 2009, v. p. 273-303.

BRASIL. MDS. SNAS. Nota Técnica nº. 02/2016. Nota Técnica sobre a relação entre o Sistema Único de Assistência Social- SUAS e os órgãos do Sistema de Justiça., 2016. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia\\_social/nota\\_tecnica\\_120520016.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nota_tecnica_120520016.pdf) >. Acesso em: 20. fev. abr. 2022.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral  
Eixo Temático - Serviço Social, Trabalho e Formação Profissional

## **EXERCÍCIO PROFISSIONAL E SERVIÇO SOCIAL: OS DESAFIOS DE UMA PROPOSTA EXTENSIONISTA**

PROFESSIONAL EXERCISE AND SOCIAL WORK: THE CHALLENGES OF AN EXTENSIONIST PROPOSAL

Celeste Anunciata Baptista Dias Moreira<sup>1</sup>  
Renata Gomes da Costa<sup>2</sup>  
Marta Cláudia da Silva de Oliveira<sup>3</sup>  
Rebeca Roberto Morais Santos<sup>4</sup>

**RESUMO:** A Extensão Universitária, através de sua regulamentação, expandiu-se, vem alcançando novos espaços de visibilidade na relação com a sociedade. A construção de ações extensionistas voltadas para a capacitação profissional é uma estratégia que visa contribuir para qualificar profissionais em matéria de Serviço Social na perspectiva crítica, por meio da ampliação de conhecimento sobre temas relativos ao exercício profissional, à supervisão de estágio e, com isso, ampliar espaços de educação continuada de profissionais – ação prevista no Código de Ética da profissão. O fortalecimento do Serviço Social na contemporaneidade exige investimento permanente em ações que favoreçam a valorização do projeto profissional coletivamente criado, com base nas referências normativas defendidas pela categoria.

**PALAVRAS-CHAVES:** Extensão Universitária; Serviço Social; Conhecimento; Educação Continuada; Conhecimento.

**ABSTRACT:** The University Extension, through its regulation, has expanded, has been reaching new spaces of visibility in the relationship with society. The construction of extension actions aimed at professional training is a strategy that aims to contribute to qualify professionals in the field of Social Work in a critical perspective, through the expansion of knowledge on topics related to professional practice, internship supervision and, with that, expand spaces for continuing education for professionals – an action provided for in the profession's Code of Ethics. The strengthening of Social Work in contemporary times requires permanent investment in actions that favor the valorization of the collectively created professional project, based on the normative references defended by the category.

**KEYWORDS:** University Extension; Social Work; Knowledge; Continuing Education; Knowledge.

<sup>1</sup>Doutora em Serviço Social e Docente da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

<sup>2</sup>Doutora em Serviço Social e Assistente Social da Coordenação de Estágio da Escola de Serviço Social da UNIRIO.

<sup>3</sup>Bacharel em Serviço Social pela UNIRIO e Assistente Social colaboradora do Projeto de Extensão.

<sup>4</sup>Graduanda em Serviço Social na UNIRIO e Bolsista do Projeto de Extensão.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## INTRODUÇÃO

As iniciativas a respeito da extensão universitária devem, cada vez mais, alcançar visibilidade nos espaços de troca de saber e de conhecimento a respeito da realidade. O texto em tela é resultado dos esforços em torno de uma experiência extensionista na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). O Projeto de Extensão “Serviço Social e Direitos: Exercício profissional e planejamento no âmbito das políticas públicas” teve início em 2020 e é uma iniciativa da Coordenação de Estágio em Serviço Social com vistas a ampliar seu espaço de atuação e estreitar o diálogo entre a Universidade e a sociedade. As atividades propostas estão cadastradas na Pró-Reitoria de Extensão e têm como referência normativa a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 e a Resolução nº 7/2018, no seu artigo 3º, que trata da concepção da atividade extensionista na Universidade e sua interação com a sociedade.

Ações extensionistas dizem respeito a um “processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade (FORPROEX, 2020, p.5)”. As trocas estabelecidas nesta dinâmica são plurais e abarcam as perspectivas interdisciplinar, educativa, cultural, científica e política. De acordo com o Plano Nacional de Extensão Universitária, essas ações devem superar a disseminação de conhecimento, a lógica de prestação de serviços e a difusão cultural que marca historicamente as relações estabelecidas entre Universidade e sociedade.

Segundo Batista e Kerbaui (2018), a primeira referência legal à extensão universitária no Brasil foi o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, no primeiro ano da era Vargas. O ministro Francisco Campos providenciou a elaboração do Estatuto das Universidades Brasileiras, que se destinava “principalmente à difusão de conhecimentos úteis à vida social e coletiva, à solução de problemas sociais e à propagação de ideias e princípios que salvaguardam os altos interesses nacionais” (BATISTA; KERBAUY, 2018, p. 925).

Mesmo sendo instituída legalmente na década de 1930, a extensão universitária só se torna obrigatória a partir de 1968, de acordo com a lei nº 5.540, que no artigo 20 afirma: “As

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes” (BRASIL, 1968, p.1 apud DE MEDEIROS, 2017, p. 10).

De acordo com Batista e Kerbauy (2018), na década de 1930, a criação do Conselho Nacional de Educação (1936), do Estatuto das Universidades Brasileiras e do Ministério da Educação atendeu a uma demanda por coordenação política especializada para o setor educacional, mas a própria forma de composição administrativa da universidade demonstrava o controle exercido pelo governo, deixando evidente que a autonomia, tanto administrativa quanto didática, era restrita.

Segundo De Medeiros (2017), algumas práticas dos movimentos estudantis, com destaque para a União Nacional dos Estudantes (UNE), nas décadas de 1960 e 1970, auxiliaram na divulgação das ideias extensionistas no Brasil, com a finalidade de aproximação entre estudantes e profissionais de suas áreas de estudos, e com o claro objetivo de sua institucionalização e democratização. Após o golpe militar de 1964, algumas das práticas extensionistas propostas pela UNE foram institucionalizadas e aproximaram os estudantes universitários das comunidades carentes, mas, como todas as ações desse período, sob o olhar e a autorização dos militares diante da conjuntura nacional.

Somente no ano de 1975, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), mesmo sob controle da intensa censura da época, lançou o Plano de Trabalho da Extensão Universitária, caracterizando um avanço nas questões extensionistas no Brasil, que apontou para significativas mudanças neste campo, pois “Isso significa criar uma linha política de atuação e a partir delas construir espaços para que novos atores sociais se colocassem em cena, no caso as próprias Universidades” (DE MEDEIROS, 2017, p. 11).

Na década de 1980, surge a proposta que tem como princípio básico de qualidade a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Esta proposta será uma referência para a inclusão do artigo 207 da Constituição Federal de 1988 (MACIEL, 2010 apud Frizzo; Marin; Schellin, 2016, p. 634-635). Observa-se que, a partir de 1985, houve um empenho do corpo docente e do movimento estudantil em reivindicar a importância política da Extensão

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Universitária, entre outras pautas. O movimento estudantil entendia que carecia um maior diálogo com a sociedade, não devendo a mesma estar alheia ao que era produzido pela universidade. Contudo, apesar dos avanços, as atividades de extensão ainda precisavam de um norteador para suas ações, já que atividades de várias naturezas, algumas totalmente desvinculadas da vida acadêmica, eram nomeadas como atividades extensionistas.

Segundo Leonídio (2017), quando analisa as contribuições para a elaboração das diretrizes básicas da política de extensão, em abril de 1987 ocorreu o I Encontro de Pró-Reitores das Universidades Públicas do Nordeste, na cidade de Aracaju (SE), intitulado “Extensão: saber e compromisso social”. O período foi rico na profusão de fóruns de discussões, que buscavam caracterizar a extensão universitária, assim como criar normas, diretrizes no sentido da sua institucionalização. Dentre eles, destaca-se a realização, em novembro de 1987, em Brasília, do chamado I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, com a finalidade de nacionalizar as diversas experiências regionais realizadas.

Ao longo dos anos, a extensão universitária, através de sua regulamentação, expandiu-se, vem alcançando outros espaços e a sua visibilidade tem sido aumentada. Em que pese o reconhecimento das relações entre Universidade e sociedade, o impacto direto no processo de produção do conhecimento, e sua aplicação na realidade, há que se destacar um movimento de alteração conceitual a respeito da extensão universitária, que incide nas suas potencialidades enquanto prática acadêmica.

Ao discutir os tensionamentos teóricos que estão presentes nesta temática, Gadotti (2017) enfatiza o embate entre duas vertentes: uma eminentemente assistencialista, marcada pela transmissão vertical do saber, e outra, que tem por característica a comunicação de saberes, na qual se reconhece o conhecimento como um processo inconcluso, recíproco e passível de permanente construção.

Ribeiro e Pontes (2017), ao tratar do tema, sinalizam que o referido processo propicia a ampliação, ressignificação e valorização da extensão universitária junto com as demais bases formativas da Universidade: pesquisa e ensino. Em relação ao debate, as autoras

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

indicam o fortalecimento político da extensão a partir das conquistas no campo do financiamento das ações, na aquisição de equivalência entre a carga horária da extensão e a da pesquisa e em especial no reconhecimento da extensão como lócus da práxis.

A referida análise aponta para a construção de um projeto de universidade que valorize a inserção da classe trabalhadora nos espaços acadêmicos, reconheça a necessária e legítima participação de outros sujeitos produtores de saber e conhecimento que estão para além de seus muros e, na mesma medida, propicie trocas favorecedoras da divulgação e do uso do conhecimento para o acesso e a garantia de direitos da população nas diversas dimensões da vida social. A dinâmica expressa um processo em disputa, a partir do qual é possível observar o investimento em espaços de produção de conhecimento que alterem as relações universitárias e promovam mediações sobre a realidade a partir de outros sujeitos, que historicamente não estão vinculados à vida acadêmica.

Os projetos de extensão devem ser direcionados para a democratização do conhecimento, nas trocas entre o saber popular e o acadêmico, com vistas à ampliação dos espaços de participação da população na Universidade (FORPROEX, 2020).

Nesta perspectiva, a política de extensão universitária exige da Universidade a inclusão de novos temas para investigação e intervenção, a pactuação de novas possibilidades de acesso e participação da comunidade acadêmica nas ações extensionistas, para que as mesmas possam ser desenvolvidas ao longo dos cursos e valorizadas em razão de sua relevância para a formação profissional dos docentes e discentes.

A ampliação da extensão universitária executa seu papel de ligação entre ensino e pesquisa e serve como ponte, uma via de mão dupla, entre a universidade e a sociedade, “representa a concretude da democratização do conhecimento, estimula o protagonismo dos sujeitos, seu empoderamento e a viabilização dos sonhos que parecem impossíveis” (ANDRADE; MOROSINI; WIEBUSCH, 2018, p. 4). Contudo, mesmo com suas diretrizes conceituais e políticas para as práticas extensionistas já desenvolvidas, normatizadas e institucionalizadas, não alcançou ainda o papel que lhe foi designado entre discentes, docentes, nos espaços universitários e para além deles. É imperioso que essas práticas

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

possam se consolidar como potência nas relações institucionais voltadas para a crítica e a realização de ações na sociedade.

## DESENVOLVIMENTO

O Serviço Social, ao longo de sua trajetória, tem desenvolvido ações extensionistas, inseridas ou não em equipes interdisciplinares, que se materializam na prestação de serviços, na oferta de estágio supervisionado, na produção de conhecimento e na assessoria às (aos) Assistentes Sociais e aos movimentos sociais organizados. É uma profissão que, em razão de suas normativas para a formação e atuação profissional<sup>5</sup>, traz a defesa da democracia e do acesso a direitos sociais por todos. Tal dinâmica aponta para um padrão de intervenção na realidade diferenciado, no qual o conhecimento e o saber possuem um destaque nestes processos de enfrentamento à desigualdade decorrente de uma sociedade constituída pela exploração do capital pelo trabalho e com fragilidades no acesso aos direitos, entre eles à educação nas suas diversas modalidades.

Em razão das considerações iniciais a respeito da relevância das ações extensionistas, vale apresentar os primeiros esclarecimentos sobre a iniciativa de formação que caracteriza as atividades desenvolvidas no Projeto de Extensão. A proposta, que funciona no formato virtual, se concretiza a partir de duas ações: a realização de um curso para Assistentes Sociais sobre o exercício profissional e a manutenção de uma página no *Instagram* vinculada ao Projeto de Extensão, que se destina à divulgação de informações de interesse para a profissão. O curso tem como escopo a capacitação de profissionais em matéria de Serviço Social, por meio da ampliação de conhecimento sobre temas relativos à supervisão de estágio, às políticas públicas e ao trabalho da(o) Assistente Social. A manutenção permanente da página no *Instagram*, vinculada ao Projeto de Extensão, visa à construção de outro nível de diálogo com a sociedade por meio de publicações regulares sobre o Serviço Social, temas interdisciplinares à profissão e eventos de interesse desta área de conhecimento.

---

<sup>5</sup>As normativas referidas são o Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares da formação profissional.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

A formação de um curso em formato digital é uma alternativa para contemplar as(os) profissionais que, em face da distância geográfica, não podem se deslocar para espaços coletivos de formação e têm interesse nas diversas formas de obter informação e educação permanente. Tal proposta é de caráter complementar e não substitui o ensino presencial nos espaços de graduação. Os cuidados com a preservação dos discentes e docentes do curso também estão vinculados à observância da autoria dos conteúdos das disciplinas, exposições de convidadas(os) no evento e material informativo divulgado na rede social, considerando o Marco Civil da Internet (BRASIL, 2014).

O fortalecimento do Serviço Social na contemporaneidade exige investimento permanente em ações que favoreçam a valorização do projeto profissional coletivamente criado, com base nas referências normativas defendidas pela categoria através de suas entidades representativas. É no contexto das orientações ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas para o exercício profissional que o Serviço Social segue na defesa de uma formação crítica, democrática, de qualidade, afinada com uma direção social vinculada ao enfrentamento das complexas expressões da questão social e da defesa dos direitos (ABEPSS, 1996; CFESS, 2012).

A proposta tem como objetivos: o fortalecimento do diálogo entre as(os) supervisoras(es) de campo e a Universidade, a valorização da necessária articulação entre a formação e o exercício profissional, a produção de material sobre Serviço Social de fácil acesso nas redes sociais e o fomento do interesse de profissionais e estudantes pelo estudo do Serviço Social. Além disso, as ações desenvolvidas visam a reflexão crítica de assistentes sociais acerca das possibilidades do trabalho profissional diante da realidade contemporânea, na qual o enfrentamento à desigualdade social se depara com um cenário pandêmico, a aceleração da perda de direitos sociais e o aumento dos níveis de violência nas suas diversas expressões.

O amadurecimento teórico em torno da profissão estimula a realização de projetos voltados para a capacitação de assistentes sociais no desempenho do seu exercício profissional e da supervisão de estágio (IAMAMOTO, 2014; LEWGOY, 2009; CAPUTI, 2016).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Diante das inúmeras transformações ocorridas na realidade nacional e internacional e, em especial, no mundo do trabalho e no campo dos direitos sociais, é pertinente o estímulo ao aperfeiçoamento, à produção de saber e de respostas profissionais aos novos desafios cotidianamente identificados pelas(os) assistentes sociais. Um dos desafios iniciais foi garantir o investimento na formação profissional em tempos de pandemia, com vistas ao fomento no debate sobre o trabalho profissional, apesar das medidas de distanciamento social necessárias à preservação da saúde da população. Com o aumento dos níveis de vacinação e a redução de mortes em razão da contaminação pelo COVID-19, outros elementos de análise precisam ser considerados. O uso do formato virtual não substitui as experiências presenciais, mas propicia níveis de acesso pouco utilizados antes do cenário pandêmico, que podem favorecer às/aos profissionais, estudantes e interessadas/os nos temas apresentados, sem custos para as/os participantes.

O trabalho desenvolvido pela Coordenação de Estágio é de coordenar, planejar, supervisionar e controlar as atividades relacionadas ao estágio supervisionado, bem como viabilizar outras ações que impliquem as(os) supervisoras(es) de campo envolvidas(os). Em 2021, a Escola teve 53 discentes inseridos nas disciplinas de estágio supervisionado e 35 Assistentes Sociais supervisoras(es) de campo. A atividade de supervisão de estágio não é obrigatória nem remunerada, sendo diretamente relacionada às referências éticas, políticas e técnicas da(o) trabalhadora(or) que a desenvolve. A Coordenação de Estágio busca garantir que as atividades de estágio pactuadas entre o setor e as (os) profissionais envolvidas (os) atendam às referências prescritas para a profissão, mas elabora outras ações em torno da formação que atinge a essas (es), assim como às (aos) estagiárias (os).

Diante do comprometimento das(os) profissionais com a formação, a Universidade deve apresentar ações de promoção de diálogos atualizados em torno do debate acadêmico do Serviço Social, qualificando o processo pedagógico. O investimento em educação durante o exercício profissional é um dos desafios da Política Nacional de Estágio (PNE) definida pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 2009). É relevante para a profissão que as(os) Assistentes Sociais estejam afinadas(os) com a excelência dos debates desenvolvidos na academia relacionados à formação profissional.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

O Projeto de Extensão dispõe de uma coordenadora, uma vice coordenadora, uma bolsista e uma Assistente Social colaboradora, que se reúnem semanalmente para a propositura e execução das atividades planejadas. O curso sobre o exercício profissional é anual e destinado preferencialmente às(aos) supervisoras(es) de campo. A iniciativa consiste em uma capacitação de 30 horas com a previsão de 40 participantes, composta por 12 encontros semanais assim definidos: três módulos com quatro aulas.

O curso tem formato remoto, através de vídeo conferências síncronas por meio da plataforma *Google Meet*, ministradas por parte do corpo docente da Escola de Serviço Social e por Professoras(es) e Assistentes Sociais convidadas(os) pelo Projeto de Extensão. Na oportunidade, as(os) participantes têm a possibilidade de interação com as(os) docentes por meio do diálogo direto e da troca de mensagens pelo *chat* da plataforma.

As aulas são disponibilizadas para transmissão pública em tempo real por meio do Canal do *YouTube* da Escola de Serviço Social da UNIRIO, com vistas a democratizar o acesso de estudantes de graduação e demais interessados nos conteúdos pedagógicos apresentados. Cada aula tem a duração de 2 horas e 30 minutos e fica a cargo dos docentes a escolha dos procedimentos, técnicas e atividades interativas a serem utilizadas na sua realização.

O curso mantém um repositório digital que permite aos participantes obterem arquivos com as indicações bibliográficas a serem utilizadas por cada docente. A(O) aluna(o) recebe o certificado de conclusão se tiver uma frequência mínima de 75% das aulas ministradas. A participação síncrona por meio do Canal do *YouTube* da Escola de Serviço Social também é passível de certificação por aula pela Escola.

A página no *Instagram* é mantida com a inclusão de novos conteúdos semanalmente. A inserção na rede social tem a finalidade de apresentar material informativo sobre o Serviço Social com uma linguagem acessível aos diversos níveis de compreensão da profissão. As postagens são feitas por meio de cards elaborados pela equipe do Projeto de Extensão, vídeos sobre as atividades desenvolvidas (incluindo trechos das aulas) e compartilhamentos de

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

produções disponibilizadas na rede, como também pela divulgação de eventos de Serviço Social e temas afins, considerando o projeto hegemônico da categoria profissional.

As ações do Projeto de Extensão foram iniciadas com a realização de um curso de capacitação para 19 supervisoras (es) de campo, a maioria delas (es) vinculadas (os) à Escola de Serviço Social. No ano seguinte, a proposta foi divulgada nas redes sociais e teve a inscrição de 37 participantes (36 Assistentes Sociais e 1 graduanda de Serviço Social) de 13 (treze) estados do país, com a colaboração de docentes de todas as universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, UFRJ, UFRRJ, UFF e UNIRIO), além de docentes da UFJF, do IFF (FIOCRUZ) e de uma instituição privada (UCB). Ao final do curso foram contabilizadas 1.344 visualizações das aulas no Canal do *YouTube* da Escola de Serviço Social. A equipe organizadora elaborou para as(os) discentes um formulário de avaliação do curso com um retorno na avaliação de 70% das(os) participantes. Em relação à avaliação, a devolutiva do grupo foi de que 90% das(os) concluintes estavam completamente satisfeitas(os) com o conteúdo oferecido pelo curso. Na oportunidade sugeriram novos temas para uma próxima edição, além de ser proposta a continuação no formato virtual para facilitar futuras participações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso dos meios virtuais para a realização do Projeto de Extensão ampliou o alcance das ações, com a possibilidade de aproximação entre sujeitos distanciados geograficamente e com níveis distintos de formação profissional. O Projeto de Extensão “Serviço Social e Direitos: Exercício profissional e planejamento no âmbito das políticas públicas” tem apenas dois anos de existência. Contudo, já apresenta resultados que demonstram sua contribuição para o debate sobre o Serviço Social com o devido diálogo com os demais cursos no Rio de Janeiro, seja por meio do curso, seja por meio das redes sociais. Além disso, o repositório virtual constituído pelas indicações bibliográficas do curso e pelo conteúdo da página do *Instagram* do Projeto de Extensão tornou-se uma estratégia de agregar conteúdo de qualidade sobre a profissão.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Lei n.11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Brasília, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Política Nacional de Estágio - PNE**. Brasília: ABEPSS, 2009.
- ANDRADE, R. M. M.; MOROSINI, M. C.; WIEBUSCH, E. M. **Desafios Contemporâneos da Extensão Universitária: da invisibilidade à curricularização**. In: X Congresso Ibero Americano de Docência Universitária - CIDU, 10. Porto Alegre, 2018.
- BATISTA, Zenilde Nunes; KERBAUY, Maria Teresa Micely. **A Gênese da Extensão Universitária Brasileira no Contexto de Formação do Ensino Superior**. Araraquara: RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação. v. 13. n. 3. jul./set. 2018. p. 916-930.
- BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasil, 1996.
- CAPUTI, Leslieane. **Supervisão de estágio em Serviço Social: significâncias e significados**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 389-394, dez. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141449802016000300389&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141449802016000300389&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 17 dez. 2019.
- CFESS. **Resolução n.533, de 29 de setembro de 2008**. Regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social. Brasília: CFESS, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Brasília: CFESS, 2012.
- DE MEDEIROS, Márcia Maria. **A Extensão Universitária no Brasil – Um percurso histórico**. Dourados: Revista Barbaquá/UEMS. v. 01. n. 01. p. 09-16. jan./jun. 2017.
- DE MORAES FREIRE, Silene. **Desafios da Extensão Universitária na Contemporaneidade**. Revista Conexão UEPG, vol. 7, n. 1, jan./jun., 2011, p. 8-15.
- FRIZZO, Giovanni Felipe Ernst; MARIN, Elizara Carolina; SCHELLIN, Fabiane de Oliveira. **A Extensão Universitária como elemento estruturante da universidade pública no Brasil. Currículo sem Fronteiras**. v. 16(3). 2016. p. 623-646.
- GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?**. Instituto Paulo Freire, 2017. Disponível em:

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

[https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o\\_Universit%C3%A1ria\\_Moacir\\_Gadotti\\_fevereiro\\_2017.pdf](https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf). Acesso em: 28 fev. 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro**. Serv. Soc. Soc., São Paulo n. 120, p. 608-639, Dec.2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282014000400002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000400002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 17 dez. 2019.

LEONIDIO, Luciano Flávio da Silva. **História do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras–FORPROEX (1987-2012)**. Recife. 2017. 181p.

LEWGOY, A.M.B. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

RIBEIRO, Mayra Rodrigues Fernandes, de Araújo Pontes, Verônica Maria, Almeida Silva, Etevaldo. **A CONTRIBUIÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FORMAÇÃO ACADÊMICA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**. *Revista Conexão UEPG* [online]. 2017, 13(1), 52-65[fecha de Consulta 25 de Marzo de 2022]. ISSN: 1808-6578. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=514154370005>.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral  
Eixo Temático - Serviço Social, Trabalho e Formação Profissional

## O AVANÇO DO NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

THE ADVANCE OF NEOLIBERALISM IN BRAZILIAN HIGHER EDUCATION

Leonardo Patrício de Barros<sup>1</sup>  
María Fernanda Ecurra<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho aborda o avanço da lógica neoliberal no Brasil a partir dos anos 1990 e seu espraiamento na educação superior no país, tendo como estratégia de contenção de gastos a modalidade de ensino a distância/EaD. A partir da implementação das políticas neoliberais, o avanço do setor privado na educação superior é expressivamente maior que a expansão do ensino superior público. Nesse contexto, o objetivo é mostrar que o ensino a distância, no que tange ao Serviço Social pode significar um ataque ao posicionamento progressista da categoria em relação à formação dos profissionais com base na teoria social crítica de Marx.

**PALAVRAS-CHAVE:** neoliberalismo; educação superior; ensino a distância; Serviço Social; diretrizes curriculares.

**ABSTRACT:** This paper addresses the advance of neoliberal logic in Brazil from the 1990s onwards and its spread in higher education in the country, having as a cost containment strategy the distance learning/EaD modality. From the implementation of neoliberal policies, the advance of the private sector in higher education is significantly greater than the expansion of public higher education. In this context, the objective is to show that distance learning, with regard to Social Work, can mean an attack on the progressive position of the category in relation to the training of professionals based on Marx's critical social theory.

**KEYWORDS:** neoliberalism; college education; distance learning; Social Work; curriculum guidelines.

---

<sup>1</sup>Mestre em Serviço Social / Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Especialista em Serviço Social na Oncologia pelo Hospital Universitário Antônio Pedro / HUAP-UFF

<sup>2</sup>Doutora em Serviço Social / Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Prof.<sup>a</sup> Adjunta FSS/UERJ

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata o avanço da lógica neoliberal no Brasil a partir dos anos 1990 e seu espraiamento na educação superior no país, tendo como estratégia de contenção de gastos a modalidade de ensino a distância/EaD. A partir da implementação das políticas neoliberais, o avanço do setor privado na educação superior é expressivamente maior que a expansão do ensino superior público. Nesse contexto, no que tange ao Serviço Social, o ensino a distância, vai de encontro com as diretrizes curriculares definidas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS e pode significar um ataque ao posicionamento progressista da categoria em relação à formação dos profissionais com base na teoria social crítica de Marx.

Parte-se da premissa que abordar as diretrizes curriculares do Serviço Social e a formação profissional no contexto da educação superior hoje exige situar a reflexão na totalidade sócio-histórica. Nessa perspectiva, o texto está organizado da seguinte forma. Em um primeiro momento se faz uma breve referência ao processo neoliberal na particularidade da formação social, econômica e política brasileira. Nos itens seguintes apresenta-se o cenário da educação superior atual para desvendar e avaliar o crescimento do setor privado na formação em Serviço Social, no contexto da mercantilização do ensino e da formação a distância.

## O NEOLIBERALISMO NO BRASIL

É no contexto de recessão econômica e reivindicação de movimentos sociais da década de 1980 que os primeiros suspiros neoliberais começam a aflorar no país e, dessa maneira, a força do proletariado, por meio da organização dos trabalhadores, consegue segurar a voracidade do neoliberalismo até a década de 1990.<sup>3</sup> Nos anos finais da ditadura civil-militar os movimentos sociais se fortaleceram e por meio de sua articulação exerceram ações fundamentais no jogo de correlação de forças entre burguesia e proletariado. Com as

---

<sup>3</sup> “As lutas protagonizadas pelos operários (com o proletariado do cinturão industrial paulista na vanguarda), a partir de 1978, reinsertaram de fato a massa trabalhadora na cena política brasileira” (NETTO, 2014, p. 225).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

pressões executadas pelos trabalhadores no cenário da luta de classes algumas conquistas foram possíveis, como a formulação da Constituição Federal de 1988 que, embora tenha caráter contraditório por conter interesses de ambas as classes sociais, não pode deixar de ser entendida como um avanço para a classe trabalhadora, principalmente no que tange à Seguridade Social. Porém, com a instabilidade econômica e a crescente taxa de desemprego, os movimentos de trabalhadores sofreram drásticos impactos, visto que com os altos índices de desemprego e o conseqüente aumento do exército industrial de reserva a luta proletária acabou por sofrer forte desarticulação.

De acordo com Katz (2016), o neoliberalismo no Brasil pode ser dividido em duas fases, a de ajustes e a de abertura dos mercados. A primeira pode ser definida pela contenção das taxas inflacionárias e a segunda pela abertura comercial, a predominância do capital financeiro, os processos de privatizações e a flexibilização do trabalho com forte caráter do modelo conhecido como toyotismo. Para o autor, o neoliberalismo pode ser caracterizado como uma “cruzada de contrarreformas sociais, contra redistribuição de renda e contra defesa do patrimônio nacional” (p. 82). Por conseguinte, a partir dos anos 1990, o modelo estava embasado na realização de ações para o desmonte do legado nacionalista do período desenvolvimentista e das conquistas dos movimentos sociais dos anos 1980, que deram caráter de cidadania à Constituição Federal de 1988. Pode-se observar que o capital, objetivando manter-se em sua reprodução ampliada, é obrigado a ceder a determinadas pressões da classe trabalhadora, porém ao encontrar momentos propícios retira direitos conquistados e mostra o seu real caráter vilipendioso.

Concentrando a observação sobre a realidade brasileira, é preciso considerar que isso ocorreu no contexto de uma grave crise econômica que “levou o país ao Fundo Monetário Internacional” (GONÇALVES, 2013, p. 50). O Brasil, diante a instabilidade financeira, foi obrigado a recorrer às agências de crédito internacionais como forma de criar recursos na tentativa de estabilizar sua economia. Entretanto, a burguesia internacional representada por Ronald Reagan e Margareth Thatcher, presidente norte-americano e primeira-ministra britânica, respectivamente, endureceram o cenário neoliberal e foram responsáveis pela disseminação desse ciclo de austeridade do capital aos países emergentes.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

A década de 1980 pode ser compreendida como “a década perdida”, pois nesse período o Brasil enfrentou extrema crise financeira com taxas de inflação acima de 1000% e uma extraordinária dívida externa. Os ajustes neoliberais foram a estratégia formulada pelo capital para a saída da crise. No cenário brasileiro observam-se algumas estratégias de direcionamento neoliberal no governo Itamar Franco (1992 – 1994), quando Fernando Henrique Cardoso/FHC, então Ministro da Fazenda e futuro presidente do Brasil, cria o Plano Real, medida que provocou severas reformas na economia inflacionada e possibilitou certa estabilização da economia e diminuição drástica dos índices inflacionários. É certo que as “dores de parto” do neoliberalismo surgem já no governo de Fernando Collor de Mello (1990 – 1992) com a privatização da Usiminas ou mesmo a abertura comercial aos mercados internacionais, facilitando a importação generalizada.

Entretanto, as ações que evidenciam um governo estritamente alinhado com este modelo neoliberal foi o governo exercido por Fernando Henrique Cardoso. Nesse sentido, as estratégias desenvolvidas por FHC, enquanto ministro, podem ser interpretadas como um processo de maturação do neoliberalismo que desembocou na execução de medidas neoliberais mais duras a partir dos anos 1995 quando ele assume a chefia do Executivo Federal.

O Brasil enquanto economia subdesenvolvida recorreu aos bancos internacionais, atendendo à exigência dos agentes financeiros, com base nas diretrizes do Consenso de Washington e, assim, o receituário neoliberal ganhou força no país a partir do primeiro mandato de FHC. O direcionamento neoliberal consiste em um Estado máximo para o mercado fazendo intervenções, quando necessárias, para o seu bom funcionamento e um mínimo para o social, privilegiando ações focalizadas na pobreza. O meio acaba sendo o terceiro setor, por onde as medidas de assistência aos pobres são vinculadas, envolvendo igrejas, organizações não governamentais, sob o financiamento do Estado.

## **O CRESCIMENTO DO SETOR PRIVADO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1990**

É evidente que as contrarreformas realizadas com a inserção do neoliberalismo no Brasil atingem a totalidade da vida social, portanto, também as universidades. As políticas educacionais criadas a partir dos anos 1990 tiveram como base a otimização das instituições universitárias no sentido de torná-las mais eficientes e eficazes dentro das necessidades do mercado. Diante disso, o crivo pelo qual passam as universidades está “pautado pela ideia de produtividade, que avalia em quanto tempo, com que custo e quanto foi produzido. Reduzida a uma organização, a universidade abandona a formação e a pesquisa para lançar-se na fragmentação competitiva” (CHAUÍ, 2003, p. 4). Lewgoy, et. al. (2013) caracterizam o processo de reforma que está sendo promovida pelo Estado na educação superior como “reforma universitária aos pedaços”. Trata-se da mercantilização do ensino superior, deste modo, a finalidade da universidade que é a educação como direito passa a ser pensada como serviço que responde às leis do mercado, esvaziando a dimensão emancipadora da educação.

**TABELA 1 - VAGAS OFERECIDAS NO ENSINO SUPERIOR NOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO BRASILEIRO ENTRE OS ANOS 1990 E 1999**

ANO	PÚBLICO	PRIVADO	QUANTIDADE DE VAGAS A MAIS NO SETOR PRIVADO EM COMPARAÇÃO COM O PÚBLICO
1990	155.009	347.775	192.766
1991	162.506	354.157	191.651
1992	171.048	363.799	192.751
1993	171.627	377.051	205.424
1994	177.453	396.682	219,229
1995	178.145	432.210	254.065
1996	183.513	450.723	267.210

1997	193.821	505.377	311.556
1998	205.725	570.306	364,581
1999	218.639	685.995	467.356
TOTAL DE VAGAS CRIADAS ENTRE 1990 E 1999	63.630	338.220	-

Tabela elaborada pelos autores. Fonte: CORBUCC, 2022

A partir dos dados da tabela, a comparação do número de vagas criado entre os anos 1990 e 1999, no ensino superior em universidades públicas e em universidades privadas, mostra um número maior de vagas no setor privado em todos esses anos. Nesse período, o total de vagas criadas no setor público foi de 63.630 e no setor privado 338.220, representando um montante de 274.590 vagas a mais no ensino privado, em detrimento do ensino público (CORBUCC, 2020). Verifica-se, assim, que a educação vem gradativamente se tornando mercadoria e durante toda a década de 1990 e os índices mostram que, embora a universidade pública tenha criado certo número de vagas, o setor que comercializa a educação multiplica de forma bem mais acentuada as vagas oferecidas.

De qualquer forma, é preciso ir além do que está posto em uma primeira verificação dos dados, pois eles apenas demonstram quantitativamente o número de vagas entre os setores. Portanto, é necessário buscar os reais motivos dessa discrepância. Nessa linha de raciocínio, cabe lembrar que, no contexto neoliberal, a velocidade do capital no desmonte de direitos e conquistas da classe trabalhadora e transmutação destes em mercadoria assume caráter excepcional.

Sendo assim, pode-se entender que o capital passa nos anos 1990 por um novo ciclo no Brasil em que a lógica neoliberal é o fundamento das ações de sua ampliação. Naquela década, na educação superior, com a comparação realizada por meio dos dados da Tabela 1, fica evidente o processo de espraiamento do capital privado no ensino superior e isso significa ir paulatinamente transformando a educação em mercadoria. E, conseqüentemente, o modelo

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

gerencial de avaliação das universidades imposto às instituições públicas de ensino superior. Neste sentido,

uma das prioridades do Ministério da Educação era garantir as premissas definidas pela presidência para com as universidades a partir de três eixos objetivos: a avaliação, a autonomia e a melhoria do ensino. Estes três eixos eram tidos como condições primárias para o campo universitário, pois eles tinham como missão precípua associar à lógica de funcionamento das universidades – principalmente das públicas – aos valores de eficácia e produtividades. (SANTOS, 2020, p.3).

Desse modo, é possível perceber como os tentáculos neoliberais foram se estendendo pelo sistema educacional brasileiro. Já no ano de 1990 havia um *déficit* de 192.766 vagas no ensino público, em relação ao ensino superior privado, e isso em grande parte ocasionado pelos anos economicamente desastrosos enfrentados na economia brasileira na década de 1980. Entretanto, aqui não se pretende dizer que nos anos 1980 os investimentos na educação pública superior foram reduzidos apenas por ocasião da crise econômica vivenciada na década, pois se sabe que no sistema capitalista o privado é privilegiado em relação ao público, visto que sob o capital o privado é força motriz do seu funcionamento.

A lógica neoliberal se mostra como força intensificadora de expansão do capital e executa suas funções atingindo de forma ainda mais voraz os direitos da classe trabalhadora. O desmonte de direitos sociais é inerente ao capitalismo, entretanto, no ciclo neoliberal se evidencia que a barbárie produzida pelo sistema capitalista assume roupagens ainda mais perversas e se espalha com velocidade ímpar.

## **SERVIÇO SOCIAL: MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E FORMAÇÃO A DISTÂNCIA**

Após a breve explanação sobre a ofensiva neoliberal no Brasil e seu avanço sobre a educação superior, é possível seguir com a análise do espraiamento da lógica neoliberal no sistema educacional. Desse modo, é preciso abordar a modalidade de ensino a distância (chamada na atualidade de EaD), dado que representa uma das várias estratégias para o sucateamento do ensino superior brasileiro.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

O estímulo maior à política de ensino superior via EaD deu-se a partir de 2003 com a contrarreforma universitária no governo Lula (2003 – 2011). Embora tenha ganhado força a partir dos anos 2003, a modalidade EaD tem sua primeira regulamentação em 1996 por meio da Lei nº. 9.934 em que é determinado no artigo 80 que “o poder público deve incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância” (BRASIL, 2020). Desse modo, verifica-se que já na segunda metade dos anos 1990 as políticas públicas vão tomando forma na intenção de atender os interesses de uma educação cada vez mais alinhada aos interesses do grande capital.

A partir de 2006 a modalidade a distância começou a ser implementada nos Cursos de Serviço Social. Em 2012 o Serviço Social passou a ser o terceiro maior curso em oferta de vagas na modalidade de ensino a distância, formato de educação extremamente precarizado e incompatível com o projeto de formação profissional. Neste sentido, cabe registrar as iniciativas dos coletivos profissionais Conselho Federal de Serviço Social/CFESS; Conselhos Regionais de Serviço Social/CRESS; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ABEPSS e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social/ENESSO que denunciam, através de diferentes campanhas, a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social. Ademais, diante a centralidade do estágio supervisionado nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social (1996), o estágio supervisionado é o nó na modalidade do EaD, dada a impossibilidade do estágio com a supervisão sistemática direta.

Nos termos da ABEPSS, o EaD contribui com a instalação de um perfil profissional à imagem das políticas sociais minimalistas e focalizadas de gestão da pobreza. Em 2012, o contingente profissional indicava 110.000 assistentes sociais e o número de matrículas nos cursos de Serviço Social superava 143.000, sendo 75% em instituições privadas e 25% em instituições públicas, dessas matrículas 52% referiam-se à modalidade à distância e 48% à modalidade presencial. Dados da ABEPSS (2011) revelam o aumento expressivo de cursos na área: 89 cursos em 1998 e 441 em 2011. Neste contexto, é importante salientar a hipótese de IAMAMOTO (2009) de que os futuros diplomados em Serviço Social em breve constituirão um “exército assistencial de reserva”, reforçando a precarização do exercício profissional.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Em contraposição aos padrões neoliberais, a ABEPSS trabalha na perspectiva de fortalecer a concepção de formação profissional como um processo, como educação continuada, que se inicia no curso de graduação e vai sendo construída no decorrer do exercício do trabalho profissional enquanto assistente social. Essa formação compreende a relação entre graduação, pós-graduação, educação permanente, exercício profissional e organização política das/os assistentes sociais. Também, procura contribuir para a definição e redefinição da formação da/o assistente social na perspectiva do projeto ético-político profissional do Serviço Social, na direção das lutas e conquistas emancipatórias.

Entende-se que a modalidade EaD acaba por significar um desmonte do ensino superior e possui cunho de redução dos gastos e otimização de lucros, pois nesse modelo educacional há redução do quadro de professores, aulas gravadas e salários reduzidos. Além disso, o ensino, a pesquisa e a extensão (pilares de um ensino de qualidade) são deixados de lado em favor da perspectiva de resultados cada vez mais quantitativos. O que se pretende com esse novo modelo de estudos é formar cada vez mais pessoas, mas a que custo? Ao preço de uma formação deficiente em que os debates e a vivência coletiva que são essenciais para uma formação de excelência são deixados de lado em prol de uma titulação acadêmica.

No lugar de uma formação profissional com viés crítico o que se pode perceber é a oferta de disciplinas necessárias para atender as exigências legais para a titulação de um estudante. A excelência de uma formação abre espaço para o produtivismo. E essa realidade é resultado do drástico avanço das políticas de cunho neoliberal na educação.

Se a modalidade de EaD vem sendo largamente utilizada pelo setor privado para expandir negócios, com maior lucratividade, conclui-se que esta requisita menor aporte de recursos, assim como possibilita ao capital educacional expandir-se para nichos de mercado – em municípios interioranos, por exemplo – que até então não eram explorados. (CFESS, 2020, p. 21 – 22).

A tendência que se apresenta é de que a rede que mais fornece essa modalidade de ensino é a rede privada, pois conforme os dados apresentados pelas autoras Rabelo e Silva (2017), houve um aumento de 110% nas instituições privadas da modalidade EaD entre os

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

anos de 2000 e 2014. Assim, os dados revelam que historicamente essa modalidade de ensino esteve vinculada mais diretamente ao setor privado que entende a educação como mercadoria. Ademais, ao longo da elaboração das políticas educacionais de cunho neoliberal esse formato foi sendo inserido nas universidades públicas, atendendo, com isso, os interesses privados e reduzindo, conseqüentemente, os gastos públicos com educação superior, pois é fato notório que da mesma forma que o formato EaD precariza a educação ele demanda menor contingente de recursos.

Ainda considerando os dados fornecidos pelas autoras, é evidente o crescimento exacerbado de vagas no curso de Serviço Social ofertados nessa modalidade, já que em 2009 do total de vagas oferecidas para o curso de Serviço Social 76% eram na modalidade Ead. Assim, é preciso reconhecer que esse processo gera impactos vários e que a categoria, por meio de seus órgãos representativos, necessitou realizar ações buscando mitigar esses rebatimentos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das questões expostas tentou-se mostrar que o projeto neoliberal alcança múltiplas dimensões da vida social. A pesquisa revela que a tendência é um aumento de vagas nas universidades privadas no país com um número exorbitante no modo não presencial e que o ensino a distância possibilita o avanço do retrocesso na formação das/os assistentes sociais.

As práticas de enxugamento do Estado no ensino superior representam maiores possibilidades ao setor privado, transmutando a educação de direito em mercadoria, aspecto que impacta sobremaneira a formação dos profissionais em geral. Entretanto, sendo o Serviço Social uma profissão que possui de forma hegemônica um projeto político crítico, é preciso evidenciar que os rebatimentos do avanço do neoliberalismo na educação, principalmente de assistentes sociais, significam um ataque frontal contra os avanços da profissão e podem resultar na má formação dos profissionais tornando-lhes produtos do retrocesso.

Nessa perspectiva, a modalidade de EaD objetiva formar profissionais em menor prazo e com menores custos, tendo em vista as demandas do mercado de trabalho, deixando, assim,

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

de lado muitas vezes a formação crítica dos profissionais. O seu avanço significativo nas últimas décadas representa, também, uma estratégia de sucateamento da educação.

No contexto do Serviço Social o EaD acaba por ser contrário à proposta das diretrizes curriculares, especialmente no que tange ao estágio supervisionado e à impossibilidade de integração entre ensino, pesquisa e extensão. Cabe ao Serviço Social se utilizar da teoria social crítica para fundamentar suas estratégias de combate a uma formação deficitária. É com base na crítica social que as/os assistentes sociais terão a possibilidade de embasar sua intervenção em consonância com o projeto ético-político da profissão. E para isso é essencial que as diretrizes curriculares que norteiam as disciplinas que graduam as/os assistentes sociais estejam assentadas nessa perspectiva teórica.

## BIBLIOGRAFIA

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Resolução CNE/CES 15, de 13 de março de 2002.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CFESS. Código de ética do assistente social.

CHAUÍ, M. “A universidade pública sob nova perspectiva”. 2003. Acesso em: 12 de jan. de 2020. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>.

CORBUCCI, P. “O ensino superior brasileiro na década de 90”. Acesso em: 15 de fev. de 2020. Disponível <[https://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas\\_sociais/ensi\\_ao2\\_ensino.pdf](https://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ensi_ao2_ensino.pdf)>.

GONÇALVES, R. *Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

IAMAMOTO, M. V. “A questão social no capitalismo”. *Temporalis*, Vitória, ano 2, n. 3, pp. 09 – 32, jan./jun. 2001.

\_\_\_\_\_. “O Serviço Social na cena contemporânea”. In: *Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 15-50.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

KATZ, C. *Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo*. São Paulo: Expressão popular, 2016.

LEWOY, A. M. B., et. al. “A formação em Serviço Social no Brasil: contexto, conformação e produção de conhecimento na última década”. In: *Temporalis*. Brasília. Ano13, n. 25, jan/jun. 2013. p. 91-111.

NETTO, J. P. Introdução ao método da teoria social. Acesso em: 10 de jan. de 2020. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal/docs/int-metodo-teoria-social.pdf>>.

\_\_\_\_\_. *Pequena história da ditadura brasileira*. São Paulo: Cortez, 2014.

\_\_\_\_\_. Questão Social, Serviço Social e Direitos da Cidadania. *Temporalis*, Vitória, ano 2, n. 3, pp. 41 – 49, jan./jun. 2001.

RABELO, J. B. S. ; BEZERRA, T. A. da. *Ensino à distância e suas implicações para a formação dos assistentes sociais: uma reflexão dos cursos EAD no Estado de Pernambuco*. *Temporalis*, Vitória, v. 17, n. 33, pp. 103 – 140, jan./jun. 2017.

SANTOS, B. L. P. *A educação superior brasileira em tempos de reformas neoliberais: continuidades ou rupturas?* Acesso: 10 de fev. de 2020. Disponível em: <[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/11\\_educacao/a-educacao-superior-brasileira-em-tempos-de-reformas-neoliberais-continuidades-ou-rupturas.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/11_educacao/a-educacao-superior-brasileira-em-tempos-de-reformas-neoliberais-continuidades-ou-rupturas.pdf)>

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral

Eixo Temático - Serviço Social, Trabalho e Formação Profissional

## O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS MINEIRAS/OS DURANTE A PANDEMIA E OS DESAFIOS PARA A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO

THE WORK OF MINING SOCIAL ASSISTANTS DURING THE PANDEMIC AND THE CHALLENGES FOR INTERNSHIP SUPERVISION

Claudio H.Miranda Horst<sup>1</sup>  
Flávia Gonçalves Canesqui<sup>2</sup>  
Luciana Mourão<sup>3</sup>  
Fernanda Calhau<sup>4</sup>

**RESUMO:** O presente artigo visa aprofundar a discussão sobre a supervisão de estágio no trabalho de assistentes sociais mineiras/os durante a pandemia. É fruto da pesquisa realizada pelo CRESS-MG, sobre o trabalho das/os assistentes sociais na pandemia. Trata-se de uma pesquisa de campo, com ênfase quali-quantitativa, realizada a partir de questionário. Uma das conclusões – no que tange a discussão sobre a supervisão de estágio – demonstra a tendência à precarização do trabalho profissional na pandemia e logo, maiores desafios para realização da supervisão de estágio na direção do projeto ético-político, ainda que, conforme demonstram os dados, as profissionais que participaram da pesquisa não eram supervisoras e/ou deixaram de supervisionar durante a pandemia. No que tange à particularidade das profissionais que mantiveram a supervisão, essa foi realizada majoritariamente no formato *presencial*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho; Pandemia; Serviço Social; Supervisão de Estágio.

**ABSTRACT:** This article aims to deepen the discussion on supervision of internship at work of social workers from Minas Gerais during the pandemic. It is the result of research carried out by CRESS-MG, on the work of social workers in the pandemic. This is a field research, with a quali-quantitative emphasis, carried out using a questionnaire. One of the conclusions - regarding the discussion about internship supervision - demonstrates the tendency to precarious professional work in the pandemic and, therefore, greater challenges for carrying out internship supervision in the direction of the ethical-political project, although, as demonstrated by the Given the data, the professionals who participated in the survey were not supervisors and/or failed to supervise during the pandemic. Regarding the particularity of the

<sup>1</sup> Assistente Social, Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto. Doutor em Serviço Social pela UFSC. E-mail: claudio.horst@ufop.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2226-4520>. Lattes: <http://lattes.cnpq/6868178751129474>

<sup>2</sup> Assistente Social, Agente Fiscal no CRESS-MG. Mestre em Serviço Social pela UNESP-Franca/SP.

<sup>3</sup> Assistente Social, Agente Fiscal no CRESS-MG

<sup>4</sup> Assistente Social, Agente Fiscal no CRESS-MG

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

professionals who maintained the supervision, this was carried out mostly in the face-to-face format.

KEYWORDS: Work; Pandemic; Social Work; Internship Supervision.

## INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado das primeiras leituras e interpretações dos dados da pesquisa “Como está o trabalho das/os Assistentes Sociais mineiras/os na Pandemia? “realizada pelo CRESS-MG (6ª região), via Comissão de Orientação e Fiscalização do Trabalho Profissional (COFI). A pesquisa objetivou aproximar-se da realidade de trabalho das/os Assistentes Sociais mineiras/os durante a pandemia, traçar estratégias de orientação profissional à categoria, visando fortalecer as competências e atribuições profissionais, bem como, defender e fortalecer a profissão Serviço Social<sup>5</sup>.

Trata-se de uma pesquisa de campo, com ênfase quali-quantitativa, que usou o questionário com questões abertas e fechadas para coletar dados, amplamente divulgado nas redes sociais do CRESS-MG, pela internet. O questionário também foi enviado por mala direta para o e-mail de todas as profissionais do estado. A amostra da pesquisa diz respeito às respostas das 446 Assistentes Sociais, organizadas em gráficos e conteúdos temáticos, como parte da técnica da análise de conteúdo<sup>6</sup>.

Dentre as muitas possibilidades de análise que os dados apresentam, optamos, nesse momento, por refletir sobre a supervisão de estágio em Serviço Social no contexto da pandemia em Minas Gerais, por entender que esta atribuição privativa de assistentes sociais é um processo complexo, que supõe apreensão concreta da realidade social, da formação, das unidades de formação acadêmicas, do campo e do processo de ensino aprendizagem (LEWGOY, 2009). Ou seja, uma *atribuição privativa* permeada por mediações também

<sup>5</sup>A pesquisa visou também efetivar uma das deliberações do Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS 2020 para o Eixo Orientação e Fiscalização, a saber: “Debater e dar continuidade à produção de orientação sobre o teletrabalho e com relação ao uso da tecnologia da informação e comunicação (TIC), considerando as atribuições e competências profissionais e as possíveis implicações éticas que, porventura, venham a ferir as normativas da profissão.” (Deliberação 2.4.)

<sup>6</sup>O questionário ficou disponível de 17 de junho a 30 de julho de 2021.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

complexas e contraditórias, pois sociais e políticas, que no contexto da pandemia, apresenta-se com os seus desafios potencializados, tanto em sua compreensão, quanto em sua efetivação pela categoria das assistentes sociais em Minas Gerais.

Para tratar do tema supervisão de estágio durante a pandemia, estruturamos o desenvolvimento deste artigo, inicialmente, com a discussão sobre a dinâmica do mundo do trabalho na cena contemporânea, particularmente em tempos de pandemia, a fim de mostrar as contradições vivenciadas por todas nós, trabalhadoras assistentes sociais e em seguida, o debate em torno da supervisão de estágio em Serviço Social durante a pandemia.

## **APROXIMAÇÕES AO MUNDO DO TRABALHO DURANTE A PANDEMIA**

Sabemos, pois real, que a pandemia do novo coronavírus impôs o distanciamento e o isolamento social como medidas de proteção à vida humana. Dentre as muitas alterações provocadas na dinâmica das relações sociais, essas medidas aprofundaram a reorganização dos processos de trabalho por meio, por exemplo, do trabalho remoto.

Antunes (2018) já alertava sobre a nova morfologia do trabalho no século 21, ao sinalizar que dentre as novas tendências, estariam o teletrabalho e/ou home office, modalidades que se dão fora dos espaços das empresas/instituições. Com a chegada da pandemia, essas modalidades se adiantaram e se agravaram, colocando para toda a classe trabalhadora e, assim, também para a categoria das assistentes sociais, o *aguçamento* das contradições do trabalho vivenciadas cotidianamente.

A crise da pandemia provocada pelo novo coronavírus, a crise econômica e a interconexão profunda que há entre elas vêm impactando profundamente a classe trabalhadora. Desde logo, presenciamos um processo de ampliação do empobrecimento e dos níveis de miséria em amplas parcelas e segmentos dessa classe, cujo cotidiano é pautado ou por uma intensa exploração do trabalho e precarização ou, o que é ainda mais brutal, pelo flagelo do desemprego, subemprego e da informalidade, fenômenos explosivos e que têm uma dimensão global. Já aqueles/as que estavam trabalhando, antes da expansão da pandemia, o faziam crescentemente sob a modalidade da uberização, que se ampliava exponencialmente nas chamadas plataformas digitais e nos aplicativos, como Amazon, Uber, Uber Eats, 99, Cabify, Rappi, Ifood etc. (ANTUNES, 2021, p.112).

Ainda de acordo com Antunes (2018), tratam-se de modalidades de trabalho que são “uma porta de entrada para a eliminação dos direitos do trabalho e da seguridade social paga pelas empresas, além de permitir a intensificação da dupla/tripla jornada de trabalho, sobretudo no caso das mulheres”. Além disso, podem “incentivar o trabalho isolado, sem sociabilidade, desprovido do convívio social e coletivo, e sem representação sindical” (ANTUNES, 2018, p.37).

Sendo assim, tais dinâmicas do mundo do trabalho, que se agravaram com a pandemia, também impactaram profundamente o trabalho de assistentes sociais. Pesquisas que analisam as condições de trabalho de assistentes sociais no Brasil, anterior à pandemia, relataram que as adversidades vivenciadas no trabalho, como a precarização, a terceirização, o aumento das ações mercantis nas políticas da seguridade social “tornam o trabalho mais estressante e distante dos ideais da profissão, gerando [...], frustração e sensação de perda de sentido no fazer profissional” (SOUZA; SILVA, 2019, p.241).

Conforme demonstramos no relatório final da pesquisa<sup>7</sup>, as profissionais que participaram da pesquisa relataram a *precarização das condições de trabalho*, que foram agravadas pela pandemia. Identificamos questões como: a ausência de condições básicas de trabalho, que não foram ofertadas às profissionais que passaram a trabalhar remotamente, recaindo sobre elas os custos e instrumentos de trabalho; os dilemas com a conectividade; ausência de um planejamento por parte dos gestores que possibilitasse construir uma direção nos serviços, o que impacta as respostas profissionais; falta de diálogo entre equipe; ausência de equipamentos; o não contato com as/os usuárias/os; a manutenção da jornada regular de trabalho; a sobrecarga de trabalho; ausência de espaço físico adequado; o não acesso às informações básicas para desenvolvimento do trabalho, etc. (CRESS MG, 2022).

Compreende-se, assim, que a dinâmica da nova morfologia de trabalho e o uso das TICs<sup>8</sup>, aceleradas pela pandemia, desafiam a direção ético-política do Serviço Social na

<sup>7</sup>Ver o documento especial com os dados gerais da pesquisa, intitulado: [O Trabalho de Assistentes Sociais Mineiras/os durante a Pandemia](#)

<sup>8</sup>As chamadas tecnologias da informação e comunicação (TICs), segundo Antunes (2018), estão: “[...] presentes de modo cada vez mais amplo no mundo da produção material e imaterial e que tipificam também os serviços *privatizados e mercadorizados*, configuram-se como um elemento novo e central para uma efetiva compreensão dos novos mecanismos utilizados pelo capital em nossos dias”. Ainda, segundo o autor, essa dinâmica que no capitalismo avançado, tende a invadir

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

contemporaneidade, apresentando implicações éticas e técnicas ao trabalho profissional. Ou seja, colocando desafios ao exercício profissional mediado pelo projeto ético-político, principalmente no que tange ao exercício das atribuições e competências profissionais, dentre elas, as relacionadas à *supervisão de estágio em Serviço Social*.

Para orientar a categoria profissional sobre o uso das TICs no exercício profissional, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) publicou a nota “Teletrabalho e Teleperícia: orientações para Assistentes Sociais no contexto da pandemia” com reflexões sobre a relação das TICs com as atribuições e competências profissionais, com as condições éticas e técnicas e com a defesa das políticas sociais e do trabalho profissional (CFESS, 2020, p.3).

A partir do acúmulo sobre *competência* e a *autonomia* profissional é preciso que as/os profissionais analisem e avaliem quais TICs podem ser utilizadas no exercício da profissão e em quais momentos elas podem surtir efeitos relacionados, principalmente, à defesa e viabilização do acesso aos direitos dos usuários. Nesse sentido, as dúvidas e demandas da categoria que pautaram o “pode ou não pode” relacionadas às TICs, como também ao trabalho remoto, precisaram ser mediadas pelas reflexões acerca das responsabilidades éticas no exercício profissional.

Foi nesse contexto de mudanças profundas e rápidas no mundo do trabalho acrescido de uma mortífera pandemia, totalmente naturalizada pelo (des)governo brasileiro, que o CRESS-MG se propôs a construir respostas imediatas e necessárias à categoria, a identificar, do jeito possível para o momento, como estava, de maneira geral, o trabalho das assistentes sociais. Afinal, um dos dados que chamou atenção durante a pandemia - identificado pelo Setor de Orientação e Fiscalização (SOFI) - foi o aumento das demandas por parte das/os profissionais em relação a Resolução CFESS 533/2008, mais utilizada pelas agentes fiscais para orientar a categoria em 2021<sup>9</sup>.

A opção por iniciar o artigo contextualizando a dinâmica do trabalho e seus impactos no cotidiano do trabalho de assistentes sociais não é aleatória. Partimos do pressuposto que as

---

cada vez mais o mundo da produção e outros lugares do trabalho encontra nas TICs o suporte fundamental para a nova fase de subsunção real do trabalho ao capital, resultando numa quantidade incalculável de força de trabalho sobrando, sem empregos, sem seguridade social e sem perspectiva de futuro (ANTUNES, 2018).

<sup>9</sup> Em 2021, o SOFI, por meio das Agentes Fiscais, realizou 2.734 atendimentos à categoria. Desses, 748 (27%) foram relacionados às perguntas e dúvidas respondidas pelas Resoluções do CFESS. E do total de Resoluções CFESS demandadas, 340 (45%) foram relacionadas à Resolução CFESS 533/2008.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

condições objetivas de trabalho das/os supervisoras de estágio impactam diretamente no processo de supervisão de estágio e na própria organização do estágio. Ou seja, a precarização, flexibilização, etc. – agravadas pela pandemia – no trabalho profissional colocam *desafios e impedimentos* para uma supervisão de estágio nos moldes da Resolução 533/2008, bem como da Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), logo, de uma supervisão direta de estágio na direção do projeto ético-político. Assim, compreendemos que o estágio supervisionado é constituído pelas dinâmicas e tendências, tanto do mundo do trabalho, como da formação profissional. Dessa maneira, partimos então - com as informações do SOFI somadas aos dados identificados na pesquisa - à discussão mais direta sobre a supervisão de estágio em Serviço Social.

## A SUPERVISÃO DE ESTÁGIO DURANTE A PANDEMIA

O *estágio supervisionado* é um componente curricular obrigatório, integralizador da formação profissional, sistematizado pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, com carga horária estabelecida por um percentual do total de horas do Curso de Serviço Social. Exige a *supervisão direta de campo e acadêmica*, de forma contínua e permanente.

A *supervisão de estágio* é reconhecida como atribuição privativa e orientada pelas Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social (1996) da ABEPSS, pela Resolução CFESS 533/2008, que trata da supervisão direta de estagiário/as e pela Política Nacional de Estágio da ABEPSS (2010). Sendo assim, a supervisão:

Tem sido compreendida como uma atribuição que requer preparo teórico-prático na medida em que o processo de supervisão pressupõe dos/ as profissionais a mobilização de um conjunto de conhecimentos para seu exercício, tendo em vista sua dimensão pedagógica. O processo de supervisão, que se materializa através da *orientação, acompanhamento e avaliação do estagiário/a*, expressa a indissociabilidade entre formação e exercício profissional e tem sido, ainda que não exclusivamente, um componente fundamental para o aprendizado do trabalho profissional. Aprendizado esse que se configura na construção de espaços de reflexão e problematização do exercício profissional dos/as assistentes sociais, na

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

análise das demandas e situações concretas que se colocam no cotidiano de trabalho, assim como da análise da configuração das políticas sociais e dos programas e serviços por elas ofertados (PORTES, 2018, p.126, grifos nossos).

Nessa direção, conforme destacamos anteriormente, partimos do pressuposto de que as condições para a realização da supervisão dependem das condições de realização do trabalho profissional, das condições concretas da política social no País, e nesse sentido, das condições sob as quais a formação profissional se realiza. Nos termos de Guerra (2016):

Assim, incide sobre a supervisão a conjugação de condições relativas ao mercado de trabalho e a formação profissional, ambos submetidos a alto nível de deterioração, o que, em algumas situações, pode vir a comprometer a realização do estágio supervisionado. Como pode ser, então, inferido, o estágio supervisionado *não pode ser dimensionado fora da imposição da própria realidade* e de suas tendências contemporâneas, de modo que não se pode fazer abstração dos condicionamentos impostos pelas condições nas quais o trabalho e a formação se realizam (GUERRA, 2016, p.103, grifos nossos).

Por isso, são muitas as dificuldades que se apresentam cotidianamente ao processo de supervisão de estágio que dizem respeito a aspectos que vão desde a precarização do ensino superior e seus desdobramentos sobre a natureza didática pedagógica da disciplina de estágio supervisionado até as mudanças no mundo do trabalho, que incidem diretamente sobre as condições de trabalho dos/as assistentes sociais supervisores/as.

Portanto, para além das orientações normatizadoras, é fundamental pensar o estágio supervisionado como um instrumento pedagógico e político, que qualifica a formação acadêmica e o trabalho profissional, exigindo, para tanto, compromisso ético da categoria, no sentido das profissionais colocarem-se disponíveis para a supervisão de estágio. Contudo, sendo a supervisão de estágio uma prerrogativa da profissional, que responde ética e tecnicamente pelo exercício dessa atribuição privativa, e que em sua autonomia, decide ou não supervisionar, deve considerar, para tanto, as condições técnicas postas para o desempenho da supervisão.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Nesse tempo, em que o ensino e o trabalho migraram, em grande parte, para a modalidade remota, o estágio supervisionado assumiu lugar de destaque nas reflexões sobre as condições para a sua realização, considerando, principalmente, que as normativas da profissão não foram suspensas e/ou alteradas em razão das alterações no mundo do trabalho aceleradas pela pandemia, portanto, permanecem regidas pela Lei nº 8.662/1993 que regulamenta a profissão de Assistente Social, pelo Código de Ética Profissional, pela Resolução CFESS nº 533/ 2008 e pela Lei Federal de Estágio nº 11.788/2008.

Em relação a esse momento que estamos analisando, a ABEPSS se posicionou com as seguintes considerações, em relação ao estágio supervisionado:

Considerando que o estágio não se caracteriza como atividade essencial, independentemente do espaço sócio-ocupacional em que a/o estagiária/o estiver inserida/o, e, no resguardo da dimensão ético/política de tal atividade, entendemos que a realização do Estágio Supervisionado, nas condições atuais postas pela pandemia e que exigem isolamento social, poderá implicar na inobservância dos requisitos normativos previstos pela Resolução CFESS nº 533/2008, quanto à obrigatoriedade da SUPERVISÃO DIRETA, na hipótese em que estiverem ausentes quaisquer dos pressupostos para a sua configuração, o que poderá resultar, inclusive, na sua anulação pelo órgão competente (ABEPSS, 2020).

O Conjunto CFESS/CRESS reiterou o posicionamento da ABEPSS<sup>10</sup> e defendeu também a *suspensão da supervisão de estágio* frente à excepcionalidade do momento.

Além de indicar a suspensão do estágio supervisionado, o Conjunto CFESS/CRESS reforçou e reafirmou a necessidade do cumprimento da Resolução CFESS 533/2008 para as supervisões que se mantiveram, afinal, a compreensão acerca da supervisão direta permaneceu a mesma, com o necessário acompanhamento das profissionais e pela

<sup>10</sup>“[...] a ABEPSS, frente à situação de excepcionalidade, manifesta-se pela SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL, com manutenção dos respectivos “Termos de Convênio” e a manutenção das bolsas de estágios, como medida de proteção e combate ao Coronavírus (COVID-19). Reiteramos, assim, a necessidade da Supervisão Direta envolvendo os três sujeitos do processo de Supervisão: Supervisor/a Acadêmico/a, Estagiária/o e Supervisor/a de Campo e reafirmamos o Estágio Supervisionado como um componente obrigatório definido nas Diretrizes Curriculares e vinculado às medidas tomadas nas Universidades e respectivos cursos que ofertam campo de estágio. Logo, a suspensão desta atividade não está dissociada da obrigatoriedade de realização das mesmas como requisito para a integralização curricular exigida para a conclusão do curso, sob pena de desconfigurar seu propósito, qualidade e significado profissional” (ABEPSS, 2020).

composição dos três sujeitos envolvidos: supervisora acadêmica, estudante e supervisora de campo.

Os dados apresentados pela pesquisa do CRESS-MG trazem pontos relevantes para a fundamentação elencada até o momento a respeito da supervisão de estágio em Minas Gerais, indicados pelas profissionais que responderam ao questionário.

Primeiramente, sobre a supervisão de estágio, perguntamos se as profissionais estavam supervisionando ou supervisionaram estágio durante a pandemia. 81,8% responderam que *não*. 12,4% responderam que *sim*. 0,7% informaram que o estágio supervisionado havia sido *encerrado* e 5,1% das profissionais informaram que a supervisão de estágio foi *suspensa*.

Esse dado sinaliza que a grande maioria das profissionais que participou da pesquisa, (81,8%) *não era supervisora de estágio*. Ou seja, para analisar os dados sobre a supervisão de estágio, temos que considerar que as profissionais que participaram da pesquisa não eram supervisoras e/ou deixaram de supervisionar com o início da pandemia (5,8%).

Aqui vale reforçar que os dados referem-se apenas a uma amostragem, não nos dando condições de afirmar que a não supervisão de estágio foi a realidade vivenciada pela categoria, durante a pandemia. Pois, ao olharmos para as informações do SOFI, já mencionadas, esse dado da pesquisa nos chama a atenção, já que a Resolução CFESS 533/2008 foi a mais demandada.

O que é possível indicar é que grande parte das questões nos atendimentos e nas comissões responsáveis pelo debate da supervisão de estágio no CRESS-MG foi tensionada e demandada pelas Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) e não pelas profissionais em si, majoritariamente. O que revela, inclusive, uma incompreensão das responsabilidades e objetivos do CRESS, especialmente, no que tange ao estágio supervisionado, já que sua matéria de intervenção está mais diretamente ligada à *supervisão do estágio*, às profissionais que supervisionam, não tendo autonomia para decidir sobre os rumos do estágio nos currículos e oficinas de estágios das UFAs.

O que também podemos destacar é que durante a pandemia, houve demanda ao CRESS-MG por uma *nova* normatização do estágio supervisionado, em razão da alteração na dinâmica do trabalho. Assistentes Sociais, docentes ou não, colocaram diversos questionamentos referentes ao trabalho remoto e à orientação de suspensão do estágio. Essas

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

profissionais, de maneira geral, buscavam desconsiderar a norma existente, ou seja, a Resolução CFESS 533/2008, que se manteve inalterada e que norteia a categoria em relação a supervisão direta de estágio, reivindicando a normatização do “estágio remoto”.

O CFESS, na nota “Supervisão de estágio em tempo de pandemia: reflexões e orientações político-normativas”, reafirmou a vigência da Resolução CFESS 533/2008, ao expor que:

a organização da supervisão de estágio continua a se fazer sob a normalização da Resolução 533/2008 em vigor, que estabelece parâmetros para definição da supervisão direta, na “conjugação de atividades de aprendizado desenvolvidas por estagiários/as, acompanhados/as sistematicamente, continuamente e permanentemente por supervisor(a) de campo, sob orientação e avaliação de supervisor(a) acadêmico”. No contexto de isolamento físico, como mecanismo de bloqueio do contágio do vírus da Covid-19, não vemos porque não assegurar a supervisão direta, ainda que se possa criar mecanismos de acompanhamento não presencial.

Esta nota do CFESS, apresenta também a reflexão sobre a supervisão de estágio, considerando o artigo 2º do Código de Ética Profissional dos/as Assistentes Sociais. A reflexão passa pela compreensão de que as assistentes sociais possuem autonomia e prerrogativa de prestar ou não a supervisão.

Desta nota, ainda destacamos, de forma sintética, alguns apontamentos, com base na Resolução CFESS 533/2008, sobre como operacionalizar a supervisão nesses tempos pandêmicos, caso fosse mantido o estágio: a) a reorganização do estágio deve ser feita com base na Resolução CFESS 533/2008, assegurando a supervisão direta, mesmo que o acompanhamento não seja presencial; b) a supervisão permanece se configurando a partir da relação entre unidade acadêmica e instituição campo de estágio, permanecendo inclusive a necessidade de construção dos planos de estágio; c) os cursos e coordenações de estágio das unidades de ensino tem autonomia para manejar como serão as atividades do estágio, e o indicado é que possa ser revisto/readequado a carga horária de estágio, construindo alternativas temporárias para contabilizá-las semestralmente; d) também precisa ser avaliado o quantitativo de estagiários por profissionais diante das particularidades do momento, mesmo sabendo que *o parâmetro normativo é uma/um estudante para 10h de trabalho*; e) e

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

por fim, o único elemento que pode ser desconsiderado na Resolução 533/2008 é o prazo estabelecido para comunicação aos CRESS, sobre a abertura de novos campos de estágio e da composição das turmas de supervisão acadêmica, bem como a suspensão da multa (CFESS, 2021).

Outro ponto que chamou a atenção foi o baixo percentual de profissionais, cerca de 5,1%, que seguiram as orientações do conjunto CFESS-CRESS e da ABEPSS de suspensão do estágio, demonstrando possíveis desafios do cotidiano profissional, já que o cotidiano do trabalho é atravessado por contradições que não estão - em sua maioria - sob o controle apenas das/os próprios profissionais, conforme nos lembra Portes (2018):

Os/as supervisores/as de estágio, tanto o de campo quanto o/a acadêmico/a, enquanto trabalhadores/as estão submetidos/as às exigências e requisições do seu empregador e vivenciam em seu cotidiano profissional, os processos de precarização e flexibilização das condições de trabalho (PORTES, 2018, p. 126).

Por fim, sobre a supervisão de estágio, também observamos através dos dados da pesquisa, que do percentual de profissionais que supervisionou estágio (12,4%), a maioria, 62,3%, o estágio ocorreu na modalidade *presencial*.

Ao relacionarmos esse dado às respostas de uma pergunta do questionário que indagava sobre a modalidade de trabalho utilizada pelas profissionais durante a pandemia, podemos afirmar que a *maioria das profissionais atuou de forma presencial durante a pandemia em Minas Gerais*. Dessa maneira, ficam, então, alinhados o estágio e a supervisão de estágio durante a pandemia realizados, majoritariamente, de maneira *presencial e semipresencial*.

Diante do exposto, optamos por finalizar a presente reflexão a partir das provocações de Portes (2018), sobre os desafios e possibilidades para o estágio e a supervisão de estágio no âmbito do Serviço Social, reconhecendo que não se trata de novos fenômenos, mas sim de dinâmicas agravadas pela pandemia.

As aproximações tecidas permitiram reconhecer que os determinantes sociais, econômicos e políticos são fundamentais para pensar o estágio e o processo de supervisão no processo formativo dos/as assistentes sociais. É preciso e necessário problematizar as condições de

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

trabalhos dos/as supervisores/as, reconhecendo-os enquanto trabalhadores assalariados/as., mas também é preciso investir na educação permanente dos/as/ os supervisores/as as de estágio, pois enquanto sujeitos co-partícipes do processo formativo, precisam se qualificar para poder construir uma análise crítica da realidade, pois há uma relação entre as condições objetivas e subjetivas de trabalho. Os sujeitos profissionais também se movem nesse processo. “Alterar e transformar a realidade é, também, alterar e transformar a percepção que os sujeitos possuem sobre a realidade, como um conteúdo central à construção de alternativas novas” (Eiras, 2016: 263). As estratégias que precisam ser construídas para enfrentar o contexto de precarização são de natureza coletiva e as análises sobre o estágio e sobre a supervisão precisam ser dotadas de fundamentação teórica para que seja possível colocar em questão a interpretação que sem sido predominante em relação ao estágio e à supervisão, qual seja, como atividades empíricas destituídas de rigor analítico, centradas no treinamento, na repetição, na reprodução de modelos de intervenção, com pouco potencial reflexivo e problematizador (PORTES, 2018, p.138).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões inicialmente desenvolvidas no presente artigo nos possibilitaram algumas sínteses. Já está nítido entre nós que o contexto da pandemia acirrou as expressões da “questão social”, escancarou a fragilidade do sistema de proteção social brasileiro e os desafios que precisamos enfrentar. Nesse motim, toda a processualidade do trabalho profissional precisou e *precisa* ser repensada, discutida e aprofundada em suas diferentes frentes, considerando as implicações que o trabalho remoto, o trabalho híbrido e o uso permanente e/ou exclusivo das tecnologias da informação podem influir nas relações de trabalho e nas condições éticas e técnicas para o trabalho profissional. Logo, na possibilidade e na qualidade da *supervisão de estágio*.

Como visto a maioria das profissionais que respondeu ao questionário, trabalhou presencialmente durante a pandemia, em Minas Gerais. Essa informação possibilita indicar que o estágio e a *supervisão de estágio* durante a pandemia foram realizados, majoritariamente, nas modalidades *presenciais e semipresenciais*.

Nessa conjuntura, mais do que nunca se coloca como inadiável as estratégias que visam contribuir para o planejamento do trabalho profissional, com vistas à construção de planos de trabalho que possam atender as particulares demandas da pandemia, dar uma direção para o

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

processo de trabalho que foi reorganizado e ao mesmo tempo avançar na materialização de estratégias de defesa das atribuições e competências. Conforme compreendemos, o planejamento da atividade profissional é tarefa essencial para uma prática pensada e avaliada nas suas consequências. Sendo assim, é estratégia central para garantia da supervisão de estágio na atividade profissional, bem como da demarcação de que se trata de atribuição privativa, portanto, constitui parte do exercício profissional.

Ainda que não tenha sido possível aprofundar, a partir da presente pesquisa, as condições da supervisão de estágio e os impactos da conjuntura pandêmica nesse processo, recuperamos algumas pistas - já sinalizadas em pesquisas anteriores - sobre as tendências do mundo do trabalho e seus impactos na supervisão de estágio, como forma de lançar luzes para a construção de estratégias que visam qualificar a supervisão de estágio, principalmente no momento *pós-pandemia*.

Portes (2018) é quem apresenta uma importante síntese sobre os impactos no mundo do trabalho das assistentes sociais e a relação direta com os limites e possibilidades da supervisão. Dentre os rebatimentos, se destacam: a ausência de planejamento da supervisão, já que interpretada como sobretrabalho; a/o estagiária/o é desconsiderado da sua condição de aprendiz, sendo reconhecido como um ajudante/auxiliar do profissional; supervisão realizada de forma assistemática, pontual, sendo demandada pelo estagiário/a e não proposta pelo/a supervisor/a; atividades de supervisão focadas no treinamento, no modelo, na repetição, reflexo das requisições e respostas profissionais que têm sido construídas para atender às demandas do cotidiano de trabalho (PORTES, 2018).

Portanto, permanece a tarefa coletiva da categoria, como classe trabalhadora de lutar pelas condições de trabalho e contra a *precarização do trabalho*, a partir da *auto organização*. No âmbito do conjunto CFESS/CRESS, bem como da ABEPSS, amadurecer sobre o tema e as possibilidades de enfrentá-lo, conforme já vêm realizando. Sem dúvida, a construção de unidade teórico-metodológica e ético-política das/os sujeitos envolvidos no processo de supervisão - quais sejam: as/os estagiários discentes em serviço social; as/os assistentes sociais supervisores de campo e acadêmicos, bem como as entidades representativas da categoria - é condição *sinequa non* para a defesa da supervisão de estágio com qualidade, compreendida como possibilidade de qualificação da formação e do trabalho profissional.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

\_\_\_\_\_. O vilipêndio da COVID-19 e o imperativo de reinventar o mundo. In: **Revista ‘O Social em Questão’** - Ano XXIV - nº 49 - Jan a Abr/2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Coronavírus: ABEPSS se manifesta pela suspensão das atividades de estágio supervisionado em Serviço Social. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/noticias/coronavirus-abepss-se-manifesta-pela-suspensao-das-atividades-de-estagio-supervisionado-em-servico-social-367>

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Política Nacional de Estágio da ABEPSS. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311145368198230.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311145368198230.pdf)

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Nota Técnica sobre Teletrabalho e Teleperícia: orientações para assistentes sociais no contexto de pandemia. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/teletrabalho-telepericia2020CFESS.pdf>

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. RESOLUÇÃO CFESS Nº 493/2006. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao\\_493-06pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_493-06pdf)

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. RESOLUÇÃO CFESS Nº 533/2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>

GUERRA, Y. O estágio supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática: o perfil do profissional em disputa. In: SANTOS, C. M.; LEWGOY, A. M.; ABREU, M. H. E. **A supervisão de estágio em Serviço Social**: aprendizados, processos e desafios. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

IAMAMOTO, M. V.; YAZBEK, M. C. Introdução. YAZBEK, M. C.; IAMAMOTO, M. V. (orgs.). **Serviço Social na história**: América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

LEWGOY, A. M. B. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional.** São Paulo: Cortez, 2009.

RAICHELIS, R. E ARREGUI, C.C. O Trabalho no fio da navalha: Nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. In: **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, Cortez, 2021.

SOUZA, E. A; OLIVEIRA E SILVA, M. L. Cipoal da insegurança: capitalismo flexível, neoliberalismo e as condições de trabalho de assistentes sociais que atuam na seguridade social no Brasil. In: **Trabalho, Questão Social e Serviço Social: a autofagia do capital.** São Paulo, Cortez, 2019.

PORTES, Melissa. Ferreira. "As condições de trabalho dos/as supervisores/as de estágio e o impacto no processo de supervisão uma aproximação à realidade brasileira". **Fronteras [enlinea]**, 2018, n.11, p. 125-139.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral

Eixo Temático - Serviço Social, Trabalho e Formação Profissional

## **AUTONOMIA E SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA/O ASSISTENTE SOCIAL**

**AUTONOMY AND ETHICAL-POLITICAL SUFFERING IN THE PROFESSIONAL  
EXERCISE OF THE SOCIAL ASSISTANT**

Leni Maria Pereira Silva<sup>1</sup>  
Luciney Sebastião da Silva<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo problematizar acerca da autonomia da/o assistente social. A autonomia apreendida como componente do exercício profissional nos diversos espaços sócio-ocupacionais, especialmente, quando se analisa sua relação com as determinações institucionais e a condição de assalariado da/o assistente social em que a hierarquização das relações se manifestam no cotidiano como processos limitantes da autonomia das/os assistentes sociais. Desse modo, inquirere-se se as requisições institucionais tendem a limitar autonomia profissional promovendo uma perda da liberdade na intervenção e deflagrando um processo de sofrimento ético-político. Para essa investigação, opta-se por uma pesquisa analítica de caráter bibliográfico de modo a afirmar ou negar o pressuposto de que a intervenção institucional tende a promover um sofrimento ético-político quando condiciona e torna o assistente social reativo às determinações. Considera-se que é no processo de trabalho que se localiza a autonomia, no entanto a condição posta pelo assalariamento deve ser apreendida como meio/processo de construção de mediações e afirmações ético-políticas junto às instituições que avistam no Serviço Social uma prática descontextualizada do momento presente da profissão, ou seja, ainda esperam uma atuação meramente pontual e trefista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Autonomia. Sofrimento ético-político. Exercício profissional. Serviço Social.

**ABSTRACT:** This article aims to discuss the autonomy of the social worker. The autonomy apprehended as a component of professional practice in the various socio-occupational spaces, especially when analyzing its relationship with institutional determinations and the salaried condition of the social worker in which the hierarchy of relationships is manifested in daily life as limiting processes of the social worker. autonomy of social workers. Thus, it is questioned whether institutional requirements tend to limit professional autonomy, promoting a loss of freedom in the intervention and triggering a process of ethical-political suffering. For this investigation, an analytical bibliographic research was chosen in order to affirm or deny the assumption that institutional intervention tends to promote ethical-political suffering when

<sup>1</sup>Doutora em Ciências Sociais –UERJ. Profa. Curso de Serviço Social –Unimontes.

<sup>2</sup>Mestre em Filosofia – UFOP.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

it conditions and makes the social worker reactive to the determinations. It is considered that it is in the work process that autonomy is located, however the condition posed by salary must be apprehended as a means/process of construction of mediations and ethical-political statements together with institutions that see in Social Work a decontextualized practice of work. present moment of the profession, that is, they still expect a merely punctual and task-oriented performance.

**KEYWORDS:** Autonomy. Ethical-political suffering. Professional exercise. Social Work.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta para os leitores uma análise acerca da autonomia profissional e sofrimento ético-político. Entendendo que tal conexão é possível a partir das determinações institucionais somadas à condição assalariada das/os assistentes sociais, e também por se dar num contexto de precarização das condições de trabalho e perdas significativas dos direitos do trabalho.

A autonomia será, neste estudo, apreendida como componente do exercício profissional nos diversos espaços sócio-ocupacionais, especialmente quando se analisa sua relação com as determinações institucionais e a condição de assalariado da/o assistente social em que a hierarquização das relações se manifestam no cotidiano como processos limitantes da autonomia das/os assistentes sociais. Desse modo, inquirir-se se as requisições institucionais tendem a limitar autonomia profissional promovendo uma perda da liberdade na intervenção e deflagrando um processo de sofrimento ético-político.

Para essa investigação, opta-se por uma pesquisa analítica de caráter bibliográfico por meio da apropriação dos estudos de Iamamoto (2008), Sawaia (2008, 2009), Marx (2013), entre outros, como Spinoza (2009), de modo a afirmar ou negar o primeiro pressuposto de que a intervenção institucional tende a promover um sofrimento ético-político quando condiciona e torna o assistente social à mercê e reativo às determinações. E o segundo pressuposto aponta que a condição de servidão pode ser contraposta quando tomada uma racionalidade potente de construção coletiva de processos de emancipação.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

A respeito da autonomia profissional, a Lei 8662/93 articula o princípio de autonomia ao exercício profissional por meio das competências e atribuições profissionais. Tal construção histórica logrou a/o profissional a liberdade no exercício de modo que se expressa tanto na construção de instrumentos e mediações de defesa de direitos quanto na relação direta junto ao sujeito/usuário.

No campo dos estudos sobre o sofrimento ético-político, Sawaia (2008) define este aspecto ético-político presente no sofrimento como um processo de sensibilidade voltada à dor do outro, em especial quando esse outro sofre as consequências do modo de produção capitalista (SAWAIA, 2008, p.105). Esse tipo de sofrimento não é revelado pela tristeza, mas está atrelado à determinada forma de pensar e de agir. Remete ao comum. O ético-político não se resolve no indivíduo, não é só tomar ciência do meu problema, mas é uma potência de ação coletiva como salienta Espinosa (SAWAIA, 2009).

Considera-se que é no processo de trabalho que se localiza a autonomia e a condição posta pelo assalariamento, e deve ser apreendida como meio/processo de construção de mediações e afirmações ético-políticas junto às instituições que avistam no serviço social uma intervenção descontextualizada dos acúmulos realizados nos últimos anos.

## **SERVIÇO SOCIAL E A RELATIVA AUTONOMIA NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL**

Para melhor compreensão dos temas norteadores desta sessão e da seguinte, a saber, o da autonomia e o do sofrimento ético-político, optou-se por reformular e brevemente tais conceitos a partir de bases teóricas da filosofia, especialmente da teoria de Spinoza, sem desconsiderar riscos conceituais e polissêmicos que tais abordagens podem trazer à baila. A começar pelo conceito de autonomia, vale pontuar que a etimologia da palavra autonomia - *auto-nomos* - guarda relação com o universo semântico grego, assim supondo aquele que dita sua própria lei, e neste espectro, tanto a questão da consciência como o da moral sinalizam a capacidade individual para autodeterminação e autogoverno. O tema da autonomia no período moderno fica marcado pela ideia de autenticidade, e sob influência do Iluminismo, também

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

mantém relação com o fato de o indivíduo ter autoridade racional sobre suas próprias ações e inclinações.

De um modo ou de outro, o problema da autonomia se dá no plano predominantemente pessoal. Todavia, é importante ressaltar que sua abordagem na contemporaneidade ético-política ou como se pretende neste estudo em tela, o problema da autonomia supõe considerar a construção de uma sociedade em processo constante de desenvolvimento tanto nas formas de autogoverno quanto nas infinitas formas de autotransformação da própria sociedade. A exemplo desse modelo em questão, fica indissociável pensar a autonomia sem as ideias de liberdade e democracia e tudo que nelas se desenham e se encerram.

Quanto a isso, Castoriadis ressalta que: “Se quisermos ser livres, devemos fazer nosso *nomos*. Se quisermos ser livres, ninguém deve poder dizer-nos o que devemos pensar” (1992, p. 138). Certamente muitos desafios são apresentados na construção de uma sociedade democrática e institucionalizada e diante das formas de dominação muitas vezes veladas as quais empreendem e sugerem tanto a condição de passividade como a de mera expectativa e/ou obediência voluntária.

Nesta esteira de pensamento, Spinoza apresenta uma inigualável contribuição com elementos teóricos fundamentais para compreensão e possibilidade de construção de um projeto de autonomia calcado no exame crítico da produção de nossas vontades no que tange ao seu caráter de potência ou passividade. A filosofia spinozana deixa entrever que o indivíduo pode orientar a si mesmo pela razão, entretanto sem ignorar e desvencilhar das condições originárias e norteadoras da realidade afetiva. Pensar a constituição subjetiva e intersubjetiva do indivíduo passa a ser de tal modo um desafio e possibilidade de entendimento de seu desejo, de suas escolhas na construção sociocultural ou do espaço sócio-ocupacional quer na direção de um vigor ético quer na direção de uma servidão voluntária.

A servidão humana é a impotência para refrear os afetos paixões e resulta dessa distorção entre afeto e a imagem do que se afetou. E por não fazer a distinção, o indivíduo permanece na servidão e passividade, tornando-se governado pelo modo como ocorreu o afeto no campo do existir das atribuições humanas.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Para Le Breton (2018), se é verdade que pode haver uma condição de indiferença até plausível à condução da vida cotidiana que por vezes se apresenta como uma forma de discrição para não incomodar os outros ou não dar ensejo à sua observação, também é verdade, ressalta a autor:

O sentimento de identidade é o lugar sempre em movimento em que o indivíduo experimenta sua singularidade e sua diferença. Ele é a herança da história passada no interior de uma configuração social e afetiva, e de inúmeras identificações cuja influência não cessa de se redefinir ao longo da existência, notadamente para os pais e as figuras do entorno, ou mais prestigiosas, emprestadas do imaginário cultural. (LE BRETON, 2018, p.75)

Todavia, a passividade mesmo que possa imperar até certo grau ou momento sobre a potência de agir do corpo e de pensar da mente, em contrapartida pode crescer a ponto de conceber a si mesmo e às suas ações adequadamente. Por esse motivo, os afetos consistem em um regime de conhecimento, um modo de pensar. E, em linhas gerais, o pensamento filosófico de Spinoza combate tudo aquilo que nos enfraquece e nos separa da força vital, de nosso *conatus*, e ao mesmo tempo denuncia formas de ilusão da consciência e determinismos. Em sua teoria dos afetos é possível perceber que cada indivíduo é uma essência singular entrelaçada a um campo de causas externas que, por sua vez ligado à sensibilidade com que afeta e é afetado. O afeto é produzido pelas afecções, pela modificação e variação da potência de agir do corpo e da mente. A variação do *conatus*, do esforço de existir, produzirá afetos diferentes em cada ser humano e entre os seres humanos.

Para Spinoza (2009), o afeto é a variação de nossa potência de agir, de nossa perseverança, de nosso esforço de existir sobre/no o mundo. Aumento ou diminuição de potência não é, senão, aumento ou diminuição do *conatus*, isto é, da capacidade de ser e agir. O *conatus* é a variação de esforço, que pode ser favorecido ou constrangido. Quando uma afecção aumenta a potência de agir do corpo, a ideia dessa afecção aumenta a potência de pensar da mente e, da mesma maneira, o que diminui a potência de um, diminui, por conseguinte a potência do outro.

Os afetos-ações, decorridos da alegria, representam uma capacidade mental de pensar e um aumento de potência. Eles remetem ao esforço de viver e à autonomia para manutenção da vida e

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

elaboração subjetiva, assim como remetem à liberdade humana suposta pela consciência dos próprios afetos e domínio de realidade. Sobre esse ponto, Spinoza esclarece:

[...]o desejo que surge da razão, isto é, o desejo que gera em nós enquanto agimos, é a própria essência ou natureza do homem, à medida que é concebida como determinada a fazer aquilo que se concebe adequadamente, em virtude apenas da essência do homem. (SPINOZA, 2009, p. 196).

Já na passividade, ocorre uma diminuição de potência em função da dependência de causas externas. Exemplo disso é a servidão humana, na qual a impotência do servo o impede de refrear os afetos e paixões, levando-o a se permitir às paixões, mesmo sabendo que aquilo o faz sofrer.

Para Spinoza (2009), nossa consciência é consciência de uma imaginação que meu corpo capta e absorve no contato com outros corpos. Cabe-se aqui entender o percurso de tomada de decisão e o quanto um projeto existencial sócio-histórica ultrapassa um modelo de vida instituído na medida em que o desejo é um elemento fundamental na transição de um estado de passividade para um ativo, o que não impede a possibilidade de distração frente à oportunidade de decidir constituir para si mesmo um modo de vida que fortaleça a própria potência de existir.

Para Spinoza (2009), não é um corpo que vai gerar uma ideia na mente, mas é pela natureza da mente que haverá a produção de ideias, inclusive as ideias das afecções e, nestes termos, não haverá processo intelectual voltado a quaisquer dos âmbitos de produção de conhecimento sem a experiência dos afetos. De tal modo, toda forma de orientar-se a si mesmo, desvencilhando-se das determinações e de uma suposta força da contingência, depende do processo que transforma a fraqueza, a servidão e a passividade em atividade, a inadequação do que se imagina em adequação de pensamento.

Já no campo de análise da autonomia profissional, a discussão passa pela apreensão da condição de assalariado do profissional de Serviço Social. Tal condição, dialeticamente, ao mesmo tempo que insere a/o assistente social na divisão sócio-técnica do trabalho também restringe e obstaculiza sua intervenção. Entende-se que assistente social tem um cariz liberal,

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

havendo, no campo da representação e defesa, entidades de fiscalização do exercício profissional. Uma profissão liberal tem como elemento definidor sua capacidade de definir seus condicionantes éticos que delinearão tanto o exercício profissional como sua participação na vida social. Outro elemento que corrobora para essa condição é ter regimentada uma lei específica. No caso do Serviço Social, a lei para além de estabelecer os procedimentos de fiscalização é instrumento de defesa da autonomia profissional. (SIMÕES, 2012, p. 37).

Sobre a autonomia, Iamamoto (2008) problematiza acerca da sua relativização:

[...] a possibilidade de imprimir uma direção social ao exercício profissional do assistente social – moldando o seu conteúdo e o modo de operá-lo – decorre da relativa autonomia de que ele dispõe, resguardada pela legislação profissional e passível de reclamação judicial. A efetivação dessa autonomia é dependente da correlação de forças econômica, política e cultural em nível societário e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços ocupacionais construídos na relação com sujeitos sociais determinados: a instituição estatal [...]; as empresas capitalistas; as organizações político-sindicalistas; as organizações privadas não lucrativas e as instâncias públicas de controle democrático. (IAMAMOTO, 2008, p. 220).

Entende-se que os instrumentos normativos como a Lei 8662/93 e o Código de Ética de 1993 objetivam um conjunto de ações que afiançam e estimulam a autonomia profissional. A Lei 8662/93 que regulamenta a profissão do assistente social e diversas resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) é o instrumento jurídico de defesa da profissão. O CFESS tem como ação precípua assegurar as competências e atribuições privativas do assistente social que resultam na defesa de uma atuação autônoma e livre de determinações. Segundo Simões (2012), a autonomia é considerada direito na medida em que o profissional é quem deve ter o discernimento do objeto de sua intervenção (SIMÕES, 2012, p.38).

Para Simões (2012), é possível considerar a existência de dois contextos diferenciados que colaboram para se compreender a autonomia. O primeiro é aquele que se localiza no *dever ser* profissional que se dá por via do exercício calcado nas competências e atribuições privativas previstas na lei, que conduzidas no cotidiano são capazes de contribuir

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

para a construção da direção social ao seu exercício, conforme a valoração ética hegemônica na profissão (SIMÕES, 2012, p. 44). O segundo se assenta na condição de classe trabalhadora da/o assistente social. A venda da força de trabalho revela a relativa autonomia que se situa num contexto antagônico, e que é o *locus* de um exercício compromissado com os interesses da classe trabalhadora.

### **SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO COMO CATEGORIA A SER APREENDIDA NO SERVIÇO SOCIAL**

O propósito dessa abordagem, a saber, o de discutir o sofrimento ético-político como categoria no Serviço Social, supõe-se entender, inicialmente a dimensão do sofrimento como uma espécie de *pathos*<sup>3</sup>, em que se processam determinações que corroboram para a inviabilidade de uma “morada” política. Ou seja, o sofrimento que inviabiliza o exercício da ação que construa a possibilidade de um existir em prol do bem comum e da práxis humanas, ao passo que o indivíduo que definitivamente toma posse de sua potência é aquele que se libertou do estágio de *pathos*, da dependência de bons ou maus afetos decorridos das determinações intersubjetivas sócio-históricas.

Na teoria da psicanálise, supõe-se que o curso tomado pelos eventos mentais está automaticamente regulado pelo princípio de prazer, acreditando-se que o curso desses eventos é invariavelmente colocado em movimento por uma tensão desagradável e que toma uma direção tal, que seu resultado final coincide com uma redução dessa tensão, isto é, com uma evitação de desprazer ou uma produção de prazer. Na esteira da teoria psicanalista, para Bauman e Dessel:

Enquanto o sofrimento pode ser uma condição perdurável e ininterrupta, a felicidade, esse “gozo interno”, mal chega a ser percebida como vivência momentânea, fugaz, que experimentamos do princípio ao fim em um instante, quando o sofrimento se detém. “É muito

---

<sup>3</sup>CF. MARTINS, Francisco. O que é *pathos*? In.: *Rev. Latinoam. Psicop. Fund.*, II, 4, 62-80. O *pathos* seria compreendido como uma disposição (*Stimmung*) originária do sujeito que está na base do que é próprio do humano. Assim, o *pathos* atravessa toda e qualquer dimensão humana, permeando todo o universo do ser.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

menos difícil”, sugere Freud, “experimentarmos a infelicidade”. Na maior parte do tempo, então, nós sofremos, e durante todo o tempo nos acossa o temor do possível sofrimento ocasionado pelas permanentes ameaças que pairam sobre nosso bem-estar. (BAUMAN; DESSAL, 2017, p. 12)

À luz do pensamento de Spinoza, apresentado anteriormente, pode-se dizer que com o corpo afetado, simultaneamente afeta-se também a mente, e daí uma das consequências da relação psicofísica do afeto é que o padecimento corpóreo, o sofrimento ético-político pode resultar do padecimento da mente diante das afecções, de tal modo a entender que a relação de afetação cria uma imagem que a mente imagina e reproduz como consciência e interpretação da realidade ética.

Segundo Leila Machado (2001), a ética seria um exercício de resistência à tolerância da indiferença, que nos arranca do torpor das situações sensório-motoras suportáveis e nos faz mudar de atitude. Todavia, a autora ressalta ainda sobre esse tipo de tolerância da indiferença que “pode produzir em nós uma servidão, um descaso pelo pensar, um mal-estar frente às posturas críticas [...]”. (MACHADO, 2001, p. 71-72).

Para Brant e Minayo-Gomez (2004), o sofrimento nesse campo ético e ao mesmo tempo político, remonta a relação de alteridade, reflexividade e linguagem. Assim, por ser uma espécie de dor com representação simbólica, o sofrimento cria laços discursivos entre os sujeitos e permite que estes partilhem as explicações que possuem sobre a vida que dói, sobre o cotidiano que se deve suportar (BRANT; MINAYO-GOMEZ, 2004).

O sofrimento pode colocar o sujeito face às impotências, limites e decadência orgânicos, expondo-o à perspectiva da morte e precipitando defesas e estratégias de enfrentamento que excedem a dimensão orgânica, e coloca o sujeito diante de sua experiência subjetiva e supostos destinos dos afetos e repercussões objetivas de ordem ética-política que estão em jogo.

O sentimento de angústia e outros tipos de sofrimentos, normalmente vivenciados nos embates ético e políticos, remetem à experiência do indivíduo em relação ao modo como ele é afetado, assim, faz-se necessário entender a noção de afeto ou como este é constituído e constitui o campo da subjetividade e também da práxis humana. Desse modo, a Ética de

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Spinoza pontua a questão sobre o pensar a relação entre mente e corpo e, sobretudo, a afetividade humana, afirmando que o indivíduo é causa do que se passa fora ou dentro de si, sendo ele um ser de potência, a qual determina seu modo também de agir. A realização dessa potência delinea o que a mente produz: o que se pode realizar de forma ativa ou passivamente.

Sawaia (2009) ressalta que o sofrimento possui um potencial ético-político que revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social (SAWAIA, 2009, p.102). A base teórica de seus estudos parte de Spinoza, Agnes Heller e Lev Vygotsky. Em Spinoza a autora Sawaia encontrou a teoria dos afetos:

Sua hipótese é a de que a paixão constitui caminho à compreensão e ao combate da servidão e da tirania, pela sua positividade, pois ela é base da ética, da sabedoria e da ação coletiva democrática, tornando-se negativa, quando associada a ignorância e à superstição” (SAWAIA, 2009, p. 102)

Percebe-se nas palavras de Sawaia (2009), o que Spinoza, em seu Tratado Político, atribui ao medo um papel preponderante, fazendo dele a paixão mais eficaz de todas. Quanto à superstição, por sua vez, não pode se manter sem a esperança, é o que leva os homens a recorrer a todos os tipos de cultos por esperarem obter aquilo que desejam ou por temer algum mal. Para a autora, a apreensão do sofrimento ético-político permite:

[...] analisar as formas sutis de espoliação humana por trás da aparência da integração social, e, portanto, entender a exclusão e a inclusão como as duas faces modernas de velhos e dramáticos problemas – a desigualdade social, a injustiça e a exploração (SAWAIA, 2008, p. 106).

A conjugação do ético-político com o sofrimento se assenta no entendimento de que o sujeito é um todo. Ele mente e corpo e essa unidade compõem as relações que cada sujeito estabelece com o mundo que o cerca. E, para a Sawaia (2008), existe uma distinção entre sofrimento social e sofrimento ético-político, uma recorrência que ela em seus estudos tem

percebido. Percebeu a necessidade de esclarecer que sofrimento ético-político está na questão social e se apresenta como não do campo individual, mas do coletivo. Para a autora, trata-se da “vivência particular das questões sociais dominantes em cada época histórica [...] Sofrimento que surge da situação de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade” (SAWAIA, 2009, p. 56).

Diante de uma sociedade excludente, em que a mais valia se manifesta como inclusão perversa, se apreende sobre sofrimento e sofrimento ético-político a partir das reflexões e apreensões construídas por Sawaia (2009), em especial no que a autora defende como uma forma de demarcar a servidão e a possibilidade de sair dela. É o sofrimento ético-político aquele atravessado pela classe social, tendo um caráter coletivo, e não aquele gerado por estar submetido ao poder do outro e ao direito do outro numa perspectiva puramente subjetiva e particular.

Sawaia (2009) ao retornar a Spinosa destaca a relação entre sofrimento ético-político e autonomia, destacando a dimensão ética dos afetos. Cujo o enfrentamento do sofrimento ético-político supõe o agir, ao invés de simplesmente reagir e reproduzir, mas sim tornando-se um sujeito crítico, reflexivo, criativo e responsável por sua existência, alcançando a potência humana em sua singularidade na direção da construção sócio-histórica, ética e democrática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso considerar a necessidade de se deter em estudos acerca do Serviço Social e suas “categorias” de modo a aprofundar nos acúmulos teóricos realizados nos últimos anos. Desse modo, ao trazer novas problematizações diante do dinamismo da realidade e de lógicas que estão no “mundo do trabalho”, pretendeu-se a colaborar na defesa da profissão, especialmente, no campo das defesas ético-políticas e na luta contra o conservadorismo.

A realidade do “mundo do trabalho” marcada por uma nova morfologia em virtude do advento do aparato tecnológico; de uma gestão do trabalho cada vez mais hierarquizada e alheia às atribuições privativas da profissão; do acirramento das expressões da questão social diante de um contexto político-econômico ultraconservador se apresentam como elementos que colaboram, cada vez mais, para a intensificação da precarização das condições de trabalho

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

tanto dos trabalhadores estáveis quanto para aqueles que se inserem no “mundo do trabalho” por meio da informalidade ou prestação de serviços.

Esse contexto se apresenta como tensionador, especialmente quando a condição de assalariado e o ataque à dimensão de um trabalho consciente e coletivo se apresentam como condições postas que afrontam a autonomia profissional e sinalizam o sofrimento ético-político. E conforme discorreu Sawaia (2009), o sofrimento ético-político constitui uma categoria de análise da dialética inclusão/exclusão social que de um modo ou de outro abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que recaem sobre a vida e setores da experiência humana de diferentes formas.

No que se refere à autonomia e aos espaços sócio-ocupacionais, percebe-se a situação dilemática na qual o sistema capitalista supõe inclusão construindo mecanismos de reprodução que sustentam, por um lado, a servidão, a passividade, a alienação e, por outro lado, desenham sorrateiramente o modo de intersubjetividade e submissão às suas determinações, mascarando a inclusão em detrimento ideias imaginativas produzidas em meio às relações afetivas provenientes da servidão e passividade, resultando daí um contexto de exclusão engendrado pela desigualdade social.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt; DESSAL, Gustavo. **O retornodo pêndulo: Sobre a psicanálise e o futuro do mundo líquido.** Tradução:Joana Angélica d’Ávila Melo. Revisão técnica: Felipe Castelo Brancopsicanalista e professor do IFCS/UFRJ, 2017.

BRANT.L.C.; MINAYO-GOMEZ. C. **A transformação do sofrimento em adoecimento: do nascimento da clínica à psicodinâmica do trabalho.** Rio de Janeiro: Centro de Saúde Coletiva/FIOCRUZ. 2004

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto 3: o mundo fragmentado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

\_\_\_\_\_. A questão social no capitalismo. In: **Temporalis**, Brasília, v. 2, n. 3, (p. 9- 32), jan./jun. 2001.

LE BRETON, David. **Desaparecer de si**: uma tentação contemporânea. Tradução: Francisco Morás. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

MACHADO, Leila Domingues. Ética: exercício de resistência em meio à indiferença. In: NOVO, Helrina A.; SOUZA, Lídio de Souza; ANDRADE, Angela Nobre de. **Ética, Cidadania e participação**: debates no campo da psicologia. Vitória: EDUFES, 2001.

MURTA, Claudia. A angústia tratada como um afeto. In: **Rev. Filos., Aurora**, Curitiba, v. 23, n. 33, p. 359-375, jul./dez. 2011.

SAWAIA. B. B. (Org.). **As artimanhas da exclusão**: uma análise ético-psicossocial da desigualdade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B. B. Sawaia (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2008. (p.97-128)

SAWAIA. B. B. Espinosa: o precursor da ética e da educação ambiental com base nas paixões humanas. In I.C. M. Carvalho, M. Grün, & R. Trajber (Orgs.). **Pensar o ambiente**: bases filosóficas para a educação ambiental (pp.76-89), Coleção Educação para Todos). Brasília: Edições MEC/UNESCO, 2006.

SPINOZA, Beneditus de. **Ética**. [tradução de Tomaz Tadeu]. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

\_\_\_\_\_. **Tratado Político**. Tradução, introdução e notas de Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral

Eixo Temático - Serviço Social, Trabalho e Formação Profissional

## ABORDAGENS SOBRE FAMÍLIAS PARA A AUTUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

APPROACHES TO FAMILIES FOR SOCIAL ASSISTANT NOTICE

Leni Maria Pereira Silva<sup>1</sup>  
Leonardo David Rosa Reis<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo traz análises acerca das abordagens sobre famílias. A família entra para agenda de estudos a partir do século XX, especialmente a partir da concepção idealista de família e sob um modelo pluralista de intervenção estatal. A construção do conceito de familismo é tratado numa perspectiva de responsabilização das famílias acerca do provimento e do cuidado dos seus. Trata-se de um estudo qualitativo que se apropria da pesquisa bibliográfica para analisar as abordagens realizadas acerca das famílias de modo a contribuir no processo de apreensão das/os assistentes sociais no âmbito da atuação profissional. Considera-se que outra forma de apreensão e intervenção junto à famílias é possível para o assistente social a partir do seu aporte teórico-metodológico.

**PALAVRAS CHAVE:** Abordagem; Familismo; Atuação profissional.

**ABSTRACT:** This article brings analyzes about approaches to families. The family enters the agenda of studies from the 20th century onwards, especially from the idealist conception of the family and under a pluralist model of state intervention. The construction of the concept of familism is treated from a perspective of making families responsible in addition to the provision and care of their own. This is a qualitative study that uses bibliographic research to analyze the approaches carried out about families in order to contribute to the process of apprehending social workers within the scope of professional certification. It is considered that another form of apprehension and intervention with the families is possible for the social worker from his theoretical-methodological contribution.

**KEYWORDS:** Approach; Familism; Professional performance.

## INTRODUÇÃO

<sup>1</sup>Assistente Social. Professora do curso de Serviço Social Unimontes. Doutora em Ciências Sociais/UERJ.

<sup>2</sup>Assistente Social. Servidor Público da PBH/MG. Doutorando em Serviço Social PUC/SP.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Muito tem se falado da família nos últimos décadas. Estudos buscam identificar como ela vive, como se faz para ser família tendo em vista suas “velhas” e “novas” funções, as mudanças em suas responsabilidades e referente ao que se espera dela, quais arranjos novos tem aparecido, enfim, os questionamentos têm contribuído para desconstruir certezas e produzir uma infinidade de abordagens que podem contribuir para sua apreensão.

O presente artigo apresenta uma reflexão acerca da abordagens conceituais e interpretativas que tem-se acumulado sobre famílias na contemporaneidade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de viés bibliográfico. Autores como Szymanski (2003), Miotto (2010,2015,2018) Teixeira (2010,2013,2017,2018) e outros contribuem nas reflexões.

Apesar de todo este destaque, sabe-se que em se tratando de família esse contexto tem se transformado para profissionais e estudiosos em angústias em razão de especulações teóricas e conceituais, mais do que em respostas lineares, mesmo porque a família tem se revelado enquanto uma instituição que não possui princípio, meio e fim, em virtude dos rebatimentos externos que ela absorve e que a partir destes ela desenvolve e evolui à medida que haja evolução na sociedade. Não se trata de uma evolução natural, mas, composta de antagonismos e rupturas que estão externas a vida familiar. Essas condições provocam alterações em seus modos, papéis, organização e arranjos.

Zsymanski (2003) em se tratando de família alega que o “discurso oficial” visa estabelecer uma “família pensada” a partir de parâmetros sociais, políticos e econômicos determinados que privilegia a classe dominante, o que por sua vez, ao garantir a produção das formas e do modo de viver da burguesia como padrão e modelo a ser adotado no seu cotidiano, acaba por comprometer a capacidade de cuidar e proteger das famílias que não se enquadram nesta “categoria”.

O presente artigo está organizado em duas seções. A primeira faz um percurso histórico e teórico acerca das concepções e abordagens sobre família. A segunda trata de se problematizar sobre famílias e atuação profissional.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Considera-se que a responsabilização das famílias realizada pelo Estado tendem a determinar o modo de atuação no âmbito do Serviço Social. Superar tais determinações é exigência de atributo ético-político.

## ABORDAGENS SOBRE FAMÍLIA/FAMÍLIAS

Nos estudos sobre família houve um tempo que se abordava no singular demonstrando sua forma única de ser e viver em família. Nos estudos de Zsymanski (2004) é possível verificar que tal singularidade negava a pluralidade de arranjos. Tal contexto negava a possibilidade do cuidado ser possível e existentes em outras formas de viver em família. A pluralidade do trato com famílias colabora no reconhecimento da multiplicidade e consegue desconstruir os estigmas e negações que foram atribuídos aos arranjos que se distanciavam da família nuclear, mas que experimentavam laços de cuidado mútuo. Nesse estudo adota-se o termo famílias.

Historicamente se verifica que a abordagem sobre famílias se ancora em duas linhas históricas e complementares, por essas entende-se o idealismo e o familismo. Uma forjada por meio do idealismo que se firmou como um lastro nas abordagens sobre família/famílias no campo interventivo das políticas sociais. E, esse mesmo foi propulsor de uma nova abordagem, que descende das formas institucionais de atuação junto a família inaugura nos anos de 1960 uma espécie de responsabilização “quase isolada e autônoma” das famílias para corresponder as expectativas sociais e dar respostas aos dilemas e infortúnios determinados pela estrutura social, política e econômica. Realidade advinda da ação e omissão do Estado diante das mais variadas expressões da questão social que fragilizam laços e coloca em risco a convivência das pessoas que compõem as famílias da classe trabalhadora.

No campo da idealização, a família é a reprodutora de sentimentos que favorecem a construção de referência, a formação de identidades, espaços de segurança, cuidado, proteção, advindos de um casamento perfeito composto por duas pessoas que compartilham projetos comuns dentro de um ideal de família. A partir dessa premissa, segue-se:

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Além disso, o mundo familiar é palco de múltiplas interpretações. Produz “teorias” ambíguas e incompletas que descrevem *aquela* mundo particular de relações. Exemplos de tais generalizações: “mulheres são...”; “homens são...”; “filhos devem...”; “só existe amor se... houver concordância irrestrita” ou “...se o afeto demonstrado de tal ou tal maneira” ... “se eu for sempre boazinha, concedendo sempre...”; “casamento é.” Assim por diante. Esse discurso vai sendo construído em cada mundo familiar, dando-lhe uma feição própria, mesmo que sob um só modelo (ZSYMANSKI, 2003, p.25).

Definições nas formas, nos papéis e nos modos fizeram da família um espaço, também, de transformações conforme as necessidades externas às suas vontades. Como alega Zsymanski (2004) esse mundo familiar foi ganhando contornos e definições sobre aquilo que seria família. Com o advento do capitalismo, por exemplo, foi preciso construir um modo de viver em família: o nascimento da família burguesa cria novas regras para a convivência familiar e revela as contradições de classe entre grupos sociais, religiosos e étnicos. Ao estabelecer que a forma nuclear (pai, mãe e filhos) de viver em família era a socialmente correta, estabeleceu no entorno da família alguns estereótipos que geram conflitos com a realidade vivida pelos demais grupos.

Sobre o familismo, categoria que ocupa nos anos 2000 estudos de pesquisadores do Serviço Social como Miotto (2008) Teixeira (2017) e outros. As autoras analisaram o quanto é danosa a responsabilização atribuída às famílias pelo cuidado e provimento de seus entes quando inseridos numa sociedade do consumo e com severas restrições de renda, trabalho e proteção social.

Percebe-se que quanto mais a família foi colocada no posto de provedora do bem-estar mais o Estado reduziu seu dever protetivo, no campo das seguranças sociais: emprego-renda, proteção para os segmentos vulneráveis e fortalecimento dos laços familiares por meio da oferta contínua de serviços e programas ao enfrentamento da extrema pobreza, desemprego e desigualdades que, estruturalmente, obstatulizam o cuidado diário familiar.

Segundo Pereira (2008, p.39) o emblemático processo de solidariedade erguido no neoliberalismo advindo da relação Estado, mercado e sociedade promoveu políticas

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

pluralistas de bem-estar, os quais contam com o voluntarismo e o solidarismo que envolvem a família e sua rede sociabilidade. Nota-se a incipiente atuação do Estado por meio da retração na sua função e o mercado regulando por meio dos empregos estáveis e com boa remuneração um parte de trabalhadores. O que oficializou um estado de coisas como: voluntariado, clientelismo e o asseveramento do assistencialismo. E, em especial, a família sendo posta na linha de frente dos cuidados. Um contexto que demarca o caris da caridade (mercantil e privada) e ações públicas no campo da benesse de da ajuda. Uma ação voltada ao indivíduo e não para as famílias que a cada mudança no processo de acumulação acirrava a situação de pobreza extrema. Um período da história em que a pobreza era controlada por meio da ações focalizadas e mitigadoras.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, sanção da Lei Orgânica de Assistência Social (LEI 8742/93) e, na primeira década do século XXI a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (2004) e Norma Operacional Básica (2005) que institucionaliza o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a Assistência Social ganha estatuto de política de direito social no país. E, a partir dessa mudança operacional e necessária, a família ganha centralidade numa perspectiva de acesso à direito, fortalecimento e proteção.

No novo campo político social a família passa a ser apreendida como uma instituição que deve ser apoiada e ter acesso a condições para responder ao seu papel no sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e portadores de deficiência. E, nesse ponto que se localiza *o arcaico se manifestando no novo*, ou seja, preservará o idealismo de projeção da responsabilidade e sedimenta o familismo da transferência única e exclusiva às famílias. Ou seja, uma das suas diretrizes a matricialidade sociofamiliar mantém no modelo protetivo da política de assistência social uma abordagem pluralista de bem-estar social, ao situar a família “como responsável nata” (PEREIRA, 2008, p.202). A ideia de subsidiariedade do Estado é revelada ao passo que a família passa a ser a primeira instituição a dar conta de toda o enfrentamento das determinações macroestruturais, especialmente, quando essa não participa ou acessa, por vários motivos, a riqueza socialmente

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

produzida. Especialmente em contexto de desigualdade, onde a lógica de mercado determina os acessos e agudiza as exclusões.

Para a autora a redução do Estado se mantém como diretriz desse modelo protetivo pluralista, uma vez que a oferta de serviços no campo da proteção social passa a ser subsidiada pelo Estado. Haja vista que a gestão dos serviços socioassistenciais está acontecendo de forma compartilhada como uma espécie de “*dejavur*” com as entidades socioassistenciais por meio do co-financiamento junto a instituições de caráter confessional que estão adotando as mais variadas silgas e espertizes no campo da prestação de serviços<sup>3</sup> à famílias e indivíduos.

E nesse contexto, cada vez mais, se atribui a família o papel de protagonista. Um modelo protetivo que responsabiliza a família tanto na concessão de benefícios (eventuais e contínuos como acesso a financiamento da habitação popular, Benefício de Prestação Continuada (Espécie<sup>87</sup> e <sup>88</sup>), Transferência de renda. Nesses a família é instituição responsável pela proteção dos seus membros.

Sobre o modelo bem-estar pluralista é possível considerar que se configura como uma devolutiva de encargos em que os cuidados direcionados aos indivíduos recaem exclusivamente para as famílias e, isenta-se o Estado. Outro ponto é perceber que essa transferência e responsabilização da família tem intensificado a carga de cuidado direcionada para as mulheres, agudizado a histórica divisão sexual do trabalho com aspectos tensos no campo das desigualdades de gênero (PERERIA,2008, p.201).

Nos estudos de Mioto (2008) apreende-se que esse modelo assevera o distanciamento do Estado e, dá vasão conjunto de ações de cunho estatal que se denominará de “neoliberalismo familiarista’ (De Martino,2001, apud Mioto, 2008, p.139). Para a autora o que o Estado neoliberal realiza é uma redução da sua função de órgão protetivo devido a retração na oferta de serviços. Desse modo, enquanto o Estado se retira do campo protetiva ele sobrecarrega e determina à família a condição de primeira instância a proteção de todos os seus membros.

---

<sup>3</sup>Associações, fundações, OSCIPS, ONGS e outros

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Autores como Sunkel (2006) e Saraceno (1997) revelam que a colocação da família na condição de instância central da proteção social representa a responsabilização criada para desonerar e desresponsabilizar o Estado em sua face neoliberal. Tais autores asseveram ao colocar a família nesse lugar de responsável por aporte de cuidado e proteção tem consequências que alcançam várias gerações, especialmente, no lastro histórico de manutenção da pobreza e nas experiências de violações de direitos.

Sunkel (2006) adverte que essa determinação de lugar e função corrobora no âmbito das políticas sociais latino-americanas a partir dos anos de 1990, desencadeiam mudanças na composição das famílias, redefinição das funções de mulheres e homens junto ao grupo familiar, na composição de novos arranjos familiares, especialmente com ascensão significativa das famílias monoparentais femininas. O modelo de proteção “familista”, sobrecarrega a mulher, pois insiste no modelo tradicional de família. Segundo o autor essas situações atingem diretamente as mulheres por reforçar as desigualdades e por criar novas outras que se dão em aspectos de: longevidade; a gravidez na adolescência e uma permanência mais prolongada dos filhos adultos na família (SUNKEL, 2006, p.5).

Entende-se que as estratégias de políticas de caráter familista tendem, cada vez mais, reforçar o idealismo em torno da família nuclear na esfera doméstica e acirra a divisão sexual do trabalho. Condicionantes que espraiam também no mercado de trabalho que sedimenta a manutenção do homem no mundo público e da mulher reclusa a vida privada e, em postos de trabalho subalternos de baixa remuneração. O que vai imposição de um papel secundário das mulheres no mundo do trabalho tanto pelo posto/ocupação quanto pela remuneração a que se tem acesso. Outro agravante é o aumento significativo da jornada de trabalho quando, nas mais variadas experiências tendem, cada vez mais, conciliar uma dupla jornada (poderia-se arriscar em tripla jornada quando mulher tenta conciliar e lhe exigido que desempenhe o papel de: mãe, provedora e estudante) que cada vez mais impacta sua forma subjetiva de existir em sociedade.

Segundo Míoto (2006), a família, como centro de políticas e programas, constitui ainda um desafio neste início de milênio. A NOB/Suas define que família como um núcleo central de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social. Um avanço

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

se considerar que visa superar o conceito de família como unidade econômica, mera referência de cálculo de rendimento per capita, e a entende como núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero.

A concepção de família que norteia este estudo apreende as reflexões acumuladas por Mioto (2008) e outros autores que a partir da teoria social crítica, constroem seu pensar sobre família no campo histórico. Desse modo apreende-se família a partir de sua organização e relações, como um espaço de pessoas, “relativamente estável e não casual” (WANDERLEY, 2008, p.14). No contexto da sociedade capitalista é importante refletir por meio de uma visão ampliada e atual de família, posto que as pessoas que convivem em uma ligação afetiva duradoura podem ser um homem e uma mulher e seus filhos biológicos ou não; mas também um casal do mesmo sexo, ou apenas a mulher com seus filhos, e outra infinidade de arranjos.

A família, nas suas mais diversas configurações constituem-se como um espaço altamente complexo. É construída e reconstruída histórica e cotidianamente, através das relações e negociações que estabelece entre seus membros, entre seus membros e outras esferas da sociedade e entre ela e outras esferas da sociedade, tais como Estado, trabalho, mercado associações, movimentos. Na contemporaneidade encontra-se novos critérios para definir família: coabitação, consanguinidade, afinidade afetiva ou solidariedade, logo, existe uma diversidade de arranjos ou pluralidade de vida familiar (laços consanguíneos, conjugais, filiais, fraternais ou afetivos).

No entanto, a presença do traço familista na política social brasileira e a sua reiteração na prática profissional, que tem instigado o aprofundamento dos estudos relacionados às concepções de família e a centralidade de seu papel no contexto da sociedade brasileira, particularmente na estruturação da proteção social podem ser vetores de outras formas de responsabilização.

Em relação as concepções de família, esforços são empreendidos para demonstrar que estas são construídas apenas a partir de suas formas e modelos, mas implicam na presença de dois elementos fundamentais: 1) sua morfologia, ou configuração concernentes à sua estrutura

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

e relações e; 2) às expectativas que se tem relação a elas na provisão de bem-estar. Estas expectativas estão diretamente relacionadas às concepções de igualdade e justiça que regem as formas de distribuição das responsabilidades entre as diferentes instâncias encarregadas pela provisão de bem-estar. É a partir desses elementos que são construídas diferentes concepções de família que estão na base de determinados consensos, que se expressam nos mais variados campos da vida social (MIOTO, 2015).

## ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS JUNTO A FAMÍLIAS

Ao longo da história, construíram diferentes formas de pensar a família no contexto da proteção social. No âmbito das produções intelectuais do Serviço Social a apropriação da pluralidade do termo família foi o início da defesa da diversidade presente no Projeto ético-político. O reconhecimento que existia cuidado em famílias em distintos arranjos contribuiu para se pensar a política e a intervenção e, ao mesmo tempo revelou o modelo que se erguia no século XX.

Para Mioto (2010; 2018) duas grandes tendências ou concepções estão presentes nas diretrizes das políticas sociais, onde a compreensão da relação família e proteção social é mediada pela ideia de “ajuda pública” e/ou “direitos de cidadania”. Na Assistência Social, ao longo de seu desenvolvimento pode-se encontrar as duas tendências. Assistência Social como ajuda pública assume a relação família e proteção social que é mediada pela ideia de que a família é a principal instância de proteção social.

As famílias, independentes de suas condições objetivas de vida e das próprias vicissitudes de convivência familiar, devem ser capazes de proteger e cuidar de seus membros. É justamente nessa lógica que habita a ideia de política de proteção *familista*, pois sobrecarrega a família de funções. A Assistência Social assumida como direito de cidadania parte do entendimento de que o Estado se constitui na principal instância de provisão de bem-estar; a cidadania é atingida quando os direitos sociais, na política e na legalidade, se tornam invioláveis e universais; a prestação de um serviço é concebida como direito; o indivíduo pode manter-se sem depender do mercado.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Mioto (2006) sintetiza que o trabalho com famílias no lastro histórico foi orientado por concepções estereotipadas de famílias e papéis familiares com prevalência de propostas residuais, dirigindo-se a determinados problemas, segmentados e fragmentados da totalidade social, tomados como “desviantes”, “patológicos” e sujeitos ao trabalho psicossocial individualizante e terapêutico, para cujo diagnóstico e solução envolve-se a família, responsabilizada pelo fracasso na socialização, educação e cuidados dos seus membros; focalização nas famílias em situação-limite, em especial nas “mais derrotadas”, “incapazes”, “fracassadas” e não em situações cotidianas da vida familiar, com ações preventivas e na oferta de serviços que deem sustentabilidade às famílias.

O trabalho social com famílias se insere no âmbito do “trabalho em serviço” e que incide sobre o campo das relações sociais, definem o seu caráter relacional e que a dimensão do trabalho social com famílias precisa de contar com metodologias de ação criativas e alicerçadas em referenciais teórico-metodológicos e ético-políticos que efetivem a intencionalidade almejada, tanto pela política social, quanto dos profissionais para sua implementação e realização, considerando que “é no bojo desse referencial que as metodologias explicitam intencionalidades, orientam a escolha de processos, conteúdos e estratégias de ação” (WANDERLEY, 2008, p. 13).

Para Teixeira (2017, p.30) o trabalho em serviço se caracteriza-se pela “simultaneidade entre a produção e o consumo do serviço e de que ele não é gerador de um produto que possa ser armazenado” logo, é um trabalho marcado pela “intangibilidade”. Para a autora, o trabalho em serviço deve ser desenvolvido de forma coletiva, por diferentes atores, instâncias e instituições e, sua qualidade é medida pela relação estabelecida entre “prestador e usuário do serviço”. Teixeira (2017, p. 33) destaca que o “trabalho social é a mediação indispensável na programática da política pública. São processos, procedimentos, ações que materializam a política pública”.

Segundo Teixeira (2017) e Mioto (2010) O trabalho de assistentes sociais parte do entendimento de uma conjugação de ações junto as famílias “como sujeitos privilegiados de intervenção” (MIOTO, 2010, p.166), a expectativa é que o trabalho com essas famílias, a

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

partir da perspectiva crítico-dialética supere o imediatismo<sup>4</sup> e vá além do atendimento de demandas pontuais e da conjugação de vulnerabilidades, riscos e potencialidades, mas que articule direitos e necessidades que promovam estratégias com o foco na dimensão socioeducativa e enfrentamento das fragilidades da política e a defesa intransigente de que o Estado assuma a sua responsabilidade sobre as famílias em suas diferentes configurações.

Visando fortalecer a função protetiva das famílias na Assistência Social, ainda impera concepções e práticas conservadoras, marcadas com um verniz de ampliação do acesso aos direitos e melhoria das condições de vida, todavia, no desenvolvimento do trabalho social com as famílias podem surgir discursos e práticas que reforçam as contradições existentes entre emancipação política e “regulação social (controle) [...] em tempos de ajuste neoliberal” (GUERRA, 2011, p.36). Por outro lado, existem esforços de imprimir no trabalho social com famílias uma perspectiva crítico-dialética para ampliar o acesso a direitos, contudo, o que se percebe é a manutenção do controle dos desejos e das necessidades “categorizando-as como força de trabalho e consumidores, categorias sociais as instituições da sociedade burguesa visam a exercer o poder de controle e de dominação” (GUERRA, 2011, p. 36).

Mesmo considerando a relativa autonomia profissional e as condições de trabalho em busca de um resultado que integre, proteja e apoie a família para que não seja a agente principal de proteção social, o trabalho profissional precisa, necessariamente, ser alicerçado em referências críticas para realização de mediações do conhecimento que ofereçam suporte para o “planejamento de estratégias, ações e instrumentos e meios necessários para se alcançar o fim pretendido” (TEIXERIA, 2017, p. 43). É importante que a ação profissional seja direcionada para a construção de estratégias para reduzir os custos<sup>5</sup> do cuidado e a sobrecarga das famílias.

---

<sup>4</sup>Como destaca Guerra (2000) devemos negar a ação puramente instrumental, imediata e espontânea das ações socioprofissionais, focando em intervenções mais qualificadas e críticas. Na mesma direção Coelho (2013) discute sobre a importância de que a prática profissional seja orientada pela perspectiva histórico crítica, fugindo da razão idealista, fenomênica, imediatista que aponta as finalidades como condutor da história.

<sup>5</sup>Tais custos, conforme Mioto (2004) situam-se no arco dos custos financeiros, emocionais e de trabalho.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## CONSIDERAÇÕES

A pobreza é algo condicionante e doméstica a uma parcela significativa da sociedade. As famílias pobres convivem com históricas limitações de ordem econômica, social e política. A tentativa de localizar seu nascimento, especificadamente, no Brasil, concentra suas especulações a partir do processo de colonização que utilizou da escravidão e da ausência de proteção social para submeter milhares de pessoas a condições indignas e que tiveram um efeito longitudinal na história brasileira.

Os processos desencadeados pela colonização são precedidos de uma ausência de uma estrutura política e social que enfrentasse a desigualdade impetrada no país a partir da chegada dos primeiros colonizadores. A maior expressão de desigualdade se deu a partir da divisão entre brancos e índios, brancos e negros; brancos e migrantes. Sendo que essa relação foi estabelecida por meio do domínio e coerção. Os açoites, castigos, penalizações, aculturamento e histórica exclusão levaram uma população antes livre, ao subjugado de uma sociedade injusta e desigual.

Novos rótulos foram internalizados e trabalhados como famílias “desestruturadas” ou “incompletas”, destinados aos grupos que fugiam às normativas impostas pelo modelo burguês de família. Implicitamente a incompetência e inferioridade, viraram sequelas às famílias que não “conseguiram” viver de acordo com o modelo predominante. Essa determinação acaba por sedimentar um “olhar sobre a família” que nasce da afirmação de que quando se pensa em família, invariavelmente, a imagem projetada na nossa cabeça ainda se refere à família nuclear, lembrando que isso nos mostra como vivemos atrelados àquilo que é idealizado.

Essa disseminação do modelo nuclear que se mantém entre o real e o ideal faz com que outras formas e/ou arranjos sejam tidos como fonte de produção de problemas emocionais, comportamentos desviantes e representação do fracasso da família enquanto uma instituição que não soube corresponder às expectativas da sociedade. A imposição do modo de ser família traz a tona sentimentos de incapacidade e inferioridade, além de revelar que só pode ser considerada uma família aquela que tem na sua composição o

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

homem no papel de provedor e chefe, a mulher em sua condição de mãe zelosa e responsável pela casa, e os filhos que, hierarquicamente, tem funções e papéis definidos na pirâmide familiar.

Considera-se que a idealização corrobora para a descrença de que em outros arranjos possam ser desenvolvidos aportes afetivos, cuidado e proteção. E, o familismo como categoria contemporânea nos estudos sobre família/famílias complementa tanto a idealização do cuidado atribuído a família quanto revela a ausência do Estado manifestada na culpabilização e responsabilização das famílias no âmbito do provimento em condições análogas à violações de direitos humanos e sociais. Além de colocar a família num espaço da realização e da harmonia, mas o que se tem é uma desconsideração das contradições históricas e estruturais. Desconsidera-se que família/famílias são demandatárias de proteção para em tempo oportuno proteger e cuidar dos seus.

## REFERÊNCIAS

GUERRA, Yolanda. Direitos Sociais e Sociedade de Classes: o Discurso do Direito a Ter Direitos. In: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. (Org.) **Ética e direitos: ensaios críticos**. (Coletânea Nova de Serviço Social) 3ª.ed. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Família, trabalho com famílias e Serviço Social**. Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 12, n.2, p. 163-176, jan./jun. 2010.

\_\_\_\_\_. **Política social e trabalho familiar: questões emergentes no debate contemporâneo**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 699-720, out./dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Família e proteção social: intervenções profissionais contemporâneas?. In: TEIXEIRA, Solange Maria. **Trabalho com famílias no âmbito das políticas públicas**. Campinas: Papel Social, 2018.

PEREIRA, Potyara. A.P.. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: MIONE, Apolinário; MATOS, Maurilio Castro de Leal, Maria Cristina (Orgs). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

SZYMANSKI, Heloisa. Teoria e “teorias” de família. In: **Família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 2003. (23-29)

SARACENO, Chiara. Sociologia da família. Rio de Janeiro: Artes Gráficas, 1997.

SUNKEL, Guillermo. El papel de La familia em La protección social em América Latina. Série CEPAL 120. Santiago de Chile, 2006.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Trabalho social com famílias na Política de Assistência Social: elementos para sua reconstrução em bases críticas**. *Serviço Social em Revista* (Impresso), v. v.13, 2010.

\_\_\_\_\_. **Trabalho social com família: fundamentos históricos, teórico-metodológicos e técnico-operativos**. Teresina: EDUFPI, 2017.

\_\_\_\_\_. Fundamentos teórico-metodológico do trabalho social com famílias. In: TEIXEIRA, Solange Maria. **Trabalho com famílias no âmbito das políticas públicas**. Campinas: Papel Social, 2018.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Políticas públicas e trabalho social: polêmicas em debate. In: ARREGUI, C.C.; BLANES, D.N. (Org.) **Metodologias do trabalho social**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2008.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral  
Eixo Temático - Serviço Social, Trabalho e Formação Profissional

## A POTÊNCIA DO MÉTODO MARXIANO PARA A EVOLUÇÃO CRÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

THE POWER OF THE MARXIAN METHOD FOR THE CRITICAL EVOLUTION OF BRAZILIAN SOCIAL WORK

Bruna Figueiredo Oliveira<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este estudo tem como objetivo refletir sobre o processo histórico e dialético da evolução crítica do Serviço Social brasileiro, evolução essa, oriunda da apropriação dos aportes teóricos e científicos da teoria social elaborada por Marx. A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica, com destaque para Netto (2018); Iamamoto (2013); Simionato (2018). Apesar dos limites deste trabalho foi possível chegar à seguinte conclusão: Não é correto afirmar que Serviço Social é uma profissão marxista, mas que no decorrer do seu desenvolvimento histórico pode se apropriar do pensamento conservador, liberal burguês, positivista, cristão ou crítico revolucionário. Contudo, somente a partir da sua aproximação com o método e a tradição marxista é que foi possível visualizar o desenvolvimento teórico-científico e ideo-político da profissão, assim como as ações interventivas no cotidiano profissional. Entendendo que não há mudanças de paradigmas sem que haja mudança intelectual.

**PALAVRAS CHAVES:** Marxismo; evolução crítica; Serviço Social.

**ABSTRACT:** This study aims to reflect on the historical and dialectical process of the critical evolution of the Brazilian Social Work, an evolution that comes from the appropriation of the theoretical and scientific contributions of the social theory elaborated by Marx. The methodology used was bibliographic research, with emphasis on Netto (2018); Iamamoto (2013); Simionato (2018). Despite the limits of this work, it was possible to reach the following conclusion: It is not correct to say that Social Work is a Marxist profession, but that in the course of its historical development it can appropriate conservative, bourgeois liberal, positivist, Christian or revolutionary critical thinking. However, it was only from its approach to the Marxist method and tradition that it was possible to visualize the theoretical-scientific and ideo-political development of the profession, as well as the intervention actions in the

<sup>1</sup> Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora – PPGSS/UFJF.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

professional routine. Understanding that there are no paradigm shifts without intellectual change.

KEYWORDS: Marxism; critical evolution; Social Work.

## INTRODUÇÃO

Tanto o método histórico crítico-dialético quanto à teoria social marxiana e marxista foram apoderadas pela profissão, e no curso do seu desenvolvimento histórico se expressa através dos posicionamentos dos (as) Assistentes sociais junto às instâncias representativas (CFESS/CRESS; ABESS; ENESSO) ao lado da classe trabalhadora e em seus diversos campos de atuação profissional buscam construir enfretamentos e resistências que possam garantir os direitos civis, sociais, políticos e humanos. Além do Projeto ético-político profissional (PEPP) que desde a década de 1970 se compromete com os interesses da classe trabalhadora, e após 1980 (Movimento de ruptura) avança de maneira explícita no que tange a maturidade profissional vinculando-se a construção de outra ordem societária livre das explorações de classe, raça, gênero e etnia. Ou seja, o PEPP fundamenta-se na Teoria Social de Marx (BRAZ, 1996).

É importante destacar que apesar do avanço do marxismo no Serviço Social, tal teoria não se encontra num espectro homogêneo da profissão. Embora, há uma vasta produção acadêmica que defenda à utilidade da teoria marxista enquanto direcionamento ideológico e político profissional, esta vertente não predomina por todas as esferas da profissão. Pelo contrário, há profissionais que se baseiam em tradições originárias da profissão, e o PEPP está em constante disputa. Ainda existem “tendências empiricistas e, portanto, descritivas e classificatórias da vida social, que tende a não estimular a abstração como recurso heurístico fundamental para desvendar a sociedade; além, de uma forte marca do a-historicismo (recusa da história, traduzida na busca de entender o Serviço Social em si e pra si mesmo)” (IAMAMOTO, 2013, p 205).

Há em intelectuais e profissionais o fortalecimento de uma tradição intelectual de que o Serviço Social é caudatário. O que os impedem de superar uma trajetória marcada “pelos

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

modos de pensar a profissão estreitamente imbricada à herança intelectual e cultural do pensamento social na modernidade, especialmente na sua vertente conservadora e positivista” (p. 204), portanto, negam o princípio da totalidade – fundamental para entender essa sociedade e os fenômenos particulares que a constituem (IAMAMOTO, 2013).

Entretanto, apesar de entendermos a importância de um debate profundo sobre as diversas análises metodológicas provenientes do pensamento que deu origem ao Serviço Social, e que acabam deixando de lado a análise da sociedade pela perspectiva de totalidade e, que, portanto, assumem posturas pautadas no ecletismo<sup>2</sup> (além das disputas atuais no campo no pensamento crítico). Não será possível discorrer sobre esse tema com rigor, haja vista os limites de construção desse trabalho.

Desse modo, nosso debate se sustentará sob a égide da defesa do método marxiano e suas potencialidades que possibilitam à leitura crítica, histórica, profunda e dialética dos fenômenos em sua totalidade. De acordo, com as bibliografias estudadas chegamos à seguinte conclusão: somente com a interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista foi possível romper com as bases positivistas; cristã; tradicionalistas e conservadoras da profissão.

Cabe aqui ressaltar, que os recursos oferecidos pelo materialismo histórico-dialético proporcionam uma análise capaz de captar todos os elementos constitutivos do real. Através da abstração (capacidade intelectual de reprodução mental do real) ao identificarmos um determinado objeto de pesquisa que precisa ser desvelado/compreendido/analísado. Marx (2011) nos ensina sobre a necessidade de desagregar/separar suas unidades constitutivas de maneira minuciosa para entendê-lo e, identificar as relações e conexões existentes entre esses elementos para que assim seja possível visualizar sua totalidade. Todo esse processo resulta na reconstrução da síntese, portanto no “concreto pensado”.

Isso quer dizer, que a interlocução entre a profissão e a tradição marxistas potencializou a capacidade crítica dos assistentes sociais e intelectuais da época. Portanto, não só iniciou-se no país à produção de conhecimento próprio do Serviço Social (conhecimento

<sup>2</sup>De acordo com Iamamoto (2013) (...) “quando [se fala] em superar o ecletismo [não necessariamente assume-se] uma posição dogmática que redunde em estreitamento do debate. Ao contrário, [considera-se] fundamental que a polêmica sobre as diferentes concepções teórico-metodológicas se solidifique no meio acadêmico-profissional, numa perspectiva pluralista, o que não se confunde com o ecletismo. Enquanto o pluralismo implica o embate e o debate de diferentes proposições, o ecletismo expressa-se como conciliação no plano das ideias, fruto, inclusive, da tradição política predominante em nossa formação histórica e social” (p. 205, 206).

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

esse oriundo dos mais variados campos de atuação, como por exemplo: “a assistência social” - objeto histórico de intervenção profissional), como também maior capacidade de reflexão (para além da aparência) da prática profissional.

## DESENVOLVIMENTO

### NOTAS SOBRE O MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO

Nesse tópico tentaremos expor os principais fundamentos que constituem a natureza do método investigativo desenvolvido pelo filósofo alemão, Karl Marx, para que posteriormente possamos compreender sua relação com o Serviço Social.

O esforço de Marx para entender os fundamentos os limites e as contradições da sociedade burguesa indica o seu processo investigativo, colocando como eixo condutor de suas formulações a pesquisa minuciosa e crítica - tirando de cena descobertas abruptas ou intuições geniais - resultando em elementos centrais do seu método como podemos observar no “Posfácio da 2ª edição do *O Capital*”, onde o autor discorre sobre as críticas dos resenhistas de sua época, em relação ao método da sua obra, além de deixar claro sua relação com o método de Hegel, de quem criticamente se apropriou da concepção dialética. Vejamos:

Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem (MARX, 2013, p. 129).

A partir disso, é importante compreender que a crítica de Marx a Hegel não seria possível sem antes nos reportarmos, brevemente, à contribuição de Feuerbach nesse processo, de quem o Marx jovem estruturou não só sua crítica como também a evolução de seu pensamento. O centro desse debate está na relação sujeito, objeto. Sendo que, para Hegel o sujeito é abstrato e se ele encontra na Razão, ou seja, o ser é “sujeito de si mesmo” independente da existência corporal do indivíduo pensante. O ser é uma simples propriedade do pensar. A consciência é o sujeito. O ser é objeto.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Em Feuerbach, não há e não pode haver pensamento independente do homem, quer dizer do real material. Seguindo esse raciocínio o homem é para Feuerbach o núcleo da unidade entre o ser e o pensar. Esta perspectiva significou uma reviravolta no idealismo de Hegel como corrente de pensamento dominante até então. Em contraposição ao idealismo, Feuerbach vai instaurar o materialismo, trazendo o homem do céu e colocando na terra: o homem é a essência de tudo (FREDERICO, 2009).

A partir disso, o jovem Marx absorve o pensamento de Feuerbach, isto é, a transição ao materialismo invertendo a relação entre o ser e o pensar que será então a base sobre a qual encaminhará seu pensamento. A partir disso, podemos nos reportar a citação do O Capital que anteriormente indicamos sobre a crítica da dialética hegeliana.

Para Marx, a dialética não se dá no campo da Razão, mas na sociedade através da práxis, diferente de Hegel que apesar de entender que a apreensão do universo se equilibra na contradição, esse movimento contraditório (dialético) não está no mundo material, mas na Ideia.

Segundo Lukács, o jovem Marx tomou um caminho que leva à forma desenvolvida de uma dialética nova, a dialética materialista, que não somente faz justiça ao idealismo hegeliano, mas também submete as categorias essenciais da "lógica" de Hegel (como, por exemplo, a da superação das contradições) a uma inversão materialista que implica uma transformação de natureza qualitativa. *Em O capital, Marx constata que o caminho para a resolução das contradições reais não consiste na forma lógico-abstrata de sua superação, mas no fato de que se gera a forma dentro da qual elas se podem mover [...], em que esta contradição se dá e se resolve ao mesmo tempo* (LUKACS, 2009, p. 156).

Diante disso, podemos concluir que Marx cria seu próprio método, o "Materialismo Histórico Dialético", buscando superar não só o idealismo de Hegel, mas também o materialismo de Feuerbach, construindo uma unidade entre teoria e práxis. Compreendendo a realidade como um movimento para além do intelectual, ou seja, um movimento real, propondo assim um materialismo calcado nas relações de produção. Assumindo assim uma nova perspectiva, pelo seu caráter histórico-concreto.

Na medida em que o materialismo de Marx tem por fundamento a história, ele assume o caráter sócio-histórico, desenvolvendo seu pensamento no âmbito da teoria social. Portanto,

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

o materialismo histórico-dialético de Marx tem uma base material, centrada no binômio forças produtivas-relações de produção, colocando o trabalho humano e as suas necessidades como centro do movimento da história e, portanto, suas contradições dialéticas.

Lukács sintetiza todas essas ponderações quando diz que Marx enuncia

com toda clareza, a prioridade do ser material em relação à consciência, do ser econômico-social em relação à consciência social. Mas o materialismo aqui proclamado é, em oposição ao de Feuerbach, histórico e dialético. Ele reflete a dialética das formas econômicas reais que movem o desenvolvimento humano e, com base nisso, a dialética da verdadeira ação comunista, da revolução do proletariado (LUKÁCS, 2009, p. 195, 196).

Isso quer dizer que o caminho histórico percorrido para a construção do seu método para compreender que o objeto da pesquisa (no seu caso, a sociedade burguesa) tem existência objetiva; não depende do sujeito, do pesquisador para existir. Ou seja, o objeto (*concreto real*) existe independente do sujeito que está conhecendo, e por isto, Marx (2011) nos chama atenção dizendo que “*por essa razão o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida efetivo e em consequência, também o ponto de partida da intuição e representação*”. Isso significa que não conseguimos perceber á primeira vista todas as determinações que constituem essa realidade, então é necessário recorreremos à abstração buscando reproduzir mentalmente todas as conexões existentes no real e identificar todas suas unidades constitutivas. Essa capacidade intelectual de reprodução mental do real *é um recurso indispensável para o pesquisador que não pode utilizar nem microscópio nem reagentes químicos para a investigação do seu objeto, nesse caso a abstração substitui esses meios* (MARX, 1968, p. 4 apud NETTO 2011, p. 44).

Podemos descrever que ao identificarmos nosso objeto de pesquisa, será necessário desagregar/separar suas unidades constitutivas de maneira minuciosa para entendê-lo. Porém, não é suficiente fazer apenas tais separações, é preciso também identificar as relações e conexões existentes entre esses elementos para que assim seja possível visualizar sua totalidade. Quando isso acontece, pode-se dizer que chegamos à estruturação entre essas conexões, ou seja, mentalmente foi possível reconstruir a síntese. Resultando assim num “*concreto pensado*”.

Segundo Marx, esse processo pode parecer em primeira via que a “Ideação” constrói a realidade, mas na verdade a Ideação é apenas a reprodução da realidade. Por isso, “*Hegel caiu*

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

*na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que sintetiza-se em si, aprofunda-se em si e movimenta-se a partir de si mesmo, enquanto o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto.” (MARX, 2011, p. 54-55).*

Em resumo, Marx deixa claro que o real não é resultado do pensamento. O conhecimento é resultado do real. A relação entre concreto real e concreto pensado, deve estar sempre articulada. Desse modo, é necessário mergulhar nas condições históricas concretas indicadas na realidade, identificando os fatos e elementos a ser desvendados. Então é fundamental o percurso contínuo entre o que é aparência e essência, entre a parte e o todo, entre o singular e o universal. Este movimento reflexivo tem por perspectiva se debruçar sobre a realidade, apurando, desencantando e descobrindo as determinações que constituem a mesma. Através desse movimento de investigação e reflexão sobre o objeto é que podemos chegar às determinações que o constituem e assim explicar o real (IANNI, 2011).

Determinações estas que tem como sentido os traços pertinentes aos elementos constitutivos da realidade. A partir disso, podemos indicar que a finalidade de Marx é pensar a totalidade nas diferentes conexões e mediações, por isso indica que *o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, “unidade da diversidade”* (MARX, 2011).

Por conseguinte, podemos concluir que seu objetivo de investigação sobre a sociedade burguesa é conhecer as categorias que as constituem. Mas, o que são essas categorias? <sup>3</sup> Para o filósofo alemão, *as categorias expressam formas de ser, determinações de existência, com frequência somente aspectos singulares, dessa sociedade determinada, desse sujeito, e que, por isso, a sociedade, também do ponto de vista científico, de modo algum só começa ali onde o discurso é sobre ela enquanto tal* (MARX, 2011, p. 59). Elas são objetivas, reais. São expressões mentais das determinações do concreto, ou seja, as categorias são construções abstratas lógicas, que procuram reproduzir mentalmente aqueles elementos que estão na existência.

---

<sup>3</sup>O debate sobre as categorias e de forma geral tudo que se refere ao método marxiano aqui apresentado, está sendo tratado de maneira superficial e resumida, pois os limites desse trabalho não nos permitem discorrer de maneira minuciosa. Desse modo, estamos apenas indicando os elementos gerais que possibilitam à relação do método/tradição marxista com Serviço Social brasileiro.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

De acordo com Netto (2011), foi assim que se estruturou o caminho da pesquisa de Marx, ele foi ao seu objeto entendendo que sua estrutura e dinâmica é que comanda o pesquisador, seu método tem como perspectiva extrair as múltiplas determinações que constituem o seu objeto pesquisado. Não há um conjunto de regras que possa ser aplicado para um tipo de investigação determinada, isto quer dizer que Marx não nos apresentou o que *"pensava" sobre o capital, a partir de um sistema de categorias previamente elaboradas e ordenadas conforme operações intelectivas: ele descobriu a estrutura e a dinâmica real do capital; não lhe "atribuiu" ou "imputou" uma lógica: extraiu da efetividade do movimento do capital a sua própria lógica.*

Podemos concluir que tentando entender a totalidade contraditória do capitalismo ele foca no seu objeto “perguntando” quais são suas categorias, e a contradição fundada no seu movimento. Seu método é dialético assim como a realidade que investiga, além de revolucionário, pois estuda para transformá-la.

### **O SERVIÇO SOCIAL E AS PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES COM O MARXISMO:**

Após o esforço de tentarmos compreender os fundamentos do método de Marx e seu projeto revolucionário, foi possível visualizar seu rigor científico e investigativo, e por isso chegamos à seguinte conclusão: a categoria de “totalidade” é fundamental para pensar a sociedade burguesa e sua dinâmica contraditória, entendendo que, ela se constitui de processos, sendo que esses mesmos possuem uma estrutura de totalidade – de maior ou menor complexidade. Portanto, considera-se que esta categoria é central, ou seja, constitutiva nuclear da realidade histórico-social e da sua reprodução teórica (NETTO, 1989).

Se pudermos afirmar algo, seria que tanto o Serviço Social quanto o filósofo alemão e sua pesquisa, são impensáveis fora do âmbito da sociedade burguesa. Pois, de acordo com Netto (1989) o Serviço Social só se torna profissão a partir da passagem do capitalismo concorrencial para sua fase monopolista com o intuito de “administrar” institucionalmente a questão social, ou seja, é nessa época que o Estado burguês estabelece estratégias para lidar com as consequências oriundas desse modo de produção.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Ao que se refere a Marx, pode-se dizer que é um pensador da modernidade e que a partir da sua minuciosa investigação conseguiu compreender a natureza, a estrutura e dinâmica específica da sociedade burguesa, portanto, o caráter inovador da sua obra parte do princípio da realidade concreta (sociedade burguesa) que tem como fundamento sua total superação.

Desse modo, é correto afirmar sobre a existência de duas correntes antagônicas que diferenciam Marx do Serviço Social. A vertente revolucionária de Marx, “caracterizada, antes de mais, pela *autoconsciência do ser social nos marcos do capitalismo*, vale dizer, o máximo grau de conhecimento teórico possível sobre si mesmo na sociedade burguesa”, já a vertente conservadora do Serviço Social “se constituiu sob a lente do estilo de pensar positivista, cristaliza-se a auto-representação do ser social funcional aos marcos do capitalismo consolidado” (NETTO, 1989, p. 92).

Por isso, é importante reforçar as diferenciações entre teoria e prática profissional, pois, “enquanto o pensamento de Marx funda uma teoria social e toda sua pesquisa está centrada na análise radicalmente crítica da emergência do desenvolvimento, da consolidação dos vetores de crise da sociedade burguesa e do ordenamento capitalista. E nesta teoria social, o traço peculiar, mas pertinente e decisivo refere-se ao cariz histórico-ontológico” (Idem, *ibidem*). O Serviço Social que é uma profissão nutre-se de um conjunto de saberes ancorados numa vertente teórica, pode aliar-se de acordo com seu desenvolvimento histórico ao pensamento crítico ou ao pensamento conservador, e a partir desta direcionar os rumos interventivos da profissão.

Desse modo, durante a emergência do Serviço Social como profissão, marcado fortemente pelas condutas filantrópicas e assistenciais, ou seja, suas protoformas. O Serviço Social é “respaldado por sua funcionalidade no espectro da divisão social (e técnica) do trabalho na sociedade burguesa já consolidada e madura”, ou seja, geneticamente ligado às peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica (NETTO, 2011, p. 19).

Portanto, a gênese profissão estava ancorada no pensamento conservador. Segundo Netto (1989), esse pensamento fundou as ciências sociais que estavam embasadas a partir da no seguinte suposto: “a sociedade se estrutura segundo níveis a que se atribui uma

especificidade que permite e legitima saberes (também específicos)”. Ou seja, a totalidade é substituída por um “todo equacionado” constituinte de um “racionalismo formal” (1989, p. 93). Nesse sentido, essa corrente de pensamento foi incorporada pelo Serviço Social, “numa operação em que este se refuncionaliza conforme seu objetivo profissional de intervenção” (Idem, p. 94).

Isso expressa o caráter excludente de ambas vertentes, pois Marx despreza o dualismo burguês engendrado na profissão que tenta manter o “lado bom” e consertar o “lado mal” do capitalismo. E ainda denomina os sujeitos designados – os Assistentes Sociais – para as funções que correspondem ao desejo da burguesia de “remediar os males sociais e assegurar a estabilidade da classe burguesa” como: “reformadores ocasionais dos mais variados<sup>4</sup>” (MARX, 1985, p. 107, apud, NETTO, 1989, p. 95).

De acordo com Netto (1989) até meados da década de 1960 boa parte da história da profissão, foi marcada pelo traço do pensamento conservador, seguindo as atribuições evolutivas do capitalismo monopolista e as tendências teóricas que reforçavam o viés: antidemocrático, anti-revolucionário, antimarxista e anticomunista.

Entretanto, por volta da década de 1950 acontece a chamada “crise das ciências sociais” que em consonância com a expansão dos movimentos de massa nos centros capitalistas, foram influenciados pelo crescimento da tradição marxista. Porém, tal influência deu-se a partir de interpretações das “correntes críticas que apesar de sua enorme relevância, se expressavam de maneira problemática”. Pois, “o contributo marxiano era refratado pelas lentes da divisão do saber” (NETTO, 1989, p. 96). É neste cenário teórico que acontece a incorporação de alguns setores do Serviço Social (em grande proporção os docentes) preocupados em repensar a intervenção profissional.

Além disso, a crise do Serviço Social Tradicional, a pressão exercida pelos movimentos revolucionários da época e as rebeliões estudantis, foram os principais motivadores para aproximação profissional e a tradição marxista, o que resultou naquilo afirmado por Netto:

---

<sup>4</sup>Obviamente ao usar esse termo Marx não se referia aos Assistentes Sociais, mas aos economicistas, filantropos, humanitários, melhoradores da situação das classes trabalhadoras, organizadores da caridade, protetores dos animais, fundadores de ligas antialcoólicas, portanto, “reformadores ocasionais dos mais variados” (MARX, 1985, p. 107, apud, NETTO, 1989, p. 95).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

(...) uma aproximação muito peculiar de setores do Serviço Social à tradição marxista. Eu diria que ela se singularizou por três traços interligados. Em primeiro lugar, tratou-se de uma aproximação que se realizou sob exigências teóricas muito reduzidas – as requisições que a comandavam foram de natureza sobretudo ideo-política, donde um cariz fortemente instrumental nessa interlocução. Em segundo lugar, e decorrentemente, a referência à tradição marxista era muito seletiva e vinha determinada menos pela relevância da sua contribuição crítico-analítico do que pela sua vinculação a determinadas perspectivas prático-políticas e organizacional-partidária (NETTO, 1989, p. 97).

Isso quer dizer, sobretudo, que a apropriação do pensamento marxiano não se estabeleceu através do tripé essencial para compreender sua potência verdadeiramente revolucionária, ou seja, “o método crítico-dialético, a teoria do valor trabalho e a perspectiva revolucionária”. Sem a presença desses três componentes a construção teórica não se sustenta. É por isso que Netto (1989) afirma que as aproximações com a teoria marxista nessa época se deram de maneira “enviesada”, pois, as leituras e pesquisas não iam diretamente às fontes marxianas (ou aos clássicos), mas se reduziam as interpretações de divulgadores e pela via superficial de manuais.

No tópico anterior foi possível perceber o caráter profundo, abstrato e inovador do método de Marx, deste modo concordamos com Netto (1989) quando diz que “a riqueza e a complexidade do pensamento [do filósofo alemão] raramente tocaram as cordas do Serviço Social” (p. 97). O que resultou num conjunto de sínteses, cujo suporte principal foi o ecletismo teórico, deixando de lado os componentes teóricos metodológicos, crítico e investigativo por tendências “clichês” e “palavra de ordem”.

Vale lembrar que o caráter majoritário dos profissionais da época não se valia através de tendências intelectuais, ou seja, não era algo habitual da maioria dos profissionais o aprofundamento teórico-crítico nas produções científicas. O que fortalecia o caráter reformador das práticas assistências calcado na perspectiva caudatária.

## UMA NOVA INTERLOCUÇÃO COM O MARXISMO

Por conseguinte, e avançando em nossas análises, o que acontece no desenvolvimento histórico da profissão, é que essa aproximação enviesada da teoria marxista, trouxe equívocos e avanços. Pois através do aprofundamento intelectual dos Assistentes Sociais foi possível superar esse viés aproximativo inicial. Desse modo, Netto (1989) vai nomear a tradição que

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

supera a corrente eclética, enviesada e superficial do pensamento de Marx, de “nova interlocução”, entendendo que está “não se viabiliza apenas por atos de vontade de alguns profissionais, mas encontra-se no suporte histórico social muito ponderável, sendo eles: ”1) As condições de trabalho da categoria profissional; 2) A dinâmica cultural da sociedade burguesa contemporânea; 3) A atualidade do processo macroscópico da revolução (NETTO, 1989, p. 99).

Resumidamente quer dizer que lidando cotidianamente com a classe trabalhadora e os desafios enfrentados em consequência de um sistema que só busca sua valorização, o Assistente Social tende a se aproximar desses sujeitos, entendendo sua inserção profissional nessa estrutura e estabelecendo relação com a tradição marxista que possibilita uma interpretação crítica da realidade que está inserido. Além disso, não é possível qualquer debate no âmbito dos fundamentos da sociedade burguesa que não perpassa pelo protagonismo (da época) do pensamento marxista<sup>5</sup>. Por fim, apesar de considerada “morta” a perspectiva revolucionária se coloca sempre como única opção para superação total desse modo de produção e construção de uma nova ordem.

Nesse sentido, Netto (1989) argumenta sobre a projeção de aprofundamento na teoria social de Marx e o que sua referência poderia oferecer para a profissão. Para o autor, entender a dinâmica crítica e revolucionária do pensamento de Marx, seriam fundamentais para a evolução interventiva do Assistente Social, além disso, a compreensão do seu método permite entender a dinâmica, a estrutura, o movimento contraditório e a extração das suas múltiplas determinações do objeto que busca entender e intervir – que no caso do Assistente Social seria a questão social e suas múltiplas expressões.

Nesse caso, a tradição marxista pode orientar a profissão nas seguintes questões: 1) Compreender o significado social da produção: ou seja, as crises de identidade que perpassam toda evolução histórico-social da profissão estão ligadas a uma percepção débil sobre sua natureza. Para o autor (Netto, 1989) o pensamento marxiano “pode clarificar criticamente o sentido, a funcionalidade e as limitações do nosso exercício profissional” (p. 99); 2) Iluminar a nossa intervenção sociopolítica: isso quer dizer, que enquanto “teoria macroscópica , que

<sup>5</sup>Para o autor, isso não significa que a adesão à tradição marxista seja imperativa, mas significa que ela é um interlocutor inalienável no debate teórico-cultural (NETTO, 1989, p. 99).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

fornece parâmetros projetivos dos processos sociais” (Idem) a tradição marxista pode oferecer uma ampliação do pensamento profissional, que com frequência recorre ao imediato (a mera aparência dos fenômenos) e assim, nossa intervenção e indicações sobre a realidade emergente se qualifica. 3) Dinamizar a elaboração teórica dos Assistentes Sociais: a contribuição nesse sentido pode alçar voos bastante promissores, pois, a partir de uma fundamentação independente (de que maneira alguma, significa, uma “teoria do Serviço Social” como anteriormente afirmado) mas, a possibilidade crítica, ampla e fundamentada teoricamente das práticas estabelecidas profissionalmente.

Quando o autor escreveu sobre as possibilidades de evolução crítica que a tradição marxista seria capaz de proporcionar para a profissão, foi o momento em que acontece uma expansão intelectual da profissão, ou seja, as pós-graduações e organismos de pesquisa já afirmavam uma interlocução mais profunda. Sendo assim, deixam-se de lado as interpretações advindas dos manuais, do ecletismo e do modismo científico das ciências sociais. Portanto, a partir de 1980 é possível falar de leitura e apropriações um tanto quanto honesta do pensamento de Max.

Sobretudo, Netto (1989), chama atenção para os ganhos e as preocupações do seu tempo. O autor afirmava que essa evolução profissional (principalmente por parte dos docentes e pesquisadores no espaço universitário) atrelada à perspectiva crítica e transformadora de Marx poderia projetar a profissão (como já afirmado) para um patamar extremamente benéfico, haja vista a potência do seu pensamento. Entretanto, acreditava que poderíamos cair no erro de esvaziamento do debate teórico, pois, a tradição marxista não é hegemônica na profissão, mas, sim adquire centralidade a partir de alguns profissionais alinhados a essa teoria. Por isso, afirma sobre a necessidade de incentivar o debate no “confronto de ideias marxistas e não marxistas” (p.101).

Desse modo, propõe o leitor para análise das seguintes ponderações:

*Primeiramente, sem Marx, e a tradição marxista, o Serviço Social tende a empobrecer-se – independente da sua filiação teórica e ideopolítica, o assistente social necessita travar um diálogo sério com Marx e a tradição marxista, sob pena de perder determinações essenciais da sua prática, de fragilizar a sua reflexão teórica e de isolar-se dos debates culturais e profissionais contemporâneos; em segundo lugar, sem considerar as práticas dos assistentes sociais, a tradição marxista pode deixar escapar elementos significativos da vida social – as práticas dos assistentes sociais frequentemente incidem sobre processos que, tratados pelo*

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

referencial teórico-metodológico de Marx, oferecem insumos para a sua verificação e enriquecimentos; em último lugar, *por mais que seja rigoroso intensa e extensa a interlocução com a tradição marxista, não se constituirá em um Serviço Social marxista* – enquanto profissão o Serviço Social sempre contemplará uma tal inclusividade que no seu campo se moverão legitimamente profissionais que, incorporando diferentes expressões do pensamento contemporâneo, encontrarão espaços de práticas e intervenção diversos e plurais (NETTO, 1989, p. 101).

Ainda em alinhamento com as contribuições de Netto, mas avançando em nosso debate, trataremos no próximo tópico, sobre como os elementos aqui discutidos influenciaram a evolução histórico-social do Serviço Social brasileiro, enfatizando a potência do pensamento de Marx e inovação do seu método, no que tange o imbricamento com a profissão

## **A GUIA DA CONCLUSÃO: O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E O AVANÇO CRÍTICO**

Afirmamos não ser possível falar de marxismo no Serviço Social até a década de 1970, pois as aproximações, contribuições e apropriações davam-se de maneira enviesada. Para Simionato (2018) “após o Movimento de Reconceitualização<sup>6</sup> na América Latina, pode-se afirmar que o maior legado teórico da experiência reconceitualizadora foi aproximação com o a perspectiva marxista e a abertura de interlocução com outras áreas do conhecimento” (p. 85). Desse modo, elencaremos os principais elementos do que estamos chamamos de “evolução crítica” do Serviço Social.

Em solo brasileiro, podemos entender a máxima quando afirma que o método de Marx não só nos permite interpretar o mundo, mas também mudá-lo. E nesse sentido, os aportes da tradição marxista foram fundamentais para a revisão das bases conceituais da profissão. Ou seja, o legado marxista contribui para além da interpretação dos fenômenos, mas também na realidade social concreta (como previu Netto). Portanto, foi possível renovar e inovar no âmbito profissional: o Projeto Ético-político e suas ações prático-operativas; a produção de trabalhos a partir da perspectiva marxista; lutas sociais em prol dos direitos civis, humanos e político da classe trabalhadora; a produção científica das pós-graduações; e a iniciativa do

---

<sup>6</sup>Movimento de cunho latinoamericano, de caráter necessariamente sincrético e multifacetado, que suscitou um intenso debate teórico-metodológico entre os assistentes sociais durante uma década (1965 a 1975).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Método BH (1972-1975). Tudo isso durante um contexto extremamente desafiador de ditadura civil militar.

Um marco importante dessa época foi livro: “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil” de Marilda Villela Iamamoto, iniciando o protagonismo crítico da profissão. Além disso, a renovação da formação profissional através do Currículo de 1982, dos Códigos de ética de 1986 e 1993 e das Diretrizes Curriculares (1996), formaram ao lado da Lei de Regulamentação da Profissão (1993), o Projeto Ético-político profissional e o subsídio para os direcionamentos de luta política dos Assistentes Sociais.

A vanguarda da profissão desde o Movimento de Reconceituação sempre buscou certo respaldo de maneira alinhada pela teoria e método do pensamento de Marx, na intenção de construir de um perfil profissional que fosse possível à apreensão da realidade através das situações cotidianas de desigualdade, exploração, violência e ataque aos direitos, que pudesse vislumbrar a radical mudança da ordem.

É por isto que Simionato (2018) afirma em consonância com as publicações da ABESS, que após essa ampliação teórico-prático do Serviço Social e a tradição marxista foi essencial para a compreensão do significado da profissão, pois, “enquanto especialização do trabalho evidencia o caráter de historicidade da profissão, situada do quadro das relações sociais entre as classes e destas com o Estado e com o conjunto da sociedade” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 153 apud SIMIONATO, 2018, p. 87).

A partir de 1990, o debate se aprofunda e demarca uma nova fase para o Serviço Social brasileiro, com a significativa produção acadêmica fundamentada no marxismo foi possível estabelecer as bases para aquilo que Netto denominou de “orientações marxistas para a profissão”, pois os debates em torno de temas importantes ganharam força, especificamente ao que se refere à questão social, à democracia, cidadania, aos movimentos sociais, os direitos sociais, as configurações do Estado brasileiro e expansão do capitalismo em escala mundial (SIMIONATO, 2018).

Mas, isso só foi possível a partir da introdução de um enriquecimento teórico com bases em alguns pensadores:

Os filósofos húngaros Gyorgy Lukács e Agnes Heller suas problematizações sobre o cotidiano, os valores e a ética, as chaves analíticas da experiência humana e da cultura

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

desenvolvidas por E.P Thompson, as contribuições de Hobsbawn na interpretação marxista da história, o estruturalismo genético de Lucien Goldman, a dialética do concreto de Karel Kosik, as obras de Florestan Fernandes, Caio Pardo Júnior e Octavio Ianni no estudo da sociedade brasileira, destacando-se o papel deste último na formação pós-graduada junto a PUC-SP. Amplia-se o aprofundamento do pensamento gramsciano especialmente a partir do ingresso de Carlos Nelson Coutinho na Escola de Serviço Social da UFRJ, do pensamento de Lukács e de Marx com as publicações de José Paulo Netto, Marilda Yamamoto e de um vasto elenco de professores nas diversas instituições de ensino superior com formação em Serviço Social e em outras áreas como Filosofia, Sociologia e Ciência Política (Idem, p. 93, 94).

Nesse sentido, as apropriações e aprofundamentos teóricos trouxeram os elementos necessários para construção de uma reformulação do Serviço Social, encaminhando seus profissionais para análise pautada nos preceitos fundamentais do método de Marx, de modo que, a apreensão e intervenção sob os diversos fenômenos enfrentados cotidianamente nos diversos espaços de atuação (os assistentes sociais, assim como qualquer outra profissional está inserido na dinâmica do salário, por isso, encontram-se em espaços contraditórios, inseridos em diversas áreas e instituições, com seus determinantes estruturais que acabam por sufocar e burocratizar os serviços e os direitos da população) não se restringisse à sua aparência imediata. Portanto, é preciso abstratamente recorrer à dialética. De modo geral a categoria fundamental de totalidade.

Sendo assim, a categoria de totalidade, de acordo com Souza (2009) é nomeada reiteradas vezes no corpo do texto das Diretrizes Curriculares, ilustrando assim “os elementos necessários para a formação profissional, configurando um conjunto de conhecimentos que capacitem o Assistente Social nos níveis teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo” (p. 92), portanto, a afirmação da categoria de totalidade requer “apreensão dinâmica da reprodução do capital; as determinações reflexivas com a categoria trabalho; bem como as relações recíprocas entre as particularidades das mediações de segunda ordem – pertencentes à esfera da reprodução social” (ABEPSS, 1997, p. 62 apud SOUZA, 2009, p. 92).

Por fim, isso indica que a passagem de um Serviço Social tradicional, submerso pelas práticas caritativas, assistenciais, trefista, imediatista e ligadas tanto ao viés católico quanto ao ecletismo e positivismo das ciências sociais, foi superado (ainda que não totalmente) pela potência crítica, ampliada, abstrata e revolucionária da teoria social e do método de Marx, que

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

oferecem os elementos fundamentais para intervir de forma mais qualificada, crítica e questionadora frente à realidade social.

Nesse sentido, o Assistente Social precisa estar atento às armadilhas impostas tanto pelo espaço burocrático profissional, quanto as ações cotidianas assoladas pelo capitalismo devastador, por isso suas intervenções (apesar desafiador) devem se alinhar aquilo fomentado pelo método marxiano, ou seja, de forma crítica e atenta ao movimento dinâmico da realidade objetiva.

Ainda nesse sentido, não é correto (nem verdadeiro) afirmar que o Serviço Social é uma profissão marxista, pois, como anteriormente afirmado, não estabelecemos um “saber próprio” tão pouco uma “teoria”. O Serviço Social é uma profissão que no decorrer do seu desenvolvimento histórico pode se apropriar majoritariamente do pensamento conservador, liberal burguês, positivista, cristão ou crítico revolucionário.

Porém, é fato que o Serviço Social se encontra na contracorrente da dinâmica social, de maneira ampliada (ancorado na tradição marxista) engrossa as fileiras pela resistência, junto aqueles que lutam e defendem o direito dos homens e mulheres pobres, problematizam e denunciam as mudanças do mundo trabalho, e os desastres ambientais; estão alinhados com a defesa dos direitos da pessoa idosa, das crianças e adolescentes, do povo preto, pardo e periférico, os LGBT, indígena, etc. Em suma, pela mudança de paradigma, ou seja, a construção de uma sociedade livre das amarras do capitalismo.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAZ, M. **Notas sobre o Projeto ético-político do Serviço Social.** In: Assistente Social: Ética e Direitos. 3. ed. (rev. e ampl.). Rio de Janeiro: CRESS, 1996.

FREDERICO, Celso. **O Jovem Marx: 1843-1844 as origens da ontologia do ser social - 2.** ed. São Paulo: Expressão Popular. 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social. Ensaios Críticos.** – 12. Ed. – São Paulo: Cortez 2013.

IANNI, Octávio. **A construção da Categoria.** (2011) Disponível em: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 11, n. 41e, p. 397–416, 2012. DOI: 10.20396/rho.v11i41e.8639917.

LUKÁSC, Gyorgy. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia.** Organização, apresentação e tradução. Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto, - 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MARX, Karl. **Grundisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da economia política** – Tradução: Mario Duayer, Rio de Janeiro: Boitempo; UFRJ, 2011.

MARX, Karl. **O capital. Crítica da Economia Política** – Livro 1. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, Paulo José. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular. 2011.

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social e a tradição marxista.** Revista: Serviço Social e Sociedade, 1989, ano X, n. 30, abril de 1989, São Paulo. Cortez.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social** – 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SIMIONATO, Ivete. As abordagens marxistas sobre os fundamentos do Serviço Social: In: **Serviço Social e seus fundamentos: Conhecimento e Crítica.** Guerra, Lewgory, Moljo, Silva e Serpa (Orgs). Campinas, Papel Social, 2018.

SOUZA, Jamerson Murilo **Anúnciação de. A categoria de totalidade e o Serviço Social: Subsídios teóricos para uma aproximação ao processo de implementação das Diretrizes Curriculares** – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social 2009.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral  
Eixo Temático - Serviço Social, Trabalho e Formação Profissional

## O SERVIÇO SOCIAL NA EXTENSÃO RURAL: CONTRARREFORMA E REBATIMENTOS

SOCIAL WORK IN RURAL EXTENSION: COUNTERREFORM AND RETURNS

Maria Flávia Andrade Araújo Lisboa<sup>1</sup>

**RESUMO:** Constitui-se objeto deste estudo a reflexão sobre o serviço social na extensão rural brasileira associado ao trajeto desta política e os rebatimentos decorrentes da crise na cena da contrarreforma para o processo de formação profissional e para categoria profissional no âmbito da política de extensão rural. É aferido que após a implementação do novo desenho da extensão rural foram mantidos os velhos padrões sob a lógica da acumulação capitalista. A metodologia foi utilizada revisão de literatura e priorizou-se produções a partir do método do materialismo-histórico-dialético que discutem formação profissional, mercado de trabalho, extensão rural, questão fundiária e o contexto de contrarreforma.

**PALAVRAS-CHAVE:** Serviço Social; extensão rural; capitalismo.

**ABSTRACT:** The object of this study is the reflection on social service in Brazilian rural extension associated with the path of this policy and the repercussions resulting from the crisis in the counter-reform scene for the process of professional training and for the professional category within the scope of the rural extension policy. It is verified that after the implementation of the new rural extension design, the old patterns were maintained under the logic of capitalist accumulation. The methodology used was a literature review and priority was given to productions based on the materialism-historical-dialectical method that discuss professional training, the labor market, rural extension, land issues and the context of counter-reform.

**KEYWORDS:** Social Work; rural extension; capitalism.

---

<sup>1</sup> Graduada em Serviço Social pela Universidade Tiradentes (2009). Esp. em Gestão e Educação Ambiental (FJAV/2010) e Esp. em Gestão de Políticas Públicas com Foco em Gênero e Raça (UFS/2013). Mestranda em Serviço Social (UFS - PROSS), linha de pesquisa: Políticas Sociais, Movimentos Sociais e Serviço Social. ORCID: 0000-0003-1718-0258. Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2702287061051201>  
E-mail: [flavia\\_servicosocial@hotmail.com](mailto:flavia_servicosocial@hotmail.com) ou [flavia\\_servicosocial@academico.ufs.br](mailto:flavia_servicosocial@academico.ufs.br)

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## INTRODUÇÃO

O presente artigo versa acerca da extensão rural como espaço sócio-ocupacional do assistente social no campo das políticas sociais e faz uma abordagem crítica no que diz respeito ao modo de produção capitalista, considera reflexos desta sociabilidade nas condições materiais de vida da classe trabalhadora na crise atual, enquanto reconhece a categoria de assistentes sociais como trabalhador assalariado, que tem como objeto de trabalho as expressões da questão social, e que estar suscetível a sofrer reflexos da crise.

Outro aspecto que é inerente a este artigo é a sua aproximação, sob uma perspectiva crítica, com a questão agrária no território nacional desde o período do Brasil colônia até os dias atuais, a fim possibilitar a compreensão de como a assistência técnica nos moldes desenvolvimentista, sob os ditames neoliberais e conservadores, tensiona a extensão rural. Consubstancia o debate a formação profissional em Serviço Social, mercado de trabalho e os desdobramentos da crise para a categoria do contexto de contrarreforma.

Se constituem objetivos desta produção: Abordar a extensão rural como espaço sócio-ocupacional do serviço social; tratar sobre o percurso histórico da extensão rural brasileira com vistas a assistência técnica; contrastar à crise do capitalismo e os rebatimentos nas condições materiais de vida da classe trabalhadora e elencar as possibilidades do Serviço Social na Política de Extensão Rural.

Em relação a justificativa, esta reside na contribuição teórica acerca do tema para profissionais, estudantes e pesquisadores a fim de discutir a extensão rural como espaço sócio-ocupacional do Serviço Social, uma vez que se trata de um tema ainda pouco discutido nas produções, com massa crítica insuficiente e que precisa ser explorado, sobretudo em razão das políticas do campo, historicamente, serem planejadas a partir do viés capitalista e sem pensar nas demandas da classe trabalhadora, o que exige ampliação do debate, em especial no contexto da contrarreforma na contemporaneidade brasileira. E por fim, outro elemento que fundamenta a justificativa é o fato deste espaço sócio-ocupacional ainda ser pouco discutido na formação acadêmica.

No que diz respeito a metodologia para sua construção foi utilizado revisão de literatura a partir de artigos e livros, onde priorizou-se autores que tem suas produções

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

pautadas no materialismo histórico dialético e que discutem formação profissional e mercado de trabalho, serviço social na extensão rural, questão fundiária no Brasil e o contexto de contrarreforma com vistas a PEC – Projeto de Emenda Constitucional nº 95, precarização das relações de trabalho e minimização das políticas sociais.

E por fim a estrutura deste artigo está organizada da seguinte forma: Questão agrária no Brasil e o seu retrato fixo; Formação sócio histórica do Brasil; Assistência técnica rural brasileira sob o viés desenvolvimentista; Serviço Social: formação e mercado de trabalho; Serviço Social e extensão rural nos quadros da crise atual e considerações finais.

### **A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E O SEU RETRATO FIXO**

É imprescindível considerar que a sociedade burguesa tem como elemento central a propriedade privada dos meios produção, no entanto este elemento não se esgota na sua aparência. É preciso refletir sobre o que está posto a partir da propriedade privada e que imbricada a sua existência se dá a reprodução da sociedade de classes que, portanto, reflete no cotidiano da classe trabalhadora.

Deste modo é pertinente situar que em cada ciclo da história a propriedade se apresentou uma forma: propriedade tribal, propriedade comunal, propriedade feudal e propriedade privada. E para apreender o movimento da sociedade é indispensável compreender a sua história e as suas relações sociais.

A história não é parte deslocada do movimento real da sociedade e deve ser analisada de forma crítica com vistas as suas bases materiais, “e, portanto, a “história da humanidade” deve ser sempre estudada e tratada em conexão com a história da indústria e da troca” pontua Marx e Engels (2019, p. 25) isto por que a concepção histórica não é sobre descrever passagens, mas está relacionada a apreensão do movimento real e concreto da sociedade.

Nesta perspectiva é impossível discutir a reprodução da sociedade burguesa, sem trazer para o centro da discussão a propriedade privada dos meios produção, a qual não está presente apenas no setor fabril, mas também na propriedade privada da terra, que associada ao setor industrial na fase do capital monopolista garante o controle do todo, que vai desde a matéria

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

prima até a fase final de produção e circulação da mercadoria, e assim portanto, são constituídas as forças produtivas.

Todavia a propriedade privada, a mercadoria, o acúmulo de capitais, a mais-valia, a sociedade de classes e a divisão do trabalho são indissociáveis do modelo de produção burguesa e apesar das diferentes fases do capitalismo sempre expressaram e continuam expressando implicâncias na reprodução da vida social e reflete cotidianamente na realidade da classe trabalhadora, classe esta que precisa garantir a sua existência dentro deste processo.

No Brasil a propriedade privada da terra é um empecilho a ser enfrentado, pois a sua formação sócio-histórica possibilitou a alarmante concentração fundiária que se deu tanto no período colonial quanto no Brasil República.

As capitâneas hereditárias e as sesmarias legalizadas pela coroa portuguesa foram formas de garantir a expropriação do território e o acúmulo de riquezas e foram fundamentais para consubstanciar a concentração da terra no território nacional.

Além das capitâneas hereditárias e das sesmarias merecem destaque três episódios da história do Brasil para pensar a propriedade privada da terra: Lei de Terras<sup>2</sup> – 1850, abolição da escravatura – 1888 e Proclamação da República – 1889.

“[...] A lei de 1850 representou a introdução do sistema de propriedade privada das terras, estabelecendo, desde então, um mercado de terras. As terras que não se reduziam a condição de propriedade de algum ocupante foram declaradas devolutas, pertencentes ao Estado brasileiro, que fora, evidentemente, conivente com fraudes, títulos e documentos falsificados e alterações topográficas, de modo que a lei pouco se alterou a conformação fundiária nacional e muito menos a correlação de forças políticas no seio do Império. Na verdade, o objetivo dessa legislação era bloquear o acesso a terra por parte da população supostamente livre (dado o esgotamento da escravidão), antecipando o que poderia ser uma ameaça ao poder de parcela da elite nacional, qual seja, a quebra do monopólio da terra. Nestes termos, e ainda em com Florestan Fernandes, bloqueia-se a constituição de uma ordem social competitiva e bloqueia-se violentamente o processo de mobilidade social, como que congelando o tempo histórico e político, e, nesse bojo, a questão agrária.” (NAKATANI, FALEIROS e VARGAS, 2012, p. 219)

Todavia, os dados mais recentes acerca da questão fundiária no Brasil revelam que a estrutura agrária permanece inalterada, haja vista que, de acordo com estudos, o índice de Gini aponta uma concentração de 0,867<sup>3</sup> que é bastante elevada. Esta concentração na

<sup>2</sup> Lei n° 601 de 18 de setembro de 1850. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/10601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm)

<sup>3</sup>Ver dados em [liv101773\\_cap2.pdf](liv101773_cap2.pdf) ([ibge.gov.br](http://ibge.gov.br))

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

contemporaneidade está intimamente ligada ao modelo de produção capitalista, que no âmbito da propriedade privada da terra, prioriza a produção das *commodities* para atender ao mercado externo.

Esses apontamentos demonstram, de maneira breve, que o domínio do latifúndio no Brasil se conforma sob o aval do Estado, o qual coaduna com os interesses das classes dominantes e até a política de reforma agrária é tensionada pelo mercado.

Assim, o Estado Brasileiro atravessa séculos e preserva a sua economia a serviço do capital externo, porém na fase monopolista esta submissão agrega fatores cada vez mais desiguais para a classe trabalhadora e mais combinados para o acúmulo dos super lucros. Ianni infere que,

“A economia brasileira é uma totalidade heterogênea, desigual e contraditória. Cria e recria disparidades. Combina segmentos monopolísticos com oligopolísticos e concorrenciais. Inclusive, e principalmente, está apoiada numa elevadíssima taxa de exploração da classe operária e do campesinato. Ao mesmo tempo, no entanto, essa totalidade está altamente determinada pelo capital monopolista, comandado pelo imperialismo. [...]” (IANI, 2019, p. 94)

Na questão da terra na fase imperialista a concentração de terra é expandida e neste compasso o território nacional vem sendo alvo de especulação por parte dos grandes impérios.

## FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL

A formação sócio-histórica do Brasil está imbricada ao processo de expropriação do território e de suas riquezas naturais pelo capital externo, além da expropriação da mão-de-obra da classe trabalhadora com características primitivas e que assume um papel fundamental na concentração da riqueza e no aumento da miséria.

Não obstante o Brasil mantém a submissão aos países de capitalismo central, a despeito de ter adquirido independência e imprimir uma *pseudo* insubmissão, todavia as suas estruturas permanecem inalteradas em detrimento da manutenção desta ordem de subserviência ao capital estrangeiro que se conforma desde o período colonial. Para Florestan Fernandes

“Dessa perspectiva, a Independência pressupunha, lado a lado, um elemento puramente revolucionário e outro elemento especificamente conservador. O elemento revolucionário aparecia nos propósitos de despojar a ordem social, herdada da sociedade colonial, dos caracteres heteronômicos aos quais fora moldada, requisito para que ela adquirisse a

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

elasticidade e a autonomia exigidas por uma sociedade nacional. O elemento conservador evidenciava-se nos propósitos de preservar e fortalecer, a todo custo, uma ordem social que não possuía condições materiais e morais suficientes para engendrar o padrão de autonomia necessário à construção e ao florescimento de uma nação. [...]” (FERNANDES, 2020, p. 46)

Destarte este cenário de independência que agrega elementos revolucionários e conservadores despontam reflexos na propriedade privada da terra no Brasil, que está moldada a sua formação sócio-histórica e que como veremos mais adiante interfere na face da política de assistência técnica e extensão rural brasileira.

### **ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL BRASILEIRA SOB O VIÉS DESENVOLVIMENTISTA**

Conforme abordado nos tópicos anteriores, o Brasil assume um papel que reúne subsídios para manutenção e reprodução da face heteronômica que determina as configurações da produção e de mercado. Nesse sentido Behring e Boschetti (2010, p. 76), assevera que “[...] A heteronomia, portanto, é uma marca estrutural do capitalismo brasileiro, e o processo de modernização (conservadora), consolidando o capitalismo entre nós, tenderá a mantê-la. [...]”.

Por conseguinte, a fim de atender esta lógica, o formato da assistência técnica no Brasil foi elaborado sob os ditames desenvolvimentistas a partir do padrão de Norte-americano nos idos de 1940 a 1950, pensado para atuar junto aos latifúndios no fortalecimento da agroexportação.

Todavia neste mesmo período o campesinato brasileiro era tensionado pela ausência da política de reforma agrária e pela exploração da mão-de-obra camponesa. São registrados nesta fase reivindicações camponesas através de sindicatos e de associações de trabalhadores rurais por meio do apoio do Partido Comunista, que posteriormente fora posto a ilegalidade.

Em face a objetividade deste estudo, não se será possível o aprofundamento destas questões, mas é indispensável situar que diante da possibilidade de insurgência dos

camponeses, durante o Estado Novo, o serviço social brasileiro teve nesta cena as primeiras aproximações com a possibilidade de uma extensão rural<sup>4</sup>.

Para Yamamoto(p. 350, 2013)“É um momento em que o aparato assistencial desenvolvido pelo Estado Novo e, mais recentemente, pelas corporações empresariais encontra-se em expansão e passa constituir-se crescentemente em mercado de trabalho para os Assistentes Sociais”. É perante o surgimento das expressões da questão social no campo que durante a realização do 2º Congresso Pan-Americano de Serviço Social ocorrido no Rio de Janeiro em 1949 foram discutidas abordagens metodológicas e fora demandada a “utilização dos métodos de Grupo e Comunidade e um chamamento bastante generalizado para a preparação de Assistente Social para o meio rural.” (Yamamoto, 2013, p.351).

No entanto, antes de tratar sobre o percurso acerca da assistência técnica e da extensão rural é necessário fazer ponderações sobre suas principais diferenças: a primeira é voltada para casos pontuais, sem caráter educativo, e geralmente ofertada por marcas que produzem insumos ou implementos agrícolas a fim de atender as demandas do mercado ou sob orientação deste, enquanto a segunda tem caráter educativo, valoriza as práticas camponesas e da agricultura familiar, prioriza a participação coletiva dos sujeitos e se sustenta na tríade: processo, instituição/organização e política pública.

No Brasil os principais marcos da assistência técnica e da extensão rural datam de 1950/1960 sob influência Norte-americana com a criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR e criação das Associações de Crédito e Assistência Rural – ACAR, que se situavam nos estados.

O principal objetivo destas associações era instruir os agricultores a acessar créditos juntos aos bancos, haja vista que a revolução verde propiciou a venda de pacotes convencionais para a agricultura, sob a lógica da acumulação capitalista. A esse respeito Santos e Lusa afirmam que “O objetivo da ATER era apoiar o processo de modernização da agricultura, contribuindo, dessa forma, com o projeto de desenvolvimento do capitalismo no campo, através da chamada revolução verde” (2014, p. 248).

---

<sup>4</sup>Considero possibilidade, pois não houve implantação da política de extensão rural.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Na década de 70 é registrado a criação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER e a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER, nas pesquisas não são registradas a contratação de assistentes sociais neste período, as equipes eram formadas por extensionistas rurais e extensionistas sociais, estes últimos responsáveis pela atuação junto as famílias sob uma perspectiva conservadora e de manutenção do ordenamento patriarcal.

Na década de 90 a EMBRATER foi extinta por meio do decreto nº 99.192 de 15/03/1990, poucos estados conseguiram manter suas agências e esta política, que já reunia características fragilizadas, ficou ainda mais distante dos pequenos produtores e camponeses. Segundo Behring “De 1990 para cá, especialmente a partir de 1995, tivemos no Brasil mudanças estruturais e de natureza contra-reformista.” (2010, p. 158).

Este movimento de mudanças é correspondente a lógica de mercado na busca incessante por lucros nos quadros no neoliberalismo, segundo Lustosa:

“As novas alternativas ao desenvolvimento da agricultura no Brasil, em particular a agricultura familiar, são decorrentes dos ajustes neoliberais, efetivadas por um conjunto de políticas emergenciais e compensatórias. Essas reformas não são apenas internas; se expressam na maioria das sociedades capitalistas centrais e em economias em desenvolvimento como o Brasil a partir dos anos 90, tendo como argumento principal a emergência de um novo padrão de políticas calcado na ideia de “segurança social” e distributividade social.” (LUSTOSA, 2012, p. 221)

E por fim no primeiro governo do ex-presidente Lula, o qual agregou características progressistas, mas alinhadas aos ditames burguês, foi formulado um novo modelo de extensão rural que apesar de não romper com a lógica da acumulação, trouxe no seu ordenamento não só questões no âmbito produtivo, mas abarcou questões de gênero, etnia e abordou questões intergeracionais numa clara perspectiva reformista. A nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural foi aprovada em 2004 de acordo com seu texto:

“A nova Ater nasce a partir da análise crítica dos resultados negativos da Revolução Verde e dos problemas já evidenciados pelos estudos dos modelos convencionais de Ater baseados no difusionismo, pois só assim o Estado poderá oferecer um instrumento verdadeiramente novo e capaz de contribuir, decisiva e generosamente, para a construção de outros estilos de desenvolvimento rural e de agricultura que além de sustentáveis possam assegurar uma produção qualificada de alimentos e melhores condições de vida para a população rural e urbana.” (BRASIL, 2004, p. 4)

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Verifica-se, portanto, que a lógica a qual se configurou a assistência técnica e a extensão rural no Brasil, desde os primeiros marcos legais aos mais recentes, foi a lógica da manutenção da ordem burguesa, sem alterações na estrutura agrária a fim de associar o campesinato e a pequena agricultura a lógica do mercado e assegurar a acumulação dos lucros.

### **SERVIÇO SOCIAL: FORMAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO**

A formação profissional em Serviço Social e o mercado de trabalho são partes indissociáveis do movimento histórico da sociedade burguesa e sofre tensões a partir das transformações societárias decorrentes da alteração do padrão de acumulação capitalista.

A conjuntura da década de 80 possibilitou ao Serviço Social brasileiro a construção de uma nova face através da aproximação com a categoria trabalho que reconhece o assistente social como trabalhador assalariado, conforme aborda Iamamoto, “Um dos veios analíticos, inaugurados na década de 1980, considera o Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo, dentro da divisão social e técnica do trabalho, participe do processo de produção e reprodução das relações sociais” (2008, p. 83 e 84).

Todavia o profissional de Serviço Social é reconhecido enquanto trabalhador assalariado no contexto pós-1970 quando o capitalismo, a partir da crise, passa a reorganizar o seu processo de acumulação. Desde então a reestruturação produtiva passou a adquirir corpo e tensionar tanto a formação profissional quanto o mercado de trabalho.

No âmbito da formação profissional, a partir dos debates das décadas de 70 e 80 foi possibilitada a construção de um novo caráter para o serviço social, pautado na leitura crítica da sociedade e das expressões da questão social, por meio do materialismo-histórico-dialético, que inclusive coloca o serviço social brasileiro num importante patamar na América Latina.

Por outro lado, a formação profissional em virtude da reestruturação produtiva e do novo padrão de acumulação, passa sofrer tensões com a lógica da mercantilização do ensino, formações aligeiradas, distorção da formação sob um viés tecnocrático e burocrático que se estrutura na contramão do caráter crítico da profissão, a fim de atender os interesses das classes dominantes.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

E no campo do mercado de trabalho a profissão é impactada pela precarização das relações de trabalho em face da flexibilização e da terceirização, associados ao risco iminente da refilantropização, logo segundo Iamamoto “Transfere-se, para distintos segmentos da sociedade civil, significativa parcela da prestação de serviços sociais, afetando diretamente o espaço ocupacional de várias categorias profissionais, entre as quais os assistentes sociais.” (2009, p.23) e Buriola afirma:

“Em consequência há a desvalorização do papel dos assistentes sociais na execução das políticas sociais e da assistência social. Por vezes o assistente social é mero executor daquelas, perdendo sua significância social, científica, técnica e política, para não dizer da configuração de profissionais assistentes sociais que reduzem a sua prática a atividades tarefas, basistas, que se concentram ao nível imediatista, do emergencial, do “bom senso”, do “olhômetro” e do “achômetro””. (BURIOLA, 2010, p. 182)

Além disto a cena neoliberal passa a gerar novas expressões da questão social, que demandam do assistente social mais apreensão do movimento real e concreto da sociabilidade burguesa e não obstante este profissional se esbarra com a luta pela materialização do projeto ético político profissional.

Desta forma o modo de produção capitalista é responsável por ordenar todo engendramento da sociedade e tem refletido severamente nos campos da formação profissional em serviço social em como no mercado de trabalho.

### **SERVIÇO SOCIAL NOS QUADROS DA CRISE ATUAL**

O serviço social nos quadros da crise atual é tensionado desde a formação acadêmica até o exercício profissional nos diversos espaços sócio-ocupacionais, a esse respeito não tem sido diferente no âmbito da política de extensão rural, inclusive, por se tratar de um espaço que ainda é pensando sob o viés produtor agropecuário sob a perspectiva de atender a demanda de mercado.

Não obstante a descontinuidade a qual sempre foi sujeitada a extensão rural no Brasil é outro fator que agrega fragilidade a esta política enquanto espaço sócio-ocupacional e que, portanto, aprofunda ainda mais as tensões para a atuação profissional do serviço social.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

É válido mensurar que o alargamento da crise tem colocado em xeque os investimentos no setor público, principalmente a partir da aprovação do projeto de emenda constitucional nº 95.

Os desmontes das políticas públicas associados aos ferozes ataques, patrocinados pela base conservadora do governo, aos movimentos sociais com mais ênfase nos movimentos de luta pela terra como o MST, movimentos indígenas e movimentos de mulheres consubstanciam a barbárie que está instaurada.

Este advento não se dá na contemporaneidade brasileira isoladamente, mas tem relação estreita com a forma como o capitalismo se organiza na atualidade em face da busca incessante por super lucros, porém as suas características tem sido cada vez mais brutais e arcaicas.

A contrarreforma vem se organizando desde a década de 1990, porém a peculiaridade verificada nos dias atuais é da barbárie. Boschetti infere que

“Em contexto de crise, as políticas sociais são os principais alvos da mercantilização, da focalização, da privatização, da transformação de bens e serviços em mercadorias destinadas a manter aquecido o consumo e a competitividade, e sofrem diretamente a ofensiva capitalista em sua permanente busca por superlucros.” (BOSCHETTI, 2017, p. 65)

Neste cenário os investimentos para o setor da política de extensão rural e agricultura familiar e camponesa são minimalistas, enquanto para o setor agroindustrial, segundo relatórios dos maiores bancos responsáveis por financiar este setor, os investimentos tem assumido cada vez maior crescimento e protagonismo no mercado.

Na atualidade o ultraneoliberalismo desenha a contrarreforma das políticas públicas no Estado Brasileiro, enquanto o congresso e o governo validam.

Em tese o serviço social, os assistentes sociais e os usuários da política de extensão rural na atual conjuntura são barbaramente penalizados em face dos interesses burgueses em manter uma assistência técnica mercantilizada e direcionada para girar em torno desse modelo de produção.

Desta forma, cabe ao serviço social, no âmbito da extensão rural, assumir uma postura crítica pautada em bases materiais e que transcenda o campo burocrático e tecnocrático, esta atuação não deve limitar-se apenas ao movimento profissional X usuários, mas deve estar

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

presente nas supervisões de estágio, pesquisas e produções intelectuais. Está é possibilidade do serviço social materializar o projeto ético político profissional na extensão rural.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em decorrência das tensões e contradições inerentes ao modo de produção capitalista e em face a heteronomia presente no padrão econômico brasileiro a extensão rural no Brasil se torna uma arena de disputas, pois a todo instante o seu espaço é avançado em detrimento da expansão dos impérios.

Constitui-se ainda um agravante para a política de extensão rural e para os profissionais de serviço social os ataques promovidos pelo atual governo as políticas públicas, sendo estas minimizadas em detrimento do avanço do capital e consubstancia este fator os constantes ataques aos movimentos sociais na contemporaneidade.

Assim sendo, o serviço social na extensão rural em tempos de contrarreforma é acarretado negativamente, tanto na formação profissional quanto no seu exercício, em decorrência das contradições que permeiam a sociedade.

Deste modo, é urgente a apropriação do movimento real da sociedade burguesa e do projeto ético político profissional a fim de que os profissionais se utilizem da sua autonomia relativa para se contraporem ao desmonte desta política e aos rebatimentos que recaem sobre a profissão.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine R. Trabalho e Seguridade Social: o neoconservadorismo nas políticas sociais. In: **Trabalho e seguridade social: percurso e dilemas**. Behring, Elaine R. Almeida, Maria H. T. de. (orgs). 2 d. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2010.p. 152-174

\_\_\_\_\_, Elaine R. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

BOSCHETTI, Ivanete. **Agudização da barbárie e os desafios ao Serviço Social**. In: Revista Serviço Social & Sociedade. Jan./Abr.2017. Nº 128 p. 54 a 71. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/LPjQQGPrjNGJ6ZnCsKmn3wx/?lang=pt&format=pdf>

BRASIL. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Ministério do Desenvolvimento Agrário Brasília, 2004

BURIOLLA, Marta A. Feitin. **Supervisão em Serviço Social: O supervisor, sua relação e seus papéis**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2010

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Curitiba: Kottter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

IANNI, Octavio. **A Ditadura do Grande Capital**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

LUSTOSA, Maria das Graças Osório P. **Reforma Agrária à Brasileira: política social e pobreza**. São Paulo, 2012. Cortez.

MARX, Karl; ENGELS, Freidrich. **A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner**. Tradução: Milton Camargo Mota. Petrópolis, RJ. Vozes, 2019.

NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério Naques; VARGAS, Neide César. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. Nº 110 Abril/Junho. São Paulo: 2012

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_, Marilda Vilela. Os espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social. In: **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CEFESS/ABEPSS, 2009, p. 341-375

\_\_\_\_\_, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, 2013. Cortez.

SANTOS, Amanda Farias dos Santos; LUSA, MailizGaribotti. Política Agrária: Extensão Rural e Serviço Social, a Equação Possível. In: **Temporalis, nº 28**. 2014. Disponível em [POLÍTICA AGRÁRIA: EXTENSÃO RURAL E SERVIÇO SOCIAL, A EQUAÇÃO POSSÍVEL | Temporalis \(ufes.br\)](https://www.ufes.br/temporalis) acesso em 02 de março de 2022

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral  
Eixo Temático - Serviço Social, Trabalho e Formação Profissional

## **APONTAMENTOS SOBRE O SERVIÇO SOCIAL NO CONSULTÓRIO NA RUA** **NOTES ABOUT SOCIAL WORK IN THE STREET OFFICE**

Raimara Gonçalves Pereira  
Rita de Cássia Ferraz Oliveira  
Pollyana Rodrigues Gomes

### **INTRODUÇÃO**

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 a saúde passou a ser um direito destinado a toda a população brasileira, tendo sua metodologia de ação pautada nos princípios da universalidade, equidade e integralidade. Buscando-se a efetivação de uma atenção humanizada dos indivíduos em todos os níveis, visualizando o conceito de saúde não mais como a ausência de doença, mas como resultado de diversos determinantes, compreendendo o usuário em sua totalidade.

A Política Nacional de Saúde, neste sentido passa a redimensionar suas práticas e estratégias a fim de efetivar as propostas do Sistema Único de Saúde tendo como parâmetro a garantia da saúde em âmbito coletivo e não apenas individual. Reconhece-se assim, a importância de se executar ações de cunho integral, com vistas a assegurar a atenção aos usuários em todos os níveis de atendimento de acordo com suas necessidades, o que concomitantemente exige uma articulação de saberes e práticas com vistas a efetivação da qualidade no direcionamento da atenção à saúde.

Instituído em 2011, a partir da Política Nacional de Atenção Básica, o Consultório na Rua (CnaR) conjuga seu atendimento no âmbito da saúde mental e atenção psicossocial, com a oferta de atenção integral em saúde para as pessoas em situação de rua, no qual se encontram em condições de vulnerabilidade social. As equipes de Consultório na Rua atuam em linhas de cuidado específicas sobre os mais variados níveis de atenção. A inclusão de

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

equipes de saúde com olhar específico para a população de rua no escopo da atenção primária, representou um marco no que se refere a efetivação e materialização dos direitos desta população (SANTANA, 2014).

Tem-se que o desenvolvimento do trabalho no âmbito de tais equipes é permeado pelas implicações advindas da questão social, nesta direção, o presente estudo, debruçou-se a compreender, a partir de pesquisa bibliográfica as implicações referentes ao trabalho do assistente social nas equipes de CnaR, visto que tal categoria profissional se faz presente e necessária na composição das equipes desde a criação de tal modelo de atenção.

## **REFORMA PSIQUIÁTRICA NO BRASIL E A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL DO SUS**

O processo de Reforma Psiquiátrica no Brasil é atual, sendo, pois, concomitante ao “movimento sanitário”, dos anos 70. Esta Reforma atuou na luta pela transformação dos modelos de atenção e gestão nas práticas de saúde, defesa da saúde coletiva, equidade na oferta dos serviços, e autonomia dos trabalhadores e usuários dos serviços de saúde nos processos de gestão e produção de tecnologias de cuidado (AMARANTE, 2001). Sendo esta Reforma caracterizada como

[...] processo político e social complexo, composto de atores, instituições e forças de diferentes origens, e que incide em territórios diversos, nos governos federal, estadual e municipal, nas universidades, no mercado dos serviços de saúde, nos conselhos profissionais, nas associações de pessoas com transtornos mentais e de seus familiares, nos movimentos sociais, e nos territórios do imaginário social e da opinião pública. Compreendida como um conjunto de transformações de práticas, saberes, valores culturais e sociais, é no cotidiano da vida das instituições, dos serviços e das relações interpessoais que o processo da Reforma Psiquiátrica avança, marcado por impasses, tensões, conflitos e desafios. (BRASIL, 2005, p. 06).

De acordo com Mangia (2006) é visto que, embora contemporâneo, a Reforma Psiquiátrica brasileira tem sua história, inscrita num contexto internacional de mudanças pela superação da violência asilar. Centrado na crise do modelo de assistência do hospital

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

psiquiátrico, e no desvencilhar de esforços dos movimentos sociais na luta pela garantia dos direitos dos sujeitos submetidos ao serviço, onde a característica predominante da Reforma Psiquiátrica no Brasil é a busca pela representação da cidadania dos sujeitos tutelados.

Antes do processo de Reforma Psiquiátrica de acordo com Amarante (2007, p.23), a “loucura” era tratada e caracterizada, com múltiplos significados que mesclavam entre “demônios a endeusados, de comédia a tragédia, de erro e verdade”, caracterizando os portadores de transtornos mentais como sendo causadores da desordem e poluição das cidades, uma vez que estes ocupavam os mais variados lugares e espaços como as “ruas, guetos, matas, florestas e igrejas”. Em detrimento da “desorganização” que causavam nas cidades, criou-se os hospitais psiquiátricos que passaram a cumprir uma função de ordenamento social e político.

O que de acordo com Foucault (2009) define o lugar social do louco e da loucura na sociedade ocidental. Vale salientar, que os hospitais psiquiátricos exerciam uma função sistemática do que Foucault (2009, p. 49) caracteriza como sendo um “enclausuramento”, exercendo a institucionalização, segregação e isolamento dos seus usuários, despindo estes de seus direitos, tratando os mesmos em uma ótica privatista e normatizadora. Em detrimento da

[...] enorme dificuldade em estabelecer limites entre a loucura e a sanidade; as evidentes funções sociais (ainda) cumpridas pelos hospícios na segregação de segmentos marginalizados da população; as constantes denúncias de violência contra os pacientes internados, fizeram com que a credibilidade do hospital psiquiátrico e, em última instância, da própria psiquiatria chegasse aos mais baixos níveis (AMARANTE, 2007, p.38).

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a sociedade passou a dirigir seus olhares para os hospícios, descobrindo as reais condições de vida ofertada aos pacientes psiquiátricos analisando e compreendendo que suas situações em nada diferenciavam dos “campos de concentração” nas guerras, e que destinavam aos seus internos tratamentos que desrespeitam a dignidade humana (AMARANTE, 2007).

De acordo com Amarante (2007), em meio a uma maior ênfase na medicina psiquiátrica e a preocupações que surgiam na área no que tange a atenção aos usuários do serviço, na década de 1950, ocorreu uma grande expansão dos hospitais públicos em diversos

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

estados como Sergipe, Santa Catarina, Espírito Santo e Alagoas; Porém, estes hospitais foram criados em condições extremamente precárias e distantes dos centros urbanos. Esta iniciativa refletia a postura hegemônica de Oswaldo Cruz, que entendia que o asilo teria uma função preventiva e só poderia acabar quando a doença mental fosse completamente erradicada (MEDEIROS, 2002).

Neste período, aumentou-se substancialmente o número dos leitos no Brasil, porém, não foi solucionada a situação caótica existente, visto que o descaso e o abandono caracterizavam os hospitais psiquiátricos públicos, e suas funções se reduziam a uma ótica restritiva e limitada, em meio a uma sociedade que crescia e se modernizava. Concomitantemente, emergia a configuração de uma sociedade crítica e reivindicatória, que passava a exigir melhores condições de assistência na área da saúde, inclusive na saúde mental (SAMPAIO, 1988).

Tem-se, que os movimentos em prol de um nova maneira no trato em saúde mental nos anos que seguiram trouxeram impactos tímidos no que se refere a promoção de cuidados em saúde mental numa ótica humanizada, sendo que apenas a partir de 1970, fez-se possível verificar ações de maior destaque nesta área. Tem-se que neste período, ocorreu em São Paulo, ocorreu o I Congresso Brasileiro de Psiquiatria, realizado pela Associação Brasileira de Psiquiatria, neste evento lançou-se a declaração dos princípios da saúde mental, esta declaração tinha como objetivo nortear a atenção na saúde mental a partir de um cunho mais preventivo. Porém, de acordo com Paulin (2004, p.250), a questão acerca da assistência psiquiátrica no Brasil apresentava níveis preocupantes:

[...] mais de sete mil doentes internados sem cama (leito-chão) e hospitais psiquiátricos sem especialistas. Chegava a sete meses o tempo médio de permanência de casos agudos em hospitais. O índice de mortalidade nas colônias de doentes crônicos era seis vezes e meia maior que nos hospitais para doenças crônicas de outras especialidades. Era necessária uma atitude por parte dos órgãos competentes.

Dados como estes, reforçaram a importância e a urgência de alterações na intervenção por parte dos órgãos competentes no âmbito da saúde mental, uma vez que a política previdenciária priorizava os serviços privados, deixando os órgãos públicos em situações

bastante precárias (MEDEIROS, 2002). Diante de diversas críticas no que se refere ao tratamento dos usuários dos serviços de saúde mental, a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) passou a entender que se fazia necessária uma mudança de atitude em relação à saúde e à doença, de acordo com esta os seus trabalhos deveriam ser dirigidos por uma ação global de saúde mental, com serviços hospitalares e extra-hospitalares, todos eles solidamente ligados à comunidade (JORGE, 2006).

Assim sendo, em 1973, foi aprovado pela Previdência Social um manual de Serviço para a assistência psiquiátrica, este manual colocava em instâncias extra-hospitalares a função de evitar internações desnecessárias, e consagrou a necessidade da atuação de uma equipe multiprofissional, refutando assim o viés apenas biomédico, tentando visualizar sujeito para além das suas necessidades apenas biológicas (JORGE, 2006).

No período compreendido entre 1978 a 1991, o processo de Reforma Psiquiátrica brasileiro, se inicia de maneira mais incisiva quando surgem as principais críticas ao modelo hospitalocêntrico. Sendo em 1978 o início efetivo do movimento social pelos direitos dos pacientes psiquiátricos em nosso país, onde se iniciou o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM), sendo, pois, um movimento formado pelos grupos de trabalhadores integrantes do “movimento Sanitário, associações de familiares, sindicalistas, membros de associações de profissionais, pessoas com longo histórico de internações psiquiátricas” e etc (BRASIL, 2005).

Este movimento passa a protagonizar e construir a partir deste período uma nova história no âmbito da saúde mental, por meio da denúncia à violência nos manicômios, ao processo de mercantilização da loucura, a hegemonia da rede privada de assistência, sendo executada uma crítica coletiva aos saberes psiquiátricos e ao modelo hospitalocêntrico. A partir do II Congresso Nacional do MTSM, que ocorreu em São Paulo em 1987, passam a surgir propostas mais incisivas para reorientação da assistência, que tinha como lema “Por uma sociedade sem manicômios”; foi realizada neste mesmo ano a I Conferência Nacional de Saúde Mental na cidade do Rio de Janeiro (AMARANTE, 1995).

Neste período é criado o primeiro Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) no Brasil, na cidade de São Paulo, que marca o início de um processo de intervenção mais humanitário. Além disso, nesta época, foram implantados Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS) no

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

município de Santos, estes núcleos funcionavam 24 horas, sendo considerado um marco para o processo de Reforma Psiquiátrica brasileira, mostrando que está se fazia possível de ser executada (BRASIL, 2005).

Já no ano de 1988 dá se início ao processo de construção do Sistema Único de Saúde, e no que tange a saúde mental, temos em 1989, a entrada no Congresso Nacional do projeto de Lei do deputado Paulo Delgado (PT/MG), que propõe a regulamentação dos direitos da pessoa com transtornos mentais e a extinção progressiva dos manicômios no país, dando maior visibilidade as lutas do movimento da Reforma Psiquiátrica na área legislativa e normativa (BRASIL, 2004). Em 1990 temos a realização da II Conferência Nacional de Saúde Mental, marcada pelo vigor das primeiras normas que regulamentaria os serviços de atenção, sendo, pois, estes, embasados nas experiências dos primeiros CAPS, NAPS e Hospitais-dia. Vale ressaltar, que as questões de financiamento destas instituições não possuíam uma definição específica, uma vez que o projeto de lei ainda não havia sido sancionado (BRASIL, 2005). Assim, no período compreendido entre 1992 a 2000, inicia-se o processo de implantação da rede extrahospitalar. É somente após 12 anos de tramitação no Congresso Nacional que no ano de 2001 a lei Paulo Delgado é sancionada no país, e a sua aprovação é, no entanto,

[...] um substitutivo do Projeto de Lei original, que traz modificações importantes no texto normativo. Assim, a Lei Federal 10.216 redireciona a assistência em saúde mental, privilegiando o oferecimento de tratamento em serviços de base comunitária, dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais, mas não institui mecanismos claros para a progressiva extinção dos manicômios. Ainda assim, a promulgação da lei 10.216 impõe novo impulso e novo ritmo para o processo de Reforma Psiquiátrica no Brasil. É no contexto da promulgação da lei 10.216 e da realização da III Conferência Nacional de Saúde Mental, que a política de saúde mental do governo federal, alinhada com as diretrizes da Reforma Psiquiátrica, passa a consolidar-se, ganhando maior sustentação e visibilidade. (BRASIL, 2005, p.08)

Assim, o Ministério da Saúde passa a criar linhas de financiamento para os serviços substitutivos do hospital psiquiátrico, criando-se também novos mecanismos para fiscalização gestão e redução de leitos (BRASIL, 2004). Deste modo, a realização da III Conferência

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Nacional de Saúde Mental, que ocorreu no final de 2001 em Brasília, se materializou enquanto fundamental dispositivo de controle e participação social, envolvendo a participação ativa de usuários dos serviços de saúde, familiares, movimentos sociais e profissionais de saúde. Nesta pactua-se democraticamente as diretrizes, princípios e estratégias para a modificação do modelo de atenção à saúde mental no Brasil. Assim, materializa de forma plena a Reforma Psiquiátrica enquanto política, em busca da efetiva construção de uma política de saúde mental que levasse em consonância a garantia da cidadania de seus usuários respeitando, pois, as peculiaridades desta atenção (NICÁCIO, 2011). Portanto, é na III Conferência de Saúde Mental apoiada na Lei nº 10.216 de 2002 que se obtém os extratos para a construção da política de saúde mental no Brasil, que visa consolidar a garantia dos direitos dos usuários dos serviços, contando com uma rede de serviços e variados equipamentos como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os serviços residenciais terapêuticos (SRT) e etc.

A criação da Política de saúde mental, vinculada ao Ministério da Saúde vem preconizar a assistência aos usuários da rede saúde mental enquanto cidadão, compreendendo e atendendo o mesmo dentro das instâncias bio, psico e sociais, por equipes integradas e interdisciplinares, trabalhando em parceria com a comunidade (AMARANTE, 2007).

## **CONSULTÓRIO NA RUA E A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL**

A constituição do movimento de Reforma psiquiátrica no Brasil tencionou a instauração da política de saúde mental com base nos preceitos da desinstitucionalização, preconizando assim a constituição de novas práticas de cuidado a partir da atuação e articulação dos serviços visando o direcionar de ações articuladas e conjuntas no âmbito da saúde mental.

Nesta direção, em 23 de dezembro de 2011, foi instituída a portaria nº 3.088, que instituiu a “Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).” (BRASIL, 2011). A proposta de criação de tal rede, segundo (BRASIL, 2017), visou a gestão de ações que viessem a compartilhar recursos e saberes com

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

base a continuidade e materialização da integralidade do cuidado. Visto que dispõe acerca das diretrizes acerca do funcionamento da Rede de Atenção Psicossocial, a ser:

- I - respeito aos direitos humanos, garantindo a autonomia e a liberdade das pessoas;
- II - promoção da equidade, reconhecendo os determinantes sociais da saúde;
- III - combate a estigmas e preconceitos;
- IV - garantia do acesso e da qualidade dos serviços, ofertando cuidado integral e assistência multiprofissional, sob a lógica interdisciplinar;
- V - atenção humanizada e centrada nas necessidades das pessoas;
- VI - diversificação das estratégias de cuidado;
- VII - desenvolvimento de atividades no território, que favoreça a inclusão social com vistas à promoção de autonomia e ao exercício da cidadania;
- VIII - desenvolvimento de estratégias de Redução de Danos;
- IX - ênfase em serviços de base territorial e comunitária, com participação e controle social dos usuários e de seus familiares;
- X - organização dos serviços em rede de atenção à saúde regionalizada, com estabelecimento de ações intersetoriais para garantir a integralidade do cuidado;
- XI - promoção de estratégias de educação permanente; e
- XII - desenvolvimento da lógica do cuidado para pessoas com transtornos mentais e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, tendo como eixo central a construção do projeto terapêutico singular. (BRASIL, 2011).

Destaca-se assim, que tais diretrizes de constituição das RAPS enfatizam os preceitos da reforma psiquiátrica ao reconhecer a necessidade de oferta de atenção aos usuários numa perspectiva humanizada, com respeito aos direitos humanos, preconizando o cuidado integral em todos os níveis desse atendimento com foco principal na garantia dos princípios do Sistema Único de Saúde.

Nesta direção, conforme a Portaria 3.088 de 2011, são componentes da RAPS: As Unidades Básicas de Saúde, a Atenção Psicossocial, nas suas diferentes modalidades, a atenção de urgência e emergência, a atenção residencial de caráter transitório, a atenção hospitalar, as estratégias de desinstitucionalização e os serviços de reabilitação psicossocial. No que se refere às unidades Básicas de Saúde, tem-se entre os serviços que a compõe as Equipes de Consultório na Rua (BRASIL, 2011).

Quanto ao Consultório na Rua, objeto deste estudo, tem-se que este foi instituído em 2011, através da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Desde então, passou legalmente a compor os serviços da atenção básica no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), atuando diretamente sob as mais variadas necessidades de saúde das populações em situação de rua (BRASIL, 2012). Todavia, autores como Santana (2014) apontam que as primeiras experiências se iniciaram no final da década de 1990, sendo Salvador (BA) o precursor, no que se refere a oferta deste serviço, visto o direcionamento de ações que tinham por foco propiciar o acesso qualitativo da população em situação de rua aos serviços de saúde.

A autora destaca ainda, o surgimento de outra experiência, no ano de 2014, na cidade de Porto Alegre (RS), em houve a criação de equipes específicas com vistas a atender as pessoas em situação de rua, na lógica da Estratégia Saúde da Família (ESF), mas, para além dos domicílios, numa perspectiva das ruas, tal experiência ficou conhecida como “ESF Sem Domicílio”. Visualiza-se que ambas se conduziam por propostas de oferta da atenção aos moradores de rua numa lógica itinerante. Assim, a partir da emergência destas experiências exitosas é que se institui o Consultório na Rua.

Frente a este contexto, os Consultórios na Rua, integram o componente atenção básica e devem seguir os fundamentos e as diretrizes definidos na PNAB, buscando atuar frente aos diferentes problemas e necessidades de saúde da população em situação de rua, inclusive na busca ativa e cuidado aos usuários de álcool, crack e outras drogas. Pontua-se que os Consultórios na Rua são formados por equipes multiprofissionais que visam o direcionar de atenção integral à saúde de uma referida população em situação de rua in loco. As atividades são realizadas de forma itinerante desenvolvendo ações compartilhadas e integradas às Unidades Básicas de Saúde (UBS). (BRASIL, 2012, p. 13)

Nesta perspectiva, as equipes de Consultório na Rua atuam em três modalidades específicas, sendo que o quantitativo profissional varia conforme a modalidade. Podem compor a equipe de Consultório na Rua variadas categorias profissionais dentre estas as de enfermeiro, psicólogo, assistente social, médico, terapeuta ocupacional, agente social, técnico ou auxiliar de Enfermagem e técnico em saúde bucal. Neste estudo, se atenta especificamente sobre a categoria de serviço social (BRASIL, 2012, p.13).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Após a promulgação da Constituição Federal e, posterior materialização do Sistema Único de Saúde, em 1990, o serviço social passou assumir nova roupagem na área da saúde, estando sua atuação orientada pelas premissas de promoção da integralidade, da equidade e da universalidade do cuidado, com a materialização da intersetorialidade e do cuidado integral, com olhares específicos sob os usuários, visando essencialmente a garantia de direitos (BRAVO, 2006).

Pontua-se que é na década de 1990, especialmente em 1993 que tem-se a afirmação do projeto ético-político da profissão, e em 1993, a legitimação do atual Código de Ética do Assistente Social, através da Lei n. 8.662 de 1993. Nesta direção, o Serviço Social passa de modo mais legítimo a se materializar enquanto profissão teórica, metodológica, técnica e ético-política com objeto de trabalho direcionado às questões sociais e humanas. À vista disso, a profissão através de seu direcionamento crítico, passa organicamente a ser regido pelo projeto ético-político, atuando de modo efetivo, através das políticas públicas, tendo em vista o pleno exercício da cidadania e o acesso universal aos direitos constitucionalmente garantidos, dentre eles, o da saúde.

Segundo Sodré (2014), o assistente social enquanto profissional que compõe a equipe de aten o básica, atuam no suporte às equipes mínimas das unidades, e, em sua grande maioria, sua atua o tem por foco a efetiva o de a o de cunho preventivo e de promo o da saúde no âmbito dos territórios as quais estão presentes. Tendo por base estas a o, o profissional   convidado a atuar com olhar direcionado ao território, às famílias e   preven o e promo o da APS. Nesta dire o a atua o do profissional no âmbito das equipes de Consultório na Rua, se coadunam, visto ser tal equipamento um dos componentes da Rede de Aten o Psicossocial no cerne da Aten o Básica em Saúde.

Destaca-se que, na saúde, segundo Oliveira e Ghirdelli (2019), a operacionaliza o prática do trabalho profissional se d , eminentemente, a partir das expressões da questão social, sendo o profissional convidado a atuar sobre às variadas demandas postas pelos serviços e pelos usuários. Nesta dire o o assistente social, inserido na saúde, especialmente na aten o básica,   requisitado a desenvolver variadas a o junto   equipe, a comunidade, às

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

famílias atuando na parceria com os serviços presentes no território, sendo as maiores demandas focadas em ações de promoção da cidadania, atendimentos itinerantes e individuais, visitas institucionais, buscas ativas, trabalho com as famílias, orientação a indivíduos e grupos, elaboração de estudos e relatórios sociais, materialização de políticas sociais, discussões variadas de casos junto a equipe e aos serviços que compõem a rede de atenção psicossocial, com olhar particular para promoção da saúde e materialização das diretrizes do SUS (OLIVEIRA&GHIRALDELLI, 2019).

Entende-se que o trabalho do profissional de serviço social no âmbito das equipes de Consultório na Rua se processa condicionado aos determinantes sociais, institucionais e políticos que exigem no exercício profissional atuações interventivas que respondam otimizada às requisições do cotidiano institucional e também dos usuários dos serviços (VASCONCELOS, 2011)

Autores como Martini (2013), apontam que no que se refere ao trabalho profissional no Consultório na Rua, não se difere da atuação deste profissional no que se refere aos outros serviços, sendo especialmente marcado pelas questões inerentes a questão social, sendo suas ações marcadas em suma pela garantia dos direitos no âmbito das mais variadas ações, como o acolhimento, orientações diversas, encaminhamentos para diversos setores, realização de contatos e visitas institucionais, promoção de ações de educação em saúde, desenvolve trabalho de articulação com a rede Inter e intrasetorial, organização e gestão de grupos temáticos, ações de redução de danos, trabalhos com famílias, participação em reuniões, construção de relatórios técnicos e pareceres, dentre outros.

Entende-se assim, que a atuação dos profissionais do Serviço Social na Atenção Básica em Saúde, é considerada como de grande importância, especialmente no que se refere a defesa e garantia dos direitos sociais, visto que ao ocupar espaço na “porta de entrada” dos serviços de saúde, este profissional ocupa locus privilegiado no que se refere a promoção de ações preventivas nas mais variadas esferas. Ademais, é possível perceber a dimensão político-pedagógica do exercício profissional, com vistas a construção em conjunto, a partir de ações cotidianas, de construção de caminhos comprometidos com os valores

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

emancipatórios, tendo em vista a promoção de sujeitos cidadãos, sujeitos de direitos. (HOFFMANN, 2007)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz-se possível perceber, a partir do processo de Reforma Psiquiátrica a existência de avanços no que tange a atenção aos usuários de saúde mental, sendo estes, um dos mais importantes processos de mudanças culturais para a sociedade brasileira, a partir do momento em que se cria a Política de Saúde Mental.

Tem-se, todavia, que a garantia do exercício da cidadania aos usuários da saúde mental, ainda se encontra subjugada a uma ótica que preconiza a sua existência, mas não promove meios para que esta seja de fato efetivada. Porém por se tratar de uma proposta inovadora de garantia dos direitos, a um grupo que até então os desconhecia, ainda há muito por se fazer para efetivação desta enquanto objeto de desconstrução de estigmas, findado numa proposta eficaz de garantia de direitos (MENDES, 2020).

A atuação do profissional de serviço social junto às equipes multiprofissionais do CnaR, possui como marca o seu processo de trabalho, que possui bases fundantes no âmbito da resposta às expressões da questão social, exigindo atuações interventivas que promovam os aspectos do trabalho coletivo, numa concepção horizontal atrelada a promoção da saúde numa concepção integral, primando pela defesa dos direitos humanos, materialização dos princípios do SUS e promoção da cidadania.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMARANTE, Paulo. Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 136p., 1995.

AMARANTE, Paulo. **Psiquiatria Social e Reforma Psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Residências terapêuticas: o que são, para que servem.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil.** Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica.** Ministério da Saúde. Secretariade Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf> . Acesso em 11 de março de 2022.

BRASIL. **Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011.** Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua.** Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. **Portaria nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017,** que altera as Portarias de Consolidação nº 3 e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial, e dá outras providências. Diário oficial da União, 22 de dezembro de 2017.

BRAVO, Maria Inês Souza. **Política de Saúde no Brasil.** In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Org.) Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. 2. Ed. São Paulo: Cortez, OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

CRESS. Código de ética do/a assistente social. **Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** 10ª ed. revista e atualizada. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf) . Acesso em 11 de março de 2022.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** (Título Original: Surveiller et punir. Traduzido por Raquel Ramallete). 37 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

HOFFMANN, Edla. **O trabalho das assistentes sociais no Programa Saúde da Família: PSF na região norte do estado do Rio Grande do Sul.** 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

JORGE, Maria Salete Bessa. et al. Reabilitação psicossocial: visão da equipe de saúde mental. **Revista Brasileira de Enfermagem.**, v.59, n.6, p.734-9, 2006.

MENDES, Eliane Soares; BRITO, Eliane Castelo Branco de Andrade. **A inserção do serviço social na atenção básica do município de Cristino Castro-PI.** UMA-SUS. MEDEIROS, Soraya Maria de; GUIMARÃES, Jacileide. **Cidadania e saúde mental no Brasil:** contribuição ao debate. *Ciência & Saúde Coletiva*, 7(3):571-579, 2002.

MEDEIROS, Tácito. **Formação do modelo assistencial psiquiátrico no Brasil.** Instituto de Psiquiatria da UFRJ, Rio de Janeiro. (mimeo.) Dissertação de mestrado. 1977. FIOCRUZ.2020. Disponível em: <https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/14664>. Acesso em 21 de abril de 2022.

NICACIO, Erimaldo. **Rupturas e encontros: desafios da reforma psiquiátrica brasileira.** **Cadernos de Saúde Pública.** 2011, v. 27, n. 3, pp. 612-613. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-311X2011000300023>>. Acesso em 26 Abril 2022.

OLIVEIRA, Andreia de; GHIRALDELLI, Reginaldo. **O Serviço Social na atenção primária à saúde.** *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro - 2º Semestre de 2019 - n. 44, v. 17, p. 255 – 273. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/download/45243/30956>. Acesso em: 11 de abril de 2022.

SANTANA, Carmen. Consultórios de rua ou na rua? Reflexões sobre políticas de abordagem à saúde da população de rua. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 8, p.1798-1799, Ago 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2014000801798&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2014000801798&lng=en&nrm=iso). Acesso em 11 de março de 2022.

SODRÉ, Francisco. **Serviço Social entre a prevenção e a promoção da saúde:** tradução, vínculo e acolhimento. *Serviço Social & Sociedade* [online]. 2014, n. 117, pp. 69-83. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282014000100005> . Acesso em março de 2022.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar:** epistemologia e metodologia operativa. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral  
Eixo Temático - Serviço Social, Trabalho e Formação Profissional

## **SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL NA ATUALIDADE: ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS**

**SOCIAL WORK AND MENTAL HEALTH POLICY CURRENTLY: ALCOHOL AND  
OTHER DRUGS**

Thainara Soares Veloso<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho tem por objetivo elucidar discussões que perpassam a inserção e trabalho do/ a assistente social na saúde mental e principais debates que permeiam o cotidiano profissional, assim, este estudo busca promover análises fundamentadas em recortes históricos extremamente importantes para o Serviço Social e igualmente para o movimento de reforma psiquiátrica. Durante o percurso de escrita do presente trabalho serão realizadas breves discussões que contemplam o debate acerca da política de drogas e a aproximação dos/as assistentes sociais com tal temática objetivando fomentar análises sobre o trabalho do/a assistente social na política de saúde mental e reafirmar as diretrizes da reforma psiquiátrica, cujo posicionamento é o cuidado ampliado em saúde.

**PALAVRAS-CHAVE:** Serviço Social; Trabalho; Saúde Mental

**ABSTRACT:** The present work aims to elucidate discussions that permeate the insertion and work of the social worker in mental health and main debates that permeate professional daily life, thus, this study seeks to promote analyzes based on extremely important historical clippings for Social Work and equally for the psychiatric reform movement. During the course of writing this work, brief discussions will be held that contemplate the debate about drug policy and the approximation of social workers with this theme, aiming to promote analyzes of the work of the social worker in the mental health policy and reaffirm the psychiatric reform guidelines, whose positioning is expanded health care.

**KEYWORDS:** Social Work; Job; Mental health

## **INTRODUÇÃO**

O Serviço Social está inserido nas mais variadas áreas e com públicos distintos, no entanto em qualquer espaço o seu objeto de trabalho são as expressões da “questão social”

---

<sup>1</sup>Assistente social, residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde mental do Hospital Universitário Clemente Farias. E-mail: thainarasoares23@gmail.com

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

presentes na vida dos/as usuários/as (IAMAMOTO, 2003). A saúde é uma das políticas em que o/a assistente social se faz presente visto que num conceito ampliado é indispensável considerar os determinantes econômicos, políticos e sociais que incidem no processo de adoecimento. No âmbito da saúde mental a reforma psiquiátrica contribuiu para o debate de que a realidade que circunda o indivíduo é importante para promover o cuidado ampliado, salientando a necessidade do olhar de outras profissões, não somente o saber médico.

Na perspectiva de cuidado com os sujeitos em sofrimento mental tem-se serviços estabelecidos pela Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) que atuam na política de saúde mental para viabilizar o acesso a atenção psicossocial. Em casos de uso abusivo de substâncias psicoativas (SPA's) o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPS AD) é responsável pelo atendimento especializado e conta com equipe multidisciplinar que acolhe e atende situações de crise.

O conceito de crise em saúde mental na contemporaneidade difere do que era pensado anteriormente, a centralidade nos sintomas era marcante e a perspectiva de prioridade do médico psiquiatra era inquestionável. É perceptível que com os avanços nas discussões sobre a crise, ancorado nas diretrizes da reforma psiquiátrica, o foco nos sintomas abre espaço para a reflexão acerca do contexto em que o sujeito vive e a subjetividade presente neste processo (MARTINS, 2017).

Durante o percurso de escrita do presente trabalho, além das questões já apresentadas, serão realizadas breves discussões que contemplem o debate acerca da política de drogas e a aproximação dos/as assistentes sociais com tal temática. Este artigo tem como objetivos primários conhecer e compreender o Serviço Social na saúde mental, assim como as contribuições dos/as profissionais para pensar a crise em tal área alinhado com os preceitos da reforma psiquiátrica, principalmente na atenção as pessoas em uso abusivo de álcool e outras drogas; pesquisar sobre o Serviço Social e sua inserção na saúde mental e entender como o uso de álcool e outras drogas situa-se como expressões da “questão social”.

A metodologia de um trabalho situa-se como o percurso utilizado pelo pesquisador/a para o desenvolvimento de determinada pesquisa (MINAYO, 2009). No presente trabalho o

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

caminho utilizado percorreu a pesquisa bibliográfica de caráter descritivo e qualitativo, com base nas obras de autores que, anteriormente, estudaram e debateram acerca da temática apresentada.

## **O SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE MENTAL: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA**

Ao percorrer a trajetória histórica da reforma sanitária no Brasil percebe-se que foi um movimento marcado por intensas lutas, na década de 1980, em um cenário turbulento de ditadura militar. A proposta da reforma sanitária, que estava em ascensão, trouxe a perspectiva de saúde como direito de todos/as e dever do Estado, entretanto não é possível identificar, nesta época, mudanças nas intervenções dos/as assistentes sociais que atuavam na saúde, tal processo acontece apenas mais tarde com os avanços da profissão no Serviço Social crítico (BRAVO e MATOS, 2006).

Em meados de 1990 dois projetos antagônicos marcaram as discussões no âmbito da saúde, são eles o projeto privatista e os ideais alinhados a reforma sanitária. Em vista disso é possível identificar um desafio para o Serviço Social, já que o trabalho profissional era requisitado com diferentes objetivos a depender do projeto de saúde vigente no espaço em que estava inserido, as ideias pautadas na reforma sanitária propunham um trabalho na perspectiva de uma visão crítica e ampla de saúde. Assim, nas palavras de Bravo e Matos (2006, p. 36) tem-se que:

[...] o projeto da Reforma Sanitária vem apresentado como demandas que o assistente social trabalhe as seguintes questões: busca de democratização do acesso às unidades e aos serviços de saúde, atendimento humanizado, estratégias de interação da instituição de saúde com a realidade, interdisciplinaridade, ênfase nas abordagens grupais, acesso democrático às informações e estímulo à participação cidadã.

Neste processo de disputa de diferentes projetos insere-se a discussão acerca do Serviço Social e seu trabalho no âmbito da saúde mental, no Brasil a atuação profissional,

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

inicialmente, foi marcada por práticas conservadoras desenvolvidas nos hospitais psiquiátricos. No ano de 1946 os/as assistentes sociais já estavam inseridos nos chamados manicômios estatais e nos hospitais psiquiátricos para os trabalhadores que contribuía com os IAPSS - Instituto de Aposentadorias e pensões - (BISNETO, 2011). É substancial frisar que neste período a profissão ainda não tinha passado pelo processo de renovação, ou seja, carregava a marca do conservadorismo e do processo higienista, os profissionais eram requisitados para intervir, principalmente, na extrema pobreza e miséria que marcavam os hospícios brasileiros.

Com base na argumentação de Netto (2005) nos idos de 1970 a profissão passou por um processo marcado por questionamentos internos, trata-se do movimento conhecido como “Renovação do Serviço Social”, que incitou discussões acerca do fazer profissional e possibilitou o surgimento do Serviço Social crítico alinhado com as demandas da classe trabalhadora, assim a profissão foi inserida na divisão social e técnica do trabalho cujo projeto ético - político hegemônico perpassa a defesa intransigente dos direitos humanos e sociais. Conforme contribuições de Iamamoto (2003) pensar o Serviço Social como trabalho é compreender o importante significado desta categoria e legitimar a percepção dos/as assistentes sociais como classe trabalhadora inserida no complexo conflito capital x trabalho.

Tendo em vista tais questões e em conformidade com as assertivas de Santos (2012) a “questão social” pode ser concebida como a matéria prima do trabalho profissional. No bojo das relações intrínsecas ao capitalismo advém do intenso conflito entre classe trabalhadora e proletariado cujo o resultado são diversas expressões da “questão social” na qual certamente inserem-se o uso abusivo de álcool e outras drogas e os demais fatores que o circundam.

Diante da heterogeneidade destas relações é basilar que o/a assistente social se faça presente nas diversas realidades que permeiam o cotidiano dos sujeitos que fazem o uso abusivo de álcool e outras drogas, é necessário que o profissional se atente para perceber a totalidade em que os sujeitos e suas famílias estão inseridos e a complexidade destas relações. Em comunhão com os escritos de Netto (2011) a realidade deve ser percebida em suas múltiplas dimensões ultrapassando a aparência e chegando à essência dos fenômenos.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

A saúde é uma área de atuação na qual o Serviço Social vem avançando ao longo da história, principalmente após a reforma sanitária visto que os princípios que a regem comungam com as discussões presentes no projeto ético-político hegemônico da profissão, no entanto é necessário que os profissionais estejam atentos para possíveis armadilhas que podem estar presentes no cotidiano de trabalho. Com base nos aportes teóricos presentes em CFESS (2010) muitos profissionais ainda são requisitados para exercer atividades na área da saúde que fogem das atribuições e competências que estão presentes no Código de Ética e lei que regulamenta a profissão, assim é fundamental que o profissional não se distancie do objeto de trabalho do Serviço Social e esteja comprometido com a apreensão crítica das determinações sociais, culturais e econômicas que perpassam o processo saúde-doença.

Em conformidade com a discussão realizada em CFESS (2017) o projeto ético-político profissional proporciona a base norteadora do exercício profissional e configura-se como um projeto crítico e reflexivo alinhado com as lutas da classe trabalhadora, do mesmo modo possui íntima ligação com o conceito ampliado de saúde pensado na reforma sanitária e posteriormente na reforma psiquiátrica. Contraditória a visão da reforma sanitária e ao projeto ético-político tem-se a perspectiva de privatização de serviços, de orientação conservadora e visando beneficiar o processo de lucro capitalista, infelizmente tal projeto vem ganhando força nos governos de cunho neoliberalistas e impactam negativamente na política devido a percepção de saúde como mercadoria. Em vista disso Duarte (2018, p. 233) contribui de forma enriquecedora ao realizar uma análise acerca de tais retrocessos:

Cabe salientar que numa conjuntura política de retração do papel do Estado, de precarização das condições de trabalho e a presença permanente das forças oponentes à política de saúde mental, lideradas tanto por corporações médicas como pelas forças políticas conservadoras, reedita-se o higienismo e a criminalização de parcelas significativas da população, com a lógica de internações forçadas, fruto da “guerra as drogas”, impondo desafios e obstáculos ao avanço de um cuidado antimanicomial e antiproibicionista.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Pensar o uso de substâncias psicoativas como expressão da “questão social” é compreender que vários determinantes incidem sobre tal temática, questões econômicas, políticas e sociais marcadas pelo modo de produção capitalista. A população empobrecida, excluída e estigmatizada pode encontrar no uso e comércio de SPA’s a única forma de sobrevivência, é necessário entender que neste processo insere-se as contradições da acumulação capitalista e o conflito capital x trabalho. A violência, criminalidade, exclusão e demais prejuízos associados ao uso abusivo de SPA’s são configurações das expressões da “questão social” marcadas pelas constantes mutações na dinâmica de produção do modelo econômico vigente (ALBUQUERQUE, 2018).

### **A REFORMA PSIQUIÁTRICA: UM NOVO OLHAR FRENTE A LOUCURA**

A reforma psiquiátrica brasileira esteve ancorada em movimentos originados fora do país e fundamentada em marcos políticos, econômicos e sociais que viabilizaram a efervescência de ideias atreladas a reforma, além da intensa violência que marcava os hospitais psiquiátricos. Diante de tal cenário os profissionais da época denunciaram importantes situações que ocorriam nos hospitais psiquiátricos, as violações dos direitos humanos era algo que acontecia frequentemente (AMARANTE e NUNES, 2018). Na década de 1970, em solo brasileiro, profissionais e militantes do movimento a favor da reforma se uniram no chamado “Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental” e organizaram eventos e congressos regionais e nacionais (BISNETO, 2011). É neste cenário de luta e resistência, inclusive contra a violência imposta pela ditadura militar, que se originou o movimento da reforma psiquiátrica. A partir de 1980 houve uma movimentação para pensar formas e propor alternativas que pudessem substituir os hospitais psiquiátricos por serviços cujo objetivo é oferecer cuidado integral as pessoas com sofrimento mental, na tentativa de superar o modelo biomédico. Assim, ancorado na perspectiva analítica de Amarante e Nunes (2018, p.2071) é possível observar que:

Em pouco tempo passa a ter visibilidade a rede de dispositivos substitutivos criados em vários municípios do país, e regulamentados pelas portarias 189, em 1991, que introduziu os códigos NAPS/CAPS na tabela do SUS e pela 224, de 1992, que os define como unidades de saúde

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

locais/regionalizadas responsável pela cobertura de uma população definida pelo nível local a oferecer cuidados intermediários entre a rede ambulatorial e a internação hospitalar. Muitos outros dispositivos são criados, tais como hospitais-dia, centros de convivência e cultura, centros de referência, oficinas terapêuticas, dentre outros.

Um marco no processo de Reforma Psiquiátrica é a lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, conhecida como “Lei Paulo Delgado” cujo conteúdo institui e regulamenta uma inédita forma de cuidado e assistência as pessoas com sofrimento mental pautado na viabilização dos direitos e autonomia do/a usuário/a. Em 2011 a portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011 institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) objetivando a assistência integral as pessoas com transtornos mentais e com necessidades devido ao uso abusivo de álcool e outras drogas.

Na RAPS foram estabelecidos pontos de atenção psicossocial que vão desde a atenção primária, atuando na promoção e prevenção em saúde, até a atenção especializada formada pelos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) em suas distintas modalidades. Os CAPS situam-se na atenção especializada e atendem sujeitos em situação de gravidade apresentando demandas que perpassam sofrimento psíquico grave.

## **CRISE E A PERCEPÇÃO DE CUIDADO AMPLIADO**

No âmbito dos serviços de saúde mental é comum ouvir falar de crise, no entanto é um conceito difícil de caracterizar com exatidão visto que a subjetividade e a singularidade de cada sujeito devem ser pensadas individualmente.

Em conformidade com as ideias de Martins (2017, p. 228) a palavra crise possui diferentes significados e está ancorada com o momento histórico vigente. Duas concepções são exploradas por tal autora, sendo uma ligada ao saber biomédico e com sinais e sintomas evidentes “delírios, alucinações visuais e auditivas, agressividade, agitação psicomotora, embotamento afetivo, entre outros”. A outra perspectiva diz respeito aos avanços protagonizados pela reforma psiquiátrica, a crise é vista como um processo que vai além de

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

sintomas, deve-se considerar as demandas subjetivas do sujeito e suas relações sociais. Se anteriormente a crise era pensada apenas como aspectos psicopatológicos, com a reforma psiquiátrica e os serviços que surgiram o conceito de crise deve ser concebido na perspectiva ampliada, ou seja, não se considera apenas aspectos da psicopatologia, a subjetividade e os determinantes sociais que circundam o sujeito são extremamente importantes. Na concepção pensada após a reforma psiquiátrica as crises são manejadas por todos os profissionais presentes e não endereçada somente ao saber médico. Tal autora pontua que:

Contrária às colocações da psiquiatria clássica, a antipsiquiatria, movimento característico da década de 1960/70, amplia as concepções de crise por meio de reflexões que vão além da sua sintomatologia, incluindo nela aspectos do contexto social, familiar e relacional, aprofundando na vivência subjetiva da crise e na sua singularidade para o sujeito que a vivencia concretamente (MARTINS, 2017, p. 229).

Neste cenário, insere-se a importância e necessidade de um olhar crítico e reflexivo frente a realidade em que o sujeito está inserido, a comunidade e o território em que ele vive e seu contexto familiar.

A crise, como dito anteriormente, é um conceito amplo que vai além de sintomas e situa-se como um momento complexo de externalizar o sofrimento. Apesar de não se limitar a sinais e sintomas é substancial conhecer as possíveis reações que o sujeito pode apresentar em situações de uso de álcool e outras drogas visto que o trabalho interdisciplinar é imprescindível e o conhecimento se faz necessário em todos os membros da equipe. Para pensar o manejo dos sinais e sintomas que podem ocorrer em situações de crise que envolvem uso de SPAS´s é necessário conhecer os conceitos de intoxicação, abstinência, comorbidades e dificuldades no relacionamento interpessoal (UFSC, Oliveira, Neto, 2014).

A intoxicação acontece no uso de algum tipo de SPA e se manifesta de diferentes formas a depender de qual substância foi utilizada, quantidade e fatores orgânicos do sujeito. O uso do álcool e outras drogas podem acarretar diversos sinais como fala arrastada e/ou confusa, sonolência, atenção diminuída, convulsões, marcha instável, euforia, lentificação, alterações de sensopercepção, entre outras. Abstinência causa diferentes sintomas e sinais

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

distintos para cada SPA e padrão de uso, acontece quando há interrupção abrupta ou diminuição do padrão de consumo de uma SPA que era utilizada de forma abusiva, são percebidos sinais e sintomas como tremores, sudorese, vômitos, ansiedade, irritabilidade, alucinações, insônia, pesadelos, fissura, taquicardia, cansaço. Pessoas que fazem o uso de álcool e outras drogas podem ter comorbidades anteriores ao uso que podem ser clínicas ou psiquiátricas e influenciam nos quadros apresentados pelo sujeito, assim é necessário abordar o histórico de vida, medicações que já faz uso, entre outras informações importantes, visando perceber se existem questões anteriores ao uso de SPAS's.

As dificuldades de relacionamento com a família e a sociedade em geral estão presentes nas situações de crise podendo gerar irritabilidade, ansiedade, agressividade e o risco de pensamentos e planejamentos suicidas, é preciso que a equipe multidisciplinar acolha as demandas postas pelos sujeitos e busque estabelecer relações que explicitem o que a instituição pode oferecer e como se dá a dinâmica de atendimento do serviço (UFSC; OLIVEIRA; NETO, 2014)

Desde sua emergência enquanto profissão o Serviço Social está inserido em um contexto complexo e antagônico de lutas entre diferentes classes sociais, a intervenção do/a assistente social com pessoas que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas sempre esteve presente, visto que a “questão social” emerge em decorrência das contradições da relação capital x trabalho, no entanto o conservadorismo que dominava a profissão requisitava um profissional de cunho higienista e moralista alinhado com os interesses da sociedade burguesa. Na atualidade o trabalho desenvolvido por tais profissionais, guiados por um direcionamento político crítico, se propõe a viabilizar através as políticas públicas que tais sujeitos estejam inseridos nas relações sociais e que possam ter acesso a seus direitos (DEGASPERI, 2013)

A política de álcool e outras drogas no Brasil sempre foi marcada por um caráter proibicionista que criminaliza e culpabiliza o sujeito, porém é perceptível que tal legislação avançou, mesmo que minimamente, com o passar dos anos e hoje possibilita que discussões, como a de redução de danos, sejam realizadas. O uso e abuso de SPA's podem trazer inúmeros malefícios aos sujeitos e suas famílias, devido a isso é necessário que tal temática

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

seja percebida como expressão da “questão social” e seja discutida não no sentido de criminalização, mas com uma visão crítica da totalidade do contexto em que o uso de substâncias se insere. Em conformidade com as assertivas de Silva (2014):

A legislação brasileira sobre drogas, mesmo que de forma tímida, conseguiu ter avanços qualitativos nos últimos vinte anos e rompeu com algumas lacunas que se formaram ao longo do século passado [...] Apesar da pouca produção legal e pouco debate sobre a questão no país, as leis se modernizaram e suas constantes e recentes modificações expressam o interesse do Estado em tratar da questão das drogas de modo mais amplo – mesmo que as políticas implementadas ainda não tenham contemplado uma intervenção com essa complexidade – e em compreender a importância desse tema, que está acompanhado e relacionado às constantes modificações econômicas, sociais e políticas, trazendo, assim, novos desafios à sociedade. É necessário construir um discurso sobre as drogas que contemple suas ramificações e incorpore argumentos múltiplos.

Atualmente, no Brasil, tem-se várias legislações que fazem a discussão sobre as SPA's, destaca-se a Política Nacional sobre Drogas (Resolução nº 3/GSIPR/CH/CONAD, de 27 de outubro de 2005) e a lei 11. 343 de 2006 que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou fomentar discussões que visam contribuir com o debate do Serviço Social no âmbito da saúde mental, relacionados ao cuidado com o sujeito de maneira ampliada, com base na perspectiva posta pela reforma psiquiátrica, principalmente no que se refere a atenção psicossocial as pessoas em uso abusivo de álcool e outras drogas. Para isso, durante a pesquisa, foram abordados elementos históricos acerca da profissão, contextualização da saúde mental e aspectos substanciais para pensar o trabalho com sujeitos que fazem uso de álcool e outras drogas.

As drogas e as múltiplas expressões da “questão social” que derivam de seu uso abusivo ainda são vistas com intenso preconceito pela maioria da população, em vista disso

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

cabe também aos profissionais da saúde levar informação e contribuir para que os sujeitos tenham acesso aos seus direitos.

Como vimos durante as discussões evidenciadas por este trabalho a reforma psiquiátrica propiciou debates acerca do cuidado em saúde mental e a necessidade de romper com as práticas manicomiais que marcavam os hospitais psiquiátricos, a violação de direitos era algo presente no cotidiano destas instituições. Com os movimentos promovidos pelos trabalhadores, familiares e usuários foi possível avançar na tentativa do desmonte dos manicômios e inserção dos serviços substitutivos, no entanto na contemporaneidade muitos são os retrocessos que incidem na política de saúde mental brasileira.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Cynthia Studart. “**Questão das drogas**” e o **serviço social**: um desafio posto à profissão. XVI ENPESS. Vitória, 2018. Disponível em : <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23274>. Acesso em 5/08/2021.

AMARANTE, Paulo; NUNES, Mônica. A reforma psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. **Ciência e Saúde coletiva**, n° 06, 2018. Disponível em : <https://www.scielo.br/j/csc/a/tDnNtj6kYPOyvtXt4JfLvDF/abstract/?lang=pt>. Acesso em 11/07/2021.

BISNETO, José Augusto. **Serviço Social e Saúde Mental**: Uma análise institucional da prática. São Paulo: Cortez, 2011.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurilio Castro de. Reforma Sanitária e projeto ético - político do Serviço Social: elementos para o debate. In: BRAVO et. Al (org). **Saúde e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. **PORTARIA Nº 3.088, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011**. Brasília. Distrito Federal. Disponível em:

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088\\_23\\_12\\_2011\\_rep.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html) . Acesso em 15 de agosto de 2021.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Brasília: CFESS, 2010.

CFESS. **Residência em Saúde e Serviço Social**: subsídios para reflexão. Brasília: CFESS, 2017.

DEGASPERI, Nínive. **Drogas, políticas sociais e serviço social**: Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/123164/326705.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 10 de julho de 2021.

DUARTE, Marco José de Oliveira. **Política de saúde mental e drogas**: desafios ao trabalho profissional em tempos de resistência. *Libertas online*. 2018. Disponível em : <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/download/18604/9730/77568>. Acesso em 15/06/2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: Trabalho e Formação Profissional. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARTINS, A. G. A noção de crise no campo da saúde mental: saberes e práticas em um centro de atenção psicossocial. **Mental**. Barbacena-MG, v. 11, n. 20, p. 226-242, Jan / Jun, 2017. Disponível em: [file:///D:/v11n20a12%20\(1\).pdf](file:///D:/v11n20a12%20(1).pdf). Acesso em: 15/08/2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

NETTO, Jose Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós- 64. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

SANTOS, Josiane Soares. "**Questão Social**": particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Diego Tabosa da. **Serviço social, assistência social e drogas**: um estudo do trabalho profissional do assistente social nos centros de referência especializados de assistência social no município do Rio de Janeiro : Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do estado do Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: <https://www.btd.uerj.br:8443/bitstream/1/16015/1/Diego%20Tabosa%20da%20Silva%20Dissertacao.pdf>. Acesso em 11 de agosto de 2021.

UFSC; OLIVEIRA, Walter Ferreira de; NETO, Francisco Job. **Curso de atualização em álcool e outras drogas, da coerção a coesão**. Florianópolis, 2014.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral  
Eixo Temático - Serviço Social, Trabalho e Formação Profissional

## **ESTÁGIO SUPERVISIONADO E SERVIÇO SOCIAL: ELEMENTOS INICIAIS PARA UM DEBATE NECESSÁRIO E URGENTE**

### **SUPERVISED INTERNSHIP AND SOCIAL WORK: INITIAL ELEMENTS FOR A NECESSARY AND URGENT DEBATE**

Ingrid Adame Moreira<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo é fruto do acúmulo teórico propiciado pelo Curso de Extensão promovido pela Unirio e pela experiência enquanto supervisora de campo da autora. Nele discutimos a formação profissional tomando como objeto o estágio supervisionado, através da análise de questionários respondidos por estudantes de Serviço Social e também por meio da aplicação de questionários, via Google forms, com supervisores de campo e com docentes de uma Escola de Serviço Social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Serviço Social, formação, estágio supervisionado.

**ABSTRACT:** This article is the result of the theoretical accumulation provided by the Extension Course promoted by Unirio and by the experience as the author's field supervisor. In it we discuss professional training taking as a subject the supervised internship, through the analysis of questionnaires answered by Social Work students and also through the application of questionnaires, via Google forms, with field supervisors and with teachers from a School of Social Work.

**KEYWORDS:** Social work, training, supervised internship.

## **INTRODUÇÃO**

Se observarmos o percurso histórico do Serviço Social podemos perceber que a profissão se altera em articulação com os processos sociais que se desenvolvem no nosso país ao longo do século XX. A renovação do Serviço Social Brasileiro iniciado sob o período de autocracia burguesa elucida essas mudanças.

---

<sup>1</sup> Assistente social, doutoranda em Serviço Social pela UFJF. Assistente social no Hospital Universitário UFJF, email: ingridadameuff@gmail.com

O processo de ruptura com o conservadorismo, iniciado como o Movimento de Reconceituação tem seu marco no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 1979, conhecido como “Congresso da Virada”. Esse congresso engendrou debates e reflexões que desaguam no estabelecimento de uma direção social articulada aos anseios da classe trabalhadora, expressas na reforma curricular de 1982 e no Código de Ética de 1986 (PAULA, SILVA e SATO, 2019)

As discussões realizadas desde o CBAS de 1979 e anterior a ele ganham maturação ao longo da década de 1990 e expressam-se nas Diretrizes Curriculares de 1996 e na revisão do Código de Ética de 1993. As diretrizes apontam para a formação de um perfil profissional com

capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. Considerando a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira. Além da percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão; e o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais (ABEPSS, 2014, p.2-3).

Podemos identificar que o Serviço Social possui diversas dimensões que se articulam e constituem o trabalho profissional dos assistentes sociais. Essas dimensões articuladas que oferecem respostas qualificadas às demandas apresentadas no espaço sócio-ocupacional dos profissionais. Portanto, a formação profissional, possui como função precípua a articulação das dimensões que compõem o fazer profissional. É a formação profissional que deve fornecer as bases necessárias à construção de um perfil profissional “capaz de fornecer respostas aos dilemas mais latentes de nossa sociedade” (PAULA, SILVA e SATO, 2019, p.3-4). Desta forma, neste trabalho realizamos a discussão sobre a formação profissional tomando como objeto o estágio supervisionado.

## **SERVIÇO SOCIAL E AS PARTICULARIDADES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

A supervisão de estágio, ao se constituir em um dos momentos que articula o exercício profissional e a formação dos assistentes sociais, abarca a reflexão, a compreensão, a análise,

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

a proposição, a intervenção na e da realidade social, nas determinações das relações sociais, nas dinâmicas da vida social.

Na década de 1990 o Serviço Social avança em seus instrumentos normativos, onde são promulgadas a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993, o Código de Ética de 1993 e as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social de 1996. Esses três instrumentos são considerados por (NETO) os pilares do projeto Ético-Político e expressam o amadurecimento da profissão e o compromisso junto à classe trabalhadora.

Tais instrumentos expressam também o avanço no marco regulatório do estágio supervisionado do Serviço Social. A trajetória da profissão legou uma concepção crítico-dialética à formação profissional e também ao trabalho profissional (CFESS, 2010). A concepção acerca do estágio se centra, nesse período, na indissociabilidade entre estágio e supervisão, superando a perspectiva de que o estágio resumia-se à prática e dissociava-se da teoria, que lhe confere fundamento.

Na Lei de Regulamentação da Profissão de 1993, a supervisão de estágio é estabelecida enquanto uma atribuição privativa do assistente social. Já o Código de Ética Profissional de 1993, são estabelecidas as vedações e os deveres dos profissionais em relação ao estágio. As Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em 1996<sup>2</sup> foram fruto de amplo processo coletivo de construção e apontam a direção político-pedagógica que as Unidades de Formação Acadêmica (UFA) devem implementar. As diretrizes curriculares estabelecem princípios e diretrizes à formação profissional, que implicam a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa (ABEPSS, 1996).

As diretrizes estabelecem que o estágio em Serviço Social deve ser realizado sob supervisão sistemática de dois sujeitos: supervisor de campo- profissional do campo- e supervisor acadêmico – professor supervisor. Esses dois sujeitos mais o aluno-estagiário

---

<sup>2</sup> Cabe ressaltar que a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e também o acirramento das múltiplas expressões da questão social, devido à Reforma do Estado e às mudanças no processo de produção, conformaram e impulsionaram a elaboração das Diretrizes Curriculares de 1996.

conformam os três sujeitos envolvidos no processo de conhecimento que é construído no estágio supervisionado.

As diretrizes apontam que a supervisão de estágio ocorre por meio desses três sujeitos, mas não estabelece suas atribuições nesse processo. Com o amadurecimento do debate acerca do estágio supervisionado, a necessidade de regulamentar o processo de supervisão se colocou como um imperativo para a profissão. Sendo assim, em 2008, foi promulgada a Resolução número 533, que define que caberá:

- I) ao supervisor de campo apresentar projeto de trabalho à unidade de ensino incluindo sua proposta de supervisão, no momento de abertura do campo de estágio;
- II) aos supervisores acadêmico e de campo e pelo estagiário construir plano de estágio onde constem os papéis, funções, atribuições e dinâmica processual da supervisão, no início de cada semestre/ano letivo (CFESS, resolução 533/2008).

Tal resolução estabelece que a supervisão direta se dá por meio da conjugação entre a atividade de aprendizado desenvolvida pelo aluno no campo de estágio, sob orientação do supervisor de campo, e a orientação e avaliação a serem efetivados pelo supervisor acadêmico (CFESS, resolução 533/2008).

Em 2009, outro instrumento ganha materialidade no fortalecimento do estágio supervisionado, a Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que define os papéis dos três sujeitos envolvidos no estágio<sup>3</sup>. Nessa política o estágio é entendido enquanto um processo didático-pedagógico que se consubstancia na indissociabilidade entre estágio e supervisão direta. O estágio caracteriza-se ainda como uma das atividades teórico-práticas do processo de formação em que a tríplice

---

<sup>3</sup> Segundo essa política cabe aos(às) supervisores(as) acadêmicos(as): o papel de orientar os estagiários e avaliar seu aprendizado, em constante diálogo com o(a) supervisor(a) de campo, visando a qualificação do estudante durante o processo de formação e aprendizagem das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão, em conformidade com o plano de estágio. Aos(às) supervisores(as) de campo cabe a inserção, acompanhamento, orientação e avaliação do estudante no campo de estágio, em conformidade com o plano de estágio, elaborado em consonância com o projeto pedagógico e com os programas institucionais 20 vinculados aos campos de estágio; garantindo diálogo permanente com o(a) supervisor(a) acadêmico(a), no processo de supervisão. E ao(à) estagiário(a), sujeito investigativo, crítico e interventivo, cabe conhecer e compreender a realidade social, inserido no processo de ensino-aprendizagem, construindo conhecimentos e experiências coletivamente que solidifiquem a qualidade de sua formação, mediante o enfrentamento de situações presentes na ação profissional, identificando as relações de força, os sujeitos, as contradições da realidade social (PNE,2009,p.19).

dimensão da profissão se materializa e propicia a capacitação do aluno-estagiário nas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política.

Já em 2010, foi lançada uma nova resolução, no campo da regulamentação do estágio, pelo Conselho Federal do Serviço Social (CFESS), a resolução número 588. Essa resolução instruiu que no momento da inscrição, para fins de registro profissional, seja solicitada a emissão da declaração de estágio que deverá ser assinada pelo supervisor de campo e deve constar a carga horária cumprida no estágio supervisionado. Tal resolução foi implementada devido às questões referentes à supervisão direta que foram identificadas pela fiscalização dos Conselhos Regionais de todas as regiões.

Toda a regulamentação normativa aqui exposta sobre o estágio supervisionado em Serviço Social representa o amadurecimento e os avanços no que tange a formação profissional e expressam a luta coletiva da categoria por uma formação e um trabalho profissional qualificado e tendo por horizonte o Projeto Ético-Político Profissional. Com vistas a iniciarmos uma discussão sobre a formação profissional a partir do estágio supervisionado, no próximo tópico apresentaremos os dados coletados durante o nosso percurso metodológico para a construção deste artigo.

## O CAMINHO METODOLÓGICO

Antes de iniciarmos a apresentação dos dados coletados importa ressaltar a opção metodológica realizada e sinalizar que eles apenas apontam para a necessidade urgente de que os desafios para a formação de um perfil profissional já proposto nas Diretrizes Curriculares sejam problematizados.

Tomamos como ponto de partida a análise das respostas de um questionário aplicado como parte de processo seletivo para estágio em Serviço Social por uma equipe de um Hospital Universitário<sup>4</sup> da Região Sudeste com 5 perguntas, versando sobre o papel do Serviço Social, os objetivos da atuação, as expressões da questão social e sobre a importância

---

<sup>4</sup>Foram avaliados o total de treze questionários, dos quais participaram 10 alunas de Serviço Social no processo seletivo para ingresso no campo de estágio em 2020, e 3 alunas de Serviço Social no ano de 2019. Cabe ressaltar que em 2020, por sugestão das entidades organizativas do Serviço Social, em virtude da pandemia provocada pelo vírus Covid-19, as alunas selecionadas não ingressaram no campo de estágio.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

do estágio para a formação profissional. Importa destacar que esses questionários não foram aplicados com intuito de levantamento de dados para material empírico e sim como uma sistematização do trabalho profissional. A ideia de utilizar esses questionários como material empírico partiu do estranhamento da autora às respostas elaboradas a essas questões. Por entendermos que, para comprovar ou refutar nossa hipótese de estudo era importante avaliarmos o que os supervisores de campo esperam dos estagiários, no que tange ao acúmulo referente à intervenção teórico-prática dos assistentes sociais; e que, também, era importante avaliarmos com a coordenação de estágio, com a direção de uma escola de Serviço Social e com supervisores acadêmicos da disciplina de estágio supervisionado 1 que perfil de estagiário se pretende oferecer aos campos de estágio, fizemos a aplicação de questionários via googleforms com este perfil de profissionais.

Ao avaliarmos as respostas aos questionários dos alunos que participaram do processo seletivo de estágio para um Hospital Universitário<sup>[3]</sup>, podemos perceber que, em linhas gerais, a temática sobre a garantia de direitos aparece como resposta tanto para a pergunta acerca do papel do Serviço Social na saúde como também para os objetivos da atuação profissional. As respostas, de maneira geral, também perpassam sobre a garantia de acesso para essas questões. Ainda nessa linha para essas duas perguntas, também são predominantes as respostas sobre democratização dos serviços e democratização e socialização de informações. Tais respostas podem ser verificadas a seguir:

Atender às demandas dos usuários no que diz respeito a ações socioassistenciais. (Estudante 1)

Mobilização e participação popular na garantia ao direito à saúde, compartilhamento e democratização da informação. (Estudante 1)

Democratizar o acesso, democratização do conhecimento . (Estudante 2)

Garantia de direitos. (Estudante 2, 4, 6, 10e 11)

O Serviço Social visa a garantia, defesa e ampliação dos direitos, de forma a garantir a equidade, integralidade através da justiça social, democracia e emancipação humana. (Estudante 5)

O Serviço Social busca a participação dos sujeitos coletivos além de viabilizar a garantia de direitos. (Estudante 6)

O assistente social tem competências e atribuições na saúde, podendo ser uma mediação de conflitos familiares, acesso ao BPC, encaminhamentos, entre outros. (Estudante 1)

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Importa destacar que apenas uma aluna abordou a temática sobre os determinantes sociais, que se articula, diretamente, ao papel do Serviço Social na política de saúde. Conforme podemos verificar no fragmento da resposta abaixo:

“Garantir participação social, o acesso aos serviços de saúde, compreendendo os determinantes sociais” (Estudante 3).

Ao atuar na política de saúde, os assistentes sociais se deparam com uma complexidade de situações que se materializam em necessidades e exigem dos profissionais competência ético-política, técnico-operativa e teórico-metológica para intervir qualificadamente nelas. Os determinantes sociais se materializam em tais necessidades. Essas necessidades são historicamente datadas, construídas e são determinadas pelo gênero, cor, inserção social, econômica, cultural. Por trás dos determinantes imediatos da saúde (educação, habitação, emprego decente, segurança alimentar, proteção social e cuidados universais de saúde) encontram-se os determinantes estruturais mais profundos, incluindo as relações desiguais de poder e o acesso desigual aos recursos e às tomadas de decisão. A ampliação das iniquidades e a discriminação institucionalizada através de eixos de classe, raça, gênero, etnicidade, casta, indigenidade, idade e capacidade/discapacidade contribuem para a impossibilidade de atingir boa saúde (NOGUEIRA,2011). E é na complexidade dessas mediações que está a intervenção do Serviço Social na saúde.

Ea maior parte das alunas não identificaram que apesar do papel do Serviço Social se articular com os objetivos da atuação, são coisas distintas. Na Política Pública de Saúde, o Serviço Social vinculado ao projeto ético-político da profissão objetiva identificar os “ [...] aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos que atravessam o processo saúde-doença vivenciado pelos usuários, e seus familiares e amigos, mobilizando estratégias para o enfrentamento dessas questões [...]” (MATOS,2013,p.119).

Em uma das respostas expostas a mediação de conflitos aparece como competência e atribuição do Serviço Social. Como podemos ver no fragmento a seguir:

O Assistente Social tem competências e atribuições na saúde, podendo ser uma mediação de conflitos familiares... (Estudante 12)

Em pesquisa anteriormente realizada, a autora deste artigo (ADAME, 2014), expõe que a mediação de conflitos aparece como umas das principais demandas postas pela instituição empregadora aos assistentes sociais. Os assistentes sociais são convocados a mediar conflitos entre os profissionais da saúde e os familiares e, também, entre os próprios familiares. É muito comum que o Serviço Social em todas as Políticas Públicas seja chamado a intervir e solucionar os conflitos, seja entre o usuário e os outros profissionais, seja entre o usuário e sua família, como se os assistentes sociais tivessem um aporte técnico-operativo ou teórico-metodológico próprio para solucionar essas questões. A mediação de conflitos sempre acontece de forma a dar recomendações às partes envolvidas, apoiá-las e também coagí-las, o que não se configura como competência profissional e, muito menos, atribuição privativa do Serviço Social - segundo a lei de regulamentação profissional.

Quanto à pergunta sobre as expressões da questão social, algumas alunas demonstraram entendimento quanto à explicação teórica sobre esta categoria, **mas poucas conseguiram responder quais são as principais expressões da questão social atendidas na política de saúde**. Sendo essas expressões, o objeto de trabalho do Serviço Social, causa estranhamento o fato das estudantes não saberem responder que expressões são essas, de que maneiras elas se expressam no cotidiano de trabalho. Algumas estudantes também **confundiram as expressões da questão social com as demandas** dos usuários ao Serviço Social, conforme podemos verificar nas seguintes respostas:

- Demora no atendimento, não-atendimento, solicitação de medicamentos. (Estudante 1)
- Concessão de benefícios previdenciários. (Estudante 4)
- Dificuldades diárias nos atendimentos e garantias de direito. (Estudante 5)
- Problemas relacionados aos acompanhantes de pacientes em hospitais. (Estudante 7)
- Advém de pessoas mais pobres, com dificuldades econômicas, problemas familiares. (Estudante 13)

Em linhas gerais, há erros nos conteúdos elaborados nas respostas das discentes, mas não podemos esquecer que são estudantes de Serviço Social em processo de formação. De maneira geral, podemos apontar algumas questões: foram identificadas reincidentes dificuldades acerca de assuntos gerais de relevância para o Serviço Social - como a distinção entre requisições institucionais e projeto profissional; a delimitação mais concreta das expressões da questão social; e a identificação dos determinantes sociais de saúde, também

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

podemos mencionar questões mais pontuais que também nos instigaram, como: a legitimação das mediações de conflitos como objetivo do Serviço Social; a confusão acerca das expressões da questão social com as demandas institucionais ao assistente social; a responsabilização do usuário pela melhoria de sua condição de vida.

Tais questões nos gerou questionamentos, primeiro porque nenhuma das estudantes elaborou uma resposta que fosse ao encontro do que de fato é atribuição do assistente social - seja na pergunta sobre o papel do serviço social, seja na pergunta sobre os objetivos da atuação profissional. Segundo, que as respostas aos questionários sinalizam para um desafio que se dá na articulação teórico-prática. E, terceiro, mas não menos importante, as respostas podem sinalizar uma certa fragilidade nos conteúdos trabalhados acerca da dimensão técnico-operativa da profissão, o que impõe desafios à elaboração de um trabalho crítico e competente na tríplice dimensão da profissão quando essas discentes forem graduadas.

No intuito de continuarmos a discussão acerca da formação profissional e muito em virtude das suscitações provocadas na autora pela análise dos questionários respondidos, procederemos a partir deste momento com a análise dos dados coletados via plataforma googleforms, onde responderam direção, coordenação ou supervisor acadêmico da disciplina de estágio supervisionado 1 de uma Unidade de Ensino Pública e também supervisores de campo participantes do Curso de Extensão da Unirio. Cabe ressaltar que 2 (duas) docentes participaram da pesquisa e que 4(quatro) supervisoras de campo responderam ao formulário.

Podemos constatar através da análise dos formulários que todas as respondentes se formaram após a edição dos marcos regulatórios referentes ao estágio supervisionado. Também é possível inferir que as supervisoras de campo investem em sua formação continuada. Partimos do pressuposto de que a formação continuada é essencial à categoria, pois propicia o aprimoramento intelectual, técnico, teórico e político, como uma forma de qualificar o fazer dos profissionais e consolidar o Projeto Ético-Político (CFESS, 2012).

Devido aos limites de tempo e número de páginas para a elaboração deste artigo, vamos voltar nossa atenção a 1 (uma) questão que fizemos tanto aos docentes quanto aos supervisores de campo e que consideramos central para continuarmos nossa discussão. Uma das perguntas foi: Em que medida você espera que um estagiário, matriculado na disciplina de estágio supervisionado 1, compreenda as questões relacionadas abaixo ao ser inserido no

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

campo de estágio? Para essa pergunta as profissionais relacionaram as seguintes respostas aos principais temas relacionados à intervenção profissional: Não precisa compreender; Precisa compreender superficialmente e Precisa ter compreensão ampla. As respostas dos docentes a esta pergunta são apresentadas a seguir: as duas docentes responderam que o aluno precisa ter compreensão ampla acerca das **expressões da questão social** mais latentes no campo de estágio. Sobre o **conhecimento acerca das legislações principais do campo** em que vai estagiar, uma docente respondeu que o aluno não precisa compreender e a outra respondeu que precisa compreender superficialmente. Na questão sobre o **código de ética da profissão**, ambas responderam que o aluno precisa ter compreensão ampla. Para a temática acerca do **conhecimento acerca da lei de regulamentação da profissão**, ambas responderam que o aluno precisa ter compreensão ampla. Sobre **os instrumentos do Serviço Social** (fichas de atendimento, indicadores sociais, livros de registros, relatórios, pareceres, entre outros, ambas responderam que os estudantes precisam compreender superficialmente.

Ainda para a pergunta acima, sobre a temática acerca dos **objetivos do Serviço Social**, ambas as docentes responderam que o aluno precisa ter compreensão ampla. Sobre o **debate acerca do projeto ético-político** ambas responderam que o aluno precisa ter compreensão ampla. Sobre a temática acerca das **principais técnicas de intervenção do Serviço Social** (entrevista, grupo, entre outras), ambas responderam que os estudantes precisam compreender superficialmente. Já **acerca do debate sobre a dimensão teórico-metodológica**, uma respondeu que o aluno deve compreender superficialmente e a outra respondeu que precisa compreender superficialmente.

Neste momento vamos apresentar as respostas elaboradas pelas supervisoras de campo para a mesma pergunta mencionada acima. Na temática sobre o conhecimento acerca das **expressões da questão social** mais latentes no campo de estágio, 3 (três) supervisoras de campo responderam que o aluno precisa compreender superficialmente e 1 (uma) respondeu que precisa ter conhecimento amplo. Sobre o Conhecimento acerca das **legislações principais do campo** em que vai estagiar,<sup>2</sup> (duas) responderam que não precisa compreender e 1 (uma) respondeu que precisa compreender superficialmente, e a outra respondeu que precisa ter compreensão ampla. Na temática sobre o **código de ética da profissão**, 2 (duas) responderam que precisa ter conhecimento superficial, e 2 (duas) responderam que precisa ter

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

conhecimento amplo. Sobre o conhecimento acerca da **lei de regulamentação da profissão**, 2 (duas) responderam que precisa ter conhecimento superficial, e 2 (duas) responderam que precisa ter conhecimento amplo. Sobre a temática acerca **dos instrumentos do Serviço Social** (fichas de atendimento, indicadores sociais, livros de registros, relatórios, pareceres, entre outros, 1 (uma) respondeu que não precisa compreender, 2 (duas) responderam que precisa ter conhecimento superficial, e uma respondeu que precisa ter conhecimento amplo.

Ainda para a mesma pergunta, foram elaboradas as seguintes respostas acerca **dos objetivos do Serviço Social**, 2 (duas) responderam que precisa ter conhecimento superficial, e 2 (duas) responderam que precisa ter conhecimento amplo. Sobre **o debate sobre o projeto ético-político**, 2(duas) responderam que precisa ter conhecimento superficial, e 2(duas) responderam que precisa ter conhecimento amplo. Sobre a temática acerca das **principais técnicas de intervenção do Serviço Social** (entrevista, grupo, entre outras), 3 (três) responderam que deve ter conhecimento superficial e 1 (uma) respondeu que deve ter conhecimento amplo. Sobre o debate sobre **a dimensão teórico-metodológica**, 2 (duas) responderam que precisa ter conhecimento superficial, e 2 (duas) responderam que precisa ter conhecimento amplo.

Em linhas gerais podemos verificar que existe uma disparidade entre as respostas dos supervisores de campo e as respostas dos dirigentes e supervisores acadêmicas de uma Escola de Serviço Social. Podemos verificar que os dirigentes e supervisores acadêmicos são mais exigentes quanto aos aspectos formativos dos discentes para ingresso em campo de estágio do que os supervisores de campo que irão recebê-los. Se cruzarmos estes dados com os coletados junto aos questionários respondidos pelos estudantes de Serviço Social, podemos inferir que a superficialidade de suas respostas e os possíveis equívocos quanto a apreensão acerca dos objetivos e objeto de trabalho do Serviço Social vão de encontro ao que os supervisores de campo esperam quando esses estudantes ingressam no campo de estágio, mas estão na contra-mão do que os docentes esperam de base na formação para que estes estudantes sejam recebidos no campo de estágio<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> Importa ressaltar que as alunas do curso de Serviço Social, que as docentes da Escola que responderam ao questionário e que as supervisoras de campo não pertencem e não tem relação direta com uma mesma Unidade de Ensino. É importante sinalizar também que em termos quantitativos nossa pesquisa não tem elementos para chegar a conclusões finais, mas apenas para trazer os dados coletados para reflexão e problematização.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Fica evidenciado que a discussão sobre os desafios no processo de formação necessitam de problematizações urgentes, visto que o que está em risco é a formação de profissionais que diante das fragilidades, durante o processo de formação, no que concerne à tríplice dimensão da nossa profissão, podem estar fadados a atuações empiristas, pragmáticas, burocráticas, conservadoras e destoadas de qualquer atuação crítica. Acreditamos que a articulação entre Universidade e campo de estágio e entre supervisores de campo, supervisores acadêmicos, discentes de Serviço Social, é imperativa para que esses estudantes tenham uma formação que efetivamente contribua na conversão das análises críticas em posturas profissionais que, de fato, busquem solidificar uma contra-hegemonia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final deste trabalho com a certeza de que o debate acerca do estágio supervisionado em Serviço Social não se encerrará nele, afinal, os dados coletados para a elaboração deste artigo apenas foram o pontapé inicial desta discussão.

É sabido que vivemos na contemporaneidade a privatização do Ensino Superior, expresso na expansão do número de matrículas nas Unidades de Ensino Privada, no aumento no número das Unidades de Ensino Privadas e na expansão do Ensino à Distância. Tais aumentos e expansões colocam em xeque o projeto de formação e o Projeto Ético-Político da categoria profissional.

Discutir o estágio supervisionado é desafiador, tendo em vista esse contexto de austeridade com retirada de direitos, de acirramento da questão social, de privatização do Ensino, e requer que reflitamos sobre estratégias que garantam a formação e o trabalho profissional qualificados e alinhados ao projeto profissional hegemônico.

Como estratégias podemos indicar: a) a aproximação entre os supervisores de campo, acadêmicos e estagiários; b) a implementação de Fóruns de Estágio e de comissões voltadas ao estágio supervisionado; c) garantia do debate acerca da vinculação entre formação e trabalho profissional, visando consolidar e fortalecer o Projeto Ético-Político profissional e d) construir coletivamente ações que visem a romper com a fragmentação teórico-prática durante o processo de formação dos assistentes sociais.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Como nos canta Milton Nascimento: “Tem gente que vem e quer voltar. Tem gente que vai querer ficar”, prosseguimos, então, com o desafio de discutir a formação profissional na perspectiva da implementação do projeto de profissão expresso das Diretrizes Curriculares da Abepss de 1996 em seus princípios, diretrizes e fundamentos éticos, políticos, teóricos e metodológicos. Ficar expressa as inúmeras inquietações provocadas durante o Curso de extensão sobre Estágio Supervisionado da Unirio. Ficar expressa o compromisso ético-político da autora com o projeto de formação defendido pela categoria. Como atesta Guerra (2019), um projeto de formação coerente e consistente deve estar alinhado e deve ser orientado por um projeto de profissão que explicita claramente de que Serviço Social estamos falando, onde seja evidenciada uma clara concepção de profissão, de seus objetivos, objetos de trabalho, o conjunto de atribuições e competências profissionais. Desta forma, é nodal que discutamos o processo de formação dos estudantes de Serviço Social, pois estamos incorrendo no risco de formarmos profissionais com densidade teórica, mas com poucas ou nenhuma possibilidade de intervenção crítica na realidade.

## BIBLIOGRAFIA

ADAME, Ingrid. O trabalho dos assistentes sociais em urgência e emergência (Refletindo sobre) As particularidades do atendimento no espaço socio-ocupacional. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense, 2014.

Associação Brasileira de Pesquisa e Serviço Social (ABEPSS). Diretrizes Curriculares, 1996.

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Estágio, 2009.

CARVALHO, Raul e Yamamoto, Marilda. Relações sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 22ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Lei 8662 de Regulamentação da Profissão, Brasília, 1993.

\_\_\_\_\_. Código de Ética do Assistente Social, Brasília, 1993.

GUERRA, YOLANDA. Consolidar Avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. 2ª Edição, Campinas:Papel Social, 2019.

IAMAMOTO, Marilda. Serviço Social em tempo de capital fetiche. 2ª Edição. Paulo: Cortez Editora, 2008.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

LEWGOY, Alzira. Supervisão de Estágio em Serviço Social. Desafios para a formação e o exercício profissional, São Paulo: Editora Cortez, 2010.

NOGUEIRA, Vera. DETERMINANTES SOCIAIS DE SAÚDE E A AÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS – UM DEBATE NECESSÁRIO. Revista Serviço Social & Saúde. UNICAMP Campinas, v. X, n. 12, Dez. 2011.  
file:///C:/Users/casa/Downloads/3.Nogueira%20(1).pdf

PAULA, Luciana, SILVA, Nicole e SATO, Maria. A compreensão da relação teoria e prática no campo da formação profissional em serviço social. Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2019.

Pini; Santos, Francisca; Cláudia. A transversalidade do ensino da prática na formação profissional do assistente social e o projeto ABEPSS itinerante. Brasília: Temporalis, número 25, 2013.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral  
Eixo Temático - Serviço Social, Trabalho e Formação Profissional

## **SERVIÇO SOCIAL, POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DA CATEGORIA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 13.935/2019 NO ESTADO DE MINAS GERAIS.<sup>1</sup>**

### **SOCIAL WORK, EDUCATION POLICY AND CATEGORY ORGANIZATION FOR THE IMPLEMENTATION OF LAW 13.935/2019 IN THE STATE OF MINAS GERAIS.**

José Ribeiro Gomes<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem o objetivo de inquirir reflexões analíticas acerca do Serviço Social, Política de Educação e a organização da categoria para a implementação da Lei 13.935/2019 no Estado de Minas Gerais. O presente texto é produto das reuniões da comissão de Serviço Social e Educação do CRESS-MG/6ª Região realizada entre os anos de 2019 a 2021. Nesses vinte anos de luta o Conjunto CFESS/CRESS/ABEPSS e ENESSO pautaram essa bandeira, se tornando uma agenda prioritária da categoria e das e dos estudantes de Serviço Social, nessa direção foram articuladas e realizadas diversas ações. O texto destaca os compromissos e desafios para a categoria dar materialidade às suas competências e atribuições profissionais nos espaços sócio ocupacionais da escola, buscando concretizar e efetivar direitos previstos nas políticas sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Serviço Social; Educação; Implementação da Lei 13.935/2019.

**ABSTRACT:** This article aims to inquire analytical reflections about Social Work, Education Policy and the organization of the category for the implementation of Law 13.935/2019 in the State of Minas Gerais. This text is the product of the meetings of the Social Service and Education Commission of CRESS-MG/6th Region held between the years 2019 to 2021. In these twenty years of struggle, the CFESS/CRESS/ABEPSS and ENESSO set guided this banner, becoming a priority agenda of the category and of the students of Social Work, in this direction, several actions were articulated and carried out. The text highlights the

<sup>1</sup> O presente texto é produto das Reuniões da comissão de Serviço Social e Educação do CRESS-MG/6ª Região realizadas entre os anos de 2019 a 2021, Encontros do conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO ao longo de duas décadas, e demais disputas para garantir a inserção de Assistentes Sociais e Psicólogos/as na política de educação.

<sup>2</sup> Assistente Social, Mestre em Estado, Governo e Políticas Públicas pela FLACSO – Brasil, Especialista em Educação para as Relações Étnico-Raciais – UFOP/MG, Especialista em Gestão de Programas e Projetos Sociais – UNA, Vice presidente do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais (CRESS-MG/6ª - Região), coordenador das Comissões de Serviço Social e Educação e Orientação e Fiscalização – COFI/MG. [Citações bibliográficas:](#) GOMES, J. R. – E-mails: [joseribeirog@yahoo.com.br](mailto:joseribeirog@yahoo.com.br) / [joserbgomes88@gmail.com](mailto:joserbgomes88@gmail.com) - <http://lattes.cnpq.br/1485511037558265>

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

commitments and challenges for the category to give materiality to its competences and professional attributions in the sócio occupational spaces of the school, seeking to concretize and implement rights provided for in social policies.

KEYWORDS: Social Service; Education; Implementation of Law 13.935/2

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem o objetivo de inquirir reflexões analíticas acerca do Serviço Social, Educação e a organização política da categoria para a implementação da Lei 13.935/2019, desafios e perspectivas no Estado de Minas Gerais.

Nesta trajetória de 86 anos do Serviço Social no Brasil como profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho têm a aproximação inicial com a tradição marxista, onde o aprofundamento da interlocução com o pensamento marxiano fornece o alicerce teórico-metodológico para apreender a realidade sob uma perspectiva de totalidade e desde então vem sendo construído pelo conjunto CFESS/CRESS um processo de hegemonia profissional contra o pragmatismo, o conservadorismo e as lutas pela defesa intransigente dos direitos e da democracia.

O Serviço Social é uma profissão de caráter sociopolítico, crítico e interventivo, que se utiliza de instrumental científico, bebendo na fonte das Ciências Humanas e Sociais para análise e intervenção nas diversas manifestações da “questão social”. O caráter sociopolítico da profissão é materializado por meio das bandeiras de lutas, das ações e protagonismo dos profissionais e das entidades representativas (CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO) no cotidiano frente aos desafios que estão postos para profissão.

Nesse bojo destacamos a organização política dos assistentes sociais como uma construção coletiva da categoria que envolve o exercício profissional, a formação profissional e produção do conhecimento, a militância estudantil e sindical<sup>3</sup> que tem ousado se posicionar

---

<sup>3</sup> Perspectiva apresentada e defendida pela Profa. Dra. Sâmya Rodrigues Ramos conforme o artigo: RAMOS, Sâmya Rodrigues. Organização política dos (as) assistentes sociais brasileiros(as): a construção histórica de um patrimônio coletivo na defesa do projeto profissional *In: Serviço Social e Sociedade* n° 88. São Paulo: Cortez, 2006.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

publicamente refletindo o compromisso político com a defesa intransigente e necessária das políticas sociais públicas e da liberdade como valor ético central.

A luta se dá no cotidiano de trabalho, resistimos aos desmandos do capital e concretizamos os sonhos, quanto aos novos tempos, construímos diariamente em conjunto com a categoria, para concretizar e fortalecer o nosso projeto ético político e nosso código de ética.

Visto que diversas determinações, inicialmente, eram desconhecidas e que estas, conforme esclarecidas, são de fato complexas, tornaram-se imprescindíveis à recorrer as produções de autores/as e Brochuras produzidas pelo conjunto CFESS/CRESS, entre outros que discute e lutam pela implementação da lei na rede pública do ensino básico.

Opetei por utilizar a pesquisa bibliográfica, documental, uma vez que estas proporcionam maior aproximação com fatos e dados históricos.

Para o desenvolvimento do artigo, vali-me da teoria social crítica como método, entendendo que a dialética é a ciência que estuda a sociedade a partir da concretude dos fatos, sem desprezar o campo das idéias, o que leva a entender a sociedade de forma mais ampla, evidenciando as suas contradições e transformações.

No capítulo 1 - A luta do Serviço Social para inclusão de assistentes sociais na política de educação, o objetivo é fazer um breve resgate da luta do Serviço Social para implementação da Lei 13.935/2019 no entendimento de elucidar a categoria a trajetória percorrida e o trabalho realizado pelo CRESS – 6.a Região através da comissão de Serviço Social e Educação no desenvolvimento das ações para implementação da lei 13.935/2019 que prevê a prestação de serviços de Assistentes Sociais e Psicólogos/as na rede pública de educação básica nos 853 municípios mineiros e no âmbito estadual.

Já no capítulo 2 - O papel do assistente social na política de Educação será apresentado o conjunto de brochuras, textos, cartilhas, entre as diversas produções divulgadas pelo conjunto CFESS/CRESS, onde possibilita acompanhar a luta e os avanços do e da assistente social nesse processo. Cada documento tem um valor ímpar e significativo, que foram contribuindo e consolidando as conquistas e os avanços obtidos pela categoria, com destaque para as atribuições e competências do/a assistente social, demonstrando o quão é imprescindível a presença de assistentes sociais e psicólogos nos espaços educativos, em

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

especial à rede pública de educação básica, por essa receber o maior contingente de estudantes da população.

Vale destacar a importância social, política, econômica e cultural, na averiguação da subsistência desse contingente em sua totalidade, em que se apreendem quais os direitos desses sujeitos e se há violação.

E por fim no capítulo 3 - O CRESS/MG na luta pela implementação da Lei 13.935/2019 apresenta os desafios para implementação da Lei 13.935/2019 no estado de Minas Gerais e nos 853 municípios.

Da mesma forma, destaco a configuração da sociedade pós-moderna, influenciada por uma estrutura global de tendências homogeneizantes, pragmática e fortalecida pelo modelo econômico capitalista, agindo em favor da opressão voltada aos mais pobres no Brasil.

A relevância deste artigo está fundamentado, na necessidade de conhecer o processo de trabalho dos assistentes sociais e a realidade que será encontrada e a ser enfrentada por estes/as profissionais que compõem o quadro de servidores da educação na rede de ensino da educação básica estadual e municipal. Mediante ao colocado, apresento no capítulo 5 as minhas considerações finais.

### **A LUTA DO SERVIÇO SOCIAL PARA INCLUSÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO.**

O objetivo deste capítulo é fazer um breve resgate da luta do Serviço Social para inclusão de assistentes sociais na Educação, demonstrando para a categoria a trajetória percorrida e o trabalho realizado pelo CRESS – 6.a Região através da comissão de Serviço Social na Educação no desenvolvimento das ações para implementação da lei 13.935/2019 que prevê a prestação de serviços de Assistentes Sociais e Psicólogos/as na rede pública de educação básica nos 853 municípios mineiros e no âmbito estadual. Portanto é fundamental

adensar a luta pelo acesso à educação pública como direito social, laico, gratuito, socialmente referenciado, presencial e de qualidade, entendendo que as (os) profissionais de Serviço Social e de Psicologia podem realizar nesse espaço ocupacional, a partir da direção presente no projeto ético-político profissional, qual seja, o exercício de sua autonomia profissional com competência crítica, propositiva,

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

em uma perspectiva de totalidade, construindo mediações para emancipação humana. (CFESS, CRP. 2021).

Neste sentido a educação deve ser entendida como uma dimensão da vida social, não se restringindo somente ao ensino e aquisição de conhecimentos; portanto, deve ser entendida como um processo permanente de formação que não se restringe aos muros da escola, mas que envolva outros atores como a família e as diversas políticas públicas que atendem os territórios que estão inseridos as e os alunos e indivíduos.

Nesses mais de vinte anos de luta o Conjunto CFESS/CRESS/ABEPSS e ENESSO sempre pautou essa bandeira, se tornando uma agenda prioritária da categoria e das e dos estudantes de Serviço Social, nessa direção foram articuladas e realizadas diversas ações, como: Congressos, eventos do Serviço Social na Educação, Encontros, Reuniões mensais da comissão de Serviço Social e Educação/CRESS, seminários, reuniões com GT do CFESS, além da produção acadêmica de teses, artigos, cartilhas, entre as várias iniciativas do conjunto CFESS/CRESS.

Todas essas ações realizadas ganharam espaço político e visibilidade junto à categoria e sociedade, sempre na direção de ampliar e fortalecer a temática e assim, trazer esclarecimentos sobre a importância do assistente social na política de educação, além de articular com a base e com os movimentos sociais e entidades representativa da classe trabalhadora, sendo esta uma das estratégias que ganhou força no decorrer da luta.

Nesse contexto, é oportuno resgatar o 30º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS, em 2001, que disponibilizou o documento intitulado “Serviço Social na Educação“, abordando a questão da inserção das e dos assistentes sociais na Educação e sua importante contribuição nessa área, entendendo que a política de educação se inscreve como política de proteção social no conjunto de outras políticas publica que estão inscritas na Constituição Federal de 1988 como direito.

Este processo expressa o reconhecimento da visibilidade que a profissão passa a ter na política de educação, portanto, para que esse direito se concretize e atinja todas as crianças, adolescentes e jovens é necessário que o Sistema Educacional, possua estrutura física, administrativa e financeira e contar com um amplo conjunto de profissionais que reúna condições técnica, ética e política para atuar nessa área. Neste intervalo temporal, outros

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

documentos foram produzidos e sistematizados pelo CFESS, que, em conjunto com os CRESS foram adensando a luta.

“A inserção do profissional de Serviço Social nessa atuação nos impõe, portanto, uma tarefa /desafio, que é o de construir uma intervenção qualificada enquanto profissional na educação, que tem como um dos princípios fundamentais o seu Código de Ética Profissional o “posicionamento à favor da equidade e da justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços e programas sociais, bem como sua gestão democrática”. (CFESS. Serviço Social na Educação. 2001).

Segundo Almeida (2011) a atuação do/a assistente social na política de educação deve se pautar no Código de Ética profissional. Não pode prescindir de uma análise concreta dos discursos que sustentam os diferentes programas, projetos e ações e de suas vinculações ideológicas aos projetos educacionais em disputa na sociedade, evidenciando os desafios sobre a inserção das e dos assistentes sociais na política de educação, assim descrito pelo professor Ney.

A inserção dos Assistentes Sociais na educação coloca os desafios de compreender e acompanhar teórica e politicamente como que as requisições postas a eles estão articuladas às tendências contraditórias da ampliação das formas de acesso e permanência na educação escolarizada diante de um cenário em que a realidade local encontra-se cada vez mais imbricada com a dinâmica da mundialização do capital. (ALMEIDA, 2011, P.24).

As e os assistentes sociais têm o desafio de desvelar esse aparente consenso em torno da “inclusão educacional” nos diferentes níveis e modalidades da política de educação. Requer compreender que sua inserção nos estabelecimentos educacionais é historicamente determinada pelas disputas em torno da consolidação e do alcance da educação pública, laica e de qualidade como um direito social.

“O que significa que precisamos empreender uma construção coletiva, (enquanto categoria profissional), que será caracterizada por caminhos e experiências diferenciadas, mas como o mesmo propósito” ( CFESS. Serviço Social na Educação. 2001).

Com esse propósito, aliados a um conjunto de atores, destaca-se a importante parceria com a categoria dos/as psicólogos/as, representados pelo sistema CFP/CRP, ABRAPÉE, PSIND e demais representações que fortaleceram e ampliaram o movimento em curso para promulgação da lei. Com certeza foi à aliança entre as duas profissões que de forma articulada e apoio das entidades representativas das duas categorias conseguiu abrir caminhos e alianças

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

na direção da conquista alcançada. Assim chegamos à aprovação e promulgação da Lei 13.935/2019.

A partir de então iniciamos uma nova disputa política, a implementação da Lei nos Estados e municípios. Outro ponto a se destacar foi a luta desenvolvida no ano de 2021 no congresso nacional para a incorporação das e dos assistentes sociais e psicólogos/as no novo Fundeb Lei nº 14.276, de 27 de dezembro de 2021 que Altera a Lei nº [14.113](#), de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), como fonte pagadora das suas remunerações e reconhecimento como profissionais da educação.

Torna-se oportuno registrar a necessidade de constituir uma Coordenação Nacional composta por entidades das categorias profissionais do Serviço Social e da Psicologia (assistentes sociais e psicólogos/as, que tem elaborado documentos com o intuito de subsidiar as categorias, assim como o poder executivo e legislativo em âmbito estadual e municipal.

Nesse documento destacam-se as atribuições das e dos assistentes sociais e de psicólogas/os separadamente, assim como, as competências comuns, o que esclarece dúvidas sobre as especificidades de cada profissão.

Vale destacar a criação do Observatório da Educação pelo conjunto CFESS/CRESS com o propósito de auxiliar os regionais no acompanhamento e implementação da Lei pelos municípios e estados, além de ser um espaço de consulta para a categoria.

## **O PAPEL DO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO.**

A produção de um conjunto de livros, brochuras, textos, cartilhas, divulgadas pelo conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO, possibilita acompanhar a luta e os avanços do e da assistente social nesse processo. Cada documento tem um valor ímpar e significativo, que foram contribuindo e consolidando as conquistas e os avanços obtidos pela categoria, orientadas pelo conjunto de normativas e leis que regulamenta o exercício profissional, onde:

As atribuições e competências dos/as assistentes sociais, sejam aquelas realizadas na educação ou em qualquer outro espaço sócio ocupacional, são orientadas e norteadas pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional de 1993 (CEP), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), bem como nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Estes instrumentos afirmam a concepção

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

de projeto ético - político profissional hegemônica no Serviço Social brasileiro, gestada desde o final dos anos 1970. (Cartilha Serie 3 do CFESS (Gestão 2011-2014) - TRABALHO E PROJETO PROFISSIONAL NAS POLÍTICAS SOCIAIS: SUBSÍDIOS PARA A ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO).

Nessa direção é fundamental observar no documento sobre o que tange das competências e atribuições das e dos assistentes sociais estejam em consonância com as legislações e com o projeto ético - político profissional hegemônico no Serviço Social onde, segundo Marilda:

Tais princípios, direitos e deveres, articulados às atribuições e competências, devem ser observados e respeitados tanto pelos/ as profissionais, quanto pelas instituições empregadoras. Vale lembrar que competências “expressam a capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, mas a ela concernentes em função da capacitação dos sujeitos profissionais” e atribuições se referem “às funções privativas do/a assistente social, isto é, suas prerrogativas exclusivas” (Iamamoto, 2002, pág. 16).

O/a assistente social tem como base para sua atuação a Lei que regulamenta a profissão e traz reflexões para a sua intervenção profissional em consonância com

as competências e atribuições dos/as assistentes sociais, nessa direção e com base na Lei de Regulamentação da Profissão, requisitam do/a profissionais algumas competências gerais que são fundamentais à compreensão do contexto sócio-histórico em que se situa sua intervenção, a saber:

- apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade;
- análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e as particularidades regionais;
- compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, no cenário internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, 1996).

As reflexões acima apontam, ao mesmo tempo, compromisso e desafio para a categoria dar materialidade às suas competências e atribuições profissionais nos diferentes espaços sócio ocupacionais, buscando concretizar e efetivar direitos previstos nas políticas sociais, bem como lutar pela consolidação e ampliação desses direitos.

As competências permitem ao/à profissional realizar a análise minuciosa e crítica da realidade e construir as devidas estratégias necessárias para responder às demandas sociais

que estão normatizadas na Lei 8.662/1993 que regulamenta a Profissão das/os assistentes sociais em sua atuação profissional.

Desse modo é oportuno trazer para o debate o que está colocado como princípios e valores no Código de Ética Profissional do/a Assistente Social (1993) para nortear a atuação profissional, sendo eles:

- I - Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II - Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III - Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV - Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V - Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI - Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VII - Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII - Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação exploração de classe, etnia e gênero;
- IX - Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- X - Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- XI - Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, 1993, Pag.: 23 e 24).

Neste sentido, apontar as referências legais, normativas e fundamentos do Serviço Social como elementos fundamentais de fortalecimento e sustentação para a atuação profissional para alavancar a consolidação de novos espaços sócios ocupacionais conquistados com a implementação da lei 13.935/2019.

Assim, na perspectiva de fortalecimento do projeto ético-político profissional, o trabalho do/a assistente social na Política de Educação pressupõe referência a uma concepção de educação emancipadora, que possibilite aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano. A garantia da qualidade da educação que

deve pautar a atuação profissional se ancora na perspectiva de uma educação que contribua para emancipação humana.

Nesse sentido, há muito a ser construído e um longo caminho a ser percorrido para que esta luta possa produzir, retratar e sustentar os caminhos já traçados, assim como as ações em curso tenham como base e reconhecimento todo caminho traçado e já percorrido.

Após aprovação da Lei 13.935/2019 torna-se urgente sua implementação nos Estados e municípios e para que ocorra, o conjunto CFESS/CRESS traz esta pauta como prioritária, no sentido de avançar e fortalecer a luta pela nossa inserção na política de educação.

Seguindo nesta direção as entidades nacionais das duas categorias (assistentes sociais e psicólogos/as publicou no ano de 2021 um caderno de orientações para fortalecer os processos de articulação e implementação Lei 13.935/2019 nos Estados e municípios da federação, cujo documento intitulado “Psicólogas(os) e Assistentes Sociais na rede pública de educação básica: Orientações para regulamentação da Lei 13.935/2019”, onde descreve as atribuições da (o) assistente social nas redes públicas de educação básica da seguinte forma:

A inserção de profissionais de serviço social nas redes públicas de educação básica, e mais amplamente na política de educação, está no bojo da garantia e acesso aos direitos sociais, como direito do cidadão e dever do Estado.

O trabalho desses profissionais, compondo equipes multiprofissionais juntamente com professores, pedagogos e outros sujeitos, sem dúvida ensejará um atendimento integral ao corpo técnico e ao corpo discente no processo ensino-aprendizagem em toda sua complexidade, que exige cada vez mais atenção em uma perspectiva totalizante. Dentre outras atribuições, o assistente social nas redes de educação básica possibilita:

1. Contribuir com o direito à educação, bem como o direito ao acesso e permanência na escola com a finalidade da formação dos estudantes para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho e sua participação na sociedade;
2. Subsidiar a elaboração de projetos pedagógicos, planos e estratégias, a partir de conhecimentos de políticas sociais, bem como do exercício e da defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
3. Contribuir para a garantia da qualidade dos serviços aos estudantes, garantindo o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente, contribuindo assim para sua formação, como sujeitos de direitos;
4. Participar da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas voltadas à educação;
5. Contribuir no processo de ensino-aprendizagem de modo a assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
6. Contribuir no fortalecimento da relação da escola com a família e a comunidade, na perspectiva de ampliar a sua participação na escola;
7. Aprimorar a relação entre a escola, a família e a comunidade de modo a promover a eliminação de todas as formas de preconceito;

8. Intervir e orientar situações de dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, evasão escolar, atendimento educacional especializado;
  9. Contribuir com o processo de inclusão e permanência dos alunos com necessidades educativas especiais na perspectiva da inclusão escolar;
  10. Criar estratégias de intervenção frente a impasses e dificuldades escolares que se apresentam a partir de situações de violência, uso abusivo de drogas, gravidez na adolescência, assim como situações de risco, reflexos da questão social que perpassam o cotidiano escolar;
  11. Atuar junto às famílias no enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos humanos e sociais, como a própria educação;
  12. Favorecer o processo de inclusão e permanência do estudante com necessidades educativas especiais;
  13. Participar de ações que promovam a acessibilidade;
  14. Fortalecer e articular parcerias com as equipes dos Conselhos Tutelares, CRAS, CREAS, unidades de saúde, movimentos sociais dentre outras instituições, além de espaços de controle social para viabilizar o atendimento e acompanhamento integral dos estudantes;
  15. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda;
  16. Viabilizar o acesso a programas, projetos, serviços e benefícios sociais aos estudantes e suas famílias por meio de rede intersetorial no território, fortalecendo a permanência escolar;
  17. Realizar assessoria técnica junto à gestão escolar, bem como participar dos espaços coletivos de decisões;
  18. Contribuir em programas, projetos e ações desenvolvidos na escola que se relacionem com a área de atuação;
  19. Contribuir na formação continuada de profissionais da rede pública de educação básica.
- Parágrafo único. A atuação do assistente social no âmbito da rede pública de educação básica dar-se-á na observância das leis, regulamentações, instrumentais teóricos e metodológicos do Serviço Social. (“Psicólogas (os) e Assistentes Sociais na rede pública de educação básica: Orientações para regulamentação da Lei 13.935/2019”, pág. 37, 38 - 2021).

Ainda, o referido documento trata de outro aspecto que merece destaque sobre os critérios e instruções a serem seguidas para a elaboração dos processos seletivos e editais que devem ser observados para a seleção desses/as profissionais para composição dos quadros de servidores/as da educação básica.

Os processos seletivos e editais que contemplem a função de psicólogo e de assistente social para atuar na educação básica atendam os seguintes critérios listados abaixo:

- a - O ingresso em serviço público seja por meio de concurso público;
- d. Graduação em Serviço Social com inscrição ativa no Conselho Regional de Serviço Social;
- g - Os conteúdos das provas específicas para os profissionais de serviço social devem fundamentar-se nas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social, e referenciados nos Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação e nos temas que se relacionam com a área educativa como: diversidade humana e direitos humanos, questões étnico-raciais, de gênero, diversidade sexual e os contextos de violência, relação família e escola; evasão escolar; garantia dos

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

direitos das crianças e de adolescentes; escola e políticas sociais, entre outros. (“Psicólogas (os) e Assistentes Sociais na rede pública de educação básica: Orientações para regulamentação da Lei 13.935/2019”, pág. 40 - 2021).

A referida proposta de Projeto de Lei descrita no caderno de orientações “Psicólogas (os) e Assistentes Sociais na rede pública de educação básica: tem como ponto norteador todos os critérios e pontos relacionados as atribuições e competências para a atuação da/o assistente social na política de educação servindo como referência na construção de leis para a regulamentação da Lei nº 13.935/2019.

### **O CRESS/MG NA LUTA PELA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 13.935/2019.**

O CRESS/MG destacou como prioridade a implementação da Lei 13.935/2019 no estado de Minas Gerais. A comissão de Serviço Social na Educação é composta por representantes da base, diretores/as da sede e seccionais, em articulação com o sistema CFP/CRP e sub sedes; Sindicato das Psicólogas e Psicólogos de MG – PSIND; Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – ABEP; Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional – ABRAPEE; Conselho Federal de Serviço Social – CFESS.

Diversas ações foram desencadeadas pelas entidades nominadas para a promulgação e implementação da lei, vale destacar a elaboração do principal documento norteador do conjunto CFESS/CRESS e sistema CFP/CRP para dar subsídios a gestão dos CRESS no desenvolvimento de suas ações via comissão, dando conhecimento aos assistentes sociais e psicólogos/as da importância dessa luta, assim como, mobilizar e articular iniciativas no âmbito dos municípios do estado de MG.

Outras intervenções reforçam a aprovação de legislações no âmbito municipal e estadual, como envio de correspondências aos chefes do executivo e legislativo, Ministério Público, interlocução com a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e elaboração de pareceres e documentos que buscam esclarecer sobre a urgência de tratar sobre a inserção/contratação de assistentes sociais e psicólogos na Educação Básica.

Na direção de ampliar as estratégias de mobilização, diversas Lives e reuniões da comissão foram realizadas, especialmente por meio das SECCIONAIS e dos NAS, (núcleos

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

de assistentes sociais que se organizam nas diversas regiões do estado objetivando facilitar o debate, articulação política e encaminhamentos das demandas da categoria).

Como forma de fortalecer as articulações no interior foram realizadas reuniões on line, com as lideranças das duas categorias, Associação de Municípios Mineiros – AMM, Conselhos municipais de educação e grupos, nas quais, sob orientação da Coordenação da comissão, devem encaminhar o debate/processo de luta dos municípios. Alguns municípios conseguiram avançar, inclusive na elaboração e aprovação dos Projetos de Lei e contratação de profissionais.

Sabemos que o processo exige uma permanente articulação, não só no âmbito da categoria, mas das entidades como um todo, dada a necessidade da elaboração de Projetos de leis e trabalhar para aprovação dos mesmos.

Destacam-se ainda a realização de audiências pública que tem gerado encaminhamentos promissores, onde esperamos alcançar resultados significativos na direção de contar com equipes multiprofissionais na Educação Básica, conforme prevê a lei, neste sentido obtivemos o resultado da contratação de 460 profissionais, sendo 230 assistentes sociais e 230 Psicólogas para atuarem pela secretaria estadual de educação, onde a luta é pela realização de concursos públicos específicos para assistentes sociais e psicólogos/as na política de educação, além de outros aspectos que assegurarão a participação desses profissionais nessa política.

Uma aliança estratégica e fundamental foi construída com a Promotora de Justiça e coordenadora da Coordenadoria Estadual de Defesa da Educação que distribuiu a incumbência a todas as Comarcas do Estado, solicitando o acompanhamento sobre a implementação da lei 13.935/19 nos municípios de sua abrangência.

Esta ação demarca o avanço no processo de articulação das entidades da categoria. Acredita-se que a estratégia da Comissão, de fazer contatos por meio dos NAS e Seccionais, mobilizando as categorias em suas bases e também com lideranças políticas está surtindo efeito, porque gradativamente, percebe-se que a pauta ganhou espaço na mídia, governos, sociedade organizada e amplia o movimento no âmbito das categorias.

Por fim, destacamos a importância desse processo no estado de MG, e convocamos as e os profissionais do Serviço Social a somar nessa luta, pois há uma vasta agenda e um longo

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

caminho a ser percorrido, é preciso investir e acreditar que com a implementação da Lei, a política de Educação terá melhores condições de assegurar o acesso e permanência de crianças, adolescentes e jovens nas escolas.

De outro lado, surgem diversos desafios sobre a forma de garantir o orçamento para pagamento dos profissionais mesmo após garantia do FUNDEB como fonte de custeio por meio da Lei nº 14.276, de 27 de dezembro de 2021 que Altera a Lei nº [14.113](#), de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Assim está explícito na referida Lei:

"Art. 26-A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão remunerar, com a parcela dos 30% (trinta por cento) não subvinculada aos profissionais da educação referidos no inciso II do § 1º do art. 26 desta Lei, os portadores de diploma de curso superior na área de psicologia ou de serviço social, desde que integrantes de equipes multiprofissionais que atendam aos educandos, nos termos da Lei nº 13.935 de 11 de dezembro de 2019, observado o disposto no *caput* do art. 27 desta Lei."

Neste sentido o CRESS/MG, por meio das suas ações desenvolvidas e implementadas ao longo dos anos de 2020 e 2021 referentes a contratação de assistentes sociais pelos municípios e pelo estado mineiro trabalha na defesa dos direitos da categoria e no fortalecimento do Projeto Ético Político dos/as assistentes sociais. Esse processo deve ser permanente, pois os desafios a serem superados são enormes na direção de concretizar esse relevante espaço sócio ocupacional no âmbito da categoria das/os assistentes sociais centrado na perspectiva crítica e de emancipação dos sujeitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social ao longo destes anos construiu um legado de lutas pelo reconhecimento da categoria nos quadros da política de educação, assim como sua implementação pelos estados e municípios brasileiros, além do Distrito Federal.

O século XXI fica marcado por esta conquista de extrema importância para a categoria, pois se abre mais um espaço sócio ocupacional e ao mesmo tempo um avanço e ganho da educação como política pública constitucional no enfrentamento das expressões da

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

questão social e afirmação do Serviço Social como profissão, essencial para o enfrentamento desta relação turbulenta entre capital x trabalho na contemporaneidade.

Contudo, essas reflexões iniciais acerca do trabalho do/a assistente social na educação básica e as suas diversas configurações no mundo do trabalho, não se esgotam, há muito que redescobrir, estudar, pesquisar e produzir nessa área.

A defesa de um projeto profissional em consonância com o projeto ético-político e organização política da categoria, são fundamentais num período histórico em que as conquistas da sociedade brasileira estão sendo desmontadas com o avanço do conservadorismo e as pautas ultraliberais onde ataca os princípios e valores defendidos pela profissão, neste sentido, o Conjunto CFESS-CRESS expressa as suas posições concretas e cotidianas em parceria com as demais entidades, mas, sobretudo, no trabalho das e dos assistentes sociais.

Sobre este enorme desafio somado à necessidade de reconhecer, politizar e coletivizar as lutas históricas do Serviço Social brasileiro contemporâneo, o CFESS e o CRESS/MG valorizam a pluralidade, as lutas, divergências, discussões, confrontos de ideias e polêmicas teóricos políticos e metodológicas como elementos centrais e essenciais na construção e fortalecimento da profissão no Brasil, a partir dos diversos espaços ocupacionais em que estamos inseridos, inclusive o da Educação.

O texto apresenta elementos sobre a trajetória percorrida até o presente momento para a implementação da Lei 13.935/19 no Estado e municípios mineiros, as principais conquistas obtidas pela categoria e ao mesmo tempo apresenta os principais elementos sobre as atribuições e competências para a atuação do/a assistente social na política de educação.

O direito a educação “inclusiva” vai ganhando maior robustez e força, especialmente na atual conjuntura que enfrentamos, pois de um lado enfrentamos um processo de desmonte das políticas sociais e uma crise sanitária, econômica, financeira e política de maior gravidade já vivida no país, e de outro, a ausência de iniciativas governamentais imediatas para enfrentar a situação posta, que deixou milhões de famílias desprotegidas, o que impactou e impacta de forma severa o cotidiano e a vida dessas pessoas, especialmente as crianças, adolescentes e jovens.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Para tanto, a escola ocupa um lugar central nesse processo, por isso, a intensificação da luta para garantir que as políticas de proteção sociais asseguradas pela Constituição Federal de 1988 sejam mantidas, ou melhor, que alcance a todas/os de forma universal e igual.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. “Apontamentos sobre a Política de Educação no Brasil hoje e a inserção dos/as assistentes sociais”. In: CFESS. Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS, 2011.

BARROCO, Maria Lucia Silva e TERRA, Sylvia Helena. Código de Ética do/a Assistente Social comentado. Brasília: CFESS; São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/Lei-n-14.113-de-25-de-dezembro-de-2020-296390151>. Acesso em 10-01-2022.

BRASIL. [https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/Lei-n-14.276-de-27-de-dezembro-de-2021-que-Altera-a-Lei-n-14.113-de-25-de-dezembro-de-2020-que-regulamenta-o-Fundo-de-Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação \(FUNDEB\)](https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/Lei-n-14.276-de-27-de-dezembro-de-2021-que-Altera-a-Lei-n-14.113-de-25-de-dezembro-de-2020-que-regulamenta-o-Fundo-de-Manutencao-e-Desenvolvimento-da-Educacao-Basica-e-de-Valorizacao-dos-Profissionais-da-Educacao-(FUNDEB)). Acesso em 10-01-2022.

Carta de Maceió: Seguridade Social Pública é possível! IN Relatório de Deliberações XXIX Encontro Nacional CFESS/CRESS. Alagoas: CFESS, 2000. CFESS. Código de Ética Profissional do/a Assistente Social. 9 ed. revisado e atualizado. Brasília: CFESS, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. Intervenções: o marxismo na batalha das idéias. São Paulo: Cortez, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Serviço Social na Educação. Brasília. 2001.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL GT DE EDUCAÇÃO. Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação. Brasília, junho de 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - 3 SÉRIE: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. Brasília. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (BRASIL). Psicólogas (os) e assistentes sociais na rede pública de educação básica: orientações para regulamentação da Lei nº 13.935, de 2019 / Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social. — 1. ed. — Brasília: CFP, 2021.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL.1993. Pag.: 23 e 24 -  
[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf) – Acesso em 01/02/2022.

DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS - <https://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>. acesso em 14/10/2021.

[http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS\\_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf)

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do Assistente Social na atualidade IN Atribuições Privativas do/a Assistente Social – Em Questão. Brasília: CFESS, 2002. Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social IN Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.

RAMOS, Sâmia Rodrigues. Organização política dos (as) assistentes sociais brasileiros (as): a construção histórica de um patrimônio coletivo na defesa do projeto profissional In: **Serviço Social e Sociedade** nº 88. São Paulo: Cortez, 2006.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral

Eixo Temático - Serviço Social, Trabalho e Formação Profissional

## TENDÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DAS PRODUÇÕES TEÓRICAS SOBRE FAMÍLIA NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

## TENDENCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DE LAS PRODUCCIONES TEÓRICAS SOBRE LA FAMILIA EN EL TRABAJO SOCIAL BRASILEÑO

Claudio Horst<sup>1</sup>  
Ludimilla Tomaz<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo apresenta parte dos resultados alcançados na pesquisa sobre os Fundamentos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade e o debate sobre família. O objetivo geral foi analisar a produção teórica do Serviço Social brasileiro sobre família publicada nos principais periódicos da profissão, a fim de identificar os fundamentos teórico-metodológicos. Trata-se de pesquisa bibliográfica, com ênfase quali-quantitativa. As produções teóricas sobre família são sustentadas na sua grande maioria pelo debate via *política social*, pelo escasso arcabouço teórico nos textos que expressem os fundamentos teórico-metodológicos da profissão na contemporaneidade e pelas mais distintas perspectivas, como psicanalíticas, foucaultiana, gerontologia, teoria da representação social.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Família; Fundamentos do Serviço Social.

**RESUMEN:** Este artículo presenta parte de los resultados alcanzados en la investigación sobre los Fundamentos del Trabajo Social brasileño en la contemporaneidad y el debate sobre la familia. El objetivo general fue analizar la producción teórica del Trabajo Social brasileño sobre la familia publicada en las principales revistas de la profesión, con el fin de identificar los fundamentos teórico-metodológicos. Se trata de una investigación bibliográfica, con énfasis cualitativo-cuantitativo. Las producciones teóricas sobre la familia están sustentadas en su mayoría por el debate vía *política social*, por el escaso marco teórico en los textos que expresan los fundamentos teórico-metodológicos de la profesión en la contemporaneidad y por las más diversas perspectivas, como la psicoanalítica, foucaultiana, gerontológica, Teoría de la Representación Social.

**Palabras-claves:** Servicio social; Familia; Fundamentos del Trabajo Social.

<sup>1</sup> Assistente Social, Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto. Doutor em Serviço Social pela UFSC. E-mail: claudio.horst@ufop.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2226-4520>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6868178751129474>.

<sup>2</sup> Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto. E-mail: ludimilla.tomaz@ufop.edu.br

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## INTRODUÇÃO

O presente artigo busca apresentar parte dos resultados alcançados na pesquisa sobre os fundamentos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade e o debate sobre família. A pesquisa tem como objetivo geral analisar a produção teórica do Serviço Social brasileiro sobre família publicada nos principais periódicos da profissão, a fim de identificar os fundamentos teórico-metodológicos das produções.

Recentemente, a temática família retornou como centro do debate nas produções teóricas e espaços científicos do Serviço Social brasileiro. Tal movimento foi provocado pela centralidade que a família passou a ocupar nas políticas sociais a partir dos anos 2000. Com destaque para o Sistema Único de Assistências Social (SUAS) e a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que firmou como uma das categorias centrais da dimensão básica para proteção socioassistencial a *matricialidade sociofamiliar*.

Contudo, o retorno do debate tensionado pela política social vem resultando na construção teórica sobre a família sustentada por diversas referências, entre elas, das próprias políticas sociais e, sendo assim, vem apresentando limites: a) no que tange a possibilidade de desvelamento do real significado da incorporação das famílias; b) de sua função na sociabilidade capitalista; e c) da possibilidade de construir alternativas às atuais condições/relações de trabalho profissionais nas instituições junto às mesmas.

Tal cenário vem *reatualizando* no tempo presente o desafio de reafirmar a distinção entre a *política social* e o *Serviço Social*. Como também, o desafio de não incorrerem na moralização dos indivíduos, bem como na responsabilização e culpabilização das famílias pelas expressões da “questão social” que as mesmas vivenciam. Afinal, há distinções de conteúdo teórico, ético-político, cultural, filosófico entre os documentos formulado para a política social e a direção do projeto ético político do Serviço Social brasileiro.

Nesse sentido, torna-se essencial desvendarmos os fundamentos que sustentam as produções teóricas, como pressupostos para sua crítica e reconstrução de alternativas sustentadas pelos fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade, como possibilidade de avançarmos na formação e no exercício profissional de assistentes sociais mediado pelo Projeto Ético Político.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, pois o *corpus* de análise são artigos publicados nas revistas A (definido pelo Qualis CAPES 2013/2016) que versam sobre a temática família no âmbito do Serviço Social brasileiro<sup>3</sup>. Com ênfase quanti-qualitativa, guiada pelo materialismo histórico dialético. Como técnica de análise dos dados, utilizamos a análise de conteúdo do tipo *temática*.

Inicialmente realizamos as buscas nas plataformas digitais das revistas por meio das palavras-chaves: Família e Famílias. Foram selecionados todos os artigos que possuíam a palavra família/famílias no título, como uma primeira aproximação exploratória ao material. Assim, nas revistas (A1), Revista Katalysis, foram identificados 56 artigos e somente 26 foram selecionados, pois continham uma das palavras chaves no título. Na Revista Serviço Social e Sociedade, identificamos 16 artigos e 13 foram selecionados. Na Revista em Pautas, identificamos 25 artigos e 23 foram selecionados. Na Revista Políticas Públicas do Maranhão, o número de artigos identificados foram de 67 e 11 artigos foram selecionados. Na Revista Ser Social identificamos 29 artigos e selecionamos 15. Por fim, fizemos busca na Revista textos e Contextos e identificamos 54 artigos e foram selecionados 34.

Em seguida, avançamos mais uma etapa onde realizamos uma *segunda seleção exploratória* dos artigos, selecionamos apenas aqueles que discutiam diretamente sobre a temática da família, os artigos foram selecionados depois da leitura dos resumos e das palavras-chave, resultando no universo de nossa análise que ficou o seguinte: nas revistas A1: Revista Katalysis, dos 26 artigos identificados 10 permaneceram. Já na Revista Serviço Social e Sociedade, dos 13 artigos identificados 6 continuaram para análise. Nas revistas (A2), Revista em Pautas, dos 23 artigos identificados 13 permaneceram. Na Revista Políticas Públicas do Maranhão, de 11 artigos selecionados 4 permaneceram. Na Revista Ser Social selecionamos 15 artigos e 9 permaneceram para análise. Na Revista textos e Contextos de 34 artigos selecionados 14 permaneceram. Totalizando uma amostra de 56 artigos. Para a etapa da ordenação e classificação dos dados utilizamos um roteiro de análise de conteúdo. Após ordenação dos dados e classificação, iniciamos a análise propriamente

<sup>3</sup> Sendo as seguintes revistas: (A1) Revista Katalysis, Revista Serviço Social e Sociedade; (A2) Revista Em Pauta, Revista Políticas Públicas do Maranhão, Revista Ser Social e Revista Textos e Contextos. Cabe informar que a Revista Argumentum estava fora do sistema durante o levantamento e que os artigos dessa revista serão incorporados em análises futuras.

dita. Como técnica de análise dos dados, utilizamos a análise de conteúdo do tipo temática (BARDIN, 1977).

O artigo está organizado em dois momentos, afora a presente introdução e conclusões. No primeiro momento apresentamos pistas da relação entre Serviço Social, o trabalho e a produção teórica com/sobre família. No segundo momento, apresentamos sucintamente as tendências teóricas encontradas nos artigos.

## DESENVOLVIMENTO

Mesmo estando presente no cotidiano do trabalho profissional desde os primórdios da profissão, o trabalho com famílias não proporcionou um amplo avanço teórico sobre as mesmas. Tal temática retornou como tema de debates e de produção teórica a partir dos anos 2000. Tratada ora de forma transversal e/ou mediado com temas específicos (assistência, criança, adolescente, saúde, mulher, judiciário, educação); Ora em sua generalidade, a família vem sendo considerada por boa parte dos profissionais como a “base da sociedade”; “a principal responsável pela mediação do indivíduo com a sociedade”; apenas “o lugar da proteção, do amor e do cuidado”; “uma instituição socialmente construída”.

Conforme sabemos, a profissão foi convocada, desde sua gênese, a trabalhar no âmbito da produção e reprodução da vida da classe trabalhadora – cuja expressão particular da família se mostra como instituição universal indispensável à reprodução da sociedade junto aos indivíduos – sustentada por uma função política de cunho educativo, moralizador, disciplinador que a legitimava enquanto profissão (IAMAMOTO, 2013).

A família é interpretada de diversas maneiras e perspectivas nas Ciências Sociais. Especificamente ao longo da história do Serviço Social brasileiro, tal instituição recebeu as mais variadas explicações teóricas, majoritariamente sustentadas por orientações *conservadoras*, devido principalmente à sua *naturalização*. Após o processo de reconceituação/renovação da profissão entre os anos 1970/1980, o amadurecimento teórico proporcionou o reconhecimento da profissão enquanto área de produção do conhecimento, possibilitando que ao longo dos últimos anos amadurecêssemos diversos temas, categorias e debates. No entanto, a nosso ver, alguns temas ainda carecem de um aprofundamento que

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

sustente o debate a partir de uma perspectiva teórico-metodológica que coadune com a direção do projeto profissional crítico assumido pela categoria desde a década de 1970.

Compreendemos que, os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social na contemporaneidade, “consistem na matriz explicativa da realidade e da profissão, permeando a interlocução entre o Serviço Social e a sociedade. [...] esses fundamentos são constituídos por múltiplas dimensões: históricas, teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativo” (YAZBEK, 2018, p.47). Portanto, partimos do pressuposto de que, no que tange à produção bibliográfica sobre a família, persiste uma “lacuna” no que diz respeito ao enfrentamento da apreensão da instituição família como categoria teórica e/ou objeto de pesquisa na tradição crítica (HORST, 2018; 2021).

Conforme entendemos, é necessário, a partir dos fundamentos da profissão, demarcar a questão de sua gênese/origem, de seu desenvolvimento e de sua particularidade na ordem burguesa. Tal afirmativa coaduna com nossa compreensão de fundamentos ao demarcarmos como central a discussão do surgimento e desenvolvimento da família a partir do trabalho como categoria ontológica central para ao desvendamento da realidade; e do conceito de “questão social” e suas expressões, como determinantes centrais para pensar as realidades familiares na direção de uma práxis reflexiva (VÁSQUEZ, 2011).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O método materialista histórico dialético bem como a teoria social produzida por Marx e toda tradição marxista solidificam os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. E, portanto, consiste na matriz teórico-metodológica hegemônica explicativa da sociedade e da profissão hoje. Dessa forma, pressupomos que a profissão só pode ser entendida através do movimento histórico da sociedade, no processo complexo de reprodução das relações sociais.

A reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade social que envolve a reprodução de um modo de vida, dos valores culturais, políticos e também de como são reproduzidas as ideias na sociedade que determinam todas as relações sociais. Todo esse processo que envolve a totalidade social se manifesta “de forma complexa englobando a possibilidade do novo, do diverso, do contrário, da mudança” (YAZBEK, 2018, p. 49).

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Nessa processualidade histórica se constituem as principais tendências do conhecimento que influenciam e estão presentes ao longo da história do Serviço Social brasileiro. Conforme sabemos, o movimento da sociedade e suas expressões no âmbito do pensamento social formam as bases teórico-metodológicas explicativas da realidade e de suas expressões nos diferentes campos do conhecimento humano. Nesses termos, algumas perspectivas teóricas reproduzem o real, objetivam explicações aproximadas da realidade, tornando-se um método de explicação do real.

Assim também como perspectivas teóricas que, apesar de anunciarem a leitura da realidade a partir do real, partem do ponto de vista do *saber para o real*, na ideia equivocada que o conhecimento produz a realidade. Conforme compreendemos, “a atividade teórica apenas transforma nossa consciência dos fatos, nossas ideias sobre as coisas, mas não as próprias coisas” (VÁZQUEZ, 2011, p.241).

Na área do Serviço Social, as matrizes explicativas da realidade podem acompanhar transformações sociais que englobem tendências com viés do capitalismo burguês, conservadoras, pós-modernas, entre outras, que resultam em conflitos ético-políticos na profissão. Afinal, conforme sabemos, a mesma é permeada por várias tendências ao longo da história como: o positivismo, abordagem funcionalista, foucaultiana, as perspectivas marxistas (Gramsci, Marx, Lukács, Mészáros), o pensamento doutrinário, o pensamento conservador, dentre outros.

A análise dos artigos confirmou a existência de várias perspectivas conflitantes na profissão expressando fundamentos que *coadunam* com nossos princípios, como também tendências que vão à *contramão* de um trabalho profissional crítico com famílias. Ao mesmo tempo produções ecléticas que buscam conciliar tendências inconciliáveis, resultando em produções ecléticas, conforme já identificado em levantamentos e pesquisas anteriores (HORST, 2021).

O interesse em desvendar e identificar as tendências presentes nas produções se dá pelo compromisso crítico assumido pela profissão nos últimos anos – e expresso em nosso código de ética – com a classe trabalhadora, com os usuários dos serviços sociais onde a profissão atua. Conforme nosso código de ética expressa, um dos princípios fundamentais é o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

intelectual, na perspectiva da competência profissional”. Nessa direção, acreditamos que são os fundamentos ontológicos, críticos, que garantem um exercício profissional competente (teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo), na perspectiva do projeto ético político. Afinal, conforme destacou Guerra (2015, p.61), somente “a apropriação de uma teoria que está na base da formulação desse código, teoria eminentemente crítica radical, que subsidie a leitura marxista dos princípios, é capaz de permitir uma correta apropriação dos princípios do PEP”.

Por isso, não se trata de um mero levantamento para desqualificação das outras produções, tendências, principalmente se considerarmos outro princípio fundamental do código de ética, qual seja: “garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual”. Contudo, sabemos que pluralismo não significa ecletismo. Por isso, nosso compromisso é demarcar a importância de matrizes que tenham viés crítico-ontológico para a interpretação da realidade social, bem como para o exercício profissional de assistentes sociais com famílias.

Dito isso, cabe ressaltar que passaremos a apresentação das tendências teóricas identificadas, conscientes que não teremos condições no presente texto de desenvolver sobre cada uma, ficando a cargo da socialização dos resultados e de pesquisas futuras o aprofundamento e investigação de tais tendências.

Depois de selecionados apenas aqueles que discutiam diretamente sobre a temática da família, a partir da leitura dos resumos e das palavras-chave, chegamos ao universo de nossa análise que ficou o seguinte: nas revistas A1: Revista Katalysis, dos 26 artigos identificados **10 permaneceram**. Já na Revista Serviço Social e Sociedade, dos 13 artigos identificados **6 continuaram** para análise. Nas revistas (A2), Revista em Pautas, dos 23 artigos identificados **13 permaneceram**. Na Revista Políticas Públicas do Maranhão, de 11 artigos selecionados **4 permaneceram**. Na Revista Ser Social selecionamos 15 artigos e **9 permaneceram** para análise. Na Revista textos e Contextos de 34 artigos selecionados **14 permaneceram**. Totalizando uma amostra de **56 artigos**.

Partimos do método dialético crítico e após as análises das produções, os resultados da pesquisa confirmaram a existência de várias perspectivas conflitantes na profissão

expressando fundamentos que coadunam com nossos princípios, como também tendências que vão à contramão de um trabalho profissional crítico com famílias, são elas:

*Teoria Sistêmica- Psicanalítica:* Figueira (2007), aponta que a teoria psicanalítica foi desenvolvida por Freud e é um método de investigação da mente do gênero humano e das suas relações exteriores. Ela toma como objeto os processos mentais através de sonhos e das relações familiares que influenciam sobre os indivíduos. A teoria sistêmica e psicanalítica se coloca como relevante para o processo de compreensão da família e historicamente assistentes sociais vem reivindicando tais perspectivas como possibilidade de realizar terapia no exercício profissional com famílias

*Teoria da Normatividade/Estabilidade – conflito transformação:* De acordo com Miotto (2003), esta vertente teórica, a normatividade/estabilidade, tem ancoragem no pensamento de Durkheim e tem como princípio de que a estrutura da sociedade é uma totalidade ajustada e o estabelecimento de regras morais é um pressuposto da existência social do homem. A teoria abarca evidências da importância de valores e regras para a conservação e bom funcionamento da sociedade. A segunda frente, conflito/transformação, parte do princípio que o “consenso ideológico-moral não é algo dado a priori e nem existe enquanto totalidade” (MIOTTO, 2003 p. 99). Nos artigos, ambas apareceram conjuntas e se apresenta, segundo os autores, como possível para a leitura das famílias.

*Perspectiva da Gerontologia:* Conforme demonstrou Campelo e Paiva (2012), a gerontologia social possui seus fundamentos básicos no positivismo, donde a expressão de uma perspectiva conservadora, nesses termos trata-se de um campo em disputa. Segundo a autora, é preciso trabalhar em uma perspectiva da gerontologia social crítica, buscando inserir o debate sobre o envelhecimento humano na perspectiva da totalidade social. Em seus estudos a autora demonstra que no âmbito da profissão, a aproximação com a gerontologia não tem sido na direção crítica, prevalecendo a direção da gerontologia social conservadora. Por isso, segundo a autora, “é vislumbrada a possibilidade de contribuir para a produção de conhecimento do Serviço Social no campo da Gerontologia Social, afirmando a perspectiva da ontologia do ser social, em acordo com o projeto ético-político hegemônico dessa categoria profissional, o que significa focar o estudo do envelhecimento humano no marco da racionalidade dada pela razão dialética” (CAMPELO E PAIVA, 2012, p. 12).

*Teoria da Representação Social:* Como aponta Brito e Faleiros (2009), a teoria da representação social pode ser compreendida como um estudo que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social, dessa forma, “como um produto social de uma realidade exterior que se consolida por meio de informações, imagens, opiniões, valores, atitudes em relação a um determinado objeto” (BRITO, FALEIROS, 2009, p. 107).

A representação social também é entendida como uma atividade de apropriação da realidade que produz sobre os fatores sociais da mesma, “assim, a representação é, ao mesmo tempo, produto social de uma realidade exterior e representação social de um sujeito (indivíduo, grupo, família, classe)” (BRITO, FALEIROS, 2009, p. 107). A teoria é utilizada como investigação por alguns profissionais da área do Serviço Social para o estudo com famílias permeados por violência.

*Sociologia de Berger e Luckmann:* Conforme Vascon (2018), a sociologia de Berger e Luckmann é resultado de um livro que se torna um estudo de construção social da realidade. A teoria parte do pressuposto que as relações estabelecidas entre os indivíduos, formas de sentir e interação são o que constrói o mundo social e as relações sociais, onde o homem é o responsável por criar seu conhecimento da realidade. Os autores se pautam nos estudos de Durkheim sobre a ideia de que o fenômeno social seja uma realidade objetiva e também subjetiva, para eles, “a realidade objetiva se dá a partir da materialidade e experiências físicas e sensoriais, e a subjetiva por meio das construções mentais e imateriais” (VASCON, 2018, p.31).

*Empirismo:* Gava (2016), aponta que o empirismo é uma metodologia científica onde todas as investigações e teorias deveriam ser testadas experimentalmente, a pesquisa empírica é resultado de uma experiência. Todo conhecimento se dá a partir da intuição, observações e experiências. O empirismo alia-se ao positivismo e se caracteriza como o conhecimento baseado na experiência sensível, e evidencia ser a única teoria como fonte de informação acerca do mundo. Tendência frequentemente adotada por assistentes sociais, conforme já explicitou Guerra (2012).

*Perspectiva Foucaultiana/Genealógica:* A teoria de Foucault investiga a história da ciência e como os indivíduos imaginavam o conhecimento e o saber. O método genealógico é também um instrumental de Foucault utilizado para as questões relativas a análise dos

dispositivos de poder. No que envolve a área do Serviço Social, as teorias do autor se dão em estudos sobre instituições de poderes como presídios, clínicas, hospitais e dentre outros espaços de domínio e poder que se insere o trabalho do assistente social (YAZBEK, 2018). Trata-se, conforme se apresentou em um dos artigos de: “Empreendimento genealógico que busca recuperar o que está por trás da configuração de determinados dispositivos que se formam paralelamente às estruturas normais e legais de uma determinada prática (SANTOS, 2017, p. 399 apud FOUCAULT, 1999).

*Análise Crítica do Discurso de Norman Fairclough:* De acordo com Fairclough e Melo (2012), a análise crítica do discurso trata-se de uma perspectiva teórica sobre a língua, linguagem visual e linguagem corporal que se colocam como formas de investigação do processo das relações sociais, que possibilita um estudo mais amplo sobre o processo social. Esta perspectiva se interliga com outras teorias e modelos sociais. A semiótica (linguagem no geral), inclui todas as formas de construção de sentidos como as imagens e a linguagem corporal. A perspectiva estuda como as relações sociais é um todo interligado através de práticas sociais econômicas, políticas e culturais. Esta teoria investiga as relações dialéticas entre a linguagem e outros elementos sociais como atividade produtiva, meios de produção, relações sociais e dentre outros.

Assim também como os fundamentos do Serviço Social (ancorado no materialismo histórico dialético). Os fundamentos do Serviço Social que na presente pesquisa buscamos identificar a partir de seguintes determinações: Trabalho como categoria ontológica, a “Questão Social”, a indissociabilidade entre história, teoria e método, a articulação dos três núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares, as categorias do método de Marx: Totalidade, Mediação e Contradição, a análise da historicidade da profissão, a análise da dimensão ético-política da profissão, projeto ético político, aparece também como direção e fundamento de parte dos artigos analisados. Bem como a perspectiva crítica do debate construído a partir da política social.

Sendo assim, as produções teóricas sobre família são sustentadas na sua grande maioria: a) pelos marcos legal e produções teóricas das políticas sociais (21); b) pelas mais distintas perspectivas, como psicanalíticas, foucaultiana, empirismo e etc; (11) c) e, portanto, pelo escasso arcabouço teórico nos textos que expressem os fundamentos teórico-metodológicos

da profissão na contemporaneidade (9). Apesar do curto espaço para desenvolvermos as críticas necessárias as diversas tendências, gostaríamos de chamar atenção em relação às produções sustentadas pelas políticas sociais.

A grande maioria dos artigos não menciona o objeto de trabalho do Serviço Social, *totalizando apenas 4 artigos que informaram a concepção do objeto de trabalho*. Também não apresentaram a concepção de profissão, *totalizando 3 artigos*, onde 2 desses foram os mesmo que apresentaram o objeto de trabalho. A nosso ver, tal panorama apresenta questões para a profissão, já que consideramos que demarcar a “questão social” como objeto e a concepção de profissão é essencial nas publicações da área uma vez que essas são requisitos básicos para explicar a profissão numa perspectiva crítica.

A “questão social” é parte e expressão da sociedade capitalista e com base na teoria social de Marx, a “questão social” é dada como conceito explicativo da profissão e da realidade, dessa forma ela sustenta o projeto ético-político da profissão – e no seu bojo o projeto de formação<sup>4</sup>. Tal levantamento reflete como a ausência de categorias e conceitos nas produções podem distanciar a profissão de seu contexto sócio histórico e até mesmo resultar na defesa da política social e/ou a família, como objeto da profissão como foi identificado em alguns artigos.

Em detrimento da “questão social” e suas expressões, a ênfase – pelo menos no que tange ao trabalho profissional – pode recair na família, nas suas relações e nos comportamentos entre seus membros –, configurando como objeto do trabalho profissional a própria instituição família. Por isso, o primeiro pressuposto para o debate, na formação profissional [e trabalho], é reafirmarmos que as expressões da “questão social” atravessam as famílias e seus indivíduos, os quais são pertencentes a uma classe social. A leitura da realidade, reduzida ao âmbito do *indivíduo-família* impossibilita, no exercício profissional, identificarmos as causas subjacentes da estrutura do sistema do capital e interpela, dessa maneira, os sujeitos e suas organizações familiares (HORST, 2020, p.147).

As problemáticas que envolvem as famílias no seu cotidiano e abordadas em grande parte nos artigos são indissociáveis da “questão social”, pois são suas expressões concretas, consequência do funcionamento do modo de produção capitalista. A falta de tais discussões fundamentadas em perspectivas pautadas em uma teoria social crítica e na formação social dão espaço para a responsabilização e culpabilização das famílias pela situação em que se encontram e para a permanência do conservadorismo na área da profissão. Identificamos

<sup>4</sup> Ver: HORST, 2020 – As diretrizes curriculares da ABEPSS e a temática família. <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/31498>.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

artigos que se propuseram a falar do trabalho profissional com famílias em que não era evidenciado em nenhum momento o Projeto Ético Político da profissão ou até mesmo o código de ética da categoria profissional.

Sendo estas dimensões fundamentais para sustentar a efetivação de um trabalho de qualidade com as famílias, além de qualificar a intervenção profissional. As produções se sustentam em grande maioria na discussão em torno da política social, a qual é de grande importância para a categoria profissional, mas *não deve ser tratada como o eixo central para a explicação da formação e do trabalho.*

A discussão da política social abrangendo a formação sócio-histórica brasileira é importante e potencializa na intervenção profissional o trabalho com famílias. Porém, alguns artigos sobre política social se constituíram de forma superficial não evidenciando e problematizando o caráter contraditório e moralizante que a mesma possui, além de não evidenciar que as dificuldades postas a categoria profissional e as demandas do trabalho são resultantes da contradição entre capital e trabalho.

O obscurecimento dessas discussões em grande parte das produções abre espaço para a manutenção do conservadorismo nas análises e para a desqualificação da categoria profissional. O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, que tem na “questão social”, a partir das determinações monopolistas, a justificativa de sua existência e a tem como objeto de estudo e trabalho, ancorando através da política social mediações efetivas contra seu enfrentamento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As produções teóricas sobre família evidenciaram que a grande maioria dos artigos são sustentada pelo debate via *política social (marcos legal, legislações, produções sobre a política social)*, pelo escasso arcabouço teórico nos textos que expressem os fundamentos teórico-metodológicos da profissão na contemporaneidade e pelas mais distintas perspectivas, teóricas constituindo assim um *caleidoscópio eclético.*

Identificamos que os artigos raramente evidenciam a perspectiva teórica que sustentam as suas problematizações, e as produções que abordam diretamente sobre os fundamentos é

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

bastante *escassa* nas publicações dos artigos das revistas, tendo também números reduzidos a quantidade de artigos construídos por um viés marxista. Alguns artigos problematizaram o caráter contraditório da política social identificando que ao mesmo tempo em que ela visa proteger as famílias também responsabiliza as mesmas, e em grande parte dos artigos foi evidenciado o caráter familista das políticas sociais.

As produções teóricas do Serviço Social também materializam o projeto ético-político da categoria profissional. São as referências críticas que possibilitam construir alternativas diante de demandas profissionais conservadoras e até mesmo nas ações dos próprios assistentes sociais no espaço de trabalho. O projeto ético-político é um norte central para sustentar uma intervenção crítica na medida em que nos apropriamos dos seus conhecimentos, o que significa que a formação deve ser continuada. Ao contrário, sem a devida apreensão da teoria e método, dos fundamentos aqui elencados, estaremos construindo uma categoria profissional tecnicista, conservadora que somente reproduz e atende a classe trabalhadora e suas famílias de acordo com os interesses da ordem vigente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997.

BRITO, D, O. FALEIROS, S. V. P; **Representações da Violência Intrafamiliar por Idosas e Idosos**. Ser Social, 2009.

CAMPELO E PAIVA, S. de O. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital: um estudo sobre a racionalidade na produção de conhecimento do Serviço Social**. Tese de doutorado em Serviço Social. Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

FAIRCLOUGH, N; MELO, F. I. **Análise Crítica do Discurso Como Método em Pesquisa Social Científica**. São Paulo: Linha D'água, 2012.

FIGUEIRA, J. C. **Psicologia Clínica: do enfoque individual à abordagem**. Revista Percursos, 2007.

GAVA, A. **Empirismo e Observação: Uma Perspectiva Histórica Sobre a Primazia da Observabilidade no Empirismo Construtivo de Van Fraassen**. Griot, Revista de filosofia, 2016.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

GUERRA, Yolanda. Sobre a possibilidade histórica do projeto ético-político profissional: a apreciação crítica que se faz necessária. In: FORTI, V. L.; GUERRA, Y. A. D. **Projeto Ético Político do Serviço Social**: contribuição à sua crítica. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2015.

HORST, C. H. M. **As diretrizes curriculares da ABEPSS e a temática família**. Revista Temporalis, v. 20, n. 40, 2020<sup>a</sup>.

HORST, C. H. M. **Família, Marxismo e Serviço Social: desvendando o invólucro místico**. Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFSC, 2018.

HORST, C. H. M. **Serviço Social e a temática família: renovação e conservadorismo na produção do conhecimento**. v. 20 n. 2 (2020): Revista Libertas - ISSN: 1980-8518 (jul / dez 2020).

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social – Ensaio Crítico**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MIOTO, R. C. T. **Para que Tudo Não Termine Como um “Caso de Família”**: Aportes Teóricos Para o Debate Sobre a Violência Doméstica. Revista Katalysis, 2003.

SANTOS, W. R. **O circuito familista na Política de Assistência Social**. Revista Textos e Contextos, 2017.

VASCON, C.F.L. **Construção Social da Realidade a Partir de Páginas Policiais**. São Paulo, Revista Aurora, 2018.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da Práxis**. 2.ed. Buenos Aires, Clacso: São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2011.

YAZBEK, Maria. Carmelita. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social**. In: **Serviço Social e seus Fundamentos: Conhecimento e Crítica**. Guerra, Yolanda (org.). Campinas, Papel Social, 2018. P. 47-84.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral  
Eixo Temático - Serviço Social, Trabalho e Formação Profissional

## **SUPERVISÃO CLÍNICO-INSTITUCIONAL: UM DISPOSITIVO DE CUIDADO DA ATENÇÃO PSICOSSOCIAL CONDUZIDO POR PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL**

### **CLINICAL-INSTITUTIONAL SUPERVISION: A PSYCHOSOCIAL CARE DEVICE CONDUCTED BY SOCIAL WORK PROFESSIONALS**

Débora Regina do Amaral<sup>1</sup>  
Viviane Bernadeth Gandra Brandão<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente estudo é resultado da pesquisa que teve como objetivo apresentar uma experiência pioneira no norte de Minas Gerais, na qual uma profissional do Serviço Social assumiu o cargo de Supervisora-Clínica Institucional (SCI) do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS-AD) localizado na cidade de Bocaiuva por meio de aprovação em processo seletivo. A (SCI) é um instrumento estratégico de cuidado para a rede de Saúde Mental do Sistema Único de Saúde (SUS) que aqui no Brasil surgiu no período da Reforma Psiquiátrica, a partir das necessidades concretas do modelo de cuidado no território, portanto se difere dos modelos de (SCI) tradicionais da psiquiatria, psicologia e psicanálise, nas quais a supervisão se dirige a uma prática realizada fora do território, para a conceituação adotada nesta pesquisa, não há (SCI) fora do território. Ao (SCI) cabe por meio de encontros sistemáticos com a equipe especializada do CAPS-AD e outras construir ferramentas de trabalho para rever o cuidado em saúde mental a partir da dimensão clínica, política e institucional em parceria com as demais políticas públicas do território. Trata-se de encontros para discussões de casos clínicos, onde é possível realizar também educação permanente, organizar o processo de trabalho e juntos buscarem saídas potentes para o cuidado em saúde mental. A realização da pesquisa foi uma tentativa de sistematizar uma prática pioneira que historicamente é ocupada por profissionais da psicologia e profissionais com percurso em psicanálise. O recurso metodológico adotado foi o relato de experiência e fontes documentais sistematizadas durante a realização da (SCI), caderno de ata, diário de campo da supervisora e relatórios quadrimestrais que são os planos de aplicação de recursos com a previsão de atividades. Os resultados da pesquisa demonstram que o Serviço Social é uma categoria potente para desenvolver o ofício proposto tendo em vista que ambos possuem

<sup>1</sup> Assistente Social, especialista em saúde mental pelo programa de residência multiprofissional em saúde mental da Unimontes/MG e Mestranda em História Social/Unimontes. Trabalha com a linha de pesquisa: “Cultura, Relações Sociais e Gênero”. Possui quase 10 anos de experiência de atuação como assistente social no campo da saúde mental. Contato: [deboraboc06@yahoo.com.br](mailto:deboraboc06@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Assistente Social, doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Docente no Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Tutora na residência Multiprofissional em Saúde Mental e atenção Psicossocial – Unimontes. Contato: [viviane.gandra1@hotmail.com](mailto:viviane.gandra1@hotmail.com)

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

horizontes convergentes, porém é preciso novos estudos e investimentos para melhor apropriação da categoria neste campo que se abre e que convoca os (SCI) para desenvolver potencialidades, mas também mediar enormes desafios.

**PALAVRAS-CHAVE:** Supervisão-Clínico Institucional, Serviço Social, Saúde Mental.

**ABSTRACT:** The present study is the result of research that aimed to present a pioneering experience in the north of Minas Gerais, in which a Social Work professional assumed the position of Supervisor-Institutional Clinic (SCI) of the Psychosocial Care Center for Alcohol and Other Drugs. (CAPS-AD) located in the city of Bocaiuva through approval in a selection process. The (SCI) is a strategic care instrument for the Mental Health network of the Unified Health System (SUS) that here in Brazil emerged in the period of the Psychiatric Reform, based on the concrete needs of the care model in the territory, therefore it differs from the traditional (SCI) models of psychiatry, psychology and psychoanalysis, in which supervision is directed to a practice carried out outside the territory, for the conceptualization adopted in this research, there is no (SCI) outside the territory. It is up to the (SCI) through systematic meetings with the specialized team of CAPS-AD and others to build work tools to review mental health care from the clinical, political and institutional dimension in partnership with other public policies in the territory. These are meetings to discuss clinical cases, where it is also possible to carry out permanent education, organize the work process and together seek powerful solutions for mental health care. The research was an attempt to systematize a pioneering practice that has historically been occupied by psychology professionals and professionals with a background in psychoanalysis. The methodological resource adopted was the experience report and documental sources systematized during the execution of the (SCI), minute notebook, supervisor's field diary and quarterly reports that are the plans for the application of resources with the forecast of activities. The research results show that Social Work is a powerful category to develop the proposed craft, considering that both have converging horizons, but new studies and investments are needed for better appropriation of the category in this field that opens and that calls the (SCI) to develop potential, but also to mediate enormous challenges.

**KEYWORDS:** Institutional Clinical-Supervision, Social Work, Mental Health.

## INTRODUÇÃO

O presente estudo se localiza dentro do eixo temático “Serviço Social, trabalho e formação profissional”, conforme proposto no III Encontro Norte Mineiro de Serviço Social (ENMSS), da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES-MG). O ENMSS visa estimular a formação dos profissionais do Serviço Social, assim tem como norte, alimentar de forma continuada o conhecimento e fortalecer a profissão no norte de Minas Gerais. Favorece a troca de experiências entre instituições e pesquisadores (as) em âmbito regional e local. As autoras objetivam apresentar uma pesquisa na modalidade de relato de experiência pioneira

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

no norte de Minas Gerais sobre um campo de trabalho que se abre para os assistentes sociais.

Esta pesquisa objetivou por meio de relato de experiência analisar o processo de supervisão clínico-institucional (SCI) conduzida por uma profissional do serviço social, um ofício reconhecido nesta pesquisa e conforme orienta o Código de Ética do Assistente Social no art. 4º como competência profissional. A experiência ocorreu a partir das atividades no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS-AD) e demais dispositivos da rede de cuidados localizados na cidade de Bocaiuva/MG. O CAPS-AD de Bocaiuva é referência também para tratamento especializado de cidadãos oriundos dos seguintes municípios: Olhos D'água, Guaraciama, Francisco Dumont, Joaquim Felício e Engenheiro Navarro.

A supervisão clínico-institucional (SCI) é um dispositivo de cuidado que surge no Brasil na década de 90 no contexto da Reforma Psiquiátrica<sup>3</sup>, esse recorte temporal é importante para distinguir esse modelo proposto de (SCI) de seus correlatos modelos clínicos tradicionais da psiquiatria, psicologia e psicanálise. A (SCI) é mais um recurso para potencializar o cuidado em saúde mental realizada por um profissional de nível superior com formação em saúde mental e com vasta experiência no campo, visa o fortalecimento da assistência em saúde mental no Sistema Único de Saúde (SUS) junto aos demais serviços de toda a rede. (DELGADO, 2013).

Por meio da realização de encontros sistemáticos devidamente registrados por meio de atas, o supervisor lança mão de ferramentas diversas para junto as equipes discutir e construir possibilidades de um cuidado ampliado a partir da discussão de casos clínicos e formação permanente, que a partir da responsabilidade compartilhada da equipe deve sustentar o cuidado em saúde mental, facilitar o diálogo para que os desafios possam ganhar visibilidade e investir no trabalho clínico na perspectiva da atenção psicossocial. (DELGADO, 2013).

A Resolução SES/MG Nº 7.168, De 20 de Julho de 2020 estabelece as bases para acompanhamento do incentivo financeiro destinado à realização de (SCI) nos CAPS do

<sup>3</sup> Experiência que surgiu na década 70 no Brasil e que a partir de vários movimentos sociais e lutas, realizaram intensas transformações no cuidado em saúde mental. No ano de 2001 foi aprovada a Lei Federal 10.216, Lei de Reforma Psiquiátrica que preconiza o fechamento progressivo dos hospitais psiquiátricos e a criação de serviços de base territorial. (DELGADO, 2013).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Estado de Minas Gerais. Estabelece ainda no seu Art. 2º que, o supervisor deverá ser um profissional de nível superior com especialização em saúde mental, portanto comprovada habilitação teórica e prática, preferencialmente, das seguintes categorias profissionais: médico, médico psiquiatra, psicólogo, enfermeiro e assistente social.

O estudo se apresenta como uma importante tentativa de sistematizar essa experiência para contribuir com a construção de conhecimento e iniciar a discussão até então inexistente na literatura do Serviço Social, sobre a atuação do profissional do serviço social neste ofício, pois durante o percurso da pesquisa verificou-se por meio de investigações nas diversas plataformas digitais que não existem sistematizações de práticas dessa natureza. Cabe ressaltar que o (SCI) não realiza atendimentos individuais de pacientes, e sim desenvolve o trabalho com as equipes tendo em vista novas práticas de cuidado em saúde mental, e também esse ofício não guarda relação com o serviço social clínico baseado no modelo norte-americano como descreve o Bisneto (2016) na clássica obra “Serviço Social e Saúde Mental: Uma Análise Institucional da Prática”. No entanto aponta um novo horizonte de cuidado que encontra ressonância com os princípios fundamentais da profissão de Serviço Social e com o Projeto Ético-Político da categoria.

É importante informar também que, em contato no mês de fevereiro do ano de 2022 com a Referência Técnica Estadual da Superintendência Regional de Saúde de Montes Claros/MG, que vem acompanhando o desenvolvimento do trabalho dos supervisores nesta região, a mesma relatou que de um total de aproximadamente vinte supervisores já contratados neste período, apenas duas possuem formação em Serviço Social, e uma das profissionais assumiu supervisão de forma conjunta com uma profissional da psicologia.

Com a revisão da literatura sobre (SCI) por meio de artigos, livros e materiais disponíveis pela Escola de Saúde Pública de Minas Gerais (ESP) foi possível verificar que historicamente a (SCI) é assumida principalmente por profissionais da psicologia, e na região norte mineira profissionais com percurso em psicanálise. Com essa hegemonia há uma dificuldade de inserção do assistente social neste campo, o que se apresenta como um desafio a ser enfrentado pela categoria.

## **METODOLOGIA**

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Este estudo é resultado de uma pesquisa a partir do relato de experiência acerca do desenvolvimento de (SCI) conduzida por uma das autoras que é assistente social, experiência esta que ocorreu inicialmente por meio de aprovação em processo seletivo e posteriormente a assinatura de um contrato de prestação de serviços com a duração de doze meses. Trata-se de uma experiência de trabalho que teve início no dia 10 de Maio do ano de 2021 com o encerramento previsto para o dia 10 de Maio do ano de 2022.

O relato de experiência é uma metodologia de produção de conhecimento científico no território da pesquisa qualitativa que ocorre por meio da narrativa de uma experiência vivida. Por meio da observação participante que conforme Agrosino (2009) pressupõe convívio, base comum de comunicação, intercâmbio de experiências por meio dos sentidos humanos: olhar, falar, sentir e vivenciar experiências comuns entre todos os envolvidos no processo. Assim a observação participante não é propriamente um método, mas um caminho para a realização da pesquisa que permite variadas técnicas para a coleta de informações e melhor apreensão da realidade.

Para registrar as experiências e vivências durante a realização da pesquisa a supervisora lançou mão é claro com a ajuda de vários atores de registros por meio de atas, diário de campo do supervisor, relatórios quadrimestrais, somado ao exercício de observar, pois conforme Macedo e Dimenstein (2007) ocorrem transformações durante o processo que carecem de melhor apreensão de seus efeitos.

O modelo conceitual que orientou o trabalho foi o materialismo-histórico e dialético de Karl Marx que busca compreender a realidade a partir das grandes transformações históricas permeadas pelas articulações burguesas e da sociabilidade humana. O materialismo diz das condições materiais da existência humana, já o termo histórico revela a compreensão de que a existência humana é condicionada historicamente e o termo dialético é o movimento das contradições produzidas no decorrer da história. Assim o motor da história é a luta de classes, o proletariado é a classe desprovida dos bens materiais e seus direitos, portanto a sociedade foi organizada com base na propriedade privada e na exploração da classe operária. (MARX, 2004). Observa-se que as sociabilidades se desenvolvem a partir desta lógica, inclusive a própria produção da ciência favorece ao longo dos tempos os interesses de alguns

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

grupos em detrimento de outros.

Contudo foram utilizadas discussões transversais para melhor apreensão desta experiência, a exemplo da obra clássica sobre o Serviço Social na saúde mental do autor Bisneto (2007), sobre a análise institucional da prática, que convida os profissionais a repensarem as implicações envolvidas a partir das demandas institucionais, algumas normativas ligadas ao campo e aportes teóricos específicos que orientam o cuidado em saúde mental, a exemplo da “Metodologia em Ato” que é o trabalho realizado para sustentar a clínica proposto por Teixeira (2010), tem a potencialidade de manter os atores sociais despertos para uma prática de cuidado construída a partir de encontros de conversação sobre os casos a serem assistidos na rede, porém tendo em vista que para cada caso é preciso inventar/acionar/ construir uma rede.

### **SUPERVISÃO CLÍNICO-INSTITUCIONAL: A EXPERIÊNCIA CONJUNTA DE (RE) VER**

Sampaio (2013) nos convida para compreender o significado dos termos: centro de atenção psicossocial. Centro como lugar de convergência de um sistema, um lugar privilegiado no qual oferece o apoio especializado em saúde mental, está no contexto de um território permite sair da solidão como ocorria em outros tempos nos hospitais psiquiátricos.

A atenção está para além da assistência, permite transitar entre a prevenção, promoção de saúde e de coletivos e produção crítica dos sujeitos apoiando a construção de projetos de vida. Já o psicossocial convida para a compreensão do processo saúde/doença como histórico o que implica pensar saídas para impasses gerados pela prática tecnocrática, superespecialista, taylorista e do biopoder. (SAMPAIO, 2013).

Assim esta perspectiva de cuidado no território implica reconhecer este como permeado por sentidos, histórias de vida, visões de mundo e dispositivos culturais o que mobiliza compreensões dinâmicas do processo saúde/doença e suportes sociais aos projetos terapêuticos singulares compartilhados<sup>4</sup> (PTS).

<sup>4</sup> O projeto terapêutico singular é um plano de cuidados que prevê ações de curto, médio ou longo prazo, sistematizado junto com o sujeito, familiares e demais dispositivos de cuidado conforme as demandas do caso. É

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

A assistente social que é a supervisora clínica, foi acolhida pela coordenadora geral de saúde mental e acordaram a data inicial da primeira experiência de (SCI) no CAPS-AD da cidade de Bocaiúva/MG. Logo no primeiro encontro foi apresentada a proposta de trabalho pela supervisora, bem como a orientação de que toda a equipe do serviço deveria participar dos encontros de supervisão e não apenas a equipe técnica. E ocorreu também a circulação da fala para que todos tivessem oportunidade de verbalizar os desafios encontrados no cotidiano de trabalho e também as potencialidades pois trata-se de uma construção conjunta em que todos devem colaborar.

Inclusive foi amplamente discutido que não há supervisão sem apoio da gestão uma vez que a (SCI) é um dispositivo estratégico da Reforma Psiquiátrica brasileira (RPB), a qual articula as dimensões clínicas, políticas e institucionais, portanto, há questões estruturais que fogem a alçada do supervisor e equipe supervisionada.

A ideia inicial foi fortalecer a equipe especializada de saúde mental do CAPS-AD composta por: dois assistentes sociais, enfermeira, médico psiquiatra, farmacêutica, psicóloga, técnica de enfermagem e demais servidores de nível médio no que tange aos aspectos do cuidado clínico, a exemplo da problematização da terapêutica centrada na erradicação do sintoma, na ação emergencial e na prescrição massificada de psicofármacos e também outros pontos ligados ao trabalho em equipe, reestruturação do processo de trabalho, redirecionamento para acolher demandas de crise em oposição ao processo de ambulatorização vigente no caps, referenciamento dos casos, uma vez que esta iniciativa ainda não havia sido adotada, construção dos (PTS) prioritariamente dos casos mais graves, já que é preciso reconhecer a impossibilidade da construção de (PTS) para todos os casos tendo em vista a precariedade de recursos humanos. Entre várias outras ações ao logo deste processo.

Ao realizar este investimento conjunto entre supervisor, coordenação de saúde mental e equipe a partir da mobilização de vários campos do saber tendo como o foco principal os pacientes, foi possível redirecionar vários pontos do trabalho que deverão ser sustentados no cotidiano por todos os colaboradores do CAPS-AD, seja porteiro, recepção, colaboradores da

---

um meio de viabilizar cuidados de saúde mental e também apoio aos projetos de vida dos sujeitos. Está previsto na Portaria nº 3.088 de 2011 e no Caderno de orientações técnicas Nº 34 do Ministério da Saúde sobre o cuidado em saúde mental na atenção básica é possível encontrar subsídios para a construção do (PTS).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

cozinha, equipe técnica e outros.

O próximo passo foi realizar um roteiro de trabalho com base no Plano de Aplicação dos Recursos Financeiros para a SCI, a confecção deste documento foi uma exigência da Resolução SES/MG Nº 7.168, DE 20 DE JULHO DE 2020, que foi devidamente avaliado e aprovado pela equipe técnica da Superintendência Regional de Saúde correspondente, tratou-se de projeto formulado pela enfermeira que era a coordenadora de saúde mental no ano de 2020 período em que ocorreu a adesão do município a proposta de supervisão.

O plano foi entregue a supervisora clínica por servidor do setor de Superintendência de Gestão e Planejamento da Secretaria Municipal de Saúde de Bocaiuva, neste momento não foi possível contato com o Secretário Municipal de Saúde devido a agenda de compromissos. Neste plano há a descrição de atividades mensais que deverão ser desenvolvidas durante o período de 12 meses e em conjunto com a rede de serviços do município, em conformidade com o pensamento de Delgado (2011) que não há supervisão sem território.

Sampaio (2013) reflete sobre a dimensão privilegiada de um CAPS que é a interface com as demais políticas de saúde, educação, assistência social, mundo do trabalho e família. Cabe destacar que os servidores dos CAPS devem apoiar professores e supervisores escolares a lidar com crianças e adolescentes que apresentem demandas de saúde mental não com o objetivo de ensinar diagnóstico ou manejos terapêuticos específicos, mas discutindo questões afetas a identidade, liderança, cidadania, vínculo, liberdade, autonomia, compromisso, ética e enfim apoio aos projetos de vida das pessoas.

Em atenção a essas possibilidades de trabalho em rede faz-se necessário citar aqui neste estudo que foi realizada durante o período de supervisão parceria com a supervisora clínico-institucional do Centro de Atenção Psicossocial- I da cidade de Bocaiuva também contratada pelo mesmo processo seletivo citado anteriormente.

Foi decidido com a devida participação dos servidores do CAPS-AD e CAPS-I nas reuniões de supervisão que os matriciamentos<sup>5</sup> de saúde mental fossem realizados da seguinte

---

<sup>5</sup> O matriciamento de saúde mental é uma proposta de modificações nas relações entre níveis hierárquicos do SUS baseados em novos processos de trabalho entre CAPS e ESF que possuem princípios semelhantes de trabalho, e mesmo outros serviços a exemplo da assistência social. A ideia é que o especialista se integre a várias equipes que precisam de apoio para sustentar o cuidado na atenção básica. Objetiva além da assistência permitir

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

forma: um representante do Caps-I e outro do CAPS-AD e com o apoio das supervisoras realizar os matriciamentos uma vez ao mês em cada Estratégia de Saúde da Família, esse arranjo foi pensado tendo em vista a realidade do município, equipes reduzidas de trabalho e pouca disponibilidade para interromper as atividades nos serviços para realizar os matriciamentos, assim não seria viável disponibilizar matriciamnetos do CAPS-AD e em um outro momento do CAPS-I.

Observou-se que foi uma escolha acertada, uma vez que possibilitou maior aproximação dos servidores de ambos os CAPS, possibilidades de diálogos, troca de experiências nos momentos dos matriciamnetos junto as equipes de ESF, e este recurso se estendeu também para a assistência social, a exemplo do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) que definiu uma enfermeira para participar de encontro com a equipe de saúde mental e supervisoras para discutir o fluxo de atendimento, e também para o Conselho Tutelar dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CONSELHO TUTELAR) que conforme relatos de conselheiros foi a primeira vez na história da cidade que foram contemplados com o matriciamento de saúde mental, obviamente todas essas iniciativas não ocorreram sem dificuldades, mas foram oportunidades de desenvolver o trabalho dentro do que é possível para cada dispositivo de cuidado.

Privilegiou-se inicialmente nos matriciamentos discussões teóricas sobre o paciente em crise e o manejo, prevenção ao suicídio, discussões sobre o fluxo da rede, tendo em vista as dificuldades envolvendo essas demandas, mas foi esclarecido durante os matriciamentos que é importante definir os casos mais complexos e a partir do caso realizar o matriciamento. Durante a realização destes encontros as equipes foram orientadas que não há um modelo rígido a ser implementado, mas conforme as demandas podem se organizar e realizar os próximos matriciamentos de modo que contemplem as dificuldades do momento.

É fundamental esclarecer aqui que foram realizados também encontros a partir da iniciativa das supervisoras clínicas do CAPS-AD e CAPS-I com coordenadores da atenção primária e referências técnicas de saúde mental dos cinco municípios da microrregião que são

---

um espaço de trocas de conhecimentos entre várias especialidades, profissões e os agentes comunitários de saúde. É uma proposta de cuidado compartilhado. (Sandra Fortes, 2013).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

referenciados para tratamento especializado de saúde mental na cidade de Bocaiuva. Foi também a primeira vez na história da cidade em que ocorreu iniciativa dessa natureza para discutir questões afetas ao cuidado compartilhado de saúde mental. Inclusive neste encontro citado a cima e em outros durante a (SCI) foi possível contar também com a efetiva participação da enfermeira referência técnica do Hospital Regional Dr. Gil Alves e a referência de saúde mental deste mesmo hospital que no momento é uma assistente social.

A realização dos matriciamentos convoca as equipes para novos saberes e novas práticas, os diferentes profissionais envolvidos no processo são procedentes de diferentes disciplinas, as quais nem sempre tiveram formação com alcance para o trabalho na perspectiva da abordagem integral dos pacientes com prejuízos da saúde mental e em sofrimento devido ao uso prejudicial de crack, álcool e outras drogas. Com essa dificuldade o cenário se revela como um campo fértil para a reprodução de práticas conservadoras ancoradas no senso comum. (FORTES, 2013).

Assim com as fragilidades encontradas no território devido à falta de investimento global nas políticas sociais os grupos sociais tidos como improdutivos e que possuem enormes fragilidades existenciais, tem sido reposicionados para o cuidado no âmbito familiar, o que a Miotto (2015) chama de “familismo”, o estado por meio de políticas públicas focais e escassas repassa grande parte da responsabilidade do cuidado para a família, que nem sempre possui condições de ser um recurso de proteção social uma vez que todo o núcleo pode estar em condições vulneráveis ou mesmo de risco social, realidade encontrada também na cidade de Bocaiuva e que convoca todos os envolvidos para repensar suas práticas.

Neste contexto Vasconcelos (2016) também diz dessa privatização do cuidado e afirma que em contextos de crise os casos de saúde mental são amplamente encaminhados para serviços filantrópicos, comunidades terapêuticas e congêneres.

E realmente na cidade de Bocaiuva foi possível identificar durante o processo de supervisão as iniciativas de servidores de diversos dispositivos de cuidado de encaminhar casos de saúde mental para hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas. Inclusive um caso que historicamente incomodou a comunidade e também os servidores do executivo devido as dificuldades de manejo e frágeis suportes familiares foi institucionalizado no estado de São Paulo na “Arca do Brasil” que se apresenta como uma organização internacional sem

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

fins lucrativos que busca fornecer moradia, apoio e defesa de pessoas com deficiência intelectual.

No entanto esses processos de institucionalização ocorrem sem o apoio das supervisoras visto que esse tipo de conduta não coaduna com os princípios e diretrizes propostas pela Lei Federal de Reforma Psiquiátrica Nº 10.216 de 2001, na qual prioriza o cuidado no território. Em casos com maiores dificuldades de manejo e que apresentem ruptura dos laços familiares e comunitários os pacientes devem ser encaminhados para Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT) de responsabilidade do estado, que são moradias protegidas nas quais os moradores são também acompanhados por equipes especializadas de saúde mental do CAPS de referência, os (SRT) objetivam sustentar o processo de desinstitucionalização proposta pela (RPB), criar e preservar os laços sociais e comunitários e promover a cidadania, porém na cidade de Bocaiuva ainda não existe este recurso, no entanto a rede deve realizar o esforço de cuidado conjunto visando a promoção, proteção e recuperação da saúde em oposição a institucionalização dos sujeitos.

Infelizmente as fragilidades não cessam aí, há também iniciativas de desaguar no sistema prisional pacientes que fazem acompanhamento de saúde mental principalmente no CAPS-AD, o que vai ao encontro as proposições de Borges (2019) na sua importante obra “Encarceramento em Massa”, na qual ela explicita o histórico enquadramento de sujeitos pobres, pretos, mulheres e outros historicamente subalternizados no sistema prisional, a autora cita que a conhecida “Lei de drogas” 11.343 de 2006 é um potente instrumento para o que ela chama de superencarceramento, neste contexto se encontra pessoas envolvidas em problemas com drogas, seja pelo uso prejudicial ou outros.

Porém vários esforços foram realizados pelas supervisoras de forma conjunta para redirecionar os casos para o cuidado no território em consonância com os princípios e diretrizes do SUS e da Reforma Psiquiátrica, bem como os direitos humanos, foi uma experiência desgastante, porém necessária, o movimento foi de chamar servidores de vários dispositivos com o intuito de realizar as discussões dos casos e sensibilizar para sustentar o cuidado no território e evitar também processos de judicialização da saúde. Faz-se necessário esclarecer que esta é a primeira oportunidade de realizar supervisão de saúde mental para a rede no município de Bocaiúva, portanto a realidade impõe um caminho longo de lutas e resistência

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

no que tange aos avanços no campo da saúde mental.

As discussões no campo da saúde encontram ressonância com as discussões de Karl Marx ancoradas em Netto (2011), uma vez que utiliza a crítica por meio do materialismo histórico-dialético sobre as contradições sociais posta em nossa sociedade guiada por ideais burgueses, o que exige uma leitura de totalidade e compreensão dos meandros que envolvem o desenvolvimento da sociedade de classes, acumulação de riquezas e em contraponto a ampliação da miséria, porém foi preciso também dialogar com outras correntes teóricas do campo da saúde mental para que seja possível melhor assistir os casos dos pacientes.

A perspectiva da totalidade convoca os atores a buscarem nova rota para o cuidado em saúde mental, é preciso considerar os sujeitos para além do biológico e a estrutura psíquica, assim apreender a dimensão social do sofrimento psíquico a partir dos determinantes sociais da saúde, bem como desnaturalizar a localização social dos sujeitos, o que só é possível fazer a partir do profundo conhecimento da formação social brasileira, pois o processo de colonização, escravidão, somado ao sistema patriarcal estruturou a formação social o que culminou em processos de profunda desigualdade social. Este movimento exige a interlocução de várias epistemologias para o alcance de questões objetivas e subjetivas. (VASCONCELOS, 2016).

Todo o processo de supervisão foi realizado a partir dos casos clínicos e uma das ferramentas utilizadas foi a obra “metodologia em ato”, que é o resultado de uma pesquisa de saúde mental realizada no estado de MG ao longo de três anos da já extinta equipe CliniCAPS. Este percurso permitiu uma investigação sobre o modo de funcionamento de alguns dos CAPS em MG com ênfase na abordagem dos impasses e também os efeitos produzidos pela aplicação dos pesquisadores psicanalistas do dispositivo de conversação clínica. É um esforço de trabalho em equipe no qual profissionais de diversas categorias se dispõem a discussões e construção do caso clínico a partir das singularidades que envolvem o caso a caso. (TEIXEIRA, 2010).

Observa-se que os CAPS nas suas várias modalidades apresentam efetividade no que tange ao cuidado para a maioria dos casos, a questão é como as equipes vem sustentando a clínica. Uma clínica feita por muitos no território, a proposta da metodologia em ato é um dispositivo não burocrático, tem a potencialidade de manter o serviço vivo, a estratégia

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

adotada é a “Conversação”.

A conversação não é o debate democrático, uma vez que existem as limitações de cada campo do saber. O trabalho possibilita o ponto por onde se enlaça a palavra do sujeito e a instituição, mostrando quem é esse sujeito para a instituição e o que é a instituição para o sujeito singular. Daí a possibilidade da emergência do novo e a invenção de estratégias singulares para cada caso. A instituição também se reinventa neste movimento para acolher o sujeito singular. O fato de se dispor a encontros para conversar sobre o que foi possível colher de cada caso já pode produzir efeitos, pois pode subverter o funcionamento automático das instituições para que o vazio possa tornar operativo. (TEIXEIRA, 2010).

Assim o processo de supervisão é essencial não porque o supervisor possui um suposto saber, mas por presentificar o vazio necessário e a suspensão do automatismo e a possibilidade da emergência do novo, que não se dá sem a colaboração da rede, porém todo esse trabalho acontece a partir do sujeito/paciente não como objeto e sim como protagonista do processo. No mesmo sentido Bisneto (2017), autor do campo do serviço social aproxima da discussão ao fazer uma análise institucional da prática no campo da saúde mental, convoca os profissionais a fazerem a mediação entre as demandas institucionais e as demandas dos sujeitos, fica a reflexão de que não é o sujeito demandante que deve se adequar aos modelos institucionais e burocráticos, mas a instituição que precisa constantemente ser colocada em xeque.

A experiência demonstrou que a (SCI) não possui o papel de obturar dificuldades no que tange a precariedade da formação de profissionais, é possível com a educação permanente e discussão de casos coordenadas por esteprofissional que não compõe a equipe (o supervisor) possibilitar um movimento diferente para o cuidado, mas deve existir por parte dos atores envolvidos o desejo e movimento constante para manter a clínica viva e sustentar o cuidado em saúde mental compartilhado.

Por fim tendo em vista o histórico desinvestimento dos gestores municipais de saúde no campo da saúde mental, como é o caso de Bocaiuva faz-se necessário lembrar que supervisor clínico-institucional não é via de transformação sozinho, a responsabilidade por transformações do campo cabe a vários atores como os gestores, trabalhadores, movimentos sociais organizados e em parceria também com as instâncias de controle social, a exemplo do

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Conselho Municipal de Saúde e o Conselho Municipal sobre Drogas que existe, mas no momento não está em atividade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência apontou Serviço Social como uma categoria potente para desenvolver o processo de (SCI), constata-se o pioneirismo, as possibilidades e desafios de uma experiência de re (ver) o cuidado de forma compartilhada.

Muitos foram os desafios, inclusive que a (SCI) ocorreu em contexto de pandemia da COVID-19 que teve início em março de 2020, e que culminou no aprofundamento da crise política, econômica e social devido aos preceitos neoliberais, assim ocorreram restrições de algumas atividades propostas nos (PTS) envolvendo o território, a exemplo da inserção social dos pacientes em espaços de convivência viabilizados pela política de assistência social.

Mas como diz Lulu Santos na música como uma onda, “a vida vem em ondas como o mar!” Assim é preciso aprender a remar, escolher atuar no campo da saúde mental é escolher a resistência, é escolher ser militante, é acreditar em outras possibilidades para a vida em comunidade. E só assim seguir em frente.

Mas ocorreram também experiências singulares e pioneiras, durante esse percurso ocorreu a realização de potentes encontros com servidores do Conselho Tutelar, Referências Técnicas do Hospital Dr. Gil Alves em atenção aos quatro leitos de saúde mental, CRAS, CREAS, psicólogas do ambulatório, realização dos matriciamentos de saúde mental com todas as ESFs, inclusive as unidades localizadas na zona rural, encontros com as referências técnicas dos municípios referenciados para tratamento especializado, encontros realizados in loco nas cidades com maiores demandas e dificuldades para conduzir os casos que são: Guaraciama e Olhos D’água nos quais privilegiou-se a participação dos servidores dos CRAS, Conselho Tutelar das ESFs para discutir o cuidado de saúde mental compartilhado.

Todas essas iniciativas envolvendo a rede de serviços foram realizadas a partir da (SCI) conduzida pelas supervisoras do CAPS-AD e CAPS-I e também com a participação e empenho de diversos atores. Em todos os encontros foi debatido a importância de continuar o investimento conjunto para a sustentabilidade desta proposta de cuidado compartilhado, no

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

sentido em que a rede não existe, se não pelo empenho de cada um.

Esperamos que a iniciativa de sistematizar esta experiência sem a pretensão de dar conta dessas questões de forma definitiva, seja uma oportunidade para a categoria profissional do Serviço Social mobilizar esforços no sentido de realizar investimentos futuros neste campo. Pois construir memória é ampliar possibilidades!

## REFERÊNCIAS

- ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BISNETO, J, A. **Serviço Social e Saúde Mental: uma análise institucional da prática**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BRASIL. **Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/leis2001/110216.htm#:~:text=L10 216&text=LEI%20No%2010.216%2C%20DE,modelo%20assistencial%20em%20as%20C3%BAde%20](http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/leis2001/110216.htm#:~:text=L10%2016&text=LEI%20No%2010.216%2C%20DE,modelo%20assistencial%20em%20as%20C3%BAde%20)
- BRASIL. SES. **Nota Técnica nº 73 publicada no ano de 2020**. Apresenta as orientações sobre o papel da Supervisão Clínico-Institucional e o Plano de Aplicação de Recursos Financeiros previstos na Resolução SES/MG Nº 7.168, de 20 de julho de 2020. Disponível em: <<https://www.cruzilia.mg.gov.br/site/images/2021/nota-tecnica.pdf>> Acesso em: 20 de Janeiro de 2022.
- BRASIL. **Resolução CFESS nº 383, de 29 de março de 1999**. Caracteriza o assistente social como profissional de saúde.
- BRASIL. **Código de ética do assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 3ª ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, (1997).
- BRASIL. Arquivo Nacional. **Resolução nº 218, de 06 de março de 1997**. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em :<[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1997/res\\_0218\\_06\\_03\\_1997.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1997/res_0218_06_03_1997.html)>. Acesso em: 02 de fev. 2022.>
- BRASIL. **Resolução SES/MG Nº7.168, DE 20 de Julho de 2020**. Disponível em:<<https://saude.mg.gov.br/images/documentos/RESOLU%C3%87%C3%83O%20SES%207168%20-%20CIB.pdf>>. Acesso em: 02 de Fev. 2022.
- DELGADO, Pedro Gabriel. (2013). **Supervisão Clínico-Institucional: Conceito & História**. In: Escola de Saúde Pública de Minas Gerais. Supervisão em saúde mental. /Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais; Augusto Nunes Filho (org). Belo Horizonte: ESP-MG, 2013.
- FORTES. S. **Saúde Mental na Atenção Primária: Matriciamento e a Supervisão Clínico-**

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Institucional. In: **Supervisão em saúde mental** / Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais; Augusto Nunes Filho (org). Belo Horizonte: ESP-MG, 2013.

MACEDO, J. P., & DIMENSTEIN, M. (2007). **Cartografia de um encontro: o pesquisador, a ferramenta e o seu campo**. In: **Encontro Nacional da ABRAPSO**, 14, 2007, Rio de Janeiro. Anais de resumos e trabalhos completos do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v12n2/10.pdf>> acessado no dia 02/02/2022.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MINAS GERAIS. Escola de Saúde Pública. **Supervisão em saúde mental**. /Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais; Augusto Nunes Filho (org). Belo Horizonte: ESP-MG, 2013.

MIOTO, R. C. et al. **Familismo, direito e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.

PITTA, Ana Maria Fernandes. (2019). Prefácio 2ª Edição. In: **Supervisão clínico-institucional e a organização da atenção psicossocial no Ceará** {recurso eletrônico} / José Jackson Coelho Sampaio, José Maria Ximenes Guimarães, Luciana Mesquita de Abreu. 2. ed. Fortaleza: EdUECE, 2019.

SAMPAIO, J. **Supervisão na atenção psicossocial territorial: reflexões a partir da experiência do Ceará**. In: MINAS GERAIS. Escola de Saúde Pública. **Supervisão em Saúde Mental**. /Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais; Augusto Nunes Filho (org). Belo Horizonte: ESP-MG, 2013.

TEIXEIRA, Antônio. (org) Antônio Teixeira: **Metodologia em ato**. Belo Horizonte: Scriptum Livros, 2010.

VASCONCELOS, E. M. **Reforma Psiquiátrica, tempos sombrios e resistência: diálogos com o marxismo e o serviço social**. Editora Papel Social, 2016.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral

Eixo Temático - Serviço Social, Trabalho e Formação Profissional

## GERMINANDO UMA REFLEXÃO: COMO PODEMOS USAR TICS NA PRODUÇÃO DE MATERIAL DE ORIENTAÇÃO E INFORMAÇÃO PARA OS USUÁRIOS?

### GERMINATING A REFLECTION: HOWCANWE USE ICTS IN THEPRODUCTIONOFGUIDANCE MATERIAL ANDINFORMATION FOR USERS?

Sueli do Nascimento<sup>1</sup>

**RESUMO:** O objetivo deste texto é refletir sobre a criação de *folders* digitais para informação e orientação aos usuários do serviço social, buscando evidenciar as potencialidades do uso da tecnologia no exercício profissional, apresentando, aqui, de forma descrita a experiência realizada no município de Paraíba do Sul, na UniRedentor, da construção de animações através de aplicativos para informação da população do município.

**PALAVRAS-CHAVE:** Tecnologia da Informação; Serviço Social; exercício profissional.

**ABSTRACT:** The objective of this text is to reflect on the creation of digital folders for information and guidance to social work users, seeking to highlight the potential of the use of technology in professional practice, presenting, here, in a described way, the experience carried out in the municipality of Paraíba do Sul, at UniRedentor, of the construction of animations through applications to inform the population of the municipality.

**KEYWORDS:** Information Technology; Social Work; professional practice.

## INTRODUÇÃO

O tema, produção de material de orientação e informação para os usuários dos assistentes sociais em diferentes processos de trabalho, surgiu de uma experiência docente, mas com impactos diretos no fazer profissional dos assistentes sociais, quando se busca através de *folder* digital, informar a população sobre os direitos sociais nas áreas da violência de gênero, questão de saúde do idoso negro e LGBTQIA+ no município de Paraíba do Sul-RJ.

---

<sup>1</sup> Assistente Social. IPPUR/UFRJ. Graduada em Serviço Social pela UFF-Niterói. Mestrado em Serviço Social pela UERJ e Doutora em Serviço Social pela UFRJ. Pós doutoranda IPPUR/UFRJ. email: susucimento@gmail.com

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Assim, o objetivo deste texto é refletir sobre a criação de *folders* digitais, em que os assistentes sociais possam orientar e informar aos usuários sobre a garantia de direitos sociais, legais, institucionais e etc.

Com isso, o presente trabalho se justifica, quando partimos do que advoga o Código de Ética de 1993, artigo 5º - item d, que é necessário “democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis à participação dos usuários”, e o item d, “devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses”.

Partindo das considerações do Código de Ética, precisamos facilitar o acesso às informações e orientações, favorecendo a dimensão pedagógica do assistente social, a fim de incentivar emancipação política, a partir dos esclarecimentos viabilizados através das leituras competentes de legislações sociais e outras considerações que facilitem o exercício profissional.

Por outro lado, garantir aos usuários das políticas sociais (públicas e privadas) o acesso a informações e orientações qualificadas que garantam a inclusão como parte de atendimentos das diretrizes das políticas se faz necessária. Desta forma, a tecnologia pode levar a voz e as informações dos assistentes sociais de maneira diferenciada e garantir acesso às informações organizadas para uso dos usuários dos serviços, mas também fazer uso da tecnologia voltada para fortalecimento dos trabalhadores formais e informais, bem como desempregados, que hoje, conforme o IBGE, chegam a mais de 12 milhões em 2022.

Desta forma, este trabalho está dividido nesta singela introdução, um debate introdutório do lugar dos usos da tecnologia da informação nos espaços ocupacionais, em seguida, a discussão das potencialidades das TICs como uma forma de orientar e informar a população usuária dos serviços e, por fim, as considerações finais.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## **PARTINDO DOS ESPAÇOS OCUPACIONAIS DOS ASSISTENTES SOCIAIS PARA ENTENDER AS POTENCIALIDADES DO USO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Os espaços ocupacionais dos profissionais devem ser o nosso ponto de partida para refletir sobre a produção de material de orientação e informação para os usuários dos serviços. Desta forma, Iamamoto (2009) possui análises que nos ajudam a entender a expansão dos espaços ocupacionais a partir do processo de revitalização da acumulação do capital em momentos de crise mundial. A autora nos auxilia explicando que é no campo das finanças e da necessidade de superprodução de lucros, como elementos fundantes da acumulação, que se produzira, como consequência, o impacto nas condições de trabalho e na garantia dos direitos.

A autora diz que a superação da crise está na intensificação da exploração e expropriação da mais valia dos trabalhadores, o aumento da extração do trabalho excedente e a expansão do monopólio da propriedade territorial, afetando o cuidado com os recursos naturais imprescindíveis para a preservação da vida, dos direitos sociais e humanos dos trabalhadores no conjunto da sociedade.

Iamamoto (2009) coloca em evidência, a partir da reflexão acima, as expressões da questão social e as ameaças ao processo acumulativo do capital, levando com isso, que frações de classe, que estão na direção do Estado, busquem solução na questão política que projetam uma determinada sociedade. Com isso, as diversas expressões da questão social dão condições para a expansão do mercado de trabalho para a profissão de Serviço Social.

A expansão que evidenciamos vem acompanhada de estratégias políticas e ideológicas de legitimação do poder de classe e da despolarização das necessidades e lutas sociais. Na esteira do processo, aplicam-se soluções reducionistas como as contrarreformas do Estado, que atingem as políticas sociais e a implantação da reestruturação produtiva, conforme a formação social de cada país, tendo como consequência, o impacto nas relações e as condições de trabalho.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Para Iamamoto (2009), as modificações nas relações de produção e reprodução do capital e do trabalho favorecem as alterações nos espaços ocupacionais, já que expressa a dinâmica do capitalismo, a relação dos poderes políticos e os conflitos de classe a ele inerente, que favorece a recusa aos direitos sociais democráticos.

Os espaços ocupacionais possuem especificidades das condições e relações de trabalho existentes na formação da sociedade brasileira, que acompanham os avanços da tecnologia sobre organização das condições de trabalho, a fim de elevar a produtividade atrelada à intensificação do mesmo, possibilitando que novas demandas profissionais surjam vinculadas a novas competências, habilidades e atribuições.

É interessante entender o espaço ocupacional como um produto de processo histórico e que está condicionado ao que Iamamoto (2009, p.344) menciona da seguinte forma: “a) pelo nível de luta pela hegemonia que se estabelece entre as classes fundamentais e suas respectivas alianças; e, b) pelo tipo de respostas teórico-práticas densas de conteúdo político dadas pela categoria profissional.” Tais condicionamentos mostram que o trabalho profissional é resultante do tempo histórico dos sujeitos quando presenciamos as contradições e conflitos que produzem marcas e respostas às demandas, viabilizando a criação de formas de analisar a realidade social.

Por outro lado, Mota (2014) contribui esclarecendo que os novos espaços ocupacionais e competências profissionais estão atrelados aos antigos, a partir da modernização do mundo do trabalho. O surgimento das novas demandas é conteúdo para as atividades dos assistentes sociais, mas também um amplo espaço para problematizações e contribuições de conhecimentos que atingem a prática profissional, o ensino e os campos de estágios curriculares.

É no interior destes espaços ocupacionais que vivenciamos os diversos processos de trabalho em que os assistentes sociais se integram, refletem e agem sobre o objeto de trabalho, que são as várias expressões da questão social. Desta maneira, nos expõe Iamamoto (1999, p. 63) que “o assistente social não realiza seu trabalho isoladamente, mas como parte de um trabalho combinado ou de um trabalhador coletivo que forma uma grande equipe de

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

trabalho”. E é estando em trabalho coletivo que o assistente social precisa priorizar o processo pedagógico no qual os instrumentos serão usados para possibilitar respostas às demandas do espaço ocupacional onde atua.

Com isso é necessário expor o que entendemos por processo pedagógico de intervenção:

[...] a função pedagógica do assistente social vincula-se à capacitação, mobilização e participação populares, mediante, fundamentalmente, processo de reflexão, identificação de necessidades, formulação de demandas, controle das ações do Estado de forma qualificada, organizada e crítica. Nesse processo, cabe a esse profissional, dentre outras atribuições, viabilizar o “acesso às informações que possam contribuir para o entendimento do funcionamento da máquina pública, dos procedimentos administrativos, de legislação pertinente, das instâncias de decisão do planejamento urbano, etc” (MARCO, 2000, p. 158). Fundamentalmente, a intervenção do assistente social, numa perspectiva emancipatória, volta-se para o rompimento de práticas identificadas com a cultura tuteladora/clientelista da relação entre Estado e sociedade, contribuindo para o surgimento de uma nova e superior prática social. (ABREU, 2010, p. 216)

A partir de Abreu (2010), precisamos entender a intervenção profissional em sua prática pedagógica voltada para a emancipação humana, mas isso só é alcançado quando podemos fazer uma análise da realidade institucional e social e do próprio exercício profissional para identificar práticas que busquem mais a tutela e o clientelismo do que a independência dos usuários, em suas decisões e escolhas, frente às orientações e informações postas pelo assistente social.

Desta forma, refletindo sobre as formas de independência dos usuários para acesso a orientações e informações pensadas e articuladas pelos assistentes sociais em tempos nos quais a tecnologia passa a ser o centro, sobretudo em tempos de “capitalismo de plataforma”<sup>2</sup>

<sup>2</sup>Antunes (2020, p.19) levanta a hipótese da existência do capitalismo de plataforma. Ele fundamenta a questão da seguinte forma: “aquele impulsionado e comandado pelas grandes corporações globais, tem algo que se assemelha a *protoforma* do capitalismo. O que isso significa?

Em pleno século XXI, com algoritmos, inteligência artificial, internet das coisas, *big data*, indústria 4.0, 5G e tudo que temos deste arsenal informacional, enquanto as burguesias proprietárias e seus altos gestores acumulam enormidades incalculáveis de dinheiro e riqueza, há centenas de milhões que exercem modalidades de trabalho típicas de uma era de servidão. E isso se tiverem sorte, se forem contemplados com o privilégio de encontrar trabalho, alguma forma de nova servidão, padecendo das vicissitudes e vilipêndios do que denominei de escravidão digital.”

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

e de “tecnologias remotas”<sup>3</sup>, que precisamos viabilizar informações e orientações objetivas e práticas que propiciem acesso rápido para aqueles que não podem sair de casa ou estão em processo de isolamento social (total ou parcial), dadas as condições das variantes da COVID-19.

Assim, a dimensão pedagógica emancipatória precisa estar atrelada a ferramentas e instrumentos que possam viabilizar o acesso objetivo e claro de informações e orientações para a população usuária, que acessam os diversos espaços ocupacionais onde estão os assistentes sociais. Desta forma, concordamos com Santos, Souza Filho e Backx (2017) nos seguintes termos:

Uma premissa comum diz respeito à concepção de que o exercício profissional se constitui em uma totalidade, formada pelas três dimensões, a saber: teórico-metodológico, ético-política e técnico-operativa, que mantêm uma relação de unidade, apesar de suas particularidades. Particularidades essas que permitem que a dimensão técnico-operativa se constitua na “forma de aparecer” da profissão, na dimensão “pela qual a profissão é conhecida e reconhecida”. Ela é o “modo de ser” da profissão, o modo como aparece no movimento das três dimensões. (SANTOS, SOUZA FILHO E BACKX, 2017, p. 27)

Vale resgatar da citação acima, a parte em que os autores expõem que a dimensão técnica-operativa pode ser considerada a forma de se apresentar à sociedade o fazer profissional, mas também se consegue o seu reconhecimento enquanto profissão pela população usuária. É nesta relação entre fazer profissional e reconhecimento da profissão, pelos usuários do serviço, que precisamos entender o papel das estratégias e táticas para

<sup>3</sup>O CFES em Nota Técnica no ano de 2020 (p. 6) diferencia trabalho remoto/teletrabalho de ferramentas remotas na seguinte perspectiva analítica: “Nesse âmbito, também parece necessário diferenciar o trabalho remoto (ou seja, aquele desenvolvido majoritariamente com a utilização das TICs e fora do ambiente institucional) do uso de ferramentas remotas.

Algumas ferramentas remotas já eram utilizadas pelo Serviço Social antes da pandemia e implantação do teletrabalho, tal como o contato telefônico, por exemplo. Então, compreendemos que existe uma diferença entre o trabalho remoto ou teletrabalho e o uso de ferramentas remotas.

O uso dessas ferramentas pode ser utilizado nesse momento, inclusive, por serviços que estão desenvolvendo atendimento presencial, no sentido de diminuir a necessidade ou o tempo de exposição de trabalhadores/as e usuários/as em uma sala de atendimento. No entanto, seja em um contexto de teletrabalho, seja de trabalho presencial, o uso das ferramentas remotas precisa ser avaliado em relação à finalidade do trabalho e aos limites relacionados às condições éticas e técnicas para sua execução.

Assim, consideramos que, ao diferenciar trabalho remoto (teletrabalho) e instrumentos remotos, podemos compreender que já utilizávamos equipamentos remotos antes, porém o problema é estarmos limitadas/os somente a eles. Posto que o trabalho remoto (teletrabalho) apresenta uma série de repercussões e limitações ao trabalho profissional, podendo inclusive tornar algumas atividades inviáveis.”

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

efetivar as deliberações colocadas pelos profissionais envolvidos nos diversos espaços ocupacionais.

De acordo Paula (2019), devemos pensar as estratégias e táticas para fortalecer o exercício profissional do/da assistente social, pois favorece uma intervenção que atende aos objetivos da profissão, levando à consolidação do projeto ético-político através do Código de Ética de 1993, Diretrizes Curriculares de 1996 e a Lei de Regulamentação de 1993. Sabendo que as estratégias e táticas precisam atender aos objetivos da profissão, Paula (2019) nos esclarece que elas são construídas com a apresentação de demandas em conjunturas específicas e buscam responder a realidade concreta.

Assim, precisamos entender o que são as estratégias e as táticas da seguinte forma:

Em Iamamoto (1992), encontramos a indicação de que as estratégias e táticas devem se construir articuladas aos propósitos e objetivos profissionais do/da assistente social. Nesse mesmo sentido, Paula (2014) sinaliza a importância de pensarmos as estratégias como elementos necessários ao alcance de determinado objetivo profissional. A partir do instante em que estabelecemos alguma finalidade, é preciso saber o que fazer para que ela seja alcançada – o que evidencia a necessidade de um bom planejamento – considerando não só as dificuldades, mas também as possibilidades que se colocam na realidade o que, em linhas gerais, consiste na definição de estratégia.

Não obstante, não basta saber o que fazer, *é também necessário buscar mecanismos para colocar em prática o que se pretende, e nisso consistem as táticas, que se vinculam de modo mais imbricado à dimensão técnico-operativa da profissão, embora não se furtem, no momento de escolha do/da profissional sobre como operacionalizar determinada estratégia, de um direcionamento teórico-metodológico e ético-político* (PAULA, SILVA, 2019, p. 194-grifos nossos).

Desta forma, é pensando nas estratégias e táticas, que se faz necessário pensar a Tecnologia da Informação e Comunicação no exercício profissional como ferramenta que viabilize a orientação e o acesso à informação para os usuários dos espaços ocupacionais dos assistentes sociais. A realidade social da crise do capital, intensificada com a pandemia do COVID-19, colocou para o profissional a possibilidade de pensar em alternativas para além das postas no cotidiano da profissão.

Consideramos, então, necessário trazer à tona a fala de Veloso (2006) da seguinte forma:

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

As possibilidades de uso da TI são numerosas e diferenciadas, encontrando-se marcadas pelo caráter contraditório que preside o processo social. Acredita-se que se uma sociedade é fortemente caracterizada pela incidência de desigualdades sociais, a tendência é que os efeitos sociais decorrentes do uso social da TI caminhem para a mesma direção, embora haja espaço para novas alternativas historicamente construídas e conduzidas pelos agentes sociais presentes nesta sociedade. Trata-se de um processo de luta composto por diversas modalidades, sobretudo democráticas, novas e diferenciadas, que tem em vista um uso social da tecnologia mais adequado aos interesses da população. (VELOSO, 2006, p.88)

Veloso (2006) nos auxilia a pensar na Tecnologia da Informação de forma contraditória, já que estamos em um processo de luta para uso social, direção, organização do trabalho e controle. É na esfera dos conflitos que a Tecnologia, no campo do Serviço Social, pode, segundo autor, ser introduzida por agentes externos com a defesa de projetos alheios a profissão e sendo esvaziados de sentido no atendimento à direção da profissão, delimitando o seu uso ao “ caráter meramente tecnicista e instrumentalista, marcada pela presença do novo complexo de tecnologias, da automação do trabalho, de computadores, impressoras, redes, Internet, enfim, pelo conjunto de ferramentas existentes [...]”. (VELOSO, 2006, p. 124)

Mas também “a TI pode potencializar os processos de trabalho em que os(as) assistentes sociais estão inseridos(as), adicionando novas possibilidades para a condução do trabalho.” (VELOSO, 2006, p.157). É nesta ótica de potencializar que vamos nos ater neste trabalho, enquanto um exercício criativo de formas de usar a tecnologia da informação para viabilizar orientações e informações aos usuários dos espaços ocupacionais, atendendo, de forma estratégica, as demandas postas na realidade através do isolamento social a partir de março 2020 com a pandemia do COVID-19.

Com isso, vale trazer à tona a Nota Técnica do CFESS de 2020, que traz as seguintes indicações do uso da TI, durante o período da pandemia:

O uso dessas ferramentas [TICs] pode ser utilizado nesse momento, inclusive, por serviços que estão desenvolvendo atendimento presencial, no sentido de diminuir a necessidade ou o tempo de exposição de trabalhadores/as e usuários/as em uma sala de atendimento. No entanto, seja em um contexto de teletrabalho, seja de trabalho presencial, o uso das ferramentas remotas precisa ser avaliado em relação à finalidade do trabalho e aos limites relacionados às condições éticas e técnicas para sua execução. (CFESS, 2020, p. 7)

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

A Nota destaca duas modalidades de uso das TICs na profissão, o teletrabalho, vinculado as plataformas digitais ou até mesmo as ligadas aos *smartphones* e às ferramentas remotas, as colocadas pelo telefone ou computador, por exemplo. É no interior das ferramentas remotas que podemos inserir os *folders* digitais, criados durante a disciplina Extensão Integrada em Saúde IV, no segundo semestre de 2020, para o curso de Serviço Social da UniRedentor, unidade Paraíba do Sul/RJ<sup>4</sup>.

## POTENCIALIDADES DAS TICS PARA ORIENTAÇÃO E INFORMAÇÃO DOS USUÁRIOS DOS ASSISTENTES SOCIAIS

Partimos de uma análise da realidade da implantação da tecnologia nos espaços ocupacionais em que atuam assistentes sociais, levando em consideração as reflexões e apontamentos de Ribeiro (2020), que tomou como chão de realidade o município de Paraíba do Sul-RJ. A autora fez uma análise detalhada dos impactos da tecnologia nos serviços ligados ao INSS e o CRAS – Salutaris e na vida dos usuários dos referidos serviços vinculados ao Benefício de Prestação Continuada, quando do uso da observação participante, registro sistematizado dos assistentes sociais e da estagiária no diário de campo, buscando verificar como a tecnologia estava sendo apropriada.

No posto do INSS do município, Ribeiro (2020) expõe que a tecnologia tem a função de manter as agências sem filas, a fim de torná-las “organizadas e ligeiras”, levando com que idosos e pessoas portadoras de deficiência recorram ao CRAS-Salutaris para atenderem às exigências de acesso ao BPC e, muitas vezes, encaminhados pelos próprios funcionários do referido órgão.

Por outro lado, a autora observou a expressão da desigualdade digital vinculada à exclusão digital através da dificuldade de acesso à rede de internet, no uso dos recursos

---

<sup>4</sup>O Município de Paraíba do Sul localiza-se no estado do Rio de Janeiro. Ele tem aproximadamente 50.000,00 moradores conforme dados do IBGE (2010) e faz divisa com os municípios de Três Rios e Vassouras, bem como o estado de Minas Gerais.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

tecnológicos para acesso ao site do INSS e, até mesmo, no uso do telefone móvel, acrescenta-se à exclusão territorial pois nem todo município tem internet, assim, quem está na área rural precisa acessar o CRAS-Salutaris na área urbana de Paraíba do Sul.

Consideramos as ponderações de Ribeiro (2020) relevantes para demonstrar a realidade de acesso a TICs pelos usuários, mas também, um mecanismo de seletividade ao BPC, pois segundo a pesquisa, tiveram beneficiários que morreram na espera do BPC acusando a contradição da implantação das TICs, enquanto modernização institucional e facilidade de acesso dos usuários, mas que ao final passou a constituir demanda reprimida e de seleção.

Observando as análises de Ribeiro (2020) e a realidade social de crise pandêmica do capital e, em consequência, o isolamento social, fomos provocados, através da disciplina Extensão Integrada em Saúde IV, a partir do seu objetivo de fomentar o debate da questão social atrelada à política pública de Saúde do Município de Paraíba do Sul, a propor a elaboração de criação de *folders* digitais através de aplicativos de animação para auxiliar na orientação e informação da população do município usuários do SUS local.

Assim, passemos para o processo da metodologia que denominamos de autobiográfica, que se fundamenta pela descrição, reflexão e introspecção, tanto intelectual, quanto emocional do narrador associada à dimensão teórica de autores referenciais para diálogo que contrapõem ou fundamentem a narrativa, conforme nos diz Marques e Sartriano (2017). Usamos este processo metodológico como ponto de germinar uma reflexão, que possa pensar novas possibilidades de criar instrumentos e ferramentas para o fortalecimento do exercício profissional e o reconhecimento do assistente social pela sociedade.

Passamos a descrever o passo a passo do processo elaborativo para a construção do *folder* digital:

- 1) Procedimentos I - 1) Criar um roteiro de análises de Conteúdo do material, indicando o tipo, a qualidade da informação e onde veicular; 2) Definição do Material a ser investigado: (a) *Facebook* e *Instagram* da Prefeitura de Paraíba do Sul, (b) análise de reportagem *desite* de jornal da região, (c) reportagem de televisão no *site* do G1; 3)

Período de investigação 01/01/2020 a 08/2020; 4) Escolha do Tema dos Grupos dispostos na ementa da disciplina; 5) Estrutura do projeto: Introdução, objetivo, Metodologia, justificativa, referências e indicação do produto (Avaliação da Pré-banca); 6) Realizar pesquisa bibliográfica sobre o tema. Local de referência: Paraíba do Sul. Palavra-chave definida pelo tema escolhido; 7) Produto: *Folder* virtual para postagem nas redes sociais. Tomando como referência a atribuição do assistente social em desenvolver mecanismos de garantia de direitos sociais dos usuários através da orientação e informação.

- 2) Procedimentos II – Definição dos temas dos *folders* conforme a ementa da disciplina no que segue: Dimensão étnico-racial do acesso à saúde, Debate de gênero: perfil e demandas para a política de saúde, Atendimento a vítimas de violência doméstica na saúde. Resultados dos materiais de investigação conforme questionamentos levantados: Quais os dados encontrados? O que diziam estes dados? O que os dados indicam? É necessário informar a população ou não dos seus direitos na área da saúde? Visitar a Lei 8080 de 1990 articulando com o tema escolhido a fim de buscar informação da população; visitar o site do SUS e levantar informações sobre a população de cada tema da pesquisa que não foram encontradas qualquer forma de informação e orientação por parte do poder público local ou mídias da região sobre os temas propostos. As informações coletadas trouxeram para os grupos surpresas e preocupação, mas também suscitando um problema a ser investigado, de como informar e orientar a população sobre os temas propostos.
- 3) Procedimentos III – Apresentação da primeira versão dos projetos. Neste momento realizamos um debate sobre as impressões, dificuldades, leituras fundamentais e etc.
- 4) Procedimentos IV – até ao final da elaboração do projeto, houve monitoramento de todas as etapas com a apresentação das dificuldades e observações de cada grupo.
- 5) Procedimentos V – reflexão e apontamentos de qual seria a forma de comunicação, linguagem e informações para a construção dos *folders* digitais.
- 6) Procedimento Pré-Banca – Avaliação da banca dos projetos para a elaboração dos *folders*, apresentação de sugestões e esclarecimento de dúvidas. Depois da banca, houve avaliação das considerações e orientações para construção do *folder*, sempre

levando em consideração a linguagem coloquial como a forma mais próxima dos usuários.

Logo após a pré-banca, iniciamos a produção dos *folders* e organização do projeto final com as devidas considerações para apresentação final do produto. Os resultados alcançados com os *folders* foi criar uma forma lúdica, mas com seriedade, para informar e orientar os usuários de forma a garantir acesso a informações, este foi o ponto principal.

Entretanto, priorizamos aqui o processo de elaboração dos *folders* digitais, pois ao implementar os projetos, observou-se a necessidade de visitar o campo e coletar informações nos hospitais, centros de saúde e Unidades de Pronto Atendimento, a fim de fundamentar e averiguar as reais demandas de informações. Assim, apresentamos as seguintes considerações, conforme narrativas dos discentes envolvidos no processo de pesquisa:

- 1) A questão étnico-racial na saúde<sup>5</sup>: O grupo foi orientado, depois de ampla discussão em sala virtual da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, a visitar os setores da saúde, a fim de averiguar a situação de atendimento da população negra no SUS. Segundo relato das alunas, a política não era implementada, pois não havia racismo em Paraíba do Sul e se implementasse é que suscitaria o racismo. Foi observado pelas alunas o desconhecimento da referida política e um desconforto em uma das alunas, pois ela se autodeclarou negra.
- 2) Debate de gênero<sup>6</sup>: perfil e demandas para a política de saúde: Foi observado pelo grupo a não existência de atendimento para a população LGBTQIA+ no sistema de saúde local, existe forte presença do preconceito no atendimento e afastamento daqueles para o cuidado em saúde. Há dificuldade no SUS local no acesso àqueles que desejam fazer reversão de sexo, o que inviabiliza o procedimento e identificação da

<sup>5</sup>Alunas responsáveis: Maielen Martins e Mariana Antunes. Vale ressaltar que o município de Paraíba do Sul faz parte da região Centro-Sul do estado do Rio de Janeiro com outros 10 municípios, onde em seu território existem marcas da formação social do Brasil com a escravidão. Assim, identifica-se grandes fazendas que se transformaram em locais de atração turística. Por outro lado, observa-se um processo de apagamento no cotidiano da população da história, sobretudo ao que se refere ao racismo.

<sup>6</sup> Alunas responsáveis: Elaine Cristina Luciano, Elisângela Marques, Juliana Santos Salles, Tainara da Silva Maciel e Tatiana de Paula. Uma das componentes manteve diálogo com o presidente do movimento LGBTQIA+ no município de Paraíba do Sul facilitando a avaliação do *folder* final.

demanda, mas também houve um trabalho de informação e orientação para a população sobre o combate à violência à população LGBTQIA+. Vale ressaltar que o *folder* foi apresentado para avaliação de parentes e amigos, sendo narrado pelos componentes do grupo, forte rejeição e preconceito sobre o tema.

- 3) Atendimento às vítimas de violência doméstica na saúde<sup>7</sup>: O grupo apresentou nas avaliações algumas demandas dos profissionais de saúde a saber: incentivo da população a fazer o boletim de ocorrência (BO) e ir ao posto médico, a fim de informar e organizar dados para levantamento epidemiológico e, com isso, formular política pública, pois a característica apresentada no serviço era que as mulheres que sofriam violência doméstica não iam pedir socorro, mas se presenciava a denúncia de homens que sofriam violência das mulheres o que nos mostra um dado curioso. Para coletar maiores informações da população, os alunos criaram um formulário no *google*, a fim de saber se a população tinha conhecimento sobre violência doméstica para subsidiar o *folder* final.

O impacto do trabalho sobre os alunos responsáveis pelo trabalho foi de identidade com o processo, pois um dos integrantes acabou relatando que sofreu violência, tendo como consequência, o esclarecimento das formas de relações abusivas e de como denunciar.

- 4) A avaliação da banca final foi de extrema relevância, pois as narrativas consideravam que os grupos enfrentaram temas atuais e pouco debatidos na região, levando com que um membro da banca declarasse que usaria o *folder* ligado à violência doméstica na sensibilização das mulheres no CREAS em Paraíba do Sul.

Assim o *folder* digital pode ser uma ferramenta lúdica e objetiva de informar e orientar a população usuária, conforme as demandas dos espaços ocupacionais, mas também trabalhar nas salas de espera e em reuniões, temas que podem ser personalizados de acordo com os grupos envolvidos.

---

<sup>7</sup> Alunos responsáveis: Aline do Nascimento Soares, Amanda Bernardes Rocha, Dennis da Silva César Mello, Lucas Crispim Faria Nunes, Sthéfany dos Santos Pinheiro

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tecnologia, de acordo com o seu uso, pode fomentar uma ação pedagógica emancipada ou tutelada conforme os objetivos institucionais e profissionais. Assim, é relevante realizar alguns questionamentos para a elaboração dos *folders* digitais: Qual o impacto se espera com eles? Como vou me comunicar? O que desejo passar de relevante, pois o mesmo não pode ser maior que três minutos? Vai ter um personagem? Qual o formato e organização do *folder* a partir da arte visual? Além disso, para quem e com qual objetivo vou criá-lo?

Assim, consideramos que Veloso (2016) tem razão ao nos informar que o uso da tecnologia está em contradição. Por isso devemos dar sentido e significado a ela conforme os objetivos do projeto ético-político da profissão, a observação e leitura da realidade social e estudar a questão social que vamos tratar, pois assim consegue-se alcançar a meta estabelecida no exercício profissional.

Vale lembrar que a linguagem é uma ferramenta para o assistente social. Neste caso, vale ressaltar a necessidade de uma pré-avaliação pelos usuários das informações ali contidas, a fim de esclarecer alguns erros, ver a percepção e entendimento, clareza das informações e se será preciso incluir ou tirar conteúdo.

Não devemos esquecer das informações necessárias para os deficientes visuais e auditivos, pois as informações precisam atender à inclusão, por isso tão importante o cuidado com o *layout* das palavras para os deficientes visuais e/ou auditivos e a inserção de vozes para divulgação no processo de construção dos *folders*, pois garante acesso aos deficientes visuais (autodescrição), pois precisamos nos ater à inclusão digital e o acesso igualitário às informações.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional.** 3 ed. São Paulo, Cortez, 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus. O Trabalho sob o fogo Cruzado.** 1 ed. São Paulo, Boitempo, 2020.

CFESS. **Teletrabalho e Teleperícia: orientações para assistentes sociais.** Brasília, 2020.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 2 ed. São Paulo, Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Os espaços ocupacionais do assistente social.** CFESS-ABEPSS. Serviço social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 341-376.

MOTA, Ana Elizabete. **Espaços ocupacionais e dimensões políticas da prática do assistente social.** Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 120, p. 694-705, out./dez. 2014.

PAULA, Luciana Gonçalves Pereira de e SILVA, Nicole Cristina Oliveira. **Estratégias e Táticas na Formação Profissional do Assistente Social: Subsídios para reflexão.** Temporalis, Brasília (DF), ano 19, n. 37, p. 188-204, jan./jun. 2019.

RIBEIRO, Jéssica de Jesus. **CRAS – Vila Salutaris: um estudo de caso sobre o Benefício de Prestação Continuada no Município de Paraíba do Sul.** Trabalho de Conclusão de Curso Serviço Social, UniRedentor – Paraíba do Sul, 2020.

SANTOS, Cláudia Mônica dos, Filho, Rodrigo de Souza e Back, Sheila. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão.** \_\_\_\_\_, GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa no Serviço Social. Desafios Contemporâneos. 3 ed. São Paulo, Cortez, 2017.

UNIREDENTOR. **Plano de Ensino Extensão Integrada em Saúde IV.** Paraíba do Sul, 2020.

VELOSO, Renato dos Santos. **Tecnologia da Informação: contribuição importante para o exercício profissional?** Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. UFRJ, 2006.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral  
Eixo Temático - Estado e Política Social

## TRABALHO INFANTIL E A UNIVERSIDADE EM QUESTÃO

### CHILD LABOR AND THE UNIVERSITY IN QUESTION

Rosângela Oliveira Gonzaga de Almeida<sup>1</sup>

**RESUMO:** Respondo ao longo do trabalho a seguinte pergunta: Como o III Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador incorpora a participação da Universidade diante dos resultados do Diagnóstico do Trabalho Infantil no Brasil cujos dados levantados compõem o referido plano? O tema do presente artigo versa, sobre a busca no plano que é objeto da minha pesquisa, das possibilidades de inserção da Universidade utilizando-se da perspectiva da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Me propus a identificar a previsão da participação da Universidade no plano para na sequência pensar uma participação ousada e transformadora.

**PALAVRAS-CHAVE:** proteção de crianças e adolescentes; política social; desigualdades sociais; trabalho infantil; ensino, pesquisa e extensão.

**ABSTRACT:** Throughout the work, I answer the following question: How does the III National Plan for the Eradication of Child Labor and the Protection of Adolescents Does the worker incorporate the University's participation in the face of the results of the Child Labor Diagnosis in Brazil, whose data collected make up the aforementioned plan? The theme of this article is about the search, in the plan that is the object of my research, of the possibilities of insertion of the University using the perspective of the inseparability between teaching, research and extension. I set out to identify the prediction of the University's participation in the plan in order to subsequently think about a bold and transformative participation.

**KEYWORDS:** protection of children and adolescents; social policy; social inequalities; Child labor; teaching, research and extension.

---

<sup>1</sup>Assistente Social. Doutoranda no Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social/Universidade Federal Fluminense. Mestre em Serviço Social/UFRJ. Graduação em Serviço Social/UFRJ. Assistente Social na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Email: roogonzagadealmeida@gmail.com

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## INTRODUÇÃO

Meu interesse pelo tema enquanto pesquisadora surge, em consonância com o acúmulo da experiência profissional no âmbito da proteção a crianças e adolescentes na Cidade do Rio de Janeiro, antes, tornei a violência contra crianças e adolescentes tema de minha dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, e depois proteção ao atendimento a famílias com crianças e adolescentes entre 0 a 17 anos em espaços institucionais, como Conselho Tutelar, Centro de Referência de Assistência Social e Vara da Infância, da Juventude e do Idoso por quase uma década, nessa segunda fase da minha vida profissional.

Preciso fazer o registro de que o II Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador tinha previsão de execução os anos de 2011-2015 e que uma nova versão somente entrou em vigor em 2019.

Respondo ao longo do trabalho a seguinte pergunta: Como o III Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador incorpora a participação da Universidade diante dos resultados do Diagnóstico do Trabalho Infantil no Brasil cujos dados levantados compõem o referido plano? O tema do presente artigo versa, sobre a busca no plano que é objeto da minha pesquisa, das possibilidades de inserção da Universidade utilizando-se da perspectiva da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Me propus a identificar a previsão da participação da Universidade no plano para na sequência pensar uma participação ousada e transformadora. Isso diante da hipótese de que não estão esgotadas todas as possibilidades quanto a inserção da Universidade considerando as ações previstas no plano. Minha opção para metodologia se define na análise documental. Como resultado listo sugestões de ações as quais a Universidade pode desenvolver em consonância com o que a caracteriza, destaco a: "... produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional." (BRASIL, 1996)

Defino o trabalho infantil como uma forma de violência contra crianças e adolescentes que se insere na totalidade da dinâmica social definida pelas relações sociais de produção e reprodução inerentes à sociedade capitalista. O trabalho infantil compõe, se considerar-se as

suas piores formas identificadas no Brasil, a “cadeia produtiva” (VIELLA, 2015, p.250), estando presente na produção e no escoamento de mercadorias.

## DESENVOLVIMENTO

Quando Behing (2007) relaciona política social e crise do capitalismo contemporâneo incorporando as categorias “superlucros”, extração da mais-valia absoluta e relativa, “processos de trabalho”, “formação do valor das mercadorias”, a autora quer esclarecer o quanto o movimento histórico que evidencia os ciclos de aceleração e desaceleração da acumulação do capital congeminam as políticas sociais. A política social configura-se num dos mecanismos utilizados pelo Estado para conter a crise. “A política social aparece associada a um conjunto de estratégias anticrise ...” (BEHING, 2007, p. 168). Não obstante, ressalta a referida autora, o capital entende que a “regulação estatal” deveria acontecer de maneira a alterar positivamente a taxa de lucros. “A demanda contraditória sobre o Estado, por sua vez, é a expressão da contradição clássica e fundante do capitalismo entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção.” (Idem)

Ainda segundo a autora, no contexto neoliberal às políticas sociais são direcionadas ações ofensivas diante da crise fiscal causada pelo aumento de demandas sobre o orçamento público e a redução dos recursos. Em meio às crises, o desemprego estrutural resulta na urgência da ampliação de programas sociais, o que se desdobra na ampliação de política sociais sob a égide do Estado. “A política social está no centro do embate econômico e político... como uma estratégia econômica e também política.” (BEHING, 2007, p. 173)

Behring (2003) aborda o “Estadocomo espaço de síntese das relações sociais, sob a hegemonia do capital”. A autora traz um importante estudo acerca da contrarreforma no governo Fernando Henrique Cardoso, que afeta a seguridade social. Período que “...corroeu aceleradamente os meios de financiamento do Estado brasileiro por meio de uma inserção na ordem internacional que deixou o país à mercê dos especuladores no mercado financeiro.” (BEHRING, 2019, p. 48).

Considerando as contradições do período de 2003 a 2016, que indubitavelmente veio a favorecer aos mais ricos, “...engendrou impactos materiais intensos sobre a vida dos que

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

viviam em pobreza extrema ou absoluta...” (BEHRING, 2019, p. 52). Impactos esses resultados da implementação de políticas públicas. “Não resta dúvida de que foram mudanças relevantes, significativas e desejáveis, pois suscitaram necessidades, ampliaram as fronteiras materiais da classe trabalhadora, incidiram sobre a indiferença e a invisibilidade de amplos segmentos.” (BEHRING, 2019, p. 54).

Há que se incorporar as análises dos impactos nas políticas públicas do “terceiro momento do neoliberalismo no Brasil” (BEHRING, 2019, p. 58) a partir do golpe de 2016. Em 2020 a pandemia da COVID-19 deflagra a desproteção do trabalho que condiz com o “...desmonte da seguridade social e dos direitos dos trabalhistas pelos sucessivos ajustes fiscais deixaram o Brasil imensamente vulnerável diante da devastação do acelerado processo de contágio” (BOSCHETTI e BEHRING, 2021, p. 76).

Em 2020 em decorrência da pandemia da COVID-19, segundo dados do IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra De Domicílios Contínua - PNAD Contínua -Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil 2012-2020 – publicada em 2021 - a estimativa da taxa de desocupação era de 13,5%, a maior taxa desde 2012; sendo a menor registrada no ano de 2014, definida em 6,8%. Ainda considerando o ano de 2020, a taxa de ocupação era de 49,4%, o menor registro desde 2012, quando entre 2012 e 2014, se manteve em 56,9%.

Segundo dados do IBGE (2021), em 2019 total de trabalhadores informais era de 38,4 milhões de pessoas e em 2020, 33,3 milhões. A taxa de informalidade que em 2019 era de 41,1% passou para 38,7% em 2020; dados que se referem a perda de ocupação dos trabalhadores informais durante a pandemia.

Tais números afetam as famílias e conseqüentemente a infância, a adolescência e a juventude, não obstante, ainda não são encontradas pesquisas acadêmicas no Brasil, entre as dissertações e teses, realizadas acerca da situação trabalho infantil em meio à pandemia da COVID-19.

O III Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador que tem vigência prevista para os anos 2019 -2022, foi elaborado pela Subcomissão de Erradicação do Trabalho Infantil instituída pela CONAEIT (Comissão



Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil), sendo esta regulamentada pela Portaria Nº 952 em 2003 sob iniciativa do Ministério do Trabalho.

O plano tem como finalidade: 1 – “coordenar as intervenções realizadas por diversos atores sociais”; 2 – “definir diretrizes e ações direcionadas à prevenção e eliminação do trabalho infantil e à proteção ao adolescente trabalhador” (BRASIL: 2018).

A equipe responsável por sua formulação o entende como “instrumento fundamental” para que o Brasil responda ao compromisso quanto a meta 8.7. do objetivo 8: “Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos”, que compõe os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)<sup>2</sup>

Sua estrutura incorpora os tópicos a seguir:

- Conceito de Trabalho Infantil;
- Diagnóstico: análise situacional do Trabalho Infantil no Brasil:
  - # marco legal
  - # marco simbólico-cultural
  - # marco estatístico
- Balanço do II Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador;
- Situação-objetivo;
- Eixos estratégicos;
- Matriz estratégica e Operacional;
- Monitoramento e avaliação;
- Nota metodológica sobre o processo de revisão do plano;
- Instrumental de monitoramento e avaliação do plano.

---

<sup>2</sup>A meta 8.7: “Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.”(BRASIL. Nações Unidas. Objetivos de desenvolvimento sustentável. Transformando nosso mundo. A Agenda 30 para o desenvolvimento sustentável, 2015 Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 10 out.2020).

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

O conceito de trabalho infantil adotado pelo plano se limita a definir a atividade que envolve crianças e adolescentes até 16 (dezesseis) anos, ressaltando a condição de aprendiz permitida a partir de 14 (quatorze) anos. Não considera uma análise do problema que incorpore as categorias desigualdades sociais (SOUZA: 2018; SALVADOR: 2012); as necessidades sociais (PEREIRA: 2009; 2011); a produção e reprodução social no contexto do capital (MAURIEL: 2012); e mais, a exploração de crianças e adolescentes, que caracteriza a perspectiva crítica com essa forma de violência e demonstre o interesse em inserir o debate no contexto da sociedade capitalista e na ideologia que o embasa.

Entendo que a ausência da crítica compromete o material elencado para compor o diagnóstico e como consequência, não traz ações mais ousadas para o problema colocado. Com isso quero destacar o diagnóstico com os seus três marcos: marco legal; marco simbólico-cultural e marco estatístico.

No marco legal a equipe incorpora os dispositivos que se tem para enfrentamento do problema do trabalho infantil enquanto violação de direitos e formulação de políticas públicas, registrando os avanços decorrentes da transversalidade e da intersetorialidade, conforme o documento do plano ressalta. São dispositivos legais que demarcam a trajetória do Brasil na definição de políticas públicas e que incorporam pesquisas de campo e o trabalho de profissionais das mais diversas áreas de atuação<sup>3</sup>.

Não obstante, o diagnóstico ressalta no marco estatístico a preocupação com os dados recentes emanados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): “Apesar de uma redução relevante no índice de crianças e adolescentes trabalhando no país, a situação permanece crítica.”

Com dados mais recentes que os apresentados no plano, afirmo com base em dados disponibilizados pelo IBGE – PNAD Contínua – 2019 – publicação em 2020, que o problema do trabalho infantil necessita de atenção ainda com absoluta prioridade, pois diz respeito a futuros de milhões de crianças e adolescentes. O número estimado de crianças e adolescentes

---

<sup>3</sup> ALMEIDA (2020) traz uma análise que parte das duas primeiras versões I e II do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador perpassando as políticas de assistência social e de saúde, incluindo dados 2015 do IBGE, que estavam disponíveis naquele momento, para abordar as contribuições e defender a organicidade do Sistema Único de Assistência Social e do Sistema Único de Saúde.

entre 5-17 anos de idade no Brasil era de 38.281 milhões, em situação de trabalho infantil eram 1.768 milhões. Destes, 706 mil encontravam-se entre as piores formas de trabalho infantil (TIP). Do total em situação de trabalho infantil, 377 mil tinham entre 5 e 13 anos; 442 mil entre 14-15 anos e 950 mil entre 16-17 anos.

No marco simbólico-cultural o destaque dado à ruptura, sob a condução do Estado brasileiro da temática da infância e adolescência vem da, nas palavras da equipe de planejamento, “... mobilização social de organizações governamentais e não governamentais, que resultou, durante o Congresso Constituinte (1986-1988), no estabelecimento de princípios que priorizavam os direitos da criança e do adolescente como ‘seres humanos em fase de desenvolvimento.’” (BRASIL: 2018).

Como situação-objetivo os profissionais envolvidos no planejamento elencaram com base nos dados que dispunham:

Quadro 1:

PROBLEMA CENTRAL - 2019	SITUAÇÃO-OBJETIVO – 2022
A permanente violação de direitos das crianças e dos adolescentes concretizada na exploração do trabalho infantil e em decorrência deste.	Aceleração da eliminação do trabalho infantil com ações que alcancem todas as faixas etárias, tanto em atividades agrícolas quanto em não agrícolas, e garantia do acesso à escola de qualidade, inclusive para o adolescente trabalhador em processo de aprendizagem.

Fonte: BRASIL: 2018.

Buscar conhecer o processo histórico que consolida as ações de enfrentamento do problema do trabalho infantil através da formulação de políticas públicas com a finalidade de extinguir a sua existência, requer que se ouse avançar para transformar.

A perspectiva de totalidade nos remete ao compromisso teórico de apreender o ser social histórico e concretamente concebido, sua produção e reprodução. A relação que o pesquisador estabelece com o conhecimento se efetiva pelas necessidades objetivas de obter respostas a um problema colocado. O que define a escolha que faz o pesquisador são os questionamentos, as dúvidas, a necessidade de estabelecer a verdade. O processo de aproximação da real parte da “representação do todo caótico” da realidade social.

O trabalho infantil ou “trabalho precoce” (BRASIL: 2018) esteve presente nas políticas de Estado e de governo ao longo do século XX no Brasil<sup>4</sup>, dentro de um contexto de priorizar a ordem, até entrar em vigor o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. O desdobramento do Estado e governos ao legitimar o trabalho infantil ao longo dos anos na sociedade brasileira é se compor uma cultura que incorpora crianças e adolescentes no enfrentamento dos problemas do cotidiano frente às desigualdades sociais.

Como o III Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador incorpora a participação da Universidade diante dos resultados do Diagnóstico do Trabalho Infantil no Brasil cujos dados levantados compõem o referido plano?

Os eixos estratégicos que compõem o plano são:

1 –“Priorização da prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador nas agendas políticas e sociais;

2 –“Promoção de ações de comunicação e mobilização social;”

3 –“Criação, aperfeiçoamento e implementação de mecanismos de prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador, com destaque para as piores formas;”

4 –“Promoção e fortalecimento da família na perspectiva de sua emancipação e inclusão social;”

5 –“Garantia de educação pública de qualidade para todas as crianças e os adolescentes;”

6 – “Proteção da saúde de crianças e adolescentes contra a exposição aos riscos do trabalho;”

7 –“Fomento à geração de conhecimento sobre a realidade do trabalho infantil no Brasil, com destaque para as suas piores formas.” (BRASIL: 2018).

Segundo a Matriz Operacional a Universidade aparece como parceira nas seguintes ações descritas abaixo:

Quadro 2:

Eixo Estratégico 2: Promoção de ações de comunicação e mobilização social
---

<sup>4</sup> Código de Menores (1927); Serviço Nacional de Assistência Social ao Menor – SAM (1941); Fundação Nacional do Bem-estar do Menor – FUNABEM (1964); Código de Menores (1979).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Objetivo 2.1.: Sensibilizar e mobilizar a sociedade em relação aos danos causados pelo trabalho infantil	
Ação:	Disponibilizar informações sobre a saúde das crianças e adolescente em situação de trabalho infantil. Promover encontro nacional para aprimoramento das estratégias de vigilância em saúde do trabalhador relacionado ao trabalho infantil. Promover encontro nacional para aprimoramento das estratégias de vigilância em saúde do trabalhador relacionado ao trabalho infantil.
Eixo Estratégico 3: Criação, aperfeiçoamento e implementação de mecanismos de prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador, com destaque para piores formas	
Objetivo 3.3.: Capacitar e sensibilizar agentes públicos do SGD com as questões do trabalho infantil e do adolescente trabalhador	
Ação:	Promover a formação continuada bem como realizar seminários destinados aos atores de SGD para sensibilização da problemática do trabalho infantil e conhecimento de sua legislação específica. Promover a formação continuada dos atores do SGD para o combate ao trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador a partir da legislação específica
Objetivo 3.4.: Integrar de forma efetiva programas, planos e ações referentes ao combate ao trabalho infantil e à proteção ao adolescente trabalhador	
Ação:	Fomento à criação de Comissões Gestoras Locais nos municípios visando a articulação e integração do sistema de ensino ao Sistema Garantia de Direitos por meio do Projeto Escola que Protege. Incluir os temas trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador nas conferências de educação, saúde, dos direitos das crianças e adolescentes e de assistência social, a partir das definições constantes no Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador.
Eixo Estratégico 5: Garantia de educação pública de qualidade para todas as crianças e os adolescentes	
Objetivo 5.2.: Alcançar a universalização do acesso, com permanência e sucesso no ensino fundamental	
Ação:	Produzir material didático e paradidático para criar condições de acesso/inclusão e permanência para crianças e adolescentes egressos e em situação de vulnerabilidade decorrente do trabalho infantil por meio do Projeto Escola que Protege. Formação continuada de profissionais da rede pública de educação básica e dos sistemas de garantia de direitos visando o enfrentamento, no contexto escolar, das diferentes formas de violência contra crianças e adolescentes.  Realização de seminários locais que abordem o tema Educação e Trabalho Infantil visando o debate sobre a implementação de um sistema de notificação dos casos de violações de direitos de crianças e adolescentes identificados nos sistemas de ensino.
Eixo Estratégico 6: Proteção da saúde de crianças e adolescentes contra a exposição aos riscos do trabalho	
Objetivo: Estabelecer ações de atenção integral a crianças e adolescentes em situação de trabalho pelo sistema de saúde	
Ação:	Apoiar tecnicamente as coordenações estaduais de atenção básica para atenção integral a crianças e adolescentes economicamente ativos. Capacitar os centros de referência em saúde do trabalhador - CEREST na vigilância em saúde do trabalhador relacionado ao trabalho infantil. Desenvolver capacitação sobre notificação integrada e de construção de redes, intra e intersetorial, para o combate ao trabalho infantil.
Eixo Estratégico 7: Fomento à geração de conhecimento sobre a realidade do trabalho infantil no Brasil, com destaque para as suas piores formas	
Objetivo: Ampliar a base de conhecimento sobre o trabalho infantil no Brasil, principalmente no que diz respeito às piores formas	
Ação:	Publicar obra científica sobre aspectos jurídico trabalhistas acerca do trabalho infantil.

Fonte: BRASIL: 2018.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Entendo que o Universidade tem um potencial de produção de conhecimento no Eixo 4 - “Promoção e fortalecimento da família na perspectiva de sua emancipação e inclusão social” (BRASIL: 2018), analisando ou avaliando realidades locais diante de suas potencialidades frente ao objeto do eixo em questão.

Resgato a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tão imprescindíveis a que a Universidade cumpra a sua função social. Pensar a emancipação e inclusão social das famílias requer que entre os temas que são objeto das políticas públicas, o direcionamento de atenção à categoria trabalho (LUKÁCS: 2015). Famílias, exercem uma atividade produtiva, “um trabalho”, em troca do salário ou remuneração para satisfazer “necessidades humanas básicas” (PEREIRA: 2008). O trabalho enquanto categoria de análise se insere numa estrutura econômica que define as relações sociais de produção e reprodução; que se compõe mediante uma ideologia e que gera desigualdades sociais. As conexões e mediações possíveis estão imersas nas diversas áreas do conhecimento e abertas às possibilidades de estudos.

A Universidade poderia estar presente num eixo no qual venha desenvolver a sua finalidade no âmbito da extensão na intersecção com ensino e pesquisa, e assim, dar mais um passo para o alcance do objetivo do plano: a erradicação do trabalho infantil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estatuto da Criança e do Adolescente é uma referência para as políticas públicas, não significando a política. A Política Nacional de Assistência Social, tornada exequível mediante o Sistema Único de Assistência Social, tem o trabalho infantil incorporado através do programa em questão como uma de suas prioridades.

O trabalho infantil ou “trabalho precoce” (BRASIL: 2018) dada a forma como o Estado o legitimou ao longo do Século XX, até que se estabelecesse a proteção integral de crianças e adolescentes com absoluta prioridade, compôs uma cultura de os supostos “problemas” envolvendo essa faixa etária deveriam ser solucionados com o trabalho em detrimento da importância da permanência na escola e valorização da educação formal.

A Universidade a partir da sua finalidade e do que a caracteriza tem um papel relevante considerando-se a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão se diversos

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

cursos de graduação e pós-graduação unirem esforços para propor ações que abordem o problema numa perspectiva crítica incorporando os temas relevantes no âmbito social, político, econômico, cultural e ético, recompondo o percurso de luta na construção da cidadania (CARVALHO: 2018), perpassando as desigualdades de raça/etnia e gênero.

Partindo do pressuposto de que estamos no último ano de excussão do plano e que os trabalhos para a elaboração de uma nova versão, suspostamente, estão em andamento, cabe considerar um aspecto relevante que aparece naquele que finda. Na construção da terceira versão os diferentes órgãos participaram da análise e das definições quanto às ações a constar, abro uma janela de preocupação, o financiamento. A palavra financiamento aparece no item que prevê o monitoramento e a avaliação do plano. Não constam dados orçamentários no corpo do texto do plano. Como executar políticas públicas sem financiamento público?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rosangela Oliveira Gonzaga de. O SUAS e o SUS na proteção social à infância e adolescência. **Anais do V Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra** – Instituto Nacional de Pesquisa e Promoção de Direitos Humanos/Centro de Direitos Humanos, v. 2, 2021, p.158-171.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social no capitalismo tardio**. 3ª. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma**; desestruturação do Estado e perda de direitos. 1ª. ed. Cortez Editora: São Paulo, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti. Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. In: SALVADOR, Evilasio; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de Lourdes de. (orgs.). **Crise do capital e fundo público**; implicações para o trabalho, os direitos e a política social. 1ª ed. Cortez Editora: São Paulo, 2019, 43-65.

BOSCHETTI, Ivanete. BEHRING, Elaine Rossetti. Assistência social na pandemia da covid-19; proteção para quem? **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez Editora, n. 140, p. 63-83, jan./abr.2021.

BRASIL. IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra De Domicílios Contínua - PNAD Contínua - Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil 2012-2020. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Domicilios\\_continua/Principais\\_destaque\\_PNAD\\_continua/2012\\_2020/PNAD\\_continua\\_retrospectiva\\_2012\\_2020.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Principais_destaque_PNAD_continua/2012_2020/PNAD_continua_retrospectiva_2012_2020.pdf). Acesso em: 18 abr. 2022.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. III Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador – 2019-2022, 2018. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/novembro/lancado-3o-plano-nacional-de-prevencao-e-erradicacao-do-trabalho-infantil/copy\\_of\\_PlanoNacionalversosite.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/novembro/lancado-3o-plano-nacional-de-prevencao-e-erradicacao-do-trabalho-infantil/copy_of_PlanoNacionalversosite.pdf). Acesso em: 9 fev.2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subsecretaria para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm#art81](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm#art81). Acesso em: 19 jan.2022.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**; um longo caminho. 24ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

LUKÁCS, György. **Reboquismo e dialética**; uma resposta aos críticos da História e consciência de classe. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Mudanças estruturais, transformações recentes na política social no capitalismo avançado e combate à pobreza. In: MAURIEL, Ana Paula Ornellas. **Capitalismo, políticas sociais e combate à pobreza**. 1ª. ed. Ijuí: Editora Unijauí, 2010, p.177-273.

PEREIRA, Potyara. **Necessidades humanas**; subsídios à crítica dos mínimos sociais. 5ªed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

PEREIRA, Potyara. Discussões conceituais sobre política social com política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes; MIOTO, Regina Célia Tamaso (org.). **Política social no capitalismo**; tendências contemporâneas. 2ª. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

PEREIRA, Potyara. **Política social**; temas e questões. São Paulo: Cortez, 2011.

SALVADOR, Evilasio. Fundo público e o financiamento das políticas sociais no Brasil. **Serviço Social em Revista**: Londrina, v.14, n. 2, p. 4-22, 2012.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira. **Uma história de desigualdade**; a concentração de renda entre os ricos no Brasil.1ª. ed. São Paulo. Hucitec Editora/ANPOCS, 2018.

VIELLA, Maria dos Anjos Lopes. Mapas do trabalho; faces ocultas da infância e da juventude. In: ARROYO, Miguel G.; VIELLA, Maria dos Anjos Lopes; SILVA, Maurício Roberto da (org.). **Trabalho infantil**; exercícios tensos de ser criança haverá espaço na agenda pedagógica? 1ª. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral  
Eixo Temático - Estado e Política Social

## O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL COM AS POLÍTICAS DE CRIANÇA E ADOLESCENTES: DESAFIOS E POTENCIALIDADES

THE WORK OF SOCIAL ASSISTANTS WITH CHILD AND ADOLESCENT POLICIES:  
CHALLENGES AND POTENTIAL

Gabriela Alves Gomes<sup>1</sup>

Camila Botelho Gusmão<sup>2</sup>

Laíza Baptista de Carvalho<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente artigo é de natureza qualitativa, baseando-se em pressupostos metodológicos de pesquisa bibliográfica em referência ao tema. Nesse sentido, objetivou-se elaborar um panorama acerca dos principais desafios e potencialidades enfrentados na contemporaneidade brasileira pelo profissional de Serviço Social no âmbito das políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes. Para tanto, realizou-se uma análise das principais dificuldades observadas no decorrer da história até os dias atuais no que se refere à elaboração, efetivação e eficácia de políticas públicas destinadas às crianças e adolescentes no Brasil.

**PALAVRAS CHAVE:** Direitos sociais. Políticas públicas. Crianças. Adolescentes. Desafios. Potencialidades. Serviço Social. Brasil.

**ABSTRACT:** This article is qualitative in nature, based on methodological assumptions of bibliographic research in reference to the topic. In this sense, the objective was to elaborate an overview of the main challenges and potentialities faced in contemporary Brazil by the Social Work professional within the scope of public policies aimed at children and adolescents. To this end, an analysis was carried out of the main difficulties observed in the course of history to the present day with regard to the elaboration, implementation and effectiveness of public policies aimed at children and adolescents in Brazil.

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Departamento de Economia Doméstica (DED). E-mail: [gabriela.a.gomes@ufv.br](mailto:gabriela.a.gomes@ufv.br)

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Departamento de Economia Doméstica (DED). E-mail: [camila.gusmao@ufv.br](mailto:camila.gusmao@ufv.br)

<sup>3</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Departamento de Economia Doméstica (DED). E-mail: [laiza.carvalho@ufv.br](mailto:laiza.carvalho@ufv.br)

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

**KEYWORDS:** Social rights. Public policy. Kids. Teens. Challenges. Potential. Social service. Brazil.

## INTRODUÇÃO

Nosso país é herdeiro de um complexo processo sócio-histórico, amplamente pautado na produção, reprodução e naturalização de diversas desigualdades sociais que juntas compõem a chamada questão social<sup>4</sup>, engendradas e aprofundadas pelo sistema aderido por nós: o Capitalismo. Na atualidade, tais ações respingam tanto nas concepções que criamos acerca da infância e da adolescência, quanto no trabalho executado pelos assistentes sociais no que se refere à elaboração, garantia e efetivação de políticas públicas de qualidade que possam suprir as demandas provenientes dessa parcela populacional, reforçando a ideia proposta por Júnior (1992) de que o Brasil é “um país que não soube construir uma história ética pautada no respeito humano” (1992, p. 14).

Dessa forma, como reforçado por Custódio (2015), podemos entender que as forças existentes no poder político brasileiro “não representam a estrutura social, em termo de construção histórico-econômico-social de nosso país” (CUSTÓDIO, 2015), marginalizando, criminalizando e mascarando inúmeros indivíduos que já vinham sendo oprimidos desde a gênese da política brasileira.

Hoje, essa problemática acaba dificultando o avanço da luta pelo reconhecimento, garantia, efetivação e eficácia de políticas públicas que possam sanar as demandas provenientes desse coletivo<sup>5</sup> prejudicado e invisibilizado no decorrer da história pelo próprio Estado. Por consequência, observa-se um impasse no trabalho executado pelos profissionais de Serviço Social no que tange à garantia desses direitos em estado de retrocesso, como é o caso, por exemplo, da redução da maioria penal.

---

<sup>4</sup> Principal objeto de estudo e intervenção do Serviço Social.

<sup>5</sup> Aqui, referimo-nos, primordialmente, ao público alvo deste ensaio: crianças, adolescentes e jovens.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Outra medida conservadora que vai de encontro (...) pelo direito da criança e do adolescente, é a votação da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 171/1993, que altera a redação do artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir de 18 para 16 anos a maioridade penal. O projeto, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) nesta terça, 30 de março, é um grande retrocesso nas políticas para a nossa juventude. (CUSTÓDIO, 2015, p. ?<sup>6</sup>).

É inaceitável observar setores em favor da redução da maioridade penal, ignorando a juventude — em especial a juventude negra que segue sendo uma das principais vítimas de violência no Brasil (CUSTÓDIO, 2015) —, sendo relevante realçar que há:

Uma grande preocupação dos movimentos sociais hoje é justamente os altos níveis de homicídios que atingem jovens de 15 a 29 anos no Brasil, especialmente jovens negros do sexo masculino moradores das comunidades periféricas das áreas metropolitanas dos centros urbanos. Dados do SIM/Datasus, do Ministério da Saúde, mostram que mais da metade dos mortos por homicídios, em 2012, no Brasil, eram jovens (53,37%), dos quais 77,0% negros e 93,30% do sexo masculino. Por essa razão, os homicídios de jovens representam uma questão nacional. (CUSTÓDIO, 2015, p. ?).

Para darmos início a este estudo, cabe exaltar os principais marcos históricos brasileiros tanto no campo das políticas e direitos sociais, como na própria relação das mesmas com o público juvenil. Espera-se compreender melhor o papel da família, bem como o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais no âmbito das políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes no Brasil contemporâneo. Para que haja um entendimento pleno sobre esse assunto, devemos, como apontado por Júnior (1992, p. 13) “levar em conta os estereótipos, inversões de sentido e banalizações construídos ao longo dos séculos”.

Visando contribuir para o conhecimento acerca do trabalho do Serviço Social, este trabalho propõe realizar uma análise sobre os principais desafios e potencialidades enfrentados por esses profissionais no âmbito das políticas sociais.

## DESENVOLVIMENTO

---

<sup>6</sup> CUSTÓDIO, Mônica. **Não à Redução da Maioridade Penal: Mais Educação, Menos Presídios!**. 2015. Disponível em: <http://metalurgicosrj.org.br/nao-a-reducao-da-maioridade-penal-mais-educacao-menos-presidios/>. Acesso em: 18/10/2021.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## **Direito Social e Política Social no Brasil: uma breve análise histórica**

Em consonância com os estudos de Simões (2009), podemos verificar que, durante os períodos colonial e imperial vividos na aurora da formação do nosso país, uma grande parcela da população infanto-juvenil (em especial àqueles indivíduos em situação de abandono, cuja responsabilidade era atribuída, primordialmente, à Igreja e suas derivadas entidades) era ativamente integrada às atividades de caráter econômico e trabalhista da sociedade, não havendo medidas protetivas por parte do Estado que pudessem contemplá-los. De fato, cabe ressaltar aqui que, naquele período, as ações protetivas existentes para as crianças e adolescentes giravam fundamentalmente em torno do assistencialismo precário e da caridade prestadas pela elite (SIMÕES, 2009), não podendo, portanto, serem entendidas enquanto direito social ou, até mesmo, como benefícios de uma política social.

Podemos dizer que em decorrência dessa situação atípica, a visão deturpada da infância e adolescência enquanto um período apto ao trabalho desapropriava os jovens de seus devidos atributos e características infantis, afastando-os do que conhecemos hoje como uma infância digna, plena e de qualidade. Infelizmente, tal visão acabou se intensificando ainda mais com a expansão e a popularização da escravidão no Brasil durante o século XVI até meados do século XIX.

Em 1830, ainda no período imperial, há a criação do Código Criminal e, em 1890, a criação do primeiro Código Penal que, como um de seus deveres centrais, propunha regulamentar os procedimentos a serem utilizados para com indivíduos de até 17 anos de idade em caso de ação criminosa (JÚNIOR, 1992). Vale frisar neste ponto que, em ambos os Códigos de Menores, as crianças e adolescentes não eram considerados como sujeitos de direito, mas sim como meros objetos de processos e extensões de seus patriarcas (JÚNIOR, 1992).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Avançando um pouco mais na história, temos, em 1888, a abolição da escravatura e a passagem do Brasil colônia para um Brasil de capitalismo industrial, periférico e dependente. Devido à má organização e a falta de responsabilização por parte do Estado, compreende-se que as consequências da escravidão, da rápida urbanização e industrialização e do intenso processo de imigração no país não tiveram um devido reparo, resultando assim tanto na permanência, quanto no aumento camuflado da mão de obra infantil. Por essa razão, a pauta direcionada a tratar especificamente a questão da infância e adolescência passa a ganhar maior evidência no Brasil.

Aqui, urge mencionar algumas medidas de “amparo” voltadas às crianças e adolescentes naquele período, ilustradas por Simões (2009). Assim, temos: a) a Casa dos Expostos; b) a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia; e c) Santa Casa Campineira; todas, sem exceção, possuindo um viés filantrópico que se adequava perfeitamente ao contexto de transformações política, econômica e industrial vividas no país.

Na cidade de São Paulo foi criada a Casa dos Expostos em 1895, no Pacaembu, por ato consignado nas atas da mesa administrativa da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, devido ao aumento de crianças abandonadas, atendidas pela roda e para suprir proteção dada pelas ambas. (SIMÕES, 2009, p. 214).

Observe-se que tais medidas de proteção se enquadram no requisito de **cuidados**, e não de **garantia de direitos** desses indivíduos marginalizados pelo próprio Estado.

Em 12 de outubro de 1927, graças ao decreto lei 17.943-A, nasce o primeiro Código de Menores e, em 1940, há a criação do novo Código Penal que, para além de ampliar o limite de irresponsabilidade penal para 18 anos, influencia também nas modificações provindas da revisão do Código de Menores pelo decreto lei nº 6.026 (Lei de Emergência). Além disso, criou-se no Ministério da Educação e Saúde o Departamento Nacional da Criança (DNC).

Alguns anos mais tarde, em 10 de outubro de 1979, surge o segundo Código de Menores que, nas palavras de Júnior (1992, p. 21), “delimita sua ação na assistência, proteção e vigilância a ‘menores’ até 18 anos em situação irregular”. Contudo, cabe salientar que nessa época, apesar dos pequenos avanços oriundos da revisão e modificação do Código de

Menores, as leis dirigidas à população infanto-juvenil apresentavam um caráter (re)educacional repressivo e coercitivo para os considerados “infratores”<sup>7</sup>, não buscando contrapor ou até mesmo atualizar de fato o conteúdo presente nos Códigos de Menores de 1830 e 1890. Logo, é notório que durante o Estado Novo a política de atendimento à infância e adolescência apenas se adequou às necessidades econômicas vividas no período, mantendo as características **autoritárias, assistencialistas e conservadoras** da ordem vigente.

Não obstante, criou-se uma concepção estereotipada e popular — muito distinta da realidade presenciada — para representar o ideal de infância e de adolescência do país: sujeitos brancos, possuidores de uma base familiar estruturada e de boa condição financeira (JÚNIOR, 1992). Infelizmente, este estereótipo serviu para reforçar não só uma extensa criminalização de jovens não inseridos e/ou assistidos por uma família nuclear bem estruturada, como também realizar uma caracterização socioeconômica e étnica dos considerados “fora do ideário padronizado”. Caracterização essa que persevera no ideário Estatal e societário até os dias atuais. A esse novo personagem tão atípico e incômodo para a nação, inferiu-se o termo “menor”<sup>8</sup> (JÚNIOR, 1992).

Com frequência, inclusive entre intelectuais “de esquerda”, o chamado “menor” é apresentado como “excluído” ou como “marginal”. A princípio estes conceitos explicariam a desigualdade existente na estrutura social. A teoria da “situação irregular” e as iniciativas de reintegração do “menor” também partem do princípio da existência da desigualdade. (JÚNIOR, 1992, p. 23-24)

Essa distinção social e econômica entre as crianças e adolescentes de diferentes situações de vida e origem, se mostrou ainda mais nítida no decorrer da criação da legislação brasileira, onde pode-se inferir desde o princípio que “somente determinada parcela dessa população figura como objeto a ser disciplinado, assistido e controlado” (JÚNIOR, 1992, p. 15).

---

<sup>7</sup> No início do século XX, não havia diferenciação entre crianças, adolescentes e adultos quanto a aplicação desse termo.

<sup>8</sup> “Igualmente inserido na mesma faixa etária que a CRIANÇA, o “menor” seria uma triste exceção, pois estaria em situação irregular decorrente de sua origem em famílias “desestruturadas”, de baixa renda” (JÚNIOR, 1992, p. 13).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Dessa maneira, ao invés de buscar solucionar as causas reais de desigualdade que geram as problemáticas atuais vividas por esses jovens, o Estado e a sociedade acabam reproduzindo e naturalizando ações e diálogos que, para além de culpabilizar as crianças e os adolescentes em situação de risco e carência, buscam conter, regrar e mascarar a infância pobre. Tal fato se confirma diariamente nos noticiários nacionais, os quais carregam manchetes ilustrando os mais diversos tipos de violação de direitos deste público<sup>9</sup>.

Durante os anos de 1940 a 1960, o Brasil sofre importantes transformações políticas, recebendo —no que se refere aos direitos voltados às crianças e adolescentes — grande influência da ONU (Organização das Nações Unidas) e da promulgação da Declaração Universal dos Direitos da Criança. Aqui, como principal diferencial político e de direito social, temos tanto a transformação do “menor” (enquanto ameaça social) para criança carente, abandonada e sujeita de direitos; quanto a valorização das práticas assistencialistas no lugar das punitivas pelo novo Código de Menores de 1979 (JÚNIOR, 1992).

Ainda no século XX, verifica-se, em meados de 1987 e 1989, a instituição da Política do Bem-Estar do Menor voltada àqueles jovens marginalizados e em situação de risco social e pessoal. Finalmente, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a regulamentação dos seus artigos 227 e 228, temos, em 1990, a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA<sup>10</sup> (BRASIL, 1990).

O ECA não foi uma dádiva do Estado, mas uma vitória da sociedade civil, das lutas sociais e reflete ganhos fundamentais que os movimentos sociais têm sabido construir. Ocorre que foi uma conquista obtida tardiamente e nos marcos do neoliberalismo, nos quais os direitos estão ameaçados, precarizados e reduzidos, criando um impasse na “cidadania de crianças”, no sentido de tê-la conquistado formalmente, sem, no entanto, existir condições reais de ser efetivada e usufruída (SILVA, 2005, p. 36).

<sup>9</sup> Para mais informações, conferir reportagens: “Em 5 anos, 103 crianças foram baleadas e 30 morreram vítimas da violência no Rio” (SOARES, 2021) da CNN Brasil; e “Violações de direitos de crianças e adolescentes se intensificam durante a pandemia” (VASCONCELOS; BEZERRA, 2021) do Brasil de Fato.

<sup>10</sup> Vale salientar aqui a importância da participação e pressão popular e dos Movimentos Sociais na luta pela elaboração e regulamentação do ECA (SILVA, 2005).

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Assim, o ECA se apresenta enquanto um marco essencial na história das políticas brasileiras voltadas às crianças e adolescentes por promover a proteção integral dos mesmos e de seus direitos de forma universal, sem distinção de qualquer classe social (SIMÕES, 2009).

Entretanto, por ter sido concebido no auge da inserção e expansão do ideário neoliberal no Brasil, o Estatuto acabou sendo construído mediante tal influência, se mostrando contraditório e ambíguo. Em verdade, pode-se afirmar ainda que não houve uma ruptura total do ECA com as propostas do Código de Menores e nem com os Códigos Criminais de 1830 e 1890.

Existem várias “descontinuidades” e “continuidades” na relação ECA e Código de Menores. Alguns estudiosos já demonstraram os processos de “descontinuidades”, isto é, as diferenças. Ocorre que nos dias de hoje há uma carência de pesquisas que identifiquem os pontos de “continuidade”, isto é, as semelhanças entre essas legislações. (SILVA, 2005, p. 42).

Como objeto de interesse do presente artigo, cabe salientar que após a criação do ECA, é possível identificar uma dada autonomia por parte do Ministério Público<sup>11</sup> sobre sua função de fiscalizar a aplicação das leis democráticas, garantindo a promoção e proteção dos direitos infantojuvenis previstos tanto na Constituição de 1988, quanto na Convenção Internacional dos Direitos da Criança. Vale lembrar que em decorrência das propostas neoliberais, é transferido às organizações não-governamentais o papel de executar políticas públicas (como as postuladas pelo ECA) que deveriam ser de responsabilidade do Estado<sup>12</sup>, desresponsabilizando o mesmo de seus deveres fundamentais.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### FAMÍLIA

<sup>11</sup> Em especial a Promotoria da Infância e da Juventude

<sup>12</sup> Este ponto em questão ficará mais evidente no tópico referente à Família, discutido a seguir.

Em seu conceito mais puro, a família pode ser resumida em “uma associação de pessoas que escolhe conviver por razões afetivas e assume um compromisso de cuidado mútuo” (CARNUT; FAQUIM, 2014, p. 63). Assim, entende-se que um grupo familiar pode possuir tanto vínculo sanguíneo, quanto vínculo jurídico (MELO, 2014)

Na antiguidade, o entendimento social e até mesmo religioso de família se pautava no formato da família tradicional<sup>13</sup>. Contudo, as transformações culturais e sociais vividas na humanidade ao longo da história corroboraram para que houvesse um maior entendimento acerca da diversidade existente entre os tipos de família<sup>14</sup>. O próprio Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, com alterações estabelecidas pela lei nº 12.010, define três tipos de família, a saber:

- a) **Família natural:** entendida como “comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes” (BRASIL, 1990, art. 25);
- b) **Família extensa/ampliada:** vai além “da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade” (BRASIL, 2009, art. 25);
- c) **Família substituta:** faz “mediante guarda, tutela ou adoção” (BRASIL, 1990, art. 28), ou seja, uma família temporária. Nessa linha de raciocínio e, segundo o ECA, aos pais cumprem o dever de guarda e sustento dos filhos (BRASIL, 1990).

Por mais ampla e diversificada que seja, entendemos que a família — independente do formato, tipo ou vínculo existente (sendo este sanguíneo ou não) — se resume a um grupo de pessoas que vivem juntas e possuem laços afetivos. Não é à toa que seus direitos se relacionam, em sua grande maioria, ao conceito de afeto e à construção de laços.

Mediante a Constituição de 1988, tem-se a família como base da sociedade e a principal responsável por assegurar os direitos da criança, adolescente e do jovem. A família é

---

<sup>13</sup> Composta por um homem, uma mulher e seus respectivos descendentes.

<sup>14</sup> Destacam-se: as famílias tradicionais ou nucleares; monoparentais; informais; matrimonial; anaparental; reconstituídas; unipessoal e, por fim, as eudemonistas (MENEZES, 2019).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

o principal agente de socialização do indivíduo, pois é ela que irá oferecer o primeiro contato que temos com a vida em sociedade, referenciar nossa proteção, impor as normas de convívio, acompanhar nosso desenvolvimento e moldar nossa moral (CARNUT; FAQUIM 2014). Tamanha responsabilidade e dever influenciam ainda mais o papel e a importância da família para com as crianças e adolescentes.

Assim, como a família possui maior bagagem de responsabilidade, recebe atenção especial do Estado, sendo reforçada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos que estabelece a família como núcleo fundamental da sociedade, com direito à proteção do Estado (DIAS, 2015). Contudo, mesmo com esse estabelecimento, observa-se que, na prática, a realidade é diferente.

Apesar dos direitos e deveres da família para com a criança/adolescente serem previamente estabelecidos e delimitados tanto na Constituição Federal de 1888, quanto no ECA, observa-se a isenção da responsabilidade Estatal graças ao ideário neoliberal, promovendo a “responsabilização e a culpabilização das famílias pelas mazelas ocasionadas pelo capitalismo” (HORTS, 2020, p. 411). A título de exemplo, temos que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, art. 227).

A responsabilidade de garantir e assegurar os direitos relacionados à vida e todos os seus devidos âmbitos recai em primeira instância à **família**, posteriormente à **sociedade** e, por fim, ao **Estado**. Esse constante repassa dos deveres e responsabilidades do Estado no que tange às políticas sociais voltadas ao público infantojuvenil para a família, acaba tendo seus reflexos no serviço proposto pelos Assistentes Sociais durante sua intervenção profissional<sup>15</sup>. Reforçamos que, embora essas famílias tenham uma função essencial como a primeira

<sup>15</sup> Referimo-nos às ações voltadas ao público infantojuvenil e suas respectivas famílias.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

instituição social<sup>16</sup> à qual o público infante/juvenil terá acesso, ela não pode — e nem deve— ser responsabilizada pela violação de seus direitos. Como apontado por Horts (2020):

Negar e/ou afirmar que a tradição marxista não dá conta da explicação sobre a instituição família sempre contribuiu –ainda mais na atual conjuntura –para levar água ao moinho do conservadorismo e da pós-modernidade (HORTS, 2020, p. 412).

Destacamos, portanto, a importância desta discussão no debate acerca das potencialidades e desafios no trabalho do Assistente Social ao promover, elaborar e efetivar (junto às famílias e, principalmente, do Estado) ações, programas e políticas públicas que possam oferecer proteção, amparo e respeito às crianças e adolescentes no Brasil.

## SERVIÇO SOCIAL

O profissional de Serviço Social tem, mediante as propostas do Código de Ética do Assistente Social, um papel fundamental no enfrentamento das mais variadas expressões da chamada “questão social”. Nesse sentido, visando defender e promover os princípios e direitos postulados pela Constituição Federal de 1988 e, também, pelo ECA de 1990, esse profissional acaba atuando diretamente nas políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes.

[...] direta ou indiretamente, os/as profissionais de Serviço Social atuam com crianças e adolescentes na maioria dos espaços sócio-ocupacionais, quando crianças e adolescentes estão presentes no contexto familiar em que as pessoas atendidas estão inseridas. Destacamos alguns espaços, como os Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Scfv), os Centros de Juventude, os Centros de Referência de Direitos Humanos, as Varas da Infância e Juventude, as unidades de acolhimento institucional, o sistema socioeducativo, os serviços de saúde, na assessoria de conselhos tutelares e outros espaços em que o atendimento a crianças,

<sup>16</sup> Conforme o conteúdo referente às obras de Émile Durkheim, apresentadas em sala de aula pelo Prof. Luciano Rodrigues Costa, disciplina ERU 315 – Sociologia do Trabalho, Período Especial Remoto 3 (PER3), no ano de 2021, pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

adolescentes e jovens e suas famílias é mais recorrente (CFESS, 2020).

Contudo, como construído ao longo do presente texto, entende-se que promover a garantia da efetivação e do cumprimento dessas políticas não é tão simples assim.

Como demonstrado nos tópicos anteriores, as políticas e direitos sociais voltados ao público infantojuvenil enfrentaram inúmeros empecilhos por parte do Estado ao longo da construção da história brasileira. Desde os primeiros Códigos de Menores (1927 e 1979) até a promulgação do ECA (1990), verifica-se uma certa dificuldade por parte da União em reconhecer e até mesmo aplicar tais legislações de maneira efetiva. Essa situação atípica se agrava ainda mais a partir da inserção do ideário neoliberal no nosso país, promovendo um nítido retrocesso na garantia de direitos e por consequência implicando no agir profissional dos assistentes sociais.

Sendo assim, cabe destacar e discorrer, neste tópico, a respeito dos principais desafios e potencialidades presentes na atualidade no que se refere ao exercício profissional dos mesmos. Entre as dificuldades vivenciadas diariamente, observa-se:

- a) A limitação de recursos adequados para um agir profissional de qualidade: em decorrência do orçamento limitado, certas instituições não conseguem arcar com os custos necessários para uma atividade laborativa adequada. Dessa forma, muitos Assistentes Sociais atuam em locais precários e sem ter acesso pleno aos instrumentos de trabalho (como, por exemplo, atendimento em grupo, relatórios, perícias, entrevistas, visita domiciliar, entre outras abordagens utilizados em sua intervenção);
- b) O próprio retrocesso na garantia e efetivação das leis em decorrência do Estado Neoliberal;
- c) O não entendimento, por parte tanto de profissionais de outras áreas, como também do próprio Assistente Social (em muitos casos), do trabalho que o mesmo executa (com isso, ressalta-se a importância do Projeto Ético Político do/a Assistente Social, bem como da relação existente entre os princípios teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo defendidos na graduação em Serviço Social);

- d) Estereótipos mantidos pela nação: reforçada, primordialmente, pela mídia e por discursos conservadores da própria população, percebe-se, na sociedade, uma ideia distorcida em relação às políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes, enquanto políticas que visam “defender bandidos e vagabundos”;
- e) A culpabilização e responsabilização da família, por parte do Estado, no que tange aos direitos e políticas sociais voltadas ao público infantojuvenil;
- f) As próprias expressões da Questão Social (como a miséria, fome, pobreza, marginalização e etc), frutos das contradições entre Capital x Trabalho.

Os desafios apresentados anteriormente cooperam na dificuldade de um agir profissional pleno e de qualidade, o que acaba por afetar os serviços prestados à esses sujeitos ocasionando a precariedade do trabalho do Assistente Social e a frustração em não conseguir (em muitos casos) ter autonomia plena, intervir na realidade e elaborar políticas públicas efetivas. Somando-se a isso, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) apresenta mais um elemento que elucida o risco iminente do desmonte das políticas sociais de criança e adolescente: a Emenda Constitucional nº 95<sup>17</sup>, promovendo um corte significativo em todas as esferas das políticas públicas.

A Emenda Constitucional 95, promulgada em dezembro de 2016, incorporou ao ordenamento jurídico brasileiro o Novo Regime Fiscal. Com ele, as despesas primárias da União passam a ter um teto que deverá ser observado ao longo dos próximos vinte anos, cujo parâmetro são os gastos do exercício de 2016, reajustados ano a ano pela inflação. O ajuste fiscal tem por escopo garantir sustentabilidade à dívida pública federal, o que é notável, porém ao mesmo tempo arriscado, pois pode impossibilitar a União de, durante o período de sua vigência, cumprir adequadamente as prestações de sua competência e que são indispensáveis à sociedade (CASSI E GONÇALVES. 2020, p. 35).

Logo, entende-se que em alguns casos o mau exercício intervencional não decorre apenas da falta de preparo do(a) assistente social (enquanto um eterno estudioso e defensor

---

<sup>17</sup>O caso da Emenda Constitucional nº 95, e promove, assim, um verdadeiro desmonte do sistema de proteção social. Também acompanhamos, num período recente, diversas legislações que provocaram alterações no ECA e diferentes iniciativas que nem sempre resultam em avanços, mas que também ameaçam imensos retrocessos.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

dos direitos e políticas sociais), mas sim de uma série de fatores externos à ele(a). Não obstante, cabe salientar que o trabalho desenvolvido pelos profissionais de Serviço Social é amparado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) que assume:

[...] a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a assistente social no Brasil, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). Para além de suas atribuições, contidas na Lei 8.662/1993, a entidade vem promovendo, nos últimos 30 anos, ações políticas para a construção de um projeto de sociedade radicalmente democrático, anticapitalista e em defesa dos interesses da classe trabalhadora (CFESS, s/d).

Em uma sociedade de classes, todo projeto e, portanto, toda prática profissional será regida, necessariamente, por uma dimensão política. Logo, temos a construção de um Projeto Ético-Político que, por sua vez, encontra-se diretamente relacionado a um projeto societário. Assim, no que se relaciona à prática profissional do Assistente Social, infere-se que a mesma:

[...] não se constitua como práxis produtiva, efetivando-se no conjunto das relações sociais, nela se imprime uma determinada direção social por meio das diversas ações profissionais (...), balizadas pelo projeto profissional que a norteia (TEIXEIRA; BRAZ, s/d, p. 5).

Nesse sentido, os autores reforçam que é indubitável que o “projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade” (TEIXEIRA; BRAZ, s/d, p. 5), sendo essa verdade amparada no próprio agir profissional. Destarte, Netto (1999) agrega que o Projeto Ético-Político do Serviço Social:

Os projetos profissionais [inclusive o projeto ético-político do Serviço Social] apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (NETTO, 1999, p. 95).

Concomitantemente, aponta-se elementos essenciais na construção do Projeto Ético-Político, sendo eles as dimensões: a) Ético-Político; b) Teórico-Metodológico; e c) Técnico-Operativo. A articulação desses três princípios na esfera do cotidiano, condensa um processo

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

gradual de amadurecimento intelectual e político ocorrido no âmbito do Serviço Social, com reflexos naquilo que tem-se denominado como um novo perfil profissional: um indivíduo capaz de responder, com eficácia e competência teórica/ ética/política e técnico-operativa, às demandas da sociedade.

A partir disso, entende-se o quanto o projeto se faz ainda mais necessário e urgente na defesa e garantia dos direitos das crianças/adolescentes no cenário atual, pois:

Debater a prática dos assistentes sociais no campo da política social não se confunde com o debate da prática profissional travado no campo de conhecimento do Serviço Social. Embora a intervenção do assistente social no campo da política social seja determinada pelo *ethos* profissional, ela se recobre de características que vão exigir não somente um alinhamento a determinado projeto profissional. Traz, também, a exigência de como colocar este projeto em movimento, num espaço onde não se tem a direção do processo e onde a autonomia é relativa. O trabalho no campo da política social, sob a os auspícios do projeto crítico estratégico [...] requer a explicitação das mediações necessárias para que o profissional possa decidir sobre a sua prática (MIOTO; NOGUEIRA, 2013, p. 68).

Logo, no debate que se relaciona às potencialidades profissionais destacam-se que apesar dos inúmeros limites apresentados até então, o corpo profissional de Serviço Social vem se mostrando cada vez mais integrado e fortalecido na defesa dos direitos e políticas sociais, buscando o desmonte das expressões da Questão Social, fomentando os debates e estudos acadêmicos acerca da promoção da proteção à criança, ao adolescente e ao jovem, bem como promovendo estratégias e técnicas para construir respostas às demandas identificadas por esses sujeitos e suas famílias. Essa construção é essencial para um exercício profissional digno e de qualidade, uma vez que:

A relação dessa atuação com o ECA reside no fato de que grande parte da nossa categoria atua na execução das políticas públicas e sociais. É por meio da efetivação destas políticas e da integração do Sistema de Garantia dos Direitos que o ECA ganha materialidade, constituindo assim uma 'rede de proteção'. Além disso, os princípios ético-políticos do Serviço Social, que precisam estar presentes na atuação profissional, a exemplo do reconhecimento da liberdade como valor ético central e defesa intransigente dos direitos humanos, confluem para a defesa do ECA e da garantia de direitos fundamentais de crianças e adolescentes (CFESS, 2020).

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Nessa lógica, destaca-se também o posicionamento em favor da justiça social e da equidade (como consta no próprio Código de Ética profissional) enquanto princípios basilares do exercício profissional que possibilitem a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais como, neste caso, à criança e adolescentes; além de estarem preparados para as diversas demandas que possam surgir através de seus instrumentos de intervenção.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se durante a pesquisa que desde a gênese das políticas e direitos sociais brasileiro voltados ao público infanto-juvenil, houveram (graças ao cenário político, social e econômico do país) inúmeros empecilhos legislativos e sociais referentes a promoção da proteção integral desses indivíduos, o que, na atualidade, corrobora nos desafios enfrentados pelos profissionais de Serviço Social em sua intervenção profissional. De fato, a proteção **integral** das crianças, adolescentes e jovens só passou a existir a partir da criação do ECA, em 1990.

Verificamos que devido aos ideários neoliberais impostos, houve um intenso desmonte e retrocesso na garantia de novos direitos e na permanência de antigos, outrora conquistados pela população. A constante desresponsabilização do Estado referente ao cumprimento de diversos direitos sociais de crianças, adolescentes e jovens e o familismo são traços da realidade sobre a proteção de crianças e adolescentes. Para tanto, destaca-se a essencialidade da ampliação e efetivação de política de proteção aos direitos à criança e ao adolescente no Brasil.

Em relação a desresponsabilização da União, nota-se que o ideário neoliberal estende suas garras referente ao trabalho exercido pelos próprios Assistentes Sociais, promovendo dificuldades tanto na elaboração e efetivação de políticas públicas infanto-juvenis, quanto na autonomia dos mesmos em seu exercício profissional. Assim, conclui-se a importância profissional do Assistente Social a realização de um rico resgate do seu próprio Projeto Ético-

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Político, no sentido de fomentar, fortalecer e ampliar os direitos e políticas sociais voltados às crianças, adolescentes e jovens de maneira a não responsabilizá-los ou culpabilizá-los - nem suas famílias - de qualquer dever que pertença ao Estado.

## REFERÊNCIAS:

AZEVEDO, Amanda Bersacula. **Dificuldades da operacionalização do ECA:** As leis podem ser estigmatizadas? Educação: Teoria e Prática, v. 30, n. 63, p. 1-17, 2020. Disponível em:

<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/download/13680/11757>. Acesso em 19 de outubro de 2021.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Serviço Social e política educacional:** um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. I ENCONTRO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO, Belo Horizonte, mar, 2003. Disponível em: <http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Servi%C3%A7o-Social-e-pol%C3%ADtica-educacional-Um-breve-balan%C3%A7o-dos-avan%C3%A7os-e-desafios-desta-rela%C3%A7%C3%A3o.pdf>.

Acesso em 19 de outubro de 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Diário Oficial da União 1988; 5 out.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, 13 jul.

BENEVIDES, Jamille; DANIEL, Rosangela; BERWIG, Solange Emilene. **Políticas Públicas e Estatuto da Criança e do Adolescente–Materialização dos Direitos das Crianças e Adolescentes.** III Seminário Internacional de Ciências Sociais-Ciência Política de, v. 18, 2014. Disponível em:

<http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/cienciapolitica/files/2014/06/Artigo-para-o-III-Buscando-Sul.pdf>. Acesso em 19 de outubro de 2021.

CARUT, Leonardo; FAQUIM, Juliana. **Conceitos de família e a tipologia familiar:** aspectos teóricos para o trabalho da equipe de saúde bucal na estratégia de saúde da família. J Manag Prim Health Care [Internet]. 2º de abril de 2014; 5(1):62-70. Disponível em: <https://jmphc.emnuvens.com.br/jmphc/article/view/198/201>. Acesso em: 16/10/2021.

CASSI, Guilherme HelfenbergerGalino; GONÇALVES, OksandroOsdival. EMENDA CONSTITUCIONAL 95/2016::ropósito e consequências do novo regime fiscal. **Revista do Programa de Pós - Graduação em Direito da Ufc**, [S. L.], v. 40, n. 1, p. 35-57, jan. 2020.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

CFESS. **O CFESS**. [20--?]. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/o-cfess>. Acesso em: 20 out. 2021.

CFESS. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completa 30 anos com desafios para efetivação e garantia**. 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1729>. Acesso em: 19 out. 2021.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 10 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completa 30 anos com desafios para efetivação e garantia. Conselho Federal de Serviço Social(CFESS),13 de julho de 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1729>. Acesso em 20 de outubro de 2021.

GIROTO, Ana Paula Santana et al. **Indicadores sociais: um imperativo no cotidiano dos assistentes sociais atuantes no processo de gestão**. ETIC-ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-ISSN 21-76-8498, v. 3, n. 3, 2007. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/1355>. Acesso em 19 de outubro de 2021.

HORST, Claudio Henrique Miranda. **Serviço Social e a temática família: enovação e conservadorismo na produção do conhecimento**. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 392-414, dez. 2020.

SOARES, Ana Lícia. **Em 5 anos, 103 crianças foram baleadas e 30 morreram vítimas da violência no Rio**. Rio de Janeiro, 11 out. 2021. Disponível em: [https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/em-5-anos-103-criancas-foram-baleadas-e-30-morreram-vitimas-da-violencia-no-rio/?utm\\_source=social&utm\\_medium=instagram-stories&utm\\_campaign=nacional-cnn-brasil&utm\\_content=imagem](https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/em-5-anos-103-criancas-foram-baleadas-e-30-morreram-vitimas-da-violencia-no-rio/?utm_source=social&utm_medium=instagram-stories&utm_campaign=nacional-cnn-brasil&utm_content=imagem). Acesso em: 14 out. 2021.

JÚNIOR, Almir Pereira. **Um país que mascara seu rosto**. In: **Os impasses da cidadania: infância e adolescência no Brasil**. JÚNIOR, Almir Pereira; BEZERRA, Jaerson Lucas; HERINGER, Rosana (Orgs.). Rio de Janeiro: BASE, 1992.

MELO, Nehemias D. **Lições de direito civil: família e sucessões**. V. 5. São Paulo: Atlas, 2014.

MENEZES, Pedro. **Tipos de família**. 2019. Disponível em: <https://www.diferenca.com/tipos-de-familia/>. Acesso em: 21 out. 2021.

MIOTO, Regina Celia Tamasso e NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. *Revista Katálysis* [online]. 2013, v. 16, n. spe [Acessado 20 Outubro 2021, pp. 61-71. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414->

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

49802013000300005>. Epub 07 Maio 2013. ISSN 1982-0259. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802013000300005>.

NETTO, J.P. **A construção do projeto ético-político contemporâneo.** In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

SILVA, Maria L. de O. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Menores: descontinuidades e continuidades.** In: **Serviço Social e Sociedade, no 83.** Ano XXVI ESPECIAL. 2005. reimpressão 2010.

SILVA, Marlise Vinagre. **Ética, direitos humanos e o projeto ético-político do serviço social.** VERMELHA Estudos de Política, p. 196, 2004. Disponível em: [http://www.cress-es.org.br/site/images/art\\_marlise\\_vinagre.pdf](http://www.cress-es.org.br/site/images/art_marlise_vinagre.pdf). Acesso em 20 de outubro de 2021.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social.** 3ª Ed. Revista e atualizada, Cortez. SP. 2009 (pg 213 – 221).

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo O projeto ético político do Serviço Social. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, S. L.**, p. 1-18, [20--?].

TRABALHADORA, Juventude. **MÔNICA CUSTÓDIO: :não à redução da maioria penal :mais escolas, menos presídios:.** “NÃO À REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL – MAIS ESCOLAS, MENOS PRESÍDIOS”. 2015. Disponível em: <https://ctbrj.org.br/monica-custodio-nao-a-reducao-da-maioridade-penal-mais-escolas-menos-presidios/>. Acesso em: 17 ago. 2021.

VASCONCELOS, Júlia; BEZERRA, Lucila. **Violações de direitos de crianças e adolescentes se intensificam durante a pandemia.** Recife (PE), 26 de abr. 2021. Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2021/04/26/violacoes-de-direitos-de-criancas-e-adolescentes-se-intensificam-durante-a-pandemia>. Acesso em: 13 out. 2021.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral  
Eixo Temático - Estado e Política Social

## ARTICULAÇÕES ECONÔMICAS, POLÍTICAS E IDEOLÓGICAS DO NEOLIBERALISMO E AS POLÍTICAS SOCIAIS

ECONOMIC, POLITICAL AND IDEOLOGICAL ARTICULATIONS OF  
NEOLIBERALISM AND SOCIAL POLICIES

Calvin Batista Campos<sup>1</sup>

Geraldo Antônio dos Reis<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo é resultado de um estudo exploratório sobre a caracterização do neoliberalismo em relação às políticas sociais. O objetivo da investigação consiste em compreender as articulações econômicas, políticas e ideológicas do neoliberalismo. Foram consultadas obras dos campos do serviço social, filosofia, psicologia e ciências sociais. Os resultados da pesquisa indicam que o neoliberalismo produz uma nova forma de governamentalidade das subjetividades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Neoliberalismo; Políticas Sociais; Ideologia.

**ABSTRACT:** This article is the result of an exploratory study on the characterization of neoliberalism in relation to social policies. The objective of the investigation is to understand the logic of policies, and neoliberalism. Works from the fields of social work, philosophy, psychology, and social sciences were consulted. The results of the research indicate that neoliberalism produces a new govern form of subjectivities.

**KEYWORDS:** Neoliberalism; Social Policies; Ideology.

---

<sup>1</sup>Psicólogo e Mestrando em Desenvolvimento Social – PPGDS/UNIMONTES.

<sup>2</sup>Doutor em Geografia pela PUC/MG. Professor do Departamento de Economia da UNIMONTES e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## INTRODUÇÃO

Falar em *Neoliberalismo* é uma tarefa árdua, já que se refere a um conceito ambíguo e controverso. Alguns autores consideram mais apropriado usar o termo *Pós-Neoliberalismo* (PECK, THEODORE, BRENNER, 2012) ou ainda *Ultraneoliberalismo*. Já para outros, o neoliberalismo não só não morreu, como se aperfeiçoou e segue em um ritmo acelerado, provocando crises institucionais e democráticas (ANDRADE, 2019).

Apesar de ser um termo controverso na esquerda e no meio acadêmico, a literatura nas ciências sociais reconhece pelo menos duas principais correntes teóricas críticas do neoliberalismo: a corrente marxista e neomarxista, que pensa o neoliberalismo como uma política de classe, apoiada numa ideologia econômica que visa expandir a mercadorização (HARVEY, 2014; ANDERSON, 1995; BEHRING; BOSCHETTI, 2011; NETTO, 2013); e a corrente foucaultiana, que compreende o neoliberalismo não só como a expansão do mercado em si, mas de seu modelo, difundido pela estimulação da concorrência, da forma-empresa de ser e de “técnicas econômicas de avaliação e ranqueamento para esferas da vida fora do mercado” (ANDRADE, 2019, p. 112;). Neste bojo, as transformações políticas que se dão pela financeirização e pela normatização institucional das dominações de classe são vistas mais como efeitos do que causa, de uma racionalidade política neoliberal (FOUCAULT; 2008a, 2008b, 2005; DARDOT; LAVAL, 2016; BROWN, 2019; SAFATLE; SILVA JUNIOR; DUNKER, 2021).

Também é possível encontrar aqueles que são críticos ao uso do termo neoliberalismo, sob o argumento de que nunca se explica de fato como esse mundo neoliberal se faz “carne e osso” todos os dias (SOUZA, 2010). Esta perspectiva é disparadora do presente trabalho. Isso porque trata-se de um apelo à uma tentativa de compreender, em vias empíricas, como uma abstração, tal qual o neoliberalismo, se torna concreta e produz efeitos. Souza (2010) parte de uma tradição nem marxista, nem foucaultiana, mas weberiana, que irá adotar os termos de sua própria corrente epistemológica.

O que, na verdade, é comum, tanto ao liberalismo econômico dominante quanto ao marxismo enrijecido dominado, é o fato de que ambos são cegos em relação a verdadeira “novidade” do mundo no qual vivemos sem compreendê-lo adequadamente (SOUZA, 2010, p. 21).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

De certa forma, Souza não nega que tenha ocorrido transformações no capitalismo financeiro brasileiro, mas sugere que é necessário compreender melhor como essa transformação ocorreu.

[...] Temos que deixar claro como o “capitalismo financeiro e/ou flexível” penetra na sociedade brasileira, para além de palavras de ordem abstratas e vazias de sentido como “neoliberalismo”. Ou se explica como esse “neoliberalismo” se apropria de práticas institucionais e sociais concretas com o fito de legitimar o acesso injustificadamente desigual a todos os bens e recursos escassos em disputa na sociedade, ou somos obrigados a perceber a repetição indefinida e oca desse bordão como um desserviço de uma esquerda incapaz de imaginação e criatividade na crítica social. Uma pesquisa empírica crítica e bem conduzida serve justamente para mostrar como regras e princípios sociais abstratos se tornam “carne e osso”, “sofrimento e sonho” de pessoas comuns que enfrentam dilemas cotidianos. É desse modo que a ciência crítica pode redimensionar o debate na esfera pública acerca de que tipo de vida coletiva queremos para nós mesmos (SOUZA, 2010, p. 40).

Este trabalho, portanto, buscou investigar as articulações econômicas, políticas e ideológicas do neoliberalismo em relação às políticas sociais, através de leituras interdisciplinares que englobam obras do serviço social, filosofia, psicologia, ciências sociais e políticas.

## DESENVOLVIMENTO

Abordar políticas sociais ou ainda de bem-estar social torna necessário um retorno aos princípios que conduzem tais políticas. Isto porque diferentes teses e teorias irão determinar os diversos modelos, tipologias e narrativas de desenvolvimento e proteção social. Grosso modo, políticas de bem-estar social visam melhorar a qualidade de vida de uma população. Esping-Andersen (1991) aponta que tais medidas incluem serviços de assistência social, saúde, educação, proteção ao desemprego, programas de previdência pública, entre outros. Sendo assim, dizem respeito à participação e responsabilidade do Estado na regulação dos interesses entre mercado e sociedade civil.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Em *Ensaio sobre o "Bem-Estar Social"*, Titmuss (1963) compreende as políticas sociais como efeito dos processos da industrialização no final do século XIX, que promoveu a divisão social do trabalho. As políticas de proteção social desenvolvem-se no período industrial quando se passa a reconhecer estados de dependência, tal qual a velhice, a infância e mesmo as doenças provocadas pelo ritmo industrial. Neste contexto, a industrialização fragilizou as formas tradicionais de proteção social (mediadas pela família e por valores como a 'solidariedade' e a 'caridade') e promoveu a competitividade entre os trabalhadores pela promessa de recompensar a produtividade (VAZQUEZ, 2007; PEREIRA; SILVA; PATRIOTA, 2006). Outra importante transformação que ocorre no período industrial diz respeito à organização social dos próprios trabalhadores que constituem núcleos de disputas sobre direitos trabalhistas, tal como organizações sindicais.

Pereira, Silva e Patriota (2006) afirmam que a existência de políticas sociais está condicionada à existência da sociedade burguesa, especificamente do modo capitalista de produzir e reproduzir-se. As autoras apresentam que as primeiras leis e medidas surgem em países europeus como Alemanha e Inglaterra no final do século XIX, mas que se consolidam e se transformam em distintos modelos e abordagens de políticas sociais em outros países no século XX, especialmente após a II Guerra Mundial.

Titmus (1963) classifica os modelos de proteção social em: 1) modelo residual, de caráter temporal e limitado, o qual é acionado quando as instituições naturais e tradicionais (família, vínculos de parentesco, igreja, mercado) não estão em condições de suportar as necessidades dos indivíduos; 2) modelo institucional redistributivo, de caráter universalista, que destina-se à produção e distribuição de bens e serviços sociais a toda a população, de modo a institucionalizar o bem-estar social; e 3) modelo meritocrático, que parte do princípio de que cada indivíduo deve prover as condições de sanar suas próprias necessidades, de modo que a política social apenas corrige falhas do mercado (PEREIRA; SILVA; PATRIOTA, 2006).

Um importante evento na história das políticas sociais foi o *crack de 29* ou a Grande Depressão, que ocorreu entre 1929-1933, a maior crise econômica mundial do capitalismo, iniciada em 24 de outubro de 1929 (conhecido como quinta-feira negra) na Bolsa de Nova

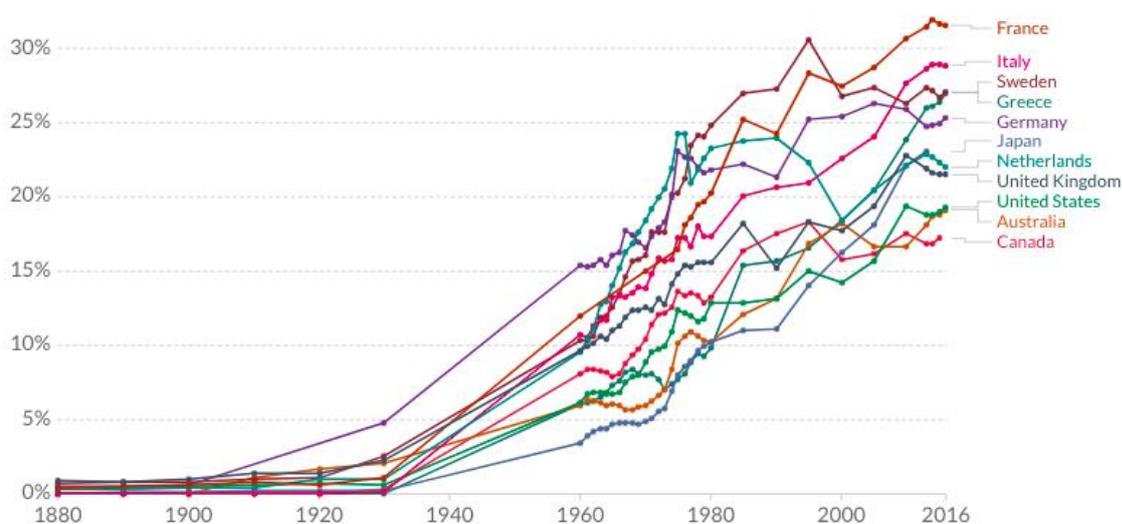


Iorque (BEHRING & BOSCHETTI, 2011). A crise de 29 provocou impactos para além dos Estados Unidos, afetando economicamente a Europa, África, Ásia e América Latina.

Neste período, o economista britânico John M. Keynes contrapôs o *laissez-fairesmithiano* argumentando que em períodos de crise o Estado deveria intervir na economia. Keynes abalou a crença no Estado mínimo ao advogar que “os controles centrais necessários para assegurar o pleno emprego exigirão, naturalmente, uma considerável extensão das funções tradicionais de governo” (1996, p. 346). A resposta keynesiana, incorporada no programa *New Deal* do presidente americano Roosevelt em 1933, estabelece prenúncios para políticas vindouras de bem-estar social. Neste contexto, as chamadas Políticas Sociais que surgem na década de 1940 na Inglaterra integram um complexo político-institucional, também denominado como Seguridade Social.

Na segunda metade do século XIX até a Grande Depressão, os gastos em políticas sociais dos governos centrais foram irrelevantes, não passando de 5%, sendo o maior registrado da Alemanha, 4,82%, (Gráfico I) em consonância à Behring (2011) acerca do prevalectimento dos ideais liberais no período.

Gráfico I: Gasto Público em Política Social com base no PIB, de 1880 a 2016.



28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Fonte: *Our World in Data*: ORTIZ-OSPINA; ROSER, 2016.

O cenário só muda após o pacto keynesiano, que eleva significativamente os gastos em políticas sociais, entre as quais se encontram políticas de saúde, previdência, habitação, ativação do mercado de trabalho, combate ao desemprego e outras. Em 1960, o gasto social na Alemanha, que encabeça o financiamento de políticas sociais, chega a 15,37%. Também em concordância com Pereira, Silva e Patriota (2006) que relatam que as medidas de políticas e proteções sociais só são efetivamente incorporadas como políticas de Estado em meados de 1940-1945 quando passam a ser reconhecidas como direitos sociais nos países centrais.

De acordo com Anderson (1995), o texto original da ideologia neoliberal é de Friedrich Hayek, *O Caminho da Servidão*<sup>3</sup>. Trata-se de um ataque às políticas sob orientação de um Estado intervencionista e de bem-estar social, em especial ao Partido Trabalhista Inglês, que venceria as eleições gerais na Inglaterra em 1945. Drasticamente Hayek declara: “apesar de suas boas intenções, a socialdemocracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna” (citado por ANDERSON, 1995, p. 09). Em 1947, Hayek convoca na Suíça uma reunião com simpatizantes de sua teoria e fortes opositores do *New-Deal* estadunidense, para fundarem uma instituição altamente dedicada e organizada a combater o keynesianismo: a Sociedade de MontPelerin.

Tem-se aí então o início de um movimento ideológico neoliberal. Com encontros bienais e convidados internacionais, a Sociedade de MontPelerin não mobilizaria sua doutrina sem instituições de financiamento de pesquisas liberais, as *thinktanks*, e sem a articulação de intelectuais, acadêmicos, revistas, jornais e organizações empresariais (GROS, 2008).

Gros (2008) afirma que as *thinktanks*, também conhecidas como banco de ideias, formularam a partir de meados de 1940 projetos de políticas públicas com forte orientação liberal, promoveram estudos liberais e desenvolveram publicações, livros, análises, previsões e especulações de mercado, bem como panfletos de circulação popular.

<sup>3</sup>HAYEK, Friedrich A. von. **O caminho da servidão**. 4. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; Instituto Liberal, 1944/1987.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

As atividades das centenas de *thinktanks* que surgiram depois disso não se restringiram ao debate exclusivo das teorias econômicas e políticas de Estado. A exemplo, nos anos 70, grupos do Partido Republicano nos EUA promoveram eventos em que “exaltavam o conservadorismo social, o racismo e o patriotismo, como as campanhas sobre questões específicas, os *singlesissuemovements*, contra o aborto, os gays, o controle de armas, etc.” (GROS, 2008, p. 17).

A princípio, o neoliberalismo nasce como forte oposição a qualquer mecanismo estatal de controle ou regulação do mercado. Após a crise financeira dos países centrais na década de 70, o alvo dos projetos de governo neoliberais passou a ser os sindicatos e o movimento operário, que ameaçavam na época as bases da acumulação capitalista (ANDERSON, 1995).

Para Harvey,

o neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas políticas-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio (2014, p.3).

Além dos espaços ocupados em instituições de pesquisa e ensino, os principais defensores das teses neoliberais ocuparam desde os anos 70 diferentes posições em campos de significativa influência, tal como setores especializados do Estado (ministérios, secretarias, bancos centrais, Tesouro), órgãos internacionais (FMI, Banco Mundial, OMC), meios de comunicação e conselhos administrativos de instituições financeiras (HARVEY, 2014)

Como observa Anderson (1995), o programa neoliberal configurou-se de modos muito distintos ao redor do mundo, tanto em governos reconhecidos como de direita, como em governos de esquerda. Harvey (2014) também destaca que as teses neoliberais originais compreendem que o bem-estar social só pode ser maximizado se todas as relações humanas forem enquadradas no domínio do mercado.

Em um amplo panorama, pode-se destacar que o neoliberalismo, na maior parte das experiências observadas na literatura, caracteriza-se por: uma taxa significativa e permanente

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

de desemprego, corte de gastos sociais, programas de privatização (mercadorização de serviços públicos), repressão sindical, desregulamentação dos direitos sociais, informalização e desproteção do trabalho, apelo à meritocracia e à competição individual (ANDERSON, 1995; GROS, 2008; PEREIRA, SILVA, PATRIOTA, 2006; HARVEY, 2014).

No plano político, a ideologia neoliberal penetrou governos antes mesmo de Thatcher (1979 na Inglaterra) e Reagan (1980 nos Estados Unidos). Embora as principais experiências de implementação de políticas neoliberais ao redor do mundo contem com significativa influência da agenda de governos norte-americanos, é equivocado atribuir a hegemonia do neoliberalismo ao novo imperialismo norte americano (HARVEY, 2014).

Após a Segunda Guerra Mundial, tem-se o início da Guerra Fria, de pleno combate entre os sistemas capitalistas e soviéticos, no qual disputas ideológicas são travadas mundialmente entre 1947 até o final do século. O que, a princípio, pretendia combater o keynesianismo, logo consolidou-se como um movimento conservador de defesa da propriedade privada, da livre-empresa, do horror ao comunismo e uma tecnoestrutura mundial de poder (IANNI, 1998; GROS, 2008).

A primeira experiência “exitosa” de implementação do neoliberalismo foi registrada em 1973 no Chile, quando um golpe de Estado foi orquestrado contra o governo democraticamente eleito de Salvador Allende. Apoiado por corporações estadunidenses, pela CIA e pelo secretário de Estado Henry Kissinger, o golpe reprimiu as forças sindicais, organizações de esquerda e movimentos populares (HARVEY, 2014). Mas o que há de neoliberal na intervenção?

Em uma época de recessão econômica, Pinochet convida parte do grupo de economistas conhecidos como “*the Chicago boys*” para seu governo com intuito de negociar empréstimos com FMI, reestruturando assim a economia do Chile conforme as teorias neoliberais; os economistas

Reverteram as nacionalizações e privatizaram os ativos públicos, liberaram os recursos naturais (pesca, extração de madeira etc.) à exploração privada e não regulada (em muitos casos reprimindo brutalmente as reivindicações das populações indígenas), privatizaram a seguridade social e facilitaram os investimentos estrangeiros diretos e o comércio mais livre. [E] O direito de companhias

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

estrangeiras repatriarem lucros de suas operações chilenas foi garantido (HARVEY, 2014, p. 18).

No caso brasileiro, o liberalismo que se desenvolvia na década de 30 não sustentava os direitos sociais aos moldes que vinham sendo reconhecidos nos países centrais. De acordo com Netto (2013), o neoliberalismo só será descoberto correndo nas veias das políticas brasileiras após a Constituição de 88, sobretudo na década de 90 e início dos anos 2000, uma espécie de neoliberalismo *soft*.

O que se destaca dessas experiências não foram seus resultados para as economias domésticas, mas o sucesso de mercadorização das relações sociais. Os objetivos do neoliberalismo não são nunca conquistados como se apresentam, por exemplo: a) na promessa de Hayek de combater o bem-estar social e recuperar o liberalismo clássico, o que se conquista não está no campo da economia, mas da ideologia ao conquistar instituições governamentais, acadêmicas, as mídias, o senso comum, pôr fim a esfera social; e b) o que se conquistou sobretudo no governo de Thatcher não foi a liberalização econômica, tal como Thatcher declarava “a economia é o método, mas o objetivo é transformar o espírito”, alcançou-se com isso muito mais do que se pretendia ao mercadorizar as relações sociais.

Quanto aos aspectos ideológicos do neoliberalismo, o que se observa são estratégias discursivas cínicas que negam em si seu caráter ideológico.

Na obra *Crítica da Razão Cínica*, Sloterdijk propõe uma crítica à própria teoria crítica e, em últimas circunstâncias, à razão pura. Questionando a função da crítica, o autor busca tratar dos limites sociais e existenciais do Esclarecimento na modernidade. Para Sloterdijk, o Esclarecimento, de intelectuais que pretendem desvelar a verdade aos não-iniciados (supostos alienados), não é mais suficiente. Nesse sentido, a teoria crítica clássica, de um modo geral, teria falido ao vestir a “peruca séria do cinismo” (2012, p.45) para conferir respeitabilidade burguesa; ou seja, ao realizar a crítica pela teoria, se distancia do objeto-causa da crítica (a ideologia). Por isso, de acordo com Sloterdijk (2012), o cinismo é, paradoxalmente, “a falsa consciência esclarecida”; a frase mesma é um “cinismo em estado cristalino” (p. 34).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

[...] essa fórmula não se quer episódica, mas um ponto de partida sistemático, como modelo diagnóstico. Assim, ela se obriga a revisar o Esclarecimento; deve demonstrar claramente sua relação com o que a tradição chama de “falsa consciência”; mais ainda, deve reconsiderar a trajetória do Esclarecimento e o trabalho da crítica ideológica em cujo decurso foi possível que a “falsa consciência” absorvesse o Esclarecimento (SLOTERDIJK, 2012, p. 34).

Em muito o cinismo na perspectiva de Sloterdijk ultrapassa o arquétipo *kynikos* da Antiguidade: um excêntrico desafectado na polis, um clássico naturalista, um manifestante do conhecimento desclassificado e plebeu e que assumia francamente a crítica à moral convencional (SLOTERDIJK, 2012; SAFATLE, 2008). Mas o novo tipo de cinismo vai além da ironia desvanecida; tem mais a ver com um mecanismo invertido de perversão. Portanto, a razão cínica altera a fórmula da consciência falsa expressa em *mentira, erro, ideologia* ao se incluir nela; dessa forma, não mais “eles não sabem disso, mas o fazem” e sim “eles sabem o que fazem, e continuam a fazê-lo”.

Como ressalta Safatle

o cinismo aparece assim como elemento maior do diagnóstico de uma época na qual o poder não teme a crítica que desvela o mecanismo ideológico [...] até porque [...] o poder aprendeu a rir de si mesmo, o que lhe permitiu “revelar o segredo de seu funcionamento e continuar a funcionar como tal” (ZIZEK, 2003, p. 100, citado por SAFATLE, 2008, p. 69).

A ideologia naquele sentido clássico que mascara interesses obscuros se tornou obsoleta para a contemporaneidade; tal obsolescência só indica que “as promessas de racionalização e de modernização da realidade social já foram realizadas pela dinâmica do capitalismo [...] de maneira cínica; o que significa que, de uma forma ou de outra, elas foram realizadas” (SAFATLE, 2008, p. 69).

O curso “natural” da alienação ocorreria pela discordância entre o que se sabe e o que se faz, de modo a chegar no clássico “não sabemos o que fazemos”. Essa falsa representação é ela mesma uma inversão ideológica; tomemos como exemplo o “fetichismo do dinheiro”: as

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

relações sociais são suprimidas pela propriedade do dinheiro como coisa. Mas o que propõem Zizek (1990), Sloterdijk (2012) e Safatle (2008) é que a ideologia não só dissimula a realidade social, mas paradoxalmente mantém a realidade social pela captura das subjetividades, de modo a alterar a fórmula: “eles sabem muito bem o que fazem, mesmo assim, continuam a fazê-lo”. Deste modo, a ideologia do neoliberalismo máscara tanto quanto a água no aquário do peixe.

Aos poucos, se observa que o neoliberalismo não se realiza na prática seguindo “o remédio amargo na economia”, mas ideologicamente se concretiza por meio de políticas econômicas.

Esta estratégia do discurso neoliberal realiza-se pelo cinismo ideológico dos grupos corporativistas por uma lógica semelhante a “*Smith abroad, Keynes at home*” e que na prática executa intervencionismo como política externa e acumulação primitiva para economia doméstica. Diante disso, o Estado não é inconcebível com um sistema neoliberal, mas existe nas medidas mínimas de sustentação dos mercados.

## CONSIDERAÇÕES

À guisa da conclusão, entende-se que o neoliberalismo não representa apenas um conjunto de regras econômicas de austeridade social e maximização dos lucros privados, mas sobretudo uma racionalidade, uma mentalidade que produz sujeitos e subjetividades que funcionam sobre sua lógica (DARDOT; LAVAL, 2016). Neste sentido, a ética neoliberal sobrevive por afirmar-se como não-ideológica, quando é.

Nas sociedades neoliberais, fortes tendências de privatização sucederam aos setores de saúde, educação, habitação e previdência; em partes, com grande êxito, mas não sem resistências. No Brasil, após aprovação da Constituição Federal em 1988, seguridade social passou a ser caracterizada pelo tripé saúde, previdência e assistência social.

Como observado por Gros (2008), a expansão das *thinktanks* internacionalizou as teses econômicas neoliberais através da formação intelectual de políticos, ideólogos e

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

profissionais que ocuparam cargos técnicos em organismos multilaterais. Em grande parte, isso levou ao fortalecimento dessa agenda que buscou (e conseguiu!) mercadorizar serviços de saúde, educação, habitação e aposentadoria. No Brasil, por exemplo, a proposta de integrar recursos do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) à distribuição de *vouchers* educacionais a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (POMPEU, 2020) remonta a mesma proposta desenvolvida pelo *Institute of Economic Affairs* em 1963, que pretendeu instituir um modelo de *voucher system* como forma de privatização da educação pública (GROS, 2008).

Quanto aos sistemas de saúde, na América Latina, países como Brasil, México, Peru, Colômbia, Argentina e Chile tiveram seus sistemas de saúde significativamente afetados por recomendações do Relatório do Banco Mundial, que incentivou a implantação de mecanismos de privatização, copagamento, descentralização e fragmentação dos sistemas (GOTTEMS & MOLO, 2020). Mais recentemente, entre 2017 e início de 2020, se insere uma nova política de financiamento (Previne Brasil) que acelera a agenda de privatização do sistema de saúde em nome do aumento da eficiência e efetividade da alocação dos recursos públicos, numa perspectiva produtivista da gestão do trabalho em detrimento de processos participativos (MOROSINI, FONSECA & BAPTISTA, 2020).

Também a previdência é, desde a CFB/1988, reformada e desmantelada. Contrarreformas foram implantadas em 1998 e 2003 sob um forte discurso paradoxal de crise financeira previdenciária que objetivou a desresponsabilização do Estado, a restrição do acesso e a desvinculação do fundo da seguridade para outros setores econômicos, bem como o pagamento da dívida pública (ALMEIDA, ALVES & MAGRO, 2020). O cenário de alta do desemprego, da informalidade e baixa cobertura previdenciária são argumentos centrais das justificativas dessas contrarreformas, que amparadas em relatórios e recomendações de órgãos internacionais, como o Banco Mundial, adquirem validação “técnica” em favor da liberação dos mercados.

Sabe-se que contrarreformas aprofundam a desigualdade de gênero ao aumentar o tempo de contribuição para mulheres, isso porque desconsidera jornadas duplas, e às vezes triplas, que muitas mulheres brasileiras enfrentam (ALMEIDA, ALVES & MAGRO, 2020).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Mesmo assim não deixou de agradar empresários, ainda que estes sejam mulheres, como no caso de Luiza Trajano, empresária conhecida por se opor à violência doméstica e de gênero, mas que apoiou as reformas previdenciárias e trabalhistas sob os argumentos de que “o trabalhador já sabe se defender” e “não tem jeito de não fazer [a reforma da previdência]” (BBC, 2017).

Apesar de diversos processos de desmonte das políticas sociais, em especial da política de assistência social, que vem sendo denunciados por profissionais críticos, acadêmicos e pesquisadores, a assistência social não parece ser de grande interesse para o mercado, visto que seu público de abrangência são justamente as vidas precárias mais expostas à espoliação e exclusão.

A estratégia política do neoliberalismo não privatiza a assistência social à esfera privada do mercado, mas à individualidade dos sujeitos. A detêm sob a ética da responsabilidade individual e autossuficiência. E isso não significa ignorar as esferas públicas ou qualquer noção de comunidade ou solidariedade, ao contrário, preserva para si (instituições privadas, altas classes sociais, grandes empresas) o direito de escolher como falar, as técnicas de edição e enquadramentos.

Por fim, conclui-se que neoliberalismo atua na transformação da gramática do conflito; na emergência de uma nova gramática social que transfere o que há no social para o psíquico. Delineando uma nova subjetividade, toda uma nova sociedade (DARDOT; LAVAL, 2016; SAFATLE, 2021), da qual se recusar participar, ou mesmo criticar, pode ser visto como uma falta moral, expressão de irracionalidade ou psicopatologia.

Espera-se ter contribuído com a literatura ao investigar as articulações econômicas, ideológicas e políticas do neoliberalismo e suas relações com as políticas sociais. Por certo, este trabalho não esgotou as questões laterais que foram abertas ao abordar o neoliberalismo como regime contemporâneo, mas buscou-se tecer reflexões para novas pesquisas que visem pensar saídas dessa lógica perversa.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Denise Maria Frank; ALVES, Jolinda de Moraes; MAGRO, Amanda Letícia. **Brasil e Argentina: processos de contrarreforma e retrocessos na política previdenciária.** Rev. Sociedade em Debate, v. 27, n. 1, p. 11-29 jan./abr. 2020.

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo.** In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 9-23.

ANDRADE, Daniel Pereira. Crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. **Novos Estudos**, CEBRAP, São Paulo. Vol. 38, n. 01. Jan-abril, 2019.

BBC Brasil. Baixa popularidade dá a Temer 'grande chance de passar reformas', diz Luiza Trajano. 25 de abril de 2017. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39695826>>. Acesso em 30 de julho de 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BROWN, Wendy. **Nas Ruínas do Neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente.** São Paulo: editora Filosófica Politeia, 2019, 256 p.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **As Três Economias Políticas do WelfareState.** Lua Nova, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451991000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 12 nov. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População:** curso dado no College de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Nascimento da Biopolítica:** curso dado no College de France (1978-1979). São Paulo: Martins, 2008b.

GROS, Denise Barbosa. **Considerações sobre o neoliberalismo como movimento ideológico internacional.** Ensaios FEE, v. 29, n. 2, pp. 565-590, 2008. Disponível em <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaio/article/view/2188>>. Acesso em 6 nov. 2020.

GOTTEMS, Lella Bernarda Donato; MOLLO, Marla de Lourdes Rollemberg. **Neoliberalismo na América Latina: efeitos nas reformas dos sistemas de saúde.** Rev. de Saúde Pública. 2020; 54-74.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5ª edição, São Paulo: Edições Loyola, 2014.

IANNI, Octavio. **Globalização e neoliberalismo**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.12, p. 27-32, abr/jun. 1998. Disponível em <[http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v12n02/v12n02\\_03.pdf](http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v12n02/v12n02_03.pdf)>. Acesso em 6 nov. 2020.

KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

MOROSINI, Marcia Valeria Guimarães Cardoso; FONSECA, Angelica Ferreira; BAPTISTA, Angelica Ferreira. **Previne Brasil, Agência de Desenvolvimento da Atenção Primária e Carteira de Serviços: radicalização da política de privatização da atenção básica?** Cad. Saúde Pública 2020, 36(9).

NETTO, José Paulo. **Uma Face Contemporânea da Barbárie**. Rev. Novos Rumos, vol. 50, n. 1, 2013. Disponível em <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/3436/2657>>. Acesso em 11 de junho de 2021.

ORTIZ-OSPINA, Esteban; ROSER, Max. **Government Spending**. Publicado online em *OurWorldInData.org*. 2016 Disponível em: <<https://ourworldindata.org/government-spending>>. Acesso em 18 maio 2021.

PECK, Jamie; THEODORE, Nik; BRENNER, Neil. Mal-estar no Pós-Neoliberalismo. **Novos Estudos**, março, 2012.

PEREIRA, Jordeana Davi; SILVA, Shirley Sueli de Sousa; PATRIOTA, Lucia Maria. **Políticas sociais no contexto neoliberal: focalização e desmonte**. Qualitas Revista Eletrônica 5(3) (2006). Disponível em <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/64>>. Acesso em 6 nov. 2020.

POMPEO, Lauriberto. **Guedes tenta incluir voucher para educação em PEC do Fundeb**. Congresso em Foco. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/guedes-tenta-incluir-voucher-para-educacao-em-pec-do-fundeb/>>. Acesso em 21 julho 2021.

SAFATLE, Vladimir. **Cinismo e a Falência da Crítica**. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. A Economia é a continuação da Psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, Vladimir; JUNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian [orgs.]. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SOUZA, Jessé. **Uma nova classe trabalhadora brasileira**. In: Os Batalhadores Brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

SLOTEDIJK, Peter. **Crítica da Razão Cínica**. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

TITMUSS, Richard. **Essays on 'The Welfare State'**. Surrey: Unwin Brothers, 1963.

VAZQUEZ, Daniel Arias. **Modelos de classificação do WelfareState**: as tipologias de Titmus e Esping-Andersen. Rev. Pensamento Real, ano X, nº21, 2007, pp. 42-59. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/pensamentorealidade/article/view/8307>>. Acessado em 6 nov. 2020.

ZIZEK, Slavoj. **Eles Não Sabem o Que Fazem**: o sublime objeto da ideologia. Editora Jorge Zahar, 1990.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral  
Eixo Temático - Estado e Política Social

## **IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: O DIREITO À EDUCAÇÃO EM JOGO**

IMPACTS OF NEOLIBERALISM ON BRAZILIAN HIGHER EDUCATION:  
THE RIGHT TO EDUCATION IN GAME

Eduardo Henrique Moraes Santos<sup>1</sup>

Alan Farley Prates Oliveira<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente estudo apresenta as imposições neoliberais no âmbito do ensino superior, traduzindo um cenário de crise, diante das mazelas do sistema capitalista. A conjuntura dos governos democráticos de direito e o desenvolvimento dado a política de ensino superior caracterizam essa continuidade com os ideais neoliberais que não foi interrompida nem durante os governos petistas, contrário a isso foi reforçado a atuação junto as parcerias públicas privadas alavancando assim o acesso ao ensino superior, com maior ênfase o ensino privado. O trabalho realizado por meio de consultas bibliográficas e documentais permitiu a análise de um estudo inicial sobre o cenário social, político e econômico de uma zona neoliberal que a educação superior foi inserida no país.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino Superior; Política Pública; Neoliberalismo.

**ABSTRACT:** The present study presents the neoliberal impositions in the scope of higher education, translating a crisis scenario, in the face of the ills of the capitalist system. The conjuncture of democratic governments and the development given to higher education policy characterize this continuity with neoliberal ideals that was not interrupted even during PT governments, contrary to this, the work with public-private partnerships was reinforced, thus leveraging access to higher education, with greater emphasis on private education. The work carried out through bibliographic and documentary consultations allowed the analysis of an initial study on the social, political and economic scenario of a neoliberal zone in which higher education was inserted in the country.

**KEYWORDS:** University; Public Policy; Neoliberalism.

## **INTRODUÇÃO**

<sup>1</sup> Doutorando em Serviço Social pela PUC/SP, doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Docente em Serviço Social (UFES) e Assistente Social na prefeitura de Osasco/SP.

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Bacharel em Serviço Social pela Faculdade Santo Agostinho.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

O presente trabalho, baseado em pesquisa bibliográfica, objetiva discutir o tema da política educacional, com foco no ensino superior brasileiro, considerando a infiltração da corrente política neoliberal que impactou e impacta na formulação de instituições e execução de seus serviços, reconfigurando o direito à educação desde sua oferta, acesso e permanência.

A gênese dos ideais do neoliberalismo data do período pós II Guerra Mundial e surgiu na região da Europa e da América do Norte, ocasião em que imperava o capitalismo intervencionista. A essa época Friedrich Hayek preconizava alterações no modelo capitalista em desenvolvimento. Em 1947, na Suíça, fundou a Sociedade de Mont Pèlerin, “[...] uma espécie de franco-maçonomia neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar bases de um outro tipo de capitalismo” (ANDERSON, 1995, p. 09).

No aspecto social a repercussão foi maior, onde Hayek e seus companheiros argumentam que, “[...] o novo igualitarismo deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruiu a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos” (ANDERSON, 1995, p. 10). As argumentações pregam a desigualdade como valor positivo, ou mesmo imprescindível à realidade das sociedades ocidentais.

Com a chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, pós 1973, a recessão e altas taxas de inflação começam a preocupar o mundo capitalista, contribuindo para que as ideias neoliberais ganhassem força:

As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (ANDERSON, 1995, p.10).

O modelo inglês, implementado pelo governo Thatcher, ganha destaque nessa perspectiva ao contrair a emissão monetária, elevar as taxas de juros, baixar drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, além de impulsionar uma nova legislação antisindical e, em especial, cortar gastos sociais, lançando um amplo programa de privatizações. Segundo

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Ferraro (2005), a política neoliberal sustenta-se na desregulamentação, privatização, macroeconomia monetarista e legislação antissindicalista. Esses eixos são vistos como imperativos da modernização, sendo esta última definida como resposta às exigências da globalização, quase que inevitavelmente como um resultado das leis da natureza.

O citado modelo político e econômico impacta todas as políticas públicas, transmutando suas características para a perspectiva neoliberal. A educação superior, vista como uma importante ferramenta para a formação de força de trabalho qualificada, não está isenta desse processo histórico. Segundo Kowalski (2012), o campo da educação está inserido no contexto de disputa por projetos societários, logo, há tensões políticas perante a exclusão e inclusão de grupos sociais nas instituições de ensino que, por sua vez, expressam a conjuntura sócio-histórica que, no caso brasileiro, é demarcada por desigualdade de acessos.

Nesse contexto, o acesso no ensino superior também representa uma possibilidade de melhores condições de trabalho e maior remuneração, em uma tentativa de sentir com menor ênfase as desigualdades do atual sistema societário que pende negativamente à classe trabalhadora (NOGUEIRA, 2006), e, em outra possibilidade, viabiliza a geração de conhecimento por parte dos novos intelectuais conscientes de sua classe, na perspectiva de transformação social e histórica (DURIGUETTO, 2014).

Essa preocupação em situar as universidades no campo das propostas políticas justificam esse estudo, uma vez que elas são as instituições formadoras dos profissionais que, sob o olhar do capital, prestam serviços à economia e, sob o crivo social, atuam para a população e à coletividade.

## **DESENVOLVIMENTO**

No contexto da América Latina as experimentações neoliberais tardaram a serem implementadas e sentidas. O Chile, sob a ditadura de Pinochet, foi o país pioneiro no ciclo neoliberal na história contemporânea latina, onde a implantação das políticas neoliberais se deu por meio da redução da interferência do Estado na economia, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição da renda em favor dos ricos e privatização de bens públicos.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

No Brasil, suas primeiras manifestações também ocorreram no período da ditadura. Importante esclarecer que no que se refere à educação que as exigências por reformas era uma demanda crescente na década de 1950, sobretudo das classes médios, que almejavam cursar o ensino superior vislumbrando ascensão social nos marcos de um modelo econômico industrializante, que criava uma quantidade e variedade de novos empregos, carecidos de mão de obra especializada (CISLAGHI, 2021).

O movimento estudantil e seu potencial de luta contra a ditadura acabou então por colocar a questão educacional como prioridade da agenda regime, tanto que a partir de 1968 teve início a reforma universitária da ditadura militar. Esta, ao mesmo tempo em que incorporava bandeiras históricas do movimento social na educação preservava antigas práticas (NETTO, 2002). As mudanças começaram pelo ensino superior, e o país já realizava parcerias com agências internacionais para atuar na educação, visto que para esse o subdesenvolvimento, considerado atraso, poderia ser superado a partir de alterações nos hábitos de consumo, ação e pensamento da população. A educação assume o papel de estratégico para criar e expandir mercados, através do consumo e da formação de força de trabalho voltada ao desenvolvimento (CISLAGHI, 2021).

Assim, mudanças foram realizadas, todavia, elas, implicitamente, não cumpriam a função almejada pelas classes de favorecer a ascensão social. Ocorre que processos de massificação geram “[...] perda do poder aquisitivo que o trabalho qualificado pode oferecer ao indivíduo, perda progressiva de status pelas profissões de nível superior” (ROMANELLI, 2009, p. 204). Ademais, “[...] na medida em que também expandirão o exército de reserva, pressionando para baixo os salários desses trabalhadores” (CISLAGHI, 2021, p. 04). Portanto, o capital privado no ensino superior cresceu sob o estímulo de medidas de governos militares e incentivos e isenções fiscais.

Com a reabertura das relações democráticas no país conquistou-se a Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, baseada na proteção social. Porém, segundo Netto (2000), a implementação da Constituição ocorreu diante a falta de sincronia entre o projeto nacional democrático e as estruturas eletivas no mando, em que os dirigentes não sabiam que direcionamento adotar, pois enquanto o país registrava uma mobilização amplamente

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

democratizante, que atingia importantes segmentos da sociedade, o restante do mundo parecia estar em movimento contrário:

Enquanto estávamos aqui, a duras penas, escrevendo na Constituição – aliás, pela primeira vez na nossa história -, direitos sociais, garantias sociais, no resto do mundo (e, especialmente, no chamado mundo ocidental), o trajeto que se fazia ia exatamente ao sentido oposto. Pensem, por exemplo, em Thatcher na Inglaterra, pensem no desempenho dos partidos social-democratas na Europa, que estavam executando firmemente um processo de corte dos direitos sociais, de corte das garantias sociais (NETTO, 2000, p. 13).

A década de 90 é marcada pela Constitucionalização e pelo primeiro presidente eleito, que procura adequar a estrutura do Estado às exigências de uma nova inserção do país, mas subalterna, porém mais eficiente aos interesses do capital financeiro mundializado. Para tanto seria necessário o cumprimento de três tarefas, que segundo Netto (2000) poucos governos no mundo foram capazes de conduzir com tamanha eficácia como o de Fernando Henrique Cardoso - FHC, no Brasil, a saber: quebrar as resistências político-sociais; renovação ideológica da sociedade com a inteira desqualificação das oposições e de todas as propostas alternativas às políticas de governo; e quebrar instrumentos jurídico-legais (incidir sobre um arsenal de medidas, portarias, regulamentações, restrições à movimentação do capital estrangeiro no país, sobretudo as barreiras que impediam a livre movimentação).

O governo neoliberal de FHC é caracterizado como aquele que promove a maior reforma do Estado a que se tem notícia, incluindo a política de educação com o amplo processo de privatização e concessão dos serviços educacionais ao mercado. Tais perspectivas são continuadas pelos governos sucessores, com destaque ao período do Lula (2003 - 2011) com a criação do Programa de Apoio de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que, por um lado, promete a ampliação de vagas nas instituições públicas, mas de outro lado não viabiliza as condições necessárias para que isso ocorra:

Trata-se de uma perspectiva que restringe o sentido de espaço de produção autônomo de pesquisa e produção de conhecimento e amplia o sentido de usina de produção. Não se observa do Reuni uma preocupação em definir parâmetros para a garantia de um padrão de qualidade técnica, ética e social na formação. As medidas se voltam exclusivamente, para responder às exigências do capital financeiro com expansão quantitativa e submissão à demanda do mercado (BOSCHETTI, 2008).

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Nesse contexto também se expande na política educacional às parcerias público-privado (PPPs), “[...] o que na prática representa a privatização do ensino público, pois a concepção da política governamental é que as instituições privadas possuem um caráter público e por isto podem receber recursos fiscais para vender seus diplomas” (SILVA, 2010, p. 417). O projeto político que coloca as universidades públicas e gratuitas no mesmo nível das instituições privadas, que são chamadas a disponibilizar vagas públicas, fortalecendo a ideia de uma esfera pública não estatal e aprofundando a agenda neoliberal para o Brasil.

Para Silva (2010) esse tipo de “reestruturação” da universidade pública constitui-se na realização de uma formação universitária a partir de ligeiros ciclos, que visam atender a uma histórica bandeira de luta de movimentos sociais que é a universalização do ensino superior, porém nesses moldes ocorre de forma extremamente esvaziadas de condições concretas para uma ampliação adequada.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Freitas (2018) nos informam que a implementação do neoliberalismo, justificada na manutenção da acumulação capitalista, preconiza a interferência não apenas diferentes aspectos no âmbito da sociedade e, não apenas na economia, com o propósito de garantir que suas prerrogativas se perpetuem, e traga retorno no conjunto dos diferentes segmentos.

Deste modo não foi diferente com a área da educação, para a qual o neoliberalismo se dirige “[...] a partir de sua concepção de sociedade baseada em um livre mercado cuja própria lógica produz o avanço social com qualidade, depurando a ineficiência através da concorrência” (FREITAS, 2018, p.31).

De acordo com essa visão, todas as atividades desenvolvidas pelo Estado podem se tornar melhores com a intervenção da política neoliberal. As desigualdades sociais, bases fundantes do capitalismo, são tratadas como consequências da ausência de esforço dos sujeitos em alcance condições de vidas satisfatórias. Assim, na relação do neoliberalismo com a população:

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Os cidadãos estão igualmente inseridos nessa lógica e seu esforço (mérito) define sua posição social. É dessa visão de mundo que advém às finalidades que ele atribui à educação. O modelo fundamental das relações humanas nessa sociedade é o “empreendedorismo” (FREITAS, 2018, p. 31).

Trata-se em conformidade com esse pensamento do “empreendedorismo” do ser humano, e isso é incutido na mentalidade dos sujeitos, e por isso alcança a educação, desde o seu início.

“Com tal concepção, o Estado é o principal inimigo da geração da qualidade social, pois é um mau gestor [...] e impede o funcionamento da lógica de mercado, devendo, portanto, ser reduzido a um mínimo e [...] sem possibilidade de interferir no mercado” (FREITAS, 2018, p. 31).

O neoliberalismo compreende que a eficiência do sistema educacional somente será atingida quando estiver sob o controle empresarial concorrendo em um livre mercado, sem intervenção do Estado. Daí a preconizando da redução dos investimentos nos estabelecimentos de educação estatais. Importante acrescentar que,

Não incomoda o neoliberal se o sistema público remanescente for dedicado a atender aqueles pais que “fracassaram” na vida. Novamente, é uma questão de mérito. O Estado nesse caso faz uma operação de resgate para evitar o pior – no entanto, sem intervir no mercado educacional. Esse é o cenário mais desenvolvido. Nele não há necessidade de que nos preocupemos com a organização em si das escolas, qualificação de professores, condições de funcionamento e outras. O mercado, através da concorrência, vai moldando (e precificando) cada proposta feita pelas empresas educacionais e cuida das condições de qualificação e oferta. Nesse caso, as provedoras de educação privada já são empresas, em si mesmas operando com os procedimentos típicos da organização empresarial. Quem não o fizer vai à falência e é eliminado do mercado. Assim, é o mercado que faz a depuração da qualidade, pois escolas de pouca qualidade não serão “escolhidas” pelos pais e irão à falência como qualquer empresa (FREITAS, 2018, p. 33).

A universidade brasileira, sua organização e os contornos assumidos a partir do quadro de avanço do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, estimulados por um pensamento pós-moderno esvaziado de criticidade, está articulada à lógica de financeirização da economia e imposição das determinações econômicas dos organismos internacionais, que colocam a educação na pauta do capitalismo monopolista a partir dos anos de 1990 (SILVA, 2010).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Observa-se que passa a vigorar um fundamento econômico vinculado aos interesses do grande capital internacional, determinando os contornos da política social pública.

“O projeto defendido por esses organismos internacionais, defende uma integração dos países periféricos à lógica do capital internacional, sendo a educação (especialmente o ensino superior) entendida pelo pensamento conservador como mola propulsora desse processo” (SILVA, 2010, p. 413).

Lima (2006) adverte que a redução dos investimentos públicos no ensino superior a partir dos anos 90 segue orientação direta de documentos do Banco Mundial, como lido à abaixo:

Na verdade, pode-se aduzir que o ensino superior não deveria ter mais direito a utilizar os recursos fiscais disponíveis para a educação em muitos países em desenvolvimento, em especial aqueles que ainda não alcançaram acesso, equidade e qualidade aos níveis primário e secundário (LIMA, 2006, p. 6).

Nesta direção, vem ocorrendo de forma cada vez mais ampla um alinhamento das instituições de ensino à dinâmica do mercado e a disseminação da ideia hegemônica de que a “democratização” da educação brasileira deve passar pelo aumento dos investimentos no setor privado em detrimento do público, ou seja, a necessidade de diversificação de instituições de ensino é fator que garantiria a concorrência e, conseqüentemente elevaria a qualidade do serviço.

Assim, oportunizar um “[...] aumento de instituições privadas que representam um projeto educacional que privilegia os interesses econômicos de grupos que tratam a educação apenas como um negócio” (SILVA, 2010, p. 414). No interior de universidades públicas esse movimento também é observado quando são realizadas “parcerias” com instituições privadas, usando, por exemplo, as estruturas mais “flexíveis” das fundações, o que significa o emprego da estrutura físico-acadêmica da universidade em favor de setores privilegiados do mercado.

Outras expressões dessa perspectiva política e econômica infiltradas na política de educação são visualizadas no poder ideológico da cultura do mercado, de forma a reforçar a ideia do *homo economicus*, ou seja, na formação de profissionais que é mediada pelas relações do mercado, com o objetivo de sustentar um sistema econômico que, por sua vez,

torna-se a finalidade do seu trabalho, tomando o lugar do objetivo social, humano e coletivo das profissões.

No início dos anos 2000, a maior parte das Instituições de Ensino Superior (IES) de caráter filantrópico e confessional de pequeno porte vivenciava um “[...] cenário de austeridade e de compressão dos salários das famílias, resultado de mais de uma década de políticas de ajustes neoliberais” (SEKI, 2021, p. 67). Por outro lado, constatava-se uma tendência de crescimento acelerado no setor privado da educação, o qual ocorria, não considerando a totalidade das IES privadas, mas sim a partir das fusões ou incorporação das menores pelas grandes empresas educacionais. Observa-se que âmbito interno do setor privado a concorrência se fazia acirrada, levando à bancarrota muitas instituições educacionais. As raízes desse complexo processo se encontravam:

[...] nas políticas econômicas, nas formas particulares de organização do setor, nos mecanismos de financiamento que concentraram capitais monetários em busca de valorização financeira, e também nos elos políticos e nas articulações que envolveram o alto escalão dos governos naquele período com a fração capitalista em ascensão (SEKI, 2021, p. 68).

Deste modo, a “crise do ensino privado” viabilizou o crescimento das fusões e aquisições, o que, por conseguinte, resultou na ampliação da oferta de matrículas nos processos seletivos das IES privadas. A figura 1 apresenta uma amostra da evolução dos números nas IES privadas, comprovando o crescimento de 169% da procura por vagas em um período de 15 anos.

**Figura 1 - Número de candidatos inscritos nos processos seletivos das IES privadas – Brasil, 1990-2005**

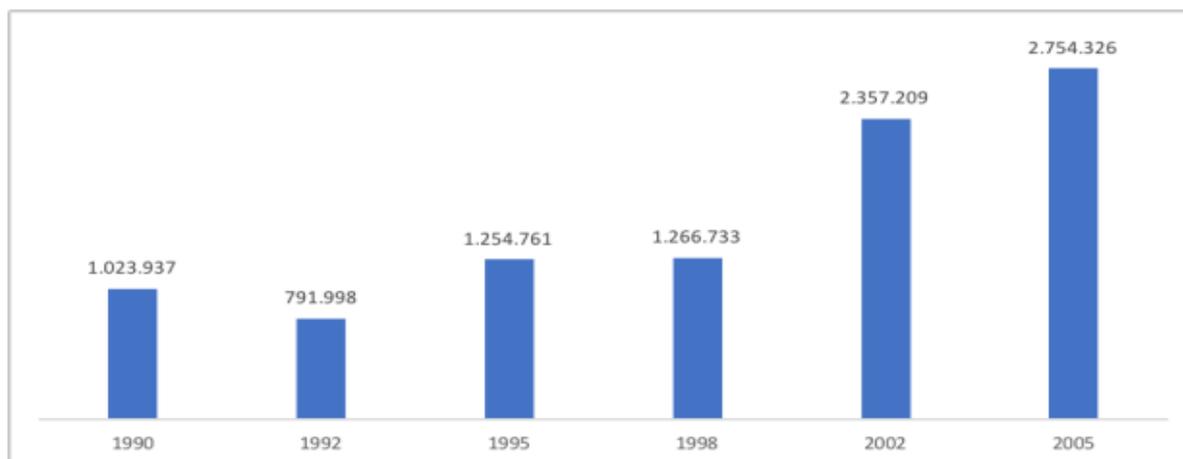
28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social



Fonte: SEKI, 2021.

Os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), de 2003 a 2016, persistiram com a integração da educação brasileira aos preceitos neoliberais. Ainda que sua retórica inicial fosse definida por discursos antiprivatistas, não foram realizadas intervenções à concentração de matrículas nas IES privadas, pelo contrário, em tais governos o setor privado da educação se expandiu com intensidade.

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), criado em 1999, foi instituído com o propósito de financiar a graduação no ensino superior em instituições privadas, a estudantes desprovidos de condições de arcar com os custos de sua formação. Importante destacar que, partir de 2010, a gestão desse programa passou a ser realizada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e, os juros, antes referenciados na taxa Selic, foram reduzidos para 3,4% ao ano, obrigando o Estado a ampliar os aportes de recursos públicos para custear a diferença entre as referidas taxas de juros (LEHER, 2019).

Pode-se ainda acrescentar outra forma investimento no setor educacional privado em detrimento do público, a criação em 2005, do Programa Universidade para Todos (ProUni) que, em desconformidade com a Constituição Federal, instituiu o repasse de verbas públicas, através de generosas isenções tributárias, para instituições particulares, isto é, com fins lucrativos. O Ministério da Educação (MEC) comina prioridade às instituições que participam do ProUni no acesso aos recursos do FIES, e todos os estudantes que possuem bolsas parciais de 50% do ProUni podem ter o restante da mensalidade custeada pelo FIES.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Um enorme mercado foi aberto ao setor privado, que vivenciou um acelerado crescimento, o qual foi impulsionado por processo intenso de aquisições, mediante o controle do capital financeiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os antagônicos interesses pelo ensino superior são materializados pela agenda neoliberal que, por sua vez, compreende a necessidade da educação, mas a partir de uma oferta flexibilizada e nos moldes do mercado, impondo às instituições públicas diversas limitações frente a ideia do Estado Mínimo para o social.

Porém, há a necessidade de se destacar que as universidades possuem autonomia, pois sem a mesma não têm capacidade própria de se desenvolver. Por isso, precisam buscar uma autonomia real na escolha de seus currículos, seus programas, formas internas de poder, de governo, de escolher seus projetos de intervenção social, compondo uma contracultura a nível nacional por meio de suas estratégias institucionais e pressão política, contribuindo com o florescimento da democratização do ensino superior brasileiro.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: Gentili, P. e Sader, E. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra. 1995.

BOSCHETTI, I. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009. p. 575-593.

DURIGUETTO, M. L. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ed. 118, p. 265-293, 2014. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n118/a04n118.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.

FERRARO, Alceu Ravello. **Neoliberalismo e políticas sociais: a naturalização da exclusão**. Estudos Teológicos, v. 45, n. 1, p. 99-117, 2005.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos.** 2012. Tese (Doutorado) - PUC RS, Porto Alegre, 2012.

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública.** São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

NETTO, José Paulo. Reforma do Estado e Impactos no Ensino Superior. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **ABEPSS.** Brasília, Ano I, n. 1, 2000. p. 11 - 33.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 6. ed., São Paulo: Cortez, 2002.

NOGUEIRA, C. M. **O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil.** 34 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SEKI, Allan Kenji. **O capital financeiro no Ensino Superior brasileiro (1990-2018).** Florianópolis: Editoria Em Debate/UFSC, 2021.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral  
Eixo Temático - Estado e Política Social

## A GESTÃO DO TRABALHO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL WORK MANAGEMENT IN THE UNIQUE SOCIAL ASSISTANCE SYSTEM

Eduardo Henrique Moraes Santos<sup>1</sup>  
Alan Farley Prates Oliveira<sup>2</sup>  
Thiago Agenor dos Santos de Lima<sup>3</sup>

**RESUMO:** O estudo visa desenvolver reflexões sobre a gestão do trabalho a partir do levantamento bibliográfico e documental, sobretudo nos dados do Censo SUAS. Ao enfatizar a gestão do trabalho, defende-se a profissionalização do trabalho para os serviços no âmbito da política de assistência social, reconhecendo para tanto as diretrizes e princípios dispostos na NOB/RH/2006. Como resultados parciais dessa pesquisa, tem-se a necessidade de materializar no âmbito dos entes federativos uma política de cargos, carreiras e salários, bem como o plano de educação permanente, ações essas tão caras em momento de desfinanciamento do SUAS e conseqüentemente expropriação dos direitos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gestão; Assistência Social; Trabalho.

**ABSTRACT:** The study aims to develop reflections on the management of work from the bibliographic and documental survey, especially in the data from the SUAS Census. By emphasizing work management, the professionalization of work for services within the scope of social assistance policy is defended, recognizing the guidelines and principles set out in NOB/RH/2006. As partial results of this research, there is a need to materialize within the scope of the federative entities a policy of positions, careers and salaries, as well as the permanent education plan, actions that are so expensive at a time of unfunding of SUAS and consequently expropriation of rights.

**KEYWORDS:** Management; Social Assistance; Work.

---

<sup>1</sup> Eduardo Henrique Moraes Santos- Doutorando em Serviço Social pela PUC/SP, doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Docente em Serviço Social (UFES) e Assistente Social na prefeitura de Osasco/SP.

<sup>2</sup> Alan Farley Prates Oliveira -Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Bacharel em Serviço Social pela Faculdade Santo Agostinho.

<sup>3</sup> Doutorando em Serviço Social e Política Social pela Universidade de Londrina (UEL). Diretor de Proteção Social da Secretaria de Assistência Social de Andradina. Pesquisador no Núcleo de Pesquisa em Seguridade e Assistência Social - NEPSAS.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## INTRODUÇÃO

Este estudo discute a temática da gestão do trabalho no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo por finalidade apresentar relações e condições laborais dos trabalhadores/as da política de assistência social. Para um debate exitoso, além de apresentar breve histórico acerca da assistência social e pressupostos legais do SUAS, entende-se como necessário abordar o cenário brasileiro, seu posicionamento e ações em relação ao mundo trabalho, neste âmbito de análise.

Assim, faz-se necessário conhecer os impactos da reestruturação do trabalho junto à categoria dos profissionais do SUAS. A discussão da temática posta se justifica pela relevância de suas contribuições sobre o trabalho social disponível, as quais favorecem a significação das ofertas na área, bem como a consolidação do direito socioassistencial através da profissionalização dos recursos humanos.

No que se refere à metodologia, este estudo caracteriza-se pela natureza qualitativa, cuja finalidade consiste na “[...] compreensão detalhada dos significados e características situacionais dos fenômenos” (RICHARDSON, 2011, p.79-80). Ainda é definido pela pesquisa descritiva, que tem a função de apresentar atributos acerca de determinada realidade, possibilitando a descoberta e a observação de fenômenos. Quanto ao procedimento de coleta de dados, foi empregada a pesquisa bibliográfica. Esta se apropria de “[...] diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno” (OLIVEIRA, 2004, p. 119).

## DESENVOLVIMENTO

O processo de constituição da política de assistência social no Brasil é fruto da luta coletiva pela conquista e ampliação de direitos sociais. As deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social tiveram papel relevante nesse contexto (BARBOSA, 2018, p. 48). Todavia, de acordo com Oliveira (2009, p. 16), do ponto de vista histórico, a política de

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

assistência social como parte da seguridade social surgiu “[...] na contramão do movimento de reestruturação produtiva e tecnológica ancorado na lógica neoliberal que passou a se ampliar nos marcos do capitalismo no começo dos anos 1980”.

Nesse sentido, enquanto o país vivenciava um processo de redemocratização no campo político, favorável à conquista de direitos sociais, de modo contrário, na esfera internacional, e já se manifestando no Brasil, no contexto econômico era gestada a diminuição do Estado intervencionista, de maneira a favorecer a expansão do setor privado. Situava-se, portanto, na contramão do contexto atual, onde o Estado reduz seus investimentos porque o propósito da seguridade social instituído pela Constituição Federal de 1988 é de “[...] se consolidar como Política Pública data de direitos de cidadania e, portanto, como dever do Estado ampliar serviços e benefícios a quem deles necessitar” (OLIVEIRA, 2009, p. 16).

Contextualizando o cenário, há várias mudanças que impactaram o mundo do trabalho nos anos de 1980: A produção industrial baseada no modelo taylorista-fordista se esgotou, gerando uma crise na sociedade construída ao longo do século XX e no pós-guerra. A acumulação do capital internacional ficou comprometida, bem como houve redução ou escassez de ocupações. Para reverter essa situação, os países optaram pela política de contenção dos gastos do Estado e de retomada da movimentação da economia pela iniciativa privada. Essa política adotada recebeu a denominação de neoliberal.

Considerando o citado enredo, o autor Antunes (2005, p. 76) afirma que as relações de trabalho modificam-se profundamente, “dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis estruturados por meio de empregos formais”. Essa conjuntura resultou, entre outros efeitos, em rebatimentos para a reprodução da classe trabalhadora, atingindo profissionais de diferentes níveis, com a expansão de diferentes formas de trabalho sem vínculos formais, como a flexibilização, precarização e desregulamentação. Para Raichelis (2011), o impacto disso é o rebaixamento salarial, intensificação da jornada, insegurança do emprego, ausência de perspectivas de progressão na carreira, entre outras expressões.

Ainda em meados dos anos de 1980, no âmbito dos processos de redemocratização do Brasil deflagrou-se a “saga da assistência social” para se afirmar como política pública de direito. Destaca-se, nesse contexto, um movimento formado por profissionais do Serviço

Social, sendo um dos sujeitos políticos que mais contribuíram na defesa da regulamentação da assistência social, desde a LOAS à introdução do SUAS nesta legislação.

Por outro lado, a política neoliberal foi intensificada na década de 1990 atingindo o Brasil, atacando sobretudo as conquistas regulamentadas na Carta Magna. Assim, o país se insere nos percursos da “[...] nova ordem do capital global, nos marcos da mundialização com dominância financeira, circunscrevendo a chamada experiência de ajuste estrutural. É a dominância da lógica mercantil, assentada na lógica neoliberal, a investir contra conquistas democráticas [...]” (CARVALHO; SILVEIRA, 2011, p. 148).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O conhecimento acerca da política de assistência social, não pode ser dissociado da lógica que estrutura a sociedade capitalista. Em determinado período de desenvolvimento desse projeto político e econômico, ampliaram-se as desigualdades sociais e criaram-se respostas às reivindicações e mobilizações da classe trabalhadora por meio das chamadas políticas sociais.

No caso do contexto brasileiro, as chamadas políticas sociais apresentam medidas diferenciadas em comparação aos países desenvolvidos; por isso, remeter à análise da realidade social é ponto crucial para compreensão das particularidades da introdução dos serviços sociais no Brasil.

Como se trata de um objeto específico para a presente tese, é importante sinalizar que sua análise está ancorada em diversos processos, destacando: a) a instalação do projeto burguês na sociedade capitalista; b) relações das classes sociais; c) as mutações das chamadas expressões da “questão social”, d) o papel ocupado pelo estado no desenvolvimento de respostas pelas chamadas políticas sociais; e) inclusão de direitos sociais e trabalhistas; entre tanto outros, que são de suma importância para compreender no caso específico o direito a política de assistência social e como isso será introduzida nos mecanismos legais.

A contradição constitutiva no contexto do capitalismo brasileiro demarca a acumulação de riqueza associada ao projeto da burguesia, neste cenário, os/as trabalhadores

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

instalam mobilizações perante a barbárie e ao estado apresenta respostas a algumas das manifestações contra as desigualdades sociais. nos dizeres de Netto:

O que se quer destacar, nesta linha argumentativa, é que o capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatos. e que este processo é todo ele tensionado, não só pelas exigências da ordem monopólica, mas pelos conflitos que esta faz dimanar em toda a escala societária. (2011, p. 29).

Essas particularidades apresentadas nesta citação, são essenciais para o reconhecimento das formas por meio das quais a política de assistência social no Brasil tem sido organizada, gestada e direcionada pelos governos. No entanto, as legislações e normativas são de responsabilidade governamental, porém, não se trata apenas de uma vontade de governos: suas formas de apresentar-se representam o campo das necessidades humanas, e formulam respostas diferenciadas ao longo de sua trajetória. Dito de outro modo, a classe de trabalhadores também infere diretamente para a ampliação dos direitos sociais e humanos.

A construção da política de assistência social é marcada por mobilizações diversas; no primeiro momento, com um protagonismo da área do Serviço Social brasileiro para a sua inclusão na CF/88 e a instituição da LOAS/93, depois somando-se a outros segmentos de profissionais que adentram a área social.

Dessa forma, o movimento realizado para construção do conteúdo contido neste capítulo, levou em conta alguns pontos e marcos da assistência social; nesse sentido; reconhecemos o protagonismo de muitos pesquisadores e trabalhadores dessa área.

A trajetória histórica da política de assistência social no Brasil passa por inúmeras transformações, com projetos distintos: 1) filantropia, com um sentido restrito, materializando-se em práticas voluntárias na ação, marcadas por uma satisfação individual para quem pratica, (MESTRINER, 2008; SPOSATI, 1994); 2) benemerência, com reconhecimento presente nas diversas civilizações, na relação política e religiosa, com cunho tradicional; ela se manifesta de diversas formas como esmolas, auxílios, socorros, amparo; (MESTRINER, 2008; SPOSATI, 1994), 3) direito social, que é expressão dos direitos

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

humanos e da justiça social; no âmbito da assistência social, centraliza-se na proteção social, entendida como um conjunto de ações obrigatórias por parte do Estado que visam a proteger parte da sociedade que é atingida por determinada desproteção social (VIEIRA, 2009; COUTO, 2009; COLIN e JACCOUD, 2013).

Os direitos sociais no contexto brasileiro são fruto de uma intensa mobilização da classe trabalhadora. Foram promulgados na Constituição Federal de 1988 como um conjunto de atenção, proteção e cuidado por parte do ente estatal. Neste contexto, estão presentes “*a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição*” (BRASIL, 1988, Art. 6º.), desdobrando-se em seguida na garantia da política de assistência social, no chamado tripé da seguridade social, em conjunto com outras políticas sociais - a previdência e saúde, orientadas na carta magna para atender um conjunto de objetivos que apontam para a universalização e para incidir na redução da pobreza, formando um amplo e articulado sistema de proteção social (SILVA, 2012).

Esse modelo de seguridade social implantado no Brasil ocorre inicialmente pela forma de seguros sociais, predominantemente no acesso às políticas de previdência (contributiva) e saúde (universal e não-contributiva), mantendo a assistência social (destinada a quem dela necessitar e não contributiva) associada a *ações paliativas e filantrópicas*. No entanto, não se retirou sua composição em um sistema de proteção social, uma contradição demonstrada nas formas materializadas dos serviços e benefícios oferecidos por essas políticas sociais.

Dessa forma, a seguridade social expressa na CF/88 confia ao poder público a responsabilidade pelos direitos desse sistema de proteção social, com base em princípios que promovam a cidadania. Quanto à implantação da política de assistência social no Brasil, Sposati nos ensina que:

A assistência social, como toda política social, é um campo de forças entre concepções, interesses, perspectivas, tradições. Seu processo de efetivação como política de direitos não escapa do movimento histórico entre as relações de forças sociais. Portanto, é fundamental a compreensão do conteúdo possível dessa área e de suas implicações no processo civilizatório da sociedade brasileira (SPOSATI, 2009, p. 15)

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Destaca-se o pioneirismo nas produções da PUC/SP, para uma defesa da assistência social para além das vontades morais institucionais. O corpo de docentes desta universidade e outras construíram um conteúdo associado ao direito para esta política.

O movimento pela assistência social como política pública teve seu apogeu com a Constituição Federal, mas na atualidade enfrenta duras batalhas frente às infiltrações da lógica neoliberal dentro do aparato Estatal:

Ao longo dos últimos 20 anos, na década de 1990 e nos anos 2000, o Brasil vivencia a confluência perversa da democratização e do ajuste estrutural que bem se encarna no Estado Brasileiro Contemporâneo que se desenvolve nesta confluência de duas configurações estatais: o Estado Democrático, a afirmar direitos de cidadania e o Estado Ajustador, a ajustar e ajustar-se aos ditames do capital mundializado (CARVALHO; SILVEIRA, 2011, p. 148-149).

Isso proporcionou, pelo menos no plano das ideias, uma nova roupagem para a assistência social, como política pública, rompendo com a condução de uma política assistencialista, clientelista e patrimonialista, e tida como um direito social de cidadania pela oferta de proteção social pública:

[...] o sentido de proteção (*protectione*, do latim) supõe, antes de tudo, tomar a defesa de algo, impedir sua destruição, sua alteração. A ideia de proteção contém um caráter preservacionista – não da precariedade, mas da vida –, supõe apoio, guarda, socorro e amparo. Esse sentido preservacionista é que exige tanto a noção de segurança social como a de direitos sociais (SPOSATI, 2009, p. 21).

A afirmação da autora permite compreender a proteção social como um conjunto de iniciativas públicas reguladas por provisões de serviços e benefícios visando ao enfrentamento de desproteções contidas nas relações sociais.

Esses preceitos permitem entender o caminho histórico percorrido na assistência social para compreender e efetivar as ações, conforme a regulamentação do artigo 203 da CF/88:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Esse artigo da CF/88, ao tratar dos objetivos da política de assistência social, desenvolve a atenção e proteção a determinados segmentos sociais criança, adolescente, jovens, pessoas adultas, mulheres, idosos e pessoas com deficiências, pessoas transexuais e muitos outros – a tentativa desse espaço de ampliar as classes sociais foi buscando romper com a ideia incluída na própria CF/88 que não os contemplou); porém, a segmentação não é a direção do trabalho socioassistencial, e sim a matricialidade sócio-familiar (PNAS/04), pois o foco do profissional e da política não deve ser em segmentos, mas na perspectiva analítica do lugar ocupado pela família, compreendendo seus arranjos, as contradições inerentes às suas relações internas e às suas relações com as esferas da sociedade (MIOTO, 2004).

Outro ponto nessa direção, deve-se, portanto, sistematicamente romper com visões moralizadores, que se destinam a desenvolver trabalho com “pobres”, disfuncionais, por piedade/caridade (SARTI, 2009), como também manter no horizonte que a perspectiva de proteção não tem sentido de tutela ou disciplina, mas de fortalecimento de capacidades que não se limitam ao indivíduo, pois envolvem suas relações, suas possibilidades e as condições do território onde vive (SPOSATI, 2014).

Ainda, no artigo 203 da CF/88, a inclusão no campo de proteção social da “habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência”. A própria história da política de assistência social permitiu avanços nesse quesito, chegando ao debate junto ao Conselho Nacional de Assistência Social por meio da Resolução CNAS nº 34, de 28 de novembro de 2011, definindo a Habilitação e Reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária como:

[...] um processo que envolve um conjunto articulado de ações de diversas políticas no enfrentamento das barreiras implicadas pela deficiência e pelo meio, cabendo à assistência social ofertas próprias para promover o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, assim como a autonomia, a independência, a segurança, o acesso aos direitos e à participação plena e efetiva na sociedade.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

No caso da política de assistência social, isso se faz por meio dos serviços socioassistenciais, fortalecendo o trabalho intergeracional, a promoção e a autonomia à vida diária e comunitária, encaminhamento para recebimentos de programas e benefícios assistenciais, formação e capacitação nesta matéria, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, viabilizando o acesso às tecnologias assistivas e reduzindo os estresses dos cuidadores e outros.

Desta forma, à inclusão no mercado de trabalho, como um objetivo da PAS, por sua vez, é um campo obscuro e repleto de ações paliativas, como se coubesse à assistência social a responsabilidade primeira de qualificar o sujeito para ingressar no mercado de trabalho. Os exemplos são inúmeros, como a realização de cursos de artesanato, panificação, culinária e outros. Ao refletir sobre as inúmeras demandas e requisições para a assistência social, o CNAS publicou a Resolução CNAS nº. 33, de 28 de novembro de 2011, definindo a Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho no campo da assistência social e estabelecendo os seus requisitos mínimos, inclusive afirmando que ela não é de responsabilidade exclusiva da assistência social, mas resultado da ação intersetorial de diversas políticas públicas.

O novo marco para a assistência social, principalmente pela eleição de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), para a Presidência da República, permitindo a entrada dos profissionais militantes para participar da construção de um sistema único, descentralizado e participativo para a área. (GUTIERRES, 2009).

Com a influência e referência do SUS – Sistema Único de Saúde, será implantado no Brasil o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, balizado inicialmente por dois instrumentos importantíssimos: a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS/2005.

O primeiro documento normativo da instalação do SUAS, foi a PNAS/2004 que foi construída após inúmeras movimentações pelo país e deliberadamente pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS por meio da Resolução nº. 145, de 15 de outubro de 2004, anunciando princípios, diretrizes e conceitos importantes para realização da assistência social em todo o contexto brasileiro.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

O conteúdo da PNAS/2004 levou à construção de três vertentes de proteção social: “1) as pessoas, 2) as suas circunstâncias e, dentre elas, 3) seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família. A proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos, vulnerabilidades se constituem” (PNAS/2004, p. 15). Os indicadores sociais, na primeira parte da PNAS/04, permitem compreender as desigualdades enfrentadas pelos sujeitos. Do ponto de vista da análise, o intuito principal era demonstrar a necessidade de afiançar seguranças sociais (acolhida, renda e convívio) por meio de níveis de proteção social (básica e especial) contidos nas unidades socioassistenciais, sobretudo dos CRAS e CREAS.

À medida que a incorporação de novos conceitos contidos na PNAS/04 se tornaria inovadora para a política de assistência social, houve a necessidade de criar um mecanismo para operacionalizar e colocar em movimento a possibilidade de transformar em realidade outro projeto, sob o qual é promulgada pelo CNAS através da Resolução nº. 130, de 15 de julho de 2005 a NOB/SUAS-2005. Essa normativa representará a afirmação do compartilhamento nas responsabilidades dos entes federativos perante o funcionamento do SUAS; logo, para a gestão financeira, os níveis de gestão do SUAS (inicial, básica e plena), as instâncias de articulação e pactuação.

Para então desenvolver as ações desta nova estrutura trazida pelo SUAS, foi aprovada em reunião do CNAS nos dias 12, 13 e 14 de dezembro de 2006, e divulgada pela Resolução CNAS nº. 269 do dia 26 de dezembro de 2006, a *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social* – NOB RH/SUAS-2006, estabelecendo parâmetros gerais para gestão do trabalho a ser implementado na área de assistência social (FERREIRA, 2010).

O campo de intervenção e a profissionalização da assistência social apresentam inúmeros avanços e muitos desafios. Ao passo que a disseminação conceitual, política e técnica ocorria nos diversos estados brasileiros, outros elementos traziam questões para a realização de práticas de garantia dos direitos sociais e a necessidade da caracterização e das “particularidades das proteções sociais que competem à assistência social” (SPOSATI, 2007, p. 17), dessa forma a seguir vamos apresentar alguns elementos sobre a realidade da gestão do trabalho no SUAS.

## **A Gestão do trabalho no SUAS: Elementos para o debate**

O SUAS, contribuiu para o processo de universalização do direito à assistência social, sendo possível verificar importantes avanços institucionais, que, no entanto, tiveram de ser combinados a rearranjos na organização dos serviços e da gestão devido ao baixo investimento, a precarização dos equipamentos públicos, ausência de profissionais efetivos, entre outros aspectos que ressalta Silveira (2011), o que destaca a prevalência de formulação de benefícios calcados em transferência de renda.

No que se refere aos recursos humanos, no intuito de romper com a lógica do clientelismo, patrimonialismo e outras expressões conservadoras, as normativas do SUAS passaram a exigir de trabalhadores e gestores uma busca contínua da melhoria das condições de trabalho, como uma forma de potencializar a profissionalização na oferta da proteção social. Hora (2015, p. 160) ressalta a importância dos servidores públicos efetivos pois “quando o profissional é concursado, ele possui maior autonomia para se recusar a participar de manipulações políticas”.

Vale ressaltar que as unidades que compõem o SUAS são formadas não apenas pelo Estado, mas, também por estruturas de entidades privadas sem fins lucrativos, que disputam recursos e espaço dentro da política de assistência social. Estas, muitas vezes, também acabam por precarizar o vínculo trabalhista de seus profissionais. Conforme Druck (2011) pode-se identificar cinco indicadores da precarização do trabalho no contexto do capitalismo contemporâneo: vulnerabilidade das formas de inserção no emprego e desigualdades sociais; intensificação da jornada e terceirização; precárias condições de segurança e saúde; ameaça permanente da perda do emprego e, desvalorização e exclusão, condições que afetam decisivamente a solidariedade de classe; e fragilização da organização dos trabalhadores.

Desse modo, por mais que em termos de concepção a assistência social tenha avançado muito, o mesmo precisa acontecer com as condições de trabalho dos recursos humanos, visto que os gestores municipais têm cumprido os requisitos mínimos para receber o financiamento “[...] sem garantir as condições físicas e materiais adequadas para a

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

prestação dos serviços na rede socioassistencial, e sem estabelecer os vínculos de trabalho apropriados para os profissionais da política” (PAZ, 2007, p. 7)

De acordo com o Censo SUAS 2017 (BRASIL, 2017), há 239.262 trabalhadores na assistência social municipal do Brasil, sendo destes somente 38% como servidores estatutários, 10,8% no regime Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), 16,7% comissionados e 34,5% possuem outros vínculos empregatícios. Dessa forma, conhecendo a conjuntura nacional e seus reflexos trabalhistas do SUAS, observa-se que, nessa realidade, constitui-se um desafio criar condições adequadas de trabalho e de gestão institucional. Raichelis (2011) informa, a esse respeito, que é preciso resistir coletivamente, ou seja, que somente por meio da organização dos trabalhadores é possível combater essa precarização:

A luta pela garantia da qualificação e capacitação continuadas, por espaços coletivos e sistemáticos de estudo e de reflexão sobre o trabalho, de debate sobre as concepções que orientam as práticas, é parte da luta pela melhoria das condições de trabalho e da qualidade dos serviços (RAICHELIS, 2011, p. 58).

Mesmo diante da redução das ações do Estado, houve uma expansão de ocupações no âmbito da assistência social a partir de sua regulamentação como direito e uma política pública, especialmente para profissionais de nível superior. Nesse sentido, ela entende que, apesar dos desafios ao desenvolvimento do SUAS, o trabalho social pode e deve ser exercido pelas diferentes profissões que o constituem, prezando pela garantia de direitos dos usuários.

Assim, conforme Raichelis (2011, p. 64), compete aos trabalhadores do SUAS, na contramão do movimento societário nacional e internacional, buscar junto ao Estado o cumprimento das normativas da política de assistência social, de oferta de condições dignas de trabalho, com equipamentos e recursos humanos suficientes, espaços adequados para atendimento, plano de carreira e realização de concurso público, de modo a recusar, portanto, “[...] qualquer padrão minimalista para seu funcionamento, o que exclui a possibilidade de ampliação dos serviços e benefícios com base em estratégias intensificadoras e precarizadas do trabalho, bem como da terceirização dos serviços públicos e dos seus trabalhadores”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

A partir da literatura utilizada conheceu-se a gestão do trabalho do SUAS, preconizada em normativas e, também, a partir de uma breve exposição de resultados e ações efetivadas. A resistência tem marcado o perfil dos trabalhadores do SUAS, direcionados pelo propósito de lutar para que a política de assistência social seja garantida pelo Estado e para que possam oferecer à população serviços de qualidade.

Profissionais concursados, com planos de carreira e educação permanente são perfis assegurados pela PNEP/SUAS, que, no entanto, exigem esforços constantes dos trabalhadores do SUAS, no sentido de evitar reduções de investimentos. A organização coletiva é observada como fator indispensável para enfrentar a precarização do trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2005.

BARBOSA, D.S.B. **Educação Permanente e Gestão do Trabalho no âmbito da assistência social:** estudo das demandas de capacitação profissional em Manaus. Dissertação. Universidade Federal do Amazonas, 2018.

BRASIL. **Censo SUAS 2014.** Brasília: MDS, 2015.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistência: novos e velhos desafios? **Cad. CRH.** Salvador, v. 24, n. spe1, p. 37-57, 2011

CARVALHO, A.M.P.; SILVA, I. M. M. Consolidação da assistência social como política pública no século XXI. In: BRASIL. **Gestão do Trabalho no âmbito do Suas:** uma contribuição necessária para ressignificar as ofertas e consolidar o direito socioassistencial. Brasília, DF: MDS: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011, p. 141-170.

HORA, S.S. da. O Serviço Social e as condições de trabalho no Suas: tensões e desafios à materialização do projeto profissional. **Em Pauta.** Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, n. 36, v. 13, 2015, p. 155 - 177.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, Vozes, 2004.

OLIVEIRA, J. V. **A Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS:** uma análise referenciada da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos. Dissertação. Universidade Federal do Maranhão, 2009.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

PAZ, F. A. R. A precarização no trabalho do assistente social na política de assistência social. Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

RAICHELIS, R. O trabalho e os trabalhadores do SUAS: o enfrentamento necessário na assistência social. In: BRASIL. **Gestão do Trabalho no SUAS: uma contribuição necessária.** Brasília: Secretaria de Nacional de Assistência Social, 2011.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas.** São Paulo: Atlas, 2011

SILVEIRA, J.I. Gestão do trabalho: concepção e significado para o SUAS. In: BRASIL. **Gestão do Trabalho no âmbito do Suas: uma contribuição necessária para ressignificar as ofertas e consolidar o direito socioassistencial.** Brasília, DF: MDS: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011, p. 09-38.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral  
Eixo Temático - Estado e Política Social

## **A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: ELEMENTOS PARA PENSAR A FORMA JURÍDICO-POLÍTICA E O SENTIDO DA COLONIZAÇÃO**

**THE FORMATION OF THE BRAZILIAN STATE: ELEMENTS TO THINK ABOUT THE  
LEGAL-POLITICAL FORM AND THE MEANING OF COLONIZATION**

Maria Isabel G. Bezerra<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo versa sobre a constituição do Estado Nacional no Brasil, articulando a concepção marxista do Estado e sua relação com o capitalismo à perspectiva acerca do sentido da colonização brasileira no desenvolvimento do capitalismo mundial. Para isso é realizada revisão bibliográfica a partir de autores que versem sobre o tema, especialmente Caio Prado Jr (1961). Justifica-se na constante necessidade de aprofundar os conhecimentos acerca da realidade brasileira visando contribuir com a produção científica sobre o tema, especialmente em uma conjuntura de acirramento das lutas de classes é fundamental que se construam análises assertivas dentro do pensamento crítico que subsidiem intervenções prático-políticas de qualidade. A partir dos estudos identifica-se que o país se estabelece sob o caráter de subordinação do Estado e de sua economia, sentido impresso pela colonização enquanto empresa colonizadora intimamente ligada à expansão capitalista. Nota-se que da síntese do período colonial – a independência – até a primeira metade do século XX, espaço temporal correspondente à análise do sentido da colonização, o país não supera seu estatuto colonial e não alça status de soberania nacional, devido às suas determinantes estruturais de inserção no capitalismo mundial que perpetuam a dominação conteúdo da empresa colonial em suas quatro dimensões principais: o caráter empresarial, a racionalidade para o lucro, a economia voltada ao mercado externo e as péssimas condições para o trabalho. PALAVRAS-CHAVE: Estado, Capitalismo, Sentido da colonização.

**ABSTRACT:** This article deals with the constitution of the National State in Brazil, articulating the Marxist conception of the State and its relationship with capitalism to the perspective on the meaning of Brazilian colonization in the development of world capitalism. For this, a bibliographic review is carried out from authors who deal with the subject, especially Caio Prado Jr (1961). It is justified by the constant need to deepen knowledge about the Brazilian reality in order to contribute to the scientific production on the subject, especially in a context of intensifying class struggles, it is essential to build assertive analyzes

<sup>1</sup> Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Montes Claros. Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: belseso@gmail.com

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

within critical thinking that subsidize practical interventions. quality policies. From the studies it is identified that the country is established under the character of subordination of the State and its economy, a sense imprinted by colonization as a colonizing company closely linked to capitalist expansion. It is noted that from the synthesis of the colonial period - independence - until the first half of the 20th century, a temporal space corresponding to the analysis of the meaning of colonization, the country does not overcome its colonial status and does not reach the status of national sovereignty, due to its determinants. structural elements of insertion in world capitalism that perpetuate the content domination of the colonial enterprise in its four main dimensions: the entrepreneurial character, the rationality for profit, the economy focused on the foreign market and the terrible conditions for work.

KEYWORDS: State, Capitalism, Meaning of colonization.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho nasce a partir de pesquisas acerca da realidade social brasileira. O objetivo principal é articular a perspectiva do Estado marxista enquanto forma jurídico-política de sua base material: a forma mercantil; com a tese de Caio Prado Jr acerca do sentido da colonização no Brasil e como esta última perpassa a constituição do Estado Nacional no país, enquanto particularidade histórica relacionada ao desenvolvimento total do capitalismo mundial. Utiliza-se como procedimento metodológico a revisão bibliográfica de textos relacionados às temáticas do Estado e da formação brasileira, como Félix (2019), Mazzeo (1989) e Caio Prado Jr (1961). A discussão tem profunda relevância e justifica-se na infindável necessidade de pesquisa acerca da realidade social brasileira, de seu caráter de Estado e sua configuração no capitalismo mundial, elementos que não se dão de modo fortuito, mas que possuem raízes profundas e relacionadas na história que se refletem até o presente e impelem à pesquisa o descortinar de seus constitutivos históricos.

O texto que se segue faz um breve ensaio acerca do sentido da colonização para a constituição do Estado nacional, e se estrutura em três momentos. No primeiro têm-se uma apresentação da perspectiva marxista de Estado no capitalismo, no sentido de apreender suas determinações de classe enquanto forma política e jurídica em função da forma mercantil, elemento central e organizador da vida no capitalismo. Em seguida são trazidas reflexões acerca da transição da forma social feudal para a burguesa, captando os elementos gerais

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

constitutivos deste processo que irão resultar na expansão mercantil e marítima europeia, pioneiramente portuguesa. Deste quadro parte-se para um terceiro momento que analisa o sentido da colonização no Brasil enquanto particularidade histórica, determinação do caráter geral das relações sociais e que irá perpassar de modo transversal a instituição do Estado brasileiro e sua formação econômica e social, conforme tese sustentada pela obra do autor marxista clássico dos estudos sobre realidade brasileira, Caio Prado Jr (1961).

## DESENVOLVIMENTO

Na perspectiva marxista, o Estado moderno tem seu fundamento principal na constituição histórica do capitalismo, enquanto forma de “condensação dos determinantes jurídico-políticos – formas jurídica e política –, bem como econômicos – forma mercantil” decorrentes da sociedade civil que o estabelece (FÉLIX, 2019, p. 33, 34). O Estado é a forma política e jurídica que existe em função da forma mercantil fundada no valor, que é o conteúdo da sociedade civil no capitalismo, ou seja, é a forma política do capital. Nesta compreensão o Estado possui um caráter de classe que não existe acima da sociedade e suas contradições, como queira convencer a ideologia burguesa, antes é constituído expressão desses antagonismos e instrumento para manutenção da ordem conforme os interesses burgueses. Nas diversas configurações históricas em diferentes formações sociais, o Estado mantém sempre seu conteúdo de representação da classe dominante a serviço da expansão dos elementos econômicos, políticos e sociais circunscritos à ordem do capital.

É a forma mercantil o fundamento sob o qual erige a sociedade burguesa, sua estrutura do direito – forma jurídica e do Estado – forma política. Encontramos em Félix (2019 p. 25) que os direitos fundamentais, liberdade, igualdade e propriedade já são dados na materialidade a priori de sua consagração na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão datada de 1789, pois

são pressupostos para a existência de dois sujeitos fundamentais no processo de produção de mercadorias. De um lado, o capitalista como possuidor dos meios de produção e comprador da força de trabalho e, do outro, o trabalhador que, desprovido desses meios, vê restar-lhe a única propriedade à qual é levado “voluntariamente” a vender, sua força de trabalho (FÉLIX, 2019, p. 25).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Ou seja, os elementos sociais que colocam a necessidade histórica das relações capitalistas já estão dados a partir da forma mercantil, que demanda os sujeitos históricos que estabelecem a mercadoria, e o fazem no sentido da efetivação do predomínio dessa forma como mediadora central das relações em sociedade. Para tanto é imprescindível que se constituam homens livres – para as relações de negócios, proprietários – dos meios de produção ou da força de trabalho e iguais – enquanto proprietários estão em situação de equivalência.

Mazzeo (1989) indica os três fatores ressaltados na obra marxiana enquanto determinantes para o desenvolvimento do capitalismo a partir do feudalismo, seu modo de produção social anterior na história. Destaca-se neste primeiro momento o que tange ao surgimento da propriedade, colocado com a produção de artesanias urbanas que ultrapassam o caráter simples de habilidade de trabalho humano para se expandir em atividades de mercado. Representam também uma maior individualização e especialização em relação ao trabalho comunal, além de possibilitar o trabalho livre como categoria social. Deste modo, o surgimento das mercadorias<sup>2</sup>, ainda que em sua mais elementar gênese histórica, é o que irá determinar o abalo nas formas econômicas feudais e a partir de seu desenvolvimento nas manufaturas e na desagregação do trabalho servil, fornecer os primeiros fundamentos da sociedade burguesa.

Posto o fundamento originário do capitalismo, compreende-se que é a mercadoria que antecede e estabelece a razão de ser da forma jurídica – o direito da sociedade burguesa. Em relação ao Estado, é preciso entender como se deu o processo de transição do feudalismo para o capitalismo, tendo sempre em mente que este processo não é linear ou mecânico, mas prescinde de mediações históricas e particularidades relacionadas ao tempo e ao espaço. É necessário captar seus elementos centrais e os aspectos totais, para só mais a frente, demandando esforços que escapam aos limites deste ensaio, adentrar as especificidades de cada formação social, caso queira o/a pesquisador/a. Para nosso objetivo importa apenas demonstrar como o Estado moderno, de tipo capitalista, apresenta protoformas já no período

---

<sup>2</sup> Conforme a concepção marxiana de mercadoria enquanto produto do trabalho contendo valor de uso e valor de troca e, portanto, só compreendida na teia das relações sociais (MARX, 2011).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

em que se observam os primeiros elementos capitalistas no processo histórico de desenvolvimento das contradições engendradas entre as forças produtivas e as relações de produção no âmbito mesmo do feudalismo em decadência. (MAZZEO, 1989).

O desenvolvimento social é dado com as potencialidades que o trabalho realiza nos homens e em suas relações. Numa lógica acumulativa de conhecimento no e do processo de trabalho, ocorrem transformações de sentido ontológico e teleológico que realizam rupturas e continuidades dialéticas relacionadas ao processo de trabalho, que negam e afirmam as formas sociais anteriores apontando para sua inovação. Nessa dinâmica,

“a qualidade nova, portanto, a descontinuidade, aparece nos elementos por Marx enunciados, ontologicamente determinada, e o caráter da estrutura rural, o trabalho artesanal urbano e o desenvolvimento do comércio, a configuram” (MAZZEO, 1989, p. 30).

São estes os três elementos que determinam a ruptura que inverte a lógica principal da sociedade feudal, que consiste na subordinação da cidade ao campo e que culminará na sociedade capitalista. A partir deles e das inferências que realizam no trabalho, nas classes sociais e nas instituições, aprofundam o processo histórico de superação do feudalismo.

Em tal aprofundamento as forças sociais características da nova forma social avançam e intensificam as contradições entre a nobreza, classe dominante da forma anterior, e a burguesia, classe proprietária portanto ascendente no novo modo de produção. Partindo do exemplo português o autor justifica sua importância no fato de que na crise do feudalismo Portugal desenvolve-se em condições histórico-particulares que no início do processo de “passagem” o torna

o primeiro Estado nacional europeu, no final do século XIV, criando as condições objetivas para o surgimento de um poder político centralizado, que irá subsidiar a expansão marítimo-comercial lusitana dos séculos XV e XVI, propiciando a criação do que será conhecido como sistema colonial (MAZZEO, 1989, p. 25).

Os acontecimentos relacionados à história de Portugal no século XIV demonstram a consolidação da burguesia enquanto classe participante no poder e em prol de seus interesses passou a operar o Estado. A Revolução de 1383/85 lança bases para o Estado

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

mercantil de tipo moderno, que na transição do século XV para o XVI cria e fortalece a estrutura estatal e restringe os privilégios da nobreza. A classe cada vez mais influente no poder agora é a burguesia mercantil, imbricada no Estado burocrático-administrativo expressão da passagem do feudalismo ao capitalismo.

Na teia das rupturas e continuidades que se gestam no âmbito econômico convivem antigas e novas formas econômicas e também político-ideológicas, o Estado absolutista desponta como produto histórico das novas circunstâncias lançadas sobre a sociedade feudal que implicam a desagregação de sua estrutura político-econômica. Sua base material consiste nas pressões que os elementos da nova forma social capitalista exercem sobre a ordem feudal revertendo a subsunção da cidade ao campo em seu efeito contrário. Possui caráter de passagem e relativo equilíbrio das forças em disputa (burguesia e nobreza), representantes do novo e do velho ordenamento social que neste período de transição subsistem com elementos sobrepostos. Nesse bojo, são as forças correspondentes ao capitalismo que se acumulam, expressamente sua classe dominante, a burguesia, que por razões objetivas do plano econômico fornecem a base material da sociedade em gestação. O Estado de transição irá assim conter em seu aparelho características do modo de produção capitalista, ainda que apresente em sua superestrutura aspectos da ordem anterior, “algo muito próximo de uma ‘subsunção formal’ dos componentes de superestrutura medieval aos elementos burgueses” (MAZZEO, 1989, p. 48).

A burguesia ascendente consolida cada vez mais seu poder político e econômico, e nesse contexto a nobreza (inclusive a realeza que compõe o Estado) se adaptará aos elementos burgueses realizando suas atividades e também se tornando burguesia. Assim, “a adaptação do Estado absolutista às novas imposições econômicas aparece como hegemonia burguesa frente à nobreza, no aparelho do Estado absolutista” (MAZZEO, 1989, p. 50). Sob este sentido moderniza seu aparato jurídico e administrativo e fortalece seu contorno e conteúdo capitalista para corresponder à sua base material econômica, que se desenvolve sobre a forma mercantil, conforme já demonstrado.

É esse Estado absolutista português, de caráter nacional, que irá fornecer as condições para a expansão mercantil e marítima no século XV e mais intensamente XVI, visando a ampliação dos mercados para a circulação e posteriormente para a produção. Essa

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

expansão impõe novos momentos ao desenvolvimento histórico aprofundando os elementos capitalistas insurgentes na sociedade feudal e colocando novas situações históricas cujo encaminhamento se dará sob o prisma do novo ordenamento social. O foco das atenções da nova classe dominante em seu modo de produção correspondente se voltará para a América, onde a burguesia instaura sua empresa mercantil através da colonização e organiza e impulsiona a concentração capitalista sob a égide dos grupos mercantis.

Feito este breve incursão sob as condições históricas precursoras da sociedade capitalista e de seu Estado, cabe-nos o momento de pensar a particularidade brasileira no quadro geral do capitalismo mercantil e da empresa colonizadora que aqui se desenvolve, para então ser possível compreender qual caráter esta particularidade imprime nas relações sociais e na formação social do país.

Em seu célebre livro *Formação do Brasil Contemporâneo* (PRADO JÚNIOR, 1961) recapitula a história nacional e remonta seus elementos constitutivos na economia, sociedade, raça, entre outros aspectos. Além desta leitura principal, a síntese de sua contribuição está presente em, entre outros títulos, em *Evolução Política do Brasil*<sup>3</sup> (publicado pela primeira vez em 1963) e *História Econômica do Brasil*<sup>4</sup> (1981). Para fins deste trabalho foi feito estudo norteado pela fala audiovisual<sup>5</sup> da professora Virgínia Fontes (Universidade Federal Fluminense) acerca da intelectualidade de Caio Prado Jr. e suas contribuições para pensar a formação social brasileira, especialmente o sentido da colonização.

O sentido da colonização consiste, em breves termos devido aos limites deste ensaio, no caráter logrado da empresa colonizadora portuguesa, erigida da expansão mercantil no território americano no contexto do século XV e XVI. Conforme apontado por Mazzeo (1989) em alinhamento à tese de Caio Prado Jr., a formação social brasileira se relaciona ontologicamente como particularidade capitalista atrelada à gênese colonial. Por esta razão de ser, só pode ser compreendida a partir de nexos de análise que articulem sua particularidade à totalidade do desenvolvimento capitalista na história, suas determinações e as linhas gerais

<sup>3</sup> Disponível em: <https://disk.yandex.ru/i/3hu337z3s72k9> Acesso em 11/03/2022.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://asdfs.com/26h3k> Acesso em 11/03/2022.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lk12MECGKbI> Acesso em 11/03/2022.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

por ele sedimentadas em nossa formação econômico-social. A digressão histórica até aqui feita subsidia, portanto, este eixo geral objetivo do trabalho, o de conceber dialeticamente no pensamento a materialidade ontológica da realidade brasileira situada na totalidade do capitalismo mundial.

No caminho para a compreensão do sentido colonizador e da constituição do Estado Brasileiro, utiliza-se novamente de Mazzeo (1989) a fim de analisar as determinações particulares do Estado no Brasil.

A sociedade brasileira possui conforme o autor, profundas raízes de um conservadorismo extremado e ausência de perspectivas revolucionárias por parte das classes dominantes. Essas raízes estão em sua estrutura produtiva de caráter rudimentar; relações sociais autocráticas e de alijamento das camadas populares; estrutura de trabalho fincada na escravidão como fonte de mão de obra; economia pouco desenvolvida atividades extrativistas e rurais com baixíssimo incremento de desenvolvimento tecnológico para a produtividade. A construção do contexto da independência teve à frente a classe burguesa latifundiária, que dirigiu o processo e instaura um aparelho estatal conforme suas diretrizes ideológicas, com o cuidado rigoroso de afugentar qualquer rastro de perspectiva democrática ou de participação popular que ameace radicalidade.

O rompimento com a ligação formal com a metrópole se dá por diversos fatores econômicos e sociais da colônia aos quais o domínio português já não correspondia.

O rompimento com a Metrópole, então, se dá pela própria incapacidade portuguesa em atender as premissas adaptadoras das classes que detinham o poder no Brasil e, obviamente, pelo quadro econômico engendrado pelo capitalismo industrial (MAZZEO, 1989, p. 104).

A base deste processo está então na crise colonial política, econômica e nas relações sociais e de trabalho. A crise envolvendo o abolicionismo constitui também importante fator, devido ao fundamento escravista presente na estrutura econômica brasileira desde os períodos iniciais da colônia e sobre o qual se ergue sua economia e sociedade. A abolição afetava o mais profundo do sistema colonial: a força de trabalho escrava, e sua determinação efetiva após os adiamentos e contragostos da elite colonial irá encaminhar a migração dos investimentos em outros setores da economia.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Esta crise colonial se relaciona em essência à crise do mercantilismo e à “desconexão do Brasil com os propósitos recolonizadores de Portugal” (MAZZEO, 1989, p. 101), que lhe acionam medidas de arrocho e impõem medidas de intensificação da exploração sob a colônia. Neste cenário os entusiastas pela independência, parte das classes dominantes rurais e a nascente burguesia industrial especialmente irá ancorar-se na perspectiva ideológica do liberalismo para arvorar sua prática política no sentido da emancipação. O liberalismo presente nesse momento e em certos aspectos até a contemporaneidade na verdade tratava-se de uma justificativa ideológica da liberdade pretendida pela burguesia colonial para estabelecer seus interesses sem os entraves comerciais do exclusivismo imposto pela metrópole. Consiste em um liberalismo pouco ideológico;

para justificar a diminuição da interferência metropolitana nos negócios dos ricos fazendeiros, evidenciando a necessidade de uma nova estruturação do poder político, sempre tendo em conta o cuidado em excluir os outros segmentos componentes da estrutura social brasileira (MAZZEO, 1989, p. 102).

Identifica-se assim que a formação do Estado nacional brasileiro contém em si elementos de uma cultura antipovo, antidemocrática, que institui a postura política e o caráter econômico e de ação das classes dominantes que participam e determinam a lógica do aparelho estatal, como já demonstrado. O liberalismo aqui postulado pautava a conciliação da liberdade econômica da burguesia com o elemento central da estrutura produtiva: o afastamento das camadas populares do poder e a estrutura escravista, cerceando e limitando qualquer pretensão democratizante (CARVALHO, 2011).

Feitas estas considerações passa-se agora aos aspectos relacionados à empresa colonizadora no Brasil e à tese de Caio Prado Jr. sobre o sentido da colonização, numa abordagem ancorada no conjunto da obra do autor já citada, e na síntese apresentada em vídeo pela professora Virgínia Fontes (UFF).

Partindo do debate da questão de ser ou não o Brasil uma nação, Caio Prado Jr. considera o Brasil dentro da totalidade do capitalismo mundial, no entendimento de que o incursão português nos territórios americanos e particularmente brasileiros ocorre no marco da expansão do capitalismo mercantil, como também demonstrado anteriormente a partir de Mazzeo (1989). A empresa colonizadora daí conceituada possui quatro aspectos constitutivos

que são: o caráter de empresa; a racionalidade que prescreve o lucro; voltada para a satisfação do mercado externo (devido a empresa colonizadora concentrar o peso da economia na exportação, o que leva ao não desenvolvimento de uma nação plena); e por último o caráter devastador para o trabalhador, que permanece em diferentes manifestações mesmo após a abolição da escravatura. O trabalhador na empresa colonizadora não ultrapassa o sentido de mão de obra, empregado por Caio Prado Jr. e que designa a destituição de potencialidades genéricas do ser humano, sendo-lhe extraídas a sangue e suor apenas sua energia vital para exploração do trabalho.

A Independência do Brasil irá significar nesta perspectiva o resultado cabal do sentido da colonização e da realização da empresa mercantil neste território, a síntese histórica da atividade colonizadora europeia a partir do século XV, na incursão com vistas aos objetivos mercantis.

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 21)

Se constituirá assim o sentido de transversal, a marca de nascença da sociedade brasileira, lograda de sua gênese colonial e transversal em sua Independência e na constituição de seu caráter de Estado, excludente, averso à democracia, composto e favorável às elites dominantes.

Os quatro elementos constitutivos da empresa colonizadora irão perdurar, sob diversas manifestações dentro de cada quadro histórico nacional, mesmo após a Independência e o desligamento formal à Metrópole. Perduram por que subsiste o sentido da colonização, a subordinação e o caráter econômico da empresa colonizadora, ainda que tendo alteradas suas condições de desenvolvimento das forças produtivas na intensa industrialização na década de 1930, não se alteram as determinações essenciais de sua estrutura produtiva. A economia continua marcada pelo processo colonial e suas mesmas formas de dominação política entre as relações de classe.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Para Caio Prado, toda essa industrialização se dá no sentido das vantagens econômicas dos grupos dominantes, e não da construção de uma economia forte e de soberania nacional. A permanência histórica do sentido da colonização exige para sua transformação um programa político de reformas e intervenções a partir do Estado, que não se desenvolve em razão da evolução política estar em retaguarda à evolução econômica nacional, ou seja, no entendimento do autor ocorre um imobilismo das forças sociais dominantes que historicamente têm a função de modernização e consolidação de um capitalismo com status de soberania nacional, resultando numa crise permanente.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos estudos realizados, observa-se que o Estado constituído no Brasil desde o domínio da metrópole enquanto colônia, passando pelo império até o contexto da Independência e após esta, deixando marcas no cerne da sociabilidade brasileira, corresponde em essência e funcionalidade à concepção marxista de Estado enquanto forma política e jurídica derivada da base material objetiva da sociedade burguesa: a forma mercantil (FÉLIX, 2019).

Portanto, o sentido da colonização está determinado no desenvolvimento do capitalismo mundial, a partir dos interesses dos colonos portugueses, no triunfo histórico das relações burguesas sob as feudais, para a exploração de novos mercados e bases produtivas sob seu domínio. Ocorre no Brasil a expansão da empresa colonizadora europeia que incorpora este território com vista à satisfação de seus interesses no desenvolvimento do sistema capitalista de relações sociais e, portanto, de expansão da forma mercantil, condensada no mercantilismo português. Sob estes interesses será estabelecido o conjunto da sociedade colonial, sua estrutura econômica, as relações de trabalho sob as quais nasce as demais, e toda a sua base objetiva, material e também político-ideológica. Desta empresa colonizadora que se erguem e permanecem na história os aspectos elementares e estruturais que logram no organismo social, de Estado e econômico o caráter de subordinação do Brasil ao capitalismo mundial, aos grandes centros do sistema, os quais inclusive superam o pioneirismo português da colonização. Em síntese, a forma político-jurídica e o corpo social do Brasil carregam marcas

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

deste processo, correspondendo assim, conforme colocado pela concepção marxista, à sua base material: a forma mercantil em sua particularidade do sentido colonial.

## REFERÊNCIAS

CARVALHO, Maria Cristina de. **A formação do Estado burguês no Brasil**. R. Eletrônica dos Pós-Graduandos da UFSC, v.8, n.2, ago-dez de 2011.

FÉLIX, P.R. **Cidadania e Capitalismo: uma análise a partir da crítica marxista do direito**. R. Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v.29, n.1 (especial), p. 13-38, 2019.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil**, origens da autocracia burguesa. Oficina de Livros, Belo Horizonte, 1989.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo, Colônia**. Editora Brasiliense, São Paulo, Ed.6ª, 1961.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral  
Eixo Temático - Estado e Política Social

## **O PAPEL DO ESTADO E AS POLÍTICAS SOCIAIS NA ERA DO CAPITALISMO FINANCEIRO: REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA**

THE ROLE OF THE STATE AND SOCIAL POLICIES IN THE AGE OF FINANCIAL CAPITALISM: REFLECTIONS ON THE BRAZILIAN EXPERIENCE

Amanda Nascimento Lougon dos Santos<sup>1</sup>  
Darana Carvalho de Azevedo<sup>2</sup>  
Juan Felipe Alves de Oliveira<sup>3</sup>  
Valter Martins<sup>4</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo principal problematizar o papel do Estado e a arquitetura das políticas sociais brasileiras no contexto de aprofundamento da crise do capital financeirizado. Apoiado no referencial teórico gramsciano, abordamos o Estado em sua relação com a sociedade civil, com a intenção de situar as políticas sociais em um quadro social e politicamente crítico. O trabalho busca recuperar o percurso da intervenção estatal no Brasil na regulação do conflito de classes, problematizando os significados dessas ações na formação da cidadania no país. Com base nesse aporte teórico e nessa retrospectiva dos significados dos direitos sociais, buscamos problematizar os impactos das estratégias do

<sup>1</sup> Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestranda pelo Programa de Estudos Pós Graduaados em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Assistente Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social, trabalho e proteção social (GETRAPS). ORCID: 0000-0003-0659-5976 Link do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9337228111248485> E-mail: amandalougon@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) Assistente Social da Prefeitura Municipal de Macaé. Bolsista de pesquisa em Capacidade Estatal e Perfil da Implementação na Política de Assistência Social, financiado pela UFF/FEC e pesquisadora assistente social em (Re) Configuração da Política de Assistência Social na cena contemporânea, financiada pela CNPQ. Link do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8031032933005995>. ORCID 0000-0002.4229.2983. E-mail: darana\_a@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutorando em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Assistente Social da Marinha do Brasil. ORCID: 0000-0003-1638-2544. Link do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4742453820774441> E-mail: juan.doc.uff@gmail.com

<sup>4</sup> Assistente social. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com estágio de pesquisa junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Autônoma de Barcelona; mestre e bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professor do Departamento de Serviço Social de Campos e do Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social, da Universidade Federal Fluminense. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social, trabalho e proteção social (GETRAPS). Link do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/3154254627267334> ORCID: 0000-0002-7953-0789 E-mail: valtermartins@id.uff.br

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

capital para superar sua crise orgânica, apontando para impactos deletérios para a população usuária das políticas sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estado Ampliado; Políticas Sociais; Capitalismo financeiro; Hegemonia.

**ABSTRACT:** The main objective of this article is to problematize the role of the State and the architecture of Brazilian social policies in the context of the deepening crisis of financialized capital. Based on the Gramscian theoretical framework, we approach the State in its relationship with civil society, with the intention of placing social policies in a socially and politically critical framework. The work seeks to recover the course of state intervention in Brazil in the regulation of class conflict, questioning the meanings of these actions in the formation of citizenship in the country. Based on this theoretical contribution and this retrospective of the meanings of social rights, we seek to problematize the impacts of capital strategies to overcome its organic crisis, pointing to deleterious impacts for the population that uses social policies.

**KEYWORDS:** Extended State; Socialpolitics; Financial capitalism; Hegemony.

## INTRODUÇÃO

Crescente tem sido o número de publicações a respeito da política social em tempos de capitalismo financeiro, não somente pelo acirramento da contradição capital e trabalho, onde observamos um extraordinário desenvolvimentodas forças produtivas, em meio à subutilização e até meio a exclusão dessa força produtiva, contribuindo cada vez mais, para concentração de riqueza e aumento de pobreza, mas também, devido ao esforço do entendimento sobre os limites entre Estado e sociedade civil, concernente a decadência das instituições democráticas e à dificuldade de constituição da esfera pública.

Por conseguinte, entendemos ser essencial a compreensão do Estado para a discussão das políticas sociais. Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo principal discutir o papel do Estado e a arquitetura das políticas sociais brasileiras, no contexto de aprofundamento da crise do capital financeirizado.

O presente artigo se justifica plena importância de entendimento do Estado como corolário das relações sociais de produção, mas não como elemento que explica sua dinâmica, articulando acumulação e legitimação. Nos parece essencial, para isso, o conceito gramsciano de Estado ampliado e de hegemonia para, de fato, poder contribuir para uma

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

leitura crítica e dialética do significado das políticas sociais e sua configuração no capitalismo financeiro.

Nesse sentido, partimos do referencial teórico gramsciano para abordar o Estado e a relação deste com a sociedade civil, com o intuito de compreender o sentido das políticas sociais a partir de uma abordagem social e politicamente crítica. Seguimos com um resgate histórico da intervenção estatal na regulação do conflito de classes no Brasil, contextualizando diferentes perspectivas sobre a cidadania e suas respectivas contribuições para a formação de uma concepção sociopolítica dos direitos sociais. Por fim, abordamos as estratégias adotadas no atual estágio do capitalismo para superar um ciclo de crise, inaugurado ainda na década de 1970, apontando para impactos deletérios para a população usuária das políticas sociais.

Sendo assim, nosso trabalho constitui um esforço de construção teórica de um debate acerca do papel do Estado em tempo de agudização da crise capitalista, apontando os impactos para a manutenção e ampliação dos direitos sociais em uma perspectiva de universalidade.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **Estado Ampliado e Hegemonia – uma contribuição gramsciana**

No âmbito das ciências sociais, os estudos sobre a complexidade das relações entre Estado e sociedade, próprias do capitalismo desenvolvido tem se constituído como um referencial fundamental para pensarmos as transformações do capitalismo contemporâneo, as novas formas de expressão do Estado, da sociedade civil e, conseqüentemente, os processos de construção da hegemonia neste cenário histórico.

Gramsci elabora sua teoria ampliada do Estado, a partir da crescente socialização da política presente nas sociedades contemporâneas, ao apontar que o poder estatal. Nesse novo contexto, não se expressa apenas através de seus aparelhos repressivos e coercitivos, mas,

também, por meio de uma nova esfera do ser social que é a sociedade civil<sup>5</sup>. O autor realiza um novo nexos entre economia e política, entre sociedade civil e sociedade política, esferas constitutivas<sup>6</sup> do conceito de Estado ampliado lhe conferindo originalidade em seu pensamento.

Em Gramsci a categoria de Estado ampliado se relaciona com outros conceitos que lhes são dialeticamente inerentes como, política, hegemonia e sociedade civil, que se diferenciam, por aspectos metodológicos, mas compõem o complexo conceitual que o autor busca localizar.

Ademais, o conceito de Estado ampliado destaca a correlação existente entre as formas de organização das vontades (particulares e coletivas), a ação e a própria consciência (sociedade civil) e as instituições específicas do Estado em sua acepção restrita (sociedade política). Gramsci supera o dualismo das análises que separavam e contrapunham a base à superestrutura, integrando sociedade política e sociedade civil em uma só totalidade, em constante interação, no âmbito do que ele considerava as superestruturas (FONTES; MENDONÇA, 2012).

A construção de consensos é considerada na categoria de Estado ampliado, contrapondo-se a concepção reducionista que limitava o Estado a função coercitiva. Para entender a categoria de Estado ampliado Gramsci faz uso de dois conceitos - sociedade política e sociedade civil. A primeira diz respeito ao Estado no sentido restrito, composta por seus aparelhos governamentais responsáveis pela administração, organização e exercício dos instrumentos de coerção. A segunda refere-se à noção de sociedade civil implicando no conjunto dos organismos chamados de “privados” ou “aparelhos privados de hegemonia”, com adesão voluntária de seus membros, tais como igrejas, associações privadas, sindicatos,

---

<sup>5</sup>A sociedade civil, no pensamento gramsciano, apresenta-se como o "*conjunto dos organismos chamados 'privados' e que corresponde à função de hegemonia que o grupo dominante exerce sobre toda a sociedade*" (Gramsci, 1977, p. 1.518).

<sup>6</sup> Coutinho (1989, p.77) distingue duas questões que diferenciam a esfera da sociedade civil e a esfera da sociedade política. A primeira é a "diferença na função que exercem na organização da vida social, na articulação e reprodução das relações de poder"; enquanto na sociedade política o exercício do poder ocorre sempre através de uma ditadura, ou seja, de uma dominação mediante coerção, na sociedade civil esse exercício do poder ocorre através da direção política e do consenso.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

escolas, partidos e imprensa. Espaços que organizam os interesses coletivos tanto dos grupos dominantes quanto dos dominados.

É a partir desses espaços que Gramsci salienta a figura do intelectual como organizador das vontades e ações coletivas. Para o autor, o pleno desenvolvimento de uma classe ou fração depende de sua capacidade de gerar seu próprio quadro de intelectuais, aptos a lhe conferirem homogeneidade e consciência de sua função no âmbito econômico, político ou ideológico.

No pensamento gramsciano, a principal função dos aparelhos de hegemonia é de construir o consenso das grandes massas pouco organizadas, de modo a obter sua adesão aos projetos articulados pelos grupos dominantes.

[...] Por enquanto, podem-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (istoé, o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, planos que correspondem, respectivamente, à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’. Essas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social [...]; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 2000, p. 20-21).

A sociedade civil é marcada por conflitos e projetos que se confrontam, entendida por Gramsci, como arena da luta de classes e de afirmação de projetos em disputa, resultantes de aparelhos de hegemonia distintos, ainda que, pertençam a uma mesma classe ou fração dela.

De acordo com Poulantzas (2000), o Estado ampliado resulta das diferentes formas de organização e conflito da vida social, constituindo-se, ele próprio, numa relação social entre forças desiguais. Gramsci aponta que a unidade entre Estado e sociedade civil é sempre “orgânica”.

O exercício ‘normal’ da hegemonia [...] caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. (GRAMSCI, 2000, p. 95).

Segundo Gramsci a transformação social e do Estado nas sociedades capitalistas ocidentais só é possível a partir da multiplicação dos aparelhos de hegemonia da sociedade civil, ou seja, de projetos que disputam entre si, todo o tempo, a manutenção de um projeto hegemônico ou a imposição de um contra hegemônico, em busca da hegemonia.

Nesse sentido, Coutinho (1989) traz em suas considerações que, para Gramsci, "*não há hegemonia, ou direção política e ideológica, sem o conjunto das organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera do ser social*" (COUTINHO, 1989, p.78). As considerações apontadas pelo autor nos permitem compreender o conjunto de relações sociais da vida em sociedade, as ideologias e instituições nas quais as relações são organizadas, expressando os projetos em disputa na construção da hegemonia e na luta de classes que são impactados pelos aspectos econômicos, políticos e socioculturais.

Dessa forma, para iniciarmos nossa análise, partimos do entendimento histórico de conformação econômica, política e sociocultural da proteção social no Brasil, apontando o conjunto das relações sociais, suas ideologias e configurações, contribuindo, assim, para a análise da intervenção do Estado e a arquitetura das políticas sociais brasileiras no contexto de aprofundamento da crise do capital financeirizado, pois o estudo das determinações estruturais e conjunturais de cada formação social, são essenciais para o entendimento da Política Social.

#### Política social no Brasil - breve histórico

As políticas sociais se originam na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo, das lutas de classe e da intervenção Estatal, portanto, são fruto da dinâmica social, variando em um determinado período e espaço. A compreensão de sua configuração histórica, política, econômica e social é primordial para o seu entendimento a partir de uma ótica da totalidade.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Na República Velha, a prevalência ideológica é de um falso *laissez-faire* na área urbana, ou seja, um mínimo de interrupção do Estado no processo de acumulação capitalista. Consequentemente, é um período de poucos significados na ordem social. Na década de 1920, a resposta do Estado à crescente organização dos trabalhadores é tratada, ainda, com repressão, mas alguns atores privados reconsideraram o papel da força de trabalho industrial e as normas que devem dar estabilidade à ordem social, surgindo, assim, as Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs), com a Lei Eloy Chaves. Estas são de caráter compensatório e contratual, destituído da esfera dos direitos. No período da Ditadura Militar, inicia-se o ingresso dos excluídos na Previdência Social via eliminação da influência popular e dos mecanismos de interação com o poder. Com isso, em 1966, os IAPs são unificados no Instituto Nacional de Previdência Social – INPS.

A política social brasileira é consolidada na Constituição Federal de 1988, como marco da luta dos movimentos sociais da década de 80 e trouxe avanços no que se refere às respostas às manifestações da classe trabalhadora e reconhecimento da cidadania. Dentre os avanços está a concepção de Seguridade Social que confere ao Estado a responsabilização pela política social. Ao lado da Previdência e Assistência Social, a Saúde comporá a Seguridade Social configurando elemento fundamental na constituição da cidadania do povo brasileiro.

No entanto, as conquistas alcançadas ocorreram num período de mundialização do capital, tendo como projeto a ideologia neoliberal em âmbito internacional, não tardando em serem adotados no Brasil, assistimos a partir de então, o desmonte das políticas sociais ora conquistadas.

A partir da década de 1970, o capitalismo começa a apresentar uma nova configuração, há uma mundialização com dominância financeira (CHESNAIS, 2003) trazendo transformações não só no padrão de acumulação (agora rentista), mas também, nas suas formas de valorização<sup>7</sup>, impactando o mercado de trabalho e as relações sociais<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> É o que Marx identifica como mediações de segunda ordem, na qual os imperativos humanos-sociais vitais não são considerados prevalecendo a lógica de valorização do capital.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Em tempos de capital fetiche, de transformações estruturais e conjunturais do capitalismo sob a dominância do capital financeiro ocorre nas palavras de Yazbek (2021, p.25), “[...] a moldagem de subjetividades, necessárias para a instalação do Estado neoliberal e para a destruição de todas as conquistas democráticas e republicanas”. No Brasil, a atuação estatal caracteriza-se pelo desmonte da esfera pública através das privatizações dos bens públicos, sob o discurso da necessidade de reduzir o déficit público. Borón (1995, p. 78) considera tal discurso como “discurso satanizador do público”, pois alega que contribui para o fortalecimento da ideia de crise estrutural do Estado, criando uma cultura anti-Estado ao privatizar os bens e serviços públicos transferindo para as classes dominantes uma “poderosíssima ferramenta de controle político e social” (BORÓN, 1995, p.95).

No cenário de crise estrutural do capital, as expressões da questão social são agudizadas, revelando a barbárie cotidiana que assola a classe trabalhadora. As condições de vida e a destruição de direitos conquistados revelam os processos de expropriação aos quais a classe trabalhadora vem sendo subjugada (FONTES, 2010). As políticas sociais são mercantilizadas e transformadas em negócios, o que contribui para um processo de supercapitalização (MOTA, 2007). A orientação é a focalização, com estímulo aos fundos sociais de emergência, aos programas compensatórios de transferência de renda, e a mobilização da solidariedade individual e voluntária. Nesse sentido, “os direitos sociais deixam de ser uma referência mestra para darem lugar ao mérito individual que, no máximo, persegue a igualdade de oportunidades e nunca a de resultados” (PEREIRA, 2011, p.198).

A focalização, privatização e mercantilização das políticas sociais colaboram para o desmonte das possibilidades de construção de uma “vontade coletiva”, de um momento “ético-político”, para o que Gramsci denominou de momento “econômico-corporativo”. A sociedade civil é tomada ao avesso do sentido gramsciano, na medida em que é deslocada da esfera estatal e atravessada pela racionalidade do mercado, sendo, em última instância, a expressão dos interesses de instituições privadas que controlam o Estado e negam a existência de projetos de classe diferenciados (SIMIONATTO, 1997).

---

<sup>8</sup> Para saber mais sobre as transformações das relações de trabalho na era da mundialização do capital ler Antunes (2004).

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Como apontado por Gramsci, assistimos o domínio de um grupo sobre o outro, através da coerção e do consenso. Essa supremacia, como apontado, se exerce sob duas formas: como domínio ou como direção intelectual e moral. Dessa forma, observamos a alienação mais latente que se expressa na falsa identificação de um Estado separado da sociedade.

### Política Social no capitalismo financeiro – uma análise a partir do Estado ampliado

A partir da década de 1970, o capitalismo começa a apresentar uma nova configuração, há uma mundialização com dominância financeira (CHESNAIS, 2003) trazendo transformações não só no padrão de acumulação (agora rentista), mas também, nas suas formas de valorização<sup>9</sup>, impactando o mercado de trabalho e as relações sociais<sup>10</sup>.

De acordo com Mészáros (2011), o capitalismo adentra numa nova fase marcada pela crise na realização do valor, isto é, o capital não considera valor de uso (referente às necessidades) e valor de troca (referente à valorização do valor) de forma separada, subordinando o primeiro ao segundo. O capital instaura a autovalorização, que independe das reais necessidades autorreprodutivas da humanidade, as reais necessidades sociais.

Assim, na relação de permuta das mercadorias, o valor de troca se revela independente do seu valor de uso, instaurando a autovalorização.

Isto é, mediante a divisão social do trabalho e a propriedade privada, o trabalho na sociedade capitalista aparece como trabalho assalariado, trabalho que pertence ao outro, cujo produto é para satisfazer a necessidade do outro e não a sua, ocorrendo, dessa forma, a subsunção do processo de trabalho ao capital, subjugando-o ao processo de valorização.

A subsunção corresponde a um movimento dialético no qual a força de trabalho é incluída e transformada em capital. Estabelece um modo de vida que é sem sentido, à medida que se trabalha para a geração de lucro e não para as suas necessidades. Para tanto, imputa aos seres humanos uma forma de pensar e agir favorável à sustentação dessa ideologia. Da mesma

---

<sup>9</sup>É o que Marx identifica como mediações de segunda ordem, na qual os imperativos humanos-sociais vitais não são considerados, prevalecendo a lógica de valorização do capital.

<sup>10</sup> Para saber mais sobre as transformações das relações de trabalho na era da mundialização do capital ler Antunes (2004).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

forma, determina um sistema de relações entre sociedade, Estado e Capital, que reforça o controle social no cotidiano de vida dos indivíduos, ratificando seus interesses.

Assim, em busca da fundamentação capitalista de maximização dos lucros, verifica-se o acirramento dos interesses egoístas, a exploração do trabalho, a decadência da natureza e das formas de sobrevivência; referimo-nos tanto sobre as condições de reprodução da força de trabalho (superexploração) e o próprio acesso ao trabalho (desemprego, informalidade), quanto às formas de sociabilidade, de manifestação e de resistência. Confere-se, também, uma cidadania agora pautada pela capacidade de consumo (IAMAMOTO, 2008). Nesse cenário é reforçado o posicionamento do mercado liberal acima do sujeito e de suas necessidades.

Adotando a ideologia neoliberal, o mercado aparece como autorregulável, cabendo ao Estado, se redefinir, ‘ajustando e ajustando-se’ às exigências da acumulação rentista” (p. 87), deflagrando, o que Hirsch (2003 apud CARVALHO; CASTRO, 2013) chama de Estado de concorrência: “*Estados que concorrem entre si para oferecer as melhores condições de rentabilidade, investimento, seguridade, comércio e negócios ao capital financeirizado*” (p. 87), exigindo, assim, um Estado forte para estabilizar a anarquia do mercado e para manter os altos custos dos detentores de capital financeiro. Por outro lado, o baixo crescimento agrava a base de arrecadação fiscal. Conseqüentemente, o Estado reduz seus gastos, limitando, portanto, sua capacidade de intervenção no trato da “questão social”.

Nessa direção, Simionatto (1997, p.4) sinaliza que “são cada vez mais expressivas as frações da sociedade civil articuladas em torno de uma oligarquia financeira globalizada, que buscam garantir seus interesses ampliando os canais e as instituições capazes de aglutinar seus projetos.” Para a autora, a aglutinação de instituições e de projetos por parte de frações da sociedade civil lhes confere uma “[...] *hegemonia político-econômica assegurada pela performance do atual estágio de desenvolvimento do capitalismo*” (SIMIONATTO, 1997, p.4).

Em tempos de capital fetiche, de transformações estruturais e conjunturais do capitalismo sob a dominância do capital financeiro, ocorre nas palavras de Yazbek (2021, p.25), “[...] *a moldagem de subjetividades, necessárias para a instalação do Estado neoliberal e para a destruição de todas as conquistas democráticas e republicanas*”.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

No Brasil, a atuação estatal caracteriza-se pelo desmonte da esfera pública através das privatizações dos bens públicos, sob o discurso da necessidade de reduzir o déficit público. Borón (1995, p. 78) considera tal discurso como “discurso satanizador do público”, pois contribui para o fortalecimento da ideia de crise estrutural do Estado, criando uma cultura anti-Estado, ao privatizar os bens e serviços públicos, transferindo para as classes dominantes uma “poderosíssima ferramenta de controle político e social” (BORÓN, 1995, p.95). O autor destaca que, ao serem privatizados, os bens e serviços públicos são apropriados pelas instituições privadas como fonte de lucros. Nessa fase do capitalismo, o poder político passa a ser pensado a partir da ótica financeira, estabelecendo um vínculo orgânico dos agentes políticos com o capital, gerando para o poder uma base material de sustentação.

No cenário de crise estrutural do capital, as expressões da questão social são agudizadas, revelando a barbárie cotidiana que assola a classe trabalhadora. As condições de vida e a destruição de direitos conquistados revelam os processos de expropriação aos quais a classe trabalhadora vem sendo subjugada (FONTES, 2010)

As políticas sociais são mercantilizadas e transformadas em negócios, o que contribui para um processo de supercapitalização (MOTA, 2007). A orientação é a focalização, com estímulo aos fundos sociais de emergência, aos programas compensatórios de transferência de renda, e a mobilização da solidariedade individual e voluntária. Nesse sentido, “os direitos sociais deixam de ser uma referência mestra para darem lugar ao mérito individual que, no máximo, persegue a igualdade de oportunidades e nunca a de resultados” (PEREIRA, 2011, p.198).

Na mesma linha, Netto (2010) tece as seguintes considerações sobre o capital e o desmantelamento dos direitos sociais:

“As corporações imperialistas, o grande capital, implementam a erosão das regulações estatais visando claramente à liquidação de direitos sociais, ao assalto ao patrimônio e ao fundo públicos, com a ‘desregulamentação’ sendo apresentada como ‘modernização’ que valoriza a ‘sociedade civil’, liberando-a da tutela do ‘Estado protetor’ – e há lugar, nessa construção ideológica, para a defesa da ‘liberdade’, da ‘cidadania’ e da ‘democracia’”. (NETTO, 2010, p.17).

A focalização, privatização e mercantilização das políticas sociais colaboram para o desmonte das possibilidades de construção de uma “vontade coletiva”, de um momento

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

"ético-político", para o que Gramsci denominou de momento "econômico-corporativo". A sociedade civil é tomada ao avesso do sentido gramsciano, na medida em que é deslocada da esfera estatal e atravessada pela racionalidade do mercado, sendo, em última instância, a expressão dos interesses de instituições privadas, que controlam o Estado e negam a existência de projetos de classe diferenciados (SIMIONATTO, 1997).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, ressaltamos a importância de refletir sobre o atual cenário do capitalismo e os impactos causados pelos rearranjos operados para a superação da crise sistêmica que vigora desde a década de 1970, para as políticas sociais. Como foi abordado ao longo do texto, tais impactos apontam para a despolitização das políticas sociais, redução do alcance de direitos sociais conquistados historicamente, e retorno a práticas de gestão da pobreza mediante culpabilização dos indivíduos.

O debate teórico que pretendemos conduzir aponta também para a necessidade de novos estudos que abordem a questão da arquitetura das políticas sociais, sobretudo no que se refere à tendência de restrição da intervenção estatal à serviços cada vez mais focalizados, bem como, no incremento de uma lógica punitiva, alicerçados sob uma alienação reinante que adquire o consenso sob os dominados.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago 2004.

BORÓN, A. "A sociedade civil após o dilúvio neoliberal" In SADER E. (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

CARVALHO, A. M. P.; CASTRO, A. T. B. Crise do capital e dilemas do desenvolvimento: padrão brasileiro de inserção no capitalismo mundializado. In: *Revista Em Pauta*. v. 11, n. 31 p. 79-96. Rio de Janeiro: UERJ, 2013.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

CHESNAIS, F. Uma nova fase do capitalismo? São Paulo: Cemarx, 2003.

COUTINHO, Carlos N. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro, Campus, 1989.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antonio. Quaderni del carcere. Edição crítica de Valentino Gerratana. Torino, Einaudi, 1977. 4 v.

\_\_\_\_\_. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2000-2001.

IAMAMOTO, M. Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil. Revista em Pauta, Rio de Janeiro. n. 21, p. 117-139/ 2008.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013 – E-book

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virgínia. “História e teoria política”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (org.). Novos Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, pp. 55-71.

MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. Seguridade Social Brasileira: Desenvolvimento Histórico e Tendências Recentes. In: MOTA, A.M (org). **Serviço Social e Saúde Formação e Trabalho Profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. p.40-48.

NETTO, José Paulo. “Uma face contemporânea da barbárie”. Disponível em [http://pcb.org.br/portal/docs/uma\\_facecontemporaneadabarbarie.pdf](http://pcb.org.br/portal/docs/uma_facecontemporaneadabarbarie.pdf). 2010. Acesso em: 20 abr. 2021.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social**: tema e questões. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

SIMIONATTO, Ivete. O social e o político no pensamento de Gramsci (1997). Disponível em: <https://www.acesa.com/gramsci/?id=294&page=visualizar>. Acesso em: 15 de fev. 2022.

YAZBEK, Maria Carmelita. Expressões da Questão Social Brasileira em Tempos de Devastacao do Trabalho. In: **Revista Temporalis**. Crise Capitalista, Questão Social no Brasil e Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Brasília, DF. v. 21 n. 42, jul/dez

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral  
Eixo Temático - Estado e Política Social

## A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL FRENTE AS DESIGUALDADES SOCIOEDUCACIONAIS

THE STUDENT ASSISTANCE POLICY AGAINST SOCIO-EDUCATIONAL INEQUALITIES

Michely Gonçalves Mota de Souza<sup>1</sup>

Viviane Bernadeth Gandra Brandão<sup>2</sup>

**RESUMO:** A temática desta pesquisa centra-se em analisar a Política de Assistência Estudantil no ensino superior em suas contribuições para a diminuição das desigualdades socioeducacionais de seus estudantes. A Assistência Estudantil consiste numa política pública do direito voltada para a permanência do estudante em vulnerabilidade social na universidade. Nesse sentido esta pesquisa problematiza a seguinte questão: como se configura a política de assistência estudantil no ensino superior frente as desigualdades socioeducacionais na vida dos estudantes atendidos? Trata-se de uma revisão bibliográfica cujos resultados indicaram que a importância da Política de Assistência Estudantil para a inserção e permanência dos/as estudantes em vulnerabilidade social no ensino superior, bem como na oferta da possibilidade de enfrentamento das desigualdades sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assistência estudantil; Desigualdades socioeducacionais; Vulnerabilidade social.

**ABSTRACT:** The theme of this research focuses on analyzing the Student Assistance Policy in higher education in its contributions to the reduction of socio-educational inequalities of its students. Student Assistance consists of a public policy of law aimed at the permanence of the student in social vulnerability at the university. In this sense, this research problematizes the following question: how is the student assistance policy in higher education configured in the face of socio-educational inequalities in the lives of students served? This is a literature review whose results indicated the importance of the Student Assistance Policy for the insertion and permanence of students in social vulnerability in higher education, as well as in offering the possibility of facing social inequalities.

**KEYWORDS:** Student assistance; Socio-educational inequalities; Social vulnerability.

<sup>1</sup> Assistente Social. Mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação – PPGE da Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES.

<sup>2</sup> Assistente Social. Doutora em Educação. Docente no Curso de Serviço Social e no Programa de Pós Graduação em Educação – PPGE da Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## INTRODUÇÃO

Este trabalho se originou do Projeto de Dissertação que está em andamento, o qual trata sobre as desigualdades socioeducacionais expressas no cotidiano dos/as estudantes que são atendidos/as pela Política de assistência estudantil executada pelo Instituto de Ciências Agrárias (ICA), no *Campus* Montes Claros da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O presente trabalho se propõe a analisar a política de assistência estudantil no espaço acadêmico marcado pelo processo de democratização e reforma do ensino superior. O aumento do número de vagas nas universidades públicas apresentou a necessidade de programas voltados para permanência dos estudantes. Em 2007, criou-se o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que em dezembro de 2010 foi transformado no Decreto Presidencial nº 7.234/2010. O decreto reordenou os programas voltados para a assistência estudantil anteriormente existentes em âmbito federal.

Esta pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica fundamentada em autores que discutem a Política de Assistência Estudantil como direito a educação, bem como reflexões sobre políticas sociais no cenário neoliberal. Nesse sentido, discute-se ainda desigualdades educacionais no ensino superior. Destacam-se autoras como Rêgo e Benevides (2019) que discutem a fragilização das políticas públicas e seus reflexos na assistência estudantil. E ainda a Raquel da Silva Ribeiro (2020) que destaca a Universidade como espaço contraditório que democratiza o acesso do estudante, mas tem sua permanência afetada devido as desigualdades sociais de seus integrantes.

O objetivo deste estudo é analisar a Política de Assistência Estudantil frente as desigualdades socioeducacionais. Ofertar condições de permanência dos jovens na educação superior pública implica em conceder acesso a uma concepção ampliada da formação humana. Conforme o PNAES prevê há áreas prioritárias como moradia estudantil, alimentação, transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. Ou seja, possibilita ao

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

estudante ações voltadas para cultura, esporte e inclusão digital entre outras atividades que buscam minimizar os efeitos da desigualdade educacional.

Este trabalho contribuiu para a compreensão da Política de Assistência Estudantil como estratégia de apoio ao estudante em vulnerabilidade social em uma realidade multifacetada. Assim o estudo auxilia na transformação social a medida em que desconstrói a ideia de que a assistência estudantil se resume a transferência de renda e fornecimento de alimentos aos estudantes.

## DESENVOLVIMENTO

O ensino superior público é ressaltado por Moreira (2020, p. 15) como o “lôcus de (trans)formação de uma dada realidade”. Assim o espaço da Universidade é também espaço de construção de intelectual e de instrumentos para formação de políticas públicas. Local do debate sobre a quem interessa a efetivação de uma política de assistência estudantil.

Nos anos de 1990 a educação superior sofreu grande interferência do mercado econômico onde o Estado passa agir racionalizando gastos e responsabilizando os investimentos em políticas públicas como responsáveis pela crise econômica. Desde a presidência de Fernando Collor, seu substituto Itamar Franco e sobremaneira Fernando Henrique Cardoso em seus dois mandatos transparecem a política neoliberal de corte de gastos e inversão do seu papel de espaço público. Abre-se a educação a iniciativa privada (COSTA, 2008, p. 26).

“Nessa perspectiva, há uma mudança de enfoque nas políticas públicas educacionais que passam a ser referenciadas no âmbito do mercado, e como respaldado pelo Estado brasileiro. Este incentiva a expansão do setor privado, como uma condição de ampliar o número de vagas ofertadas, numa falsa tendência de que existem vagas disponíveis, e aqueles que têm condições de arcar com os custos educacionais podem usufruir desse serviço” (COSTA, 2008, p. 27).

A criação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em 1996 norteia a educação reestruturando o ensino superior sendo alvo de críticas por manter postura conservadora sobre o ensino como mera transmissão do conhecimento. Porém, foi essencial para o registro da

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

função social da Educação Superior ao tratar sobre questões relativas a Universidade em âmbito regional e nacional, seu financiamento público e o ensino privado. Para Costa (2008, p.29) destaca-se “o papel do setor privado” assegurado pela LDB.

Após amplo debate o Congresso aprova a O Plano Nacional de Educação (PNE), Leinº10.172, de 09 de janeiro de 2001. Cujos avanços previstos relativos ao financiamento da Educação Superior foram vetados pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Segundo Costa (2020, p. 39) estima-se que entre 1995 e 2005 ocorreu um crescimento de 153% de alunos no ensino superior especialmente em instituições privadas. Ressalta, no entanto, que há divergência entre o número de pessoas que ingressam e o número de concluintes atribuindo a evasão a dificuldades econômicas dos estudantes.

Já na segunda gestão do governo Lula aprova-se o Projeto de Leinº7.200/2006 que prevê em seus compromissos como eixos normativos o marco regulatório da educação superior no Brasil, a autonomia universitária e a assistência estudantil.

- (i) Constituir um sólido marco regulatório para a Educação Superior no País;
- (ii) Assegurar a autonomia universitária prevista no art. 207 da Constituição, tanto para o setor privado quanto para o setor público, preconizando um sistema de financiamento consistente e responsável para o parque universitário federal; e
- (iii) Consolidar a responsabilidade social da Educação Superior, mediante princípios normativos e assistência estudantil (BRASIL, 2006, p.22).

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) lançado pelo Decreto presidencial 6.096, em 2007, dispôs sobre instrumentos de avaliação e implementação de ações de melhoria do ensino básico até o superior. Nele estava previsto o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) cujo objetivo de ampliar o acesso ao ensino de graduação aumentado o número de vagas e melhor aproveitando a estrutura física existente. Propunha ainda o aumento do número de professores e técnicos administrativos (BRASIL, 2007).

Nota-se que a educação é um espaço democrático à medida que promove a emancipação do sujeito. No entanto, assim como em outros setores da sociedade, a educação

reproduz a exclusão social e dominação. Bem como o uso de políticas públicas para atenuar questões sociais sem resolve-las, ou seja, modificar a estrutura que permite sua existência.

Para Silva (2020, p.514) a educação traz reflexos da economia capitalista ao cumprir sua função social uma vez que transmite “conteúdos e conhecimentos que atendem as necessidades desse sistema social”.

Schneider (2014, p.16) afirma que “a educação não vai transformar o contexto desigual existente, porém ela pode ser um instrumento que colabora no conhecimento dos direitos dos indivíduos e, nesse sentido na luta por melhores condições de vida”.

Compreende-se que a política de educação e as políticas sociais carregam a contradição de promoverem acesso universal, mas sem romperem com a dominação de elites. Ribeiro (2020, p.14) apresenta essas contradições pautadas nas relações de poder e desigualdades social que se estabelecem.

“No campo da Educação percebe-se um movimento de conquistas e retrocessos nas políticas educacionais, assim como em outras políticas sociais, ao longo da história brasileira, marcada essencialmente por segregação social e invisibilidade da maior parte da população brasileira. A mesma realidade de exclusão, desigualdade e preconceito latente na sociedade se faz presente, entre outras no contexto universitário” (RIBEIRO, 2020, p.14).

O reconhecimento da educação enquanto direito implica na responsabilização do Estado na organização e sistematização da oferta a população. Conforme identificou Rêgo e Benevides (2019) são demandas da sociedade civil que impõem ao Estado algum tipo de intervenção formulando assim a política pública como direito. Assim a Política de Assistência Estudantil foi precedida pela Constituição de 1988 e pela Lei de Diretrizes e bases da Educação (LDB), Lei nº 9.694.

O debate sobre assistência estudantil no Brasil tem seu principal auge na década de 1980 durante o período de redemocratização. Nesse período foi criado Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) que mobilizou discussões a respeito da criação de uma política nacional de assistência estudantil enquanto direito.

MOREIRA (2020, p. 09) aponta que o FONAPRACE foi responsável pela elaboração de um projeto que originou o Plano Nacional de Assistência Estudantil adotado pelo

Ministério da Educação (MEC), para nortear o trabalho das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Em 2010 a política de assistência estudantil se estabelece a partir do decreto nº 7.234/2010 de 19 de julho de 2010 que dispõe sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O PNAES almeja garantir condições de permanência dos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) especialmente quanto a permanência do estudante. Apresenta como seus objetivos:

I – Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Ribeiro (2020, p.14) evidencia que diversas foram as estratégias para promoção do acesso a universidade. Institui-se ações afirmativas em 2012 como a reservas de 50% das vagas para egressos de escolas públicas nas universidades federais e instituições federais de nível médio. E ainda a importante ampliação do número de vagas nas IFES através do programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2007.

Nesse sentido Moreira (2020, p. 10) reflete que o PNAES sinaliza uma mudança histórica na assistência estudantil, porém expressa o nível de desigualdade social no país. Considera que a necessidade da política indica a divisão de classes que “sobrepõe a possibilidade de igualdade social”.

O PNAES apresenta seus princípios voltados a educação como direito e instrumento de equidade e justiça social.

“As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras” (BRASIL, 2010).

O crescimento da desigualdade e seu aprofundamento encontra nas políticas educacionais espaço de manifestação e de reflexão sobre o pertencimento e reconhecimento.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

A instituição de uma normativa como o PNAES aponta para a existência de pessoas que precisam ser vistas. Conforme Arroyo:

“O acesso à escola, sua permanência nela, tem esses sentidos radicais: a possibilidade de entrar nos espaços negados, de entrar em outros espaços sociais, políticos. Simboliza passar de lugar social, serem reconhecidos. A negação do acesso à escola e a universidade reproduzem o não reconhecimento do seu direito a lugares legítimos” (ARROYO, 2011, p. 91)

A vulnerabilidade social possui várias interfaces observando-se em especial os riscos sociais e econômicos que afetam o indivíduo. Considera-se ainda a existência de fatores que tornam os indivíduos e/ou famílias com algum nível de exposição aos riscos sociais e econômicos é “possível encontrar diferentes noções de como a vulnerabilidade tem sido percebida [...] pressupondo que a pobreza possua dimensão relacional.” (GIÚDICE; LORETO; AZEVEDO, 2014, p. 34).

Dessa forma a pobreza, recursos financeiros e materiais insuficientes, sozinhos não definem a vulnerabilidade social. Este conceito abrange conceitos como segregação socioespacial e desproteção do Estado. Um processo de dimensões variadas, mas que aponta para sujeitos em diferentes tipos de riscos.

Compreende-se vulnerabilidade social como “um processo de exclusão, discriminação ou enfraquecimento dos grupos sociais e sua capacidade de reação”. Essa fragilização decorre por diversos fatores: pobreza, privação, fragilização de vínculos afetivos relacionais e de pertencimento social e territorial, risco social decorrente de violações de direitos conforme descrito na Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2004, p. 19).

Heringer (2018, p.13) ressalta que há um desafio posto as paraas instituições de ensino superior públicas ao receber esudantes em vulnerabilidade social.

“É importante destacar que muitos destes estudantes pertencem à primeira geração das suas famílias a ingressar no ensino superior. Vários estudantes que conseguiram ingressar numa universidade pública nos anos recentes experimentam dificuldades em termos econômicos e também em termos do acesso a dife-rentes oportu-nidades de inclusão em atividades oferecidas pelas universidades” (HERINGER, 2018, p.13).

Aponta ainda os bons resultados relacionados ao alcance dos objetivos do PNAES

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

quando as universidades conciliam dentro das políticas de assistência estudantil o apoio material e o apoio pedagógico. Pressupõe uma “nova maneira de tratar tais políticas” onde a assistência estudantil não se limita ao apoio financeiro “expressa em bolsas e outros auxílios financeiros, é uma medida importante, porém, insuficiente para garantir trajetória bem sucedida de muitos estudantes” (HERINGER, 2018, p.15).

A Política de Assistência estudantil pretende entre outras coisas favorecer a inclusão social. Assim, apesar das formas de opressão que impedem o ser humano de acessar os recursos disponíveis há esperança de mudanças “uma fé profunda e permanente na luta de humanizar a própria vida” (GIROUX, 1997, p.147).

Ofertar condições de permanência dos jovens na educação superior pública implica em conceder acesso a uma concepção ampliada da formação humana. Assim as políticas públicas devem propor a integralidade e a intersetorialidade onde o ser humano possa se desenvolver.

Ainda que o primeiro critério de acesso a assistência estudantil definido pelo PNAES seja renda inferior a um salário mínimo e meio. Permanecer na Universidade e não ter acesso aos recursos que a mesma dispõe leva a reflexão proposta por Heringer (2018, p. 13):

“Definimos o que entendemos por “permanência” e por “assistência estudantil”. As políticas de permanência possuiriam maior abrangência, incluindo aspectos relacionados a diferentes formas de inserção plena na universidade, como por exemplo, programas de iniciação científica e à docência, apoio à participação em eventos, entre outras atividades. As políticas de assistência estudantil estariam contidas nas políticas de permanência, mas teriam um foco mais específico nas ações necessárias para viabilizar a frequência às aulas e demais atividades acadêmicas” (HERINGER, 2018, P.13)

Existem contradições no espaço educacional que de acordo com Ribeiro (2020) ao considera-lo “espaço democrático, de emancipação e de mobilidade social, é preciso que seja considerado também seu papel de reprodução da exclusão das relações de poder”. Segundo a autora justifica-se por esse motivo a oferta de serviços na Universidade que reduzam as desigualdades socioeducacionais.

Conforme a análise realizada as questões socioeconômicas dos estudantes podem resultar em desigualdades educacionais que não se limitam a ausência de recursos materiais. Mas no acesso desigual a outros recursos como saúde, educação, cultura, esportes, tecnologias

digitais. Mészáros (2008, p.59) sugere que “sem um progressivo e constante intercâmbio com processos de educação abrangentes como ‘a nossa própria vida’, a educação formal não pode realizar as suas muito necessárias aspirações emancipadoras”.

Correlaciona-se, portanto, a vulnerabilidades social a desigualdade educacional ao considerar que a vulnerabilidade social antecede a exclusão social caracterizada pela privação do indivíduo, no caso o estudante, a participação plena na sociedade. Sendo o campo das políticas públicas o espaço propício para o enfretamento e reversão deste cenário. A trajetória da Política de Assistência Estudantil associa-se a história da Assistência Social brasileira. Baqueiro e Tenório (2015) apontam que a visão assistencialista tem sido substituída por práticas afirmativas corroboradas a partir do PNAES. Essa modificação permite que grupos historicamente excluídos ocupem o espaço da Universidade.

Giroux (1997, p.146) ao refletir sobre a teoria da educação de Paulo Freire afirma que “[...] a educação inclui e vai além da noção de escolarização”. Onde a escola é apenas um local - espaço físico - onde ocorrem relações sociais. E são as relações sociais que expressam as condições históricas e limitações culturais vivenciadas pela sociedade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nessa perspectiva é necessária uma política pública que considere o estudante em sua totalidade ainda que não garanta a superação da desigualdade social, mas aponte mudanças de forma integrada a sociedade (RIBEIRO, 2020). O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) propõe não apenas democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, mas ainda contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Dessa forma Rêgo e Benevides (2019) afirmam que o PNAES trouxe um avanço na construção de uma política efetiva ao vincular-se a educação como direito. Assim podem abordar ações não apenas de acesso, mas também de permanência do estudante ainda que seja operacionalizada de forma seletiva e focalizada reflexo do contingenciamento de recursos públicos que limitam o acesso a assistência estudantil.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Como resultado, o estudo revelou que o acesso a vaga em uma universidade traz desafios a permanência do estudante em vulnerabilidade social, bem como ao enfrentamento das desigualdades sociais. Apontou que o processo histórico de reformas no ensino superior precarizou e mercantilizou a educação e trouxe uma discussão tardia sobre a instalação de uma política sistematizada e com financiamento voltada ao apoio de estudantes com dificuldades econômicas. As mudanças na legislação favorecendo a efetivação de uma política específica voltada para esses estudantes é recente e não é voltada exclusivamente para a transferência de renda.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel G. **Políticas educacionais, igualdade e diferenças**. RBPAE, v. 27, n.1, p.83-94, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19969>. Acesso em: 22 abr. 2022 as 9h.

BAQUEIRO, Dicíola Figueirêdo de Andrade. TENÓRIO, Robinson Moreira. **Política de Assistência Estudantil: contribuições na promoção da Equidade e Eficácia no ensino**. Salvador: Observatório da Educação, FAGED-UFBA, 2015. Disponível em **Erro! A referência de hiperlink não é válida.**; acesso em 19 set. 2021, às 14h.

BRASIL, Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Diário Oficial da União, Brasília, 20 jul. 2010.

BRASIL, **Projeto de Lei. 7.200 de 10 abr. 2006**. Poder Legislativo, Brasília, 2006. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=7DE3D8E77C23821C4DFD819D6C0B940F.node2?codteor=420781&filename=Avulso+-PL+7200/2006](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=7DE3D8E77C23821C4DFD819D6C0B940F.node2?codteor=420781&filename=Avulso+-PL+7200/2006); acesso 25 abr. 2022 as 8h.

BRASIL, **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e combate a fome. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf); acesso em 25 abr 15h.

BRASIL, Decreto nº 6.096 de 24 abr. 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Disponível em : [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm). Acesso 25 abr. 2022 as 9h.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

COSTA, Fabiana de Souza. *Políticas públicas de educação superior - Programa Universidade para Todos: um olhar dos alunos beneficiários na PUC-SP*. São Paulo, p. 174, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/10061/1/Fabiana%20de%20Souza%20Costa.pdf>; acesso em 24 abr. as 22h.

GIROUX, Henry A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Tradução de Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997.

HERINGER, Rosana. **Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico**. Revista Brasileira de Orientação Profissional jan.-jun.2018, Vol.19, No.1, p. 7-17. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v19n1/03.pdf>; acesso em 25 abr. 2022 as 13h.

MÉSZAROS, István. *A educação para além do capital*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOREIRA, Adriana Batista. **A Assistência Estudantil nas Políticas Educacionais de cunho neoliberal**. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/36316/1/a%20assist%20c3%8ancia%20estudantil%20nas%20pol%20c3%8dticas%20p%20c3%9ablicas%20educacionais%20de%20cunho%20neoliberal.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022 as 8h.

RÊGO, ErnnyCoêlho. BENEVIDES, MarininaGruska. *A assistência estudantil e a redução das desigualdades sociais no contexto de fragilização das políticas sociais*. Goiânia: Interação, v44, n. 1, p. 151-163, jan/abr. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/55626>; acesso em 10 mar. 2022 as 13h.

RIBEIRO, Raquel da Silva. *Política de assistência estudantil: limites e possibilidades para formação de uma rede de atendimento dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na universidade de Brasília*. 2020. 71 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38968>; acesso em 09 mar. 2022 as 10h.

SCHNEIDER, Gabriela. *O direito à educação e direito a uma escola com boas condições materiais e estruturais: possíveis interlocuções*. X ANPED, Florianópolis, out. 2014. Disponível em: [http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq\\_pdf/960-0.pdf](http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/960-0.pdf).; acesso em 25 abr. ás 11h.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral  
Eixo Temático - Estado e Política Social

## **CRISE DE HEGEMONIA E A NATUREZA DO GOVERNO BOLSONARO**

CRISIS OF HEGEMONY AND THE NATURE OF THE BOLSONARO GOVERNMENT

Rômulo Júnior Cardoso Oliveira  
Ana Eliza Ferreira da Silva  
Wesley Helker Felício da Silva

**RESUMO:** Este trabalho possui como objetivo analisar a natureza do governo Bolsonaro e a sua ascensão ao poder. Desta forma, a partir do método crítico dialético, foi realizado pesquisa documental e bibliográfica, elencando categorias analíticas que revelam a natureza e as contradições desse fenômeno. Assim sendo, na medida em que a crise econômica abriu caminho para o golpe parlamentar da presidente Dilma Rousseff (2016); fortaleceu os movimentos e partidos de direita, bem como a ascensão do conservadorismo, culminando na eleição do governo Bolsonaro e sua agenda ultraneoliberal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bolsonarismo; neoliberalismo; Bonapartismo.

**ABSTRACT:** This work aims to analyze the nature of the Bolsonaro government and its rise to power. Thus, from the critical dialectical method, documental and bibliographic research was carried out, listing analytical categories that reveal the nature and contradictions of this phenomenon. Therefore, as the economic crisis paved the way for President Dilma Rousseff's parliamentary coup (2016); strengthened right-wing movements and parties, as well as the rise of conservatism, culminating in the election of the Bolsonaro government and its ultra-neoliberal agenda.

**KEYWORDS:** Bolsonarism; neoliberalism; Bonapartism.

## **INTRODUÇÃO: CRISE E O FENÔMENO DO BONAPARTISMO**

Toda sociedade enfrenta vários impasses em diversos âmbitos, sejam de ordem econômica ou social, contudo estão ligados diretamente à política. Diante desses impasses, ao aprofundar uma crise política pode-se sugerir inúmeros fenômenos, tal como a forma de governos bonapartistas. Antes, porém, de adentrarmos na forma desses governos, buscaremos compreender a categoria de crise orgânica formulada por Gramsci.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Para Gramsci (2007) a crise orgânica caracteriza-se como um contexto no qual há um risco de ruptura com a forma de organização de determinada sociedade, podendo ocorrer a dissipação de partidos tradicionais, onde as pessoas que o constituíam passam a não serem mais reconhecidas como expressão por sua classe ou por fração dela. Isso implica na abertura de possibilidades de lutas com soluções firmadas em força, reforçando a posição relativa da burocracia civil e militar. Concretizando-se assim uma crise de hegemonia, neste processo deflagra-se um processo de crise em algumas camadas da sociedade, mas não rompe com a organização societária vigente (GRAMSCI, 2007).

Posto isso, Gramsci se preocupa em pensar como são criadas as situações objetivas e subjetivas das revoluções. Para isso, ele destaca aspectos e processos da crise de hegemonia que remontam a crise orgânica, onde a fragilidade e a dificuldade da classe dominante em recompor as condições de sua supremacia, caracterizando uma crise orgânica.

É nesse momento que o processo de crise orgânica é associado ao bonapartismo, pois é onde surge a necessidade de uma figura autoritária e carismática, que comprove domínio de poder e assumir o “controle” da situação. A figura de um salvador é criada e divulgada entre as massas, onde o poder legislativo se sucumbe à exaltação do poder representativo do povo, ou seja, é o sistema político do autoritarismo e militarismo, que se caracteriza pela centralização do poder em lideranças populistas que se legitimam por meio da comunicação direta com as massas.

O representante popular, no caso das repúblicas, o presidente, se torna um herói, ou um salvador da pátria, em que as utopias populares se concretizam e todos os problemas são resolvidos, aparentemente. Geralmente esse líder carismático, para ganhar apoio popular, apresenta um discurso que visa conquistar a confiança das massas. Entretanto, esse discurso sempre esconde o interesse de alguma classe em particular, apesar de necessitar do apoio geral, esse líder, agora consagrado como herói, utiliza de mecanismos maquiados para alcançar um objetivo único, hegemonizar a classe da grande burguesia.

Dessa maneira, o Bonapartismo se trata de uma forma de política e de governo desenvolvida na sociedade, onde a burguesia já tem poder suficiente para governar a

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

economia através das relações capitalistas de produção, mas ainda não possui força suficiente para se adaptar ao sistema de instituições, criar ideologia e imputar sua hegemonia. Necessitando, assim, da intervenção de uma figura política que possua carisma, autoridade e poder suficiente para defender a sua causa, independentemente das consequências acarretadas ao restante das classes.

## **CRISE DE HEGEMONIA E A ASCENSÃO DO BONAPARTISMO NO BRASIL**

Segundo Demier (2016), teoricamente, o fenômeno do Bonapartismo se expressa pela chamada autonomização do Estado, ou seja, independência do Estado diante das classes e demais segmentos sociais. Parte-se do entendimento de que, em determinado momento, a luta de classe exacerbada apresenta-se como uma ameaça ao domínio do capital, e nenhuma fração é capaz de impor um projeto de sociedade que dirija seus segmentos e interesses, instaurando-se uma "crise de hegemonia", nesse período de desequilíbrio das forças. Nesse sentido, o Estado se eleva sobre os grupos conflitantes mediante uma figura carismática e instaura a "paz social" através da força e salvaguarda a ordem capitalista.

Desta forma, configura-se como um momento particular, no qual a burguesia domina indiretamente as demais classes sociais e o Estado passa a funcionar como um mediador político, pacificador do cenário vigente. O bonapartismo mostra-se não apenas como regime político, mas sim como uma modalidade de governo na qual a burguesia abre mão do seu domínio para que sua hegemonia econômica seja mantida. Classifica-se como um tipo específico de regime político do Estado capitalista, quanto como uma modalidade particular de governo indireto da burguesia.

A palavra hegemonia é derivada de uma direção suprema, aplicada frequentemente para indicar um Estado ou nação soberana, na qual combina aspectos de direção e dominação, essa hegemonia possibilita à burguesia um papel de direção, onde proporciona condições para uma dominação político-social, calcada em uma combinação equilibrada de elementos

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

coercitivos e consensuais de diversas formas. Ao referir-se a elementos coercitivos é preciso pensar no uso de forças, enquanto consensuais pensar no uso de habilidades de comunicação para convencer a população que determinadas ideologias são corretas, vale ressaltar que sempre buscam deixar aparente que a força está sendo apoiada pela maioria utilizando meios midiáticos para mistificar determinados elementos.

A hegemonia, conforme mencionada, permite que a burguesia domine a classe trabalhadora, utilizando o Estado como forma de repressão caso necessário. Sendo assim, é preciso pensar que a hegemonia é um processo que foi construído historicamente, permitindo a burguesia estabelecer sua dominação por meio de regimes políticos democrático-burguês e assim sobrepor seus interesses. Portanto, hegemonia é uma dominação capitalista que se expressa por meio das políticas de instituições estatais no formato da democracia liberal burguesa, no entanto para que ocorra de forma eficaz, é importante que haja a coerção de setores inferiores da classe trabalhadora (DEMIER,2016).

A partir do período em que a burguesia não consegue exercer seu papel hegemônico, colocando seus interesses à frente da classe trabalhadora, percebe-se uma crise de hegemonia. Esta crise pode ocorrer devido alguns aspectos como: o fracasso da classe dirigente em algum empreendimento político no qual impôs ou pediu forças das massas; passaram de uma política pacífica para uma certa atividade e apresentar reivindicações que desorganizam seu conjunto.

Demier (2016) ainda ressalta que:

Na compreensão de Gramsci, a “hegemonia” burguesa sobre o tecido social permitia às classes dominantes erigir um tipo de domínio político sobre as classes exploradas em que estas, ao mesmo tempo em que se encontravam coagidas, em última instância, pelo aparato repressivo estatal, ofereciam à ordem instituída uma espécie de “consenso ativo”. Tal adesão das amplas camadas populares à forma hegemônica de dominação burguesa adviria de inúmeros procedimentos ideológicos e “materiais” observados pelas frações hegemônicas por intermédio tanto do seu Estado, como da “sociedade civil”, onde estariam localizados seus “aparelhos privados de hegemonia” (DEMIER, 2016).

Diante disso, é possível constatar que um regime calcado nessa estrutura se mantém através da manipulação de aparelhos privados de hegemonia que expressam os interesses e a visão de mundo da classe dirigente. Assim, utilizando de instrumentos de coerção, violência e

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

consenso a classe dominante introduz nas demais classes sua cultura, fazendo com que essas classes acreditem que a única forma viável de expansão política e econômica seria coordenadas pela burguesia. O que significa que na medida em que se tornava mais robusta e desenvolvida a economia e a política, vigorava-se também a hegemonia da classe dirigente.

Nessa perspectiva, Demier (2016) aponta que só é possível colocar a hegemonia da classe dominante em *cheque* através das lutas de classes. Num cenário de crise de hegemonia, onde há o acirramento das lutas de classes, combinando a ascensão das forças políticas do operariado ao alargamento das fissuras no interior da classe dirigente, pode levar à radicalização da "máquina de hegemonia que entra em colapso e exercitar a hegemonia torna-se permanentemente difícil e aleatória" (DEMIER, 2016).

Nessa vertente, compreende-se que

Nas sociedades de massas, nas quais o proletariado já se posta politicamente como uma força independente, a crise do regime democrático-burguês ou mesmo a impossibilidade de sua construção pode, em certo estágio da luta de classes, acarretar no surgimento de formas de dominação política não-hegemônicas, as quais, recorrendo muito mais à coerção do que ao consenso, aparecerem como uma "solução" temporária e excepcional para a incapacidade hegemônica que acomete os próprios grupos dominantes. O regime bonapartista é, portanto, uma – e talvez a mais recorrente – dessas formas de dominação política correspondentes a momentos históricos de "crise de hegemonia" (DEMIER, 2016).

Portanto, a ascensão de um regime e um governo Bonapartista está intrinsecamente ligado à crise de hegemonia, que barganha espaços de instabilidade no domínio da classe dominante e possibilita o surgimento de um novo governo ou um novo regime, que na maioria das vezes vem à tona com a roupagem coercitiva e consensual do Bonapartismo, como já foi destacado anteriormente,

O Bonapartismo é considerado um regime político, que se inicia a partir de uma crise de hegemonia, na qual a classe dominante perde sua capacidade de estabelecer o consenso e a direção da sociedade, bem como o controle sobre as demais classes. Nesse período, as massas se separam e deixam de acreditar em seus princípios e defesas, ou seja, podemos entender crise de hegemonia como uma crise de representação junto a perda da capacidade de dirigir, embora permaneça como detentora de forças coercitivas.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Governos Bonapartistas se dão após tentativas de avanços falhos da classe trabalhadora, em situações de equilíbrios entre contrarrevoluções e revolução, nesse espaço após a sua perda de capacidade de dirigir, a burguesia fragmentada, opta por buscar governos que defendem os interesses do capital, que colocam o poder político acima das classes, indo contra os interesses da classe trabalhadora.

Esse é o retrato da realidade do Brasil Contemporâneo, Jair Messias Bolsonaro foi eleito pela parte marginalizada da burguesia, com o intuito de atender às demandas da alta burguesia, que não se incomodou em aturar seus discursos impregnados de ódio e fissurados em figuras ditatoriais. O simples fato de Bolsonaro lhe garantir a instauração de políticas ultra neoliberais já foi suficiente para ignorarem e até apoiarem o seu discurso militar e patriota de ataque às minorias.

Nesse sentido,

O governo Bolsonaro foi uma tentativa de resolver, para a burguesia, a crise na qual ela mesma se enredou. Bolsonaro se propôs a salvar a grande burguesia, mas não com os homens e os métodos habituais da grande burguesia. Bolsonaro quer e sempre quis ajudá-la, mas do seu próprio jeito, à sua maneira rude e plebeia, apoiado pela mobilizada e pequena burguesia que o mitifica, por quadros bonapartistas de farda e de toga, e pela *lumpemburguesia* que ele, ébrio pelo fausto eleitoral e um tanto inadvertidamente, alocou nos postos-chave do poder (DEMIER, 2019).

Diante disso, é possível perceber que o golpe institucional ocorrido em 2016 incorporou as bases para instaurar uma política de desmonte estatal, baseado na idolatria ao líder e representante executivo das massas, que outrora interpretou-se como herói da pátria, mas que se revelou como um malfeitor.

Em outras palavras, tal processo fortaleceu o que Demier (2019) denomina de democracia blindada, no qual os ataques aos direitos é a principal forma de governo, objetivando a exclusão total e de maneira gradativa das massas empobrecidas, para que somente a alta burguesia tenha acesso aos níveis supervalorizados da sociedade.

No Brasil, podemos analisar historicamente a construção de um regime bonapartista, caracterizado por ataques de forças conservadoras e liberais, para com a democracia; com o

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

golpe institucional de 2016 torna-se nítido; após a ascensão de Temer e sua implantação de contrarreformas; o ataque a instituições sociais de direito, liberdades civis e democráticas, escancara que o país passava por uma crise de hegemonia. Para que o projeto de implantação de um governo bonapartista fosse efetivado, a burguesia fragmentada utiliza de sua influência e controle sobre o Estado e começa a disparar ataques a determinados espaços, como: Exacerbação dos movimentos sociais, perseguição jurídico-policial a professores, reitores e sindicalistas, liberação de notícias falsas pela justiça eleitoral, invasão de espaços públicos, e para que fosse de fato efetivado seus interesses, para não correr risco algum, proibiram a candidatura do possível candidato à presidência pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), que, além de ter sua candidatura proibida foi encarcerado, embora as provas pelas acusações de crimes nunca foram apresentadas (DEMIER, 2019).

Com o início da crise econômica social, em pouco tempo o conjunto da burguesia brasileira convergiu para a posição de que o investimento no PT como partido de governo capaz de angariar maior respaldo ao capitalismo estava com os dias contados. De fato, o governo do PT ampliou a capacidade hegemônica da burguesia, mas isso não significa que tenha ocorrido algum tipo de revolução passiva, nos termos de Gramsci. Pelo contrário, a desindustrialização avançou, apenas a tecnologia de consumo deu seus passos e a mecanização do campo quase fez do Brasil uma economia agroindustrial de exportação de bens primários (ROIO, 2019).

Em 2016 a lava jato é usada novamente, mas desta vez visou diretamente o possível candidato Lula, uma vez que o mesmo liderava pesquisas de aprovação e era a liderança mais importante e ativa do Partido do Trabalhadores, seu processo foi acompanhado de perto pela mídia, em 2018 (ano de eleição) o mesmo foi preso, sua prisão foi composta de irregularidades visíveis e foram denunciadas apenas pela defesa do ex-presidente, mas não foi acatada o que levou ao impedimento de sua candidatura. Porém vale lembrar que o PT não foi o único atingido pela lava jato, os partidos PSDB, PMDB e DEM que eram articulados com o golpe tiveram suas candidaturas suspensas devido às denúncias de corrupção (ROIO, 2019).

Esse período anterior ao lançamento das campanhas eleitorais de 2018 foi crucial para o desencadear esse panorama, com os impactos da crise econômica, sucedido do

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

impeachment da presidente Dilma Rousseff, adicionado ao fato das medidas políticas de desmonte estatal implantadas por Temer, não era tão difícil supor o que aconteceria nas eleições (DRUCK, FILGUEIRAS, 2019).

Del Roio (2019) salienta que após a deflagração do golpe, o processo eleitoral mostrou que a unidade da camada superior do Estado e da burguesia girava apenas em torno do “antipetismo”. Não havia um claro candidato com condições de vitória para a concretização do projeto de saque e serviço às massas populares. O candidato inesperado que surge diante deste cenário de instabilidade é o tenente Jair Bolsonaro, que tem a capacidade de usar o discurso anticorrupção e o discurso repressivo punitivo sobre os criminosos para expandir o poder opressor do país frente ao controle dos interesses da burguesia.

## A ASCENSÃO DO BOLSONARISMO NO BRASIL E O CARÁTER DO GOVERNO BOLSONARO

Na atualidade é quase impossível falar sobre o bolsonarismo sem nos remeter ao neoliberalismo e ao reacionarismo moral. Sustentado pela promessa de melhor e maior engajamento econômico, dando mais autonomia às empresas, através do afastamento do controle Estatal e, também pela renovação da valorização da família tradicional brasileira, em sua campanha eleitoral Bolsonaro conseguiu obter a comoção popular, utilizando o sentimento de revolta em relação ao sucateamento dos serviços públicos, ancorado também na valorização dos serviços privados.

Baseado no discurso de ódio contra violência urbana, na criminalização das lutas da esquerda, na exaltação da ação policial principalmente nas periferias das cidades, aliados à retórica da limpeza da corrupção, fortalecia-se o caminho de Bolsonaro à presidência do Brasil. Contando com a deflagração de *fake news*, o atual presidente do Brasil lançou sua campanha às margens do desgaste nacional, num cenário em que o tráfico de drogas e a violência atingiam patamares altíssimos. Assim, os ideais bolsonaristas foram espalhando-se, através de seus vídeos que circulavam e ainda circulam nas redes, onde encontram-se seus

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

mantras, numa clara defesa e exaltação da violência policial brasileira.

Nesse momento a esquerda brasileira não soube se posicionar, encarou a candidatura de Jair Bolsonaro como uma façanha equivocada da direita e fechou os olhos para o que realmente estava acontecendo no cenário brasileiro. A discussão nas redes sociais era acirrada e ainda assim não serviu de alerta para uma contrapartida esquerdista, pois acreditava-se que pelo seu histórico de sucesso eleitoral nas últimas eleições e com Temer no poder, a população brasileira novamente abraçaria a causa e faria valer os movimentos sindicais e que a tentativa de alcançar um governo eleito democraticamente pela direita seria inútil, mas se esqueceram do período anterior aos governos petistas que tinha forte ênfase conservadoras, a partir disso se deu a alavancada dos partidos tradicionais e nacionalistas.

Um outro fator fundamental para a derrocada da esquerda foi a maneira como os partidos de direita manipularam a moral religiosa, apoiaram na proposta de defesa da família tradicional para angariar adeptos com a suposta afirmativa de que “Deus” estava acima de todos, mas que na verdade era só uma máscara que serviu para camuflar suas reais intenções.

Assim, através de sua campanha, - onde era considerado um mito por seus adeptos, Bolsonaro conseguiu se manter em evidência como possível sucessor presidencial, na medida em que sua popularidade aumentava, cresceu o sentimento de ameaça contra a esquerda. Contudo, a essa altura do campeonato já era tarde demais, a esquerda não conseguiu montar uma frente suficientemente organizada capaz de estagnar os avanços conservadores.

Em sua campanha, foi possível identificar iniciativas governamentais de cunho profascistas associados ao ultraliberalismo, discernindo três correntes de extrema direita onde ambas possuem suas ramificações. A primeira corrente a se destacar é a extrema-direita neofascista que possui subdivisões específicas. O bolsonarismo com uma mentalidade neoconservadora e neoliberal, que foi construída gradualmente através de negações, possui a centralidade na figura de Bolsonaro, move milícias gerando ataques reais e irreais a seus adversários. A lava jato também tem seu destaque nessa primeira corrente, visto que, atribui uma função anticorrupção chegando a criminalizar adversários.

As igrejas possuem sua importância pois são responsáveis pela dominação das massas

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

desorganizadas, pobres e periféricas, ressaltando “valores” morais arcaicos, preconceitos, anticomunismo, medos e mentiras controlando cada vez mais a população. Druck e Filgueiras (2019) aponta que a segunda corrente é a extrema direita ultra-neoliberal representada pelo ministério da economia e seu entorno, conduzindo reformas de políticas econômicas beneficiando cada vez mais o capital financeiro e o imperialismo. Por fim, a extrema-direita militar tradicional romantizando a ditadura militar, contra a mobilização política da população, ocupa uma parcela significativa de cargos no governo (DRUCK, FILGUEIRAS, 2019).

No período das eleições Bolsonaro fez algumas indicações necessárias para manter sua curva de apoio, Paulo Guedes é indicado como representante do capital financeiro, Sérgio Moro para guardião da ordem civil, uma vez que ele foi uma das representações essenciais na operação lava jato, com as indicações garantindo o apoio da burguesia, Bolsonaro necessitava de uma forma de manter seu crescimento nas pesquisas pois em cada debate que o mesmo comparecia ficava escancarado a falta de preparo em seu discurso. Contudo, no dia 06 de setembro de 2018 Bolsonaro sofre um atentado em Juiz de Fora – MG, tendo aí um motivo palpável para faltar aos debates, assim ocorre uma intensificação de sua campanha em redes sociais, amplia significativamente a propagação de *fake News*, calúnias, difamações contra seus oponentes, o discurso patriota de amor pela nação, pela família e pela propriedade é violentamente ampliado (ROIO, 2019).

Além disso, Bolsonaro contou com elementos como, negação da política, antipartidarismo, anti esquerdismo, moralização da política, militarização e cristianização para alcançar sua eleição, além de ser nítido no processo eleitoral que a camada dirigente das massas girava em torno de um antipetismo frenético.

Aconteceram, então, as eleições presidenciais com a novidade de que não havia participado de nenhum debate o popular candidato Jair Messias Bolsonaro, além de ser considerado vítima de um suposto crime de esfaqueamento que o impediu de participar da maioria das discussões, outro fato interessante é que mesmo após a liberação médica para a participação dos episódios finais de debates, o candidato optou pela não participação e contou com o apoio total de seu eleitorado que não se importou com a sua decisão de abstenção. E o

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

final desta trama foi a vitória do então presidente do Brasil.

Assumindo a presidência, viu-se que a natureza política do governo Bolsonaro, diz respeito, primeiro, às mudanças na ordem geopolítica do mundo no início deste século, incluindo a crise da hegemonia americana e a possibilidade de uma polarização mundial. Em seguida, retrata o progresso e as limitações do governo do PT, em que suas políticas sociais mais importantes no governo não são acompanhadas por mudanças estruturais na base econômica (SANTOS, 2020).

Aqui, podemos destacar uma série de acontecimentos históricos que contribuíram para o surgimento deste cenário. De acordo com Santos (2020), o fim da União Soviética, que ocorreu no final do século passado, garantiu aos Estados Unidos a hegemonia como potência mundial, decidindo sair do padrão ouro-dólar em 1971, despertando interesse dos capitais europeus e japoneses no seu mercado. Ademais, a facilitação das mudanças no padrão produtivo, provenientes da revolução microeletrônica e da automação, têm o seu papel de destaque na mudança dessa estrutura geopolítica.

## **O GOVERNO BOLSONARO E PANDEMIA DA COVID-19**

Ao analisar os três anos de governo do atual presidente, percebe-se elementos de governos de cunho neofacistas, além de se colocar junto a burguesia e oposto da classe trabalhadora. Em seu governo, segundo Behring (2021), registrou-se aumento em queimadas criminosas, loteamentos e registros de território público, garimpos ilegais, demonstrando assim total descaso para com o meio ambiente. O mesmo segue implementando medidas de desmonte a direitos conquistados historicamente com a reforma trabalhista, precarizando intensivamente as condições de trabalho e sobrevivência da população, a implementação das contrarreformas do trabalho e da previdência, onde não alcançou a prometida retomada econômica, e nem o crescimento de empregos formais, tal como propunha. O que ninguém contava e esperava era com uma pandemia a nível global.

Em 11 de março de 2020, Dr. Tedriss Adhanom Ghebreyesus, diretor geral da

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Organização Mundial de Saúde-OMS, anunciou um novo vírus, SARS-CoV-2, causando a popular COVID-19. O primeiro caso ocorreu em dezembro de 2019, em Wuhan republica da China. O vírus foi identificado como patógeno, significando assim que estava prestes a ocorrer uma pandemia global, onde mesmo com a instalação de sistemas de contenção de circulação o vírus se espalhou (NETO e CASTRO, 2020).

A COVID-19 é causada pelo novo coronavírus, apresenta um espectro clínico variado de infecções assintomáticas a quadros graves, seus sintomas podem variar de um resfriado, a uma síndrome gripal-SG. A transmissão ocorre por meio de uma pessoa contaminada em contato com as demais, ou com aperto de mãos, gotículas de saliva, espirro, tosse, catarro, objetos ou superfícies contaminadas (MINISTERIO DA SAÚDE, 2020).

Posto isso, desde os primeiros registros de casos e a expansão em escala global, houve uma necessidade de alterar os hábitos da população, atividades que antes eram desenvolvidas diariamente passaram a serem controladas por uma série de medidas para evitar a contaminação. Desta forma, ocorreram mudanças nas questões de trabalho, acarretando na intensificação de níveis de desemprego e ampliação de trabalhadores supérfluos disponíveis ao capital, contribuindo para a agudização das desigualdades sociais, sendo está uma das principais características desse período.

A escassez de política nacional de contenção e a fragmentação das iniciativas foram decisivas para o agravamento da situação do país, o presidente optou por uma posição negacionista, no qual o mesmo revogou medidas de proibições da partida e chegada de cruzeiros na costa brasileira. No decorrer da pandemia censurou as medidas de contenção propostas pelo boletim elaborado pelo ministério da saúde, alegando que era necessário conter o pânico e a histeria, onde o essencial seria traçar estratégias para salvar vidas e evitar o desemprego em massa, visando sempre voltar à normalidade.

Sabe-se que a pandemia atinge de diferentes formas cada País, Estado, região e classe social, possuindo impactos e consequências distintas, evidenciando as mazelas postas pelo capital. Como solução aos altos índices de desemprego e as medidas que a OMS orientavam para controle da pandemia, demandou-se do Estado um auxílio para com a população,

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

segundo Behring e Souza (2020):

“As medidas do governo revelaram-se frágeis e foram acompanhadas pelo auxílio emergência- inicialmente proposto pelo governo no valor de R\$200 e recomposto pelo Congresso em R\$600 ao longo de cinco meses para usuários do Bolsa Família, inscritos no CadÚnico e trabalhadores informais inscritos no aplicativo da Caixa Econômica Federal” (BEHRING e Souza, P.114).

Nesse ínterim pandêmico, Bolsonaro em seus discursos em redes sociais e programas transmitidos pela televisão, desqualificava as medidas necessárias para a contenção e propaga falsas ilusões com medicamentos sem eficiência comprovada. Além do que era verbalizado como “No meu caso em particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus não precisaria me preocupar”, “não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar, ta ok”, “Está começando a ir embora essa questão do vírus”. Com o agravamento dos números das mortes o presidente disseminava falas como: “Eu não sou coveiro, ta certo?”, “E daí? Lamento. Quer que eu faça o que? Eu sou Messias, mas não faço milagres”, minimizando os riscos alegando que a pandemia não se desenvolveria no Brasil, enquanto o número de mortes mostrava o contrário sendo assim o mesmo possui uma abordagem centrada em minimizar a pandemia e desqualificar as medidas de contenção, naturalizando as mortes e supondo uma teoria da conspiração (CALIL, 2021).

Em paralelo a pandemia, Bolsonaro manteve sua política de governo, buscando aprofundar os parâmetros de ajuste fiscal brasileiro, aprovando emendas constitucionais e atacando a educação, disseminando investimentos em pesquisas. Além disso, a aprovação da contrarreforma da previdência tem consigo alterações nos critérios de aposentadoria, dificultando assim que a população pobre alcance aposentadoria, aumentando índices de pobreza.

Não o bastante, apresentou algumas propostas como: Emenda constitucional-EC, do pacto federativo, onde a arrecadação federal do salário-educação; imprescindível comprovação para os municípios de 10% de sua receita federal (colocando em xeque 1254 cidades brasileiras); Unificar os pisos de saúde e educação, onde os municípios teriam que alocar 37% dos recursos nas duas políticas. Ambas as ações são cercadas de armadilhas que

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

favorecem diretamente a burguesia (BEHRING, 2021).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as análises e apontamentos realizados até aqui, nota-se o retrocesso social e democrático sofrido no Brasil ao eleger um candidato com um viés econômico voltado para as políticas neoconservadoras e neoliberais. O que causou grande instabilidade nacional e insegurança no que concerne o futuro do país, tanto no que diz respeito à democracia quanto no que tange ao desenvolvimento da economia brasileira.

Portanto, o governo Bolsonaro é a expressão do avanço das pautas extremamente conservadoras e neoliberais, o que culmina na configuração de uma engrenagem que afasta e limita o acesso de qualidade dos trabalhadores aos direitos sociais como educação, saúde, habitação e transporte, por exemplo.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine. Fundo Público, valor e política social. 1ª Edição, Cortez Editora. 2021.

BEHRING, E.; SOUZA, G. Ultraneoliberalismo em fundo público. Análise do orçamento das políticas sociais e do ajuste fiscal em tempos de pandemia. In: SOUZA, A. A. S. Et. al (orgs.). Trabalho e os limites do capitalismo: novas facetas do neoliberalismo. Navedando Publicações, Uberlândia -MG, 2020.

CALIL, Gilberto. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. \*Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/ZPF6DGX5n4xhfJNTypm87qS/abstract/?lang=pt>. Acesso 15 de março de 2022.

DEO, Anderson. Sobre Golpes de Estado e Saúvas. Disponível em

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/12/Anderson-Deo-Sobre-Golpes-de-Estado-e-Sa%C3%BAvas.pdf>

DEMIER, Felipe. Bonapartismo: o fenômeno e o conceito. Revista Outubro, Edição 25, Março de 2016. Disponível em: [http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2016/03/8\\_Felipe-Demier.pdf](http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2016/03/8_Felipe-Demier.pdf)

DEL ROIO, Marcos. A terceira fase do neoliberalismo. 2019. Disponível em: <https://marxismo21.org>. Acesso: 20 de maio de 2020

DRUCK, Graça. FILGUEIRAS, Luiz. O Neoliberalismo Neofascista do governo Bolsonaro e os desafios para a Esquerda. Disponível em: <https://analisepoliticaemsaude.org/oaps/pensamentos/3a0d43cbefcd47d2fb49caea53b9398/2/>

MINISTERIO DA SAÚDE, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/como-e-transmitido>>. Acesso em: 25 de mar. De 2022.

NETO, João e CASTRO, Fernando. Capitalismüberalles: uma interpretação da pandemia de coronavírus no Brasil à luz da geografia radical de Neil Smith. Espaço e Economia. [s.l.] 2020. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/12104>>. Acesso em: 25 de mar. de 2022.

REIS, Daniel Aarão. Ascensão e caráter do bolsonarismo. Disponível em <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/12/D-Aar%C3%A3o-Reis-Ascens%C3%A3o-e-car%C3%A1ter-do-bolsonarismo.pdf>

SANTOS, Agnaldo dos. A natureza regressiva do Governo Bolsonaro. Disponível em <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/12/Agnaldo-Santos-A-natureza-regressiva-do-Governo-Bolsonaro-.pdf>

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral  
Eixo Temático - Estado e Política Social

**A PANDEMIA POR COVID-19: CRISE E MEDIDA CONTRA-ARRESTANTE**  
**THE COVID-19 PANDEMIC: CRISIS AND COUNTER-RESISTANT MEASURE**

Ingrid Adame Moreira<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo problematiza a pandemia enquanto o adensamento de crises de capitalistas enquanto uma medida contra-arrestante. Para tanto, a autora aborda algumas categorias marxistas consideradas por ela centrais para pensar a temática.

**PALAVRAS-CHAVE:** Capital, Pandemia, Medida Contra-Arrestante

**ABSTRACT:** This article problematizes the pandemic as the densification of capitalist crises as a counter-resistance measure. In the meantime, the author addresses some Marxist categories considered by her to be central to thinking about the theme.

**KEYWORDS:** Capital, pandemic, Counter-Arrest Measure

## INTRODUÇÃO

O artigo em questão aborda algumas categorias marxistas, consideradas centrais, acerca do modo de produção capitalista e nele a autora se desafia a refletir e problematizar a pandemia da covid-19 enquanto uma crise de capitalistas e enquanto uma medida contra-arrestante.

Na primeira parte do artigo discutiremos sobre a lógica capitalista de produzir e nela refletimos sobre algumas categoriais e conceitos fundamentais das obras de Karl Marx que nos serviram de embasamento teórico para na segunda parte deste trabalho iniciarmos a discussão sobre a pandemia da Covid-19, decretada em março de 2020.

Refletir sobre a pandemia como crise de capitalistas e também medida contra-arrestante foi desafiador, visto os poucos materiais publicados sobre a temática e também

---

<sup>1</sup> Assistente social, doutoranda em Serviço Social pela UFJF. Assistente social no Hospital Universitário UFJF, email: ingridadameuff@gmail.com

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

devido ao fato de não podermos tecer previsões sobre o futuro, totalmente incerto e nefasto. Quisera a autora deste artigo ter uma bola de cristal, ou quisera ela saber jogar cartas ou búzios para conseguir trazer dados e fatos de um futuro animador ou até mesmo de um futuro nebuloso.

Consideramos que este artigo condensa as angústias de uma trabalhadora que esteve e está em duas linhas de frente em combate à Pandemia da Covid-19, uma trabalhadora que enfrenta a obscuridade desse futuro tomada por um medo cotidiano. Um medo que não é só seu, mas de todos os trabalhadores coletivos, de todos os usuários e familiares atendidos por ela e também de sua própria família. Uma trabalhadora que perdeu familiar e amigos vítimas do vírus, Covid-19.

Uma trabalhadora que nas linhas que seguem se desafia a enfrentar seus medos, suas angústias com a discussão de uma temática nova e, talvez, polêmica. Uma temática que mais traz indagações do que afirmações. Uma temática a qual não podemos nos furtar de reflexão, pois demonstra que o capitalismo, independente de crises, continua em seu movimento de valorização do valor. Uma temática que mais suscita perguntas do que pode chegar a considerações finais, porque de final mesmo, nesse modo de produção, só finda a vida!

## **A LÓGICA CAPITALISTA DE PRODUÇÃO**

Consideramos importante para a discussão travada neste artigo uma breve reflexão inicial sobre a categoria Trabalho e a centralidade que a mesma assume no período histórico designado como Modernidade.

O trabalho humano é uma atividade orientada por uma pré-concepção de seu fim, que transforma a natureza – compreendida também como natureza humana – para atender às necessidades do sujeito que o executa. Marx (2013) afirma que o trabalho é um processo no qual participam o ser humano e a natureza. O ser humano, por sua vez, se utiliza de sua força de trabalho – que se objetiva em trabalho – para transformar a natureza a partir da sua

capacidade teleológica<sup>2</sup>. Esse ser humano ao transformar a natureza, ao modificá-la, transforma a si mesmo, ao desenvolver suas potencialidades (Marx (2013))

Concordamos que “o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza” Marx (2013). Esse trabalho marcado pelo caráter de possuir finalidade e de gerar valores de uso para atender às necessidades “do corpo e da alma”, apresenta forma exclusivamente humana. O que diferencia o arquiteto de uma abelha, por exemplo, é o fato de que o arquiteto projeta em sua mente o produto do seu trabalho (teleologia), diferente da abelha, que executa a sua atividade porque é de sua natureza (MARX, 2013). Desta forma, aqui não se trata das primeiras formas instintivas de trabalho, mas de um trabalho que pertence exclusivamente ao homem, ao ser social.

Em um processo de trabalho se faz necessária a existência de alguns elementos, conforme nos mostra Marx (2013)

- 1- a atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho;
- 2- a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho;
- 3- os meios de trabalho, o instrumental de trabalho (MARX, 2013)

O processo de trabalho termina ao concluir o produto anteriormente idealizado e projetado, o fruto do trabalho. Esse produto possui um valor de uso, ou seja, ele tem uma utilidade social naquele padrão de relação social, que corresponde à necessidade humana que se manifestou na vida do sujeito. Desta forma, o valor de uso, dependendo do processo de trabalho, pode se constituir enquanto, matéria, meio de produção ou produto, sem deixar de ser um determinado valor de uso.

Tendo em vista a breve apresentação dos elementos que integram o processo de trabalho e a particularidade da categoria trabalho nas relações sociais, ressaltamos a centralidade que essa adquire no modo de produção capitalista. O capital, como relação social supõe a propriedade privada sobre os meios de produção em relação de antagonismo dialético com os trabalhadores que, sob o modo de produção capitalista, não possuem os meios

---

<sup>2</sup> Capacidade que o homem tem de prefigurar o produto, o fim do seu trabalho, de realizar atividades teleologicamente orientadas Marx (2013)

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

necessários para dar materialidade ao seu trabalho. Aqui o trabalho adquire características específicas nessas condições e torna-se, conforme Marx (2013) o poder sobre os indivíduos, e enquanto existir esse poder continuará existindo a propriedade privada.

Ao particularizarmos nossa análise a esse modo de produção devemos ressaltar a intrínseca relação entre a esfera da produção e a da circulação, pois a riqueza social no sistema capitalista de produção provém da exploração do trabalho dos que apenas detém a força de trabalho para ser vendida. Na realidade, provém da exploração do “ser humano pelo ser humano”. A transformação do trabalho como elemento determinante da ontologia humana para a perspectiva de algo que nos aliena dessa condição assenta-se sobre a centralidade e a lógica do trabalho para a reprodução do sistema. Na esfera da circulação, o valor de uso produzido assume caráter de mercadoria, portando a duplicidade das dimensões do valor – porém, com a permanente tensão de subsunção do valor de uso ao valor de troca afirmando seu valor de troca.

A mercadoria ao afirmar-se enquanto tal porta o fruto do trabalho vivo, a força de trabalho despendida pelo trabalhador e o uso do trabalho morto. O capitalista entra com os meios de produção e o trabalhador com a força de trabalho. Esta força de trabalho materializada em trabalho - enquanto gasto da força vital pertence ao trabalhador - como criadora de valor pertence ao capitalista (MARX, 2013). Sendo assim, o trabalhador “recebe o valor de sua mercadoria, cujo valor de uso – o trabalho – é, desse modo, alienado à segunda” (MARX, 2013, P.803). Já o capitalista emprega a força de trabalho, que agora lhe pertence, na transformação dos meios de produção, que por sua vez, também já lhe pertenciam, e com isso obtém um novo produto, que também lhe pertence. Esse novo produto contém o valor dos meios de produção, o valor transferido do trabalho útil, o equivalente do valor da força de trabalho e um mais-valor, conforme Marx (2013).

Nesta esfera pressupõem-se uma relação entre livres proprietários de mercadorias anunciadas como equivalentes: os trabalhadores, proprietários da força de trabalho e os capitalistas, proprietários dos meios de produção e de subsistência. Essa relação entre ‘iguais’ cria, na origem, as condições de subjugar o trabalho ao capital. Na lógica capitalista de produção, a compra da força de trabalho se expressa em um contrato de compra e venda onde fica estabelecida a compra de uma quantidade de trabalho maior que a necessária para a

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

reposição do preço pago pela força de trabalho que será empregada, pelo salário (MARX, 2014). O que é característico aqui é que a força de trabalho aparece como uma mercadoria e por ser mercadoria pode ser comprada e vendida. Uma mercadoria com particularidade de ser geradora de mais valor. A venda da força de trabalho é uma “premissa socialmente decisiva da produção de mercadorias” (MARX, 2014, p. 77/78).

A transformação de dinheiro em capital exige ao capitalista que o mesmo encontre no mercado além dos meios de produção uma mercadoria especial, que seja fonte de valor: a força de trabalho. A soma de valor, ou de dinheiro existente só é capital porque é gasta tendo em vista o seu aumento, que objetiva aumentar (MARX, 2017). Assim, o capitalista tem que encontrar no mercado o trabalhador livre, livre de outros vínculos de dominação, porém expropriado dos meios de produção. A função do capital é, pois, a produção de um valor excedente. Essa produção excedente é como veremos adiante a produção e a apropriação de sobretrabalho, de trabalho não pago, conforme Marx (2013).

Na esfera da produção, os trabalhadores produzem a mercadoria e a riqueza por meio da expropriação do trabalho não pago. Tem-se aí a produção e a reprodução do capital. O processo de produção do capital é um processo que cria novos valores de uso, sendo desta forma um Processo de Trabalho. Mas é ao mesmo tempo um processo de valorização. Marx (2013) explicita que,

[...] como esforço, como dispêndio de força vital, o trabalho é a atividade pessoal do operário. Porém, enquanto criador de valor, implicado no processo da sua objetivação, o próprio trabalho do operário, mal entra no processo de produção, é um modo de existência do valor do capital, neste incorporado. Esta força que conserva o valor e cria novo valor é, por conseguinte, a própria força do capital e este processo apresenta-se como processo de autovalorização do capital, melhor dizendo, de empobrecimento do operário, que ao criar o valor que produz, produz ao mesmo tempo como um valor que lhe é alheio (MARX, 2013, p.54)

A reprodução da força de trabalho é, portanto, um meio de valorização do capital. A força de trabalho é comprada não para satisfazer as necessidades do capitalista que a compra, mas sim para valorizar o capital, mediante a produção de mercadorias que contenham uma parcela do valor que nada custa ao capitalista. A produção do mais valor é a lei absoluta desse modo de produção, expressa na fórmula D-M-D' (MARX, 2014). O equacionamento da fórmula se dá, sinteticamente, da seguinte forma: o capitalista investe dinheiro na compra das

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

seguintes mercadorias: força de trabalho e meios de produção. É preciso deixarmos claro aqui que a mercadoria é a força de trabalho e não o trabalhador. Essas mercadorias passam pelo processo de produção, onde é criada uma nova mercadoria, que ao ser realizada por meio de sua venda, gera dinheiro adicional.

É por meio do trabalho excedente que o capitalismo extrai a mais valia, assegurando a transformação do dinheiro em capital e a apropriação da maior parte da riqueza socialmente produzida pelos que vivem do trabalho. Conforme Marx (Livro 2), a finalidade da produção capitalista é a valorização de forma constante do valor que foi adiantado, seja ele na forma dinheiro, seja na forma mercadoria. A busca incessante pelo lucro é um dos elementos que norteia a dinâmica da acumulação. Porém, o lucro do capitalista não é extraído na esfera da circulação, não decorre, então, na diferença entre os preços de compra e venda de uma mercadoria. O lucro advém do processo de produção, onde ocorre um acréscimo de valor, onde esse excedente que é apropriado pelo capitalista é fonte de seu lucro, a mais valia. Na esfera da circulação, novamente, a mais valia extraída na esfera de produção, se realiza a partir da venda da mercadoria, conforme Marx (2013), submetendo o valor de uso inicial do que foi produzido ao valor de troca que adquire nessa esfera. Logo, quanto menor for o tempo que essa mercadoria permanecer no mercado, mais intensa será a rotatividade do capital e maior será a condição de acumulação.

Assim sendo, ao passo que se desenvolvem as forças produtivas o incremento da produtividade do trabalho torna-se a maior alavanca para a acumulação de capital. Os capitalistas reduzem o capital investido na compra e venda da força de trabalho e investem vultuosos capitais na compra de meios de produção. Essa redução de investimento aparece como um crescimento da classe trabalhadora, mais rápido que os espaços de ocupação que o capital oferece, dando origem a uma população sobrando, a um exército industrial de reserva. Esse exército de reserva é inerente e fundamental ao processo de acumulação capitalista, em especial no que se refere à construção do contrato e das condições de trabalho. Em momentos de crise ele serve para pressionar os trabalhadores a continuarem suas atividades laborativas e em momentos de ascensão ele funciona também para pressionar os trabalhadores no sentido de aceitarem o rebaixamento dos salários, pondo freio às suas reivindicações enquanto classe para si.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

No sistema capitalista de produção quando há expansão de meios de produção, em termos de volume e eficiência, há um menor grau no aproveitamento da força de trabalho. Ao mesmo tempo ocorre que, nas palavras de Marx (2013), o capital eleva a sua oferta de trabalho, mas não amplia a sua demanda de trabalhadores. E assim se conforma um exército de população sobrando no sistema capitalista de produção e se configura um sobretrabalho nas massas ocupadas. Esse sobretrabalho engrossa as fileiras do exército industrial de reserva, que pressiona a massa ocupada “forçando-a ao sobretrabalho e aos ditames do capital” (2013). É tendencial que sob o sistema capitalista de produção ocorra a transformação constante de uma parte da população trabalhadora em mão de obra desempregada ou semi-empregada, de acordo com MARX (2013).

Podemos constatar que com o desenvolvimento das forças produtivas há um emprego cada vez maior de capital constante e em contrapartida há cada vez menor investimento em capital variável. Conforme esboça Marx (2017)

com a queda progressiva do capital variável em relação ao capital constante, a produção capitalista gera uma composição orgânica cada vez mais alta do capital total, que tem como consequência imediata o fato de que a taxa do mais-valor, mantendo-se constante e inclusive aumentando o grau de exploração do trabalho, se expressa numa taxa geral de lucro sempre decrescente (MARX, 2017, P.215).

Essa tendência à queda da taxa de lucro geral é somente uma expressão do desenvolvimento das forças produtivas. É claro que essa tendência pode se expressar de forma diferente ao longo do processo histórico, no sentido de que é possível que essa taxa de lucro caia por motivos diversos, mas importa elucidar que por sua própria essência, é necessário ao modo de produção capitalista que a taxa média de mais valor se expresse na queda da taxa geral de lucro (MARX, 2017). Aqui tomamos o lucro como o mais valor calculado sobre o capital social.

Disso se segue que “quanto mais se desenvolve o modo de produção capitalista, uma quantidade cada vez maior de capital é requerida para ocupar a mesma força de trabalho e, mais ainda, para ocupar uma força de trabalho crescente” MARX, 2017, p. 224). Podemos inferir, portanto, que ao sistema capitalista é necessária a manutenção dessa população sobrando.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

A questão que se coloca é por que essa queda da taxa de lucro não é maior nem mais rápida? Marx (2017) responde que existe uma tendência à queda devido às estratégias contra-arrestantes que colocam freio para que essa queda da taxa de lucro não aconteça rapidamente e nem em grande magnitude.

Marx identifica 6 (seis) circunstâncias contra-arrestantes que refreiam a lei geral de acumulação capitalista: 1) Aumento do grau de exploração do trabalho, onde O grau de exploração do trabalho, a apropriação do mais-trabalho e do mais-valor, aumenta especialmente por meio do prolongamento da jornada de trabalho e da intensificação do trabalho; 2) Compressão do salário abaixo de seu valor, 3) o Barateamento dos elementos do capital constante, onde o mesmo desenvolvimento que incrementa a massa do capital constante em relação ao capital variável diminui, em consequência da força produtiva aumentada do trabalho, o valor de seus elementos e, assim, impede que o valor do capital constante, embora aumentando permanentemente, o faça na mesma proporção que seu volume material, isto é, que o volume material dos meios de produção postos em movimento pela mesma quantidade de força de trabalho, 4) a superpopulação relativa, é por um lado, a causa de que em muitos ramos da produção seja mantida a subordinação mais ou menos incompleta do trabalho ao capital e de que esta dure mais que o tempo que, à primeira vista, corresponde ao estágio geral do desenvolvimento; isso resulta do barateamento e da grande quantidade dos assalariados disponíveis ou liberados, além da maior resistência que alguns ramos de produção, segundo sua natureza, opõem à transformação do trabalho manual em trabalho mecanizado; 5) o comércio exterior, Do mesmo modo, a expansão do comércio exterior, que na infância do modo de produção capitalista constituía a base deste último, converteu-se, no curso de seu progresso, em seu próprio produto, por meio da necessidade interna desse modo de produção, de sua necessidade de um mercado cada vez mais ampliado e 6) O aumento do capital acionário (MARX,2017).

Como vimos, de forma simultânea ao desenvolvimento da força produtiva, há um aumento progressivo na composição do capital, ainda que haja uma diminuição na composição variável em relação à constante. O embate conflituoso entre esses antagonismos, se expressam em crises sistêmicas periódicas, momentâneas. Essas crises são também soluções de momento para o desequilíbrio próprio do sistema de produção. Essas medidas

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

contra-arrestantes funcionam como um limite à eclosão de crises no capitalismo. Sem elas o capitalismo tenderia à estagnação, ou, até mesmo ao colapso. Em vista dessa afirmativa, nos desafiamos a problematizar no próximo tópico a pandemia vivenciada nos últimos anos, a partir de Marx, enquanto uma medida contra-arrestante.

### **A PANDEMIA PROVOCADA PELA COVID-19: ELEMENTOS PARA DISCUTIR A CRISE ECONÔMICA, SOCIAL E SANITÁRIA EM MARX**

Importa ressaltar que para Marx toda crise é uma crise de superprodução de mercadorias, o que leva tendencialmente à queda da taxa de lucro. Apesar de existir essa queda da taxa de lucro, este fato não significa que a massa de lucro caia. A massa, por sua vez, é aumentada ou é mantida, uma vez que as mercadorias produzidas são vendidas a um preço menor, mas em um volume maior. A queda tendencial não é a causa da crise capitalista, mas sim sua expressão fenomênica.

Marx não fomenta uma teoria da crise capitalista, não demonstra quando ela acontece ou vai acontecer, apenas aponta, sinaliza as possibilidades que podem vir a engendrar desequilíbrios. Esses desequilíbrios são incontrolláveis ao mesmo tempo que também são inerentes à lógica capitalista, por isso que consideramos essas crises cíclicas. Essas crises cíclicas não são novidades desde o século XIX e acreditamos que a pandemia, provocada pelo vírus Covid-19, tanto abre uma nova crise de capitalistas como funciona ao sistema como uma medida contra-arrestante.

Para Mandel (1982) não existem tendências ao equilíbrio no capitalismo. Assim, “cada período de equilíbrio conduz inevitavelmente a um desequilíbrio, que por sua vez, após certo tempo, torna possível um novo e provisório equilíbrio” (MANDEL, 1982, p. 17). O autor expõe que o capitalismo passou por uma onda longa expansiva marcada por uma fase de estabilidade e crescimento no pós-segunda guerra mundial, que findou com a crise de superacumulação da década de 1970, passando, então, o capitalismo, ainda segundo o autor a experimentar uma onda longa depressiva com breves períodos de retomadas (Mandel, 1982). Seguindo ainda nessas ondas, temos um período de retomada em 2000, com taxas de crescimento elevadas, para em 2008 desembocar em uma nova crise econômica mundial, que

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

alguns autores a colocam como sendo vivenciada até os dias atuais e que estaria sendo aprofundada pela pandemia do Covid-19.

A pandemia ocasionada pela Covid-19 tem gerado um acirramento das múltiplas expressões da questão social em todo o mundo. As múltiplas expressões da “questão social” se expressam nas necessidades e demandas dos usuários das políticas públicas: na busca ao acesso à saúde, habitação, educação, previdência, na violência doméstica, na população em situação de rua, na violação dos direitos dos idosos, das crianças e adolescentes, das mulheres, na pobreza, na fome. Essas expressões se exponenciam no contexto de Pandemia. Os Estados e também as burguesias, que lucram com a força de trabalho, deveriam assegurar as condições de subsistência e de sobrevivência da classe trabalhadora durante o período pandêmico. Entretanto, o que podemos perceber é que muitos Estados têm assaltado, à mão armada, os fundos públicos para garantir a produção e reprodução de capitais.

A pandemia não gera uma crise econômica, mas propicia como faces de uma mesma moeda o agravamento das condições econômicas-sociais da população mundial, como também funciona como medida de equilíbrio para retomada do capitalismo no período pós-crise.

Segundo comunicado da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), a estimativa é de que teremos 100 milhões de novos pobres. Já ONU (Organizações das Nações Unidas) estimou que a pandemia deixará mais de 176 milhões de famílias na pobreza e destacou ainda que: como resultado, diga-se aqui: colateral, da crise provocada pela pandemia da COVID-19, a população em condições de extrema pobreza na América Latina e Caribe pode chegar a 83,4 milhões de pessoas em 2020, o que irá implicar em um aumento significativo nos níveis de fome (CEPAL,2020). A título de exemplo, podemos apontar matéria publicada no g1 relatando os casos de famílias brasileiras de Cuiabá que estão compondo filas para receber doações de ossos, que expressa o aprofundamento da vulnerabilidade social e econômica dos trabalhadores (2021).

Ainda no rol de aprofundamento da crise social, podemos mencionar o aumento no número de desempregados, em consequência à crise sanitária que estamos vivenciando. A taxa global de desemprego, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), corresponde a 6,3%. O Brasil, segundo dados do IBGE, alcança a 14ª posição dos países com

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

a maior taxa de desemprego no mundo. A infomoney publicou que a taxa de desemprego no Brasil em 2021 foi de 14,7%, 0,8% ponto percentual maior em comparação a 2020, mas a maior taxa alcançada desde 2012. Essa taxa de desemprego também aponta para a redução do poder de compra. O sistema capitalista tem em um dos seus pilares o consumo. Sem que haja a compra de mercadorias, se instaura uma crise de superprodução, que é também funcional à continuidade do próprio sistema.

Não podemos abordar a questão do desemprego sem apontar a questão das falências de pequenas e grandes empresas, que levam à destruição de inúmeros postos de trabalho. Com a pandemia, muitas empresas decretaram falência, assim como, muitas empresas se fundiram a outras. A pandemia, então, podemos dizer abre também a possibilidade da concentração e centralização de capitais e sem elas seria impossível ao sistema capitalista o desenvolvimento das forças produtivas. Entendemos por concentração de capitais a fusão de vários pequenos capitais em grandes capitais. Para Marx (2013), a concentração de capitais se inter-relaciona com o processo de produção, e se expressa quando os capitais individuais têm uma maior ou menor concentração de meios de produção, sob o comando de um ou mais proprietários. Já a centralização para o autor, está relacionada à luta concorrencial entre os capitais individuais (MARX, 2013). No período pandêmico, em que se acirra também a depressão econômica, há uma maior centralização de capitais, pois os capitais individuais menores se veem impelidos a se fundirem ou não resistem e falem nos períodos de depressão. Desta forma, podemos inferir que a pandemia não coloca em xeque o capital, o sistema capitalista, mas coloca em xeque mate os capitalistas individuais.

Um outro setor capitalista foi impactado durante a pandemia da Covid-19, o de turismo. O setor de turismo foi o primeiro setor a sentir os impactos das políticas de restrições e fechamentos de fronteiras, ocasionadas pela pandemia. Segundo as Organizações das Nações Unidas (ONU), tal impacto no turismo pode custar 4 trilhões de dólares para a economia global. O turismo é uma atividade econômica que movimenta o sistema capitalista. Com a crise que se instaura no ramo, em virtude da pandemia, temos diversas agências de viagens falindo, muitos trabalhadores desempregados, diminuição no número de vôos e ônibus. Temos também impacto no setor de serviços, visto que muitas famílias vivem do

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

turismo local e aí se instaura um efeito dominó, visto que a crise do turismo desmembra para os outros setores que também dependem do turismo para se manter.

Tendo em vista todo o exposto, importa sinalizar que partimos da ideia de que o capitalismo, o sistema capitalista se gesta na história. Então, uma determinada crise pode se instalar de uma determinada forma em um determinado local, e essa mesma crise se alastrar ou não para outros locais, pode se aprofundar ou não. O que não podemos perder de vista é que a crise capitalista, que iniciamos este tópico sinalizando, é nova, mas é iniciada apenas para algumas frações capitalistas. A pandemia não gera uma nova crise do modo de produção. O que a pandemia acarreta são crises em setores do capital e essas crises são funcionais aos capitalistas. Elas retroalimentam o capital.

Em contrapartida, a pandemia provocada pela Covid-19 funciona ao sistema capitalista como um freio, como, o que Marx (2017) chama de, uma medida contra-arrestante. Estamos levantando aqui uma hipótese que para muitos pode ser considerada contraditória, mas para nós o que consideramos como medida contra-arrestante está localizada na imensa massa de trabalhadores que morreram em virtude da Covid-19. Muitos desses trabalhadores compunham a fileira do exército industrial de reserva, que como já fora sinalizado também é funcional ao sistema capitalista, mas muitos deles também se encontravam empregados e todos eles eram consumidores. Chegamos aqui a um ponto de reflexão: ao mesmo tempo que essa super população relativa é funcional ao sistema, os trabalhadores são consumidores das mercadorias que o sistema produz, e a pandemia mata um imenso número deles, poderíamos, então pensar num fim do sistema capitalista?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerramos o tópico anterior como uma indagação, a qual não podemos tecer nenhuma resposta final, visto que o tema que trabalhamos neste artigo é novo, sem podermos, portanto, elaborar considerações finais acerca dele.

O que podemos afirmar, tendo em vista a história do capitalismo e as reflexões marxistas, é que as crises cíclicas compõem o sistema do capital, fazem parte dele. É como se elas fossem um órgão também vital. E por ser vital ao sistema, ele sempre encontra formas,

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

estratégias para superá-las. Mesmo que milhões de trabalhadores tenham morrido em virtude da pandemia, mesmo que o capital tenha perdido parte considerável de capital variável, mesmo que não existam mais o mesmo número de trabalhadores para consumir e produzir, o sistema capitalista continua, permanece, porque o valor também continua sendo valorizado, a mais valia continua a ser extraída, o lucro continua sendo gerado. Então, podemos tecer aqui uma conclusão inconclusa: o capital continua “vivendo” independente da finitude da vida ter chegado para milhões de trabalhadores, porque saídas para as crises do capital ou de capitalistas individuais sempre tem sido implementadas.

Cabe a nós deixarmos aqui mais uma pergunta para reflexão: é mesmo possível pensarmos no fim do capitalismo?

## **BIBLIOGRAFIA**

BBC. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-56660692>. Acessado em 22/09/2021.

Casara. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/31/covid-19-farmaceuticas-faturam-r-1-trilhao-em-2021> Acessado em 20/09/2021.

InfomoneyDisponível em: <https://www.infomoney.com.br/economia/taxa-de-desemprego-chega-a-147-no-1o-tri-de-2021-em-linha-com-o-esperado-mas-a-maior-desde-2012> Acessado em: 01/10/2021.

MANDEL, E. Capitalismo Tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro I. São Paulo. Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. O capital: crítica da economia política. Livro II. São Paulo. Boitempo, 2014.

\_\_\_\_\_. O capital: crítica da economia política. Livro III. São Paulo. Boitempo, 2017.

ONU. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/134140-impacto-da-covid-19-no-turismo-pode-custar-4-trilhoes-de-dolares-para-economia-global-alerta>Acessado em 30/09/2021.

Worldometers. Disponível em: <https://www.worldometers.info/coronavirus/> Acessado em 08/10/2021.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral  
Eixo Temático - Estado e Política Social

## O PROCESSO DE RESPONSABILIZAÇÃO DE FAMÍLIAS PELA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE E O SERVIÇO SOCIAL

Isabella da Paixão Alves<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho tem por objetivo analisar e refletir sobre os processos de responsabilização de famílias realizados pela Atenção Primária à Saúde, dando ênfase a como essa responsabilização pode ser apresentada como uma demanda aos assistentes sociais em seu processo de trabalho na saúde. O debate em torno do conceito de família suscita muitos desafios. Há uma tendência à naturalização da família, tanto no senso comum, mas também em referências científicas e em legislações que conduzem a atuação de políticas sociais. É provável que o primeiro ponto a ser considerado e reiterado em torno do tema da família seja a sua desnaturalização. Dessa forma, busca-se dar centralidade ao debate da configuração familista das políticas sociais, bem como do conservadorismo no trabalho em saúde com famílias.

**PALAVRAS-CHAVE:** políticas sociais; família; serviço social; saúde.

**ABSTRACT:** The present work aims to analyze and reflect on the processes of accountability of families carried out by Primary Health Care, emphasizing how this accountability can be presented as a demand to social workers in their health work process. The debate around the concept of family raises many challenges. There is a tendency towards the naturalization of the family, both in common sense, but also in scientific references and in legislation that lead to the performance of social policies. It is likely that the first point to be considered and reiterated around the theme of the family is its denaturalization. In this way, we seek to give centrality to the debate on the familist configuration of social policies, as well as the conservatism in health work with families.

**KEYWORDS:** social policies; family; social work; health.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo refletir e colocar em foco a discussão acerca da responsabilização perpetrada pelos serviços de saúde às famílias atendidas, sobretudo referente à seara do cuidado. Para tanto, recorre-se a referenciais teóricos que possam

---

<sup>1</sup> Bacharel em Serviço Social pela PUC-Minas. Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Assistente Social da Prefeitura de Belo Horizonte. Email: isabellapaixaoalves@gmail.com

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

subsidiar esse debate, guiando-se pela discussão do familismo tão presente nas Políticas Sociais. Busca-se refletir ainda sobre aspectos na atuação do serviço social no processo de responsabilização de famílias. A centralidade na família faz-se uma tendência das políticas sociais que, especialmente com a Constituição Federal de 88, ganha status público e na Atenção Primária à Saúde ganha especial destaque com a Estratégia de Saúde da Família.

O assistente social está no rol de ocupações que podem compor os Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF AB), sendo parte das equipes multiprofissionais que atuam de forma integrada com as equipes de Saúde da Família (eSF) (BRASIL, 2009). Assim, suas intervenções acabam sendo impulsionadas tanto pelo atendimento direto aos usuários quanto pelas demandas das equipes de saúde da família.

Dessa forma, há um reconhecimento por parte da equipe sobre a importância do trabalho de assistentes sociais nesse espaço. Entretanto não é incomum que essa apropriação sobre a ideia do que seria uma intervenção satisfatória na “resolução” das mais diversas expressões da Questão Social relacionadas àquela população atendida seja distorcida ou ainda permeada por moralismo, ideais de família, uma certa fantasia sobre o que se considera um cuidado ideal, o que, muitas vezes, podem suscitar práticas conservadoras.

Dessa maneira, por exemplo, quando a equipe vislumbra uma dificuldade no acompanhamento de uma família para o tratamento de saúde pode tender a convocar a/o assistente social a intervir de maneira coercitiva, com objetivo de garantir um cuidado idealizado a determinado membro da família, em detrimento das condições concretas em que se vive e como suas relações se estabelecem. Assim, é preciso ter cuidado para que práticas coercitivas não se escondam sob discursos que, em tese, teriam objetivos protetivos.

### **A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA: importante pilar de sustentação das Políticas Sociais**

As discussões acerca das Políticas Sociais não são um consenso, apresentando-se em um campo contraditório quando as avaliamos na sociedade capitalista.

É reconhecido que as sociedades desenvolveram, ao longo da história, maneiras de

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

proteger seus membros para a produção e reprodução da espécie (ZOLA, 2015), contudo são com os movimentos de massa e o desenho dos Estados-nação na Europa ocidental do fim do século XIX que se situa, comumente, a origem das primeiras iniciativas próximas do conceito de política social, contudo, é seguro afirmar que é no pós Segunda Guerra Mundial que as políticas sociais se generalizam. (BEHRING; BOSCHETTI, 2016). Desse modo, é possível compreender como o surgimento das políticas sociais está em um locus temporal específico.

O Welfare State em países da Europa marca um período histórico de tendência à seguridade social. No Brasil, enquanto país periférico do sistema capitalista, a formação das Políticas Sociais se dá de modo particular, embora mantenha suas características essenciais. O casamento entre Política Social e família não é novo. Dessa forma, não é apenas a partir da década de 90 com uma evidente ofensiva neoliberal que essa junção se apresenta. (CAMPOS, 2015). Contudo, a Constituição Brasileira de 88 vai dar consistência à centralidade na família, assim como as legislações que a seguem “(..) que estabelecem como princípios básicos o dever da família, da sociedade e do Estado em proteger crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência. (..) a família passou a ter status público na sociedade atual.” (NOGUEIRA; MONTEIRO, 2014. p.146).

O debate em torno do conceito de família suscita muitos desafios. É provável que o primeiro ponto a ser considerado e reiterado em torno do tema da família seja a sua desnaturalização. Muitos foram os esforços de autores de várias matrizes teóricas para demonstrar que a família não é um dado natural, podendo em diferentes culturas apresentar experiências diversas com relação à organização e parentesco. Apesar disso, pode-se ainda dizer de uma tendência à naturalização da família, tanto no senso comum, mas também nas legislações que conduzem a atuação nas políticas sociais com famílias.

As políticas sociais são, em geral, setorializadas e fragmentadas, sendo respostas às diversas expressões da Questão Social no capitalismo. (BEHRING; BOSCHETTI, 2016) Assim, apesar dos inegáveis avanços que a Constituição de 88 trouxe na concepção dos direitos sociais ainda vai perdurar um trato fragmentado das expressões da Questão Social, focalizado no indivíduo, com uma agenda centrada em segmentos priorizados, como idosos, crianças e adolescentes e, embora avance na questão do dever do Estado de prover tais

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

políticas sociais, segue centrado na família o cuidado por esses membros. Dessa forma, contraditoriamente, suas legislações seguem fragmentadas e pouco se aproximam da totalidade da família, de seus arranjos e realidades concretas. (NOGUEIRA; MONTEIRO, 2014. p. 149).

Nesse sentido, Gelinski e Moser (2015) vão enfatizar que apesar do Estado transferir ações de Proteção Social às famílias, esse repasse de responsabilidade não é acompanhado de uma compreensão real das concepções de família e suas dinâmicas. A começar pelo fato de não existir um consenso sobre o conceito de família. Cabe salientar a influência da concepção de família patriarcal que penetra os marcos jurídicos que regulam a vida em família, outra concepção é a compreensão da família enquanto uma teia de relações complexas. Ambas concepções permeiam a construção da centralidade da família nas políticas sociais.

A família é espaço fundamental da vida social e não está imune às contradições, desigualdades, diferenças, é marcada pela cultura e pela história. “A experiência familiar é universal, mas não é homogênea” (NOGUEIRA; MONTEIRO, 2014, p.141). Importante ressaltar que da década de 1990 até os dias atuais tivemos diversas mudanças que impactam substancialmente nos formatos de família que temos hoje. A deterioração da renda familiar, inserção de novos membros no mercado de trabalho, como no caso das mulheres, que passam a somar as funções de provedoras do lar, lidando com o sustento material da casa e dos demais membros, e de cuidados com as atividades da casa, das crianças e idosos.

As informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Censo 2010) apontam novas configurações de família, pois no Censo de 1980 a configuração de família nuclear de casais com filhos representava 75% das famílias, nos anos 2010 a maior parte das configurações de família já estavam fora dessa concepção e representavam 50,1%. (NOGUEIRA; MONTEIRO, 2014, p.145). Com todas as alterações vislumbradas no formato das famílias nas últimas décadas faz-se necessário refletir sobre o modelo adotado pelas Políticas Sociais no que se trata da centralidade na família, já que foram políticas pensadas para formas de família que já não são mais predominantes.

Behring e Boschetti (2017) vão trazer os dados do Radar Social do Instituto de

Pesquisa Econômica Aplicada que apresenta dados até 2003. Demonstram que “em 1998, de acordo com a PNAD [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios] do IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística], a proporção de famílias cujo chefe era uma mulher negra, mas com filhos, era de 20,7% percentual que cai para 18,6% para as pardas e 15,1% para as brancas.” (BEHRING; BOSCHETTI, 2016, p.186). Nesse sentido, apesar da centralidade da família nas Políticas Sociais ocorrer de maneira mais consistente e institucionalizada após a Constituição de 88, o Estado vem se ausentando de responsabilidades e repassando-as sistematicamente às famílias, desconsiderando as mudanças que ocorreram nos formatos de família nas últimas décadas e o contexto de aumento de vulnerabilidade dessas. (GELINSKI; MOSER, 2015)

Faz-se ímpar, ao tratar de famílias, priorizar o debate de gênero. Com a agudização das expressões da Questão Social concomitante com a desresponsabilização do Estado, a responsabilização das famílias, sobretudo nas atribuições relacionadas ao cuidar, é uma tendência à responsabilização das mulheres, um acontecimento comum ao contexto capitalista em torno do globo. “Em nome da “responsabilidade individual”, o neoliberalismo cortou as verbas públicas de programas sociais. Em alguns casos, comercializa serviços públicos, transformando-os em um fluxo de lucro direto; em outros, transfere-os às famílias isoladamente, forçando-as - e em particular as mulheres - a suportar todo o ônus do cuidado.” (ARRUZZA et al, 2019, p.63)

Se desnaturalizar a família faz-se necessário, historicizar as desigualdades entre homens e mulheres contribui substancialmente para o trato da família. Essa discussão não passa sem polêmicas, uma vez que o pensamento feminista não é homogêneo e pode vislumbrar várias origens de dominação da mulher. Para Cisne (2012)

A categoria gênero irá, pois, incidir contraditoriamente às vertentes homogeneizadoras, generalizantes e supostamente neutras, como o positivismo, que, como foi visto, naturaliza papéis a que se subordinam as mulheres e se utiliza dessa naturalização para alcançar o “equilíbrio” e a “harmonia” sociais pela responsabilização social da mulher e desresponsabilização do Estado. (CISNE, 2012, p.82)

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

A lógica de inserção pela via do mercado nos coloca em um perigoso engodo, da ideia de que as mulheres alcançaram igualdade perante os homens, por terem adquirido “independência” através do mercado de trabalho. Ao que Cisne (2012) ressalta que as mulheres mais pobres estão vivendo no limite da sobrevivência, sendo radicalmente atravessadas pelas questões de gênero e classe (e raça, grifo nosso) atingidas por este modelo econômico calcado na exploração. A elas somam-se as atividades de trabalho pela via do mercado de trabalho e também de reprodução da vida fortemente ligado ao contexto da família. Sendo assim, a dimensão do trabalho reprodutivo é fundamental para o engendramento do capital, pois os processos cotidianos da vida da classe trabalhadora, sobretudo domésticos e de cuidado, são feminizados.

## 2.1 Política de Saúde, Família e Serviço Social: alguns destaques

Com relação à Política de Saúde, a família assume caráter de centralidade no novo modelo de atenção evidenciado pela Estratégia de Saúde da Família que tem como um dos princípios básicos a família como núcleo de abordagem. Contudo, para os profissionais e as equipes existem incongruências com relação à definição e compreensão acerca da categoria família. Trata-se mais da reorientação do modelo em saúde do que de estabelecer bem o papel da família no modelo da atenção básica (GELINSKI; MOSER, 2015). Essa inconsistência do conceito e abordagem de família é fato que se apresenta na rotina e dinâmica das equipes nos serviços de saúde.

O Serviço Social, junto com outras profissões, é entendido como profissão da área da saúde (MATOS, 2014). Embora atuantes na Política de Saúde, os assistentes sociais lidam não somente com as legislações específicas a essa área, mas também estão providos das demais legislações, lidando rotineiramente com as que versam sobre a pessoa idosa e crianças e adolescentes, por exemplo. Com relação à criança e ao adolescente, esses vão ser considerados como sujeitos de direitos com prioridade na formulação de políticas públicas e têm seus direitos sociais, políticos e civis preconizados em todos os aspectos da vida social,

sendo seu dispositivo mais relevante o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) que inaugura uma nova concepção de responsabilidade compartilhada entre família, Estado e sociedade. (SETÚBAL, 2014)

Historicamente, o Serviço Social se insere na saúde, através dos hospitais, com o objetivo de construir um elo usuário / família / instituição. Matos (2014) vai ressaltar, com base em pesquisa de Vasconcelos do ano de 2002, que mesmo nos anos mais recentes o assistente social na saúde segue com a demanda de contato com os usuários para encaminhamentos e orientações, muito ligados ao atendimento médico, demonstrando uma estrutura rígida que, ainda hoje, se materializa no exercício profissional no campo da saúde.

Dessa forma, na prática profissional do assistente social, na rotina dos serviços de saúde, não é incomum que seu atendimento seja motivado pela solicitação de um outro profissional, como o médico, e que essa demanda seja uma interpelação por uma posição coercitiva do assistente social “auxiliando” a equipe no cumprimento dos cuidados da família para com suas crianças, por exemplo. Muitas vezes o termo “negligência” acaba por ser utilizado para quaisquer situações que o cuidado da criança pela família venha a ser questionado pelo profissional de saúde. Berberian (2013) em seu estudo sobre o conceito de negligência ressalta:

(...) os profissionais de Serviço Social que atuam na saúde lidam diariamente com as expectativas diretas dos demais profissionais, que, ao identificarem uma situação considerada como de negligência, “encaminham” ao Serviço Social e aguardam, desse profissional, as condutas que são interpretadas por eles como as de conveniência, a partir de seus repertórios técnicos e morais. (BERBERIAN, 2013, p.111)

Como profissão inserida na dinâmica societária e de caráter sócio-histórico sua inserção inicial na divisão social e técnica do trabalho reverbera até os dias atuais, não sendo alheia à história do Serviço Social uma relação com práticas moralizantes e punitivas. (IAMAMOTO, CARVALHO. 2006)

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## 2.2 Reflexões sobre conservadorismo e o trabalho de assistentes sociais com famílias

YAZBEK (2018) esclarece que o pensamento conservador é produto não intencional da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, pois, não constitui uma teoria social, mas é um sistema de ideias preservador da autoridade moral frente às condições históricas que ameaçam sua influência. Assim, “podemos conceber o conservadorismo como uma reação aristocrática à revolução francesa e às mudanças ocasionadas pelo desenvolvimento das forças produtivas.” (SOUZA; OLIVEIRA, 2018), representando um movimento de resistência à modernidade que trazia consigo mudanças em toda a vida social com a transição ao sistema capitalista.

Embora o conservadorismo passe a ser disseminado na Europa no século XIX, segundo Yazbek (2018), ao fim do século XVIII já era possível encontrar o discurso conservador em *Reflexões sobre a Revolução em França* de Edmund Burke, onde este valoriza o feudalismo e defende “a família patriarcal, a comunidade local, a região, a Igreja, as associações” (YAZBEK, 2018, p.4)

Com a consolidação do novo sistema, ascende um novo sistema de exploração, ainda mais aprofundado (SOUZA; OLIVEIRA, 2018) e, embora, o movimento produzido pela burguesia se apresentasse como revolucionário em seu surgimento, por superar o sistema anterior, rapidamente abandona suas bandeiras de luta e sua concepção moderna deixa de ser praticável. Dessa forma, o conservadorismo vai se constituir enquanto estratégia da nova classe dominante. Sendo assim, o pensamento conservador não ficou no passado, “hoje, reativa-se fortemente o pensamento conservador, restaurador e defensor da ordem instituída e o pensamento reacionário que confronta valores democráticos e propõe a eliminação de direitos.” (YAZBEK, 2018, p.3)

Pensando algumas aproximações sobre o Serviço Social e o trabalho com famílias e suas tendências conservadoras. Para Miotto (2010) cabe ao Serviço Social demarcar os estudos acerca do trabalho com famílias, por ser de interesse tanto no âmbito profissional, quanto na produção de conhecimento, ancorados pela teoria social crítica.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

A família é um sujeito privilegiado nas intervenções do Serviço Social desde o seu início (Mioto, 2010). Na atual fase do capitalismo, em sua era fetichizada, há um reordenamento das políticas sociais em que o assistente social é convocado a gerenciar e monitorar a pobreza (RODRIGUES apud HORST e MIOTO, 2017). Assim, Horst e Mioto (2017) enfatizam um forte retorno ao conservadorismo, destacando, sobretudo, pontos que não avançaram tanto no estatuto teórico amadurecido do Serviço Social, como por exemplo a temática do trabalho com famílias.

Desde o advento das políticas sociais no contexto brasileiro, há um forte predomínio do trabalho com famílias. Segundo Horst e Mioto (2017), a família é erigida como estratégia, a partir do século XX, para responder às contradições suplantadas pela luta de classes e na constituição dos ideais modernos. Assim, surgem as primeiras iniciativas, no contexto dos anos 30, do Estado brasileiro de fomentar políticas sociais destinadas a famílias, fortemente influenciada pelo autoritarismo nazi-facista, que tinha como paradigma o ideal de “família regular” e “saudável”, paradigma esse construído pelas formulações gestadas especialmente no campo médico, jurídico e urbanístico. Essas formulações forneceram o suporte técnico e teórico, abraçado pela Igreja Católica, para a implementação de políticas públicas nessa área e para a colocação no mercado de trabalho de um conjunto de novos profissionais, dentre eles, os assistentes sociais. (NEDER apud HORST; MIOTO, 2017, p.233)

Dessa forma, os assistentes sociais vão intervir de maneira ideológica na vida das famílias trabalhadoras, através das políticas sociais e com bases nesses princípios supracitados, sobretudo com mulheres e crianças. Nas décadas que se seguiram, os assistentes sociais passaram a atuar influenciados pelo pressuposto do trabalho com famílias erigido por Mary Richmod, e assim, com a base metodológica do Serviço Social de Caso, do Serviço Social de Grupo e do Serviço Social de Comunidade. Ademais,

Nos anos de 1950 e 1960 o CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais), através de sua revista, publicou inúmeros textos relacionados à família, muitos de autores norte-americanos traduzidos para o português. Neles se divulgava e se fortalecia uma intervenção profissional pautada na perspectiva estrutural funcionalista de família. (HORST; MIOTO, 2017, p.234)

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Como contextualiza Horst e Miotto (2017), as décadas de 1970/80 são marcadas pela influência sistêmica que vão ter no Serviço Social clínico a maior expressão no trabalho com famílias, através das terapias familiares. A segunda metade do século XX é, assim, permeada por bibliografias ancoradas na terapia sistêmica para direcionar o trabalho com famílias. Essa influência, segundo os autores, e essa lógica de definição dos problemas através das dinâmicas familiares se consolida de tal forma que atravessa décadas e se faz presente no trabalho com famílias ainda hoje.

As maneiras de se realizar trabalho com famílias, até então, foram alvo de questionamentos por parte dos profissionais em seu momento de efervescência com relação às novas bases de sustentação da intervenção do trabalho de assistentes sociais em sua aproximação com a teoria crítico dialética. (HORST; MIOTTO, 2017)

Nessa postulação o Estado é considerado como a instância responsável pela garantia de direitos e pela oferta de atenção pública. No escopo dessa formulação, uma nova janela se abriu para o debate da família enquanto um dos sujeitos privilegiados de intervenção direta ou indireta dos assistentes sociais, considerando-se, por um lado, ser ela o lugar de materialização das expressões da questão social e, por outro, ser ela historicamente uma instância de provisão de bem-estar. (HORST; MIOTTO, 2017, p.236)

Contudo, Horst e Miotto (2017) ressaltam a praticamente ausência de produções e debates sobre família nas décadas de 1970, 1980 e 1990, com base na teoria social crítica, ressaltando como possível motivo por essa lacuna os esforços perpetrados pela categoria no estudo e consolidação dos fundamentos teórico-metodológicos da profissão. Dessa forma, através da análise de pesquisas recentes no que diz respeito ao trabalho com famílias, vão ressaltar a necessidade de um esforço no rompimento com o conservadorismo no trabalho com famílias, pois segue se fazendo presente a tendência de valorização de um instrumental funcional que remonta velhas práticas, embora borradas por novos discursos. Um exemplo desse novo discurso é a tônica do protagonismo das famílias que segue sendo “um processo

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

interventivo na lógica do disciplinamento, da responsabilização e da culpabilização das famílias.” (HORST; MIOTO, 2017)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que de maneira breve e introdutória, busca-se com esse artigo demonstrar e refletir sobre ações de responsabilização de família frequentes no contexto dos atendimentos na política de saúde. Busca-se ainda tentar compreender os possíveis motivos para esse processo. Desse modo, ganha destaque a discussão da centralidade da família nas políticas sociais, onde o ônus pelo cuidado dos membros vulneráveis fica a cargo da família e, sobretudo, das mulheres. Também uma breve reflexão sobre como o conservadorismo pode ser sustentáculo para esses processos de responsabilização.

Sem o objetivo de esgotar o tema, reitera-se que cabem maiores aprofundamentos sobre o debate. Faz-se importante essa reflexão entre assistentes sociais por se tratar de profissão comprometida com os direitos humanos e sociais, e por contar com requisições profissionais que se legitimam através da imagem da profissão e com as indiferenciadas demandas que chegam ao profissional. Valoriza-se a capacidade de dialogar e refletir com as equipes de saúde e também com os usuários da política de saúde sobre as implicações desse processo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUZZA, Cinzia. BHATTACHARYA, Tithi. FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99% um manifesto**. Tradução Heci Regina Candiani. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família** Brasília : Ministério da Saúde, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. v2. São Paulo: Cortez, 2016.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

BERBERIAN, Thais Peinado. **Serviço Social e avaliações de “negligência” contra criança e adolescente:** debates no campo da ética profissional. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em

<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17654/1/Thais%20Peinado%20Berberian.pdf>. Acesso em 13out2020. BRASIL. **Núcleo Ampliado de Saúde da Família.** Brasília: Ministério da Saúde. Disponível em: <http://aps.saude.gov.br/ape/nasf>. Acesso em 02nov.2021.

CAMPOS, Marta Silva. O casamento da política social com a família: feliz ou infeliz? In:

MIOTO, Regina Célia Tamasso. CAMPOS, Marta Silva. CARLOTO, Cássia Maria. (Orgs.) **Familismo, direto e cidadania:** contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social.** São Paulo: Editora Outras Expressões. 1ed. 2012.

GELINSKI, Carmen Rosario Ortiz Gutierrez. MOSER, Liliane. Mudanças nas famílias brasileiras e a proteção desenhada nas políticas sociais. In: MIOTO, Regina Célia Tamasso.

CAMPOS, Marta Silva. CARLOTO, Cássia Maria. (Orgs.) **Familismo, direto e cidadania:** contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015.

HORST, C. H. M. MIOTO, R. C. T. Serviço Social e o trabalho com famílias: renovação ou conservadorismo? In: **EM PAUTA** - Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade

do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro \_ 2o Semestre de 2017 - n. 40, v. 15, p. 228 - 246

IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação teórico-metodológica.** 17 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MATOS, Maurílio Castro de. **Serviço Social, ética e Saúde:** reflexões para o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2014.

MIOTO, R. C. T. **Família, trabalho com famílias e Serviço Social.** Revista Serviço Social.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Londrina, vol. 12, n. 2, p. 163-176, jan./jun. 2010. Disponível em: . Acesso em: 11/04/2022.

NOGUEIRA, Ana Claudia Correia. MONTEIRO, Marcia Valeria de Carvalho. Família e Atenção em Saúde: proteção, participação ou responsabilização? In: SILVA, Letícia Batista. RAMOS, Adriana. (Org.) **Serviço Social, saúde e questões contemporâneas: reflexões críticas sobre a prática profissional**. Campinas: Papel Social, 2013. p.139-163

SETÚBAL, Mariana. Entre o Direito e a Saúde: contribuições ao debate da judicialização da saúde para crianças e adolescentes cronicamente adoecidas. In: SILVA, Letícia Batista. RAMOS, Adriana. (Org.) **Serviço Social, saúde e questões contemporâneas: reflexões críticas sobre a prática profissional**. Campinas: Papel Social, 2013. p.99-117.

SOUZA, J. M. A. OLIVEIRA, M. B. Conservadorismo: ideologia e estratégia política das classes dominantes. In: **XVI ENPESS – em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e Serviço Social**. 2018. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22616/15110>. Acesso em 10/03/2022.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas no Serviço Social. In **Serviço Social e seus Fundamentos: Conhecimento e Crítica**. Guerra, Lewgoy, Moljo, Silva e Serpa (Org), Campinas, Papel Social, 2018.

ZOLA, Marlene Bueno. Políticas Sociais, família e proteção social: um estudo acerca das políticas familiares em diferentes cidades/países. In: MIOTO, Regina Célia Tamaso. CAMPOS, Marta Silva. CARLOTO, Cássia Maria. (Orgs.) **Familismo, direto e cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral  
Eixo Temático – Lutas de Classes e Movimentos Sociais

## CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE SOBRE A ASCENÇÃO DO BOLSONARISMO E ALTERNATIVAS PARA A CLASSE TRABALHADORA\*

CONTRIBUTIONS TO THE DEBATE ON THE RISE OF BOLSONARISM AND  
ALTERNATIVES FOR THE WORKING CLASS\*

Ricardo Silvestre da Silva<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente texto tem o objetivo de realizar breves considerações sobre o processo de emergência do bolsonarismo, tendo o quadro da redemocratização na década de 1980, como contexto histórico mais geral, que fez emergir governos liberais, sociais democratas e a experiência do ciclo petista enquanto expressões do desenvolvimento político, mantendo durante todo este período a presença de um pensamento conservador e ao mesmo tempo aglutinando forças progressistas articuladas aos movimentos sociais populares e dos trabalhadores. Nesta direção, procura lançar luzes sobre o significado do “golpe” em 2016, fazendo emergir um projeto política eleitoral orientado por um ultra conservadorismo, enquanto um processo que em alguma medida se articula com uma estratégia política conciliatória de uma esquerda institucional e estratégias para a classe trabalhadora.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimentos Sociais; Luta de Classe; Estado.

**ABSTRACT:** This text aims to make brief considerations about the process of emergence of Bolsonarism, having the framework of redemocratization in the 1980s as a more general historical context, which gave rise to liberal and social democratic governments and the experience of the PT cycle as expressions of political development, maintaining throughout this period the presence of conservative thinking and at the same time bringing together progressive forces articulated with popular and workers' social movements. In this direction, it seeks to shed light on the meaning of the “coup” in 2016, giving rise to an electoral political project guided by an ultra-conservatism, as a process that to some extent articulates with a conciliatory political strategy of an institutional left and strategies for the working class.

**KEYWORDS:** Social movements; Class struggle; State.

---

<sup>1</sup> Assistente Social. Doutorado em Serviço Social pela UFRJ. Docente do curso de Serviço Social da UFVJM. E-mail: ricardosmg@ufvjm.edu.br

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## INTRODUÇÃO

Considerando o ciclo político que se abre no Brasil, com a eleição de um governo federal em 2018<sup>2</sup>, articulado a um conjunto histórico de forças ultra conservadoras com claros contornos “fascistas<sup>3</sup>”, que flerta sistematicamente com o autoritarismo estatal-militar; atua contra a “democracia” (Cf. Coutinho, 1979) e todo o conjunto dos avanços sociais, políticos, trabalhistas e culturais conquistados anteriormente, promovendo um variado e contínuo escárnio público contra o espectro civilizatório fundado na ética e na humanidade. Por isto, impõe-se ao conjunto das forças políticas ligadas à classe trabalhadora grandes desafios, que deverão ser enfrentados doravante, particularmente por seus fragmentos socialistas.

A eleição de Bolsonaro no referido pleito, expressa um movimento que ultrapassa a figura horrenda deste personagem, que o desenvolvimento histórico concreto se encarregará de colocá-lo como representante institucionalizado de uma miserável tradição sociológica nacional, que ganha visibilidade e força social-política nos tempos atuais de forma melancólica, saindo dos porões da indignidade humana para ganhar institucionalidade e assumir o status de pseudoverdade. Assim, é muito provável que aquilo que passamos a denominar como “bolsonarismo”, existirá após o fim do seu governo e do definhamento e perecimento político do seu criador, existindo apenas onde é adequado a sua permanência: a latrina da história.

Portanto, o enfrentamento deste abominável legado, torna-se a maior tarefa histórica das forças populares que historicamente lutam contra todas as formas de opressão e continuará sendo a tarefa das próximas gerações no Brasil. Faz-se então necessário, refletir continuamente de forma crítica sobre os fundamentos deste fenômeno, procurando encontrar

---

<sup>2</sup>Após um ciclo de 14 anos de governos comandados pelo PT (2002 – 2016), interrompidos em 2016 por um processo de impeachment de Dilma Rousseff, com um mandato tampão de Michel Temer, foi eleito em 2018 Jair Messias Bolsonaro como Presidente da República. Questões gerais que ajudam a compreender este processo podem ser encontradas em Cislighi e Demier (2019) e Pinheiro, Costa e Iasi (2021).

<sup>3</sup>Um debate sobre o fascismo pode ser encontrado em Pachukanis (2020).

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

suas raízes no próprio movimento conciliatório das forças políticas nacionais dominantes, que em determinado momento abriu a possibilidade para a vitória eleitoral de uma “esquerda institucionalizada”, mas que em nossa avaliação não cumpriu seu papel fundamental que seria o de contribuir com o aprofundamento da consciência coletiva da classe trabalhadora, contra as forças que a dominam econômica, política e culturalmente, mas ao contrário atuou na sua despolitização, conciliação de classes e alinhamento ideológico de uma parte dos trabalhadores em favor das forças políticas dominantes, resultando no acirramento da barbárie social.

As questões levantadas aqui de forma introdutória, extrapolam os limites desta reflexão, pois demandam aprofundamentos que não são possíveis de se realizar neste texto, considerando a sua natureza ensaísta. Contudo, é fundamental para o conjunto das forças sociais ligadas à classe trabalhadora, particularmente aquelas articuladas ao socialismo, que compreendam o conteúdo dos processos que vem se desenvolvendo no Brasil, de modo que seja possível construir práticas políticas capazes não apenas de mostrarem-se institucionalmente possíveis em favor dos trabalhadores, mas também no sentido de promoverem uma necessária politização desta, principalmente sua juventude, contribuindo para que não caia em armadilhas assentadas em retóricas fascistas.

É nesta direção, portanto, que o presente texto se apresenta, considerando o socialismo como uma possibilidade histórica concreta e real, mas que tem como requisito fundamental o protagonismo da classe trabalhadora, que precisa estar preparada intelectual e politicamente para esta tarefa histórica.

## DESENVOLVIMENTO

Devemos destacar que as forças políticas conservadoras que articularam os acontecimentos em 2016, resultando no impeachment da Presidenta Dilma Rousseff<sup>4</sup>, aglutinando-se posteriormente em torno do bolsonarismo e produzindo sua vitória eleitoral

---

<sup>4</sup>O impeachment se concretizou no Senado Federal em 31/08/2016, assumindo Michel Temer. O [marxismo21](https://marxismo21.org/do-golpe-de-2016-ao-governo-bolsonaro/) fez um relevante dossiê sobre este processo, apresentando análises pertinentes e necessárias para o entendimento deste processo. Ver em <https://marxismo21.org/do-golpe-de-2016-ao-governo-bolsonaro/>.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

em 2018, não se formaram naquele momento, mas se conectam a uma longa tradição sociológica-política sempre existentes no Brasil que se radicalizam neste contexto, quer seja através de um culto sistemático ao autoritarismo, se afastando de princípios consagrados mesmo no campo do liberalismo clássico, como a defesa da democracia [ainda que formal] enquanto condição para a construção de um padrão civilizatório aceitável, ou a anuência de que se pode “tranquilamente” ultrapassar determinadas linhas divisórias de civilidade, como a naturalização da tortura, ditaduras, escárnio aos direitos humanos e à ciência, inversão e obscurantização da realidade<sup>5</sup>, como estratégia de manipulação da mesma e um sistemático e permanente discurso anticomunista odioso e fora do lugar.

O que temos então, a partir deste momento é que as frações das forças políticas conservadoras, que historicamente sempre se colocaram contra os interesses das camadas dominadas e em favor das elites dominantes, orientadas por interesses estrangeiros, que na fase monopolista do capitalismo (Cf Lênin, 2012) são comandadas por grandes grupos internacionais, encontram neste projeto político a oportunidade de concretizarem sem constrangimentos, ações políticas pautadas pelo autoritarismo, preconceitos e uma visão deturpada da realidade.

Isto aprofunda, intensifica e atua na naturalização de violências diversas como ataques contra populações tradicionais e o meio ambiente, racismo, misoginia, violência de gênero e o desmonte de políticas sociais públicas em geral, além de proliferarem condutas odiosas e moralistas diversas, como efeitos diretos deste quadro mais geral enquanto ações cotidianas e naturalizadas, quer seja de forma institucionalizada ou praticadas individualmente por asseclas do bolsonarismo. Este quadro em um país como o Brasil, que possui uma larga tradição de todo tipo de desrespeito a direitos [humanos] fundamentais e uma dificuldade de enfrentamento a estes processos, assume contornos dramáticos para a classe trabalhadora,

---

<sup>5</sup> Isto pode ser constatado através de ações sistemáticas que produzem constantemente notícias falsas dos mais variados conteúdos, com finalidade de embaçar a compreensão da realidade de uma parte considerável de pessoas, que passam a visualizá-la a partir deste filtro. O exemplo emblemático deste processo, pode ser fartamente confirmado a partir da forma que diversas autoridades, principalmente o governo federal, tratou a pandemia de COVID-19 a partir de março de 2020. Reflexões pertinentes sobre o capitalismo e a pandemia em Harvey (2020) e sua relação com as políticas sociais ver Moreira e Gouveia et. al. (2020).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

particularmente segmentos historicamente violentados como as mulheres, pessoas negras, grupos LGBTQA+ e populações indígenas.

Apesar da agudização das contradições sociais em todos os sentidos, com claros sinais que estamos vivendo um processo agudo de intensificação da barbárie social (Cf. Meszáros, 2007), devemos destacar que a principal força impulsionadora deste projeto político, garantindo sua manutenção e continuidade vem da sociabilidade burguesa, pautada pela lógica de privatização da riqueza social e seus processos econômicos.

Ou seja, ainda que o bolsonarismo encontre relativo apoio social, inclusive no interior de camadas populares, o que realmente o sustenta é a possibilidade de aprofundamento da sociabilidade econômica capitalista, bem como suas taxas de acumulação legitimado por uma elite política e econômica. Portanto, em relação aos fundamentos econômicos, estamos falando de um projeto que radicaliza os pressupostos neoliberais, articulado a um ultraconservadorismo político e moral que viabiliza estratégias extraeconômicas, garantindo assim, o aprofundamento de sua reprodução ampliada e expandindo ao mesmo tempo a produção de todo o tipo de iniquidades sociais.

Procurando lançar luzes sobre o quadro histórico geral, que nos ajude a compreender o processo mais largo de emergência do bolsonarismo, enquanto projeto político que encontrou viabilidade eleitoral, consideramos ser importante destacar, ainda que de forma panorâmica, o movimento social que ocorreu no Brasil a partir do término institucional do período ditatorial nos anos 1980 e o desenvolvimento político das três décadas seguintes. A eleição de um presidente [civil] de forma indireta em 1985<sup>6</sup> marca o encerramento formal do ciclo ditatorial anterior, abrindo um novo período “democrático” da vida política nacional, tendo a promulgação da Constituição Federal em 1988 e as eleições presidenciais diretas no ano seguinte<sup>7</sup>, marcos históricos mais importantes deste período.

<sup>6</sup>Em 1985 Tancredo Neves foi eleito Presidente da República de forma indireta por um “colégio eleitoral”, derrotando Paulo Maluf e colocando fim aos governos militares do período anterior. Contudo, o mesmo faleceu antes de tomar posse, assumindo o cargo José Sarney.

<sup>7</sup>Em 05 de outubro de 1988 foi promulgada uma nova Constituição Federal, conhecida como “Constituição Cidadã” e em 1989 ocorreram eleições presidenciais diretas, depois de mais de duas décadas de governos

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Sobre o processo conhecido como “redemocratização<sup>8</sup>”, destacamos duas questões que consideramos fundamentais para o debate em tela. A **primeira** é que durante todo o regime ditatorial civil-militar inaugurado 1964<sup>9</sup>, sempre existiram forças políticas articuladas aos diversos movimentos sociais populares urbanos, sindicais, camponeses, artístico, religiosos, estudantis, etc. que sistematicamente se posicionaram de distintas formas contra a ditadura. A **segunda** é que as forças políticas legatárias da base de sustentação da ditadura, não deixaram de existir após o seu término, mas se acomodaram na “nova república” em expressões partidárias cada vez mais ecléticas, que assumiram a alcunha “centro-direita”, ou se recolheram a uma existência restrita – praticamente casular, protegendo a pupa desta tradição ultraconservadora<sup>10</sup> – no interior de instituições militares e grupo não estatais.

Portanto, devemos destacar que tal consciência, ainda que existente em espaços restritos, serviu de fermento para que nos tempos atuais tem produzido, impulsionado e institucionalizado uma visão de mundo reacionária, de cunho fascistas e articuladas a um pensamento e práticas políticas que remontam a mais miserável tradição sociológica brasileira.

Como consequência direta deste processo histórico, que retomou a “democracia” formal no Brasil, o projeto político eleitoral que vigorou nas duas próximas décadas pós redemocratização, foi aquele que na perspectiva político-econômica esteve balizado pelo neoliberalismo, sustentado por um pensamento pós-moderno e irracionalismo abstrato (Cf. Harvey, 2012), que nega a luta de classes como uma presença indubitável das relações sociais e tratando as contradições como mera questão epistemológica ou culturalista. Como resultado

---

militares, sagrando-se vitorioso neste pleito Fernando Collor de Mello, que derrotou Luís Inácio Lula da Silva. Collor renunciaria dois anos depois sob acusações de corrupção, assumindo seu vice Itamar Franco.

<sup>8</sup>Por conta da pressão do conjunto das forças sociais populares no final dos anos 1970, parece ficar claro às forças conservadoras dominantes civil-militares, que seria inevitável o retorno da democracia formal, inicia-se, como anunciado pelo penúltimo ditador militar, um processo *lento, gradual e seguro*” de transição de poder para os civis e retorno da “democracia”. Ver Resende, 2014.

<sup>9</sup>A ditadura militar no Brasil iniciou-se em 1964 e durou até 1984, sendo um período de grande repressão contra todas as forças políticas populares e de esquerda, representando também profundo retrocesso na vida social brasileira. Ver volume 17 da revista história e luta de classes. [<http://dev.historiaelutadeclasses.com.br/#>]

<sup>10</sup>Podemos chamar este processo também de o ovo da serpente. Hanna Arendt nos dá excelentes pistas sobre este processo, quando analisa as origens do totalitarismo e sua relação com o fascismo. Ver Arendt (2012).

deste processo tivemos ampla privatização do patrimônio público estatal, dificuldades no aprofundamento das conquistas anunciadas na Constituição de 1988 e avanço do liberalismo econômico, combinado a uma pseudodemocracia que promoveu o aumento da desigualdade social, empobrecimento da classe trabalhadora, mas produziu elevados níveis de acumulação.

Neste mesmo quadro histórico, devemos ressaltar que o conjunto das forças políticas populares e seus herdeiros, incluídas neste bojo as forças socialistas, historicamente estiveram nas trincheiras contra a ditadura e todas as suas formas de opressão, procurando ocupar os espaços políticos possíveis, aglutinaram-se em um bloco político, capitaneado por grandes instituições sociais<sup>11</sup>. O Partido dos Trabalhadores que surge com a forte movimentação social nos anos 1970, capitaneia em torno de si a partir deste momento o conjunto das forças políticas de “esquerda”, adquirindo relevância social e política e transformando-se mais tarde naquilo que classificamos como uma “esquerda institucional ou institucionalizada”, alcançando diversas e importantes vitórias eleitorais municipais e estaduais ao longo deste período, até que na abertura dos anos 2000<sup>12</sup> alcança vitória no plano nacional.

Consideramos então, que todo este complexo movimento histórico integra o mesmo quadro conjuntural de relações sociais, não podendo ser compreendido de forma isolada ou compartimentalizada, pois não permitiria a apreensão de como se operou a transição de um projeto eleitoral pautado nos pressupostos neoliberais clássicos, para outro ultraconservador com claros contornos fascistas, tendo a existência de uma proposta “democrática popular ou pós-neoliberal<sup>13</sup>” entre os dois momentos do mesmo bloco político conservador<sup>14</sup>.

---

<sup>11</sup>Fazemos referência aqui, ao amplo processo de movimentação social, adensado a partir de meados da década de 1970, que fez surgir as CEBS na igreja católica, o PT e a CUT como grandes instituições articuladas aos movimentos populares. Alves (2005) faz uma pertinente análise que nos ajuda a aprender este movimento.

<sup>12</sup>Em 2002 Lula da Silva assume a Presidência da República, inaugurando o ciclo petista que duraria 14 anos e coloca fim ao período comandado por uma tosca social democracia, conduzido por FHC entre 1994 a 2001.

<sup>13</sup>Consideramos que a reivindicação de um governo “*democrático-popular*”, expresso no “*modo petista de governar*” (Bittar, 1992), constituiu-se um equívoco estratégico para a formação de consciência de classe dos trabalhadores, atuando para arrefecê-la. Contudo, defender os governos petistas como pós-neoliberais (Sader, 2013), super dimensionou este processo, aceitando a ideia de ser possível enfrentar as contradições capitalistas, estabelecendo alianças conciliatórias com setores da burguesia nacional e a velha oligarquia política.

<sup>14</sup>É fundamental demarcar que mesmo possuindo diferenças retóricas, os projetos políticos-eleitorais que vigoraram até o início dos anos 2000 e aquele conduzido por Bolsonaro, estão dentro do mesmo campo ideológico e orientação econômica. Ilustra esta identificação, quando constatamos para onde foi o apoio dos

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

A nossa hipótese para este entendimento é que esta esquerda institucionalizada caiu na armadilha do caminho de conciliação de classes<sup>15</sup>, o que em nosso julgamento verdadeiramente representou e continua representando um profundo retrocesso ao conjunto das forças de esquerda e politização da classe trabalhadora em geral, o que vem produzindo consequências históricas nefastas, que provavelmente durarão por um período superior a atual geração.

Devemos reconhecer, contudo que houve uma relativa acomodação de interesses das classes populares, entre as duas versões dos projetos conservadores *stricto sensu* anteriormente mencionados, ainda que mediados pela lógica mercantil-financeirista imposta pelo grande capital monopolista e aceita pelos governos, produzindo por um curto período uma sensação de tranquilidade e “paz social”. Portanto, reconhecemos que mesmo sendo mediados por interesses do mercado, os governos do ciclo petista possuem significativas distinções quanto ao seu conteúdo social, particularmente no que se refere a políticas sociais, ainda que possamos realizar problematizações sobre a condução e o significado estratégico das mesmas.

Portanto, quando nos referimos à armadilha conciliatória e despolitizante atuando como um retrocesso, referimo-nos a ausência de estratégias efetivas enquanto política institucionalizada e organizada, que contribuíssem com o fortalecimento coletivo da consciência de classe dos trabalhadores, capaz de atuar contra tentativas dentro da institucionalidade política estatal, de promoção de rupturas com o padrão civilizatório pautado nas conquistas sociais.

Consideramos então, que o enfrentamento de movimentos reacionários se inicia pela capacidade de reconhecê-los, a partir de uma reflexão histórica-crítica sobre a realidade, que reverbera em uma *práxis* calcada na indissociabilidade entre a ética e a prática política

---

partidos políticos no segundo turno do pleito em 2018, mesmo sendo amplamente difundidas as concepções bolsonaristas. A tentativa de descolamento parcial que assistimos atualmente entre tais projetos, deve-se muito mais a questões que impactam pretensões eleitorais de seus representantes do que discordância dos seus fundamentos.

<sup>15</sup> Aqui vale a pena fazer uma referência, guardada as devidas particularidades históricas, do debate travado por Rosa Luxemburgo com a Social Democracia Alemã no início de século XX. Ver Luxemburgo (2015).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

concreta, sendo que este processo deve ocorrer tanto nos espaços institucionalizados, como no cotidiano das relações sociais, onde a classe trabalhadora existe e se move em sua cotidianidade.

Assim, enquanto parte de um mesmo movimento, não houve no período posterior à “reconquista da democracia”, um processo significativo que fosse efetivamente robusto no sentido de atuar na politização e desenvolvimento de pensamento crítico sistemático, garantindo ao conjunto da classe trabalhadora capacidade de compreensão dos processos sociais<sup>16</sup>, quer seja através do fortalecimento de todos os níveis da educação formal, e/ou a partir de estratégias organizadas voltadas para a educação popular.

Ao contrário, o que pudemos observar foi uma estagnação ou rebaixamento destes processos, e em grande medida com o avanço e popularização das tecnologias digitais sem as devidas mediações com a realidade e suas contradições, um empobrecimento generalizado da capacidade de compreensão [crítica] da realidade, que cada vez mais se ancora em uma mediocridade moral-intelectual, não ultrapassa o senso comum e embaça a realidade.

Ao mesmo tempo, assistimos um amplo processo de deslocamento de demandas dos trabalhadores para o campo abstrato do mercado, orientado pelo pensamento pós-moderno e sua mediocridade intelectual, mediado por uma dimensão política que reivindicou para si a representatividade dos trabalhadores, encapsulado em um projeto político autointitulando-se de esquerda, mas que vulgarizou e deu uma conotação simplista<sup>17</sup> à identidade do pensamento e prática política que deve ser tratada como de esquerda, representando profundo atraso no processo de acumulação de forças contra o capital.

Vale destacar neste debate, algumas questões sobre o que classificamos como “esquerda institucional”, pois nas democracias representativas modernas a representação política oficial

<sup>16</sup> Deve-se destacar que este movimento não pode ser confundido com doutrinação ou dogmatização política, mas a construção de uma formação política pautada em princípios éticos e na totalidade da realidade social.

<sup>17</sup> Para ilustrar este quadro, citamos a criação do REUNI – Programa de Apoio e Reestrutura às Universidades Federais – instituído por decreto em 2006, e do EBSEH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – em 2011, que foram ataques à qualidade dos serviços prestados e sua lógica pública, sob pretextos “republicanos”. Sobre o REUNI, ver Tonegutti e Martinez (2008) e sobre EBSEH, ver Andreatti (2013).

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

ocorre por meio de partidos, orientados por planos e programáticas que na prática concreta articulam-se a princípios e uma eticidade, produzindo determinada visão de mundo.

Nesta estrutura, as perspectivas políticas são comumente classificadas e inseridas em um espectro de forças, que buscam enquadrá-las como esquerda ou direita<sup>18</sup>, mas também admitindo-se posições de centro, à medida que tendem a assumir posturas conciliatórias, produzindo, portanto, um campo de interseção entre as distintas classificações diametrais. Mesmo considerando ser relevante a identificação e reconhecimento das especificidades de forças políticas existentes no quadro social, não podemos realizar esta análise desarticulada das mediações que compõem a realidade social concreta, pois neste caso produzir-se-ia aberrações como, por exemplo, tentar igualar o fascismo ao comunismo<sup>19</sup>.

Consideramos ser uma importante referência nesta classificação, o posicionamento de tais perspectivas políticas sobre o entendimento do conteúdo histórico de reformas e revolução, enquanto possibilidades presentes no desenvolvimento das relações sociais, pois conceber reformas como um fim em si mesmas e a impossibilidade da construção de processos políticos, que sejam capazes de superar a ordem econômica-moral capitalista, apenas contribuem com a cristalização de posicionamentos e práticas políticas no campo da direita.

Nesta mesma arena das forças conservadoras, temos também a possibilidade de redução ao máximo possível e aceitável pela sociedade civil, dos sistemas atenuadores de desigualdades, que atuam quer seja na [des]regulamentação social ou no acesso a direitos sociais, deslocando para o mercado a reprodução dos trabalhadores, cada vez com menos mediação da intervenção estatal<sup>20</sup>, combinando autoritarismo estatal institucionalizado e

<sup>18</sup> Sobre este debate, vale a pena consultar Bobbio, 1995.

<sup>19</sup> Para ilustrar esta aberração, recentemente um Deputado Federal disse que foi um erro criminalizar o nazismo na Alemanha, apoiando a ideia de criação de um partido nazista no Brasil, em nome da liberdade de expressão, devendo ser função da opinião pública rechaçá-lo, pois segundo este abjeto parlamentar, a “esquerda radical” possui mais espaço do que a “direita radical”, aceitando, portanto, que a mesma também “tenha o direito” de ser representada por tal partido. <https://jornalistaslivres.org/incitado-por-kataguiri-monark-propoe-criacao-de-partido-nazista-no-brasil/> [acesso em 15/03/2022].

<sup>20</sup> A reforma trabalhista recentemente aprovada através da Lei nº 13.467/2017 é um exemplo deste processo. Ver [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm) [acesso 15/03/2022].

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

desinformação, como estratégia para a formação de uma horda de bárbaros prontos para vociferarem contra a humanidade.

No campo oposto, as reformas devem ser utilizadas com o objetivo estratégico de contribuir com o avanço tanto da universalização dos serviços e direitos sociais, através da disputa do fundo público (Cf. Salvador, 2010) em favor de interesses dos trabalhadores, mesmo quando for preciso realizar alianças estratégicas, que não castrem a capacidade de garantir centralmente a politização do conjunto da classe trabalhadora para que esta possa compreender, avaliar e inserir-se e nos processos políticos de forma qualificada, promovendo seu tensionamento constante e acumulando forças em direção da superação da ordem burguesa.

Portanto, consideramos que a esquerda institucionalizada que se formou no Brasil neste período, não conseguiu ultrapassar a dimensão utilitarista das reformas como uma mera estratégia de barganha eleitoral e manutenção do poder, que é igualmente utilizada pela direita, assumindo assim, uma perigosa estratégia conciliatória com segmentos políticos ligados à velha tradição política conservadora, equivocadamente entendida como centro, mas que se vincula a uma ética que não aceita a revolução como um horizonte histórico possível, reproduzindo uma postura preconceituosa e odiosa contra os trabalhadores e seus movimentos.

Tais considerações tornam-se importantes, pois quando realizamos análises de conjunturas envolvendo períodos largos, não podemos perder de vista a estreita conexão entre os referidos processos, pois as análises vulgares tenderão a desconectar e autonomizar os processos históricos. Nosso desafio então, é ultrapassar a mera cronologia histórica e compreender os nexos e mediações que articulam e conectam os processos, porque será apenas a partir deste movimento é que conseguiremos enfrentar o obscurantismo e conservadorismo presentes em nosso tempo.

Na disputa política institucionalizada então, as forças que se posicionam nas trincheiras em favor da classe trabalhadora, em nossa avaliação não podem perder de vista o horizonte socialista deste processo, afim de alcançarmos uma sociedade *para além do capital* (Cf.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Meszáros, 2007). O resultado deste equívoco nas relações políticas concretas sob quaisquer argumentos, impede que o conjunto da classe trabalhadora cumpra sua missão histórica que é de protagonizar o processo de esgarçamento e superação das relações capitalistas. Ao contrário, embarca em uma aventura meramente partidária-eleitoral, que transforma a potencialidade revolucionária dos trabalhadores em defesa de esquemas e programáticas partidárias, alianças políticas esdrúxulas e sobretudo contribuem com a banalização do socialismo enquanto possibilidade histórica.

Nesta direção, concordamos com Fernandes (2005 e 2018)<sup>21</sup>, que o processo de institucionalização de uma perspectiva política articulada aos trabalhadores, deve servir para promoção de uma revolução *contra a ordem* e não meramente *dentro da ordem*, que significa a acomodação de interesses, sem, contudo, promover alterações significativas na base econômica vigente ou no padrão cultural que a sustenta.

Por isto tudo, concordamos que o ocorreu em 2016 foi um golpe, conduzido por uma elite política em favor de interesses econômicos particulares, com amplo e irrestrito apoio da grande mídia institucional e do judiciário como braços ideológicos deste processo, mas não explica todo o processo, pois apesar de não poderem ser confundidos em sua origem, desenvolvimento e consolidação, consideramos ser o bolsonarismo o “filho bastardo” do petismo, ou seja, uma consequência direta deste movimento de massas articulado aos trabalhadores, mas que optou por uma via conciliatória abandonando a formação de uma consciência crítica coletiva dos trabalhadores enquanto objetivo estratégico (Cf. Iasi, 2006).

Nesta direção, acreditamos que se torna cada vez mais urgente compreendermos com precisão este processo, para que consigamos no próximo ciclo político, derrotar o bolsonarismo e atuar na [re]construção de forças políticas vinculadas aos interesses de classe dos trabalhadores, sem perder de vista a necessidade de aglutinar forças e formar uma vanguarda socialista, capaz de impedir que novas armadilhas representem retrocessos históricos neste processo, produzindo consequências trágicas que inclusive impliquem-no aniquilamento de parte da classe trabalhadora.

<sup>21</sup> Sobre esta questão, também devemos lembrar de Marx, quando afirma que a “*luta de classe é o motor da história*”. (Cf. Marx e Engels, 1998).

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual quadro político brasileiro impõe grandes desafios históricos ao conjunto da classe trabalhadora do nosso tempo e das próximas gerações, pois temos assistimos o avanço de um projeto ultraconservador, capitaneado pelo bolsonarismo, enquanto expressão de uma tradição político-sociológica profundamente miserável, articulada a práticas que ao mesmo tempo garantem o aprofundamento dos pressupostos neoliberais e das taxas de lucros do capital e representam uma ameaça real à existência de parte da classe trabalhadora, ainda não vislumbrada no pós-redemocratização,.

Este desafio apenas poderá ser enfrentado pelo conjunto da classe trabalhadora, a partir da compreensão histórica crítica deste processo em suas particularidades, e articulado com o conjunto de contradições e equívocos cometidos por parte da esquerda no processo de institucionalização e ocupação dos espaços de poder. Será, portanto, este processo de revisão política e acerto de contas, que poderá contribuir com o acúmulo de forças capazes produzir uma vanguarda socialista produza as condições para superação da ordem vigente, tendo a institucionalidade estatal como campo de intervenção e ponto de partida.

Inegavelmente devemos considerar que a eleição de Lula da Silva em 2002, representou uma ruptura com a história recente brasileira e sua condução política, principalmente no pós-redemocratização, abrindo possibilidades para as forças populares que pela primeira vez pôde ver alguém oriundo das classes populares assumindo o cargo mais importante da república. Contudo, avaliamos que esta oportunidade não foi aproveitada no sentido de fortalecer a consciência de classe coletiva dos trabalhadores, na direção de acumular forças para realizar um contínuo tensionamento das relações capitalistas.

Neste sentido, o ciclo que se abrirá com a possibilidade do fim do governo Bolsonaro, mas não o fim do bolsonarismo, coloca históricos desafios para a classe trabalhadora e sua vanguarda, no sentido de construir estratégias política viáveis que atuem ao mesmo tempo em

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

direção da politização do conjunto dos trabalhadores, promova o enfrentamento das lógica econômica burguesa liberal, mas também atuem no combate e destruição das consequências promovidas pelo avanço do fascismo que constatamos no tempo presente.

## REFERENCIÂS

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984). Bauru, SP: EDUSC, 2005.

ANDREAZZI, Maria de Fatima Siliansky de. Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares: Inconsistências à Luz da Reforma do Estado. Revista brasileira de educação médica vol.37 no.2 Rio de Janeiro 2013. Pág. 275-284. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbem/v37n2/16.pdf> [Acesso em 19/03/2022].

ARENDDT, Hanna. As origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BITTAR, Jorge (Org). O modo petista de governar. São Paulo: PT/Diretório São Paulo, 1992

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo, Editora da UNESP, 1995.

CISLAGHI, Juliana Fiuza; DEMIER, Felipe. O neofascismo no poder (ano I): Análises sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. In.: SILVEIRA, Ênio et al. Encontros com a civilização brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, pp. 33-47.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaios de interpretaçõesociológica. São Paulo: Editora Globo, 2005.

\_\_\_\_\_. O que é revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. 11ª Edição. São Paulo: Loyola, 2002.

\_\_\_\_\_. Anticapitalismo em tempos de pandemia [recurso eletrônico]: marxismo e ação coletiva. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2020.

IASI, Luis Mauro. As metamorfoses da consciência de classe: O PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

- LÊNIN, V. I. Imperialismo, fase superior do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou Revolução? São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Cortez, 1998.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MESZÁROS, István. O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MOREIRA, Eliane; GOUVEIA, Rachel (et. ali). Em tempos de pandemia: Propostas para defesa da vida e de direitos sociais. Rio de Janeiro: CFCH, Escola de Serviço Social, 2020.
- PINHEIRO, Milton; COSTA, Edmilson; IASI, Mauro. O fogo da conjuntura. 1 Edição. São Paulo: ICP, 2021.
- RESENDE, Pâmela de Almeida. Da Abertura Lenta, Gradual e Segura à Anistia Ampla, Geral e Irrestrita: A Lógica do Dissenso na Transição Para a Democracia. Revista Sul-Americana de Ciência Política, v. 2, n. 2, 36-46, 2014. <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/download/4710/4054> [acesso me 13/03/2022]
- SADER, Emir. A construção da hegemonia pós-neoliberal. 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula Dilma / Emir Sader (Org.). São Paulo: Boitempo, 2013
- SALVADOR, Evilasio. Fundo público e seguridade social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2010.
- TONEGUTTI, Cláudio Antônio e MARTINEZ, Milena. O REUNI e a precarização nas IFES. In: Universidade e Sociedade nº 41, Brasília: ANDES, 2008. pp 51 – 68.
- PACHUKANIS, Evguiéni Bronislávovitch. Facscismo. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral  
Eixo Temático – Lutas de Classes e Movimentos Sociais

## **A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL EM TEMPOS DA PANDEMIA DE COVID-19: IMPLICAÇÕES DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL**

THE PRECARICATION OF WORK IN BRAZIL IN THE TIME OF THE COVID-19 PANDEMIC: IMPLICATIONS OF THE STRUCTURAL CRISIS OF CAPITAL

Nayla Cristiana Beraldo Gonçalves<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho expõe um debate crítico acerca da precarização do mundo do trabalho no cenário da pandemia de Covid-19, enquanto inferência da crise estrutural do capital. O seu objetivo concentra-se na socialização de aspectos elementares da temática proposta, principalmente no que envolve os impactos para as condições e relações de trabalho. A metodologia utilizada compreende uma pesquisa teórico-bibliográfica de publicações que abordam analiticamente os assuntos problematizados. As análises feitas indicam que o cenário pandêmico no Brasil intensificou os efeitos contemporâneos da incontrolabilidade capitalista para a classe trabalhadora e reforçou a combinação de traços sócio-históricos do país na manutenção dos eixos estruturantes do capitalismo periférico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Covid-19; precarização; mundo do trabalho; crise estrutural do capital; classe trabalhadora.

**ABSTRACT:** The present work exposes a critical debate about the precariousness of the world of work in the scenario of the Covid-19 pandemic, as an inference of the structural crisis of capital. Its objective focuses on the socialization of elementary aspects of the proposed theme, mainly in what involves the impacts on working conditions and relationships. The methodology used comprises theoretical-bibliographic research of publications that analytically approach the problematized subjects. The analyzes made indicate that the pandemic scenario in Brazil intensified the contemporary effects of capitalist uncontrollability for the working class and reinforced the combination of socio-historical traits of the country in maintaining the structuring axes of peripheral capitalism.

**KEYWORDS:** Covid-19; precariousness; world of work; structural crisis of capital; working class.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Especialista em Políticas Públicas, Gestão e Serviços Sociais pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Assistente Social da Vigilância Socioassistencial do município de Patos de Minas-MG. E-mail: naylacristi@gmail.com.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## INTRODUÇÃO

A incorporação do vocábulo “crise” nos diálogos cotidianos atuais tem sido recorrente, mesmo que com conceituações, interpretações e posicionamentos distintos diante das relações sociais, do mundo do trabalho e das especificidades intergeracionais. A sua utilização também é corriqueira nos noticiários e reportagens jornalísticas como uma possível justificativa para os acontecimentos insólitos da vida em sociedade nos últimos tempos. Além disso, funciona como um mecanismo do discurso capitalista para legitimar a retirada de direitos, os cortes no orçamento público, a diminuição dos salários, a ocorrência de demissões em massa, entre outros.

Por conseguinte, a concepção produzida e reproduzida sobre o enfrentamento das crises econômica, ambiental, política e social representam “falsas saídas” para problemas que são inerentes ao modo de produção capitalista. O que tem ocorrido, na verdade, é a intensificação dos impactos destrutivos sobre a classe trabalhadora.

Em consonância com essas questões, o ensaio aqui proposto elucidava um debate teórico-reflexivo de aspectos que demarcam a precarização do mundo do trabalho na pandemia de Covid-19 no Brasil, enquanto reflexos da crise estrutural do capital. A sua finalidade inscreve-se na viabilização de contribuições críticas sobre o tema.

O percurso teórico-metodológico adotado engloba a apropriação de análises desenvolvidas por autores que se dedicam à temática despertando assim um exercício reflexivo. Publicações de Abílio (2020), Alves; Siqueira (2020), Antunes (2008; 2009; 2020), Antunes; Druck (2015), Marx (1998), Mészáros (2011), Netto; Braz (2011), Paniago (2014), Sampaio Jr. (2011) e Vasapollo (2005) compõem o referencial teórico utilizado.

Nesse panorama interpretativo é pertinente que as considerações problematizadas sejam conduzidas pelo seguinte questionamento: a pandemia de Covid-19 enquanto expressão da crise estrutural do capital intensificou a precarização do mundo do trabalho na sociedade brasileira? Vale ressaltar que as discussões propostas, por elencar criticamente os aspectos que perpassam os rebatimentos da dinâmica capitalista no cotidiano contemporâneo dos

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

sujeitos sociais, em especial das trabalhadoras e dos trabalhadores, possuem relevância social e acadêmica que contribuem ativamente para traçar estratégias de luta e resistência.

A organização deste trabalho encontra-se estruturada em duas seções: a primeira, *A crise estrutural do capital e a classe trabalhadora: elementos para o debate*, apresenta questões relacionadas aos aspectos constituintes da crise estrutural e os seus respectivos desdobramentos para as trabalhadoras e os trabalhadores. A segunda, *A pandemia de Covid-19 e a precarização do trabalho no Brasil: rebatimentos da crise estrutural do capital*, expõe algumas particularidades do mundo do trabalho brasileiro no cenário pandêmico.

### **A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E A CLASSE TRABALHADORA: ELEMENTOS PARA O DEBATE**

Historicamente, o capitalismo é perpassado por crises periódicas que revelam a sua instabilidade oscilante entre períodos de expansão e de retração, e vice-versa. Os postulados teóricos desenvolvidos por Marx (1988) permitem compreender que as crises revelam os paradoxos da dinâmica capitalista e representam estratégias do próprio sistema para retomar os índices de expansão do capital.

A manifestação de crises com intensidades diferenciadas são tendências inelimináveis do desenvolvimento capitalista, conforme destacam Netto e Braz (2011), e, apesar das consequências que ocasionam, garantem a sua continuidade em bases economicamente mais amplas e interligadas. Concentra-se aqui o caráter cíclico de tais crises que externalizam as contradições inerentes desse modo de produção.

Para Marx (1988), as crises são expressões máximas do sistema capitalista, visto que demonstram o descompasso entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção e distribuição. Em diálogo com esses pressupostos, Mészáros (2011) ressalta que o capital se alimenta das suas próprias forças antagônicas para garantir a sua continuidade operativa e dominante, sendo as crises alternativas que viabilizam possibilidades de acumulação em patamares mais complexos, funcionais e interligados.

O desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista comprova que as crises registradas anteriormente à década de 1970 eram recorrentes, apresentavam durações

limitadas e não emergiam em escala global, ou seja, não atingiam todos os países ao mesmo tempo, e com intensidade equivalente, por isso podem ser designadas como crises cíclicas.

A referida década revelou a falência do padrão de acumulação taylorista/fordista<sup>2</sup> e a crise do Estado de bem-estar social<sup>3</sup> em um contexto de recessão generalizada, decadência do mercado mundial, altas taxas de desemprego, queda vertiginosa dos lucros e reorganizações enérgicas da classe operária. Com isso, as crises cíclicas foram transvertidas em uma crise estrutural com disfunções acumulativas que atingiram a estrutura capitalista e todo o conjunto de complexos e subcomplexos sociais (MÉSZÁROS, 2011).

Conforme a perspectiva mézáríana, a crise estrutural possui quatro características centrais que a particularizam na dinâmica capitalista.

(1) Seu caráter universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc); (2) seu alcance é verdadeiramente global, [...] em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises do passado); (3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro [...] (MÉSZÁROS, 2011, p. 796 – *grifos do autor*).

Diante do cenário de crise estrutural foram implementadas medidas de enfrentamento de caráter restaurativo que se concretizaram no chamado capitalismo contemporâneo. No rol das estratégias efetivadas, três possuem centralidade: o neoliberalismo, a reestruturação produtiva e a financeirização.

<sup>2</sup> Trata-se de um padrão produtivo que combinou os fundamentos do sistema organizacional adotado pelo norte-americano Henry Ford nas linhas de montagens de automóveis de suas fábricas com as ideias de gerenciamento científico do trabalho de Frederick Taylor. Estruturou-se a partir de uma produção de mercadorias em grande escala visando a um consumo em massa. A homogeneidade, a verticalidade e a racionalização eram características marcantes dessa combinação (ANTUNES, 2009).

<sup>3</sup> Também é conhecido como *Welfare State* e Estado Keynesiano, pois suas proposições eram alicerçadas nas teorias de John Maynard Keynes. As medidas sociopolíticas interventivas balizavam os processos de produção e acumulação capitalista, mas também desenvolvia ações na área social. Os dispositivos sociais de coesão concentravam-se nos campos da seguridade (assistência, saúde e previdência), habitação e educação e nas políticas de bem-estar. O Estado de bem-estar social consolidou em diversos países capitalistas centrais uma espécie de “pacto” entre o capital e o trabalho (ANTUNES, 2009).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

O neoliberalismo, modelo político-econômico contrário às bases elementares do formato estatal keynesiano, equivale a um *locus* privilegiado de garantia dos interesses capitalistas. Dessa maneira, o Estado neoliberal viabiliza, para além dos processos de acumulação e expansão do capital, contenções sociais que afetam diretamente as trabalhadoras e os trabalhadores.

O Estado enquanto uma estrutura constituinte do sociometabolismo capitalista opera por meio de ações corretivas e “reformistas” que procuram garantir o funcionamento e a continuidade do sistema. Sampaio Jr. (2011) em concordância com essa assertiva salienta que o aparelho estatal dotado de legitimação ideológica se apresenta como um imperativo totalmente submisso à lógica do capital, com intervenções ínfimas junto à classe trabalhadora. Nessa ótica de entendimento, é importante elucidar que as implicações da crise estrutural se propagam por todas as esferas do Estado burguês e afetam profundamente o seu *modus operandi*.

Alinhada ao neoliberalismo, a reestruturação produtiva foi implementada como uma estratégia que proporcionou mudanças nas esferas da produção e do trabalho. A rigidez presente no fordismo/taylorismo foi substituída por um novo padrão designado como acumulação flexível.

A acumulação flexível [...] se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2002, p. 140).

Esse marco conceitual apresentado por Harvey (2002) denota que a reestruturação produtiva por meio da acumulação flexível oportuniza um modelo dotado de flexibilidade, de mão de obra e de investimentos reduzidos, de novos mecanismos organizacionais e de gestão das relações de trabalho, tendo uma representatividade magistral para o mercado mundial diante da concorrência capitalista no cenário de crise. Os avanços técnico-científicos são constantes e a lógica de que o trabalhador é multifuncional, polivalente e participativo é intensamente propagada.

Os estudos realizados por Antunes (2009) alertam que esse novo padrão de acumulação dotado de flexibilidade atinge a subjetividade e a consciência dos trabalhadores,

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

além de contribuir com a fragmentação dos interesses da classe trabalhadora e o enfraquecimento do poder sindical.

Outra estratégia adotada no capitalismo contemporâneo é designada pelos estudiosos de financeirização do capital, ou mundialização do capital. Ela “[...] resulta da superacumulação e, ainda, da queda das taxas de lucro dos investimentos industriais registrada entre os anos setenta e meados dos oitenta” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 241).

A financeirização da economia mundial sustentada no capital bancário e financeiro, difunde a lógica de que é mais rentável e lucrativo “fazer dinheiro” apenas na esfera financeira. Isso significa dizer que alguns capitalistas deixam de investir no processo produtivo e retiram do capital-dinheiro, por meio dos juros, os seus ganhos. É nesse processo que o capital fictício adquire força com especulações que geram rendimentos que não possuem valor em si mesmo.

Os [...] ganhos financeiros, além obviamente de fazerem a riqueza rápida dos especuladores, reforçam a percepção falsa e socialmente danosa de que a esfera da circulação gera valores e é autônoma em face da esfera produtiva. Tais ganhos generalizam a ideia [sic] de que a conversão de D em D’ se opera sem mediação da produção; na verdade, conduz-se ao limite a fetichização do dinheiro, como se ele tivesse faculdade de se reproduzir ampliadamente a si mesmo (NETTO; BRAZ, 2011, p. 243 – *grifos dos autores*).

As(re)configurações políticas, sociais e econômicas impostas pelo neoliberalismo, reestruturação produtiva e financeirização na contemporaneidade encontram-se engendradas em um quadro de crise estrutural do capital que tem provocado efeitos nefastos para a vida cotidiana das trabalhadoras e dos trabalhadores em suas condições de existência material e subjetiva.

Os pressupostos marxianos possibilitam entender a configuração das classes sociais nos marcos do capitalismo, tendo como base a propriedade, ou não, dos meios de produção que geram a riqueza social e a venda da força de trabalho como uma mercadoria, revelando uma relação antagônica entre os capitalistas e os trabalhadores. Ao se apropriar dessa perspectiva, Paniago (2014) ressalta que a condição de classe permanece nos períodos de crises e os impactos gerados são vivenciados diferencialmente pela burguesia e proletariado.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

No cenário de crise estrutural, a classe burguesa vivencia uma maior concentração de riquezas, aumento da concorrência do mercado mundial, intensificação das tendências do capital financeiro que promovem a acumulação, adoção de políticas de reordenamento garantidoras da autorreprodução do sistema capitalista sob a égide da acumulação flexível e do neoliberalismo. Já as trabalhadoras e os trabalhadores vivenciam cotidianamente a precarização da força de trabalho, o desemprego e a perda de direitos, o que escancara um abismo entre as classes (PANIAGO, 2014).

Segundo Antunes (2008), a “classe-que-vive-do-trabalho” tem sido fragmentada, complexificada e heterogeneizada, com divisões entre trabalhadores estáveis e precários, velhos e jovens, homens e mulheres, formais e informais, evidenciando a precarização social do mundo do trabalho como uma característica central do capitalismo contemporâneo. A reengenharia dos processos alarga as dimensões precárias vivenciadas pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores. A rotatividade, a instabilidade, a redução dos salários e o adoecimento laboral são materializações estruturais de tal precariedade.

A formação sócio-histórica do Brasil é marcada por traços de dependência econômica e de ínfima autonomia produtiva. Enquanto um país capitalista periférico efetiva um manejo da relação capital/trabalho influenciado pelos direcionamentos dos organismos internacionais, como o Banco Mundial. A Lei que permite a Terceirização (Lei 13.429/2017) e a “Contrarreforma” Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) reforçam o alinhamento do país com os ditames capitalistas e demarcam que as inferências da crise estrutural se fazem presentes, visto que as contratações precarizadas e instáveis têm sido ampliadas. Com a emergência da pandemia de Covid-19 o quadro crítico de perdas e contenções sociais, políticas, econômicas e trabalhistas presentes na racionalidade neoliberal brasileira se agudizou, como será problematizado na próxima seção.

### **A PANDEMIA DE COVID-19 E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: REBATIMENTOS DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL**

As problematizações da seção anterior indicam que desde a década de 1970, o capitalismo tem passado por mudanças pautadas na acumulação flexível, na hegemonia do capital financeiro e no neoliberalismo. A vida social em todos os seus âmbitos, assim como as práticas e os modos de gestão do trabalho adquiriram novos contornos. Nesse sentido, Antunes e Druck (2015, p. 20) afirmam:

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

É a lógica do curto prazo, que incentiva a “permanente inovação” no campo da tecnologia, dos novos produtos financeiros e da força de trabalho, tornando obsoletos e descartáveis os homens e mulheres que trabalham. São tempos de desemprego estrutural, de trabalhadores e trabalhadoras empregáveis no curto prazo, através das (novas) e precárias formas de contrato (DRUCK, 2007; 2011), onde terceirização, informalidade, precarização, materialidade e imaterialidade são mecanismos vitais tanto para a preservação quanto para a ampliação da sua lógica.

A reestruturação produtiva apesar de representar uma possibilidade ímpar de expansão das capacidades operativas, reprodutivas e expansionistas do capital, acentua a exploração da força de trabalho e o controle do trabalhador. Além disso, precariza as relações trabalhistas e ocasiona um crescimento exponencial do desemprego. A precarização do mundo do trabalho e consequentemente das condições de vida da classe trabalhadora tem sido expressões *sine qua nonda* contemporaneidade.

Antunes e Druck (2015) enfatizam que a terceirização é uma das dimensões determinantes da precarização estrutural do trabalho, pois se concretiza como uma nova modalidade de gestão organizativa sem proteção trabalhista e com contratos totalmente flexíveis. Ademais, implanta uma diferenciação entre trabalhadores terceirizados e não terceirizados que enfraquece as reivindicações coletivas da classe trabalhadora. Sob a justificativa de redução de gastos, as empresas terceirizadas, ao prestarem seus serviços, realizam uma transferência para as trabalhadoras e os trabalhadores dos riscos existentes e deixa-os desprovidos de proteção.

A acumulação flexível, atrelada a era das finanças, implementa modalidades de trabalho em um contexto informacional-digital, entretanto, estas não rompem com a centralidade ontológica do trabalho, até porque não existe valorização do capital e produção de riqueza social sem o ato laborativo humano. O complexo produtivo global depende da classe trabalhadora nem que seja para conectar e controlar as tecnologias. Diante desse cenário, o capital utiliza como estratégia para garantir a continuidade do seu sociometabolismo a derruição das condições de trabalho em escala mundial (ANTUNES, 2020).

Em diálogo com essas concepções, Vasapollo (2005) descreve que a flexibilidade, firmada na desregulamentação e precarização, retrata um verdadeiro mal-estar do trabalho, visto que as trabalhadoras e os trabalhadores vivem em função do medo de perder o emprego

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

e a vida social, principalmente diante das incorporações crescentes de meios tecnológicos nos espaços trabalhistas. Um processo em que todo o viver social se torna precarizado.

No Brasil a precarização do mundo do trabalho ocorre intensamente. A absorção dos diferentes segmentos da classe trabalhadora no mercado de trabalho é permeada por contratos precários, terceirizados, intermitentes, sem proteção social e com salários baixos.

Conforme observa Antunes (2020), as corporações capitalistas globais em tempos da pandemia de Covid-19, intensificaram os mecanismos de exploração do trabalho com incentivos diretos em mais flexibilização, informalidade e intermitência, associadas à proliferação de modalidades como a uberização, o teletrabalho, o *home office*, o ensino remoto emergencial e o desemprego, que inclusive forçam os trabalhadores a se submeterem a precárias condições trabalhistas.

No que tange a uberização, vale destacar que enquanto um modo de organização, gerenciamento e controle do trabalho (ABÍLIO, 2020) é apresentado socialmente como algo inovador na geração de empregos e na descoberta de novos empreendedores no mundo das transações on-line. Entretanto, assim como o teletrabalho e o *home office*, que ganharam maior notoriedade na pandemia, e que certamente permanecerão no cenário pós-pandêmico, são tendências de um processo de precarização, individualização, diminuição das atividades coletivas e de classe, perda de direitos trabalhistas, cisão entre o tempo de trabalho e de lazer, alienação e estranhamento dos trabalhadores.

Em 2020, a emergência da pandemia em virtude da proliferação veloz do coronavírus, denominado SARS-CoV-2, provocou mudanças substanciais em escala mundial. Os registros de contaminações e óbitos foram alarmantes em diversos países. Diante disso, se instaurou um quadro crítico que exigiu a adoção extraordinária de medidas políticas e sanitárias como o isolamento e o distanciamento social; a alteração de rotinas e das formas de sociabilidade; as oscilações do mercado e da economia globalizada; a superlotação de hospitais; a insuficiência de insumos hospitalares; a evolução da própria doença; entre outros.

Dessa maneira, com o acirramento da situação pandêmica todas as esferas da vida social foram atingidas. Na era das finanças mundializadas a reprodução acumulativa do capital sofreu impactos diretos ao bloquear processos de produção, oferta e consumo de bens e serviços; ao suspender a circulação de mercadorias e as conexões entre os países, com o

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

fechamento de aeroportos e fronteiras; ao ocasionar demissões de milhares de pessoas dos seus postos de trabalho e o comprometimento dos meios de subsistência de trabalhadoras e trabalhadores; ao instaurar as medidas de distanciamento e isolamento social; ao gerar um quadro de recessão e déficit econômico.

Esse contexto conduziu os governos neoliberais a adotarem estratégias de enfrentamento aos impactos ocasionados, porém totalmente atrelados ao capital. Merece destaque que a pandemia em tela não é a única responsável pelos problemas mundiais. Na verdade, ela tornou visível em todos os sentidos o que já se encontrava latente, considerando que desde o final dos anos de 1970 vivencia-se as expressões da crise estrutural.

No contexto de uma sociedade que se reconhece global justamente porque fez do mundo um grande mercado de exploração e de consumo, ou uma grande roleta para as finanças, as questões e tarefas que a pandemia nos evidencia precedem a mesma. Os danos humanos causados pela COVID-19 intensificam e tornam mais evidentes problemas previamente existentes. Imanentes a essas questões e tarefas, como já afirmara Marx, estão as possibilidades de combatê-las ou, melhor, a necessidade de se assumir a responsabilidade pelas decisões necessárias ao seu enfrentamento (CARVALHO, 2020, p. 48).

Em relação ao desencadeamento da pandemia no Brasil é importante mencionar os posicionamentos negacionistas do Presidente Jair Bolsonaro que impediram a criação de uma política unificada de enfrentamento à doença e agravaram a situação do país. O negacionismo apresentado pelo chefe da nação expõe os preceitos da extrema-direita em um discurso ideologicamente reacionário, alinhado às tendências neoliberais e neofascistas.

Tendo em vista, o entendimento histórico e crítico presente nas problematizações aqui elucidadas entende-se que o Brasil enquanto um país alicerçado em um capitalismo periférico e com bases formativas particulares, aproveita do caos instaurado pela pandemia para justificar a aplicação de medidas ideo-políticas que sustentam o projeto burguês. O incentivo do Presidente ao empreendedorismo e retorno de trabalhadores aos postos de trabalho para a economia não parar; as propostas de voluntariado inclusive empresarial; as medidas “emergenciais” de combate à pobreza; são exemplos das continuidades neoliberais brasileiras em novas roupagens dado o momento pandêmico.

A situação causada pela pandemia agudizou as desigualdades econômicas e sociais vividas pelos segmentos da população que lidam constantemente com as opressões de classe,

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

gênero e raça. As condições de vida dos trabalhadores foram duramente afetadas. A miserabilidade das famílias brasileiras também se acentuou.

As trabalhadoras e os trabalhadores informais, intermitentes, de plataformas e dos serviços considerados essenciais seguiram com suas rotinas de trabalho durante as práticas de quarentena e isolamento social, diante da necessidade de garantir a sua subsistência e a de seus familiares. Isso implica ressaltar o caráter de raça, gênero e classe durante a pandemia.

As análises de Alves e Siqueira (2020) sobre o cenário pandêmico brasileiro relevam que as estratégias de enfrentamento adotadas de maneira urgente como o “Auxílio Emergencial” representam uma verdadeira intensificação do desmonte da Seguridade Social. Acrescentam ainda, que os trabalhadores vivenciaram intensas precarizações com a flexibilização dos contratos de trabalho, redução das jornadas e dos salários, demissões em massa, *home office*, recaindo novamente as consequências societárias mais drásticas sobre os diversos segmentos da classe trabalhadora, o que inclui a ameaça das condições da existência material e subjetiva.

No mercado de trabalho, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua identificou 12,6 milhões de desocupados em 2019, número aproximadamente 85% maior que o observado em 2014, quando eram 6,8 milhões de pessoas sem trabalho. A informalidade atingiu 41% da população ocupada, o que equivale a mais de 38 milhões de pessoas. Além disso, identificaram-se cerca de 7 milhões de pessoas subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e 4,8 milhões de desalentados. Ressalve-se que a intensificação da situação de precariedade captada pela pesquisa decorre das medidas implantadas pelas reformas trabalhistas nos três últimos anos (DIEESE, 2021, s/p).

Vale lembrar que o Brasil já enfrentava um cenário de crise socioeconômica anterior a pandemia com altos índices de recessão e aumento de famílias em situação de vulnerabilidade social e extrema pobreza diante da política ultraneoliberal em voga.

Dessa maneira, o conjunto dessas implicações capitalistas no cenário brasileiro antes, durante e depois da pandemia de Covid-19 exprimem as diversas implicações prejudiciais da crise estrutural do capital para a classe trabalhadora.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações aqui apresentadas não objetivaram inferir conclusões herméticas, mas sim, apresentar um compilado crítico que corrobora com indicativos de que os processos de precariedade intensificados no cenário pandêmico são implicações da crise estrutural do capital.

As análises empreendidas indicam que na cena contemporânea o ensejo das medidas restaurativas na busca frenética pelo alcance de acumulação e autovalorização do capital permanecem ocasionando consequências nefastas para as trabalhadoras e os trabalhadores. Diante desse quadro crítico percebe-se que a crise estrutural é uma fase irreversível do sociometabolismo capitalista, pois escancara o seu caráter autofágico conformado com a incontrolável destruição das condições humanas de trabalho e de sobrevivência por meio da sua lógica expansionista e de extração de mais-valor.

A concentração de renda entre grupos restritos de capitalistas; a permanência da fome planetária em tempos de grandes produções alimentícias; a mercantilização da cultura e da educação; a militarização da vida social; a retirada de direitos trabalhistas; o desmonte das políticas sociais; a privatização; a despolitização dos movimentos sindicais; a miserabilidade; as opressões de gênero, raça, etnia e orientação sexual; o desprezo pela ciência; o desemprego estrutural; a terceirização; a intermitência; a uberização; e o adoecimento laboral são exemplos que refletem o teor destrutivo e desumanizador do capitalismo na contemporaneidade.

As expressões neoliberais ultraconservadoras foram redimensionadas, reatualizadas no agravamento do desemprego e da superexploração do trabalho através de uma desproteção social, alinhada a difusão da ideologia do empreendedorismo. Somam-se a isso, a apropriação do fundo público e o estímulo constante ao processo de superacumulação.

Dito isso, identifica-se a necessidade de elaboração e efetivação de alternativas para o enfrentamento do cenário de crise em perspectivas humano-sociais e de defesa da classe trabalhadora. O protagonismo das trabalhadoras e dos trabalhadores no fortalecimento dos espaços de luta e resistência ainda representam alternativas plausíveis de combate às

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

opressões de gênero, raça e etnia, e de possibilidades de construção de novos projetos societários.

## REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Plataformas digitais e uberização:** Globalização de um Sul administrado? *Contracampo*, Niterói, v. 39, n°1, p. 12-26, abr.jul, 2020.

ALVES, Gláucia Lelis; SIQUEIRA, Luana de Sousa. Projeto neoliberal, coronavírus e auxílio emergencial: o desmonte da assistência social. In: MOREIRA, Elaine; GOUVEIA, Rachel. **Em tempos de pandemia: propostas para defesa da vida e de direitos sociais.** Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020. Disponível em: <http://ess.ufrj.br/images/Noticias/Divulgacao/EmTemposdePandemia/EM-TEMPOS-DE-PANDEMIA.pdf>. Acesso em 25 fev. 2022.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2008.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. **A terceirização sem limites:** a precarização do trabalho como regra. *O Social em Questão*. Ano XVIII, n° 34, p.19-40, 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus:** o trabalho sob fogo cruzado. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. E-book.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRASIL. **Lei no 13.429, de 31 de março de 2017.** Altera dispositivos da Lei n o 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113429.htm). Acesso em: 25 fev. 2022.

BRASIL. **Lei no 13.467, de 13 de julho de 2017.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e as Leis n o 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20152018/2017/lei/113467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2017/lei/113467.htm). Acesso em: 25 fev. 2022.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIOECONÔMICOS – DIEESE. **A pandemia de coronavírus e a urgente necessidade de mudanças estruturais.** Boletim de Conjuntura, Número 21 – março de 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2020/boletimConjuntura021.html>. Acesso em: 15 abr. 2022.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** Livro III, 3 vols. São Paulo: Abril Cultural, 1988 (Coleção Os Economistas).

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2011.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. **A crise estrutural e a centralidade das classes.** Revista Katálysis: Florianópolis, v. 17, n 1, p. 41-49, jan/jun, 2014.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. **A crise estrutural do capital e os desafios da revolução.** In: JINKINGS, Ivana; NOBILE Rodrigo (org.). Mézáros e os desafios do tempo histórico. São Paulo: Boitempo, p. 199-210, 2011.

VASAPOLLO, Luciano. **A precariedade como elemento estratégico determinante do capital.** Pesquisa & Debate, SP, vol. 16, n° 2 (28), p. 368-386, 2005.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral  
Eixo Temático – Lutas de Classes e Movimentos Sociais

## **O CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO ATUAL E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS SOBRE MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL**

**THE CURRENT BRAZILIAN POLITICAL CONTEXT AND THE PRODUCTION OF  
KNOWLEDGE SOCIAL WORK STUDENT OVERMOVEMENT**

Lucila de Souza Zanelli<sup>1</sup>

**RESUMO:** Esta síntese versa sobre o contexto político brasileiro contemporâneo marcado por uma ofensiva profundamente regressiva e indica contradições que perpassam a produção de conhecimentos científicos que tematizam a ação política do Movimento Estudantil de Serviço Social. Na perspectiva da práxis política, com base em Lenin, o que sublinhamos em linhas gerais é que o campo da ação revolucionária de trabalhadores e trabalhadoras demanda também uma teoria revolucionária, sugerindo o investimento cada vez mais consolidado sobre o tema da organização estudantil, tendo em vista os precedentes históricos favoráveis na história da renovação do Serviço Social brasileiro, mas também os desafios que ameaçam a direção crítica que a profissão tem lutado para preservar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Conjuntura brasileira; movimento estudantil de serviço social; produção de conhecimento.

**ABSTRACT:** This synthesis deals with the contemporary Brazilian political context marked by a deeply regressive offensive and indicates contradictions that permeate the production of scientific knowledge that thematize the political action of the Student Movement of Social Work. From the perspective of political praxis, based on Lenin, what we underline in general terms is that the field of revolutionary action by workers also demands a revolutionary theory, suggesting an increasingly consolidated investment in the topic of student organization, taking into account given the favorable historical precedents in the history of the renewal of Brazilian Social Work, but also the challenges that threaten the critical direction that the profession has struggled to preserve.

**KEYWORDS:** Brazilian conjuncture; student social service movement; knowledge production.

---

<sup>1</sup>Assistente social no Instituto Maria Modesto em Uberaba/MG. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Fundamentos, Formação e Exercício Profissional em Serviço Social - vinculado à Universidade Federal do Triângulo Mineiro (GEFEPSS/UFTM); grupo este que compõe: a Rede Mineira de Grupos de Estudos sobre Fundamentos do Serviço Social (ReMGEFESS) e a Rede de Pesquisa sobre o Trabalho do Assistente Social (RETAS).

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## INTRODUÇÃO

Nestas breves linhas, propomos necessária discussão sobre o atual cenário político brasileiro demarcando a importância estratégica da mobilização de estudantes no campo político-organizativo. Enfatizamos, mais especificamente, o conjunto das lutas próprias do Movimento Estudantil de Serviço Social, como tema de produção de conhecimentos (bem como sua respectiva socialização/publicização e apropriação) frente os desafios contemporâneos, com destaque para a área do Serviço Social<sup>2</sup>.

Esta síntese se desenvolve partir de estudos realizados em uma disciplina<sup>3</sup> vinculada à um programa de pós-graduação na área, articuladas a um projeto de pesquisa de mestrado em andamento<sup>4</sup>, o qual trata do movimento estudantil de serviço social e a produção de conhecimento sobre este tema como elemento estratégico para o fortalecimento da direção sociopolítica hegemônica na profissão.

Com base no materialismo histórico-dialético, este trabalho reflete, portanto, um processo de maturação investigativa em curso, objetivando uma contribuição para a análise da conjuntura, condição inerente à consolidação de estratégias políticas no campo da organização da classe trabalhadora. A universidade brasileira é um espaço de disputas que se conforma na dinâmica da luta de classes, dentro do qual a ação organizada de estudantes e a formação profissional possuem dimensão estratégica.

---

<sup>2</sup> De forma alguma menosprezamos a trajetória de articulação do movimento estudantil **geral** (ou seja, que congrega estudantes universitários sem distinção por área de conhecimento), que tem se consolidado historicamente como sujeito ativo, fundamental e protagonista na vida pública do país (POERNER, 1968). A escolha pela abordagem das especificidades do movimento estudantil da área do Serviço Social tem razão diante da vinculação pregressa da autora com tais lutas, além de se justificar nos recursos teórico-metodológicos de delimitação do tema. Apesar das possibilidades distintas de valoração a respeito das lutas que se organizam sustentadas em determinadas particularidades, a entidade máxima de representação nacionalmente referendada – a União Nacional dos Estudantes (UNE) – convive com outras entidades tais como as executivas e federações de curso – por exemplo, a Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (DENEM) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), esta última, que recebe destaque em termos dos nossos estudos aqui reunidos.

<sup>3</sup> “Seminário Temático: Reflexões sobre o Neofascismo no Brasil e no mundo”, ministrada pelo Prof. Dr. Antonio Carlos Mazzeo, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS – PUC/SP).

<sup>4</sup> Título: “Movimento estudantil e produção do conhecimento: elementos para o fortalecimento estratégico do projeto ético-político do Serviço Social”. Com auxílio financeiro (bolsa parcial) pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPEX (vigente desde o segundo semestre de 2021).

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

As tensões intensificam-se no contexto contemporâneo, nos conclamando à resistência e ao enfrentamento do projeto de educação imposto pelo capital. Com base em Lenin<sup>5</sup> (1986, p. 96): “Sem teoria revolucionária não pode haver também um movimento revolucionário. “Partindo dessa concepção, nos propomos ao debate coletivo sobre o significado do conhecimento científico para as lutas da juventude universitária organizada no campo do Serviço Social, em especial, na quadra histórico-política brasileira dos tempos presentes.

### **CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO: ELEMENTOS HISTÓRICO-SOCIAIS**

Algumas análises do contexto político têm indicado que estamos diante à um fenômeno já conhecido, que se expressa, contudo, em forma e momento histórico diferente daquele em que originalmente se gestou: nossa hipótese (calcada sobretudo em Mazzeo, 2022) faz coro com aquelas que identificam fenômenos contemporâneos que podem ser categorizados como neofascistas.

Se, todavia, possam ser registradas controvérsias ou hipóteses destoantes em alguns aspectos (classificando tais fenômenos como fascistizantes, profascistas, ultraconservadores ou outras), ao menos nos parece consensual, no espectro político da esquerda, reconhecer, ainda que sob distintas abordagens, a profunda regressividade que caracteriza a política econômica mundial e brasileira – ressalvadas as diversas particularidades que aqui poderiam ser listadas.

Ora, em se tratando desta regressividade, e no caso da crítica que nos valemos propriamente dita, é oportuno nos determos, mesmo que brevemente sobre elementos do processo historicamente situado que possibilitou a emergência deste fenômeno no mundo e à dimensão destrutiva segundo a qual o nazifascismo<sup>6</sup> operou e se consolidou como alternativa,

---

<sup>5</sup>Conforme Lenin (1986, p. 96-7): “Sem teoria revolucionária não pode haver também um movimento revolucionário. Nunca se insistirá demasiadamente nesta ideia numa altura em que a prédica [o discurso] em voga do oportunismo aparece acompanhada de uma atração pelas formas mais estreitas da atividade prática.”

<sup>6</sup>Utilizaremos o termo nazifascismo quando as reflexões desenvolvidas se referirem aos aspectos centrais constituintes de ambos os fenômenos, quais sejam, o nazismo e o fascismo – preservadas suas respectivas especificidades para análise dos processos históricos.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

inclusive, com capilaridade em camadas de trabalhadores e trabalhadoras. Conhecer o acúmulo consolidado sobre categorias como fascismo, nazismo, nazifascismo e neofascismo<sup>7</sup> representa um importante recurso no processo de análise da conjuntura em suas dimensões constitutivas.

A apropriação sobre o desenvolvimento do modo de produção capitalista no plano mundial e a mobilização pela burguesia de instrumentos diversificados para exercer a dominação exige esforços de grande fôlego, investimentos investigativos à altura da complexidade de tais processos, de maneira a nos possibilitar intervenções contundentes, enquanto forças políticas de orientação revolucionária. Desta maneira, sinalizamos o caráter introdutório dos elementos aqui abordados.

Debates sobre a conjuntura política no Brasil e no mundo se desenvolvem na esfera mais superficial da vida cotidiana até em dimensões mais complexas, no campo do conhecimento científico. Recentemente, ganhou expressiva repercussão um discurso proferido por um “youtuber” num dos *podcasts*<sup>8</sup> de maior audiência no Brasil: sob o falacioso pretexto de pautarem-se em uma suposta liberdade de expressão, manifestações abertas com discursos de ódio, de cunho racista, de ataques ao campo da identidade de gênero e orientação sexual não normativas perante o padrão cis heterossexual socialmente imposto, de afronta à marcos democráticos significativos não são ocasionais ou pontuais; se fazem presentes, inclusive na esfera do parlamento brasileiro, não se restringindo apenas ao campo de exposição de ideias, mas se resvalando na dimensão prática da vida e estruturando a formação socio-histórica do Brasil.

Exemplo cabal encontra-se no brutal assassinato político da vereadora *eleita* Marielle Franco<sup>9</sup> e seu motorista, Anderson Gomes, crime que completou 04 anos sem resposta oficial

<sup>7</sup>Obras importantes como “O fascismo eterno”, de Umberto Eco, “Introdução ao fascismo” de Leandro Konder e o livro recém-publicado “Neofascismo, autocracia e bonapartismo no Brasil”, organizado por Antonio Carlos Mazzeo, Milton Pinheiro e Luiz Bernardo Péricas permitiram nossa aproximação com o tema.

<sup>8</sup>Bruno Monteiro Auib, conhecido como Monark, em um episódio do *podcast* ‘Flow’ defende a existência de um partido nazista no Brasil. Para uma análise crítica, sugerimos material audiovisual “Giro de Notícias” (JORNAL O PODER POPULAR, 2022). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=70Mp7iBFL5Q>: a partir de 25min33s. Acesso em 09 mar 2022.

<sup>9</sup>A quem porventura não conheça a trajetória da militante, sugerimos o vídeo que registra o último discurso de Marielle Franco – vereadora eleita pelo PSOL em 2016 – na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5PwJHGBoxTM>. Acesso em: 09 abr.2022. Sobre sua trajetória política, vale conferir os

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

por parte das autoridades competentes no país. Esta opção pela desresponsabilização dos envolvidos<sup>10</sup> no planejamento e execução de Marielle condiz, amargamente, com o ocultamento que se insiste em prolongar, das histórias reais dos assassinatos políticos que marcam a história do Brasil. Vide o extermínio, operado pela ditadura brasileira, de uma série de dirigentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB)<sup>11</sup>.

Konder (2009, p. 23) pondera que o fascismo é “[...] um dos fenômenos políticos mais significativos do século 20” – mas cabe destacar que, por *significativo*, não resta indicada qualquer hipótese de valoração positiva sobre tal fenômeno; dele nos valem para mensurar sua amplitude, a visibilidade alcançada e suas refrações à nível mundial. Não obstante, vale ainda retomar um alerta deste autor: o termo “fascista” tem sido empregado pela esquerda como um instrumento político de denúncia e agitação contra a direita, mas tal utilização não pode prescindir do rigor científico na mobilização desse recurso, pois “nem todo movimento reacionário é fascista.” (ibidem, p. 23).

Não podemos deixar de mensurar que um dos setores da burguesia de maior expressão no processo de acumulação privada da riqueza social na dinâmica contemporânea – os capitalistas do setor financeiro – chancelaram na Alemanha, o controle da manutenção da ordem social através da ocupação do aparelho estatal pelos nazistas, (KONDER, 2009) com uma política instaurada até as últimas consequências.

Não estamos autorizadas, portanto, a conceber o processo de consolidação do nazifascismo como uma tragédia, um acidente de percurso ou algo do gênero. Em seus fundamentos, centram-se questões de ordem do desenvolvimento do ser social nos marcos do

---

registros biográficos realizados pelo Instituto Marielle Franco, fundado por seus familiares. Disponível em: <https://www.institutomariellefranco.org/quem-e-marielle>. Acesso em: 09 abr. 2022.

<sup>10</sup>Tal desresponsabilização se dá além da omissão, também através de formas de legitimação da impunidade. Atualmente, o então deputado estadual Daniel Silveira (ex-filiado no PSL) que havia sido preso no dia 16 de abril por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), “[...] após publicar vídeo com agressões ao STF e apologias ao [Ato Institucional nº 5 \(AI-5\)](#), principal instrumento de repressão da ditadura civil-militar no Brasil. [...] Apoiador de Jair Bolsonaro, então candidato à Presidência, Silveira ficou conhecido por aparecer em um vídeo nas redes sociais quebrando uma placa em homenagem à vereadora [Marielle Franco \(PSOL-RJ\) meses após seu assassinato, em março de 2018](#).” (BOLSONARO..., 2022).

“Após condenação a [8 anos e 9 meses de prisão](#) [...] o deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ) foi beneficiado com um indulto individual concedido pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) em [edição extra do Diário Oficial](#).” (QUEM..., 2022).

<sup>11</sup>Como constatado na história, “o PCB teve 42 militantes assassinados, nas mais diversas modalidades, desde o primeiro momento do golpe até o começo da difusa ‘distensão política’ do regime militar. [...] Para além dessas mortes, o PCB teve milhares de processos, centenas de militantes presos que passaram pela mais hedionda tortura, sem falar nas dezenas de exilados que foram viver o desterro em várias partes do mundo.” (PINHEIRO, 2020).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

modo de produção capitalista na fase imperialista (que representam retrocessos civilizatórios de grande monta as quais marcam indelevelmente a história da humanidade) e que ocorre num campo de mediações de ordens variadas, tais como as particularidades nacionais.

Em acordo com Mazzeo (2022), o fascismo em sua forma clássica se constitui nesta análise como fenômeno histórico-particular resultante “[...] da dinâmica do capital monopolista e de um determinado momento histórico da disputa imperialista”, ou mais especificamente como um “[...] produto de formações sociais onde o processo de constituição capitalista se realiza tardiamente, em que a objetivação do modo de produção capitalista não ocorre através de uma revolução burguesa clássica, como as que se verificam na Inglaterra, de 1688 e na França, em 1789 [...]” (ibidem, p. 33).

Mas após a derrota – particular e historicamente situada – deste fenômeno (que requer estudos consolidados sobre as condições históricas e políticas dessa superação), as repercussões rebatem, portanto, no reordenamento mundial do capitalismo e também nas condições de organização das forças políticas da classe trabalhadora. Na atualidade, tais repercussões ainda evidenciam marcas profundas e nos conclamam à urgente tarefa de nos debruçarmos sobre quais impactos ocasionaram (e ocasionam) na organização política da classe trabalhadora.

Nesta trama, consolida-se a hegemonia do poder estadunidense no pós-Guerra e seu caráter imperialista se apresenta com uma estratégia intervencionista, vide os inúmeros investimentos em governos autocráticos, orientados a reprimir a ferro e fogo as forças populares e abrir caminhos à implementação de políticas econômicas direcionada aos interesses do grande capital (ibidem). Contudo,

Se por um lado, esse reordenamento mundial se dá sob a égide de uma nova hegemonia, por outro lado, *antiteticamente*, as contraposições, ao menos nas três décadas imediatas ao pós-guerra [...] obrigaram os Estados Unidos a conviver com pressões anticapitalistas e com as lutas e conquistas sociais proletárias [...]. Mesmo assim e até para reagir a esse cerco progressista, as forças estadunidenses ampliaram ações de agressão contra as democracias populares e intervenções militares [...]; na América Latina, declarando o Bloqueio à Cuba revolucionária e, como ressaltamos, apoiando, fomentando e sustentando golpes de Estado e as sanguinárias ditaduras sul-americanas de caráter colonial-bonapartistas. (MAZZEO, 2022, p. 39-40, grifo do autor).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

No território brasileiro, vale demarcarmos a repercussão dessas investidas que se manifestam nos duros anos de autocracia burguesa no Brasil, após o golpe militar de 1º de abril de 1964. Rememoramos um emblemático processo que representa a intervenção imperialista diretamente ao movimento estudantil, mesmo anterior ao golpe militar: trata-se da infiltração de agentes das instituições estadunidenses. Alarmado com a força política da ação organizada dos jovens universitários nos finais dos anos 1940 e nos anos 1950 – período no qual foi promovida a campanha “O Petróleo é Nosso” – os Estados Unidos promoveram investidas orientadas a arrefecer essa expressão crítica (POERNER, 1968, p. 28-29).

Gloria May, Eiser Eisenberg e Helen Rogers foram alguns agentes estadunidenses enviados ao Brasil com a tarefa deliberada de infiltrarem-se nas entidades de representação e nas bases do movimento estudantil, inclusive, com o propósito de propagar o anticomunismo (ibidem).

A denúncia dessa crescente infiltração [...] foi feita por uma revista católica norte-americana, *Ramparts*, que publicou uma série de reportagens sobre as ligações da CIA e a Associação Nacional de Estudantes, órgão máximo dos universitários norte-americanos, assegurando ter sido de três milhões de dólares o montante recebido pela entidade estudantil [...]. A Associação Nacional de Estudantes, que reúne alunos de mais de 300 Universidades dos Estados Unidos e mantém laços estreitos com organizações estudantis de todo o mundo, admitiu, em fevereiro de 1967, que recebe, desde 1950, subsídios da CIA, para promover, internacionalmente, a política de guerra fria e projetos de espionagem. (POERNER, 1968, p. 29-30).<sup>12</sup>

Retomando as reflexões acerca do contexto político mundial após a derrota do nazifascismo, a crise do capitalismo nos anos 1980, que se constitui na crise do Estado de bem-estar social e na crise do socialismo real, situam-se impactos fundamentais no campo socioeconômico e ideopolítico. Como resultado desse processo o liberalismo se manifesta como reatualização conservadora, centrando-se assim, o neoliberalismo em uma completa “despolitização das relações sociais”; o seu conteúdo político lhe permitiu “converter-se em concepção ideal do pensamento antidemocrático contemporâneo.” (NETTO, 1995, p. 80).

<sup>12</sup> O autor ainda nos apresenta no livro um projeto que envolveu o território latino-americano no contexto histórico em tela: “No Brasil, a infiltração continua a se processar, livremente, e dela só tomamos conhecimento quando, por acaso, falha uma tentativa, como ocorreu com o Projeto *Camelot*, que envolvia a Universidade Americana de Washington e seis milhões de dólares do Exército dos Estados Unidos, consistindo na realização de pesquisas sobre métodos contrarrevolucionários – isto é, contra movimentos nacionais de emancipação econômica – em países da América Latina.” (ibidem, p. 30).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

As consequências de tal contexto são bem registradas em Mazzeo (2022), que nos aponta uma profunda regressão de conquistas dos trabalhadores em países capitalistas, bem como dos avanços civilizatórios alcançados nas experiências socialistas; “mesmo as tardias experiências socialdemocratas havidas na América do Sul [...] não se sustentaram mais que uma década.” (p. 41-42).

No Brasil, após a derrota da ditadura e a vigência de uma abertura democrática, o campo de forças políticas progressistas se articula na cena pública do país e se implicam no processo constituinte que instituiu avanços no marco regulatório do país, ainda que de natureza reformista.

Os governos eleitos por voto direto na sequência da promulgação da Constituição Federal de 1988 levam a cabo o projeto neoliberal, amparado em um conjunto de contrarreformas<sup>13</sup> sustentado nas premissas dos interesses do mercado em detrimento do conjunto das necessidades da ampla maioria da população brasileira: a classe que vive do trabalho, que produz a riqueza social apropriada de forma privada pela burguesia.

O projeto neoliberal se implementa no país e atinge um tensionamento bastante expressivo no processo do golpe que retira a ex-presidente Dilma Rousseff do cargo de chefia do Estado, elevando o ilegítimo Michel Temer à condição de representante máximo a assunção do poder político no Brasil. É a refração que nos permite identificar os limites da consolidação de um pacto social que se propagava capaz de promover a conciliação de interesses de classes *antagônicas*. Neste percurso histórico, a esteira nos levou à um caminho nefasto no contexto das eleições gerais de 2018:

<sup>13</sup> “Embora o termo reforma tenha sido largamente utilizado pelo projeto em curso no país nos anos 1990 para se autodesignar, partimos da perspectiva de que se esteve diante de uma apropriação indébita da ideia reformista, a qual é destituída de seu conteúdo redistributivo de viés social-democrata, sendo submetida ao uso pragmático, como se qualquer mudança significasse uma reforma, não importando seu sentido, suas consequências sociais e sua direção sócio-histórica. Cabe lembrar que esse é um termo que ganhou sentido no debate do movimento operário socialista, ou melhor, de suas estratégias revolucionárias, sempre tendo em perspectiva melhores condições de vida e trabalho para as maiorias. Portanto, o reformismo, mesmo que não concordemos com suas estratégias e que se possa e deva criticá-lo, como o fizeram revolucionários de períodos diferentes, a exemplo de Rosa Luxemburgo e Ernest Mandel, dentre outros, é um patrimônio da esquerda. [...] No Brasil [...] pode-se falar de uma contrarreforma em curso entre nós, solapando a possibilidade política, ainda que limitada, de reformas mais profundas no país, que muito possivelmente poderiam ultrapassar os próprios limites da social-democracia, realizando tarefas democrático-burguesas inacabadas em combinação com outras de natureza socialista.” (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p. 149-150, grifo das autoras).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

O plano do capital, como se sabe, era lavar o golpe pelas urnas, posto que o projeto econômico dos golpistas deveria ser continuado em 2019, mas a partir de então por meio de algum representante orgânico e tradicional da burguesia, o qual, diferentemente de Temer, teria a legitimidade popular que as urnas costumam conferir ao vencedor do pleito. Ocorre que, permanentemente mobilizadas, as massas conservadoras das classes médias, ao longo do processo eleitoral de 2018, mostraram não estarem dispostas a depositar seus votos em qualquer um dos políticos habituais da classe dominante [...]. Desenvolvendo a crença de que poderiam elas mesmas governar diretamente o país, nossa pequena-burguesia reacionária foi buscar justamente nos tidos como “não-políticos”, como os militares e juízes – os quais vinham desenvolvendo sua força na medida em que cresciam as tendências bonapartistas da democracia em crise –, os seus lídimos representantes na cena política nacional. De tão amantes da família brasileira, nossos homens de bem encontraram em uma família em especial, e mais precisamente no seu patriarca, o seu líder, o seu *führer*. (DEMIER, 2019). (DEMIER, 2020, p. 93).

Este processo que culmina na eleição de Bolsonaro, nos demanda uma leitura da realidade que pautem à crítica ao dito presidente no campo de suas posições públicas que fazem mais do que causar constrangimentos a quem se pretenda defender valores democrático-civilizatórios; mas além desta mediação agitacional, requer a proposta de um programa político que se apresente como alternativo a este que Bolsonaro *representa*.

[...] a ascensão ao poder de um presidente de extrema direita, sem apreço pela democracia, rodeado de generais e ladeado por um “novo tsar” da economia que comunga de um liberalismo extremado, coloca um conjunto ainda maior de interrogações sobre o que se pode esperar da performance da economia brasileira no futuro próximo, dentro daquilo que, por si só, já seria um cenário de grandes incógnitas [...].(PAULANI, 2019, p. 32).

Conforme Demier (2020, p. 93), o redirecionamento dos investimentos no campo social (já bastante limitados) para o campo judiciário-policial é componente o qual evidencia que nosso regime político atual não é “[...] mais do que uma esqualida e taciturna sombra da democracia liberal firmada pela Constituição de 1988.”

Diante à “fragmentação ideológica, de crise de subjetividade e perda da perspectiva da luta socialista, em suma, de profundo refluxo nas lutas de trabalhadores e trabalhadoras em escala mundial” (MAZZEO, 2022, p. 43), é que apontamos reflexões sobre o processo de constituição das lutas populares e revolucionárias na atualidade.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO COMO TERRENO DE EMBATES

Consideramos que o estudo sobre o significado social do conhecimento científico sobre o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) no contexto político atual no Brasil é de salutar significado, ao destacarmos que dentre os elementos constitutivos do que tem sido denominado por ideologia neofascista, com base em Eco (apud MAZZEO, 2022, p. 55), encontram-se justamente: a) a concepção das universidades – sobretudo, as instituições públicas de ensino superior – como um “ninho de comunistas” e b) a desconfiança e questionamentos dos/das intelectuais. Tal cenário nos reforça a concepção sobre a importância da investigação científica no campo dos ataques à educação pública (sobretudo, de nos debruçarmos sobre a forma de apropriação do produto resultante desse conhecimento)<sup>14</sup>.

Não há espaço para o reacionarismo e a ideologia neofascista no campo do projeto ético-político (PEP) do Serviço Social, mas ao contrário: tais concepções colidem frontalmente com os princípios fundamentais que sustentam esta direção hegemônica contida em nosso projeto profissional. Como resultado, apontamos que o investimento em estratégias de fortalecimento do movimento estudantil na área configura a defesa do futuro da categoria profissional.

A organização política de estudantes de Serviço tem condensado suas lutas desde o período que antecede a autocracia burguesa no Brasil, por volta do início da década de 1950 (SANTOS, 2007). Através da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), esta mobilização se constitui a partir de uma entidade máxima de representação de estudantes do curso (ENESSO, 2019), constituindo uma história de lutas que faz parte do

<sup>14</sup>O autor nos explica que “[...] no escopo do desenvolvimento científico-técnico que alcança um deslanche *concreto* no pós-Guerra (e até como resultado da própria guerra), as *conquistas humanas (respostas do ser social)* de um modo ou de outro, ainda que objetivadas no campo de uma ciência monopolizada pela burguesia em que se *particularizam* as universalidades inerentes à essas *soluções de práxis por uma classe social, contraditoriamente*, chegam à sociedade e às suas relações sociais como *potencialidades* que podem servir aos interesses de grandes massas populares e trabalhadoras, convertendo-se em um elemento de aprofundamento da disputa pelas repostas ao ser social e das lutas político-sociais, além da inexorável disputa por uma *alternativa societal (socialista)* às formas sociometabólicas do capital. (MAZZEO, 2022, p. 45).

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

processo mais geral da categoria profissional em seu movimento de construção de um projeto profissional que se vincula à uma projeção societária de emancipação humana.

Com posições críticas, o MESS tem mediado a emersão de fecundas potencialidades no campo político-formativo, mas conforme Fornazier Moreira (2020), residem no interior dessas lutas muitos desafios, diante do que o autor situa a dimensão da *responsabilidade ético-política* dos sujeitos que se propõem à sua construção. A partir de um balanço conjuntural dos desafios atuais, nos provoca à uma avaliação crítica e autocrítica diante à cena política do país.

Estamos vivendo no Brasil um cenário particularmente adverso. O atual governo de Jair Bolsonaro, enquanto representação da extrema direita, apresenta um novo contexto para a luta de classes. Esse atual presidente não só vem intensificando ainda mais o “pacote de desmandos” proposto pelo governo de Michel Temer, cortando ainda mais na carne do/a trabalhador/a, como representando uma grande ameaça para todas as conquistas democráticas do país. Os discursos de ódio de Bolsonaro contra a população negra, LGBT, mulheres, indígenas etc. ferem diretamente os direitos humanos e os princípios básicos de uma sociedade democrática (mesmo que nos limites da democracia burguesa). Bolsonaro e suas defesas são a representação concreta do irracionalismo, da bestialização desmedida e da putrefação e decadência ideológica. Posições estas que ganham ressonância no âmbito da vida cotidiana e que nos convoca, neste atual contexto, a (re)criar estratégias e novas mediações, bem como unidade no diverso, para que consigamos avançar na manutenção e defesa das liberdades e conquistas democráticas, sem perder de vista o horizonte estratégico de superação da ordem do capital.[...] o MESS, enquanto um movimento social (de base transitória), sofre todos os rebatimentos dessa conjuntura (FORNAZIER MOREIRA, 2020, p. 74-75).

Reivindicando seu papel de histórico protagonista, o MESS pode se posicionar na cena contemporânea marcada pela emergência do neofascismo como mais um polo de resistência e enfrentamento a esse conjunto de atrocidades com as quais nos deparamos na vida social e que têm sido ponto de pauta até dos jornais e periódicos mais liberais no campo da comunicação/mídia burguesa.

Colocam-se tarefas que demandam disposição para uma construção política pautada no respeito ao pluralismo – nos termos do nosso Código de Ética de 1993 – e que saiba dispor do conjunto das conquistas e avanços políticos que se sintetizam e dão forma ao Projeto ético-político do Serviço Social.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Por isto, reforçamos a concepção do autor em tela, que à propósito, desenvolveu pesquisa sobre o tema do movimento estudantil e da formação profissional em Serviço Social:

[...] precisaremos nos debruçar para estudar e aprofundar teoricamente sobre o MESS, compreender esse espaço e não só ‘militar por militar’ [...]. Se não, caímos no campo do militantismo. Precisamos saber aliar os conteúdos e aspectos teórico-metodológicos, éticos e políticos que estudamos em sala de aula com o cotidiano da vida militante. [...] é preciso a compreensão dos fundamentos materiais, políticos e econômicos que engendram esta sociedade, pois sem a compreensão dessas bases que a sustentam, as lutas serão apenas fragmentadas, restritas à imediatividade, pontuais, se afastando das possibilidades reais de superação deste modo de produção e da construção de uma sociabilidade radicalmente oposta à do capital (FORNAZIER MOREIRA, 2020, p. 76-77, 79).

Uma possibilidade de caminho pode ser indicada a partir de questionamento feito pela própria ENESSO: “A quem serve teu conhecimento?”. A cartilha, formulada e publicada pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social em 2015 reúne apontamentos críticos sobre a universidade no contexto da sociedade capitalista e indica no documento projeções imediatas e societárias.

O enfoque no momento é a Universidade, assim a contribuição da ENESSO perpassa, historicamente, a dimensão da formação profissional em Serviço Social, encarando esta para além de uma perspectiva acadêmica, mas como elemento basilar de uma compreensão crítica de mundo. Dessa maneira, propomos nesta CAMPANHA que a discussão, mas também mobilização acerca da Universidade seja prioridade para nós. (EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL, 2015, p. 04)

Contudo, é no marco posterior ao ano de socialização deste material que evidenciamos, através de pesquisa prévia, uma inflexão nesta proposta esboçada pela ENESSO, que leva à hipótese de que a campanha não se consolidou como projetada; ao contrário:

[...] as análises referentes às questões centrais que perpassam o processo de **formação profissional** em Serviço Social e a **educação superior** brasileira não têm sido o objeto central de debates e decisões do MESS há pelo menos 05 anos, na ocasião do ENESS Carioca. Realidade que muito nos preocupa, pois a gênese e a legitimidade da ENESSO se dão precipuamente pelo seu compromisso e defesa do projeto de formação profissional hegemônico da categoria, o qual é calcado na defesa da educação pública, laica, democrática, de qualidade socialmente referendada e estes dois eixos<sup>15</sup> estruturantes que demanda debate dos demais eixos temáticos não têm sido debatidos. E aqui, [...] invocamos estudantes

<sup>15</sup>Conforme ENESSO (2019, p. 07), seus eixos norteadores são sete, à saber: “Conjuntura, Movimento Estudantil, Universidade e Educação, Formação Profissional, Cultura e Combate às Opressões”.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

de Serviço Social a debaterem com rigor teórico crítico a educação superior e intrinsecamente a formação profissional, ambos hodierno ameaçados pela conservadora e sobremaneira pelo ultraconservadorismo bolsonarista em vigor. (ZANELLI, CAPUTI, 2020, p. 439).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Nossa escolha é a resistência: somos classe trabalhadora!<sup>16</sup>”. Como categoria profissional que constitui o conjunto das grandes massas que vivem do trabalho, não abriremos mão de reivindicar o conhecimento científico. O processo de renovação do Serviço Social brasileiro nos indica que o aporte na teoria social crítica se constitui como “pedra fundamental” em nossa maturação político-profissional.

E neste conjunto de construções, o próprio MESS representa um patrimônio para o Serviço Social e as pesquisas sobre este tema têm registro na produção intelectual da área. Nossa tarefa diante esta conjuntura de incertezas, descaminhos neoliberais, ameaças e ofensivas à vida humana, pode ser muito frutífera conforme estreitamos nossa relação com movimento sociais com os quais comungamos da direção.

O MESS dispõe assim de um aparato no campo da pesquisa a ser objeto de maiores investimentos, posto que a produção sobre o tema traz à tona a potencialidade da dimensão político-organizativa da nossa profissão disseminada como processo da formação profissional em Serviço social consoante ao projeto que tem sua base sistematizada nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social de 1996.

Acreditamos também que a omissão de críticas – pertinentes, fundamentadas, abertas ao processo pedagógico-político – incorrem em prejuízos para fortalecimento político-organizativo do movimento estudantil. Se é fato que os desafios estão postos, também podemos incidir na construção de alternativas contando com o recurso científico

Não resta dúvida na bibliografia registrada na produção do Serviço Social quanto à complexidade dos desafios contemporâneos para efetivação de uma práxis política que

---

<sup>16</sup>Epígrafe da Campanha do conjunto CFESS/CRESS 2018, em alusão ao Dia da/o Assistente Social.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

reivindica a liberdade como um valor ético central – sobretudo, se nos determos sobre qual o significado da liberdade que nos orienta. Mas é oportuno não esquecer: conforme Marx (1999, p. 52): [...] a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo do seu devir.”

Não podemos menosprezar a potencialidade de intensificação dos riscos à vida humana diante de um contexto de fascistização da vida social em escala mundial. Se a construção de uma nova sociedade demanda um sujeito de classe, nos importa saber a que classe pertencemos e o que pretendemos construir. O desenvolvimento científico é, sem dúvidas, uma chave do desenvolvimento do ser social. Estudantes universitários – e aí incluem-se evidentemente, as diversas áreas de conhecimento e ramos do saber – tem uma tarefa histórica de colocar em questão o significado social da ciência e das tecnologias. Somos produtoras desse processo, não meras expectadoras. Parafraçando a ENESSO, enfim, que a nós – como classe revolucionária – nos sirva o nosso conhecimento.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOLSONARO concede indulto à Daniel Silveira. Brasil de Fato. São Paulo, SP, 21 de abril de 2022. Política. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/04/21/bolsonaro-concede-indulto-a-daniel-silveira>. Acesso em: 25 abr. 2022.

DEMIER, Felipe. Burguesia e pandemia: notas de conjuntura sobre neofascismo e ultraneoliberalismo no Brasil de Bolsonaro. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro.; FREIRE, Silene de Moraes Freire. (org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 89-102.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL (Brasil). **Cartilha**

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

“A quem serve o teu conhecimento?” Brasil, 2015. Disponível em: <https://enessooficial.files.wordpress.com/2015/08/a-quem-serve-teu-conhecimento-enesso-2015.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.

EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL (Brasil). **Estatuto da Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social**. Curitiba, PR, ENESSO, 2019. Disponível em: <https://enessooficial.files.wordpress.com/2020/10/estatuto-revisado-2019-3.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2022.

FORNAZIER MOREIRA, Tales Willyan. Movimento Estudantil de Serviço Social e os desafios contemporâneos: um balanço crítico do contexto pós-golpe. **Universidade e Sociedade**. Brasília, DF, n. 65, p. 70-81, 2020. Disponível em: [https://www.andes.org.br/img/midias/e6044942a65bd14f8e145ac61c2db303\\_1581944312.pdf](https://www.andes.org.br/img/midias/e6044942a65bd14f8e145ac61c2db303_1581944312.pdf). Acesso em 25 abr. 2022.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LENIN, Vladimir Ilitch Ulianov. Que fazer? Problemas candentes do nosso movimento. *In: Obras escolhidas*. 3.ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1987. v. 1, p. 81-214.

MARX, Karl. Prefácio (1859). *In: Os Pensadores*. Karl Marx. São Paulo: Nova Cultural, 1999, p. 49-54.

MAZZEO, Antonio Carlos. Neofascismo: Expressão Ideológica da Crise Sistêmico-Estrutural do Tardo-Capitalismo – Reflexões Preliminares. *In: MAZZEO, Antonio Carlos; PINHEIRO, Milton; PERICÁS, Luiz Bernardo. (org.). Neofascismo, autocracia e bonapartismo no Brasil*. São Paulo: Instituto Caio Prado, 2022. p. 33-59.

NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

PAULANI, Leda Maria. Bolsonaro, o ultraliberalismo e a crise do capital. *In: Margem Esquerda*. n. 32. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 48-56.

PINHEIRO, Milton. **A ditadura que tentou matar o futuro**. *Blog da Boitempo*. São Paulo, 2020. Disponível em: [https://blogdaboitempo.com.br/2020/04/30/a-ditadura-que-tentou-matar-o-futuro/#\\_ftn2](https://blogdaboitempo.com.br/2020/04/30/a-ditadura-que-tentou-matar-o-futuro/#_ftn2). Acesso em: 09 abr. 2022.

POERNER, Arthur. **O poder jovem**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

QUEM é Daniel Silveira, o deputado bolsonarista preso após ameaças ao STF. Brasil de Fato. São Paulo, SP, 17 de abril de 2022. Geral. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/02/17/quem-e-daniel-silveira-o-deputado-bolsonarista-preso-apos-ameacas-ao-stf>. Acesso em: 25 abr. 2022.

SANTOS, Tiago Barbosa. **A participação política dos estudantes de serviço social na defesa e consolidação da direção social da formação**: a práxis política dos estudantes e a

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

relação com a formação profissional. 2007. Trabalho de conclusão de curso (graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://bityli.com/7MawBS>. Acesso em: 20 out. 2021.

ZANELLI, Lucila de Souza; CAPUTI, Lesliane. Consciência de classe e o movimento estudantil de Serviço Social brasileiro. **Serviço Social em perspectiva**. Montes Claros, MG, v. 04, n. especial, p. 417-428, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/1431/1638>. Acesso em: 18 abr. 2022.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral  
Eixo Temático – Gênero, Raça, Etnia e Geração

## CAMINHOS DE LUTAS E CORES: OS AVANÇOS E DESAFIOS NA RELAÇÃO SERVIÇO SOCIAL E DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

PATHS OF STRUGGLES AND COLORS: ADVANCES AND CHALLENGES IN THE  
RELATIONSHIP SOCIAL WORK AND SEXUAL AND GENDER DIVERSITY

Euler Antônio Campos<sup>1</sup>

**RESUMO:** Neste artigo busca-se apresentar elementos da história do movimento LGBT no Brasil e a apropriação do Serviço Social sobre a temática, apresentando reflexos desta relação. Para tanto, esforçamos em apresentar importantes documentos produzidos pelo conjunto da categoria, em especial aqueles consolidados pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), considerando-os elementos fundamentais que materializam a direção profissional alinhada à questão da diversidade sexual e de gênero. Como resultado, refletimos sobre os consideráveis avanços da categoria em relação a apropriação da temática e da defesa da livre orientação sexual e identidade de gênero enquanto imprescindível para emancipação humana.

**PALAVRAS-CHAVE:** diversidade sexual; identidade de gênero; Serviço Social; LGBT

**ABSTRACT:** This article seeks to present elements of the history of the LGBT movement in Brazil and the appropriation of the Social Service on the subject, presenting reflections of this relationship. To this end, we strive to present important documents produced by the category as a whole, especially those consolidated by the Federal Council of Social Service (CFESS), considering them fundamental elements that materialize the professional direction aligned with the issue of sexual and gender diversity. As a result, we reflect on the considerable advances of the category in relation to the appropriation of the theme and the defense of free sexual orientation and gender identity as essential for human emancipation.

**KEYWORDS:** sexual diversity; gender identity; Social service; LGBT

---

<sup>1</sup> Assistente Social na Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, especialista em Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Atenção Básica - SMSA/PBH, Mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre a aproximação do Serviço Social com a temática da diversidade sexual e de gênero. Partindo da década de 1990 enquanto período histórico importante para o debate sobre a diversidade sexual, propõe-se aqui aglutinar referências do desenvolvimento histórico do movimento LGBT brasileiro aos elementos que desenham os avanços da categoria do Serviço Social na luta por direitos à diversidade sexual e identidade de gênero. Essa aproximação passa a ser possível a partir da perspectiva adotada pela profissão – que refletirá seu projeto ético-político - após o processo reconhecido como “movimento de reconceituação”, que permitiu ao Serviço Social analisar de maneira crítica a realidade brasileira e construir junto aos movimentos sociais frentes de lutas por direitos.

Os projetos profissionais espelham a imagem das profissões, percebendo valores, condutas, perspectivas, normativas, dentre outras ações que a legitimam socialmente (NETTO, 2006). Nesse caminho, o atual Projeto Ético Político da profissão (PEP) vem sendo consolidado em força contrária à sociabilidade burguesa. Se apoiando na perspectiva da emancipação plena dos indivíduos sociais, o conjunto da categoria vem consolidando o projeto profissional através orientações, normativas e campanhas que se alinham à luta pelos direitos e pela livre orientação sexual e de vivência de gênero de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis e todas as expressões da diversidade sexual e de gênero (LGBT+), empenhando-se em orientar uma prática que seja sustentada pela “eliminação de todas as formas de preconceito”, sem discriminação por quaisquer questões (CFESS, 2012).

Não obstante, é possível perceber também os contra fluxos. Nessa trajetória, a categoria profissional demonstrou suas resistências à aproximação da temática, o que apresenta um desafio que requer atenção. O projeto profissional esteve e está em constante disputa, tendo que enfrentar cotidianamente diferentes perspectivas em seu interior, especialmente o conservadorismo que se agiganta na realidade social e que não está superado no cotidiano profissional.

Assim, em um primeiro momento faz-se um breve apanhado da história do movimento LGBT brasileiro, percebendo sua organização social em nossa realidade. Em seguida,

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

discorre-se sobre a construção da categoria do Serviço Social em relação à temática da diversidade sexual e de gênero, alinhando-se aos movimentos sociais de luta por direitos pela livre orientação sexual e respeito às identidades de gênero. Aqui, busca-se traçar historicamente as normativas e campanhas que vão incorporar ao projeto profissional do Serviço Social os principais avanços em relação à temática. Por fim, busca-se abordar os avanços alcançados e os desafios encontrados ainda no interior da profissão, na tentativa de contribuir para a reflexão junto à categoria.

### **SERVIÇO SOCIAL, DIVERSIDADE SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO: RETOMADA HISTÓRICA DE UMA IMPORTANTE RELAÇÃO**

As cores da luta: Caminho histórico do movimento LGBT brasileiro

O crescente movimento homossexual, que demonstrou forte mobilização especialmente no final dos anos de 1970, com o afrouxamento da ditadura empresarial-militar, colocou no debate social as opressões vividas por aqueles que divergiam da normativa sexual. Na “primeira onda de mobilização política em defesa da homossexualidade no Brasil” (SIMÕES & FACCHINNI, 2009, p.81), destacaram-se o Jornal Lampião e o Grupo Somos criados em 1978. Ambos foram grandes responsáveis por “dar voz” às demandas do movimento e, especialmente este segundo, apontando as possibilidades de organização social.

O Lampião nasce com a proposta de ser um jornal de imprensa alternativa com temática homossexual, que tem sua primeira edição em abril 1978 (SIMÕES & FACCHINNI, 2009; FIGARI, c2015). Três anos após sua criação, o Jornal Lampião escreveu seu último número, finalizando por divergências internas e questões econômicas. O jornal teve grande importância na construção de uma mídia alternativa que conectasse e referenciasse os diferentes grupos que se consolidaram à época.

Também em abril de 1978, foi realizada em São Paulo uma semana de debates políticos, promovido pela revista Versus, do Movimento da Convergência Socialista. Relatos de que um setor do movimento não desejava incluir o Jornal Lampião, que tinha alguns editores vinculados ao Convergência, nas discussões daquele espaço, pois acreditavam que isso afastaria a classe trabalhadora. Esse fato gerou debates e emoções contra o movimento, colocando a vivência homossexual em um debate político mais amplo, reafirmando a

necessidade de um grupo organizado para dar continuidade às discussões. O grupo nasce, então, com o nome de Núcleo de Ação Pelos Direitos Homossexuais, posteriormente alterado para “Grupo Somos”. (SIMÕES & FACCHINNI, 2009; FIGARI, c2015). O Grupo Somos se constitui na perspectiva de organização política, tendo aglutinado diferentes pessoas com diferentes perspectivas organizativas, o que marcou as atividades do grupo. De um lado havia quem requeresse uma certa autonomia em relação às lutas gerais, de outro havia uma ala mais à esquerda com uma perspectiva de inserção das questões homossexuais nas lutas mais gerais. (SIMÕES & FACHINNI, 2009) Essas perspectivas divergentes do Grupo Somos possibilitaram o nascimento de outros grupos, como o Outra Coisa e o Grupo de Ação Lésbico-Feminista, que contribuíram muito para o desenvolvimento do movimento homossexual, por exemplo, esse último, que buscava demonstrar as questões de mulheres lésbicas na realidade social.

Com o processo de abertura política e o período conhecido como redemocratização na década de 1980, potencializou-se a expressão pública dos novos movimentos sociais, permitindo surgir novos grupos homossexuais em diversas cidades brasileiras. Ainda, do ponto de vista organizativo, foi possível ampliar o debate social sobre a temática, por exemplo, com a realização do I Encontro Brasileiro de Homossexuais, permeado de importantes discussões e com a participação de representantes de partidos da esquerda, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

Posteriormente, os crescentes coletivos organizados de pessoas LGBT sofrem importante redução com a chegada da epidemia de AIDS (FACCHINNI, 2009). Anunciada como “peste gay”, a condução dada à nova doença foi responsável por inúmeras mortes apoiadas no preconceito e segregação desta população. Enquanto resposta, os grupos centralizam a atenção da atuação política numa perspectiva de dialogar com o Estado, na tentativa de assegurar direitos mínimos à população LGBT. Nesse momento, Segundo Simões e Facchini (2009), entra em cena uma nova geração de “ativista” com “pouco ou nenhum envolvimento em posições ideológicas de esquerda ou anarquista e se mostrava menos refratária à ação no campo institucional”. (SIMÕES&FACCHINNI, 2009, p.117) Essa característica vai desenhar o novo perfil do movimento homossexual no Brasil, onde os grupos vão se organizar de maneira mais institucionalizada e formalista, na busca por assegurar

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

direitos dentro da estrutura estatal, especialmente naquilo que dizia respeito à aids. Para diminuir as violências vivenciadas, esse novo perfil procurava agir “junto ao Legislativo e ao Judiciário, perseguindo a mudança dos códigos e das leis” (SIMÕES & FACCHINNI, 2009, p.125). Essa forma organizativa ganhou força especialmente na década de 1990, após a promulgação da Constituição Federal, com forte institucionalização dos grupos na forma de ONG’s e, posteriormente, na vinculação a partidos políticos.

2.2 Colorindo a nossa luta: Serviço Social, movimento LGBT e os avanços na consolidação de um projeto.

A efervescência das questões sobre a sexualidade e o movimento homossexual explicitados até aqui, vão alcançar diferentes espaços sociais, incluindo o espaço acadêmico e o interior de algumas profissões. O Serviço Social, naquele momento, passava por um processo de revisão de sua matriz teórica, comum a proposta de se aproximar das demandas emergentes na realidade brasileira. Esse processo tem início em meados de 1960, tendo sido atravessado por perspectivas que buscavam, inicialmente, a modernização técnica da profissão sem questionar as bases teóricas conservadoras, vinculadas à manutenção da ordem capitalista. Em outro momento, tem-se a perspectiva de Intenção de Ruptura, que buscou questionar as bases teórica e prática profissional, a partir da aproximação da teoria social crítica de Marx (NETTO, 2017). Essa última perspectiva acabou por oferecer as bases da hegemonia existente atualmente na profissão, subsidiando o atual Projeto Ético Político (PEP) profissional. Nesse caminho, as pautas levantadas pelo movimento homossexual vão encontrar o Serviço Social brasileiro e, por seguinte, aproximar a categoria da temática.

Segundo explicitado por Duarte (2014), em meados de 1986, no interior do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), em um Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESS) já se discutia sobre sexualidade e direitos homossexuais, especialmente diante do contexto da aids. Corroborando, o professor Guilherme Almeida relata que entre o final da década de 1980 e início de 1990, “algumas estudantes de Serviço Social e assistentes sociais atuavam no movimento homossexual, ou tinham relações importantes com aquele movimento, trabalhando para que a agenda da categoria explicitasse

uma preocupação com o que começava a ser chamado de homofobia”. (CFESS, 2020) Esse processo de aproximação e apropriação sobre a questão homossexual permitiu ampliar as discussões sobre questões éticas profissionais, permitindo que o conjunto da categoria já sinalize a questão da sexualidade de um novo código de ética aprovado em 1993. Esse documento foi o primeiro a introduzir, enquanto princípio, que o exercício do Serviço Social devesse ser desprovido de discriminações, dentre elas, por opção sexual, que à época era o termo utilizado para o que hoje nomeamos de Orientação Sexual. (CFESS, 2020) A partir de então, o processo de aproximação da categoria com a questão da diversidade sexual e de gênero passou por um longo processo de destaques.

A temática da diversidade sexual começa a se fazer presente na produção de conhecimento do Serviço Social em meados de 1995, à época do 8º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). (MARINHO E OLIVEIRA, 2016) Ainda que de maneira discreta, já apontava o processo de reflexão crítica provocada pela mudança de perspectiva no Serviço Social brasileiro.

Nos CBAS de 2001 e 2004 a produção a respeito da temática ganha maior notoriedade, tendo registrado pela primeira vez um maior número de inscrições de trabalhos sobre o tema. (MARINHO, 2016; ALMEIDA, 2010) Em 2006 a categoria, através do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) apresentou importante avanço nos marcos regulamentares da profissão com a publicação da resolução N° 489, de 03 de junho daquele ano. A resolução vai estabelecer normativas que buscam vedar condutas “discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional do Assistente Social, regulamentando princípio inscrito no Código de Ética Profissional”. (CFESS, 2006) A resolução reforça a incompatibilidade entre a atuação profissional ética e a ação discriminatória, devendo o profissional inclusive contribuir, em seu espaço ocupacional, com a reflexão sobre o respeito aos indivíduos viverem livremente sua sexualidade, afetividade e expressões de gênero.

O conjunto lançou naquele mesmo ano a campanha pela Livre Orientação Sexual: “O Amor Fala Todas as Línguas”, que buscou aprofundar com a categoria profissional o debate sobre a diversidade sexual e identidade de gênero. Destacam-se, entre os objetivos da campanha a busca por sensibilizar a categoria sobre a diversidade sexual e identidade de

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

gênero enquanto direito humano; contribuir para o aprimoramento profissional através do aprofundamento da temática, devendo-a ser reconhecida enquanto dimensão que constitui os sujeitos; o enfrentamento à discriminação nos espaços institucionais; e construir espaços de diálogo com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) para avançar nas construções sobre a temática.

Em 2010, a estrutura organizativa da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) passou a contar com o Grupo de Trabalho e Pesquisa (GTP) Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades. O espaço é parte de uma estratégia coletiva de fortalecimento e visibilidade das temáticas que nomeiam o GTP, promovendo “debates fecundos sobre os temas de ponta do interesse profissional e das forças progressistas da sociedade” (ABEPSS, 2013).

Seguindo, destacam-se avanços que incluíram, a revisão do Código de Ética, via resolução CFESS nº594/2011 que introduziu “aperfeiçoamentos formais, gramaticais e conceituais” no texto do código de ética, “garantindo a linguagem de gênero” (CFESS, 2011), com a substituição da expressão “opção sexual” por “orientação sexual” e a expressão “gênero” por “identidade de gênero”.

Importante destacar que o Serviço Social figura enquanto primeira categoria profissional brasileira a garantir o uso do nome social no exercício profissional (CFESS, 2019), através da resolução 615 de 2011 (alterada pela Resolução CFESS nº 785/2016), demonstrando o compromisso em assegurar o direito ao reconhecimento do uso do nome social conforme identidade de gênero de assistentes sociais. Dois anos após essa resolução, o CFESS lançou a campanha “Nem rótulo, nem preconceito: Quero respeito”, na busca por reafirmar junto a categoria a posição em defesa dos direitos de pessoas trans e travestis.

Em 2014, durante o 44<sup>a</sup> Encontro Nacional CFESS-CRESS, o conjunto reafirma seu compromisso com as questões LGBT no documento “As Bandeiras de Luta” do conjunto CFESS-CRESS, texto que condensa a trajetória de lutas políticas construída coletivamente ao longo dos últimos anos. No documento, dentre outras temáticas, o conjunto se propõe a “Defender a ampliação da rede de atendimento do processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS) como direito da população LGBT” (CFESS, 2015, p.18); “Posicionamento contrário a todas as formas de exploração e discriminação de classe, gênero,

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física”(CFESS, 2015, p.18); “Defender os Princípios de Yogyakarta, o Plano Nacional Cidadania e Direitos Humanos LGBT e o Plano Nacional de Saúde da População LGBT”(CFESS, 2015, p.19); além de promover e manter o “debate contemporâneo acerca do uso do nome social nos espaços públicos e privados [...] e no acesso às políticas públicas para a população LGBT, considerando a livre identidade de gênero” (CFESS, 2015, p.39/40).

Também em 2014, a ABEPSS, em assembleia realizada por ocasião do XIV Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) em Serviço Social, aprovou, por unanimidade, a inclusão no currículo da graduação de Serviço Social um componente que abordasse “as temáticas relacionadas às relações sociais de classe, gênero, etnia/raça, sexualidade e geração” (ABEPSS, 2016) a partir das reflexões que levaram a compreender que a “questão social é mediada dialeticamente por tais relações”. (ABEPSS, 2016) Essa orientação permitiu aproximar o debate à formação acadêmica. Ainda que não possuía caráter obrigatório, a aprovação sinalizou sobre a pertinência das reflexões a diversidade sexual e de gênero no processo formativo do Serviço Social.

Após esse período, no interior da profissão, foi possível perceber o crescente interesse na produção teórica sobre a temática, como ressalta Marinho (2017) e o professor Guilherme de Almeida, durante o “Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade Trans: exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero”, ocorrido em 2015. Destaca-se a importância do seminário, que após quase dez anos a primeira campanha do conjunto sobre diversidade, recoloca a necessidade da continuidade do debate junto à categoria. Esse seminário também evidenciou os avanços na profissão, pois foi um espaço que permitiu aglutinar importantes autores da temática no Serviço Social, bem como analisar criticamente a prática profissional em relação às questões afetas à população transexual e travesti. Em 2020 o CFESS publicou um livro com o conteúdo das palestras realizadas neste seminário.

Ainda, dentre as resoluções sobre a temática da identidade de gênero, foi publicada em 2018 a resolução 845, que dispõe sobre a atuação de assistentes sociais no processo transexualizador. A resolução apresenta subsídios que direcionam a ação profissional na área, ressaltando ser competência de assistentes sociais a prestação de “acompanhamento a sujeitos que buscam as transformações corporais em consonância com suas expressões e identidade

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

degenero” (CFESS, 2018). Reforçando, ainda, o atendimento alinhado “aos referenciais teórico-metodológicos e ético-políticos, com base no Código de Ética do Assistente Social, rejeitando qualquer avaliação ou modelo patologizado ou corretivo da diversidade de expressão e identidade de gênero” (CFESS, 2018).

No entanto, mesmo com todo avanço ainda é possível perceber algumas resistências da categoria no que tange a temática, como foi destacada por Matos e Mesquita (2011), descrevendo a recusa de alguns profissionais que questionaram o conjunto CFESS/CRESS sobre a importância da campanha “o amor fala todas as línguas: assistentes sociais na luta contra o preconceito”. Os autores citam, por exemplo, a recusa de fixação de material gráfico da campanha em diferentes espaços e órgãos representativos da categoria. Almeida (2009) reforça que essa realidade é constituída pela junção da resistência na produção acadêmica sobre a temática, pela priorização de outros debates que a categoria aponta como de maior importância e pela histórica influência conservadora na profissão. Sobre estes três pontos, discorreremos brevemente.

No aspecto da produção acadêmica, tomando como referência os dois principais encontros nacionais da categoria, o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e o Encontro Nacional de Pesquisadoras em Serviço Social (ENPESS), ao analisar os anais de cada último evento ocorrido, observa-se que, no CBAS, ocorrido 2019, no universo dos 1.732 trabalhos aceitos, apenas 36 versavam sobre diversidade sexual e identidade de gênero. No ENPESS, que aconteceu em 2018, dentre os 1.063 trabalhos apresentados, 32 foram referentes à temática supracitada. Em ambos os eventos, a produção relativa à temática foi aproximadamente 2% do total. A realidade descrita permite analisar, ainda que brevemente, que há, no comparativo à outras temáticas, uma certa resistência na produção acadêmica sobre a temática, corroborando com o apontado por Almeida (2009). Cabe salientar ainda que, faz-se necessário reconhecer que a maior parte da produção sobre a temática tem sido difundida nos eventos da categoria, por diferentes limitações ou entraves que não serão possíveis debater no presente artigo.

No aspecto da priorização de outros debates, é possível depreender, pelo descrito até aqui, que o conjunto tem buscado consolidar espaços que assegurem a permanência do debate da temática, com destaque especial para o GTP Serviço Social, Relações de

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades que vem contribuindo para as reflexões teóricas e estímulo para a elaboração, produção e circulação sobre a temática. Ainda, enquanto estratégias de avançar no debate, os encontros nacionais e regionais mantêm eixos temáticos que permitem que a categoria discuta sobre a diversidade sexual e identidade de gênero, contribuindo para a continuidade do debate nos eventos promovidos.

No aspecto da influência conservadora na profissão, afirma Barroco (2009) que o Serviço Social é uma das profissões vulneráveis à incorporação e/ou ao enfrentamento de relações conservadoras”, ela sustenta isso, exemplificando: “por sua histórica vinculação ao conservadorismo moral, pode estar vulnerável à sua reatualização”. Nesse sentido, é inegável que o conservadorismo é ponto importante para a resistência ao debate sobre a diversidade sexual e de gênero, pois apresenta uma quebra nas ideias normativas que estruturam a sociedade. É importante ressaltar que o conservadorismo não se configura enquanto uma teoria social, mas sim um sistema de ideias (NISBET, 1978 apud YASBEK, 2009), assim sendo apresentar reflexos nas diferentes práticas, inclusive daqueles profissionais que se alinham à uma perspectiva crítica. Nesse sentido, é necessário estimular a produção acadêmica, manter presente o debate e enfrentar incisivamente o conservadorismo presente na prática profissional, na busca por superar a resistência da categoria à questão LGBT.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo desse artigo é recuperar o movimento histórico de aproximação e apropriação do conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO em relação à temática da diversidade sexual e identidade de gênero, apresentando alguns aspectos relevantes.

É fundamental perceber e discutir a diversidade sexual e a identidade de gênero enquanto característica presente na classe trabalhadora e reconhecer que essa diversidade é campo de opressão e violência impetradas pelos padrões normativos e homogeneizadores da sociabilidade do capital, que instrumentaliza o conservadorismo de forma ideológica. Essa análise contribui para o avanço da categoria no enfrentamento das opressões sofridas pela população LGBT no cotidiano profissional.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Ainda que apontadas as fragilidades na relação Serviço Social e diversidade sexual e de gênero, percebe-se as potencialidades para o enfrentamento. A produção acadêmica, ainda que em menor proporção, tem contribuído para o debate no interior da profissão, permitindo construir uma prática do Serviço Social alinhada ao projeto ético político da profissão. No entanto, é urgente potencializar e provocar a categoria para a promover e ampliar a produção intelectual sobre a temática, de forma comprometida com o rompimento com todas as formas de discriminação. Esse processo é potencializado com a presença do debate nas matrizes curriculares dos cursos de graduação e pós-graduação.

Nesse escopo, não se pode deixar de enfrentar o conservadorismo na mesma proporção com que ele se apresenta no interior da profissão. O Serviço Social possui um grande acúmulo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que permite confrontar e combater a lógica conservadora. Faz-se necessário consolidar mais pesquisas acadêmicas, realizar constantes processos de formação profissional e permanente, além de continuar a construção em conjunto com os movimentos sociais de um projeto de sociedade que supere a sociabilidade imposta.

Suscitar o debate e o enfrentamento à discriminação sobre orientação sexual e identidade de gênero no interior da profissão é urgente e é, também, reafirmar o projeto ético-político profissional, continuando o legado até aqui já conquistado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. **Grupo Temático de Pesquisa Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades.** ABEPSS, 2013. Disponível em: <[www.abepss.org.br](http://www.abepss.org.br)>. Acesso em: 01 de fev. 2022.

ABEPSS. **GTP: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades.** ABEPSS, 2016. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/noticias/gtp-servico-social-relacoes-de-exploracaoopressaode-genero-racaetnia-geracao-sexualidades-15> . Acesso em: 01 de fev. 2022

ALMEIDA, Guilherme Silva de. **Notas sobre a possibilidade de enfrentamento da homofobia pelos/as Assistentes Sociais.** In: O social em questão 20: Diversidade Sexual e cidadania. Rio de Janeiro, p. 117-141, jul./dez. 2009. Disponível em:

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

<http://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/O-Social-em-Quest%C3%A3o-n%C2%BA20.pdf>. Acesso em: 27 de out. de 2020

ALMEIDA, Guilherme Silva de. **Notas preliminares sobre a produção acadêmica dos Assistentes Sociais sobre temas associados a direitos sexuais e direitos reprodutivos.** In: Anais do XIII Congressos Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS 2010). Brasília, 2010.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Fundamentos éticos do Serviço Social.** In Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: 2009. Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina-servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-completo-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais-2009/view>> Acesso em: 02 de out. de 2021.

CFESS. **Resolução N° 489/2006.** Brasília, 2006

CFESS. **Resolução N° 594/2011.** Brasília, 2011

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social.** 10ª edição, revista e atualizada. Brasília, 2012.

CFESS. **44ª Encontro Nacional CFESS/CRESS – Relatório Final.** Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/relatorio-44-nacional-cfess-cress.pdf>. Acesso em: 01 de fev. 2022

CFESS. **Resolução N° 845/2018.** Brasília, 2018

CFESS. **Orientações para o atendimento de pessoas trans no conjunto CFESS-CRESS.** Comissão de Direitos Humanos. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-NomeSocial-Folder30x25cm-Montado.pdf>. Acesso em: 01 de fev. 2022

CFESS. **Seminário Nacional Serviço Social e Diversidade Trans: exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero.** Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroSeminarioTrans2015-Site.pdf>. Acesso em: 28 de out. de 2020.

DUARTE, Marco José. O. **Diversidade Sexual, políticas públicas e direitos humanos: saúde e cidadania LGBT em cena.** Revista Temporalis, Brasília, v. 14, n. 27, p. 77-98, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/temporalis/article/view/7209> . Acesso em: 31 de out. de 2020.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

FIGARI, Carlos Eduardo. **Somos, grupo: primeiro grupo homossexual do Brasil.**

Enciclopédia Latino-americana, São Paulo, c2015. Disponível em:

<http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/s/somos-grupo>. Acesso em: 30 de jan. 2022

MATOS, M. C.; MESQUITA, M. **“O amor fala todas as línguas: assistente social na luta contra o preconceito” – reflexões sobre a campanha do conjunto CFESS/CRESS.** Em pauta nº 28. Rio de Janeiro: UERJ, Dez. 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/2938>. Acesso em: 31 de out. de 2020

MARINHO, Silvana. OLIVEIRA, B. **O campo dos direitos LGBT como espaço sócio ocupacional emergente do Serviço Social.** In: II Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais do Rio de Janeiro: 80 anos do Serviço Social no Brasil, 2016. Disponível em: <http://www.cressrj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/130.pdf>. Acesso em: 28 de out. de 2020

MARINHO, Silvana. **Serviço social e população trans: um debate sobre questão social e suas expressões na cena contemporânea.** Revista Serviço Social em Perspectiva Montes Claros, v.1, n.1, jan/jun-2017. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/799>. Acesso em: 31 de out. de 2020.

NETTO, Jose Paulo. **A Construção do Projeto Ético-político do Serviço Social.** In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Rio de Janeiro: Cortez, 2006. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/839>. Acesso em: 07 de fev. 2022

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós – 64.** 17ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SIMÕES, Júlio A.; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris: do homossexual ao movimento LGBT.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/neexv08>. Acesso em: 30 de jan. 2022

YAZBEK, M. C. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social.** In Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília:2009. Disponível em: <<http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/morena.marques/disciplina-servico-social-e-processos-de-trabalho/bibliografia/livro-completo-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais-2009/view>> Acesso em: 30 de set. de 2021.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral  
Eixo Temático – Gênero, Raça, Etnia e Geração

**APREENSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL E AS RELAÇÕES RACIAIS:  
SUPEREXPLORAÇÃO, LUTA POR DIREITOS E DEMOCRACIA**

APPRECIATIONS OF THE SOCIAL ISSUE IN BRAZIL AND RACE RELATIONS:  
OVEREXPLORATION, STRUGGLE FOR RIGHTS AND DEMOCRACY

Gustavo Gonçalves Fagundes<sup>1</sup>

**RESUMO:** O artigo expõe os entrelaçamentos da questão social e das relações raciais no Brasil, aponta as conexões já apresentadas nas obras clássicas da profissão e as atualizações desenvolvidas ao longo dos anos. Aborda a superexploração como traço estrutural da formação social brasileira em particular e do capitalismo dependente em geral, sendo ressaltada sua íntima relação com a questão racial no país. Feito esse acúmulo e apanhado histórico, é abordado a centralidade da luta por direitos e cidadania para o Serviço Social, com ênfase na relação com os movimentos sociais e a necessidade de uma compreensão crítica do espaço sócio-ocupacional dos assistentes sociais. Por fim, esse conjunto de elementos a questão democrática, um aspecto tão central nos tempos atuais e que possui detratores escorados na opressão racial e agudização da superexploração como forma de viabilizar uma maior restrição da democracia e dos direitos da classe trabalhadora em geral.

**PALAVRAS-CHAVE:** Questão social; Relações raciais; Movimentos sociais; Serviço Social; Cidadania.

**ABSTRACT:** The article exposes the intertwining of the social issue and racial relations in Brazil, points out the connections already presented in the classic works of the profession and the updates developed over the years. It addresses overexploitation as a structural feature of Brazilian social formation in particular and of dependent capitalism in general, highlighting its intimate relationship with the racial issue in the country. After this accumulation and historical overview, the centrality of the struggle for rights and citizenship for Social Work is approached, with emphasis on the relationship with social movements and the need for a critical understanding of the socio-occupational space of social workers. Finally, this set of elements the democratic question, an aspect that is so central nowadays and that has

<sup>1</sup> Doutorando e mestre em Serviço Social pela UFRJ. Professor substituto da Faculdade de Serviço Social da UFJF. Assistente social. Colaborador do Grupo de Pesquisa e Estudo em Questão Racial e Serviço Social (GEPEQSS/ESS-UFF). Integrante do grupo de pesquisa Superexploração, racismo estrutural e alienação (LEMARX-TMD/ESS-UFRJ).

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

detractors based on racial oppression and the exacerbation of super-exploitation as a way to make possible a greater restriction of democracy and the rights of the working class in general.

KEYWORDS: Social issues; Race Relations; Social movements; Social work; Citizenship.

## INTRODUÇÃO

Frente ao debate clássico na tradição crítica a respeito da questão social no Brasil, existe no âmbito do Serviço Social uma importante iniciativa de incorporar, qualificar e atualizar as discussões sobre tal tema. Esse é um esforço coletivo, o que abrange o conjunto da categoria profissional e pesquisadores de outras áreas do conhecimento. Uma empreitada fundamental, seja pelos desafios impostos pelas transformações no mundo do trabalho e na própria ordem societal (ANTUNES, 2018; BEHRING, 2018) como também por aprofundar nas elaborações próprias da questão social e suas particularidades, elementos centrais da realidade brasileira, o que no nosso caso diz respeito ao racismo estrutural (ALMEIDA, 2019) e a dependência (BAMBIRRA, 2012; MARINI, 2005). Dessa forma, temos em mãos um complexo imbrólio para desvelar.

Na esteira do recorte teórico-metodológico, salientamos que trataremos da questão racial como o tema central para compreensão do Brasil. O que, portanto, implica na sua vinculação com a questão social e as suas particularidades. Ao nosso ver, tal proposição teórica não tem nada a ver com um suposto ecletismo. Pelo contrário, é justamente a busca pelas apreensões do real, as minúcias do movimento da realidade, uma tarefa que deve ser encarada a partir do arcabouço da teoria social crítica. A partir da crítica da economia política faremos o crivo necessário para as vigências e inconsistências do que for analisado, sempre com o objetivo de assinalar as tendências pertinentes ou não.

Dessa forma, buscaremos relacionar a vigência da opressão racial com a questão social em nosso país. Partimos do entendimento do racismo como elemento estrutural na formação social brasileira e substância central na dominação de classe, uma potente arma ideológica. E como tal, possui tentáculos na dinâmica econômica, política e tem no Estado um firme ponto de apoio. Uma mínima atenção a divisão social do trabalho no Brasil produz a

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

percepção de uma contraditória relação entre os trabalhadores negros com os trabalhadores brancos e em uma escala superior de degradação do trabalho as mulheres negras, criando um gradiente de hierarquização funcional à reprodução ampliada do capital. Além disso, orientamos um exame da questão social a partir da superexploração da força de trabalho. Uma categoria que a nosso ver se constitui de elementos capazes de nos auxiliarem no entendimento da luta por direitos, nos limites da democracia em um país de capitalismo dependente (DURIGUETTO; DEMIER, 2017) e fundamentalmente na aproximação transversal das particularidades da questão social com as relações raciais. Ao tratar estritamente da superexploração, Mathias Luce (2018, p. 135) é taxativo em afirmar que “a categoria superexploração é, sem dúvida, o traço mais lembrado do capitalismo dependente”.

### **RACISMO ESTRUTURAL E MANIFESTAÇÕES DA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO**

O presente texto não tem o objetivo de inaugurar uma hipótese própria e nem de contrapor frontalmente as perspectivas vigentes. Pelo contrário, desejamos contribuir com as produções já desenvolvidas e que em muito engrandecem o arcabouço teórico-político do Serviço Social e das ciências sociais de conjunto. Para dar conta desta tarefa, optamos por dar como característica central dessa empreitada a inserção das categorias da crítica da economia política ao foco do debate da questão racial. Um quadro já bastante desenvolvido por Gustavo Fagundes e Carla Ferreira (2021), Sheila Dias Almeida (2014), Magali Almeida (2015) e Marcia Eurico (2017; 2018), além do acumulado no Grupo de Trabalho Temático (GTP) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) desde 2010 e que culminou nos Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social (ABEPSS, 2018).

Ainda no ensejo das elaborações difundidas na categoria profissional, Rocha (2014) recupera a questão social elemento fundante da nossa profissão. Entretanto, sua colocação ultrapassa a aparência e nos indaga ao ressaltar quem são os sujeitos violentados e violados, justamente aqueles majoritários nas múltiplas expressões da questão social. Aponta ainda a

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

importância de conhecer esses indivíduos para além do seu “registro de identidade”, o que implica reconhecer suas histórias, trajetórias de resistências e diversas – e particulares – formas de resistência ao permanente ciclo de opressões e exploração que vigoram em um país como o Brasil.

Sendo assim, o esforço aqui apresentado será orientado para dar conta de um permanente diálogo entre racismo estrutural e superexploração da força de trabalho no debate corrente sobre a questão social. Um entrelaço que necessita ser enredado pela dinâmica da luta de classes e a correlação de forças nas ações dos movimentos sociais, o que para nós tem conexão direta com luta por direitos e ampliação dos ditames democráticos.

Aprofundamos aqui as ideias apresentados por Procópio (2021) sobre as resistências negras frente aos colonialismos, escravismos e ao abolicionismo sem direitos, um enredo que culmina nos limites da legalidade da democracia liberal em uma nação dependente. O que acaba por conformar e ser conformado por um Estado ausente de preocupações com as demandas populares, orientado pela violência e autoritarismo, características que trazem em si a marca do racismo. Queiroz (2021), ao fazer uma análise das interpretações marxistas sobre a questão racial no Brasil do pensamento de Clóvis Moura e Florestan Fernandes, coloca que apesar das diferenças entre os autores em questão, tais obras tem em si um resgate dos sujeitos subalternos como uma forma de pensar o que foi ocultado e do trabalhador negro como agente dinamizador da sociedade brasileira, seja no período escravista ou na emergência da sociedade classes, seja nas lutas sociais ou na organização do mercado de trabalho assalariado.

A partir da reflexão do turbilhão de exploração e discriminação que sofre a pessoa negra no Brasil ao longo da formação social e econômica plenamente capitalista, a dinâmica da sociedade brasileira contemporânea realça a desigual adequação do regime de superexploração da força de trabalho entre brancos e negros. Apesar do conjunto dos trabalhadores estar imerso nesta lógica de exploração particular do capitalismo dependente, apontado anteriormente como sendo alavancada pelo avantajado exército industrial de reserva, ou seja, o desemprego e os aspectos do desalento atingem de forma constante e permanente um grande quantitativo da população economicamente ativa. Seu desdobramento

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

é a existência de distinções nas condições de vida e trabalho entre os indivíduos brancos e negros. Essas diferenças se explicam pela constituição de uma estruturante opressão racial com vinculações em toda as áreas da vida, tendo sua expressão reconhecida no âmbito da cultura, educação, emprego e renda, saúde, linguagem e outros segmentos.

Luce (2018, p. 16) apresenta a superexploração como “determinação negativa do valor contida na lei do valor, em que a corporeidade viva da força de trabalho é submetida a um desgaste prematuro” e, sob as condições sócio-econômicas historicamente determinadas, não realiza uma reposição do seu desgaste, onde a “substância viva do valor não é restaurada” e acaba por ser fixada abaixo seu valor. apontamos suas formas de expressão: a) pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor; b) prolongamento da jornada de trabalho além dos limites normais; c) aumento da intensidade do trabalho além dos limites normais; d) hiato entre o pagamento da força de trabalho e o elemento histórico-moral do valor da força de trabalho. O que impõe uma diminuição geral na renda das famílias, um processo que se desenvolve por toda história do trabalho assalariado no país.

Visto que a parcela negra do proletariado brasileiro ocupou na transição ao trabalho assalariado e segue como uma das primeiras forças da população excedente, alavanca a acumulação capitalista tinha a função central de controlar o valor da força de trabalho. A passagem da subsunção formal para a subsunção real incrementa e agudiza as condições de trabalho do proletariado negro no pós-Abolição, pois consolida sua firme situação de desemprego, subemprego, inatividade (características de superpopulação relativa estagnada). A manutenção de uma remuneração abaixo do valor necessário atinge o conjunto dos trabalhadores brasileiros e com maior brutalidade a parcela negra do proletariado.

### **SERVIÇO SOCIAL, LUTA POR DIREITOS E CIDADANIA**

A permanência a opressão racial e da superexploração como traços permanentes da formação social brasileira acaba por impor condicionantes na luta por direitos – e garantia - e na construção da cidadania, elementos tão fundamentais para o Serviço Social.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Para o Serviço Social, que tem a questão social como seu elemento fundante, a apropriação dessa discussão torna-se imprescindível, pois é sobre as múltiplas expressões da questão social que irá atuar. Assim, interrogamos: Quem são os sujeitos sociais historicamente discriminados e alvos preferenciais das ações de violações de direitos? Quem são os sujeitos que mais demandam a intervenção do profissional de serviço social em seus diversos espaços sócio-ocupacionais? Sobre Quem as políticas de repressão e controle do Estado age mais fortemente? Conhecer esses sujeito vai para além de conhecer o seu “registro de identidade”. É preciso conhecer sua história e com ela aprender as diversas formas de resistência a as pressões que são forjadas individual e coletivamente (ROCHA, 2014, p. 303-304)

Pois, assim afirma Santos (2006, p. 197) ao abordar a prática interventiva do assistente social:

Como se trata de uma posição teleológica que se pretende uma ação sobre outras consciências, ou de influir sobre um ser que não é uma matéria inerte e sim outro ser humano e/ou estruturas que lhe afetam e que, como tal, oferece uma reação sobre essa ação, escolher uma finalidade e os meios existentes a serem mobilizados exige, igualmente, um conhecimento dos sujeitos que procuram por serviços sociais: conhecimentos dos fenômenos apresentados por eles, das relações sociais e pessoais que os envolvem, seus valores, cultura, preconceitos, juízos. Esses sujeitos sociais não são meros objetos, sendo assim, deve-se conhecer, também, os determinantes estruturais, ideológicos e políticos que condicionam a existência humana.

Duriguetto (2014) aponta que para o Serviço Social Latino Americano:

Os processos de restauração do capital impactam regressivamente as condições que permitem a criação de mediações teórico-operativas do projeto profissional nos diferentes espaços sócio-ocupacionais. Entretanto, a categoria profissional, há mais de três décadas, vem acumulando conhecimentos que nos capacitam a apreender a realidade para além do imediato, superando a naturalização das desigualdades sociais e as compreendendo em uma perspectiva histórica e de totalidade. Conhecimento que, também, indica-nos uma clara defesa dos interesses, necessidades e projetos societários das classes subalternas e de suas organizações e movimentos. (Duriguetto, 2014, p.192)

Recorremos a reflexão acerca da necessária relação entre o Serviço Social e os movimentos sociais devido ao caráter central que esse tipo de manifestação deve possuir no atual estágio conjuntural do país. Compreendendo que se trata de uma relação fundamental a nível tático e estratégico na luta de classes, em consonância com o projeto ético e político do Serviço Social brasileiro bem como com seus princípios e diretrizes expressas no Código de Ética profissional e na Lei de Regulamentação da Profissão. Sendo tático ao explorar as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e na constante busca da superação dos desafios institucionais e conjunturais.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

A partir das três dimensões da prática profissional da assistente social é possível realizar intervenções com um levantamento do arcabouço teórico metodológico - necessário à compreensão da realidade sobre a qual a atuação se insere -, reafirmar os princípios e diretrizes éticas e políticas presentes do projeto ético político da profissão - norteadores da intervenção - bem como as técnicas de intervenção do Serviço Social – necessárias à materialização da atuação em conjunto aos movimentos sociais.

Entretanto, tais estudos não conformariam tamanho avanço sem a conformidade com o Art. 5º Código de Ética do/a Assistente Social (1993): São deveres do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as: “devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;”

Dessa forma, o compromisso histórico do Serviço Social com os movimentos sociais tem o objetivo de não só contribuir na luta por melhores condições de vida, trabalho e direitos humanos, como também contribui para a revitalização da sua práxis e seu compromisso ético-político. Com a função de auxiliar essa relação a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS – criou em 2012 os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) em: Trabalho, Questão Social e Serviço Social; Política Social e Serviço Social; Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho; Movimentos Sociais e Serviço Social Profissional; Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; Classe Social; Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade Sexual e Serviço Social; Ética, Direitos e Serviço Social. Esses que são espaços que congregam pesquisadores, docentes, profissionais e estudantes que vem produzindo e elaborando diversos estudos.

Behring (2013, p.12) ressalta ainda que “tratou-se de estabelecer novas articulações na sociedade brasileira, decorrentes por sua vez um novo ethos, o de trabalhador assalariado, e que se situa numa perspectiva de solidariedade e organização de classe, da classe trabalhadora.”

A sintonia e articulação da categoria profissional aos movimentos sociais vinculados à classe trabalhadora durante este processo foi, portanto, elemento chave para a construção do

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

projeto ético-político profissional, bem como para a reformulação das diretrizes curriculares da formação do Assistente Social e na elaboração dos princípios e valores do Código de Ética Profissional (1993) enquanto documentos que expressam, normatizam e regulamentam os princípios deste projeto.

A Lei da Regulamentação da Profissão nº 8662/93 em seu artigo 4º inciso IX, expõe que cabe ao assistente social “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade”. (Brasil, 2011, p. 45)

Por sua vez, o Código de Ética do profissional de Serviço Social (1993) expõe, no 9º princípio fundamental, a importância da “articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as”. (Brasil, 2011, p. 24) E no Art. 12 do mesmo documento, é exposto como direito profissional do assistente social “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania”. (Brasil, 2011, p.34)

E nesse sentido torna-se essencial a disseminação dos elementos históricos constitutivos do Serviço Social, principalmente no sentido de explorar a importância do Projeto Ético-Político. Manter vivos os laços que marcam a relação da profissão com os movimentos sociais, a partir de uma trajetória de lutas, conquistas e resistências. Estando elas inseridas em um contexto de agudização da luta de classes.

Do ponto de vista de sua inserção no processo político, enfatizou-se uma nova qualidade de conflitos de classe, na medida em que as reivindicações já não se dirigiam ao Estado, mas contra o Estado. Os movimentos sociais urbanos teriam, assim, um conteúdo transformador, que se materializaria na unificação de seu discurso crítico. (Montaño; Duriguetto, 2011, p. 335)

As lutas sociais a partir dos movimentos contribuíram para reelaboração dos conceitos do direito ao trabalho (emprego, carga horária, condições de trabalho), de vida, propriedade, moradia etc. O conjunto de mobilização ao longo da história rompe com o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Os avanços concretos presente nessa relação não a exime das contradições, desafios e limitações impostas pelo contexto na qual está inserida. As expressões viscerais da questão social presentes nos territórios impõe a urgência da organização, mobilização e das lutas dos trabalhadores. Por outro lado, a focalização, seletividade e mercantilização de políticas públicas – sobretudo sociais – somada a repressão por parte do Estado nos territórios, acabam por minar algumas condições mínimas de articulação.

Seja na precarização das condições de trabalho dos e das profissionais da educação superior pública, na ausência de uma política de assistência estudantil que permita à todos os estudantes acessar não apenas o ensino mas à pesquisa e à extensão, ou em tantas outras expressões, os ataques à realização de uma educação superior pública de qualidade implica em limitações à realização dos projetos de extensão e pesquisa que busquem essa articulação.

Neste sentido, compreendendo o Serviço Social inserido na divisão sócio técnica do trabalho destacamos que:

A opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária é antes de tudo uma opção forjada coletivamente no interior da nossa profissão, mas que de modo algum representa uma vontade que lhe seja exclusiva. Daí a necessidade de articulação com outros sujeitos profissionais e sociais para a realização de uma práxis efetivamente emancipatória, reconhecendo que o protagonismo dessa construção não se dá no campo de qualquer profissão. (Almeida, 2013, p.100)

Frente aos desafios políticos, econômicos e sociais postos ao conjunto da classe trabalhadora e, considerando o objeto de intervenção do Serviço Social as expressões da questão social, torna-se evidente a necessidade de formação de intelectuais organicamente vinculados ao projeto da emancipação humana para que seja possível não apenas identificar os desafios históricos, estruturais e conjunturais, mas também desenvolver a capacidade de criar proposições coletivas.

Concluimos que assim como no processo de ruptura com o conservadorismo a relação entre Serviço Social e Movimentos Sociais vinculados à classe trabalhadora significou o fortalecimento do processo de renovação contínua da profissão, ao assumir o compromisso com os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora expresso nessa relação,

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

também hoje reafirmar esta relação deve ser parte constituinte da resistência aos ataques à democracia e ao aprofundamento das desigualdades presentes no contexto latino americano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivenciamos no Brasil contemporâneo um momento de acirramento na luta de classes, um período que nos apresenta uma crise profunda do capital e que busca alternativas na ampliação da expropriação e espoliação (Boschetti, 2018). Tal cenário é crucial para o entendimento das tendências da questão social e suas particularidades, o que não possível de ser efetivado sem o conhecimento prévio e minucioso da formação social brasileira, das relações raciais que a permeiam e das condições vinculadas a superexploração da força de trabalho.

Como a dinâmica da luta de classes não se orienta somente para o lado dos ataques aos trabalhadores, compreender os limites da democracia e os horizontes da luta de direitos é de extrema relevância. Logo, investigar as resistências passa também por captar quem são esses sujeitos, seus sofrimentos, as armadilhas que os domina e assim elaborar estratégias de superação.

Nesse sentido, é necessário ampliar a lente de interpretação do Serviço Social. Um caminho já aberto e que segue em constante crescimento. Deixar de lado os dogmas e utilizar as armas da crítica para desvelar a brutal estrutura de opressão racial, visto que sem cumprir tal objetivo estaremos distantes de uma emancipação plena.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Magali da Silva. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. EM PAUTA, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 31-154, jul./dez. 2014.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. (2013). Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero. In: Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social: os

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais / Conselho Regional de Serviço Social (Org.). Rio de Janeiro: CRESS.

ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. Pólen. São Paulo. 2019.

ALMEIDA, Sheila Dias. Serviço Social e relações raciais: caminhos para uma sociedade sem classes. Temporalis, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 15, n. 29, jan./jun. 2015.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social. Temporalis, Brasília (DF), Abepss, ano 18, n. 36, p. 422-434, jul./dez. 2018.

BAMBIRRA, Vânia. O Capitalismo Dependente Latino-Americano. Florianópolis: Insular, 2012.

BEHRING, Elaine Rosseti; SALVADOR, E. S.; LIMA, Rita de Lourdes de (Org.). Crise do Capital e Fundo Público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

BOSCHETTI, Ivanete. Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho. In: BOSCHETTI, Ivanete (org). Expropriação e Direitos no Capitalismo. São Paulo: Cortez, 2018.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. (2014). Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. In: Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária/ ABRAMIDES, Maria Beatriz, DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). São Paulo: Cortez.

DURIGUETTO, M. L; DEMIER, Felipe Abranches . Democracia blindada, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo. ARGUMENTUM (VITÓRIA), v. 9, p. 8, 2017.

EURICO, Marcia. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, ano 39, n. 133, 2018.

EURICO, Marcia. Da escravidão ao trabalho livre: contribuições para o trabalho do assistente social. SER Social, Brasília (DF), v. 19, n. 41, p. 414-427, jul.-dez./2017.

FERREIRA, Carla. C. C; FAGUNDES, G. G. Dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça. Temporalis, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 62-76, jul./dez. 2021.

LUCE, Mathias. Teoria Marxista da Dependência: Problemas e categorias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In; TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. (org) Ruy Mauro Marini: vida e obra. Expressão Popular. São Paulo. 2005. p.137-180.

MONTAÑO, Carlos & DURIGUETTO, Maria Lúcia. Estado, Classe e movimento social. 3 ed. São Paulo. Cortez. 2011.

PROCOPIO, A. P. Silva. Resistências negras e amefricanidade: diálogos entre Clóvis Moura e Lélia Gonzalez para o debate antirracista das relações de classe na América latina. Revista Fim do Mundo, no 4, jan/abr 2021.

QUEIROZ, M. V. L. Clóvis Moura e Florestan Fernandes: interpretações marxistas da escravidão, da abolição e da emergência do trabalho livre no Brasil. Revista Fim do Mundo, no 4, jan/abr2021.

ROCHA, Roseli. A inserção da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social e sua relação com a educação antirracista. In: ABRAMIDES, M. B. C.; DURIGUETTO, M. L. Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária. São Paulo: Cortez. 2014.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil. – Rio de Janeiro: UFRJ. 2006.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral  
Eixo Temático – Gênero, Raça, Etnia e Geração

## VELHICES E CUIDADOS: ANÁLISE DO CENÁRIO DAS UNIDADES DE ACOLHIMENTO PARA IDOSOS

OLD AGE AND CARE: ANALYSIS OF THE SCENARIO OF RESIDENTIAL UNITS  
FOR THE ELDERLY

Carlos Eduardo da Silva Santos<sup>1</sup>  
Simone da Cunha Tourino Barros<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este trabalho objetiva investigar e analisar a realidade das unidades de acolhimento para idosos no Brasil, tendo como debate central o envelhecimento do trabalhador na sociedade capitalista e as implicações deste projeto de sociedade no cuidado à população idosa brasileira. Para tal, foram analisados os dados do Censo Suas 2019 sobre as unidades de acolhimento, aliadas a análise crítica a partir das lentes da literatura marxista.  
**PALAVRAS-CHAVE:** Envelhecimento; Cuidados; Unidades de acolhimento.

**ABSTRACT:** This work aims to investigate and analyze the reality of care units for the elderly in Brazil, having as a central debate the aging of the worker in capitalist society and the implications of this project of society in the care of the Brazilian elderly population. To this end, data from the 2019 Sua Census on the shelter units were analyzed, combined with critical analysis from the lens of Marxist literature.  
**KEYWORDS:** Aging; care; host units.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto da pesquisa “Mapeamento e análise das instituições de longa permanência para idosos no Estado do Rio de Janeiro: reflexões sobre o momento

<sup>1</sup> Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, ORCID: 0000-0001-5604-7623, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6282016359575995>. e-mail: carlosed@ufrj.br

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, Docente do curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Coordenadora do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Educação, Envelhecimento e Serviço Social (NEPEESS). ORCID:0000-0002-3543-0065 Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9210208873370420> e-mail: simonetourino@hotmail.com

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

pandêmico<sup>3</sup>” e tem como principal objetivo analisar o cenário das unidades de acolhimento para idosos pelo Brasil. Para isto, utilizaram-se os dados do Censo SUAS 2020 aliados a análise crítica do envelhecer na sociedade do capital através das lentes da literatura marxista.

É notório, e reconhecido cientificamente, que o envelhecimento da população brasileira, em especial da população mais idosa é um dos grandes avanços da sociedade atual, contudo, este não se dá desconexo aos contextos sociais, econômicos e culturais que estão em constante movimento na sociedade do Capital.

Estes movimentos afetam diretamente as múltiplas formas de envelhecer, porém, afetam significativamente o envelhecer para um recorte específico da população, a classe trabalhadora, em especial as parcelas que se encontram mais desprotegidas socialmente.

Assim, o cuidado (ou o não cuidado) aos idosos está diretamente relacionada aos movimentos realizados na sociedade capitalista, dessa forma, pretendemos expor esta realidade ao mesmo passo em que esperamos contribuir para a expansão deste debate no meio acadêmico-científico, especialmente para o Serviço Social.

## **O ENVELHECER NA SOCIEDADE DO CAPITAL**

Nas palavras de Beauvoir (2018) “Viver é envelhecer, nada mais”. Partindo de pressupostos biológicos o envelhecer é parte da existência humana, sendo a velhice um período da vida humana em que há declínios de força, disposição e transformações na aparência sem que o processo vital seja comprometido.

Ainda que vivenciado por todos, o envelhecer não é experienciado de forma homogênea por todos os indivíduos, visto que há uma multiplicidade de questões que impactam diretamente na forma como o sujeito envelhece, como condições biológicas, genéticas, questões étnico-raciais, de gênero e a inserção deste sujeito na dinâmica de classes.

---

<sup>3</sup>Esta pesquisa é financiada pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ. A qual expressamos nossa gratidão pelo apoio prestado.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Assim, o envelhecer se constitui enquanto um processo plural, que impede que a análise deste fenômeno se concentre apenas em determinantes biológicos.

Marx e Engels, ao analisarem a sociedade capitalista e a polarização de classes, compreendem que a história da sociedade até aqui é a história da luta de classes [...] em suma, opressores e oprimidos estiveram em constante oposição uns aos outros” (1998, p. 29). A partir deste pensamento, é possível pensar o impacto da divisão de classes na vida dos sujeitos envelhecidos e que estão envelhecendo dentro da sociabilidade capitalista.

De acordo com o pensamento de Teixeira (2018) é no envelhecimento da classe trabalhadora que a tragédia do envelhecer ocorre. É nesta classe que se concentram as velhices trágicas, desamparadas e desprotegidas socialmente.

Inseridos na lógica capitalista, os indivíduos enfrentam um redimensionamento das relações sociais, transformando-os em mercadorias e o idoso enquanto uma mercadoria descartável. (GOLDMAN, 2003 *apud* BERNARDO, 2017). Assim, tendo sua força de trabalho exaurida devido a hiper exploração durante sua vida, o trabalhador envelhecido enfrenta o desprezo da sociedade capitalista, visto muitas vezes como um “fardo” ou um “peso” para a sociedade.

Ao concebermos que é a exploração da força de trabalho que gira as engrenagens da acumulação capitalista, o declínio natural dessa força faz com que o trabalhador envelhecido seja deslocado do núcleo produtivo das relações sociais. É neste contexto que o envelhecimento do trabalhador ganha espaço nas disputas pública e política, passando a ser foco de atendimento por parte do Estado. (BERNARDO, 2017).

A luz desta exposição, compreende-se que existem múltiplas formas de envelhecer mesmo dentro dos recortes e frações de classes opostas, porém, enfatizamos que as maiores, e mais drásticas e visíveis diferenças se dão na contraposição de uma classe sobre a outra.

Assim, nos termos de Teixeira (2017), é na tragédia da velhice da classe trabalhadora que se criam as condições necessárias para o entendimento do envelhecer enquanto uma expressão da “Questão Social”. Que pode ser entendida como o conjunto de contradições que

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

ocorrem, se prolongam e se intensificam com a entrada da classe trabalhadora nas lutas políticas da sociedade capitalista, sendo uma manifestação do conflito entre o proletariado e a burguesia. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014)

Em outras palavras, a “Questão Social” se origina a partir do momento histórico em que a classe trabalhadora se posiciona na arena política na busca por seus direitos, bem como seu reconhecimento enquanto classe social (SANTOS, et all, 2017)

Retornando ao pensamento Marxiano, tem-se como factível na sociedade capitalista o crescimento da riqueza material através da exploração da força de trabalho. Este crescimento, entretanto, é proporcional ao crescimento da pobreza do trabalhador. (TEIXEIRA, 2008)

Assim, o Capital é dependente da exploração da força de trabalho humana, instaurando sobre ela constantes mecanismos de opressão exploratória com o intuito de realizar a manutenção de sua acumulação e de sua expansão.

Dessa forma, a força de trabalho que não é mais útil ao capital é descartada. Os trabalhadores envelhecidos, portanto, são inseridos em uma das camadas do que Marx nomeia por *lupemproletariado*:

“O sedimento mais baixo da superpopulação relativa habita, por fim, a esfera do pauperismo. Abstraindo dos vagabundos, delinquentes, das prostitutas, em suma, do lupemproletariado propriamente dito, essa camada social é formada por três categorias [...] em terceiro lugar, os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. Trata-se de indivíduos que sucumbem por sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, daqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e, finalmente, das vítimas da indústria – aleijados, doentes, viúvas etc. [...] sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade, na necessidade dela, e juntos elas formam uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza.” (MARX, 2013, p. 718)

De acordo com Bernardo (2017, p. 56) o capital ao expulsar a força de trabalho envelhecida da produção, “[...] também se apropria desse trabalhador no circuito do consumo, incrementando o potencial de compra de bens e serviços ao criar desejos e

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

necessidades passíveis de serem mercantilizadas”.

O envelhecimento entra, neste contexto, por nichos de mercado, como por exemplo, no turismo, nos cosméticos para manterem a eterna juventude, etc., bem como, marco definidor de acesso por idade ao benefício de prestação continuada, a aposentadoria por idade, etc. Neste ínterim, é utilizada a palavra idoso (a) para designar o público que acessará esses direitos sociais.

Ainda que inserida neste cenário de hiperexploração da força de trabalho e enfrentando as dinâmicas impostar pelas expressões da “Questão Social”, a população brasileira conquistou, a duras penas, o envelhecimento populacional. De forma singular, o Brasil teve um salto em sua expectativa de vida, partindo de 33,7 anos em 1900 e chegando aos 70 na entrada do século XXI. o que confirma os mais de 30 milhões de idosos que vivem hoje no país (MINAYO; COIMBRA, 2002; IBGE,2018).

Esse crescimento, entretanto, não se dá alheio as mudanças na sociedade brasileira, sendo inclusive influenciador direto nestas. Dessa forma, cabe pensar a realidade dos trabalhadores envelhecidos frente a diversas questões, assim, analisaremos como se dá o cuidado a população idosa e mais idosa e suas relações frente a sociedade brasileira contemporânea. Assim, analisaremos como funciona o cuidado ao idoso no Brasil, a fim de compreender os determinantes inseridos nesse processo.

## **CUIDADOS À IDOSOS NO BRASIL**

É fundamental destacar que todo o processo de crescimento da população idosa e de transição demográfica se dá correlato a intensas transformações nas estruturas familiares a partir de mudanças na nupcialidade, baixa fecundidade e intenso ingresso da mulher no mercado de trabalho, alterando os padrões de gênero que posicionam a mulher enquanto cuidadora de seus dependentes, impactando a forma como as famílias podem cuidar de seus idosos. (CAMARANO; MELLO, 2010)

Segundo projeções populacionais, há uma expectativa de crescimento acentuado da população muito idosa, os que possuem 80 anos ou mais, grupo este que já representava cerca

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

de 1,5% da população brasileira em 2010 e que tende a crescer significativamente nos próximos anos (CAMARANO; KANSO, 2010).

Entretanto, ainda que as famílias encontrem cada vez mais dificuldade no cuidado para com seus idosos, as políticas e legislações voltadas para este público (Política Nacional do Idoso, Política Nacional de Saúde da Pessoa idosa e o próprio estatuto do idoso) direcionam à família a responsabilidade maior pelo cuidado da população idosa. (BERNARDO, 2017)

Ainda que esta noção de “idoso” mude de país para país, compreendemos o idoso brasileiro em consonância com o as legislações vigentes, a saber a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do idoso, que determinam que a população idosa é composta por pessoas com 60 anos ou mais.

É importante ressaltar que embora o processo de envelhecimento esteja se expandindo, a divisão sexual do trabalho no cuidar não o acompanha (CAMARANO, 2010) dessa forma, a mulher cuidadora assume para si múltiplas funções, cuidando dos mais idosos, dos mais jovens e, em muitos casos, sendo ainda a provedora familiar.

Assim, a realidade da população mais idosa aponta cada vez mais para dificuldades em receber cuidados informais e familiares, sendo necessário recorrer a outros meios para que estes sejam devidamente amparados

Nesse sentido, as desigualdades de gênero são questões-chave para compreender o cuidado à idosos no Brasil, visto que, enquanto há uma predominância de cuidados informais<sup>4</sup> a sobrecarga de trabalho sobre a figura feminina é exponencialmente maior do que a masculina.

Este fator também se torna explícito no cuidado à mulher idosa, para Camarano e Mello (2010) a maioria dos homens idosos que demandam cuidados é casada, enquanto o mesmo não ocorre com as mulheres idosas. Assim, em síntese, as mulheres “constituem a maior parcela da população idosa, passam por um tempo maior expostas às fragilidades

---

<sup>4</sup>CAMARANO (et all, 2010) define cuidados informais como cuidados prestados pela família, amigos ou parentes próximos, sendo também conhecidos como cuidados familiares.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

típicas da idade e são as principais cuidadoras, sejam familiares ou remuneradas” (*apud* LLOYD-SHERLOCK, 2004)

Em termos de cuidados formais, aqueles prestados por instituições e que tem como foco principal o atendimento integral ao idoso (CAMARANO; MELLO, 2010) predominam no Brasil as instituições de longa permanência – ILPIS (Brasil, 2019).

Não há, portanto, uma estruturação adequada de uma rede de cuidados à pessoa idosa que seja capaz de conjugar cuidados informais, formais e articular outras políticas como a de saúde.

Para Christophe e Camarano (2013), as ILPIS carregam consigo um forte preconceito, decorrentes de sua história, partindo da institucionalização da velhice enquanto uma prática assistencialista, partindo para uma implementação da caridade atrelada ao cristianismo e por fim, de uma concepção de que inserir idosos em uma instituição é, em grande parte, falha dos cuidados familiares, bem como um histórico de serem reconhecidas como uma instituição para pobres.

Assim, com uma predominância de instituições de longa permanência, torna-se necessário analisar como se dá o funcionamento das unidades de acolhimento vinculadas ao sistema único de assistência social, que prevê diretamente o acolhimento de idosos em situação de vulnerabilidade como uma forma de cuidado.

## **UNIDADES DE ACOLHIMENTO PARA IDOSOS NO BRASIL, A INSTITUCIONALIZAÇÃO ENQUANTO CUIDADO**

Neste tópico, analisaremos os dados do último Censo sobre unidades de acolhimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), assim, ressaltamos que são contabilizadas e analisadas apenas as unidades de acolhimento devidamente credenciadas no até o ano de 2019, o que pode não contemplar a realidade atual das unidades de acolhimento.

A análise dos dados do Censo Suas demonstra que o Brasil possui 1.784 unidades de acolhimento dedicadas exclusivamente para idosos, vinculados ao sistema único de

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

assistência social (SUAS) o que totaliza 30,9% de todas as unidades de acolhimento no país. Contudo, a maior parte delas (59,4%) está situada na região sudeste, com 1060 unidades. (BRASIL, 2020) Esses dados expõem uma má concentração e escassez de unidades de acolhimento em outros estados e regiões no Brasil, visto que há estados com menos de 5 unidades, como é o caso do Estado do Amapá, que possui apenas uma unidade.

Outro ponto a ser ressaltado é que as unidades de acolhimento são, em sua grande maioria, instituições de longa permanência<sup>5</sup>, totalizando 1669 unidades (93,5%) Em contraponto, o número de casas-lares é visivelmente menor, totalizando apenas 75 unidades (4,20%.) O que engessa os cuidados à pessoa idosa à uma lógica de institucionalização, não criando mais possibilidades para que este indivíduo idoso seja acolhido de outras formas.

Assim, ressalta-se o impacto da lógica de institucionalização brasileira, onde a principal forma de cuidado ao idoso é inseri-lo em instituições, não havendo, portanto, a manutenção do cuidado familiar.

Acerca do gerenciamento e natureza da unidade, concluiu-se que apenas 10,93 % são de origem governamental, o que demonstra a predominância de entidades advindas da sociedade civil organizada. Do total de unidades, 1.715 informaram ter algum tipo de convênio com o poder público, sendo 70,84% com o município onde a unidade está inserida. (BRASIL, 2020)

A partir destes dados, percebe-se uma ausência do Estado, na gestão e manutenção das unidades de acolhimento pelo país, assim, nos termos de Netto (2011) o Estado continua a cumprir seu papel de “comitê executivo” da burguesia, ausentando-se da responsabilidade sobre diversas questões, dentre as quais se inserem os cuidados à pessoa idosa.

Nesse sentido, requer atenção o fato de que existem aproximadamente 16.895 idosos usuários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) em unidades não governamentais contra 1051 usuários em unidades governamentais. (BRASIL, 2020). Ou seja, este benefício é

---

<sup>5</sup>ILPIS podem ser definidas como instituições governamentais ou não governamentais que possuem caráter residencial, e que se destinam a pessoas idosas (com 60 anos ou mais) com ou sem o suporte da família. (CAMARANO; KANSO, 2010)

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

utilizado como uma das fontes de financiamento das unidades de acolhimento. Bem como outros proventos dos idosos como aposentadorias e pensões.

Em termos quantitativos de idosos acolhidos ou institucionalizados, há uma predominância de unidades que possuem de 21 a 40 indivíduos institucionalizados, sendo estas 41,92% das unidades de acolhimento. Em contraponto, apenas 30 unidades informam possuir mais de 10 indivíduos institucionalizados. (BRASIL, 2020)

Em números totais, os dados indicaram haver 60.739 idosos institucionalizados nas diferentes unidades de acolhimento. Há uma maioria feminina institucionalizada, ainda que a diferença entre os sexos não seja vultuosa, sendo aproximadamente 31.074 indivíduos do sexo masculino contra 32.306 do sexo feminino.

Este dado é capaz de expressar as diferenças de gênero presentes no processo de envelhecimento na sociedade brasileira, onde não só há um quantitativo maior de mulheres idosas como também há uma predominância na institucionalização feminina, portanto, ressalta-se que a mulher idosa não é só a figura central do cuidar, mas também é a principal demandante de cuidados

Há também uma predominância de idosos acolhidos a mais de 72 meses (6 anos), sendo estes 21.662 indivíduos (BRASIL, 2020). Portanto, os idosos institucionalizados estão, em sua grande maioria, afastados do núcleo familiar a mais de 6 anos. Espera-se que as instituições de longa permanência busquem a manutenção de laços sociais, como abordado por Christophe e Camarano (2010), os idosos já estão afastados de suas famílias antes mesmo da institucionalização.

A luz desta exposição, a ausência de uma política estruturada que abarque os cuidados de longa duração, bem como os impactos do atual cenário da sociedade Capitalista, criam-se as condições necessárias para prevalência de setores não ligados à esfera pública, prevalecendo a ação filantrópica e não governamental.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Assim, conclui-se que o Estado é ausente nas questões pertinentes ao cuidado à pessoa idosa, ainda que existam dispositivos legais como o Estatuto do idoso e a Política Nacional do Idoso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados indicam uma ausência do Estado na gestão e provisão das unidades de acolhimento para idosos, dessa forma, estas são entregues, gerenciadas e financeiramente geridas em sua grande maioria por entidades não governamentais.

É primordial reconhecer que o cuidado à idosos no Brasil perpassa por diversas questões que não foram, e não serão esgotadas brevemente. É necessário que se façam esforços no âmbito público para que esta população esteja devidamente amparada.

Assim, pensando a multiplicidade de questões que estão inseridas no debate do cuidado, como as de Gênero e Classe e principalmente o envelhecimento do trabalhador, que é e será o maior usuário das políticas de Assistência e acolhimento precisa ser pauta central das discussões, pesquisas e pensamentos sobre o envelhecer.

Por fim, pode-se concluir que o cuidado e amparo a pessoa idosa no Brasil se dá, majoritariamente, inserido numa lógica de institucionalização em instituições de longa permanência, sem o devido provimento e acompanhamento do Estado sendo, portanto, situados em uma esfera privada e filantrópica.

Assim, o Brasil ainda tem um longo caminho para a efetivação de políticas de cuidado que consigam apreender a realidade do envelhecimento na sociedade capitalista, caminho que deve ser repensado, analisado e constantemente debatido dado o constante crescimento da população idosa tanto pelo país quanto pelo mundo.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, S. **A velhice**. 2. ed. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2018.

BERNARDO, Maria de Jesus. A Velhice da Classe Trabalhadora e a naturalização dos cuidados familiares. In: TEIXEIRA, Solange Maria **Envelhecimento na Sociabilidade do Capital**. Campinas: Papel Social, 2017. p. 43-63.

BRASIL. **Censo SUAS 2019**: Resultados Nacionais, Unidades de Acolhimento. Brasília, Coordenação-Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. Ministério da Cidadania. Maio 2020. (Mimeo)

CAMARANO, A. A, et al. As instituições de longa permanência para idosos no Brasil. In CAMARANO, A. A. (org.) **Cuidados de Longa duração para a população idosa, um novo risco social a ser assumido?** 1. Ed. Rio de Janeiro: IPEA, 2013. P. 93-122. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro\\_cuidados.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_cuidados.pdf) Acesso em: 11 mar. 2022.

CAMARANO, A. A; KANSO, Como as famílias brasileiras estão lidando com idosos que demandam cuidados e quais as perspectivas futuras? A visão mostrada pelas PNADS. In CAMARANO, A. A. (org.) **Cuidados de Longa duração para a população idosa, um novo risco social a ser assumido?** 1. Ed. Rio de Janeiro: IPEA, 2013. P. 93-122. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro\\_cuidados.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_cuidados.pdf) Acesso em: 11 mar. 2022.

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L. Cuidados de Longa Duração no Brasil: O arcabouço legal e as ações governamentais. In CAMARANO, A. A. (org.) **Cuidados de Longa duração para a população idosa, um novo risco social a ser assumido?** 1. Ed. Rio de Janeiro: IPEA, 2013. P. 93-122. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro\\_cuidados.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_cuidados.pdf) Acesso em: 11 mar. 2022.

CHRISTOPHE, M; CAMARANO, A. A, Dos asilos às instituições de Longa Permanência: Uma história de Mitos e Preconceitos. In CAMARANO, A. A. (org.) **Cuidados de Longa duração para a população idosa, um novo risco social a ser assumido?** 1. Ed. Rio de Janeiro: IPEA, 2013. P. 93-122. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro\\_cuidados.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_cuidados.pdf) Acesso em: 11 mar. 2022.

IAMAMOTO, M.V ; CARVALHO, R. . **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)**. 2017.

MARX, K. **O Capital**: Crítica da Economia Política. São Paulo. Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo. Cortez, 1998.

NETTO, J.P **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8 ed. São Paulo. Cortez. 2011

TEIXEIRA, S. M. Envelhecimento do Trabalhador na Sociedade Capitalista. *In*: \_\_\_\_\_ (org.). **O Envelhecimento na Sociabilidade do Capital**. Campinas, 2017. p. 31-52

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento e Trabalho no Tempo do Capital**: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo. Cortez, 2008.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral  
Eixo Temático – Questão urbana, agrária e ambiental

## **A LUTA DAS MULHERES NAS LIGAS CAMPONESAS DA PARAÍBA**

### **THE FIGHT OF WOMEN IN THE PEASANT LEAGUES OF PARAÍBA**

Paloma Lima dos Santos<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo contém os resultados e discussões das atividades desenvolvidas em Projeto de Iniciação Científica na Universidade Federal da Paraíba de 2017 a 2018 com a orientação de Luziana Ramalho Ribeiro, a pesquisa teve por objetivo mapear as lutas das ligas camponesas no Estado e destacar personagens femininas que tiveram papéis de liderança e visibilidade no século XX, descrevendo as penalidades sofridas quando submetidas à lei, de acordo com suas trajetórias de vida no período. Nesse sentido, o método bibliográfico é reconhecido como importante instrumento de reconstrução da história em contextos históricos, contribuindo para a compreensão da vivência dessas mulheres em seus contextos sociais e pessoais, através da utilização de fontes documentais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero; Camponesas; Paraíba; Reforma Agrária; Violência;

**ABSTRACT:** This article contains the results and discussions of the activities developed in a Scientific Initiation Project at the Federal University of Paraíba from 2017 to 2018 with the guidance of Luziana Ramalho Ribeiro, the research aimed to map the struggles of peasant leagues in the state and highlight female characters who had leadership and visibility roles in the 20th century, describing the penalties suffered when submitted to the law, according to their life trajectories in the period. In this sense, the bibliographic method is recognized as an important instrument for the reconstruction of history in historical contexts, contributing to the understanding of the experience of these women in their social and personal contexts, through the use of documentary sources.

**KEYWORDS:** Gender; Peasants; Paraíba; Land reform; Violence;

## **INTRODUÇÃO**

As Ligas camponesas surgiram de um processo de desigualdade e concentração de terra com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, apropriação combatida pelos camponeses (as) durante a história com inúmeros combates: a guerra de canudos na Bahia em 1896,

---

<sup>1</sup> Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal da Paraíba - UFPB. E-mail: limapaloma70@gmail.com

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

guerra do contestado no sul do País (responsável por mobilizar 20 mil rebeldes), a luta de Trombos e Formoso. A primeira liga camponesa do Brasil, surgiu no Engenho Galiléia em 1954, de acordo com Bastos (1984) a criação de uma sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SSPP) organizada por homens tinha como objetivo combater a ameaça de extinção dos foreiros, o aumento do foro e desejavam uma melhor qualidade de vida para os trabalhadores.

A desapropriação do Engenho Galiléia para os camponeses incentivou o crescimento das Ligas por todo o Estado de Pernambuco, estendendo-se também por outros estados, e tornaram-se fortes na Paraíba, Rio de Janeiro e Goiás. Em objeção a situação do camponês com a modernização do campo surgiu no final da década de 50 na Paraíba, a maior liga camponesa do Brasil: A liga de Sapé, fundada em 1958 por João Pedro Teixeira, tinha como objetivo: melhorias na saúde, educação, a reforma agrária e acabar com o cambão. A participação feminina nesse movimento era condenada, sendo “acusadas duplamente por serem terroristas e mulheres: uma combinação infame para repressão” (Elizabeth Ferreira, 1996 *apud*, ROSA, 2015, p.319).

O movimento das mulheres camponesas na luta é permeado pela negação de seu lugar de gênero, construído socialmente, se permitindo dessa forma a mudança, não se fundando em um determinismo biológico para atitudes e sim, imensuráveis regras sociais “gênero não pretende significar o mesmo que sexo, ou seja, enquanto sexo se refere à identidade biológica de uma pessoa, gênero está ligado à sua construção social como sujeito masculino ou feminino” (LOURO, 1996, p.08 *apud* MACÊDO, 2003, p.4).

Atribuindo desse binarismo, papéis de gênero são ensinados e se modificam conforme a cultura, definindo o que é feminino e o que é masculino, limitando a mulher à esfera privada longe da economia e da política, proporcionando diferentes oportunidades na esfera pública para homens e mulheres. Contrariando o sistema ditatorial ou contra o latifúndio ergueram-se várias mulheres, citadas por ROSA (2015, p. 314) Elizabeth Teixeira, Margarida Maria Alves, Ophelia Amorim, Maria da Penha do Nascimento Silva, Maria da Soledade Leite, Luzia Soares Ferreira e Maria das Neves Moura do Nascimento.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Se organizando um movimento de mulheres para tornar mais intenso sua participação, a inclusão feminina nas Ligas era considerada desviante, recebendo intensas críticas utilizando o corpo feminino para manchar a imagem das participantes e impedir a filiação de novas mulheres. Segundo Ophélia, “a igreja assim como a sociedade em geral, afirmavam que ao ingressarem nas Ligas, estupravam-se as mulheres, não existia a liberdade sexual e, portanto, nós moças que entrássemos nas Ligas a primeira coisa que ia acontecer era perder a virgindade” (*apud*, ALVES, 2016, p.1217). Todas essas informações, somadas juntamente com os depoimentos, demonstram a participação efetiva de mulheres no movimento, ato seguido de violência (masculina) a elas, violência muitas vezes legitimada por instituições do Estado.

Na perspectiva de responder aos objetivos deste estudo, realizou-se uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica, documental e descritiva para entender a análise de características importantes da população estudada: Às mulheres camponesas, cuja finalidade é desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores (GIL, 2008).

As técnicas de coleta de dados foram uma revisão teórica sobre a temática (com enfoque em autores da Paraíba), focando em relatos coletados em entrevistas, vídeos, jornais ou outros meios de pesquisa para ter acesso a subjetividade e aos atos das mulheres pesquisadas e suas percepções sobre sua luta, principalmente para fortalecer seu perfil pessoal e suas vivências individuais. Obtendo dessa forma a fundamentação teórico-metodológica necessária para desenvolver o projeto. Na primeira fase do trabalho, ocorreu a descrição dos eventos históricos que estimularam a criação das Ligas Camponesas na Paraíba e posteriormente, descrevo a vivência, punição e importância de três mulheres nas Ligas camponesas paraibanas.

## A CONCENTRAÇÃO DE TERRA NO BRASIL

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

A colonização do território brasileiro contribuiu para a concentração de terra atual, portanto é necessário fazer um resgate histórico para compreender os motivos para tamanha desigualdade. A aquisição de mais riquezas pela exploração dos recursos naturais introduziu o processo denominado de sesmária, um artifício para exploração da terra, constituía-se em grandes extensões de terra cedidas pela coroa portuguesa destinadas à exploração e cultivo da cana de açúcar para a exportação.

“As primeiras concessões de terras foram realizadas no ano de 1531, tendo Martim Afonso de Souza como Capitão Mor das terras do Brasil” (GERMANI, 2006, p.122). Esse processo de concepção de terras destinou ao camponês o papel do escravo, do excluído, do dependente; na medida em que a posse da terra era determinada através do título das sesmarias, ou seja, seu poder aquisitivo. Se percebendo na reflexão de Martins, 1995 (*apud*. BEZERRA, 2011), a submissão do camponês ao ficar sujeito à expulsão das terras que habitava.

Segundo Germani (2006) em 1822, em consequência do aumento populacional e desorganização na distribuição das sesmarias, o processo foi interrompido, sendo substituído pela Lei de Terras, aprovada em 18 de setembro de 1850, em defesa da propriedade privada. Logo, a aquisição de terras que durante 28 anos se deu através da posse (sem regulamentação), são consideradas a partir da lei, “*ilegítimas*”. Pois, sua premissa principal é a mercantilização da terra, portanto, a aquisição somente poderia ser estabelecida através da compra.

Impedindo dessa maneira, a apropriação da terra pelos menos favorecidos e garantindo a força de trabalho aos proprietários de terra na medida em que desassocia o homem dos meios de produzir o seu trabalho. Lei de Terras associada ao fim do tráfico negreiro no Brasil, pois, tal processo encareceu o custo do escravo, estimulando a chegada de imigrantes para ocupação de postos de trabalhos desocupados, garantindo também a dificuldade em acessar a terra e conseqüentemente a necessidade de trabalhar para adquirir terras devolutas, marcando esses dois aspectos de acordo com Gadelha (1989) o início da era capitalista no Brasil. Logo, a apropriação desigual da terra é combatida pelos camponeses ao serem expulsos de suas terras.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## A PRIMEIRA LIGA CAMPONESA DA PARAÍBA

A desapropriação do Engenho Galiléia (PE) em 1954, incentivou o crescimento das Ligas na Paraíba, que enfrentava no sistema canavieiro uma grande modificação no início da década de 60, com o aumento da produção pela exploração extrema do trabalhador rural desprovido de leis trabalhistas e posteriormente, a expulsão do morador e do foreiro. Reflexo de uma demanda para o desenvolvimento do Brasil e a eliminação de uma estrutura agrária “atrasada” (agricultura tradicional) se tornando indispensável à alteração dos “baixos níveis de produção para o mercado interno e externo, escassez de matérias primas e a concentração fundiária na mão de poucos” (SILVA, 2007, p.89).

Não contemplando com sua produção de alimentos os altos custos do mercado interno com o grande crescimento populacional e produção para o exterior. Causando o capitalismo através de suas reformas na busca por uma maior circulação de mercadorias a competitividade e conseqüentemente, geração de lucros para uma modernização conservadora caracterizada por nenhuma ou pouca mudança estrutural.

Processo sustentado pelo Estado ao possibilitar um crédito aos produtores com juros baixos para aquisição de tratores, insumos químicos e infraestrutura para as agroindústrias pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, que tinha seu acesso limitado aos produtores de culturas para a exportação, responsável por causar grande mudança no âmbito do agricultor familiar, pois, transforma o camponês em “trabalhador assalariado”, não produzindo mais na terra sua subsistência em um processo de exclusão social, caracterizado pelo êxodo rural. Êxodo Rural observado enquanto processo “positivo” ao progresso experimentado no campo, pois representaria uma maior demanda do homem a cidade para assumir postos em fábricas ou áreas industriais.

Em objeção a situação do camponês com a modernização do campo surgiu no final da década de 50 na Paraíba, a maior liga camponesa do Brasil: A liga de Sapé. Durante o

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Governo desenvolvimentista de JK, a relação entre o padrão e o camponês se modificou com a chegada das usinas e transformando a cidade no maior produtor de açúcar da Paraíba.

Na cidade de Sapé, a predominância da cultura canvieira aumentou consideravelmente entre as décadas de 50 e 60, passando de 50.158 para 18.750 toneladas, um acréscimo de 264,3%. O aumento da produção de cana de açúcar somado à baixa mecanização nesse período foram alguns dos fatores que levaram à ocupação intensiva de canaviais em áreas até então destinadas a lavouras de subsistência. Assim, nos anos 1950, o município de Sapé só contava apenas com 18 tratores e foi ampliado para 85 em 1960 (CARNEIRO *apud*. ALVES, 2016, p.10).

Diante da expulsão do morador e do foreiro da terra sem indenização para o cultivo de cana de açúcar é produzido um sentimento de injustiça, quebrando a relação de submissão do camponês para com o patrão, ocasionando sua rebeldia e organização na busca por melhores condições de trabalho com o fim do cambão e o acesso à terra.

De acordo com Bastos (1984) ocorre em Sapé, a primeira Associação de lavradores e trabalhadores agrícolas em 1958, que recebeu o nome do senhor de engenho Gentil Lins de Albuquerque, processo que demonstra a afeição dos camponeses pelo proprietário da terra, atitude presente também na SAPP (Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco) que convidou Oscar de Arruda Beltrão (proprietário das terras do Engenho da Galiléia) para se tornar presidente de honra da associação, notando-se traços do paternalismo. A associação de Sapé alterou seu nome para Liga Camponesa e tinha como objetivo: melhorias na saúde, educação, reforma agrária e acabar com o cambão.

A Liga Camponesa de Sapé foi fundada nas dependências do Grupo Escolar Gentil Lins por João Pedro Teixeira em 1958, persistente em “conscientizar” o trabalhador rural sobre sua situação de explorado influenciou inúmeros camponeses que se uniram contra a tirania dos proprietários de terra. Sua atuação foi marcada pela violência produzida pelos latifúndios pelo medo de perder sua posição de poder e devido à grande projeção nacional

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

das ligas, utilizando da polícia, jagunços e capangas para perseguir e aterrorizar os camponeses.

A oligarquia presente no campo com grande concentração de poder nas mãos domina a esfera política e econômica da região, conhecido como: O Grupo de Várzea é composto por latifúndios e os usineiros com o único objetivo de aumentar o seu lucro expulsando perante extrema violência os camponeses que habitavam o interior de suas terras e transformando as lavouras de subsistência em áreas de cultivo da cana de açúcar, pasto e rebanho bovino, sobrando somente ao trabalhador rural à opção de se tornarem trabalhadores assalariados.

Recebendo a Liga Camponesa uma visão dupla na sociedade, primeiramente como símbolo de resistência camponesa e em segundo, como o avanço do partido comunista (o perigo vermelho). Se tornando a última, a mais difundida no aspecto social na medida em que o bloco hegemônico detém o poder sobre a mídia, citando-a tão somente com acusações.

## MULHERES CAMPONESAS NA LUTA: HISTÓRIA E VIOLÊNCIA

A pesquisa aponta que mesmo com a participação feminina nas Ligas camponesas e nos movimentos sociais de luta pela terra sua participação é menosprezada historicamente até quando ocupam espaço de liderança nos movimentos, pois, são vinculadas a uma possível influência masculina, contudo, os dados coletados apontam que a atuação feminina nas ligas não foi somente importante, como também, transformadoras e mais fortes. Desse modo, foram escolhidas 03 personagens femininas que participaram do movimento camponês na Paraíba, durante o séc. XX, a fim de embasar a tese que a liderança, coragem e traços violentos, não diz respeito ao gênero ou a um grupo social em específico, mas é uma construção social somada à subjetividade de cada indivíduo.

**Elizabeth Teixeira** que se casou contra a vontade do seu pai com João Pedro Teixeira, fundador das Ligas Camponesas de Sapé (a maior liga do Brasil), assassinado em 2 de abril de 1962 com tiros de fuzil. Com o assassinato brutal de seu marido, Elizabeth desenvolveu

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

uma ação mais combativa ao latifúndio, assumindo a liderança legitimada pelo povo camponês de 1962 a 1964.

Caminho que percorreu sofrendo inúmeras percas, a exemplo do seu filho Paulo, que em 16 de junho de 1962 aos 10 anos é atingido com um tiro na cabeça ao jurar vingança à morte do pai, atentado que o deixou invalido e depois em 27 de novembro de 1962, o suicídio de sua filha mais velha Marluce, sete meses após a morte do pai e descobrir a prisão da mãe após a mesma interceder por 4 famílias expulsas de uma fazenda e sofrer com vários disparos contra sua residência e em seguida ser levada a delegacia em João Pessoa - PB.

Mesmo com todo seu sofrimento pessoal, Elizabeth Teixeira realizou ocupações de fazendas que se negavam a efetuar o pagamento de indenizações aos camponeses expulsos da terra e durante o período que esteve à frente da Liga Camponesa, sofreu grande repressão da polícia, aparelho do Estado utilizado pelo latifúndio.

Com o golpe militar de 1964, Elizabeth precisou autoexilar-se com seu filho Carlos, no interior do Rio Grande do Norte com o nome falso de Marta Maria Costa, se separando de seus filhos por 21 anos. Ao voltar para casa, à mesma ainda presenciou o assassinato do filho José Eudes pelo seu irmão caçula João Pedro, ação motivada por afirmar que o irmão mantinha relações com governos comunistas e pelo mesmo desejar a reforma agrária na região.

Mesmo com todos os infortúnios durante sua vida, não se arrepende dos ideais e atitudes que sustentou, convivendo com o sofrimento e a vontade de lutar, atualmente mora no Bairro de Cruz das Armas em João Pessoa (BANDEIRA, GODOY, MIELE, 1997).

**Margarida Maria Alves**, ocupou também uma posição de liderança no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais em Alagoa Grande - PB, se tornando a primeira presidente mulher do sindicato em 1973, e a primeira do Estado a ocupar este cargo, onde permaneceu durante 12 anos (FERREIRA, 2010). Durante seu trabalho fica evidente seu empenho na defesa dos direitos trabalhistas, reivindicando: a carteira assinada, férias,

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

décimo terceiro, entre outros; participando da construção e fundação do centro de Educação do Trabalhador Rural (CETRU), e reafirmando seu interesse na população feminina fundou e organizou o movimento de mulheres do Brejo (MMB).

Enfrentando diretamente os latifundiários se torna uma ameaça à permanência da exploração do trabalhador e lucro do patrão, principalmente, o trabalho feminino subjugado e mal remunerado. A agitação causada por Margarida Maria Alves, dentro do movimento e contra o temido “Grupo de Várzea”, gerou inúmeras ameaças dos usineiros; que planejaram seu assassinato em 12 de agosto de 1983, praticado por um matador de aluguel, o soldado Betânio Carneiro, que lhe atingiu na cabeça com um tiro de escopeta calibre 12, na frente de sua casa e na presença de seu filho com 8 anos na época.

A sua morte gerou uma grande revolta nacional e internacional, cobrando uma resolução do crime e punição dos responsáveis com mais de 200 comunicados oficiais, manifestações que foram apoiadas por diversos movimentos sociais e também, antes de ser assassinada estava a mover contra os proprietários de terras, 72 ações trabalhistas. As investigações apontam como mandante: Agnaldo Veloso e os principais envolvidos, José Buarque Gusmão, Antônio Carlos Coutinho Regis, os irmãos Amauri, José do Rego, Amaro José do Rego e Biu Genésio (motorista do veículo utilizado no crime).

O único a sofrer alguma punição policial foi José Buarque de Gusmão ao passar 40 dias na cadeia em uma cela separada (especial) por ser formado em medicina conforme o artigo 295 do Código de Processo Penal. Publicando o Jornal “O Norte” em fevereiro de 2003, a permanência da absolvição de Zito Alves (José Buarque de Gusmão) pelo STJ, ação que foi repudiada pela Arquidiocese da Paraíba. De acordo com o Jornal Correio de 2003, o agropecuarista Antônio Carlos Coutinho Regis, após ser absolvido duas vezes em 1988, entrou na justiça com um pedido de indenização por danos morais e materiais estipulado em 1 milhão de reais, alegando que durante 15 anos foi acusado de um crime que não cometeu.

Mesmo com toda a impunidade em seu caso, Margarida Maria Alves é considerada um símbolo de resistência e coragem na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais, preferido como já dizia a mesma “é melhor morrer na luta, do que morrer de fome”.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

**Maria da Penha Nascimento Silva**, atuou juntamente com Margarida Maria Alves no movimento sindical de Alagoa Grande, criando em conjunto com outras mulheres o *Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo* em 1981 com o objetivo de pautar assuntos específicos “de mulheres para mulheres” e com as demandas levantadas, recorrer ao espaço político. Gerando um amplo debate sobre o papel feminino na sociedade e incentivando outras mulheres a se politizar e assumirem o lugar de fala, não se colocando enquanto ser inferior do homem (seu pai, seu marido, o latifúndio) ameaçando a ordem “natural das coisas”, à medida que não aceitavam mais a subordinação.

Maria da Penha participou, segundo (SILVA, 2016) da criação da Central Única dos Trabalhadores da Paraíba (CUT/PB), exercendo o cargo de diretora, produzindo durante sua militância dois livros que retratam sua vida e as ameaças dos latifúndios, são eles: “Violência Rural e Reforma Agrária, e Porque Trabalhar com Mulheres”, participa também do “3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais” que reconheceu as mulheres como trabalhadoras Rurais (FERREIRA, 2006, apud DUARTE, 2014, p.74).

Falecendo em 8 de março de 1991, em um acidente automobilístico que vitimou a feminista Elizabeth Lobo, sobrevivendo Lourdes Bandeira e Socorro Rangel, mesmo com sua morte, seu legado e o de Margarida Maria Alves, permanecem influenciando a ação de inúmeras lideranças políticas femininas autônomas e libertárias. Destacando que o “problema mecânico” até hoje não esclarecido; levanta suspeitas de sabotagem do veículo para silenciar mais uma mulher que estava a ganhar destaque.

## CONCLUSÃO

A presente pesquisa buscou respaldo em leituras bibliográficas para apresentar e discutir as Ligas Camponesas, numa tentativa de destacar e lhe conferir maior participação na história, buscando contribuir para ampliação de relatos pessoais e produção científica sobre o tema com o recorte de gênero. A pesquisa sofreu, no decorrer de seu desenvolvimento,

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

várias mudanças, questionamentos e inquietações até que chegasse a seu término. No entanto, teve seu prestígio pela oportunidade em realizar um trabalho em que fosse possível levantar informações novas sobre mulheres (no movimento de emancipação da população camponesa), demandando grande esforço na busca de referencial teórico que contemplasse tal temática.

É um tema enriquecedor tanto de um ponto de vista individual como do acadêmico: seu esboço, sua construção, seu desenvolvimento, sua abordagem, como para a educação de modo geral, ou seja, a oportunidade de refletir sobre a condição da mulher na sociedade e “descobrir” mulheres com tamanha liderança nas Ligas camponesa, tema a qual não era próxima até estudar para desenvolver a pesquisa mesmo sendo um movimento tão forte na história paraibana.

A contribuição que esta pesquisa procurou oferecer àqueles que se encontram em formação e aos que já se formaram consiste em um convite para analisarmos a falta de mulheres na história mesmo ao exercerem papéis tão importantes, estudarmos e aprendermos com as pesquisas e experiências de outros (renomados) que muito se preocuparam com tal “problemática” e, quando se fizer necessário, revermos conceitos a nós transmitidos ou por nós construídos para desconstruir com a visão da mulher na sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Juliana Ferreira. **OPHÉLIA AMORIM E AS LIGAS CAMPONESAS NA PARAÍBA: AS MILITANTES DE ESQUERDA CONTRA-ATACAM.** XVII Encontro Estadual de História – ANPUH-PB v. 17, n. 1, 2016.p. 1214- 1222.

BANDEIRA, Lourdes; GODOY, Rosa Maria; MIELE, Neide. **EU MARCHAREI NA TUA LUTA: A Vida de Elizabeth Teixeira.** UFPB, Ed. Universitaria/Manufatura, 1997, p. 173.

BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas.** Petrópolis, Vozes, 1984.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

BEZERRA, Viviane dos Santos. **REDISTRIBUIR A TERRA, PARTILHAR A ESPERANÇA: A TERRITORIALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO TIMBORÉ NO MUNICÍPIO DE ANDRADINA- SP.** Monografia (Licenciado e Bacharel em Geografia), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Presidente Prudente, 2011.p. 3-21.

DUARTE, Emmy Lyra. Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (MMT/PB): mobilização social, trabalho e relações de gênero. Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN. João Pessoa, 2014. p.138.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. A trajetória político-educativa de Margarida Maria Alves: entre o velho e o novo sindicalismo rural. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010, sem paginação. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/4922>. Acesso em: 12 jun.2018

GADELHA, Regina Maria d'Aquino Fonseca. A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. **Revista de História**, São Paulo, n. 120, pp. 153-162, july 1989. ISSN 2316-9141. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18599/20662>>. Acesso em: 22 may 2018

GERMANI, Guiomar Inez. **Condições históricas e sociais que regulam o acesso à terra no espaço agrário brasileiro.** Salvador :GeoTextos, vol. 2, n. 2, 2006.p. 115-147.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MACÊDO, Goiacira Nascimento Segurado. **A construção da relação de gênero no discurso de homens e mulheres, dentro do contexto organizacional.** Dissertação (Mestrado em Psicologia social) Universidade Católica de Goiás, 2003.

ROSA, Susel Oliveira da. **MULHERES VERSUS DITADURA, LATIFÚNDIO E MISOGINIA NA PARAÍBA.** Estud. sociol. Araraquara, v.20 n.39, 2015, p.309-324.

SILVA, Janaína Vicente Da Silva. Margaridas da resistência: Movimento de Mulheres na Paraíba (1970 a 1980). TCC (Graduação em História), Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2016, p.21.

SILVA, Patrícia Santos. Tecnologia e meio ambiente: o processo de modernização da agricultura familiar. **Revista da Fapese**, v.3, n. 2, p. 87-100, jul./dez. 2007

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral  
Eixo Temático – Questão urbana, agrária e ambiental

## **EDUCAÇÃO PÚBLICA E RURALIDADE: DESAFIOS PARA A SUA EFETIVAÇÃO FRENTE ÀS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS**

**PUBLIC EDUCATION AND RURALITY: CHALLENGES FOR THEIR EFFECTIVENESS IN THE FACE OF EDUCATIONAL INEQUALITIES**

Eliane dos Santos Sá<sup>1</sup>  
Viviane Bernadeth Gandra Brandão<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho se propõe analisar a política educacional no meio rural, mediante as desigualdades educacionais que permeiam a educação brasileira, inclusive, no âmbito rural. Visto que, são vários desafios históricos que marcam a gênese da educação do campo e que perpassam pelas lutas dos povos por direitos e justiça social. Esta pesquisa é de cunho bibliográfico e, como resultado, contribuiu para ampliação do debate à cerca da educação do campo e a visibilidade do seu papel na valorização da cultura, modo de vida, modo de produção e particularidades de seu povo. Dessa forma, o estudo revelou o caráter político da educação do campo, bem como a necessidade dos trabalhadores se manterem organizados na defesa de seus direitos e de seu reconhecimento político e social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação do Campo; Desigualdade educacional; Cultura; Movimentos Sociais.

**ABSTRACT:** The present work proposes to analyze the educational policy in rural areas, through the educational inequalities that permeate Brazilian education, including in the rural sphere. Since there are several historical challenges that mark the genesis of rural education and that permeate the struggles of peoples for rights and social justice. This research is of a bibliographic nature and, as a result, contributed to the expansion of the debate about rural education and the visibility of its role in valuing the culture, way of life, way of production and particularities of its people. In this way, the study revealed the political character of rural education, as well as the need for workers to remain organized in the defense of their rights and their political and social recognition.

**KEYWORDS:** Rural Education; Educational inequality; Culture; Social movements.

---

<sup>1</sup>Graduanda em Serviço Social, bolsista na IC PIBIC/FAPEMIG e integrante do projeto de Pesquisa: Cultura e Educação sob um olhar do Serviço Social pela Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES.

<sup>2</sup> Doutora em Educação. Docente no Departamento de Política e Ciências Sociais, coordenadora do projeto de Pesquisa: Cultura e Educação sob um olhar do Serviço Social pela Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## INTRODUÇÃO

Este trabalho se originou do Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica – IC PIBIC/FAPEMIG com o título: Políticas Educacionais e desigualdades socioculturais: um estudo sobre os periódicos da área. Também está inspirado, no meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que está em andamento, o qual trata sobre as desigualdades educacionais no espaço rural no contexto de pandemia da Covid-19.

No decorrer desta pesquisa, buscou-se analisar a política educacional no espaço rural, mediante as desigualdades educacionais que permeiam a educação brasileira, inclusive, no âmbito rural, considerando que, são vários desafios históricos que marcam a gênese da educação do campo e que perpassam pelas lutas do povo por direitos e justiça social. As expressões da questão social são evidentes nesse processo, pois são determinantes sobre a qualidade do ensino que chega para a população rural e, que até hoje, ainda se fazem presentes na educação e formação desses sujeitos.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, que utilizou artigos científicos e livros que abordam a temática das desigualdades educacionais e sua relação com a ruralidade. Com a finalidade de analisar a política educacional nas escolas públicas localizadas no território rural, partindo do pressuposto que o acesso nesses espaços é difícil, a informação não é de fácil acesso, a proposta de educação que chega, muitas vezes é incompatível com a dinâmica própria do campo, pois não leva em consideração a cultura, os valores, o modo de trabalho, as limitações, a falta de investimentos, os saberes do campo, enfim, ela se apresenta, frequentemente, distanciada da realidade sobre a qual atua.

Este estudo está fundamentado em autores que levam em consideração a especificidade da educação do campo, frente à valorização da cultura e do seu modo de vida. Nesse sentido, destacam-se autoras como a Maria Antônia de Souza (2012) que vai falar dessa gênese da educação do campo e como ela surge em meio aos movimentos sociais e organizações coletivas, o que de fato é muito importante para a valorização da identidade do povo do campo. Além disso, ela destaca a importância do Movimento dos Trabalhadores

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Rurais Sem Terra (MST) na defesa dessa modalidade de educação, a qual é parte fundante dessa reflexão.

Por último, nas considerações finais apresenta-se uma reflexão sobre os pontos abordados na pesquisa, revelando a grande história dos movimentos sociais por trás da Educação do Campo, que hoje é um marco e um avanço na política de educação, pois compreende e valoriza o modo, a cultura e a forma de produção e reprodução da vida no campo.

Nota-se que, a educação do campo é uma forma de desenvolver e aprender de forma sustentável, em uma relação harmônica com a terra e a natureza. Contrariando a lógica neoliberal e desenvolvimentista, que retira e nega o direito a terra por parte desses sujeitos, camponeses, indígenas, quilombolas e tantos outros, na tentativa de explorar, absurdamente, os lucros gerados pela apropriação de grandes terrenos. Nesse sentido, Souza (2012) aponta que através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), os povos passam, juntamente, com outros coletivos, a exigir uma educação de qualidade para aqueles que vivem nessas áreas.

## **DESIGUALDADES EDUCACIONAIS**

Desde nos primórdios da concepção da Educação Pública no Brasil, observa-se a presença das desigualdades. Desde então, o país vivencia profundamente a desigualdade social e educacional, sendo constituído por muitas famílias em situação de pobreza, baixa renda e vulnerabilidade social e econômica.

Como explica o autor Fahel (2012) em um de seus estudos realizados, juntamente, com Rodrigues e Vasconcelos, no qual, pesquisam sobre o impacto do Programa Bolsa Família sobre seus beneficiários que estão na educação básica, na cidade de Belo Horizonte, entre 2007 e 2010, mostra que “o programa não tem sido capaz de superar as desvantagens de seu público-alvo no que concerne à progressão e à proficiência nas diferentes séries analisadas” (FAHEL, 2012, p. 23). Por outro lado, o estudo ainda mostra alguns possíveis efeitos positivos do Programa em médio prazo, mas fica clara a necessidade de políticas mais específicas.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Ao reconhecer que a pobreza gera necessidades urgentes, como por exemplo, a fome e ausência de um lar, que dizem respeito à garantia do direito a vida, torna-se válido lembrar e reavaliar, que ainda circulam críticas que “rotulam de assistencialistas as políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Contudo, se a vida é o primeiro direito do ser humano e garanti-la é o dever mais elementar do Estado, não pode ser considerado assistencialismo algo que efetive essa garantia” (ARROYO, 2015, p. 14).

Diante disso, percebemos que não se pode exigir, que pessoas, as quais lidam, cotidianamente, com a dificuldade de acesso às necessidades básicas, possam ter o mesmo desempenho e oportunidades, que aquelas, as quais contam com renda digna, possuem além do necessário e ainda contam com todos os equipamentos de aprendizado, acesso a informação, suporte e acompanhamento familiar, inclusive, com escolas de infraestrutura e investimentos incomparáveis. É preciso reconhecer que a pobreza ainda existe, assim, nos alerta o autor Arroyo:

O problema desse enfoque é que, se os (as) pobres são vistos (as) como carentes e inferiores em capacidades de atenção, esforço, aprendizagem e valores, acabam sendo responsabilizados(as) por sua própria condição. São, desse modo, constantemente inferiorizados(as), reprovados(as) e segregados(as). A insensibilidade dessa visão reducionista, espiritualista e moralista sobre os(as) pobres leva a pedagogia a ignorar os efeitos desumanizadores da vida na pobreza material, ou da falta de garantia de cobrir as necessidades básicas da vida como seres humanos (ARROYO, 2015, p. 9).

Além de reconhecer, é preciso, também, lutar pela mudança e por políticas públicas que considerem de forma crítica a existência da pobreza e das desigualdades, para que seja reavaliada, a forma histórica e moralizante, com que se tem atuado sobre as expressões da questão social.

Em outra análise sobre a relação entre educabilidade e rendimento educacional realizada por Mediavilla e Gallego, considerando a influência da desigualdade no desempenho educacional, “indicam a existência de múltiplos determinantes do rendimento escolar, com destaque para a influência da raça ou cor dos alunos, o nível de atraso escolar, o tipo de estabelecimento educacional e da região onde se encontra localizada a escola” (FAHEL, 2012, p.23).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Entende-se que a questão educacional é bem mais complexa do que se imagina, são vários fatores históricos e diversos. Mas sabemos que hoje, no país, é produzida riqueza suficiente para a manutenção de todas as escolas de maneira eficiente e digna, no entanto, como se percebe, a prioridade por parte do sistema econômico e de seu coadjuvante, o governo, não está na educação e muito menos em resolver a pobreza e as desigualdades educacionais. Nesse mesmo sentido explica Júnior (2010):

O Brasil não pode ser visto como um país pobre e sim com muitos pobres. Comparativamente aos outros países do mundo, o Brasil se classifica como um país de renda per capita média, onde o montante de recursos disponíveis seria suficiente para garantir o mínimo essencial a todos, de modo que a persistência da pobreza absoluta se deve à má distribuição da renda. (JUNIOR, 2010, p. 80).

A riqueza socialmente produzida é acumulada de forma exorbitante nas mãos de poucos indivíduos e dificilmente chega para aqueles que foram historicamente distanciados dos meios de produção, colocados a cargo da comercialização da sua única forma de sobrevivência, a sua força de trabalho, como já dizia Karl Marx (2019).

No entanto, veicula-se a ideia de que é só se esforçar e trabalhar muito, que assim se consegue mudar a realidade em que vive. Contudo, é essencial problematizarmos essa ideia, pois como sabemos, existe hoje, além de um grande exército industrial de reserva, a pobreza, notoriamente marcada por muitas pessoas ainda analfabetas, sem formação e acesso ao que é básico, como conhecimento, informação, renda básica, educação, emprego digno, e alimentação. Que, lamentavelmente, ainda são expostas diariamente a exploração e aos preços absurdos e incompatíveis com a renda que recebem, apesar de lutarem constantemente para alimentar toda a família e sobreviverem. Assim explica o autor Arroyo:

Críticas frequentes aos(às) pobres sustentam que eles(as) devem trabalhar – como se já não trabalhassem e fossem suficientemente explorados(as) – e assim terão renda; que, se receberem renda de uma bolsa, irão se tornar ainda mais preguiçosos(as) e não buscarão trabalho (ARROYO, 2015, p. 12).

A desigualdade é construída historicamente com a “concentração da terra e da riqueza; cultura patrimonialista com fortes marcas na sociedade civil e no Estado; ideologia conservadora no que se refere ao trato da questão social” (SOUZA, 2012, p.746), tudo isso é

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

parte constitutiva da sociedade brasileira. Além disso, a contradição de classes, geradas no seio do desenvolvimento capitalista é uma lógica que coloca a condição de ser humano em último lugar e faz erguer-se o império do individualismo, onde as pessoas são colocadas a pensar, cada vez mais, em sua ascensão econômica, deixando para trás as tradições, as culturas e os saberes que antes afirmavam a comunidade. Assim, como nos diz o autor Carlos Rodrigues Brandão:

Mesmo em algumas sociedades primitivas, quando o trabalho que produz os *bens* e quando o *poder* que reproduz a *ordem* são divididos e começam a gerar hierarquias sociais, também o *saber* comum da tribo se divide, começa a se distribuir desigualmente e pode passar a servir ao uso político de reforçar a *diferença*, no lugar de um saber anterior, que afirmava a comunidade. (BRANDÃO, 2007, p. 27).

Por isso, é importante a defesa de uma educação do campo que afirme os valores e o modo de vida das comunidades rurais, como meio de manter a cultura camponesa, indígena e quilombola, como tantas outras, vivas e com seu lugar na sociedade. Com o propósito de desenvolvimento próprio através de uma educação de qualidade que permita aprimorar e melhorar as condições de vida e sustentabilidade nesses espaços. É em vista disso, que se propõe essa discussão.

Este artigo busca fazer uma análise da educação do campo frente às desigualdades educacionais, tendo em vista, que o debate é essencial para consolidarmos o conhecimento sobre os rumos da nossa sociedade e do nosso povo, como diz Fahel (2012) o debate da educação vem ganhando centralidade ao se falar sobre desigualdade e pobreza. Segundo o autor “uma perspectiva analítica aborda a educação, tanto como determinante importante dos ainda altos níveis de pobreza e desigualdades na região, quanto como componente central de uma estratégia sustentável de redução da pobreza e da desigualdade” (FAHEL, 2012, p.19).

Mas foi em meio a tanta contradição e desigualdade, que os movimentos se organizaram para garantir os direitos e justiça social. O que também não foi diferente no caso da educação do campo, a qual, é resultado de muitas lutas e organização do povo enquanto movimentos sociais em busca de melhores condições de vida, como diz o autor Caldart:

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

das lutas dos Sem Terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de Reforma Agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade (CALDART, 2012, p.15).

Portanto, os movimentos sociais assumiram um papel importante na luta por uma educação de qualidade, e de fato conseguiram alcançar alguns resultados, pois hoje a educação do campo existe graças a essa conscientização de classe.

O autor Fahel (2012) aponta melhorias na qualidade educacional nos anos recentes, mas quando se trata da conclusão do ensino em seus diversos níveis, ele afirma que ainda há um grande percentual de pessoas que não concluem os níveis básicos, inclusive, muitos cidadãos não chegam ao acesso à educação secundária e superior. Na próxima seção iremos refletir sobre a política educacional no meio rural, afim de desvelar sua história e especificidades.

## **ESCOLAS PÚBLICAS E RURALIDADE**

A educação do campo é hoje, uma conquista para aqueles que durante muito tempo, tiveram o seu direito a educação negado, ou fornecido de forma ineficaz e desconectado da realidade rural. Segundo Machado (2017) essa modalidade surgiu em meio às lutas dos movimentos sociais e assumiu um caráter político e social.

Com base na autora Souza (2012), a educação do campo se desenvolveu no Brasil, a partir de 1990, com a perspectiva de valorizar a formação humana dos povos que vivem no campo e suas particularidades, como cultura, identidade e a forma de trabalhar. Além disso, a autora ainda nos aponta uma diferença importante entre a educação rural que antecede a educação do campo, enfatizando a natureza conservadora da primeira e sua similaridade com o modelo urbanístico.

Para entender a história da educação do campo e sua gênese torna-se necessário conceituar a educação rural e educação do campo, assim explica Luane Machado em seu artigo que, “tratar das questões que levaram a mudança de conceito e currículo de educação rural para a educação do/no campo, implica entender os diversos acontecimentos e

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

transformações sociais e políticas do Brasil e a participação dos movimentos sociais” (MACHADO, 2017, p. 18322-18323).

Conforme os autores estudados, entende-se que a educação do campo floresce na contradição de classes no Brasil, porque muitos trabalhadores e camponeses não tinham acesso à terra, daí surge a luta pela posse de terras historicamente negadas aos pobres. O Caldart ainda acrescenta:

Nasceu tomando/precisando tomar posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque precisa cada vez menos de gente, a afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida em suas diferentes dimensões, necessidades, formas (CALDART, 2012, p. 02).

A partir dessas ideias torna-se necessário enfatizar o quão importante é reconhecer e estudar as diferenças socioculturais no Brasil, pois este é um país marcado pela diversidade cultural. Quando as particularidades do campo não são levadas em consideração, há uma desvalorização do modo de vida dos povos que vivem nesse espaço, das pessoas que tiram da terra o seu sustento diário e, tal problemática pode agravar ainda mais as desigualdades educacionais, logo que, se a política não se adequa às necessidades básicas do campo ela torna-se inviável para a realidade rural, pois anula a relação entre o que se aprende na escola e o que se vive na prática diária.

Essa questão pode ser muito bem observada na antiga concepção de educação rural que se opõe ao significado da educação do campo, pois a primeira está associada à lógica produtivista, uma produção voltada para o agronegócio e ligada ao coronelismo, que visava, exclusivamente, a qualificação da mão de obra e incentivo a migração para o meio urbano, com a influência do capital. Enquanto que, a segunda está mais voltada para a produção agroecológica, ou seja, que valoriza a agricultura tradicional do campo, agricultura familiar, indígena, quilombola, etc. (LOBATO, 2020).

Ou seja, aquilo que as crianças e os adolescentes aprendem na escola, eles podem enxergar a sua volta, entender a realidade em que vivem e assim vê o mundo real, bem como a possibilidade de mudança e transformação. Um conhecimento que começa dentro do seu mundo, para depois expandir e ampliar novos horizontes.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

O multiculturalismo abordado por Candau (2008) torna-se elemento essencial para essa discussão, pois envolve a pluralidade que permeia o campo educacional. Os professores lidam no campo com a diversidade cultural e é preciso que estejam atentos às diferenças que se encontram nas escolas localizadas nesse território, devem estar comprometidos com o respeito e valorização da diversidade e engajados nas lutas pelas comunidades.

O campo durante muito tempo foi considerado um lugar de atraso, assim, complementa Souza (2012, p.751) “que a gênese da educação do campo está atrelada à luta pelo reconhecimento da existência dos povos do campo em sua diversidade e pela efetivação dos direitos sociais, bem como pela superação da ideia de que o campo é o lugar do atraso”.

Portanto, até pouco tempo as populações que viviam nas áreas rurais vivenciavam a exclusão e a negação de suas identidades, bem como a negação de uma educação de qualidade. “Nesse sentido, o debate multicultural na América Latina nos coloca diante na nossa própria formação histórica, da pergunta sobre como nós construímos socioculturalmente, o que negamos e silenciemos, o que afirmamos, valorizamos e integramos na cultura hegemônica” (CANDAUI, 2008, p.17).

No campo encontra-se também o desafio da distorção entre idade e série, segundo Souza isso acontece devido vários fatores, como a “distância de casa à escola; inexistência de escola; migração de um município para outro, muitas vezes resultando em perda do ano letivo; repetência; calendário escolar em divergência com as necessidades de trabalho na agricultura, entre outros” (SOUZA, 2012, p.752).

Dessa forma, pensar a efetivação da educação pública no meio rural implica também, refletir as diferenças socioculturais no Brasil, as desigualdades educacionais historicamente produzidas pela lógica neoliberal e a luta dos movimentos sociais no seio da contradição de classes que inclui, inclusive, o movimento da reforma agrária.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a pesquisa realizada, percebe-se que há uma forte relação entre as desigualdades educacionais e a ruralidade, tendo em vista que, no campo o acesso à

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

informação e ao conhecimento sofre com diversas limitações, desde aspectos tecnológicos, falta de investimento e baixa renda, além da dificuldade dos professores para manterem uma formação continuada, como explica a autora Souza (2012). Ela ainda afirma que, onde falta organização popular há certa fragilidade nos planos municipais de educação e nos projetos político-pedagógicos, no que se refere à valorização da cultura e do trabalho do campo.

Por isso, compreende-se a importância da participação do povo na política de educação, bem como sua organização popular para pressionarem as instancias responsáveis no exercício de suas funções, para garantirem que a educação esteja nos parâmetros da educação do campo.

O que se percebe, também, é a dificuldade de reconhecimento por parte do poder público das necessidades e demandas do campo, da valorização e preservação da cultura. Esse fato leva as pessoas do campo a migrarem para as cidades em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Conforme Souza, “as experiências e lutas da educação do campo colocam em evidência a histórica desigualdade educacional da sociedade brasileira, em que os trabalhadores são os que possuem menor escolaridade” (SOUZA, 2012, p. 752).

A educação do campo é o meio de transformação dessa realidade, pois ela reivindica a historicidade dessas contradições, tendo em vista que a terra é o instrumento principal na produção e reprodução material da vida, que permite os povos sobreviverem. Ela se insere no marco da negação desse direito. Ao trazer essa reflexão para o momento atual, há de se destacar que as contradições ainda persistem, logo que, a política e o governo ultra neoliberal se posiciona contrário a prioridade por educação e contra a reforma agrária, além de ameaçar os povos tradicionais.

Este trabalho contribuiu para ampliação do debate à cerca da educação do campo e a visibilidade do seu papel na valorização da cultura, do modo de vida, do modo de produção, das crenças e particularidades do seu povo, que se diferem em vários aspectos da educação urbana. Como resultado, o estudo revelou o caráter político da educação no meio rural, bem como a necessidade dos trabalhadores se manterem organizados enquanto coletivo na defesa de seus direitos e de seu reconhecimento político e social.

## REFERÊNCIAS

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

ARROYO, Miguel G. Pobreza, desigualdades e educação. **Curso de Especialização em**, 2015. Disponível em: <<http://egpbf.mec.gov.br/modulos/pdf/intro.pdf>> Acesso em: 19 de abr. 2022.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

CALDART, Roseli Salette et al. Educação do campo. **Dicionário da educação do campo**, v. 2, p. 257-265, 2012. Disponível em:  
<[https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/405410/mod\\_resource/content/1/0%20que%20%C3%A9%20educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20campo%20caldart.pdf](https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/405410/mod_resource/content/1/0%20que%20%C3%A9%20educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20campo%20caldart.pdf)> acesso em: 10 abr. 2022.

CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica**. v. 2, p. 13-37, 2008. Disponível em:  
<[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1947626/mod\\_resource/content/1/Texto%203.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1947626/mod_resource/content/1/Texto%203.pdf)> Acesso em: 06 fev. 2022.

FAHEL, Murilo et al. (Ed.). **Desigualdades educacionais & pobreza**. Editora PUC Minas, 2012. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Mariana-Canaan/publication/281107883\\_Juventude\\_e\\_trabalho\\_o\\_PEP\\_e\\_a\\_insercao\\_de\\_jovens\\_no\\_mercado\\_de\\_trabalho/links/55d5d04208aeb38e8a80fc0e/Juventude-e-trabalho-o-PEP-e-a-insercao-de-jovens-no-mercado-de-trabalho.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Mariana-Canaan/publication/281107883_Juventude_e_trabalho_o_PEP_e_a_insercao_de_jovens_no_mercado_de_trabalho/links/55d5d04208aeb38e8a80fc0e/Juventude-e-trabalho-o-PEP-e-a-insercao-de-jovens-no-mercado-de-trabalho.pdf)> Acesso em: 11 abr. 2022.

JÚNIOR, Luiz Honorato da Silva; SAMPAIO, Yony. Notas sobre pobreza e educação no Brasil. **Problemas del desarrollo**, v. 41, n. 163, p. 75-97, 2010. Disponível em:  
<[http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0301-70362010000400005&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0301-70362010000400005&script=sci_arttext&tlng=pt)> Acesso em: 19 de abr. 2022.

LOBATO, Aparecida Ferreira. **Educação Rural, Educação do Campo e a Pluriatividade**. 2020. Disponível em:  
<[https://www.academia.edu/download/64919283/VERSAO\\_DEFINITIVA.pdf](https://www.academia.edu/download/64919283/VERSAO_DEFINITIVA.pdf)> Acesso em: 13 fev. 2022.

MACHADO, Luane Cristina Tractz. Da educação rural à educação do campo: conceituação e problematização. In: **Educere XIII Congresso Nacional de Educação. IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação–SIRSSE. VI Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente (SIPD/CÁTEDRA/UNESCO). ISSN**. 2017. p. 2176-1396. Disponível em:  
<[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25113\\_12116.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25113_12116.pdf)> Acesso em: 11 fev. 2022.

MARX, Karl. **O capital: edição condensada**. Edipro, 2019. Disponível em:  
<<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=raSWDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=MARX,+Karl.+O+capital:+edi%C3>

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

%A7%C3%A3o+condensada.+Edipro,+2019.&ots=KG3GkbgxFA&sig=HKc7ELCxAhspbx0Y7hSgnBHeMrs> Acesso em: 11 abr. 2022.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação do campo, desigualdades sociais e educacionais. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 120, p. 745-763, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/06.pdf>> Acesso em: 12 fev. 2022.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral  
Eixo Temático – Questão urbana, agrária e ambiental

## **QUESTÃO AMBIENTAL: UMA DAS FACES DA QUESTÃO SOCIAL**

ENVIRONMENTAL ISSUE: ONE OF THE FACES OF THE SOCIAL ISSUE

Elenice Rocha Soares<sup>1</sup>  
Lawrey Vanessa Rocha Soares<sup>2</sup>

**RESUMO:** A questão ambiental é atualmente vista como inexistente para a classe política mundial, já que a exploração do mesmo é que mantém o capitalismo. O objetivo principal do trabalho é verificar os desafios em que a questão ambiental está diretamente relacionada ao exercício do profissional de Serviço Social. A metodologia usada foi de cunho bibliográfico, com revisão de literatura. Os resultados expõem que o profissional do Serviço Social quando aliados a outros profissionais de outras áreas, maximizam as estratégias para diminuir os impactos ambientais. Conclui-se que essa visão de sustentabilidade garante também uma distribuição equitativa dos produtos ambientais e a solidariedade intergeracional em futuras gerações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Meio ambiente; Serviço social; Vulnerabilidade.

**ABSTRACT:** The environmental issue is currently seen as non-existent for the world political class, since the exploitation of it is what maintains capitalism. The main objective of the work is to verify the challenges in which the environmental issue is directly related to the exercise of the Social Work professional. The methodology used was bibliographic, with literature review. The results show that the Social Work professional, when allied with other professionals from other areas, maximize strategies to reduce environmental impacts. It is concluded that this vision of sustainability also guarantees an equitable distribution of environmental products and intergenerational solidarity in future generations.

**KEYWORDS:** Environment; Social work; Vulnerability.

## **INTRODUÇÃO**

A questão ambiental é atualmente vista como inexistente para a classe política mundial, já que a exploração do mesmo é que mantém o capitalismo. E social, porque a

---

<sup>1</sup>Discente do curso de Serviço Social da Unimontes

<sup>2</sup>Pesquisadora do Programa de Iniciação Científica Pró-Reitoria de Pesquisa da Unimontes; discente do Curso de Educação Física da Unimontes

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

população se produz e se desenvolve nesse âmbito, no qual está inserido no meio ambiente enquanto coexiste com a maioria dos outros seres, construindo e alterando-o no decorrer de décadas porque não existe meio de vida do sistema a que abrange; é política pois depende de diversas resoluções e ações que usamos todos os dias. Portanto, o "meio ambiente" não consiste em um espaço externo ao homem, sem relação ou responsabilidade; pelo contrário, nós - humanos - somos a natureza, como as diversas outras formas de vida deste planeta. (AGUIAR, 2006).

Nesse cenário, os problemas ambientais criados por esse processo desenfreado de exploração tornam-se progressivamente mais grave e se manifesta em todas as esferas da sociedade profunda. É preciso apreender o assunto e a intervenção de profissionais de diferentes áreas do conhecimento. Os Assistentes Sociais (IAMAMOTO, 1983) que lidam cotidianamente com a expressão dos problemas sociais, encontram-se com dificuldade em compreender o tema, mesmo quando os problemas são refratados no objeto de sua intervenção e o assunto está relacionado com a atuação do profissional do meio ambiente.

Enfrentar problemas econômicos, sociais e políticos significa criar estratégias. A premissa da prática profissional é a compreensão de quem está intervindo. A crise ambiental existe, mas os governantes insistem em dizer que não, pois o capitalismo depende da exploração desenfreada do mesmo, isso desencadeia uma crise de demonstrações da questão social no país.

Em suma, a questão ambiental e uma das expressões da questão social, no qual consiste em um grande elemento de pesquisa e análise, incluindo a situação e a história da sociedade. Portanto, compreender a questão ambiental inclui explicar a diversidade de fatores políticos, sociais, econômicos e ambientais no desenvolvimento de participação social. Vale notar que as questões sociais sempre foram um tema de preocupação para a corrente geral do pensamento, mas no pensamento marxista tem uma dimensão importante que pode mudar as bases da vida social.

Com isso deve-se também levar em conta que a leitura marxista a respeito dos problemas sociais passa pela totalização dos problemas e não isola os problemas sociais de outras instâncias da vida, sejam elas econômicas e políticas, ou de uma questão de natureza válida. Com isso, pode-se afirmar que um problema ambiental é um problema social, no qual

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

devemos seguir nossa interpretação. Mediante ao conceito desse problema social, é preciso também compreender o desenvolvimento de produção da vida material e suas consequências na organização da vida social como um todo. (NETTO, 2006).

Impulsionada pela inquietação latente enquanto aluna da graduação em serviço social, assim como pela representatividade da gestão no papel da assistência social adicional as poucas reflexões sobre a temática, justifica-se a realização deste trabalho, o qual partiu da seguinte questão norteadora: quais as competências do assistente social mediante as novas demandas postas a profissão para lidar com a questão socioambiental e sua destruição pelo capitalismo célere e desenfreada? A fim de responder à questão norteadora do estudo, o objetivo principal do trabalho é verificar os desafios em que a questão ambiental está diretamente relacionada ao exercício do profissional de Serviço Social.

## DESENVOLVIMENTO

Por ser um movimento acumulador de riquezas, o capitalismo muda radicalmente a relação do homem com a natureza, com a mais valia, para obtenção de lucro, a burguesia estimula a concorrência e a competitividade, o que antes era apenas uma relação de necessidade para sobreviver com a terra, a mesma passou a ser um domínio extremo sem precedentes, para obtenção de lucro (MACEDO, 2009). Essa corrida desenfreada para transformar o meio ambiente, sem se preocupar com as consequências, acreditando que todos os elementos da natureza são inesgotáveis, causa uma nova faceta na questão social: a degradação do meio ambiente. O capitalismo transformou a natureza em uma fonte de exploração, pois abusa de seus recursos naturais em busca da geração de lucro. Quando o homem transforma o meio ambiente a partir da lógica de mercado, abre mão de calcular os resultados dessa transformação que impacta nos ecossistemas, de forma a desestruturar a flora e a fauna e, conseqüentemente, o próprio homem, que é atingido no seu meio de sobrevivência. (MACEDO, 2009).

A melhor tradição marxista nos aconselha a não confundir riqueza com mais-valia. A natureza é riqueza, no desenvolvimento de trabalho colabora com a criação da riqueza, mas não gera mais-valia. O trabalho gera riqueza, sob relações capitalistas de produção, criando

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

um valor superior ao seu próprio valor, ou seja, mais-valia (GONÇALVES, 2004). À medida que a acumulação capitalista se desenvolve e progride, experimenta-se o potencial de usar meios de produção mais eficientes em detrimento do emprego de trabalho vivo. Em outras palavras, os avanços tecnológicos e científicos empregados pelos capitalistas no desenvolvimento de produção, permitiu o aumento da produtividade em menor jornada de trabalho.

Ao diminuir o período de trabalho socialmente necessário para produzir a mercadoria, o valor da mercadoria diminui e, portanto, o tempo de trabalho excedente ou mais-valia aumenta, aumentando assim a taxa de lucro do capitalista. Assim, os "problemas sociais" expressam desigualdades econômicas, políticas e culturais, ou seja, classes sociais influenciadas por diferenças nas relações de gênero, características étnico-raciais e padrões regionais que comprometem a conquista de civilizacionais por amplos segmentos da sociedade civil. (IAMAMOTO, 2008, p. 160). Portanto, para o autor, a expressão dos "problemas sociais" não se concentra na lógica da distribuição de renda, mas está diretamente relacionada à distribuição dos meios de produção, das relações de classe que penetra em toda a sociedade.

Quando se tornou público, os "problemas sociais" passaram a exigir a intervenção do Estado para o reconhecimento de seus direitos, que respondia às demandas da classe trabalhadora no jogo das forças sociais e implementavam assim as políticas sociais. O meio ambiente está relacionado à qualidade de vida, sendo importante destacar que, a efetivação dos direitos básicos e da qualidade de vida da população pelos assistentes sociais depende da qualidade do ambiente em que vivem. Leonard (1992, p.18) expõe o exemplo das favelas urbanas, onde as precárias condições materiais "exacerbam severamente a vulnerabilidade dos pobres", levando a uma série de problemas que vão desde doenças causadas pela falta de saneamento, até vários desastres naturais, como enchentes e deslizamentos de terra.

Tais exemplos apontados revelam dois fatores extremamente importantes: 1. Problemas decorrentes de conflitos relacionados à gestão e apropriação desigual dos bens ambientais no qual configuram-se como expressões de problemas sociais, objetos de intervenção do serviço social. Em relação as questões sociais contemporâneas, Iamamoto (2008) questionou as tendências reducionistas de tal categoria. Destaca a dimensão global dos

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

problemas sociais, que contém múltiplas dimensões e não pode ser atribuída à exclusão ou à pobreza. Esse episódio constitui um obstáculo para que os assistentes sociais compreendam o assunto, pois reproduz a respeito da separação da sociedade do meio ambiente. 2. O meio ambiente está separado de outras áreas, mas está diretamente relacionado à saúde, higiene, habitação e muitos outros campos. No entanto, esses são os objetivos de suas próprias políticas setoriais, enquanto a política ambiental foi desenvolvida posteriormente sem uma perspectiva integrada com essas áreas.

A questão ambiental surge quando os seres humanos percebem que os recursos naturais são limitados e que seu uso pode levar problemas ao fim de sua existência (LEFF, 2001). Os problemas ambientais são agravados não apenas pela má gestão dos recursos, mas também pela distribuição desigual dos produtos ambientais. A verdade é que os produtos ambientais e seu acesso, são distribuídos sobre a forma desigual, e a carga de riscos e os danos causados aos grupos ambientais é maior em populações marginalizadas e vulneráveis, portanto, os segmentos mais pobres da população são os mais afetados em relação a qualidade de vida. O meio ambiente é privatizado e as questões ambientais são coletivizadas.

O art. 225 da Constituição Federal afirma: “Toda pessoa tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ao uso comum do povo e ao necessário à sadia qualidade de vida”. Também determina que “o poder público e a sociedade têm o dever de defendê-los e protegê-los para as presentes e futuras gerações”. As políticas públicas constituem a principal área de atuação do assistente social, e a intervenção do assistente social está inserida na gestão e implementação dessas políticas. Com isso, os órgãos públicos responsáveis pela implementação das políticas ambientais precisam de assistentes sociais. Se o objetivo dos assistentes sociais que atuam no campo da política social é viabilizar os direitos das pessoas, não deveriam eles também ser incluídos nas políticas ambientais voltadas para a efetivação desse direito legalmente garantido?

Tendo como pano de fundo uma crise ambiental e a necessidade de criar alternativas que visem a convivência em harmonia com o meio ambiente, a política ambiental é a base para a construção da sustentabilidade socioambiental. É necessário ressaltar que fazemos parte de um ambiente maior, parte de um sistema de produção que exige o uso pleno dos recursos naturais, e com isso seria utópico reconhecer que tal sistema esteja interessado em

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

oferecer políticas ambientais para alcançar soluções para questões sociais e ambientais. Contudo, como argumentam Behring e Boschetti (2006), descobrir esses constrangimentos não significa que a luta pelo reconhecimento e afirmação de direitos no sistema capitalista seja ineficaz, mas que sua conquista e efetivação fazem parte da agenda de luta.

No que se refere à legislação ambiental do Brasil, pode-se destacar o quanto ela é esparsa, resultado claro da visão divisionista seguida pelas questões ambientais expressas no conceito de Aguiar (2006), concebido de forma isolada, ao invés de ser parte de um todo "contém políticas, sociais, aspectos científicos, naturais e tecnológicos".

Uma política ambiental ideal abrangeria esses diferentes aspectos da vida humana em sociedade e, portanto, deveria ser integrada a uma perspectiva crítica baseada em direitos humanos. Dois princípios fundamentais aos quais os assistentes sociais devem aderir, posições que apoiem a equidade e a justiça social, e que garantam o acesso universal a bens e serviços relevantes para programas e políticas sociais, bem como sua governança democrática e defesa inabalável dos direitos humanos.

Compreendendo as questões socioambientais mediante aos resultados negativos da principal composição de políticas sociais e econômicas, no qual utilizam um exemplar de desenvolvimento devastador dos patrimônios, observa-se a capacidade de ação do profissional do Serviço Social neste tema de suma importância, mediante que o atendimento aos usuários e suas diligências que necessitam de um local que seja disponível para atendê-las.

As solicitações que se referem à questão socioambiental, retratam no cotidiano profissional circunstâncias específicas com qual o assistente social encontra, inesperadamente, acompanhadas por questões de Saúde, Assistência Social, Habitação, entre outras. Diante de tal situação, é indispensável que a profissão repasse às demandas que estão se afluindo nos últimos anos, revisando-se qualificar para incorporá-las e respondê-las no exercício profissional do cotidiano. (LEFF, 2003).

Segundo Reigota (2005), não existe segregação entre ecologia e sociedade, ambas são complementares, mas é necessário que os assistentes sociais compreendam o novo âmbito de trabalho, com o intuito da interdisciplinaridade, uma vez que diversos outros profissionais também possam corroborar com a prática profissional do Serviço Social para que haja uma troca de experiências, uma partilha de termos, significados e vivências em comum. Uma

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

compreensão crítica pode influenciar e modificar práticas conservadoras centradas em componentes de pesquisa e ações para mitigar os impactos ambientais. (JACOBI, 2003).

Os desenvolvimentos tecnológicos aumentaram a dependência dos recursos naturais, embora o contrário esteja se espalhando. É claro que o termo globalização adquiriu uma conotação que muda entre a ideia de desenvolvimento moderno e positivo e a emergência de um quadro social que não deixa a velha marca na sociedade e traz novas condições sociais instáveis, trazidas pelas políticas de ajuste neoliberais. Em questões ambientais, a maior parte dos recursos para a política ambiental nos países pobres vem do Banco Mundial e de outras instituições multilaterais. Essas agências estimulam a participação de ONGs porque afirmam que esses países não têm recursos para cuidar do desenvolvimento e do meio ambiente.

De fato, esse contexto de modificação da natureza em mercadoria vem da noção de que a natureza é devagar e seu processo de gestão pode torná-la eficaz, que a conservação da natureza deve se basear em três princípios: contemporaneidade; prevenção de resíduos; uso dos recursos naturais. Essas ideias foram as precursoras do que atualmente é chamado de "desenvolvimento sustentável". "A mercantilização natural sob a nova eco geopolítica econômica aprofunda a diferença entre países ricos e pobres sob o princípio do desenvolvimento sustentável". (GONÇALVES, 2004, p. 137). Assim, as diferentes formas de apropriação da natureza se transformam em propriedade privada capitalista, e assim a compreensão dos problemas ambientais atuais está diretamente relacionada à expressão "problemas sociais".

A sociedade pertence à natureza, por isso é um produto do mundo natural através da constante invenção. No entanto, a partir do Neolítico com o surgimento das cidades e estados, as sociedades, bem como as ideias e os saberes foram construídos contra a natureza. Também divide as pessoas em nome da necessidade imposta pela luta com o mundo exterior. Além disso, a sociedade banuiu exponencialmente sob o argumento de se proteger das energias naturais incontroláveis. A divisão do trabalho, responde às demandas tecnológicas da produção cumulativa, permitindo de escapar da escassez, dividindo indivíduos e grupos em castas e classes sociais. (DIEGUES, 2004, p. 49-50). Em uma sociedade construída sobre a propriedade privada natural, para fazer a natureza obedecer, deve haver tecnologia para que todos a aceitem de forma natural.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

E essas tecnologias não se limitam ao âmbito das relações homem-natureza ou homem/ambiente. Em geral, a degradação ambiental está diretamente relacionada à necessidade do capitalismo, pois é na acumulação capitalista que se encontra o impulso para destruir e despojar todas as forças da natureza e da vida. Na sociedade capitalista, a natureza não é mais reconhecida como força, mas como objeto de consumo ou meio de produção, as pessoas não se reconhecem no processo de produção, essa realidade se deve ao processo de alienação. Neste momento da história, é necessário repensar este processo em termos do homem e da natureza, pois o isolamento e/ou distanciamento de um não pode ser a resposta a esta relação. Portanto, é essencial compreender as características, tendências e implicações dessa relação para considerar o papel da mediação nesse processo.

O Serviço Social é uma das profissões capazes de captar os movimentos da realidade para mediar intervenções que beneficiem necessidades sociais e ambientais, com uma perspectiva que combina a interdisciplinaridade com sua natureza instrumental. Isso exigirá que os assistentes sociais tomem medidas para compreender a dimensão do contexto social. “Esta proposta aborda diretamente a necessidade de cientistas e assistentes sociais trabalharem em equipes multidisciplinares e interdisciplinares.” (IRIGALBA, 2005, p. 15). Além disso, no que diz respeito à atuação profissional, sabe-se que a exigência de profissionalismo é uma dessas e outras manifestações dos problemas socioambientais, pois acarreta uma destruição socioambiental acelerada sob os ditames de um processo cumulativo, dado seu impacto sobre os indivíduos e a interferência na vida coletiva.

Porque, quanto maior o domínio da humanidade sobre as riquezas do planeta, maiores são as previsões conflitantes sobre o esgotamento dos recursos naturais. Neste caso, contribui para a propagação da fome, da guerra e das doenças e, finalmente, da migração humana – refugiados de “catástrofes” ambientais. Assim, o papel do serviço social visa também o enfrentamento de problemas socioambientais, em que se pode tecer um caminho entre a mediação interventiva de um conjunto de consequências dos problemas sociais à medida que emergem uns dos outros. Em outras palavras, o assistente social viabiliza sua prática profissional “[...] como mediador entre ecologia e sociedade, entre o ser humano e seu ambiente, e entre os cidadãos e a sociedade, facilitadores de uma nova cultura: engajamento social.” (IRIGALBA, 2005, p.17)

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Sua perspectiva é fortalecer os vínculos com os movimentos sociais e refletir sobre a necessidade histórica de lutar pelos direitos ambientais e o forte compromisso com a defesa dos direitos da classe trabalhadora no âmbito da formação e da prática profissional. (CFESS, 2013, p.2). Por sua vez, o trabalho do assistente social passa a integrar as dimensões ambientais nas perspectivas mais recentes de sua história profissional, integrando-se paulatinamente ao campo de pesquisa e intervenção, e ampliando sua prática profissional. Segundo Silva (2010), a indústria tem se mostrado engajada no campo da gestão ambiental, dando mais importância ao trabalho mediado por ferramentas de educação ambiental.

Assim, seguindo uma cultura do ambientalismo, a educação ambiental representa a base do planejamento para o meio ambiente por meio de "[...] Eventos educativos, seminários, *workshops*, conferências, no qual ganham visibilidade profissional e consistente, seja no âmbito da investigação, na criação de novos objetivos de investigação, ou na intervenção profissional diária de projetos e programas socioambientais. Os autores ressaltam que esse processo se reflete no mercado de trabalho, desenvolvendo novas demandas e no qual considera intervenções nesse processo a partir dos aspectos pedagógicos da profissão.

No entanto, há evidências de que nas diferentes perspectivas que permeiam a educação ambiental, há dois aspectos ao mesmo tempo, onde se situam: um relacionado à gestão e outro a manutenção das questões ambientais, que articula educação ambiental crítica e apresenta conceitos de hegemonia e contradição hegemônica e expõe uma perspectiva transformadora do sujeito. Assim como as questões sociais, trata-se da "questão ambiental", cuja mediação subjacente é uma questão de classe: ora envolve a gestão de sua atuação na perspectiva da reprodução do capital, ora se inscreve na perspectiva da superação de instituições, neste caso, para construir uma sociedade liberada. (SILVA, 2010).

Portanto, com base nessas considerações, inferimos que “um dos maiores desafios que os assistentes sociais enfrentam atualmente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas que defendam e façam valer direitos a partir de necessidades emergentes no cotidiano” (IAMAMOTO, 2005, p.20). Essa suposição é coerente com a natureza pedagógica ou educacional da profissão, que neste momento enfatiza as atividades de educação ambiental em que afetam a emancipação do sujeito.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

A educação ambiental citada em termos de libertação - mesmo que transite dentro dos limites da ação pública ou mesmo privada - é realizada (ou tentada) como espaço de luta pela autodeterminação dos sujeitos, pela democracia radical, poder, sociedade e riqueza da sociedade como apropriação social (não privada) necessária da natureza. (SILVA, 2010). Dessa forma, o conceito de educação ambiental tem sua trajetória no processo de ensino e, nesse processo, amplia sua conotação diante da diversidade de métodos teóricos. Essa variável se justapõe ao ensino construtivo sobre cada lugar representado por sua realidade territorial. Assim, a educação ambiental gera a chamada mudança e/ou transformação social a partir de conceitos que podem subsidiar seu processo de ensino.

Embora os problemas ambientais não apresentem um denominador de negação, existem algumas diferenças em suas causas e respostas, dificultando a promoção da educação ambiental como fonte de políticas públicas. Portanto, a importância do exercício da legislação como forma de fazer funcionar o conceito de direito ambiental, confere ao poder público a responsabilidade de tratar de questões semelhantes. Assim, a educação ambiental desempenha um papel importante no combate à barbárie instaurada por meio de sua capacidade de ensino. Portanto, é preciso cultivar sujeitos ecológicos que atuem como multiplicadores da consciência socioambiental, e nesses sujeitos ecológicos, na perspectiva do espaço ético, é possível dialogar sobre a vida, pensar a ética socioambiental para construir ideias que constituam a matéria da educação ambiental.

Tendo em vista os dados explicitados do decorrer do trabalho, a ocupação profissional do serviço social vem incorporando o contexto sócio ocupacionais do setor socioambientais há cerca de 30 anos. No entanto, essa experiência é pouco conhecida no meio acadêmico e profissional de forma geral. No setor público, a intervenção profissional surgiu recentemente, principalmente após a implementação da política privada e de esquemas habitacionais no início da década de 1990.

Campanella (1978, p.20) destacou que "a produção do homem acontece em todas as fases do desenvolvimento", desenvolvendo assim conflitos negativos com a natureza. Mas tais conflitos de produção são importantes em relação aos interesses do mercado no qual as unidades de produção são mantidas. Para sobreviver, o capitalismo precisa estar em um processo perpétuo de expansão, o que significa ampla apropriação e exploração da natureza.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Segundo Sirvinskas (2005), o crescimento econômico, sob o movimento capitalista na forma de acumulação de capital, tornou-se de suma importância para a sociedade, conseqüentemente, a dominação da natureza se expandiu.

Percebe-se a importância do Serviço Social neste contexto, salvaguardando os direitos das pessoas ao longo da construção de uma central hidrelétrica, sendo que a mediação e a reconciliação são na maioria dos casos interesses opostos. Desta forma, a interpretação e análise da realidade do assistente social é muito importante, pois as necessidades individuais do trabalho no campo criam necessidades coletivas que devem ser adotadas para alcançar novas conquistas sociais.

Segundo Colito (1999), a pesquisa trata também das representações da subjetividade e da construção do sujeito, entendendo-as como sujeitos da emoção, do sentimento e da valorização, visando como tudo é pensado e simbolizado para compreender a dinâmica e o social. A realidade paradoxal do processo, que traz à tona muitos significados ocultos, no qual cabe aos profissionais desvendar.

Tal mediação é de suma importância quando é observado algum conflito de projetos, discordâncias entre a comunidade e a concessionária do empreendimento, e o meio ambiente se torna objeto de conflito trazendo consigo um impacto na natureza que encara valores sociais, éticos e políticos. A discórdia ocorre quando há um impacto feito no meio ambiente por conta da construção de empreendimentos, interferindo na vida das pessoas e no direito humano.

Tal impacto tem efeitos negativos no meio ambiente, sendo estas conseqüências geradas para a população, uma vez que esse impacto é penetrado pelas lutas econômicas e políticas, se tornando objeto de conflitos sociais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A preocupação com a crise ambiental e os problemas que ela suscita é uma questão global que envolve os interesses dos capitalistas, pois sua produção exige uso indiscriminado dos recursos naturais. Diante desses problemas, é necessário fazer uso sustentável dos recursos naturais para atender as necessidades humanas e restaurar os recursos naturais. Essa

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

visão de sustentabilidade garante também uma distribuição equitativa dos produtos ambientais e a solidariedade intergeracional em futuras gerações. No entanto, uma sociedade que busca o desenvolvimento sustentável não pode ser considerada uma sociedade de produção que depende do uso insustentável dos recursos. Nessa perspectiva, o assistente social é um profissional que pode se comunicar com os movimentos sociais, está próximo dos menos favorecidos, tendo uma função educativa, cujo projeto ético aponta para a libertação humana e construção de outro tipo de sociabilidade.

A crise ambiental existe, mas os governantes insistem em dizer que não, pois o capitalismo depende da exploração desenfreada do mesmo, isso desencadeia uma crise no meio ambiente devastadora incontrolável no país. No entanto, ainda existem muitos obstáculos para serem diluídos. Isso se manifesta na falta de professores e grupos de pesquisa sobre o assunto, bem como na falta de reflexão sobre o assunto em nossos roteiros de curso. Além disso, a produção acadêmica é significativamente relevante no sentido de levantar novas questões e promover o debate. O trabalho decorre da minha preocupação em relação ao tema, e o mesmo enquadra-se como um contributo para este debate tão importante.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, R. A. R. **Direito do Meio Ambiente e participação popular**. Brasília: Ibama, 2006.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

CAMPANELLA, Marco Antonio T. **As causas da crise ambiental**. In: Ecologia e Sociedade: uma introdução às implicações sociais da crise ambiental. SILVA, Carlos Eduardo Lins da. São Paulo: Loyola, p. 67-104, 1978.

CARNEVALE, Bárbara. **O tratamento dado pela categoria profissional à questão ambiental: um estudo dos encontros nacionais de pesquisa em Serviço Social e Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais**. Trabalho de conclusão de curso. Florianópolis, 2009.  
CMMAD. **Nosso futuro comum**. New York: ONU, 1987.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

CEFSS. **Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993.** Institui o Código de Ética Profissional dos (as) Assistentes Sociais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 mar. 1993.

COLITO, Maria Clementina Espiler; PAGANI, Angela Maria de Melo. Conversando sobre as questões ambientais e o Serviço Social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, Universidade Estadual de Londrina, v. 1, n. 2, 1999.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** 5 ed. São Paulo, Hucitec; NUBAUB/USP – Núcleo de Apoio a Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Brasileiras, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 7 ed. São Paulo, Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo: Cortez, 1983.

IRIGALBA, Ana Carmem. **A prática da ecologia social: a necessidade de integrar o social ao ecológico.** In: GOMES, José Andrés Dominguez, AGUADO, Octávio Vasquez. PÉREZ, Alejandro Gaona (Org.) **Serviço Social e Meio Ambiente.** São Paulo: Cortez, 2005.

GONÇALVES, Carlos Porto. **O desafio ambiental.** (Os porquês a desordem mundial), Rio de Janeiro, Record, 2004.

JACOBI, Pedro. Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: RIBEIRO, Wagner Costa. **Patrimônio ambiental brasileiro.** São Paulo: EDUSP, p. 519-543, 2003.

LEFF, Enrique. (Coord.). **A complexidade ambiental.** São Paulo: Cortez, 2003.

LEONARD, H. J. **Meio Ambiente e Pobreza: estratégias de desenvolvimento para uma agenda comum.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

MACEDO, Maria Katarina da Silva. **Serviço social e questão ambiental: uma análise da crise ambiental e seus desdobramentos na sociedade e no meio profissional.** Ecologia Aplicada, Zompero Andrea de Freitas, 2009.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2006.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental.** Brasiliense, 2005.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

SILVA, M. G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável:** um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de direito ambiental.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral  
Eixo Temático – Questão urbana, agrária e ambiental

**OS IMPACTOS DA PANDEMIA DO COVID-19 NA COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE).**

**THE IMPACTS OF THE COVID-19 PANDEMIC ON THE MARKETING OF FOOD FROM FAMILY AGRICULTURE FOR THE NATIONAL SCHOOL FOOD PROGRAM (PNAE).**

Mariane Rodrigues Silva<sup>1</sup>

**RESUMO:** A pandemia do Covid-19 impôs uma nova realidade ao mundo. O que aparentemente seria uma crise da saúde se tornou uma problemática aos diversos setores, incluindo-se as dinâmicas de comercialização da agricultura familiar para com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em virtude da suspensão das aulas presenciais. Diante disto, este trabalho tem por objetivo analisar quais foram os impactos da pandemia de Covid-19 na aquisição de alimentos da agricultura familiar para alimentação escolar via PNAE. Para tanto, consiste em um trabalho de revisão bibliográfica e também de pesquisa de dados acerca dos recursos investidos e utilizados efetivamente para a aquisição da compra direta na agricultura familiar, frente ao quadro de suspensão das aulas presenciais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pandemia; agricultura familiar; alimentação escolar; comercialização.

**ABSTRACT:** The Covid-19 pandemic has imposed a new reality on the world. What would apparently be a health crisis became a problem for several sectors, including the dynamics of commercialization of family farming with the National School Feeding Program (PNAE), due to the suspension of face-to-face classes. In view of this, this work aims to analyze the impacts of the Covid-19 pandemic on the acquisition of food from family farming for school meals via PNAE. To this end, it consists of a work of bibliographic review and also of data research about the resources invested and effectively used for the acquisition of direct purchase in family farming, in view of the suspension of classroom classes.

**KEYWORDS:** Pandemic; family farming; school meals; commercialization.

---

<sup>1</sup> Assistente Social e Mestra em Estudos Rurais pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFFF).

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## INTRODUÇÃO

As práticas da agricultura no âmbito familiar sempre estiveram presentes no cenário mundial e brasileiro enquanto modo de vida e no Brasil, a partir dos anos 2000, no âmbito do Programa Fome Zero, diversas ações buscaram articular a agricultura familiar e a promoção da segurança alimentar, na perspectiva da produção, acesso e consumo de alimentos diversificados. Institucionalizando a segurança alimentar nas políticas públicas, bem como no fomento da agricultura familiar. Dentre as políticas públicas que visam à segurança alimentar e o incentivo da agricultura familiar, destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que visa o atendimento de estudantes em toda rede pública de ensino proporcionando um cardápio que supra as necessidades alimentares e nutricionais, com enfoque qualitativo e quantitativo, alinhando alimentação adequada ao processo de ensino/aprendizagem. Para tanto, realiza a compra de gêneros alimentícios dos segmentos de agricultores familiares locais para a alimentação escolar.

As primeiras iniciativas da alimentação escolar têm suas origens na década de 50 do século passado, quando ainda atendia pelo nome de “Campanha da Merenda Escolar”. E avançou consideravelmente em 2009, quando o PNAE ao ser reformulado pela Lei nº 11.947/2009, em seu art. 14º, determinou que no mínimo 30% do total dos recursos destinados para a alimentação escolar, deveriam ser utilizados na aquisição dos gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais (priorizando as comunidades tradicionais indígenas e quilombolas e assentados da reforma agrária) reconhecendo a importância da agricultura familiar e dos sistemas produtivos locais na incorporação de alimentos diversificados na alimentação escolar.

Partindo da compreensão de que o PNAE se destinada à garantia de uma alimentação escolar adequada a milhões de crianças e adolescentes brasileiros, ao passo que avançou no reconhecimento da agricultura familiar, o programa têm como principal desafio na atualidade à execução efetiva da lei referente à destinação de percentual para a compra de alimentos oriundos da produção da agricultura familiar.

Com a pandemia do Covid-19 e a suspensão por tempo indeterminado das aulas presenciais na educação básica, a comercialização da agricultura familiar para o PNAE, foi

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

comprometida, impondo aos agricultores uma reorganização produtiva e novas estratégias para a venda de seus alimentos, visto que o PNAE consiste em um mercado institucional para este segmento.

A gestão escolar também precisou se reorganizar para o uso do recurso da alimentação escolar, pois o Governo Federal sancionou em 07 de abril de 2020 a Lei 13.987/20, que visou garantir a distribuição dos gêneros alimentícios (adquiridos com o recurso do PNAE) para as famílias de estudantes regularmente matriculados na rede pública de ensino em virtude da suspensão das aulas. Neste sentido, o art. 1º da Lei 11.947/2009 passou a vigorar acrescida do seguinte art. 21-A que diz:

Durante o período de suspensão das aulas nas escolas públicas de educação básica em razão de situação de emergência ou calamidade pública, fica autorizada, em todo o território nacional, em caráter excepcional, a distribuição imediata aos pais ou responsáveis dos estudantes nelas matriculados, com acompanhamento pelo CAE, dos gêneros alimentícios adquiridos com recursos financeiros recebidos, nos termos desta Lei, à conta do PNAE (BRASIL, 2020).

Cabe notar que a Leiº 13.987/2020, não desobriga a compra mínima para com a agricultura familiar, não impedindo que o gestor escolar o faça. Com os recursos da alimentação escolar nos caixas escolares, os gestores escolares (da rede municipal e estadual) fizeram a montagem de kits alimentares (no formato cesta básica) e procederam com as entregas aos pais e/ou responsáveis de alunos. As dinâmicas rotineiras foram bastante alteradas, desafios foram impostos pela pandemia, tanto para aqueles que fazem a gestão do programa, quanto para aqueles que comercializam para o mesmo conforme discutido a seguir.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **Aspetos históricos da alimentação escolar**

Dentre as iniciativas de intervenção do governo no campo alimentar a grupos vulneráveis, destaca-se as ações públicas direcionadas para a alimentação escolar, com a criação da Comissão Nacional da Alimentação (CNA) em 1945 e a Campanha de Merenda Escolar em 1955 através do Decreto nº 37.106. A denominação Programa Nacional de

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Alimentação Escolar ocorreu somente em 1979. Quando criado, o PNAE era tido como um programa assistencialista, de abrangência nacional sob responsabilidade do Governo Federal, com comando direto do MEC. “Entretanto, a cobertura do programa ainda era pouco efetiva e a regularidade do fornecimento da alimentação era baixa. Neste primeiro momento, não havia a preocupação com a adequação cultural ou com a aceitabilidade dos alimentos oferecidos” (PEIXINHO, 2013, p. 911).

Naquele período, o MEC realizava a gestão do programa de forma centralizada, deste o processo licitatório da compra dos alimentos, até sua distribuição em todo território nacional. Cabe ressaltar que esta centralização da aquisição e logística impunha ao PNAE ser operacionalizado com produtos industrializados e não perecíveis.

Eram realizadas grandes licitações que não permitiam a compra de alimentos in natura, por ser impossível a realização do armazenamento e distribuição em todo território nacional. Neste sentido, o modelo alimentar para a alimentação escolar se fazia por meio de alimentos processados.

O estímulo ao processo de descentralização e municipalização do referido programa foi sendo de fato possibilitado a partir da promulgação da Lei nº 8.913 de 1994 que dispõe sobre a municipalização da merenda escolar. Esta descentralização representou uma mudança paradigmática na execução e gestão do PNAE (antes mesmo da Lei nº 11.947/2009), pois “permitiu racionalizar a logística e os custos de distribuição dos produtos, além de viabilizar o oferecimento de uma alimentação condizente com o hábito alimentar da população nas diferentes localidades do país” [...] (PEIXINHO, 2013, p. 911).

Demais fatores que merecem destaque no processo de descentralização e municipalização da alimentação escolar em 1994 é a questão operacional do programa, pois impactou positivamente a economia local, ou seja, favoreceu a dinamização econômica dos municípios uma vez que as compras passariam a ser realizadas através de licitações no âmbito dos mesmos, considerando que os municípios de pequeno porte não tinham acesso às grandes redes varejistas para adquirir os gêneros alimentícios a preços menores.

De acordo com Peixinho (2013, p.911) “as compras institucionais descentralizadas, apesar das inúmeras limitações, abriram a possibilidade de inserção da pequena empresa, do

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

comércio local, do pequeno produtor agrícola e da pecuária local neste mercado institucional”, enfatizando a importância desde processo.

Em 1999 se iniciou uma nova modalidade de repasses financeiros na qual os convênios foram substituídos por transferência automática, cabendo aos municípios à criação do fundo próprio para o recebimento. E este processo, conferiu maior autonomia aos gestores escolares em seus respectivos municipais. Mas ainda era preciso um marco legal, que colocaria de vez por todas a agricultura familiar em posição de destaque na alimentação escolar. A mudança paradigmática foi possibilitada a partir dos anos 2000 com o Programa Fome Zero e as diversas iniciativas desenvolvidas em seu âmbito. Na qual em 2009, o PNAE foi reformulado incluindo a agricultura familiar no processo de fornecimentos de alimentos para a alimentação escolar.

### **O cenário atual: Os impactos do Covid-19 na comercialização da agricultura familiar ao PNAE**

A agricultura familiar brasileira é bastante diversa e tem demonstrando uma importante representatividade na produção econômica, reprodução social e cultural dos sujeitos no espaço rural sob uma perspectiva mais sustentável. A presença da agricultura familiar na alimentação escolar é de suma importância, pois conforme ressaltam Bezerra e Schneider (2012) existe uma relação intrínseca entre o plantar e o comer não apenas para fins nutricionais, mais como algo que adentra a discussão da dimensão cultural, enquanto um componente fundamental para a promoção da segurança alimentar e nutricional no ambiente escolar, possibilitando as práticas alimentares condizentes com a realidade local, valorizando a cultura alimentar.

Em um contexto de agronegócio e da padronização da produção alimentar, do uso abusivo de agrotóxicos e danos à saúde, foram surgindo outras necessidades de políticas públicas específicas para a agricultura familiar como o PNAE, e este programa é de grande relevância nacional para se pensar o papel das políticas públicas na perspectiva da intersetorialidade, alinhando na alimentação escolar a promoção da segurança alimentar e o

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

fomento da agricultura familiar local, fortalecendo e incentivando os mercados institucionais e circuitos alimentares locais.

Cabe notar como as estratégias produtivas de inclusão ao mercado institucional para agricultura familiar estão relacionadas às iniciativas de promoção da segurança alimentar no Brasil. E é partindo desta perspectiva, que a gestão escolar e demais agentes participantes do programa, cumprirão um papel fundamental para que se possa dar concretude a este processo de incentivo à produção de alimentos locais, acesso por meio da execução da política pública e por fim, o consumo dos escolares em toda a rede pública de ensino.

Neste sentido, Miranda e Gomes (2016) afirmam que o Estado passou a conceber políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar enquanto expressão social, cultural, econômica e política, que ao serem fomentados, fortalecem os traços alimentares locais.

[...] o meio rural brasileiro abriga inúmeras formas de organização social baseadas na produção familiar e com forte imbricamento nas economias locais, definidas muitas vezes por seu enraizamento territorial e histórico (agricultores tradicionais de pequena produção, comunidades indígenas e quilombolas, ribeirinhos, assentados de reforma agrária etc.) [...] (SILVA; DIAS; SILVA, 2014, p. 230).

Para Nierdele (2017), o PNAE alça as possibilidades para a inclusão de alimentos regionais com forte traço cultural como castanha de baru, rapadura, suco de graviola, carne de sol, dentre outros alimentos que passam a ser incorporados em mercados institucionais valorizando a diversidade das agriculturas brasileiras.

Apesar de todos os avanços do PNAE, com relação à agricultura familiar local e benefícios nutricionais para a alimentação escolar, a suspensão das atividades presenciais de ensino, ocasionou grandes impactos na participação destes sujeitos agricultores de base familiar no PNAE.

Conforme anteriormente mencionado, em abril de 2020, foi sancionada em caráter excepcional, a lei nº 13.987, para que alimentos fossem adquiridos pelos gestores escolares para a distribuição aos alunos, se utilizando dos recursos do PNAE. A iniciativa tratou de minimamente garantir aos escolares o acesso a alimentos, considerando que na realidade brasileira, a merenda escolar, em muitas das vezes, se traduz na principal refeição dos alunos de milhares de escolas públicas.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

De acordo com dados disponibilizados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), das 3.434 entidades executoras do PNAE avaliadas em todo o País, 94,6% realizaram alguma ação para distribuição de alimentos e/ou refeições. E apenas 185 instituições não o fizeram.

Contudo, de acordo com a matéria publicada por Garcia (2021) na plataforma Educação e Território em outubro de 2021, em um monitoramento realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), mostrou outra realidade, pois apontou que mais de 40 milhões de estudantes que contavam com a alimentação escolar gratuita oferecida na rede pública de ensino ficaram sem acesso a essas refeições, em algum momento de 2020.

Já a pesquisa realizada pela Plataforma de Direitos Humanos – Dhesca/Brasil, denominada de “Violações ao Direito à Alimentação Escolar na Pandemia de Covid-19”, também sinalizou uma série de violações no que confere o direito à alimentação escolar no país.

O relatório oriundo da pesquisa da Dhesca/Brasil apontou algumas violações importantes, como o não atendimento a todos os estudantes, a má qualidade e a irregularidade na distribuição dos kits alimentares ou cestas básicas. Também sinalizou para a ausência de participação social, bem como de prestação de contas. E por fim, as ocorrências de interrupção da compra de alimentos da agricultura familiar.

Assim, entende-se que ocorreu um severo impacto nas dinâmicas de comercialização da agricultura familiar. Sendo sem dúvida impactada negativamente no que confere a utilização do percentual mínimo de 30% garantido pela lei que organiza o PNAE.

Conforme a pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) em parceria com a Articulação do Semiárido (ASA), revelou que dentre os agricultores familiares entrevistados, apenas 56% afirmaram ter fornecido para a alimentação escolar em 2020, enquanto 44% não forneceram. Isto demonstra que os 30% determinados pela Lei 11947/2009 em seu art.14º, não estão sendo devidamente utilizados na compra direta da agricultura familiar local. Neste sentido, o estudo realizado pela FBSSAN e ASA no ano de 2020 mostrou que no decorrer da pandemia, mudanças drásticas ocorreram nas dinâmicas de comercialização e fornecimento dos alimentos da

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

agricultura familiar ao PNAE, o que reforça a importância de se aprofundar os estudos sobre a temática conforme proposto neste trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relatório da Dhesca/Brasil, ponderou que com a pandemia de Covid-19, muitos municípios e estados interromperam a compra da agricultura familiar. Em muitos casos, diminuíram a qualidade do que foi ofertado, com um kit sem frutas e verduras, impactando na vida dos agricultores familiares. E com a violação oriunda da interrupção dos contratos dos agricultores com as instituições escolares, gerou tanto a insegurança alimentar dos escolares, quanto a insegurança produtiva e econômica no meio rural. Diminuindo o orçamento de milhares de famílias pelo Brasil.

Neste sentido, verifica-se que de fato a pandemia de Convi-19, para além de uma crise da saúde pública mundial, se tornou uma problemática aos diversos setores, incluindo-se as dinâmicas de comercialização da agricultura familiar para com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em virtude da suspensão das aulas presenciais.

## REFERÊNCIAS

BEZERRA, Islândia; SCHNEIDER, Sergio. Produção e consumo de alimentos: o papel das políticas públicas na relação entre o plantar e o comer. **Faz Ciência**. v.15, n.20, p. 35-61, Jan/Jun 2012.

BRASIL, Lei nº 11.947, de 16 de Junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.** Disponível em: <[https://rebrae.com.br/wpcontent/uploads/2017/05/CadernodeLegisla%C3%A7%C3%A3o-A3o--FNDE\\_CECANE-UFRGS--2017.pdf](https://rebrae.com.br/wpcontent/uploads/2017/05/CadernodeLegisla%C3%A7%C3%A3o-A3o--FNDE_CECANE-UFRGS--2017.pdf)>. Acesso em: 19/09/2020.

BRASIL, Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020. **Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional**

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

**de Alimentação Escolar (Pnae) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/113987.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113987.htm)>. Acesso em: 15 de Janeiro de 2021.

DHESCA/BRASIL, Plataforma de Direitos Humanos. **Violações ao Direito à Alimentação Escolar na Pandemia de Covid-19**: Casos do Estado do Rio de Janeiro e do município de Remanso (Bahia). Disponível em <[https://www.plataformadh.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Relatoria\\_DireitoaAlimentacao\\_VF.pdf](https://www.plataformadh.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Relatoria_DireitoaAlimentacao_VF.pdf)>. Acesso em 16 de março de 2022.

FBSSAN, Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (2020). **Levantamento sobre Alimentação Escolar na pandemia.** Disponível em: <<https://fbssan.org.br/2020/11/fbssan-e-asa-apresentam-levantamento-sobrealimentacao-escolar-na-pandemia/>> . Acesso em: 15 de Janeiro de 2021.

GARCIA, Gabryella. **Impactos da pandemia na alimentação: agravamento da fome e agricultura familiar abalada.** EDUCAÇÃO E TERRITÓRIO. Disponível em: <<https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/impactos-da-pandemia-na-alimentacao-agravamento-da-fome-e-agricultura-familiar-abalada/>>. Acesso em 16 de março de 2022.

MIRANDA, Dayana Lilian Rosa; GOMES, Bruno Martins Augusto. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar: trajetórias e desafios no Vale do Ribeira, Brasil. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, 28 (3): 397-408, set/dez/2016.

NIEDERLE, Paulo Andre. Afinal, que inclusão produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares *In*: DELGADO, G. Costa; BERGAMASCO, S. M. P. P (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

SILVA, Márcio Gomes da; DIAS, Marcelo Miná e SILVA, Sandro Pereira. Relações e Estratégias de (Des)envolvimento Rural: políticas públicas, agricultura familiar e dinâmicas locais no município de Espera Feliz (MG). **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Nº 02, p. 229-248, Abr/Jun 2014.

PEIXINHO, Albaneide Maria Lima. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, 18(4):909-916, 2013.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral  
Eixo Temático – Questão urbana, agrária e ambiental

## A ATUAÇÃO DA E DO ASSISTENTE SOCIAL EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADE PÚBLICA E EMERGÊNCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS-MG

THE PERFORMANCE OF AND OF THE SOCIAL ASSISTANT IN SITUATIONS OF PUBLIC CALAMITY AND EMERGENCY: AN EXPERIENCE REPORT IN THE MUNICIPALITY OF PATOS DE MINAS-MG

Amanda de Oliveira Alves<sup>1</sup>

Carolina Poswar de Araújo Camenietzki<sup>2</sup>

Nayla Cristiana Beraldo Gonçalves<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho expõe um debate reflexivo sobre a atuação da e do Assistente Social em situações de calamidade pública e emergência, a partir do contexto emergencial vivenciado em Patos de Minas-MG no início de 2022 em virtude das intensas chuvas e enchentes do rio Paranaíba. O seu objetivo concentra-se na socialização de aspectos que interrelacionam Serviço Social, desastres socioambientais e Assistência Social. A metodologia utilizada compreende estudo teórico-bibliográfico, pesquisa documental e levantamento de dados quantitativos produzidos no município pela Central de Atendimento Social às Vítimas das Enchentes (CASVE). As análises efetuadas indicam o protagonismo desta categoria profissional na concretização de práticas interventivas para essas expressões da questão social.

---

1Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Graduanda em Letras Português-Inglês pela Universidade Cesumar (UniCesumar). Especialista em Política de Assistência Social e Gestão do SUAS pela Faculdade Pitágoras de Belo Horizonte-MG. Assistente Social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Patos de Minas-MG. E-mail: email.amandaalves@gmail.com.

2 Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestre em Desenvolvimento Social pela UNIMONTES. Assistente Social da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) campus Patos de Minas-MG. E-mail:carolposwar@hotmail.com.

3 Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Especialista em Políticas Públicas, Gestão e Serviços Sociais pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Assistente Social da Vigilância Socioassistencial do município de Patos de Minas-MG. E-mail: naylacristi@gmail.com.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

**PALAVRAS-CHAVE:** Serviço Social; Assistência Social; Desastres; Situação de emergência.

**ABSTRACT:** The present work exposes a reflective debate on the performance of and of the Social Worker in situations of public calamity and emergency, from the emergency context experienced in Patos de Minas-MG in early 2022 due to the intense rains and floods of the Paranaíba River. Its objective focuses on the socialization of aspects that interrelate Social Work, socio-environmental disasters and Social Assistance. The methodology used comprises theoretical-bibliographic studies, documental research and survey of quantitative data produced in the city by the Center for Social Assistance to Victims of Floods (CASVE). The analyzes carried out indicate the role of this professional category in the implementation of intervention practices for these expressions of the social issue.

**KEYWORDS:** Social Service; Social assistance; disasters; Emergency situation.

## INTRODUÇÃO

O artigo ora apresentado propõe um debate teórico-prático sobre o exercício profissional da e do Assistente Social nos contextos de calamidade pública e emergência, a partir das situações enfrentadas em Patos de Minas-MG no início de 2022, em decorrência das intensas precipitações pluviométricas e da enchente do rio Paranaíba. Evidencia também referenciais teóricos que discutem as interconexões cotidianas do Serviço Social, dos desastres socioambientais e da política de Assistência Social.

A metodologia utilizada compreende estudo teórico-bibliográfico, pesquisa documental de leis, portarias, normativas e levantamento de dados quantitativos produzidos pela Central de Atendimento Social às Vítimas das Enchentes (CASVE), criada no município em tela em caráter extraordinário nos primeiros meses do corrente ano.

Almeja-se com esta publicação a apresentação de aspectos técnico-operativos que oportunizam a superação de práticas imediatistas e concentradas somente nas ações de resposta, tendo como referência o Projeto Ético-político do Serviço Social. Partindo-se do pressuposto de que as transformações societárias exigem um profissional capaz de concretizar seu trabalho alinhado a uma leitura e análise da realidade, faz-se fundamental uma atuação crítica e propositiva diante das expressões da questão social (IAMAMOTO, 2007).

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

O grande desafio na atualidade é, pois, transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudo e ação do Assistente Social (IAMAMOTO, 1998, p.52).

Nas últimas décadas, percebe-se nos cenários mundial e brasileiro uma acentuação dos eventos adversos, extraordinários e temporários de causas naturais e/ou humanas como mudanças climáticas, desastres socioambientais, processos migratórios, crescimento populacional desordenado, crises sanitárias etc. Situações estas que requerem dos governos a adoção célere de estratégias de enfrentamento com práticas de prevenção, mitigação e preparação. Nesse sentido, ressalta-se a necessidade de que os governantes e os sujeitos sociais não considerem tais eventos como meros acidentes, mas, sim, como consequências concretas da dinâmica capitalista. A pandemia de Covid-19 é um exemplo recente que evidenciou a urgência do aprimoramento das políticas públicas de gestão de riscos e de desastres.

Em Minas Gerais, os rompimentos de barragens de mineradoras nas cidades de Mariana (2015) e Brumadinho (2019) ocasionaram cenários sociais, econômicos e ambientais vulneráveis e com danos humanos que permanecem atualmente. Dessa forma, esses desastres, dentre outros ocorridos no estado mineiro nos últimos anos, provocaram a intensificação dos debates públicos, da articulação entre os atores do Sistema de Proteção e Defesa Civil e das ações de apoio aos municípios (MINAS GERAIS, 2020).

Um exemplo de como este tema tem paulatinamente ganhado destaque na agenda social refere-se ao eixo V das Conferências de Assistência Social, realizadas em 2021, intitulado “*Atuação do SUAS em Situações de Calamidade Pública e Emergências*”. O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) no Informe nº 05/2021 que contém orientações temáticas e organizativas para as Conferências, apontou o documento “*Diretrizes para a atuação da Política de Assistência Social em contextos de Emergência Socioassistencial*”, da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) como referência para as discussões e deliberações.

Nessa linha de entendimento, o CNAS (2021) ressalta a importância de utilizar-se o termo emergência socioassistencial, visto que abrange as possibilidades interventivas do

Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em situações adversas, temporárias e extraordinárias que ocasionam riscos sociais para além dos parâmetros classificatórios da Defesa Civil e da Saúde. Elucida ainda, que a atuação da Assistência Social nesses contextos envolve um conjunto de ações antes, durante e pós-emergência coadunando com os teóricos do Serviço Social defensores da tese de que o exercício profissional da e do Assistente Social não deve ser desenvolvido somente durante o desastre.

Pode-se considerar emergência socioassistencial como [...] ocorrências de riscos e agravos sociais, extraordinárias e temporárias, decorrentes de eventos adversos e que resultem em desassistência à população. Incluem aqui as situações de emergência e estado de calamidade pública regulamentados e reconhecidos pela área de proteção e defesa civil, as Emergências em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), e demais ações extraordinárias que impliquem em ações da Assistência Social (BRASIL, 2021, p.28).

Todavia, ainda existem lacunas que precisam ser supridas nesta temática. Autores como Carvalho e Silva e Silva (2005), Loureiro (2010), Nunes (2013), Ávila; Mattedi e Silva (2017) demonstram em suas produções que somente a partir dos anos 2000, aspectos relacionados ao meio ambiente, desastres e Serviço Social começaram a ser objetos de estudos acadêmicos e de linhas de pesquisas na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Além disso, identificaram que poucos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) possuem grupos de trabalho e/ou comissões que discutem o tema, apesar de historicamente as intervenções da e do Assistente Social já serem requisitadas há mais tempo.

Diante da incipiência de discussões teórico-metodológicas na agenda da categoria que abarquem com maior frequência esta problemática, faz-se necessário a viabilização de estudos e pesquisas que fortaleçam as estratégias técnico-operativas que podem ser implementadas.

Assim, este trabalho encontra-se organizado em três seções. A primeira, expõe contribuições acerca do Serviço Social e dos desastres socioambientais, destacando a importância da profissão nestes contextos. A segunda, discute o papel da e do Assistente Social em situações de calamidade pública e de emergência no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). E na última seção são apresentados os resultados da pesquisa a partir da observação e do estudo do protagonismo da e do Assistente Social no contexto vivido recentemente no município de Patos de Minas-MG.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## SERVIÇO SOCIAL E DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS: ELEMENTOS PARA O DEBATE

A atuação da e do Assistente Social é perpassada por múltiplas determinações históricas, estruturais e conjunturais próprias da sociedade capitalista e por isso, as complexidades e contradições presentes no cotidiano de trabalho demandam desta e deste profissional uma qualificação de seus aportes teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos.

Nessa perspectiva, Guerra (2017) destaca que o Serviço Social enquanto uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho precisa viabilizar respostas qualificadas as demandas que lhe são apresentadas. Para isso, é essencial que as e os Assistentes Sociais utilizem os fundamentos teórico-metodológicos, os conhecimentos e saberes interventivos e as habilidades técnico-profissionais com clara orientação estratégica, na tentativa de evitar práticas atreladas ao espontaneísmo, a superficialidade e ao imediatismo.

Ao considerarmos esses pressupostos da profissão, é possível entender que as situações de calamidade pública<sup>4</sup> e emergência<sup>5</sup> enquanto expressões da questão social exigem dos profissionais de Serviço Social uma atuação pautada em intervenções conscientes, críticas, competentes, dado a necessidade de viabilizar aos sujeitos atingidos o acesso a direitos, serviços, programas, projetos e benefícios.

O Serviço Social historicamente atua há muitos anos em situações de emergência e desastre por meio de ações como cadastramento de indivíduos e famílias afetadas, coleta de dados, organização da oferta de recursos materiais, coordenação de abrigos temporários,

---

<sup>4</sup>Situação anormal decretada em razão de desastre que exceda a capacidade de resposta do município ou do estado atingido, requerendo auxílio direto e imediato do estado ou da União para as ações de resposta e de recuperação (Lei nº 12.608/2012, Art. 6º). Situação anormal provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público do ente federativo atingido (Instrução Normativa nº 02/2016) (MINAS GERAIS, 2020, p. 14).

<sup>5</sup>Situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial da capacidade de resposta do poder público do ente federativo atingido (Instrução Normativa nº 02/2016). Situação anormal, decretada pelo município ou o estado, em razão de desastre, que embora não excedendo sua capacidade de resposta, poderá requerer auxílio complementar do estado ou da União para as ações de resposta e de recuperação (MINAS GERAIS, 2020, p. 18).

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

orientação da população sobre o acesso a direitos, encaminhamentos para a rede intersetorial, dentre outras. Nessa ótica de apontamentos, vale ressaltar que o artigo 3º do Código de Ética, estabelece que as e os Assistentes Sociais têm como dever participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública.

Os estudos empreendidos por Ávila; Mattedi e Silva (2017) apontam que o número de ocorrências de desastres aumentou em 40% somente em três anos: 2010, 2011 e 2012 e por isso, as respostas interventivas precisam ser implementadas na tentativa de mitigar seus efeitos.

Os autores apresentam ainda uma relação entre a ocorrência dos desastres e a pobreza, considerando que na maioria dessas situações, são os segmentos populacionais mais empobrecidos que vivenciam exponencialmente os impactos gerados. Isto porque parte dessa população reside em áreas ecologicamente vulneráveis como em planícies inundáveis, encostas íngremes e moradias com infraestruturas precárias. Dessa forma, indicam que

Quanto maior a pobreza e a densidade populacional da região atingida pelo desastre, maior o impacto e as perdas decorrentes. Portanto, é fundamental a inserção do debate sobre vulnerabilidades e gestão dos desastres na agenda do Serviço Social (ÁVILA; MATTEDI E SILVA, 2017, p.345).

A temática dos desastres socioambientais está intimamente relacionada à prática profissional da e do Assistente Social, pois expressa a necessidade do compromisso com a classe trabalhadora e com os públicos em situações de risco e vulnerabilidade, na luta pelo direito à cidade, à moradia digna e à saúde. No entanto, somente na década de 1990 e nos anos 2000 que tais desastres tornaram-se objetos de estudo, pesquisa e discussão na agenda da categoria, conforme salientam Ávila; Mattedi e Silva (2017). Essas inferências sinalizam o carecimento latente do Serviço Social no que envolve a ampliação do seu escopo teórico a fim de balizar um exercício profissional em situações de emergência, desastres e calamidades públicas pautado em uma perspectiva de totalidade.

Convém ressaltar que a problematização crítica destas situações não considera os desastres isoladamente, mas os interligam à questão socioambiental presente na sociedade capitalista. É fundamental o entendimento de que as contradições têm sido intensificadas e a

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

exploração da terra (natureza) e do homem são inerentes para a garantia da produção desenfreada, do consumo descartável e do alargamento dos meios que garantem a acumulação de capital (NUNES; FREITAS, 2011; MÉSZÁROS, 1989).

Diante desta compreensão, duas premissas são plausíveis. A primeira concentra-se na ideia de que a área socioambiental, sua deterioração e os desastres precisam ser analisados a partir do envolvimento de diversos campos do conhecimento, apresentando, portanto, a importância do trabalho intersetorial e interdisciplinar. A segunda indica que os contextos descritos são espaços de intervenção para o Serviço Social, visto que além do seu arcabouço teórico sobre as crises constitutivas do capitalismo, a profissão possui as competências necessárias para o trabalho social com famílias e indivíduos em situação de privação no atendimento e na defesa de seus direitos; assim como na elaboração, execução e avaliação de políticas sociais, planos, programas e projetos frente às calamidades e emergências (CFESS, 1993a; CFESS 1993b).

Os desafios, portanto, na relação entre o Serviço Social e os desastres socioambientais residem na correlação destes com o modo de produção capitalista e sua “destrutividade ambiental” (NUNES, 2013, p.197); na luta por condições dignas de moradia, pelo direito ao meio ambiente e intensificação das ações de prevenção de forma intersetorial com outras áreas (Defesa Civil, Meteorologia, Geografia etc) e no rompimento da tríade desastre-dano-reparação. De modo que suas ações não se limitem às respostas imediatas ou a mitigação dos desastres, mas inclua o planejamento estratégico e a articulação do trabalho no período pós-emergência.

## **O TRABALHO DA E DO ASSISTENTE SOCIAL NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) EM SITUAÇÕES DE CALAMIDADE PÚBLICA E EMERGÊNCIA**

A Constituição Federal de 1988 no seu Art. 203, prevê que a Assistência Social deve ser prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à Seguridade Social.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Soma-se a isso, o Art. 1º da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS):

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Enquanto uma política pública não contributiva objetiva que todas as suas ações sejam norteadas pela concepção de proteção social. Isso implica dizer, que a oferta das seguranças socioassistenciais (acolhida; renda; convívio ou vivência familiar; comunitária e social; desenvolvimento da autonomia; apoio e auxílio) no SUAS, aos indivíduos e famílias são baseadas nos marcos legais supracitados e também no conjunto de normativas e resoluções de nível federal, estadual e municipal.

Nesse sentido, o SUAS possui um papel de destaque em contextos de emergência e calamidade pública no que envolve o atendimento das pessoas atingidas, a garantia dos direitos socioassistenciais, a manutenção da proteção social e a implantação de uma rede de apoio em uma perspectiva de prevenção de riscos e gestão dos desastres juntamente como outros atores intersetoriais.

Os diversos cenários de calamidade e emergência desencadeadas no Brasil nos últimos anos como os rompimentos da Barragem de Fundão (2015), no município de Mariana-MG e da Barragem do Córrego do Feijão (2019), em Brumadinho-MG, têm exigido esforços cada vez mais estruturados da Assistência Social, pois afetam um número significativo de famílias e indivíduos, principalmente em situação de vulnerabilidade. A cada situação novos públicos passam a demandar esta política tendo como desafio o caráter célere da capacidade de resposta e de ampliação progressiva da atuação do SUAS e das outras políticas sociais (CNAS, 2021).

Com isso, os processos de trabalho, os protocolos e os instrumentos utilizados pelas e pelos Assistentes Sociais no âmbito do SUAS diante dos contextos descritos representam um *locus* privilegiado de intervenção nas realidades apresentadas pelos sujeitos atingidos. A escuta qualificada, a acolhida, o conhecimento de território, o arsenal legal-normativo, a articulação intersetorial, o incentivo ao fortalecimento do controle social, as proposições

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

operacionais, as mediações com a gestão evidenciam habilidades técnicas destas e destes profissionais, adquiridas a partir das experiências teórico-práticas que possuem.

A oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos contextos de calamidade pública e emergência exprimem a necessidade do profissional de Serviço Social, uma vez que será requisitada a sua atuação por compor as equipes de referência do SUAS, de acessar e aprimorar os seus arsenais teóricos e técnicos considerando as novas exigências que lhe são impostas. A reflexão crítica, a avaliação, o planejamento, a adoção de instrumentais estratégicos contribuem para que o público vitimado tenha o atendimento de suas demandas, como será problematizado na próxima seção, a partir das experiências do Patos de Minas.

### **O PROTAGONISMO DAS INTERVENÇÕES DO ASSISTENTE SOCIAL EM UM CENÁRIO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO DE PATOS DE MINAS-MG: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Nos meses de janeiro e fevereiro de 2022<sup>6</sup>, o município de Patos de Minas-MG vivenciou um período de intensas precipitações pluviométricas que ocasionou múltiplos desastres como inundações, enxurradas, alagamentos, desalojamentos e desabrigamentos especialmente nos bairros e comunidades rurais de maior vulnerabilidade social. Por conseguinte, as perdas, os danos materiais, humanos e socioeconômicos culminaram na promulgação em 08 de janeiro de Situação de Emergência (Decreto Emergencial nº 001/2022).

Estima-se, conforme dados levantados pela Defesa Civil e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), que 12 (doze) bairros foram atingidos e 05 (cinco) regiões da zona rural, totalizando 688 (seiscentos e oitenta e oito) pessoas desalojadas e 125 (cento e vinte e cinco) desabrigados entre janeiro e fevereiro. Na primeira enchente do rio Paranaíba ocorrida no mês de janeiro houve a criação de 03 (três) abrigos municipais provisórios e na segunda, no mês de fevereiro, 05 (cinco).

---

<sup>6</sup> Os referidos dados foram extraídos dos Boletins Informativos da CASVE no período de 13 de janeiro a 21 de fevereiro de 2022.

Diante da necessidade de organização e gerenciamento das situações de risco e desastre, no dia 11 de janeiro de 2022 a SMDS deliberou pela criação da Central de Atendimento Social às Vítimas das Enchentes (CASVE), em caráter extraordinário, na qual permanecerá ativa até abril do corrente ano, devido a necessidade de efetivar o processo de desmobilização e encerramento das ações de pós-emergência.

Os recursos humanos utilizados na referida central foram os gestores (secretária, diretores e coordenadores das unidades socioassistenciais), a equipe da Vigilância Socioassistencial, as técnicas e os técnicos do Sistema Único de Assistência Social – SUAS remanejados dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, equipes de apoio (motoristas, cozinheiras, auxiliar de serviços gerais), servidores cedidos de outras Secretarias municipais e voluntários da sociedade civil. Já os recursos materiais disponibilizados foram provenientes da Prefeitura Municipal e de doações de pessoas físicas e jurídicas. Cabe salientar também, a participação do poder estadual com o “*Plano Recupera Minas*” através da transferência de recursos e supervisão das ações de enfrentamento.

As ações da CASVE foram implementadas com sustentabilidade nas normativas de referência para o trabalho da política de Assistência Social em contextos de emergência socioassistencial<sup>7</sup>. Tendo sido estruturadas em três eixos elementares: a) Gestão; b) Vigilância Socioassistencial e c) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências (Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais), com as seguintes atribuições:

a) *Gestão*: pactuação de orçamento e transferência de recursos, assinatura do Termo de Aceite, reuniões periódicas com o Poder Executivo e os órgãos de Proteção e Defesa Civil de âmbito municipal e estadual, contatos com a imprensa, estabelecimento de parcerias, coordenação do voluntariado e das doações;

---

7 BRASIL. Ministério da Cidadania. **Diretrizes para a atuação da Política de Assistência Social em Contextos de Emergência Socioassistencial**. Brasília, 2021; BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2009. BRASIL. Presidência da República. **Lei federal nº8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 1993. MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. Subsecretaria de Assistência Social. **Caderno de Orientações: atuação socioassistencial em contextos de emergência e calamidade pública**. Belo Horizonte, 2020.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

b) *Vigilância Socioassistencial*: elaboração de relatórios, diagnósticos, boletins informativos diários, implementação de fluxos e protocolos, revisão do *Plano de Ação Emergencial* da SMDS, adequação dos formulários de levantamento de demandas emergenciais, sistematização dos dados obtidos nos cadastramentos, mediações entre as demandas do Serviço tipificado e a gestão;

c) *Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências*: atendimento e cadastramento da população atingida pela situação de emergência, coordenação dos abrigos provisórios, articulação com as demais políticas públicas, encaminhamentos para acesso aos benefícios eventuais, elaboração de relatórios, identificação de riscos e vulnerabilidades nos abrigos e alojamentos, acompanhamento psicossocial para reconstrução das condições da vida familiar e comunitária, e outras ações interventivas emergenciais detectadas.

Salienta-se que apesar da participação de suma importância de diversos atores, como supracitado na composição dos recursos humanos, o protagonismo da e do Assistente Social nas frentes de trabalho aqui sistematizadas foi notória, visto que foram estes profissionais que assumiram majoritariamente as coordenações: CASVE, abrigos provisórios, Vigilância Socioassistencial. Realizaram ainda levantamento das legislações e normativas que viabilizam a atuação em situações de emergência, criaram as metodologias e os instrumentais de trabalho, articularam ações com profissionais de outras políticas setoriais e contribuíram com a mobilização interventiva da gestão.

A rigor, as premissas aqui apresentadas resultam no entendimento de que o trabalho da e do Assistente Social diante das novas requisições oriundas do cenário de emergência em Patos de Minas propiciou a construção e o desenvolvimento de mediações técnico-operativas que reforçaram a necessidade de romper com o imediatismo e o messianismo provenientes da sociabilidade capitalista, e de fortalecer a defesa do Projeto Ético-político da profissão na contemporaneidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

As considerações panorâmicas sobre as experiências protagonizadas pelas e pelos Assistentes Sociais do município de Patos de Minas diante da situação de emergência instaurada em janeiro de 2022 propiciam indicativos quanto à relevância de compreendê-las como partes integrantes da realidade social, ao exigir a mobilização das atribuições e competências do Serviço Social na construção das mediações operativas que fizeram-se necessárias no âmbito do trabalho socioassistencial desenvolvido no SUAS.

Nessa perspectiva, entende-se o quanto foi indispensável a atuação destas e destes profissionais no reconhecimento das demandas e das possibilidades de intervenção para além das práticas pontuais e imediatistas impostas pelo contexto de emergência. Todavia, é fundamental compreender que estas requisições exigem um aprimoramento reflexivo, crítico e operacional constante. Concentra-se aqui a racionalidade da formação continuada.

Paralelamente, sinaliza a importância de que novas publicações e estudos sobre as interfaces do Serviço Social e dos desastres socioambientais sejam efetivadas na agenda profissional contribuindo assim, para a qualificação operacional das e dos Assistentes Sociais em situações como as que foram desencadeadas na cidade mineira supracitada, tendo em vista os processos de redefinição das políticas sociais brasileiras.

No que se refere a Assistência Social é importante assinalar a imprescindibilidade da articulação entre os entes federados na implementação das estratégias de enfrentamento dos contextos de calamidade pública e de emergência. O que inclui as ações de prevenção e planejamento, identificadas como ínfimas na realidade aqui estudada.

Destarte, os subsídios crítico-reflexivos aqui condensados representam uma contribuição significativa sobre os processos de análise da dimensão interventiva da profissão diante das manifestações contemporâneas da questão social, apresentando possibilidades de ação e resistência nos espaços sócio-ocupacionais, em especial na Assistência Social.

## REFERÊNCIAS

AVILA, M. R. R.; MATTEDI, M. A.; SILVA, M. S. **Serviço Social e desastres: campo para o conhecimento e a atuação profissional.** Serv. Soc. São Paulo, n.129, p. 343-365, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/jdPxJLQ3dMQwZf9NXwym4Cz/?lang=pt>. Acesso em: 11 fev. 2022.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso: 15 abr. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF, 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm)>. Acesso em 04 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Diretrizes para a atuação da Política de Assistência Social em contextos de emergência socioassistencial**. Brasília, DF, 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF: MDS, 2009.  
01111

BRASIL. Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Portaria nº 90, de 3 de setembro de 2013**. Dispõe sobre os parâmetros e procedimentos relativos ao cofinanciamento federal para oferta do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências. Brasília, 2013.

CARVALHO, D.B.B.; SILVA e SILVA, M.O. Recursos humanos e atividades de formação dos programas de Pós-Graduação na área de Serviço Social. In: CARVALHO, D.B.B.; SILVA e SILVA, M.O. (Org.). **Serviço Social, pós-graduação e produção do conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, p. 51-68, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Regulamentação da profissão** (Lei nº 8662, de 07 de junho de 1993). Brasília: CFESS, 1993a.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Resolução nº 273/93**. Institui o Código de Ética profissional dos Assistentes Sociais. Brasília: CFESS, 1993b.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). **Resolução nº 12, de 11 de junho de 2013**. Aprova os parâmetros e critérios para transferências de recursos do cofinanciamento federal para a oferta do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e dá outras providências. Brasília, 2013.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). **Informe CNAS nº.05/2021**: 12ª Conferência Nacional de Assistência Social. Orientações temáticas e organizativas para a Conferência de Assistência Social do Distrito Federal de 2021. Brasília,

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

2021. Disponível em:

<http://conselhos.social.mg.gov.br/ceas/images/Conferencias/informe%205-21-cnas.pdf>.

Acesso em: 27 mar. 2022.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, Cláudia Mônica; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos** (orgs.). 3.ed. São Paulo: Cortez, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LOUREIRO, C.F.B. prefácio. In: SILVA, M. G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MÉSZAROS, I. **Produção destrutiva e estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1989.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. Subsecretaria de Assistência Social. **Caderno de Orientações: atuação socioassistencial em contextos de emergência e calamidade pública**. Belo Horizonte, 2020.

NUNES, L.S. **A questão socioambiental e a atuação do assistente social**. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v.12, n.1, jan./jun.2013. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/13337/9623#:~:text=Integrando%20o%20escopo%20de%20profiss%C3%B5es,sociais%20e%20pol%C3%ADticas%20do%20ambiental>. Acesso em: 12 fev. 2022.

NUNES, L.S.; FREITAS, R.C.M. **A contribuição do pensamento de Karl Marx para se (re)pensar a educação Ambiental**. In: ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 6., 2011, Ribeirão Preto. *Anais*. Ribeirão Preto, 2011.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral

Eixo Temático - Democracia e Ensino Superior: Desafios e Perspectivas

**A DEMOCRACIA COMO MITO E COMO PROMESSA: TEORIA CRÍTICA COMO  
CRÍTICA DA CULTURA E EDUCAÇÃO SUPERIOR**

DEMOCRACY AS A MYTH AND AS A PROMISE: CRITICAL THEORY AS A CRITIC  
OF CULTURE AND HIGHER EDUCATION

Luci Helena Silva Martins<sup>1</sup>

**RESUMO:** O trabalho apresentado no III Encontro Norte Mineiro de Serviço Social - III ENMSS segue no sentido de fortalecer um movimento social alargado em defesa da democracia e da educação pública, desde o ensino básico ao superior. Visa, também, aprofundar reflexões acerca dos direitos humanos como fundamento da civilização e compromisso do projeto ético-político do Serviço Social. Trata-se de um desafio colocado ao Serviço Social e aos projetos societários que funcionam como alternativa ao modelo privatista que destrói a Carta Magna e o Estado Democrático de Direito, tendência vivenciada, especialmente, na América Latina e no Brasil, regiões atingidas pelos projetos de expansão imperialistas e neoconservadores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Democracia; Serviço Social; promessa da política; direitos humanos.

**ABSTRACT:** The work presented at the III Norte Mineiro Social Service Meeting - III ENMSS continues to strengthen a broad social movement in defense of democracy and public education, from basic to higher education. It also aims to deepen reflections on human rights as the foundation of civilization and commitment to the ethical-political project of Social Work. It is a challenge posed to Social Work and to corporate projects that work as an alternative to the privatist model that destroys the Magna Carta and the Democratic State of Law, a trend experienced especially in Latin America and Brazil, regions affected by the projects of imperialist and neoconservative expansion.

**KEYWORDS:** Democracy; Social service; policy promise; human rights.

---

<sup>1</sup> Docente, Doutora em Serviço Social (Unesp 2004), DPCS-Universidade Estadual de Montes Claros, email: lucihelenam@yahoo.com.br

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## INTRODUÇÃO

A presente reflexão desenvolve subsídios de áreas disciplinares, inter e multidisciplinares, que abarcam diferentes contribuições, por meio de documentários, *lives* com professores, leituras durante a pandemia, agregando reflexões inspiradas nos clássicos do materialismo histórico dialético, e ainda, nas ideias do “direito a ter direitos” conceito de H. Arendt, sobre a ação política em cenários de perda de espaços públicos e efetivo cumprimento de leis sociais efetivas de proteção universal dos direitos humanos. Pretende-se colocar em análise alguns mecanismos que sustentam, no campo simbólico, a disputa legalista que orientou a política nos últimos anos.

Busca-se focar nos critérios de exclusão dos corpos considerados dissidentes, a partir dos quais tenciona-se e desencadeia-se uma gama de preconceitos e prejuízos, que engloba as formas variáveis e concomitantes de discriminação (social, racial, de origem, status e classe social) e, também, os estigmas e as diferenciações no interior da classe. Nesse contexto, evidenciam-se falácias que potencializam as vertentes positivista (tomista) e neo-positivista (neotomista e outras), que afetam a compreensão dos fundamentos da luta social por direitos humanos e do significado dos movimentos sociais na disputa política. Enfrentamos, na sociedade e no Estado, uma tendência conservadora que restringe os campos de disputa por direitos fundamentais e por serviços sociais, atingindo o Serviço Social no nível da execução das políticas sociais e no plano da formação superior, pois pulverizando o ensino público, o campo de privatizações se abre para instituições de ensino de caráter privado, oferecendo serviços para a classe trabalhadora, enfraquecendo o papel das políticas sociais mediante a desresponsabilização do Estado.

No Brasil, a desresponsabilidade se dá de muitas formas de modo a imprimir o conservadorismo na gestão das políticas que compõem a seguridade social (Previdência, Assistência e Saúde). O impacto na Política de Educação Pública visa o controle dos instrumentos ideopolíticos, simbólicos, ideológicos sobre as aspirações de emancipação “política” e “humana” das massas populares, à mercê de messianismos, populismos, engodo, falsificações. O controle das consciências por meio da “falsa consciência” é tanto que as massas despossuídas aplaudem o desmanche de programas de desenvolvimento ativos no

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

governo anterior (petista), bolsas de pesquisa, aumento de investimento nos cursos de áreas de Humanas, como o Serviço Social, e outros cursos frequentados pelas classes trabalhadoras, exercendo “o direito a ter direitos.”

O Estado de Minas em termos de desresponsabilização convive com isenção de conglomerados econômicos trocando muitas vidas pela perfuração das terras em conflito com quilombolas, ribeirinhos, povos indígenas e outras identidades atingidas por leis fracas, e sem compromisso. A assistência social ainda é mínima nos planos de cobertura em tragédias e desastres, aumentando as tensões em áreas de fronteiras, de secas prolongadas, disputas por água, e nascentes. Aumentos de benefícios eventuais coadunam-se com cancelamento do Programa Bolsa Família substituídos por programas emergências de curto prazo sem se configurar de fato como política social. Auxílio Brasil e processos de desapontadoria somam-se a outros processos de empobrecimento das classes populares, levando ao supranumerário de grupos vulneráveis, sem proteção ou pertencimento social. No campo da Saúde e Educação tendências macroeconômicas como desaceleração da economia, captura de fundos públicos favorecendo grandes fortunas, toda a contradição explícita na luta de classes obriga as classes trabalhadoras a frequentar o ensino superior privado, campo lucrativo para a iniciativa privada.

No campo da formação, somos levados a exigir níveis de qualificação equivalente com as exigências da profissão. Da mesma forma, o ensino superior público também traz desafios tanto aos estudantes, sem efetiva assistência estudantil, quanto aos docentes, que mesmo doentes, não podem se afastar do trabalho, mediante novas reformas trabalhistas e da Previdência, que oprimem a classe trabalhadora e os direitos sociais trabalhistas, duramente conquistados.

## TEORIA CRÍTICA COMO CRÍTICA DA CULTURA

Por crítica da cultura, compreende-se o desafio de nomear a Questão Social, como um drama épico e bem cotidiano, primeiro para identificar o problema comum de perda dos espaços públicos. Primam as análises de Vera Telles, M. Carmelita Yasbek, Evelina Dagnino,

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Raquel Raichellis e outras voltadas para a compreensão desse alargamento e depois recuo do político, com a aprovação do SUAS, LOAS e outras leis sociais criadas no Brasil, desta feita, como resposta aos movimentos sociais e sociedade civil. Essas respostas pautaram-se em estudos de pobreza e miséria, fome e outras profundas desigualdades produto da formação social brasileira, reforçadas durante a ditadura militar. A situação brasileira recrudescceu, é a realidade ainda confrontada pelas pesquisas e de pouco enfrentamento pelos gestores públicos nos cargos eletivos.

O núcleo da Questão Social encontra-se no capitalismo na reafirmação contínua da apropriação privada dos meios de produção que rejeita os "supernumerários" e o "exército industrial de reserva". Trata-se da exclusão histórica da sociedade de massas formada por negros, mestiços, brancos miscigenados, brasileiros de origem mesclada com africanos escravizados e indígenas, estrategicamente constituídos como pobres para servir com suas mãos aos senhores de engenho, das indústrias ou das instituições públicas dominadas por princípios gerais da administração.

Fundamentando na teoria crítica, percebemos que a relação sociedade, Estado e governo não consegue fugir dos moldes do ultraliberalismo, que acentua a concepção liberal e burguesa dos direitos. A referida concepção apregoa não a crítica ao formalismo das leis e dos direitos, mas o reforço do papel inferior atribuído às minorias, uma vez que há ausência de leis a protegê-las e, na ausência delas, resta a naturalização da diferença como uma carta branca para a facção privilegiada, como se fosse racialmente superior e por isso assumisse o estado de natureza que dá direito para uns, enquanto outros vivem no estado civil, de lobo do homem.

## **AS DISPUTAS PELO CAMPO DA AÇÃO**

As disputas pelo poder no campo da ação se traduzem nos modelos de política social existentes no Ocidente, desde o século XIX, marcadas pelo modelo bismarkiano, de caráter privatista, e proveniente do general em vias da unificação alemã. Por outro lado, há o modelo beveridgiano, inglês mais contemporâneo e social-democrata. Ambos envolvem a esfera econômica, os interesses das classes sociais dominantes que expressam projetos políticos

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

hegemônicos, e buscam o apoio de grupos ou atores sociais estratégicos pactuados com a universalidade ou focalização nos acessos aos serviços sociais; fato que demonstra a briga pelo orçamento geral da União, reconhecidamente repartido por compromissos entre a elite conservadora e as legislações sociais. No caso do Brasil, o modelo é misto e revela o terreno de disputa por fundos públicos, marcado por interesses de políticos, empresários de todos os ramos e de trabalhadores da educação.

Nessa conjuntura política, o Estado tem a prerrogativa de decidir caminhar junto à mundialização financeira ou estimular a produção, ciência e tecnologia dos países dependentes, condição que demonstraria sua capacidade autogestora e perspectiva mais democrática ou mais seletiva. A escolha é conduzida pela permanência do hábito de segregação de alunos e professores de periferias, distantes dos aportes investidos em centros de excelência. Tal condição inibe a cultura democrática que incentiva estudos mais universais, uma vez que os segmentos conservadores transformam o ensino superior em formação profissionalizante, impedindo que os estudantes da classe trabalhadora tenham o *direito a ter direito* a uma boa formação cultural e humanista, com vivências e experiências de dimensão psicológica por diversos mundos mentais e experiências propícias ao ambiente universitário como suas bibliotecas, seus teatros, sua vida musical e ativa no campus, além da participação na luta política estudantil e sindical.

Diante da atuação na Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, no Departamento de Política e Ciências Sociais - DPCS, curso de Serviço Social, e no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social - PPGDS, é possível propor e desenvolver um laboratório social na periferia do capitalismo, em que é vasto o campo dos déficits democráticos. No que tange à política social<sup>2</sup>, o desafio é estimular estudos inovadores na área dos direitos sociais em que caberia destacar o espaço aberto aos movimentos sociais e à sociedade civil, marcados pela crise que vivenciamos do pacto de representação democrático-formal, instituído pela Constituição Federal de 1988. Assim, a política social é uma prática de representatividade mais do que representação, que funciona ao inscrever a participação cidadã

---

<sup>2</sup>Salienta-se que a política social é permeada por campo de disputas simbólicas acerca dos assuntos e das questões sociais atuais, o que envolve confrontar a história e a tradição crítica do pensamento e da ação. Compreender esse movimento exige um profissional pesquisador e “militante” dos direitos humanos.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

nos processos produtivos e simbólicos, mas que pode assumir uma função segregadora quando desestimula a participação civil e a iniciativa social, sendo um importante instrumento de controle público, ameaça e de perda de direitos. Como exemplo, é possível citar o caso de atendimentos sumários na área da saúde mental, em que o cidadão é entregue às autoridades policiais, (depois do atendimento dos familiares que são super responsabilizados), sem que seja considerada a assistência às múltiplas expressões da Questão Social. O referido exemplo gera margem à psicofobia, aos linchamentos, à miseriabilidade do enfermo e dos seus respectivos familiares e também a tendência contrária e conservadora da sociedade de aventar a volta dos manicômios, o que demonstra os juízos sumários e despóticos, sem humanidade e juízos esclarecidos.

Salienta-se que buscamos as origens da desigualdade social nas relações econômicas, culturais e políticas assimétricas, ligadas às estruturas sistêmicas, atreladas à economia de mercado e submetida à estrutura do sistema-mundo, da mundialização, da reestruturação produtiva e do capital financeiro. São condições adversativas aos compromissos com o trabalho digno, que expõe a sociedade brasileira à economia política que rege o Estado capitalista, centrada no lucro e em *superávits*, e leis que restringem o investimento público em políticas sociais. Tratam-se de ações pactuadas entre as lideranças do “sistema-mundo”, se usarmos um termo de Habermas, que denotam o viés autoritário, concentrador de terras, rendas, aportes públicos com lastro para investimentos econômicos nas políticas públicas desviados para outros fins, que passam a ser privatizadas, usadas como moedas de troca por votos, mediante influências no parlamento e em câmaras de representação política. As decisões, nas mãos dos mesmos dirigentes - de modo a impor um modelo conservador e privatista na política social - ocorrem de cima para baixo, impedindo a sublevação, revoltas, ação direta, ou revoluções das massas submetidas à cidadania tutelada, e à condição de cidadania que a impede uma emancipação política, que dirá humana (DURIGUETTO, 2012).

É nesse contexto que se manifestam alguns mecanismos que sustentam no campo simbólico a disputa legalista que orientou a política nos últimos anos. Trata-se de uma disputa que se legitima e se estende e que parece insensível às massas. Das instituições requer-se o andamento de acordo com o Estado Democrático de Direito, contudo as instituições são ecléticas, exercem controle dos corpos do trabalhador, obrigado a executar diferentes

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

atividades em extensas jornadas de trabalho, com recontros entre empresários, Estado e sindicatos, até o controle dos corpos dos desempregados e desfilados levados à presídios, manicômios e outras instituições, não exatamente totais pois abertas como campo de trabalho para equipes técnicas formadas nos fundamentos da ética e direitos humanos, como assistentes Sociais e psicólogos. Contudo sabemos dos mecanismos de subjetivação. Em tais condições, ergue-se a "necropolítica" ou a "negação" da política como espaço de construção de direitos, abrindo-se para o lucro ou a violência do desemprego, com as lógicas mercadológicas de gestão privada da administração pública.

Verifica-se, também, um verdadeiro descarte de trabalhadores, parcelas do sindicalismo voltada para cargos eletivos, o que também enfraquece a representação daquelas camadas populares longe dos aparatos e aparelhos de gestão pública. Empresários e políticos do baixo clero eleitos com o discurso do novo na política. A plebe, de novo, excluída dos bens públicos e coletivos.

### **IMPACTOS DO CORONAVÍRUS NA POLÍTICA SOCIAL DA EDUCAÇÃO**

Ao analisar os impactos da pandemia, é notável que potencializaram-se medidas de corte de direitos, como na Previdência e na educação. No caso específico de Minas Gerais, no caso da Universidade Estadual de Montes Claros está em curso desinvestimentos sobre a folha de pagamento dos professores e sobre os serviços de assistência estudantil aos alunos das universidades estaduais, aprofundando as desigualdades quanto ao acesso e à permanência ao ensino superior. Os referidos fatos são motivo de lutas nas estaduais mineiras, há conferências estudantis, greves, audiências públicas, lutas conjuntas entre alunos e professores. A desresponsabilização do Estado deixou a educação superior e a rede de ensino básico e fundamental no modo de enfrentamento, em greves constantes por acordos não cumpridos e contra medidas de ajuste que desrespeitam a história de vida e particularidade das instituições, há 10 anos sem reajuste no ensino superior, como no caso da Universidade Estadual de Montes Claros.

Os impactos gerados pelo coronavírus trouxeram muitas perdas afetivas e perdas de direitos e espaços públicos. A volta à normalidade desvelou grandes desafios e fragilidades de

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

uma opinião pública que não reconhece “a verdade” como um primado da luta coletiva e da memória coletiva do lugar, que reivindica espaços para cientistas, ativistas, sobreviventes, artistas, escritores, docentes e compositores unirem-se aos movimentos sociais nas pautas que justificam as pesquisas sociais e os investimentos em políticas públicas. Caberia exigir a união das Universidades públicas e privadas às lutas do MST, Rede Emancipa, e aos movimentos pelo reconhecimento de minorias, desde terras de grupos indígenas e quilombolas, como fortalecimento do corpo docente e discente, em contrapartida da perda de direitos, o que sabemos só será realizado pela disputa por uma política universitária pública e gratuita compromissada com o desenvolvimento social.

As especificidades do que atravessamos em tempos pandêmicos, austeros, exigem de nós a defesa da política pública e da integralidade das políticas sociais. Especialmente estratificado, no Brasil (e na Unimontes não seria diferente), o acesso às condições básicas de cidadania é restritivo. Os(as) nossos(as) discentes precisam “trabalhar” num contexto em que o trabalho já é exíguo e embora não faltam-lhes incentivos para conceberem o direito à educação, e o seu direito à Universidade Pública, nomeadamente com o direito à moradia estudantil (no campus) de preferência ou próxima para evitar custos de transportes para alunos em situação de vulnerabilidade. Ademais, cerca de 50 % ou mais, dos(as) nossos(as) discentes, ausentaram-se das atividades-fim (aulas virtuais) durante a pandemia, pois encontraram dificuldades múltiplas para o acesso à aprendizagem remota. Alguns alunos, movidos pela sobrevivência, não acessaram as plataformas online e não responderam aos chamados virtuais durante o período pandêmico, e como seria diferente?. A Universidade está sem decolar numa política verdadeiramente universitária, especialmente, porque sanar essa dificuldade exige concursos de fluxos contínuos, ou seja, investir numa política de educação a altura dos desafios e que não existe no Estado de Minas Gerais para o que valeria a crítica de que a política educacional transformou-se em gestão das necessidades, minimamente nomeadas ou sanadas. Nesse sentido, deveria ser reconhecido o compromisso institucional de um agir plural e coletivo pelos direitos sociais, concomitantemente, tratam-se de direitos frágeis que não são assegurados em sua totalidade. Da parte dos movimentos sociais e sujeitos políticos locais há uma luta por representatividade política por parte da Adunimontes, Associação dos Docentes da Unimontes, que busca apoio do poder público e das forças

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

progressivas, por ações capazes de guiar um pacto comprometido com a responsabilidade social e coletiva, sejam para com alunxs ou professorxs. No caso das designações no estado de Minas Gerais, parece ilógico, porém não impossível, que uma instituição descarte um professor que se dedicou durante 15 anos à docência, mediante a oferta da vaga que ocupava à concorrência pública, mas isso pode acontecer na iniciativa pública ou privada, porque é possível pelas leis que depois de 15 anos, não haja vínculo trabalhista.

Em meio a isso, o não pagamento dos salários e direitos devidos aos servidores da educação básica e superior, por parte do governo do Estado de Minas Gerais, impõe a necessidade de transformação da concepção de política pública. Demanda-se a reestruturação das políticas públicas para que sejam capazes de atacar as condições de miserabilidade, e que responda com direitos à alimentação; ao saneamento; à habitação; ao lazer; ao emprego (na falta deste último, a aplicação da assistência social que possibilite a inserção dos cidadãos na sociedade de classes); à distribuição de renda; ao "dinheiro"; à renda mínima e à renda universal de cidadania. São instrumentos e ações que possibilitam a elevação do nível material de vida das pessoas, de modo a exercer direitos subjetivos e simbólicos, que devem ser exigidos do Estado, pois direitos sociais são frágeis, e muito comumente, o Estado deixa de mediá-los como conquista dos trabalhadores estendidos aos cidadãos sem trabalho. Lutar pelas políticas sociais é lutar por direitos anticapitalistas.

## **EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E QUESTÃO SOCIAL**

O campo de análise se abre como desafio para as pesquisas em políticas públicas no qual caberia reconhecer a necessidade de uma análise fundamentada pela interseccionalidade das relações de classe, raça/etnia, geração e espaço geográfico. Desse modo, caracteriza-se a Questão Social a partir do ponto de vista dos grupos minoritários e contando com esses para o enfrentamento no campo da luta política e do “direito a ter direitos”.

A partir da referência no campo da Dádiva, pelo movimento "*Revue de Mauss*", debate produzido nos anos 2000, podemos fazer um recorte interessante para a reflexão proposta. Por indicação do colega antropólogo Fabiano de Souza (Unimontes DPCS/Adunimontes),

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

chegou-se ao movimento MAUSS, *movimento contra o utilitarismo nas ciências sociais*, coaduna com a temática da memória, território de pertencimento, central para o debate acerca da educação superior, pela complexidade dessa área da política de educação, que impacta diretamente a pesquisa, a ciência, a educação, a extensão, a política do trabalho, saúde, enfim, pela centralidade na formação dos profissionais e professores formadores de identidades, conhecimentos.

Tem-se por referência para a “memória” o texto da Gagnebin<sup>3</sup>. “Lembrar, esquecer e escrever” que expõe as ideias de Walter Benjamim e Michel Poloki, que nos levam a analisar a falta de memória ou o esquecimento, próprio de não lembrar o que se sabe. Gagnebin também avalia os mitos gregos e, por conseguinte, a extensão da influência grega sobre o ocidente, com quem dialogamos. Nessa perspectiva, o mito de Ulisses e o retorno a Ítaca é o meio adotado por Homero para nomear as diferenças e a alteridade entre as pessoas e criaturas, habitantes das ilhas e do imaginário do lugar, que cercava a região rochosa de Ítaca, na Grécia. Naquele contexto, pessoas que comiam o lótus não retornavam à embarcação. Já as que consumiam o soma não chegavam nunca a se questionar sobre o seu lugar na estrutura da sociedade. Nota-se que as pessoas que são inativas politicamente em sociedades autoritárias também não sabem o que acontecia nos porões da ditadura, em manicômios ou reformatórios, e mesmo que os Comitês da Verdade apresentem e desvendem os fatos, ainda são ações insuficientes no contexto das sociedades contemporâneas.

Ao inspirar em Gagnebin e também na obra de Arendt “Homens em tempos sombrios”, convidamos para uma *viagem*. Qual *viagem*? Pelas heranças do “tesouro” do qual somos herdeiros, das revoluções no mundo ocidental. Mas qual revolução? A Francesa? Mais a Americana, afirmava Arendt. Desde os clássicos da antiguidade ocidental, a herança mais profunda repousa em nossa formação grega<sup>4</sup>, pela origem dos pactos e, também, dos preconceitos pela separação entre pensar e agir, vida ativa e vida contemplativa e pelo lugar

<sup>3</sup>A professora Jeanne Marie Gagnebin traduziu pela editora da Boitempo as obras de Walter Benjamim e de Michel Poloki (referência do campo da história para tratar de esquecimento do passado).

<sup>4</sup>Jean Pierre Vernant explora as influências exercidas pelos gregos e é um clássico nos estudos genealógicos da história dos conceitos e explora a tradição da Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

da ação confundida com trabalho, ora como práxis (amálgama que identifica pensamento e ação).

A História, fundamentada por Heródoto, já tinha claro muito do que sabemos hoje, mas muito se perdeu. Sófocles, em *Antígona*, desencadeou a ideia de lei moral por meio do direito à enterrar o seu irmão. Já a ciência é responsável por introduzir a palavra democrática como uma luz sobre as trevas e o esquecimento: uma viagem ao subconsciente da palavra por meio da memória escrita ou "história oral", misto de relato e anotações dos(a) pesquisadores(as).

Outra vertente de análise repousa sobre a tese sobre o relutante modernismo de Arendt, que foi discutida no campo das pesquisas dos grupos de estudos Arendt. É uma análise que faz-nos pensar no que difere a tese de Arendt da "Paz Perpétua" de Kant? Kant era cosmopolita, como se materializa na ideia de poder de Arendt. Esta, logo, nas "Origens do Totalitarismo", propõe "Um Tribunal Penal Internacional". Já Claude Lefort (2000), direito internacional, OTAN, guerras étnicas, e pensando o desafio da Ação Política nos episódios de guerras na Bósnia, e os massacres étnicos de albaneses em Kosovo, e outras, aborda acerca do Tribunal Penal Internacional em que poderíamos imaginar e operar as sanções sobre a soberania estatal.

Quanto à teoria democrática é sabido que as pautas dos movimentos sociais<sup>5</sup> incentivam as temáticas que justificam as pesquisas sociais voltadas para as demandas da sociedade. Os referidos movimentos fornecem subsídios relevantes no caminho para políticas públicas baseadas na equidade diante de contextos de desigualdade e exclusão. Daí a necessidade de buscar um mecanismo que promova a educação das massas em direção à elevação cultural, baseada em direitos humanos. Conquanto, a educação sozinha não muda o

---

<sup>5</sup>É válido explicar porque nem todo movimento da sociedade é um movimento social. Os movimentos sociais pautam suas ações na luta pelos direitos universais à habitação, alimentação, trabalho, renda, saúde, assistência social, física e mental em momentos de debilidade. Os movimentos sociais funcionam como um antídoto contra os empecilhos trazidos pela negação dos direitos humanos e sociais e a consequente apropriação privada dos recursos materiais e simbólicos que nos permitem viver mais dignamente na sociedade de classes, autoritária e desigual. Nessa perspectiva, o "movimento nacional socialista" ou neonazistas não são movimentos sociais no sentido clássico do termo, tampouco cogitam tal pertencimento à categoria de análise. Esses movimentos conservadores e reacionários não querem se reunir para alargar as noções de humanidade ou civilização. Querem destruir o direito à alteridade de vivermos a diferença sem a inferioridade.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

mundo. Mas, inspiradas no educador Paulo Freire, as pessoas educadas mudam o mundo, alteram a realidade, juntas e juntos.

No caso do Brasil, onde as políticas sociais seguem critérios e leis seletivas, é central a luta pela vinculação do orçamento do Estado para a educação, tal como no Estado de São Paulo, tendo como exemplo as estaduais paulistas, com ICMS de 9, 57 sobre a arrecadação do Estado. O financiamento público das universidades estaduais deve garantir condições de permanência o que significa em muitos casos, moradia estudantil, para os acadêmicos mais atingidos pelos modelos de concentração de renda e as desigualdades sociais gritantes.

Salienta-se que a cultura democrática inspira ao cuidado institucional em não romper vínculos, criando mais espaços públicos livres para a existência coletiva e proposição do novo nas políticas sociais, de acesso a equipamentos públicos para atendimento da demanda nos processos cuidado das diversas fases dos cidadãos que usufruem dos direitos e de reconhecimento dos direitos humanos<sup>6</sup>.

Pontua-se que a linearidade do tempo permite pensar em profundidades múltiplas e sincronizadas. Vai além se recorrermos à metáfora do tempo, ou à parábola do Ele de Kafka que Arendt retoma. "Ele" (que somos nós) está entre passado e futuro, no vértice do encontro de 90°, que é o presente, e se continuamos em linha reta depois de cair sobre nós o peso do passado, descarrilharemos. O tempo é corrosivo e exige que nos adequemos aos movimentos do *Desein*: esquecimento e morte, dentre eles.

A solução no campo marxista seria a abolição de toda a qualquer forma da propriedade privada, responsável pelo "metabolismo social" do capital, pela "lei geral da acumulação" que permite executar a superexploração das classes trabalhadoras, deixando-as extenuadas e, no final, sem saúde ou o próprio trabalho. A tese se confirma como apropriação do trabalho seja vivo ou morto, além de todas as práticas violentas já vivenciadas pela humanidade e pela classe trabalhadora desde os modelos remotos de formação social até a Revolução Industrial, símbolo da modernidade e da contradição maior entre capital e trabalho, colonialismos imperialismos. Práticas que hoje podem ser descritas como "necropolítica", ou seja, poder de

---

<sup>6</sup>Importante denunciar e se apropriar da discussão sobre o sucateamento do SUS e SUAS que também reflete de modo geral os anos de crise na educação e a miséria que assolou o Estado e a sociedade brasileira, miséria que atingiu aos meus pais e tanto brasileiros, que ataca a mim como cidadã, profissional do Serviço Social, exercendo a função de docente.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

matar ou "poder sobre". Nesse sentido, Viviane Châtel<sup>7</sup> analisa que o poder também se manifesta sobre a forma da violência, “poder sobre” aqueles que não têm nada, nem moradia, teto, ou saúde e, assim, estão fora da “ética, do mundo e dos direitos”.

## CONCLUSÕES

Há a tendência em considerar que a profissão do Serviço Social tenha um perfil caritativo, fundamentado pelo dom, pela caridade, pela defesa do cuidado com o outro, com caráter restritivo ao universo feminino. No entanto, a profissão acompanha as transformações do tempo, é uma profissão viva, em pleno movimento de reconceituação, ou seja, também aberta para renovação no perfil, e por certo tendo um projeto político antagônico ao da filantropização das políticas sociais, como analisam as professoras Yazbec e outras. Também na teoria social crítica, a ideia de cuidado concentra o "cuidado com o mundo", na perspectiva de que o mundo pode agredir as gerações atuais e futuras, devendo também ser protegido delas, mas os novos, as crianças devem ser protegidas do mundo e ensinadas a amá-lo, dispostas a cuidar dele.

A prioridade da integralidade dos direitos no plano da política social abrange a esfera pública e privada, a educação pública, a família, saúde, assistência e previdência estão presentes em todo o território. A cobertura universal em ciência e tecnologia, saúde pública e infraestrutura educacional traria o desenvolvimento social e regional, pelo grande potencial das universidades e a melhoria nas condições de vida dos egressos, com maior acesso aos direitos sociais de habitação, alimentação, lazer e trabalho.

Lembramos que humanos de direitos não são os direitos dos *cidadãos do bem* integrados à sociedade salarial, tais como patrões, empregados, contratados ou funcionários públicos. Afora a elite concentradora, dona dos meios de produção no mercado e iniciativa privada, há a massa de pequenos produtores e pequenos comerciantes que lutam pela sobrevivência, além dos trabalhadores liberais em busca de algum trabalho, formal ou informal.

---

<sup>7</sup>Professora Viviane Châtel é parceira da RIIDS, uma rede de internacionalização em desenvolvimento social formada por membros da CICS.NOVA, PPGDS e da Université de Fribourg.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Para alguém com formação no Serviço Social importante recorrer a estudos disciplinares e interdisciplinares, de economia política à cultura e política, de modo a compreender as divisões no social realizadas pelas disputas e assimetrias do coletivo e do individual. O Social é histórico e se foi confundido com o Político hoje é tomado pelo Privado, abarca a família e o mercado, a organização do espaço público pelo trabalho, e com isso advém as divisões e o conservadorismo do corpo coletivo. O social é disperso, necessita da Política responsável por organizar a cidadania, e não pode ser usado para definir a Política, cujo objetivo é criar a igualdade e ampliar espaços em que as pessoas poderiam gerar o conflito e o poder coletivo, ou seja, criar as condições objetivas e subjetivas para interromper processos históricos automáticos.

Mobilizar as categorias de espaço público e privado pode ser importante para pensar o Social que oscila entre esses dois pêndulos. Tendo em vista diagnósticos da “incontrolabilidade do capital” e da “crise estrutural do capitalismo” (Mészáros), sendo o imperialismo sua fase atual, partiu-se para estudos de vertentes da teoria crítica que desenvolve um pensamento e ação voltadas para a pesquisa qualitativa radicada nos movimentos sociais que portam desejos de universalização, equidade nos acessos a bens universais e políticas públicas e sociais de educação, saúde, habitação, previdência, alimentação, todos os níveis de assistência à saúde mental, trabalho, lazer e renda. A luta por políticas sociais torna-se uma luta anticapitalista na medida em que desmercadoriza os direitos sociais como direitos de cidadania. O ideal se torna baliza e medida para o justo e injusto é mediado pelas palavras, leis e intervenções ativas no Social.

Desse lugar que falamos, como docente e assistente social, a profissão que comemoramos nesse I ENMSS nos permite ser assertivos nas lutas sociais, compõe essa pluralidade de consciências voltadas para fortalecer as políticas públicas da assistência e da educação: da militância a ação por uma política pública do ensino superior que seja anticapitalista no sentido de gratuita e de qualidade. Nesse sentido, a defesa do projeto político societário e profissional convida leitores e pessoas presentes no Evento e na Profissão, a compreender a longa luta da profissão contra o (neo)conservadorismo, antagônico aos direitos humanos. Assim, seguimos em combate na luta pela cidadania de forma integral, emancipatória, política, humana, responsável e ativa, sabendo que a crítica deve se estender

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

ao capitalismo e imperialismo, notadamente o estadunidense, responsável por ações de apoio às ditaduras latino-americanas.

## **BIBLIOGRAFIA**

ARENDT, H. Entre o Passado e o Futuro. São Paulo em Perspectiva, 1972.

\_\_\_\_\_. A promessa da política. Rio de Janeiro, Difel, 2008.

Gagnebin, Jeanne Marie. Lembrar, Escrever, Esquecer. São Paulo, Ed. 34, 2006.

Lefort, Claude. O direito internacional, os direitos do Homem e a Ação Política. Tempo Social. Rev.Soc. USP, SP (12)1, 1-10, maio de 2000.

Mezsaros, I. Para além do capital. São Paulo, Boitempo, 2002.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral

Eixo Temático - Democracia e Ensino Superior: Desafios e Perspectivas

## O PARADIGMA DA MODERNIZAÇÃO, NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

THE PARADIGM OF MODERNIZATION, NEOLIBERALISM AND HIGHER  
EDUCATION IN BRAZIL

Luciana Santos Lenoir<sup>1</sup>

**RESUMO:** O trabalho apresenta reflexões quanto às características sociopolíticas que compõem a estrutura da educação superior no Brasil à vista do paradigma da modernidade, assim como as medidas políticas e econômicas neoliberais configuradas em escala global. Expõe, por meio de levantamento bibliográfico, a condução da expansão da educação superior brasileira que foi ordenada e financiada conforme os critérios externos exigidos por organismos internacionais e endossados pelo Estado. Trata-se de uma discussão crítica diante do processo que culminou na chamada “mercadorização” da educação superior, por meio do aumento expressivo do número de instituições privadas que ofertam vagas em cursos de graduação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Superior; Neoliberalismo; Estado.

**ABSTRACT:** The work presents reflections on the sociopolitical characteristics that make up the structure of higher education in Brazil in view of the paradigm of modernity, as well as the neoliberal political and economic measures configured on a global scale. It exposes, through a bibliographic survey, the conduction of the expansion of Brazilian higher education, which was ordered and financed according to the external criteria required by international organizations and endorsed by the State. This is a critical discussion in the face of the process that culminated in the so-called “commodification” of higher education, through the significant increase in the number of private institutions that offer places in undergraduate courses.

**KEYWORDS:** Higher Education; Neoliberalism; State.

## INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup>Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Com frequência, emergem debates em diferentes instâncias acerca da construção ideológica - e estratégica - que vincula modernização, conhecimento, avanço tecnocientífico e educação. Trata-se de um paradigma reforçado historicamente por sociedades capitalistas e que se consolida no imaginário coletivo diante dos atuais parâmetros economicistas neoliberais. Nessa perspectiva, o trabalho apresentado tece considerações críticas acerca das origens históricas, definições, características e distinções que norteiam as concepções de modernização e neoliberalismo.

Os argumentos aqui apresentados exploram as correlações entre o paradigma da modernização e os aspectos sociopolíticos que formataram a estrutura da educação superior no contexto histórico neoliberal do Brasil. Demonstra-se como as ações centradas em um modelo político indissociável da acumulação de capital, fundamentado pela retórica da flexibilização, da competitividade e da privatização, com ênfase na acumulação financeira e no monetarismo orientaram os papéis do Estado no país. Tais ações revelaram a ausência de prioridade das políticas sociais, que foram subjugadas pelo neoliberalismo, pelo processo de globalização econômica e por um projeto de reforma estatal baseado na estrutura organizacional de gerenciamento. Nesse sentido, observou-se que a garantia de gratuidade da oferta vagas na educação superior e o compromisso de financiamento por parte do Estado destinado a tal nível de ensino foram suprimidos, sob a alegação reducionista de que os custos gerados pelas universidades são onerosos aos cofres públicos. Em contrapartida, verificou-se um processo de expansão educacional de caráter privado.

## **O PARADIGMA DA MODERNIZAÇÃO, A PROPAGAÇÃO DO NEOLIBERALISMO E O MITO DA RACIONALIDADE**

As discussões referentes à educação superior brasileira são envolvidas por um conjunto de fatores sociopolíticos, econômicos e culturais, traçado por processos de permanências e mudanças. Desse modo, para compreender o atual ordenamento da educação superior no Brasil, faz-se necessário correlacionar aspectos históricos e multifatoriais circunscritos pelas organizações sociais; pelas estruturas político-institucionais; pelas relações

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

de poder e de trabalho; pela concepção e execução das políticas públicas; pelo papel do Estado e pela conjuntura econômica global. Trata-se, portanto, de um fenômeno complexo e abrangente que, inevitavelmente, encontra-se atrelado à dinâmica socioeconômica e à condução do interesse público.

Diante da amplitude do fenômeno apresentado, faz-se necessário recorrer a um marco de dimensão histórica, teórica e conceitual para conduzir a discussão de modo conciso. Inicialmente, observa-se que as sociedades capitalistas podem ser consideradas como um subtipo específico das sociedades modernas em geral, além de que são as que conduzem preceitos e níveis do desenvolvimento pelo viés econômico. De acordo com Giddens (1991), a sociedade categorizada como capitalista é interpretada como um sistema que abrange aspectos institucionais peculiares e que comporta um ordenamento econômico, dotado de forte caráter competitivo, expansionista e orientada pelo ideário da inovação tecnológica. Diante de tais circunstâncias, identifica-se que a economia ocupa um posicionamento singular em relação às demais esferas sociais e exerce interferências significativas sob as instituições políticas. Nesse sentido, o Estado e seus respectivos procedimentos econômicos instaurados em conjunturas de sociedades capitalistas, são definidos mediante a preeminência da propriedade privada dos meios de produção e da acumulação.

Nessa perspectiva, é indispensável expor a gênese da construção daquilo que se qualifica como “modernidade” em conjunturas sociais. A percepção acerca da modernidade foi solidificada pelos europeus ocidentais que julgam ser os pioneiros na escalada da trajetória civilizatória da humanidade. Trata-se de um pensamento hegemônico difundido e reproduzido numa esfera intersubjetiva da existência social e que estabelece o padrão mundial do poder tangível pela dominação, exploração e conflito. Tal condição estabeleceu que os europeus assumissem os papéis de portadores e protagonistas exclusivos da modernidade, fato que Quijano (2005) considera como uma pretensão etnocentrista e provinciana. Ademais, o autor alerta que se alguma discussão é pautada pelo reconhecimento de que o conceito de modernidade delimita-se às variáveis racionalidade, ciência e tecnologia, o enredo restringe-se a reafirmar a “disputa pela originalidade e pela exclusividade da propriedade do fenômeno assim chamado modernidade, e, em consequência, movendo-se no mesmo terreno e com a mesma perspectiva do eurocentrismo.” (QUIJANO, 2005, p. 122)

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Por esse ângulo, Quijano (2005) propõe conceber a modernidade enquanto parcela constituinte de amplo universo de relações sociais, materiais e intersubjetivas, em que a liberdade é tratada como interesse histórico da sociedade e, ao mesmo tempo, seu campo central de conflito. O autor demonstra que a amplitude do conceito de modernidade é verificada pela emergência de pontos individuais agregados ao complexo universo das relações materiais e intersubjetivas entre indivíduos, grupos sociais, comunidades, sociedades e povos que são integrados ou que se incorporam ao novo “sistema-mundo” e seu respectivo padrão de poder mundial.

As abordagens de Santos (2002) demonstram que o paradigma da modernidade é dotado de complexidade, suscetível a variações, e evidenciado por contradições e antagonismos. O referido paradigma assenta-se em dois eixos: o da regulação e o da emancipação. O eixo da regulação é delineado por três princípios. O primeiro expõe a obrigatoriedade política e vertical das relações entre Estado e cidadão, enquanto o segundo é conduzido pela lógica do mercado no que tange à obrigação política horizontal, de caráter individualista e com interesses antagônicos. Já o terceiro princípio é o da comunidade e envolve a obrigação política horizontal de gênese solidária entre os componentes da comunidade e das associações. Quanto ao eixo da emancipação, há um direcionamento da racionalidade pelos fundamentos weberianos que consistem as dimensões estético-expressivas (artes e literatura), cognitivo-instrumentais (ciência e tecnologia) e moral-prática (ética e Direito). Para o autor, o paradigma da modernidade almeja um desenvolvimento harmonioso entre os eixos da regulação e emancipação, por intermédio da racionalização da vida coletiva e individual. Contudo, é perceptível que a conjunção dos dois eixos revela a incompatibilidade de valores sociais, tais como os de “justiça e autonomia, solidariedade e identidade, igualdade e liberdade”. (SANTOS, 2002, p. 50).

Quanto ao processo de modernização fundamentado pelo viés econômico, Dulci (1999) destaca as influências exercidas por fatores políticos sobre a lógica da distribuição espacial do capital, fator relevante para caracterizar suas vias de acesso - ou não - em uma região ou país. São interferências das esferas regionais de poder, capazes de incitar o surgimento de fatores extramercado e alterar - com projeções ou restrições - a oferta de oportunidades econômicas à determinada região. A estrutura produtiva da região ou do país,

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

tais como a execução de empreendimentos e a especialização setorial, é estrategicamente direcionada para certos fins que adequam os interesses políticos predominantes, que se sobrepõem ao fator econômico. O fenômeno descrito é denominado na literatura como “modernização conservadora”<sup>2</sup>, ou “revolução pelo alto” e é disposto mediante três níveis elementares:

- a) o processo de modernização é dirigido, obedecendo a uma estratégia definida, que prevalece sobre “mão invisível” do mercado;
- b) é negociado politicamente: sua formulação e, sobretudo sua execução repousam sobre uma coalizão de elites, que une setores tradicionais e emergentes;
- c) é conduzido autoritariamente, sob formas de bloqueio ou restrição à participação política dos setores subalternos e de controle de seus movimentos enquanto agentes de mercado. (DULCI, 1999, p. 26)

A modernização via industrialização e associada ao desenvolvimento econômico, que eclodiu após a Segunda Guerra Mundial, configurou-se como paradigma, numa versão eurocêntrica imposta para os Estados, especialmente, para os latino-americanos. Nesses termos, o Estado capitalista reordenou-se nas esferas econômica e política, com novas obrigações requeridas diante da produção em massa, sustentadas por investimentos em seu capital fixo e, também, por condições de demanda estáveis para alcançar o lucro. O Estado, então, exerceu seu papel protagonista mediante o controle dos eventos econômicos com a indução de políticas fiscais e monetárias. Nortearam-se, assim, políticas para o investimento público, destinadas aos segmentos e estratos que proporcionassem o crescimento da produção e do consumo em massa; mas evidenciaram-se condições de exploração e dominação externa e internas.

Ao buscar como referencial a conjuntura capitalista concatenada à ideia de modernização, remete-se à década de 1990, quando observam-se os efeitos do denominado “Consenso de Washington”, ocorrido em novembro de 1989, que reuniu servidores do governo norte-americano, representantes dos organismos financeiros internacionais e economistas latino-americanos. Segundo Batista (2009), o objetivo da reunião intitulada

---

<sup>2</sup>O conceito de “modernização conservadora” foi criado por Barrington Moore Júnior (1975) tendo em vista compreender os impactos das revoluções burguesas ocorridas na Alemanha e no Japão durante o processo de introdução do sistema capitalista industrial. Nessa perspectiva, o autor analisou como as alianças políticas firmadas entre elites dominantes estruturaram características peculiares do desenvolvimento capitalista, fatores que geraram regimes políticos autocráticos e totalitários.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

“*Latin American Adjustment: howmuchhashappened?*” e estruturada pelo *Institute for International Economics*, concentrou-se em avaliar as reformas econômicas empreendidas nos países da região mencionada. No Consenso de Washington não ocorreram formulações inéditas, mas aprovaram-se a efetivação e a intervenção das políticas econômicas neoliberais já desencadeadas, em outros momentos, por diferentes agências de financiamento.

O “*marketing*” das ideias neoliberais foi tão bem feito que, além de sua identificação com a modernidade, permitiria incluir no “Consenso de Washington”, com toda naturalidade, a afirmativa de que as reformas realizadas na América Latina se devem apenas à visão, à iniciativa e à coragem dos seus novos líderes. O que vinha de fora emerge transmutado em algo que teriam resolvido fazer por decisão própria, no interesse de seus próprios países e sem pedir reciprocidade, compensação ou ajuda. Com o que perdiam, “*pour cause*”, o direito a pleitear uma ou outra coisa. (BATISTA, 2009, p. 120)

Desde então, ocorreu a disseminação da teoria e das práticas hegemônicas neoliberais<sup>3</sup>, fundamentadas pela desregulação, privatização e remoção da responsabilidade estatal quanto às esferas alusivas ao bem-estar social. Na lógica neoliberal, o bem-estar social é atingido mediante a garantia irrestrita à liberdade, os estímulos às capacidades empreendedoras individuais e a promoção dos direitos à propriedade privada. Destaca-se que são induzidas ações estratégicas, configuradas por uma estrutura institucional amparada pelo Estado e, ideologicamente, pelas classes dominantes, tendo em vista a amplitude/competitividade de mercados e do livre comércio. Em tais parâmetros, Harvey (2014) destaca que o Estado assume o papel de articulador de arranjos institucionais, mediante obrigações contratuais negociadas, de modo independente, entre indivíduos juridicamente representados no âmbito do mercado.

A santidade dos contratos e o direito individual à liberdade de ação, de expressão e de escolha têm de ser protegidos. O Estado tem, portanto, de usar seu monopólio dos meios de violência para preservar a todo custo essas liberdades. Por extensão, considera-se um bem fundamental a liberdade de negócios e corporações (vistos legalmente como indivíduos) de operar nesse arcabouço institucional de livres mercados e livre comércio. A empresa privada e a iniciativa dos empreendedores são julgadas as caves da inovação e livre comércio. (HARVEY, 2014, p. 75)

<sup>3</sup>As origens das práticas neoliberais remontam à década de 1970, quando é evidenciado um momento de crise, com baixos índices de crescimento econômico e altas taxas de inflação (estagflação). Tal condição é comumente abordada na literatura como o “colapso da modernização”. Contudo, a partir de 1990, há uma amplitude de tais práticas em escalas globais, em que são evidenciadas estratégias econômicas e políticas que ainda permanecem na atualidade.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Os estrangulamentos dos investimentos estatais na produção e do controle do Estado sobre o fluxo financeiro, configuraram um cenário de transformações que redefine o papel do Estado e a estrutura do sistema capitalista. De acordo com Chauí (2001), constituiu-se um modelo político indissociável da acumulação de capital, fundamentado pela retórica da flexibilização, da competitividade e da privatização, com ênfase na acumulação financeira e no monetarismo. Nesse percurso, houve a transnacionalização<sup>4</sup> da economia, que sintetizou o Estado como mero instrumento de negociações e barganhas das operações movidas pelas demandas capitalistas. Desde então, ações estatais foram descartadas não somente no terreno mercadológico, mas também na execução das políticas sociais. Por conseguinte, a concepção de direitos sociais, enquanto mecanismos que asseguram os direitos fundamentais, foi suprimida e prevaleceu a prestação de serviços de caráter privado, regulada pelo mercado. Emergiram, assim, o desemprego estrutural; as voláteis qualificação e desqualificação da mão de obra; a economia informal; a terceirização; a desvalorização do trabalho produtivo e o favorecimento da *fetichização* das mercadorias por intermédio do dinheiro. Ademais, a ciência e a tecnologia efetivaram-se como forças produtivas convertidas em agentes de acumulação de capital.

A conjuntura anteriormente descrita é analisada por Dourado e Oliveira (1999) a partir de três macrorreferências que estão inter-relacionadas e que delineiam a sociedade contemporânea: a revolução técnico-científica ou tecnológica, o processo de globalização e o projeto neoliberal. As alterações capitalistas presentes na última década do século passado reconstituíram o mercado global mediante a imposição dos padrões de consumo, da liberdade econômica e dos parâmetros de eficiência e qualidade. Nesses termos, o mercado adquiriu a proporção de entidade operatória capaz de mediar e regular a organização ne os interesses da sociedade. Confere-se, portanto, que os últimos anos do século XX simbolizaram transformações contundentes por meio de grandes concentrações de capital e fusões, fatos que

---

<sup>4</sup>A ideia de transnacionalização remete à imposição de uma estrutura sistêmica que exige uma unidade de medidas econômicas, mas com relações interdependentes entre os países. Trata-se de uma condição que possibilita a ampla transferência de dinheiro, além de recursos materiais e humanos, capazes de ultrapassar as fronteiras dos países e, também, que recria centros de poder político e econômico.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

alteraram o modo de produção, os rumos das finanças e da informação, mas que também afetaram a vida social, as ideias, os valores e os costumes.

Podemos elencar, dentre as características mais marcantes deste cenário complexo, contraditório e desafiador da sociedade contemporânea: o avanço técnico-informacional ou do conhecimento e, ao mesmo tempo, o aumento do desemprego, da fome, da violência, da miséria, da desigualdade e da exclusão social; a “padronização” de necessidades, hábitos, gostos e desejos que sinalizam para a “integração” cultural do mundo e, ao mesmo tempo, a afirmação das particularidades e singularidades, através de lutas nacionalistas; a implementação de modelos de desenvolvimento econômico e social voltados para a competição global e para a competência pessoal, sem uma conseqüente preocupação com a equidade social; o surgimento de novas bandeiras de lutas, tais como feminismo, a religiosidade, a luta pelos direitos das minorias ou excluídos (negros, índios, homossexuais, etc.); os problemas atuais de natureza ética (a clonagem, o respeito aos direitos humanos, a convivência com a diversidade cultural, a regulação do poder técnico, o desemprego estrutural, etc.); a redefinição do papel da educação, ou seja, a educação como bem econômico e/ou estratégia para “aliviar” a pobreza ou minimizar o desemprego. (DOURADO E OLIVEIRA, 1999, p. 05-06)

Há um aspecto peculiar que merece ser considerado no que tange às transformações expostas, condizente à composição da ideologia pós-moderna abarcada pela violência e pelas incertezas institucionalizadas na esfera mercado. Nesse sentido, Chauí (2001) demonstra que a ideologia constituída pelas classes dominantes estabeleceu a condução da vida social por intermédio de quatro aspectos. O primeiro refere-se à insegurança que direcionou à aplicação em mercados de futuro e de seguros. O segundo é pertinente à dispersão que induziu à busca de uma autoridade política forte, com traços despóticos. O terceiro é relacionado ao medo que impulsionou o fortalecimento de instituições tradicionais, especialmente a família, e que trouxe o ressurgimento de sistemas místicos de religião, sejam autoritários ou fundamentalistas. O último vincula-se ao sentimento do efêmero e ao desaparecimento da memória objetiva que compõe o espaço e o tempo.

Nessa perspectiva, Chauí (2016) destaca outra vertente de análise em que a ideologia contemporânea estruturou-se perante o mito da racionalidade do real, perceptível como razão evidente no universo concreto e registrada por meio das concepções de organização e de planejamento. O ordenamento de tal ideologia é delineado na esfera econômica da produção, com suas raízes históricas no *taylorismo*, enquanto mecanismo de racionalização do processo de trabalho. Na concepção da autora, a “racionalidade” direcionou-se pelos limites impostos o que tange a participação em processos decisórios, mediante o sistema de autoridade, fundado

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

pela hierarquia. Diante disso, ocorreu o desnivelamento radical entre sujeitos que dirigem e que executam, tolhendo destes últimos a capacidade de orientar suas próprias decisões e execução de atividades.

Desse modo, fundou-se o mito da racionalidade concatenado à emergência das burocracias tendo em vista reunificar o disperso, reproduzindo a mesma hierarquização e fragmentação consolidada pela esfera produtiva capitalista e, também, ao sistema universal de equivalências orientado pela mercadoria. Emergiu-se, assim, a “regra da competência” estabelecida por meio das relações sociopolíticas e da comunicação, quando determinam-se o emissor, o receptor; o conteúdo da mensagem; o local e o tempo de sua transmissão. São exigida, assim, normas prévias responsáveis por determinar quem fala e ouve, além do conteúdo que pode ser exposto e assimilado, onde e quando pode ser feito. Nesse contexto, a racionalidade é intermediada pelos padrões de eficiência destinadas à realização ou execução de uma tarefa “e reafirma também a separação entre os que sabem e os que ‘não sabem’, estimulando nestes últimos o desejo de um acesso ao saber por intermédio da informação (isto é, por meio do discurso sobre)”. (CHAUI, 2016, p. 249)

## **NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**

As transformações socioeconômicas e políticas ocorridas partir de 1990 -que são refletidas até o presente momento - fizeram com que a educação superior do Brasil se direcionasse pela intensa atuação dos organismos transnacionais. Os referidos organismos sempre estiveram alinhados ao ideário de modernização, às políticas econômicas neoliberais, ao processo de globalização e ao projeto de reforma do Estado. No período em questão, traçaram-se arranjos normativos, institucionais e diretrizes para reformas em diferentes esferas da sociedade e que repercutem nos dias atuais. Tais ações foram desenvolvidas pela Organização Mundial do Comércio - OMC, pelo Banco Mundial - BM, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO e pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, a concepção de reforma do Estado foi conduzida por três dimensões que alteraram o perfil da administração pública: patrimonialista, burocrática e gerencial. A proposta central concentrou-se em reforçar a

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

capacidade de governabilidade do Estado, sustentada por um discurso hegemônico que preconizava um tipo de administração pública gerencial, flexível e eficiente. Ressaltaram-se, portanto, atividades fundadas em conceitos de eficiência e qualidade na prestação dos serviços públicos, mediante uma cultura gerencial fundamentada por resultados e competências.

De acordo com Peroni (2003), os princípios de orientação do projeto de reforma do Estado no Brasil mediante a ótica gerencial, foram responsáveis por instituir a figura do cidadão-cliente, o controle por resultados, a competição na administração, a privatização, a publicização e a terceirização. Destaca-se que o cidadão passou a ser interpretado como contribuinte de impostos e cliente dos serviços ofertados na esfera estatal, fato que tornou-o mero sujeito adjetivado. Nessas circunstâncias, nem todos são contemplados, uma vez que os clientes dos serviços do Estado são somente aqueles capazes de compor o núcleo estratégico de atividades exclusivas. Sob essa ótica, “as políticas sociais não serão contempladas, pois são consideradas serviços não-exclusivos do Estado e, assim sendo, de propriedade pública não-estatal ou privada.” (PERONI, 2003, p. 60)

Diante da ausência de prioridade das políticas sociais que encontraram-se suprimidas pelo neoliberalismo, pelo processo de globalização econômica e pelo projeto de reforma estatal, a educação superior e, por conseguinte, as universidades, foram omitidas da conjuntura que envolve a garantia dos direitos sociais. Conforme Santos (2008), sustentou-se um discurso que inculcou no imaginário coletivo uma série de entraves institucionais presentes na universidade, interpretada como insuperáveis e que, estrategicamente, fluiu como justificativa para a flexibilização do bem público universitário para a exploração comercial. Os entraves mencionados pelo autor são relativos aos processos de crises enfrentados pelas universidades públicas que envolvem aspectos quanto à hegemonia, à legitimidade e à constituição. Nesse contexto, a crise de hegemonia é reflexo das incongruências quanto aos papéis tradicionais da assumidos pela universidade. De um lado, as universidades estiveram vinculadas às produções de alta cultura, pensamento crítico, conhecimentos científicos e humanísticos para formar as elites; de outro, responderam à produção e à manutenção de padrões culturais, de conhecimentos instrumentais, com viés utilitário destinado à formação de mão de obra qualificada exigida pelo capitalismo global. No entanto, as universidades não conseguiram combinar os aspectos descritos, fato que induziu o Estado com seus respectivos

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

agentes econômicos, buscarem alternativas, condição que removeu a condição de exclusividade da educação no que tange à produção de pesquisa. Foi assim que emergiu a crise de hegemonia.

Quanto ao santos (2008) denomina como crise de legitimidade ocorreu m função de que a universidade desgastou o seu perfil de instituição ao estabelecer a hierarquização dos saberes especializados por meio de limitações quanto ao acesso e à credenciação das competências. É assim que emerge as demandas sociopolíticas no que tange à democratização da universidade mediante reivindicações sociais para a promoção da igualdade de oportunidades. Já a crise constitucional é alusiva à discrepância que envolve a contínua reivindicação pela autonomia e a coação para que a universidade seja condicionada aos critérios de eficácia e de produtividade de cunho empresarial ou de responsabilidade social.

Emerge, assim, a concepção de que a universidade pública, que como o Estado, são irreformáveis e que a solução se restringe à mercantilização universitária. Tais aspectos revelam que a demanda de caráter produtivista das políticas econômicas neoliberais deturpou a essência da educação superior e das universidades, uma vez os critérios e metas impostos excluíram valores humanistas e culturais, em virtude dos interesses mercadológicos e produtivos. Consequentemente, a autonomia tão almejada pelas universidades foi ofuscada, uma vez que as mesmas reduziram-se em criar alternativas para adaptação aos parâmetros econômicos estabelecidos.

É possível considerar que o desinvestimento do Estado na universidade pública e a globalização mercantil da universidade são elementos que compõem um amplo projeto global que alterou as dimensões do que define-se como bem público e direito social. Santos (2008) alerta quanto à configuração de uma espécie de “capitalismo educacional” responsável por formatar a mercadorização da universidade mediante dois níveis. O primeiro nível expõe a superação da crise financeira enfrentada pela universidade pública por meio da geração de receitas próprias canalizadas por parcerias com o capital, sobretudo industrial. Em tais condições, o autor pondera que universidade pública torna-se capaz de preservar sua autonomia e sua especificidade institucional, com a privatização de determinados serviços ofertados. O segundo nível prevê a eliminação estratégica do caráter público e privado da

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

instituição, fato que transforma a universidade em uma empresa, como entidade capaz produzir para si, para o mercado e conforme os interesses dominantes.

É nessa conjuntura que são estabelecidos marcos regulatórios por parte dos organismos internacionais e supranacionais que determinaram orientações para conduzir a estrutura e a funcionalidade das políticas voltadas para o financiamento da educação superior no Brasil. Segundo Dourado e Oliveira (1999), constituiu-se uma “nova linguagem” de articulação da educação e produção do conhecimento, concatenada aos padrões produtivos e ao avanço técnico-científico. Nesse contexto, verifica-se um processo de expansão educacional de caráter privado mediante a reprodução de uma retórica que contempla conceitos de: “diversificação, diferenciação, flexibilidade, competitividade, modernização, desempenho, eficiência, integração, parceria, autonomia, adaptabilidade e qualidade”. (DOURADO e OLIVEIRA, 1999, p. 10) Ressalta-se que são conceitos e valores sustentados pelo discurso pelos integrantes da esfera privada, em que há a predominância da lógica empresarial e mercadológica, ou seja, possuem viés economicista.

Destaca-se que o foco dos organismos internacionais concentra-se em reduzir os custos dos governos nacionais coma educação, especialmente, em países considerados como “periféricos” ou não desenvolvidos na ordem econômica e global padronizada historicamente. Desse modo, a garantia de gratuidade da oferta da educação superior e o compromisso de financiamento por parte do Estado destinado a tal nível de ensino são renunciados, sob a alegação reducionista de que os custos gerados pelas universidades são onerosos aos cofres públicos.

Desde então, são traçadas estruturas para a educação superior que impactam e alteram, significativamente, os meios e métodos de aprendizagem, a produção e difusão do conhecimento, os mecanismos de avaliação e a qualificação dos recursos humanos. No universo das práticas neoliberais e da globalização, a educação e o conhecimento adquiriram papéis centrais, tendo em vista unicamente a condução de capacidades e competências que nutrem a competitividade, a transformação produtiva e o desenvolvimento econômico. Diante de tais circunstâncias, o investimento em capital intelectual passou a ser interpretado como instrumento essencial para a obtenção de vantagens competitivas.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

O discurso de legitimação dessas políticas assenta-se na ênfase à modernização educativa, competitividade, produtividade, desempenho, eficiência, qualidade, expressando o ideário neoliberal. As análises realizadas sobre a implementação das reformas educativas indicam, de maneira geral, que a intervenção estatal se efetiva a partir de cinco pilares: alteração dos padrões de financiamento da educação pública, adoção de novas formas de gestão, implementação de novos mecanismos de avaliação e controle, reorganização curricular, formação e profissionalização do professorado. Além dessas áreas de intervenção e em sintonia com elas, observa-se, como tendências gerais das políticas reformistas, a defesa de adoção de mecanismos de flexibilização e, contraditoriamente, de centralização, especialmente, através da adoção dos paradigmas de avaliação e de indução de políticas. (DOURADO e OLIVEIRA, 2003, p. 10-11)

Outro aspecto a ser ressaltado diante da conjuntura descrita refere-se ao processo de desregulamentação que desonerou o controle público das instituições privadas, mas concentra normas e interesses do mercado global. Observa-se que desde a segunda metade da década de 1990, a educação superior na América Latina e, especialmente no Brasil, condiciona-se por ações direcionadas à sua expansão por meio das exigências compostas pelas agências transnacionais por meio de contratos de gestão, parâmetros de produtividade, instrumentos de avaliação e programas de eficácia. Tratam-se de atividades destinadas, de modo específico, à melhoria de índices educacionais, com caráter predominantemente quantitativo, mas que descartam critérios qualitativos que consideram elementos essenciais condizentes ao ensino, à pesquisa, à extensão, à democracia e à cidadania.

É válido mencionar que, recentemente, o aprofundamento da mercantilização da educação superior no Brasil é tangido por medidas de autorregulação. Nesse sentido, Araújo e Macedo (2021) salientam que são mecanismos articulados pelo Ministério da Educação, como alternativa que visa a “desburocratização”, mediante a defesa do argumento de proporcionar agilidade à execução das suas próprias atividades. Desde 2019, o órgão em questão evidencia seu interesse em superar metas de produtividade, fato que expõe os princípios da lógica privada. Ademais, a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior - ABMES, opera uma espécie de “receituário” composto de premissas fundamentais para instrumentalizar, sistematicamente, a autorregulação do nível de ensino mencionado. Conforme exposto pelas autoras, a proposta de autorregulação, na atualidade, perfila-se aos interesses do setor mais radical do neoliberalismo e é embasada pela minimização das ações estatais e pela mercantilização da educação superior.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Essa perspectiva arrisca sobremaneira a garantia do direito à educação superior nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, que inequivocamente elenca a educação entre os direitos sociais e dela trata com certo detalhamento no trecho que disciplina a Ordem Social. Isso porque a orientação das políticas públicas relativas à educação superior passa por um processo de deslocamento dessa concepção em razão da pressão dos interesses do mercado que são trazidos, principalmente, pelas instituições de educação superior com finalidade lucrativa, a partir de uma narrativa construída internacionalmente para o estabelecimento de um mercado da educação superior. (ARAÚJO e MACEDO, 2021, p. 41)

Nota-se que as políticas voltadas para a educação superior, na atualidade, aprofundam o seu caráter como mercadorias. Verifica-se um conjunto de medidas que restringe o funcionamento e desenvolvimento das Instituições de Ensino Superior - IES públicas e que, concomitantemente, ignora a valorização da educação como um direito. Além disso, há a predominância do discurso que instrumentaliza a educação e que amplifica o espaço para a mercantilização já operacionalizada, fatos que introduzem novas condições que potencializam a expansão do ensino privado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estrutura e o funcionamento da educação superior no Brasil mantêm-se atrelados à configuração das políticas econômicas neoliberais que, por sua vez, orientam as ações do Estado desde a década de 1990. Desde então, há um discurso hegemônico, que pode até ser considerado como senso comum, que superestima as instituições de caráter privado e desvaloriza aquelas de caráter público, fato que possibilita uma espécie de mercantilização dos serviços de caráter público. Nesse contexto, verificou-se um intenso e contínuo movimento para a expansão da educação superior mediante a abertura de instituições particulares, com a ampliação de oferta de vagas em múltiplos cursos de graduação, em diferentes modalidades de ensino. No entanto, as instituições públicas foram sucateadas e desprovidas de financiamento por parte do Estado, o qual foi desonerado das suas responsabilidades com as políticas públicas e a garantia de direitos sociais. São condições que ferem o bem público e o direito social referente ao acesso à educação pública.

Observou-se que os modelos de intervenção e as políticas de financiamento criados e mantidos, de modo estratégico, pelos organismos internacionais e supranacionais, em escala global, estabeleceram critérios, métodos e metas destinados, exclusivamente, à melhoria de

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

índices educacionais, com caráter quantitativo. Ou seja, foram descartados critérios qualitativos que consideram elementos essenciais condizentes ao ensino, à pesquisa, à extensão, à democracia e à cidadania. Evidenciam-se verdadeiras “fábricas de diplomas” que enaltecem princípios com viés economicista, tais como competitividade, competências e produtividade. Excluíram-se, assim, valores humanistas e culturais, e enfatizaram-se os interesses mercadológicos e produtivos.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, M. A.; MACEDO, M. N. Mercantilização da educação superior no Brasil: expansão e regulação. In: CASTRO, A. M. D.; CABRAL NETO, A.; SANTOS, G. M. T. (Org.) **Educação superior em tempos de crise: representações em diferentes contextos**. Curitiba: CRV, 2021, p. 25-58.

BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In:

BATISTA JÚNIOR, P. N. (Org.) **Paulo Nogueira Batista: pensando o Brasil - ensaios e palestras**. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 115-161.

CHAUÍ, M. de S. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

\_\_\_\_\_. Ideologia e educação. In: **Educação e Pesquisa** [online], 2016, v. 42, n. 1, p. 245-258. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201642010040> Acesso em 19/04/2022..

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. de. Políticas educacionais e reconfiguração da educação superior no Brasil. In: DOURADO, L. F.; CATANI, A. M. **Universidade pública: políticas e identidade institucional**. Campinas: Autores Associados, 1999, p. 05-22. (Coleção polêmicas do nosso tempo, V. 70)

DULCI, O. S. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 15-36.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

PERONI, V. M. V. **Política educacional e o papel do Estado:** no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. IN: **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142.

SANTOS, B. de S. **Para um novo senso comum:** a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade IN: SANTOS, B. S.; ALMEIDA FILHO, N. **A Universidade no século XXI:** para uma universidade nova. Coimbra: Almedina, 2008, p. 13-106.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral

Eixo Temático - Democracia e Ensino Superior: Desafios e Perspectivas

## **FUTURE-SE E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**

**FUTURE YOURSELF AND THE FINANCING OF HIGHER EDUCATION IN BRAZIL**

Rosana dos Santos Martins<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho tem como objetivo analisar os desdobramentos do Future-se a partir das modificações feitas após as manifestações das Instituições Federais de Ensino Superior -IFES no ano de 2019. O objetivo principal é verificar se houve mudanças significativas no programa após as manifestações das Universidades. Quanto à metodologia, usou-se da pesquisa qualitativa. Com relação ao objetivo, a pesquisa se apresenta como descritiva e utiliza-se da pesquisa bibliográfica e da análise de documentos, no que tange os projetos de Lei apresentados à Câmara dos Deputados. Conclui-se que pouca coisa mudou na estrutura do programa e este se mantém como um programa que busca a mercantilização da educação pública.

**PALAVRAS CHAVES:** IFES, Future-se, educação

**ABSTRACT:** The present work aims to analyze the developments of Future-se from the changes made after the manifestations of the Federal Institutions of Higher Education -IFES in the year 2019. The main objective is to verify if there were significant changes in the program after the demonstrations of Universities. As for the methodology, qualitative research was used. Regarding the objective, the research is presented as descriptive and uses bibliographic research and document analysis, regarding the bills presented to the Chamber of Deputies. It is concluded that little has changed in the structure of the program and it remains as a program that seeks the commodification of public education.

**KEYWORDS:** IFES, Future-se, education

---

<sup>1</sup>Advogada. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS/Unimontes.  
E-mail: rosana.santos.martins.adv@gmail.com

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## INTRODUÇÃO

Ao observar a educação superior no Brasil, temos um panorama nada animador: cortes de gastos, impossibilidade de ampliação do orçamento das IFES em razão da Emenda Constitucional nº 95/2016, baixos salários dos professores, entre outros. Estamos diante de um claro subfinanciamento da educação brasileira. Neste cenário, tivemos em de 2019, o lançamento da Minuta de Projeto de Lei de Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras (Future-se) que tinha como objetivo o “fortalecimento da autonomia administrativa e financeira das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, por meio de parcerias com organizações sociais e do fomento à captação de recursos próprios” (BRASIL, 2019a).

Diante do lançamento, o Future-se foi recebido com um misto de perplexidade por parte de alguns setores da sociedade e com entusiasmo por outros. A comunidade acadêmica no que tange aos reitores, alunos e professores teceram críticas ao programa, ao passo que a iniciativa privada, neste caso, as empresas, elogiaram a iniciativa do MEC. Neste contexto, o presente artigo busca analisar os contornos que o Programa Future-se teve após a primeira apresentação em 2019, verificando se houve mudanças na sua estrutura e qual o andamento do projeto na Câmara dos Deputados. No que se refere a metodologia, está se apresenta como uma pesquisa qualitativa com enfoque descritivo, fazendo o uso de pesquisa de base bibliográfica e documental.

## OS PERCALÇOS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA SUPERIOR NO BRASIL

As Instituições de Ensino Superior (IES) chegam à América Latina no século XVII após as grandes instituições educacionais da Europa ultrapassarem as fronteiras, exercendo uma influência massiva sobre os modelos adotados no continente americano. Já no Brasil, o ensino superior começa com a influência dos Jesuítas que ministravam os cursos de Filosofia e Teologia, porém, diante da necessidade de se formarem pessoas para a atuação no Estado e para a produção, inicia-se os cursos para profissionais liberais. Assim, os primeiros cursos de

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

engenharia, medicina, agronomia e direito só chegam ao Brasil em razão da vinda da família real (CUNHA, 2011).

Observa-se que após a primeira guerra mundial, a carência de ensino superior brasileiro tornou-se mais evidente a partir da exigência da inclusão da pesquisa forçada pelo desenvolvimento econômico do País [...] A criação da primeira universidade só se deu em 1920, no Rio de Janeiro; porém, tal universidade não foi concretizada[...] (GOMES; MACHADO; SARAIVA, 2018, p. 3)

Com a abolição da escravidão em 1888 e a Proclamação da República em 1889, o Brasil entra em um estado de grandes mudanças sociais, influenciando a educação. A Constituição da República descentraliza o ensino superior, que era restrito ao poder central, passando aos governos estaduais, e permite a abertura de instituições privadas, ampliando e desenvolvendo o sistema. Entre 1889 e 1918, foram criadas 56 novas escolas superiores no Brasil, na sua maioria, privadas (SAMPAIO, 1991).

A criação das universidades se apresentou como um projeto para grupos políticos, intelectuais e privilegiados, não sendo acessível a todos e muito menos supria uma demanda das classes mais baixas. A educação superior ainda prestigia a formação de profissionais liberais, dificultando a implementação da pesquisa no Brasil.

Em síntese, a criação da universidade no Brasil foi antes um processo de sobreposição de modelos do que de substituição. O antigo modelo de formação para profissões foi preservado. O modelo de universidade de pesquisa acabou sendo institucionalizado de modo muito parcial e apenas em algumas regiões do país, sobretudo naquelas mais desenvolvidas. A fundação da USP é um exemplo (SAMPAIO, 1991, p. 12).

A partir da década de 40 temos um crescimento do número de universidades brasileiras, mas o seu aumento efetivo acontece após o desenvolvimento do sistema federal no qual a União transformou universidades estaduais em universidades federais. Além disso, tem-se também a criação de universidades católicas e particulares (BORTOLANZA, 2017).

Com a criação do Ministério da Educação em 1930, temos a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), promovendo autonomia para os entes estaduais e municipais quanto ao sistema educacional brasileiro. Ademais, a LDB trouxe autonomia e organização para as universidades públicas e privadas do país (LIMA, 2000).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Com a promulgação da Constituição de 1988, temos o papel da universidade como um direito de todos. A partir de então, observamos o risco da privatização das universidades em razão da falta de estrutura e a conseqüente expansão das universidades privadas. Assim, tanto as instituições públicas como as privadas buscam maiores espaços no mercado educacional, adaptando suas estruturas para as realidades regionais (CUNHA, 2011).

De acordo com Agapito (2016), na década de 2000, é possível observar a expansão das instituições privadas, bem como o investimento de capital privado nas instituições públicas.

[...] a expansão da educação superior faz parte do conjunto de metas acordadas entre o governo brasileiro, Banco Mundial e FMI, resultando na implantação dos seguintes programas: Programa Universidade para Todos (PROUNI); o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES); o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (AGAPITO, 2016, p. 132).

Conseqüentemente, o processo de privatização envolve dois pontos: a ampliação das instituições privadas e a transição das instituições estatais para o território privado. Para tanto, o Banco Mundial apresentou quatro táticas: a) diversificação das instituições de ensino superior; b) diversificação das fontes de financiamento das instituições públicas de ensino superior; c) a redefinição do papel do Estado, que torna-se um agente facilitador e, por fim, d) a qualificação do ensino superior com base na eficiência do atendimento ao setor privado (LIMA, 2000).

No mesmo sentido Santos (2004) confirma a existência de dois processos marcantes na década: o primeiro se refere a falta de investimento público nas universidades públicas e o segundo se refere a globalização do comércio universitário". Assim podemos testemunhar a transformação da universidade, enquanto bem comum, para o fortalecimento do "capitalismo educacional". O primeiro passo da mercantilização está em fazer com que as universidades superem as crises financeiros com sua própria renda, e o segundo passo, é suprimir as diferenças entre universidades públicas e privadas.

Com a submissão das políticas educacionais aos mandos do mercado, temos a introdução de valores como competição, meritocracia, concorrência, promovendo uma gestão empresarial nas universidades com financiamentos conduzidos pela mão invisível do mercado, sem nenhuma ou pouca fiscalização do Estado (RODRIGUES; SOUZA, 2020).

Para fomentar a análise apresentada, temos que, segundo dados do Senso da Educação Superior de 2020 (BRASIL, 2022), existem no Brasil 2.573 instituições de ensino superior, conforme tabela abaixo:

**Tabela 1** – Número de instituições de educação superior no Brasil em 2020

Ano	Total	Centro							
		Universidade		Universitário		Faculdade		IF e CEFET	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
<b>2020</b>	2.537	112	91	12	310	140	1.752	40	n.a*

Fonte: Senso da Educação Superior 2020

\* não se aplica

Das instituições educacionais presentes no país, temos que quase 88% dessas instituições são privadas, ao passo que quase 11% são públicas. Além disso, a maioria das universidades são públicas. Os dados abaixo apontam que as 203 universidades existentes no Brasil equivalem a 8,3% do total das instituições de ensino superior. Porém, 52,9% das matrículas na educação superior estão concentradas nas universidades.

**Tabela 2** - Relação de matrículas em IES - 2020

Organização Acadêmica	Instituições		Matrículas	
	Total	%	Total	%
<b>Total</b>	2.457	100,0	8.680.354	100,0
<b>Universidades</b>	203	8,3	4.714.434	54,3
<b>Centros universitários</b>	322	13,1	2.345.444	27,0
<b>Faculdades</b>	1.892	77,0	1.402.786	16,2
<b>IFs e Cefets</b>	40	1,6	217.690	2,5

Fonte: Senso da Educação Superior 2020

Assim, enfrentamos um cenário de desvalorização da universidade pública, perdendo seu espaço para grandes conglomerados educacionais-econômicos, sendo precarizada e deixada a mercê do capital. Logo, faz-se necessário um olhar mais atento para as universidades federais, alvos do Programa Future-se.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## O PROGRAMA FUTURE-SE E AS SUAS VERSÕES

No dia 17 de junho foi realizado o lançamento do Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – FUTURE-SE pelo MEC. Segundo a minuta do projeto, o objetivo do programa seria “aumentar a autonomia administrativa, financeira e de gestão das universidades e institutos federais” (BRASIL, 2019a). De acordo com o MEC, a adesão será voluntária, mas ao aderirem, as Instituições Federais de Ensino Superior irão acordar sobre gestão com uma organização social (OS) que adotará modelos gerenciais semelhantes ao da iniciativa privada, entre outras medidas. As ações das OS seriam orientadas por três eixos: a) gestão, governança e empreendedorismo; b) pesquisa e inovação e c) internacionalização.

Sobre o primeiro eixo, temos que o intuito do programa é promover uma autossuficiência financeira com limite de gastos com funcionalismo público, além de auditorias externas e outros requisitos de transparência. Prevê ainda a arrecadação de recursos na iniciativa privada, além de dar o direito às “empresas patrocinadoras” de colocar seus nomes nos campi.

O segundo eixo prevê a instalação de centros de pesquisas, parques tecnológicos, centros de inovação e propiciar a criação de empresas tecnológicas. Assim, este eixo busca aproximar as empresas e das IFES para a captação de recursos privados.

O terceiro eixo busca estimular o intercâmbio de estudantes e professores das áreas aplicadas, realizar a validação de diplomas em instituições estrangeiras credenciadas, promoção de disciplinas on-line e publicação no exterior por meio de parcerias privadas. Ademais, prevê bolsas de estudos no exterior a acadêmicos com desempenho acadêmico e atlético de alto nível em uma clara tentativa de ligar os interesses das IFES a interesses internacionais.

Percebe-se uma clara violação a autonomia da universidade presente no art. 207 da CF/88, que afirma:

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica (BRASIL, 1998, online).

Com tal iniciativa, temos que o programa busca implantar um sistema no qual as pesquisas são manipuladas aos interesses do mercado que as financia causando um impacto significativo nas pesquisas que não se aplicam ao mercado e consequentemente, não seriam alvo de financiamento, se não fosse o incentivo por parte do Estado (XIMENES; CASSIO, 2019). É importante recordar que a autonomia das IFES que garante a manutenção do tripé ensino, pesquisa e extensão, sendo imprescindível a garantia de recursos públicos para custeio da universidade pública.

O Future-se foi alvo de diversas críticas pela comunidade acadêmica. A consulta pública feita em agosto de 2019 recebeu 20 mil contribuições. Assim, em outubro de 2019, foi apresentado um anteprojeto do Future-se reformulado por especialistas jurídicos do MEC e só então seria encaminhado ao Congresso Nacional (MARTINS; VITTI, 2021).

A segunda versão do Future-se se apresentou mais enxuta. A nova versão manteve os três eixos, mas muda sua ordem, além de retirar os termos governança e gestão. Assim, o novo texto apresenta os eixos da seguinte forma: a) pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; b) empreendedorismo e c) internacionalização.

Diferente da primeira versão, agora não apenas O.S poderiam participar como também outras entidades como as Sociedades de Propósito Específico e as *startups*. Além disso, o projeto prevê as Fundações de Apoio como uma possibilidade de intermediação entre a instituição e a sociedade. Outras alterações que percebemos é que na primeira versão, os contratos de gestão seriam firmados entre a União, a instituição e uma ou mais O.S., já na segunda versão conta que o contrato seria estabelecido com a União contendo metas para cada instituição. Com relação a internacionalização, a validação de diplomas estrangeiro por instituições de alto desempenho se manteve. Outro ponto a ser analisado se refere à previsão de alteração de 17 leis na primeira versão, passando para 15 leis(MORENO, 2019).

Em 03 de janeiro de 2020, o MEC publicou a nova versão do Future-se em forma de projeto de lei. Houve consulta pública até o dia 24 de janeiro e traz os seguintes objetivos:

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Art. 1º Fica instituído o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - Future-se, com os seguintes objetivos:

I - incentivar fontes privadas adicionais de financiamento para projetos e programas de interesse de universidades e institutos federais;

II - promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação, observadas as políticas nacionais de ciência, tecnologia e inovação, e as prioridades temáticas definidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

III - fomentar a cultura empreendedora em projetos e programas destinados ao ensino superior;

IV - estimular a internacionalização de universidades e institutos federais; e

V - aumentar as taxas de conclusão e os índices de empregabilidade dos egressos de universidades e institutos federais

A estrutura da terceira versão apresenta os mesmos eixos da segunda versão: a) pesquisa, desenvolvimento tecnológico; b) empreendedorismo e c) internacionalização. Esta nova versão apresenta poucas mudanças, mas o intuito permanece o mesmo: introduzir uma cultura de mercantilização nas IFES. Logo, é possível perceber que os fundamentos econômicos e políticos dos projetos são semelhantes e busca, em todas as versões, direcionar o ensino superior ao mercado e ao setor financeiro, prezando pelo empreendedorismo e pela internacionalização da educação (MARTINS; VITTI, 2021).

Atualmente, o projeto de lei do Future-se (PL 3076/2020) está na Câmara dos Deputados. No dia 03/12/2020, o presidente da Mesa Diretora encaminhou os projetos às Comissões de Cultura; Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; Trabalho, de Administração e Serviço Público; Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; Educação; Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania. Em razão da distribuição a mais de três Comissões de mérito, foi determinada a criação de Comissão Especial para analisar a matéria. Por fim, no dia 07/12/2020, o projeto de lei foi encaminhado para a Coordenação de Comissões Permanentes (CCP) <sup>2</sup>.

## CONCLUSÃO

Não é de hoje que a educação vem sendo tratada como mercadoria e não como um direito e garantia dos cidadãos. Temos a educação como uma forma apenas de qualificação de

<sup>2</sup>A tramitação encontra-se no site:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2254321>. Acesso em 25 abr. 2022.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

mão de obra e não como uma forma de transformar vidas e realidades. Portanto, a falta de investimento do Estado na educação e mercantilização das instituições de ensino superiores fizeram com que as IES ficassem fragilizadas, prejudicando o ensino, os funcionários e toda a sociedade que depende direta ou indiretamente dela.

Como sinal da mercadorização da educação, percebemos o aumento das instituições educacionais privadas, mas ainda assim, são as instituições públicas que detêm o maior número de matrículas, mostrando de forma clara a importância das instituições de ensino públicas para a educação no Brasil.

O Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – FUTURE-SE apresentado em 2019 pelo MEC trouxe a proposta de financiamento privados para as IFES como forma de viabilizar projetos de pesquisa e extensão por meio de contrato com OS que seriam responsáveis pela gestão administrativa, pedagógica, científica, patrimonial, de internacionalização e de recursos humanos das IFES.

Resta claro que o projeto viabilizará a perda da autonomia da universidade pública, além de desobrigar o Estado a financiar a educação, terceirizando, assim, o financiamento das IFES para o setor privado.

Houve três projetos apresentados pelo MEC com relação ao Future-se. As mudanças entre os projetos não foram suficientes para alterar os propósitos do programa. Na verdade, o Future-se apresenta uma mudança drástica na gestão das instituições educacionais no Brasil no que tange a financiamento e gestão universitária, revelando-se como um projeto mercantil internacional onde a universidade se tornará um instrumento para o desenvolvimento das forças produtivas, aumentando a lucratividade das empresas e servindo aos interesses do capital.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## REFERÊNCIAS

AGAPITO, Ana Paula Ferreira. **Ensino superior no Brasil: expansão e mercantilização na contemporaneidade.** Temporalis, v. 16, n. 32, p. 123-140, 2017.

BORTOLANZA, J. **Trajatória do ensino superior brasileiro: uma busca da origem até a atualidade.** Anais do XVII Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/181204>. Acesso em 15 mar. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05.10.1988. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicaohtm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicaohtm) . Acesso em: 3 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Minuta do Projeto de Lei Future-se.** Institui o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – FUTURE-SE, e dá outras providências. 2019a. Disponível em: [http://estaticog1.globo.com/2019/07/19/programa\\_futurese\\_consultapublica.pdf](http://estaticog1.globo.com/2019/07/19/programa_futurese_consultapublica.pdf) . Acesso em: 26 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal do MEC – **Consulta pública Future-se.** 2019b. Disponível em: <https://survey.cgee.org.br/future-se/> . Acesso em: 26 mar. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2020: notas estatísticas.** Brasília, 2021. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2020/tabelas\\_de\\_divulgacao\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2020.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/tabelas_de_divulgacao_censo_da_educacao_superior_2020.pdf) . Acesso em 06 mar. 2022.

CUNHA, M. R. **Gestão estratégica de IES: modelos e funções do planejamento estratégico em universidades públicas e privadas de Palmas – Tocantins (Dissertação de mestrado).** Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal, 2011. Recuperado de <http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/3804>. Acesso em 20 abr. 2022.

GOMES, V.; MACHADO-TAYLOR, M. de L.; SARAIVA, E. V. **O ensino superior no Brasil - breve histórico e caracterização.** *Ciência & Trópico*, [S. l.], v. 42, n. 1, 2018. Disponível em: <https://fundaj.emnuvens.com.br/CIC/article/view/1647>. Acesso em: 26 abr. 2022.

LIMA, K.R.S. **Organismos internacionais: o capital em busca de novos campos de exploração.** In: NEVES, L.M.W. (org.) **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil nos anos 1990.** São Paulo: Xamã, 2000.

MARTINS, T.; VITTI, S. C. de A. **A concepção teórico-política do projeto Future-se e a concepção de internacionalização da educação.** RBEC: Revista Brasileira de Educação

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comparada, Campinas, SP, v. 3, n. 00, p. e21005, 2021. DOI: 10.20396/rbec.v3i00.14788. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rbec/article/view/14788>. Acesso em: 27 abr. 2022.

MORENO, A. C. (2019). **MEC reformula proposta do Future-se e diz que lançará nova consulta pública até o dia 28.** Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/10/18/mec-reformula-proposta-do-future-se-e-diz-que-lancara-nova-consulta-publica-ate-o-dia-28.ghtml>. Acesso em 12 de novembro de 2019.

RODRIGUES, L. de P.; SOUZA, V. de F. M. de. **Políticas de privatização do ensino superior brasileiro: uma análise acerca das orientações do banco mundial.** Revista Inter Ação, Goiânia, v. 45, n. 2, p. 273–283, 2020. DOI: 10.5216/ia.v45i2.62662. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/62662>. Acesso em: 26 abr. 2022.

SAMPAIO, H. **Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990).** Documento de Trabalho 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>. Acesso em 10 fev. 2022.

SOUZA SANTOS, B. **Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade.** São Paulo: Cortez, 2004.

XIMENES, S.; CÁSSIO, F. (org.). **Future-se? Impasses e perigos à educação superior pública brasileira.** Santo André, SP: Fórum Permanente de Políticas Educacionais da UFABC: Universidade Federal do ABC, 2019. Disponível em: <http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/4048391.pdf>. Acesso em 08 fev. 2020.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral

Eixo Temático - Estágio em Serviço Social no estado de Minas Gerais no Contexto Da Covid-19: Experiências E Reflexões

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL E AS AVESSAS  
CONSIGNAÇÕES FRENTE A PANDEMIA COVID-19: DESAFIOS A LÓGICA DAS  
DIRETRIZES CURRICULARES**

**SUPERVISED INTERNSHIP IN SOCIAL WORKS AND REVERSE CONSIGNMENTS  
FRONT OF THE COVID-19 PANDEMIC: CHALLENGES TO THE LOGIC OF  
CURRICULAR GUIDELINES**

Lesliane Caputi<sup>1</sup>

**RESUMO:** Trazemos à baila o estágio supervisionado em Serviço Social, considerando sua importância na formação profissional e às avessas consignações e encaminhamentos para sua realização durante o período de Pandemia: Covid-19. O objetivo é adensar o debate na categoria, no sentido de fortalecer o projeto de formação hegemônico, delineado nas Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996), na Política Nacional de Estágio (ABEPSS, 2010) e Resolução CFESS/n.533/2008, de regulamentação da supervisão direta de estágio. Pautada na perspectiva histórico-crítica de análise, a linha mestra da discussão é o denominado estágio remoto.

**PALAVRAS-CHAVE:** estágio supervisionado. Projeto de Formação profissional. Pandemia Covid-19. Estágio Remoto.

**ABSTRACT:** We bring up the supervised internship in Social Work, considering its importance in professional training and backwards consignments and referrals for its realization during the period of Pandemic: Covid-19. The objective is to deepen the debate in the category, in the sense of strengthening the hegemonic training project, outlined in the Curricular Guidelines (ABEPSS, 1996), in the National Internship Policy (ABEPSS, 2010) and Resolution CFESS/n.533/2008, of regulation of direct internship supervision. Based on the historical-critical perspective of analysis, the main line of discussion is the so-called remote stage.

<sup>1</sup>Assistente Social. Professora adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro/UFTM. Pesquisadora do Grupo de Estudo, Pesquisa em Fundamentos, Formação e Exercício Profissional em Serviço Social – GEFEPSS/UFTM pelo qual, compõe a Rede Mineira de Grupos de Estudos Sobre os Fundamentos do Serviço Social/ReMGFEFESS e a Rede de Estudos do Trabalho do/a Assistente Social/RETAS.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

**KEYWORDS:** supervised internship. Professional Training Project. Covid-19 pandemic. Remote Stage.

## INTRODUÇÃO

Duramos tempos de agravamento de tragédias humanitária, a destacar nos dias e noites de 2020 a entrada de 2022, com perduras e distintas sequelas da Pandemia causada pelo vírus SARS-COV-2, gerador da Covid-19. Referimo-nos a tempos marcado por uma chacina anunciada, cerca de 663 mil mortes no Brasil<sup>2</sup>. Essa pandemia escancarou a crise do capital eclodida em 2016; escancarou os lastros históricos da desigualdade social, da barbárie, da banalização da morte e da agressiva precarização das condições de vida e trabalho no país, abalizado, sobremaneira pela gestão ultraconservadora de Bolsonaro-Mourão, cujo perfil necropolítico de governo tem sido comboiado por governos estaduais e também municipais.

Partimos de algumas análises, ainda em maturação teórica, acerca dos desenfreados desafios postos à profissão, sobretudo ao estágio supervisionado e seu intrínseco processo de supervisão acadêmica e de campo. São inúmeras as preocupações, ademais com as alterações e os reordenamentos nos processos de trabalho de assistentes sociais e do ensino superior que tem imbricado, por exemplo, na supervisão direta de estágio em Serviço Social, ainda mais fortemente no ano de 2021, com as exigências de retomada da realização do estágio que o Ministério da Educação (MEC) em 2020, no contexto de suspensão de calendário acadêmico, havia dilatado o prazo para realização de **estágio à distância** até dezembro de 2020.

Aqui temos a linha matriz de nossas preocupações: o estágio a distância ou estágio remoto, como tem sido denominado a realização do estágio durante a pandemia e, que por sua vez apontam retrocessos, tensionamentos políticos e formativos, e sem dúvidas, concessões diversas, ainda mais numa realidade em que é mais fácil ceder que robustecer a resistência.

## RETROCESSOS, TENSÕES E ESTRATÉGIAS: RESISTIR QUANDO É FÁCIL CEDER

---

<sup>2</sup> Dados atualizados em 26 de abril de 2022. Consulta realizada em: <https://covid.saude.gov.br/>

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

A crise, agravada com a Pandemia, não altera as bases estruturais da crise estrutural do modo de produção capitalista, mas, adensa as diferentes barbáries explicitando-as com nudez o quão genocida é este projeto societário. Em um ano no Brasil, somaram-se 251.661 pessoas que tiveram a suas vidas ceifadas pelo vírus<sup>3</sup>. Nas particularidades brasileiras, a presença do ultraconservadorismo e neoliberalismo ortodoxo, próprias do governo Bolsonaro-Mourão, expressaram o negacionismo da gravidade do vírus e seguiu-se a gestão de saúde pública pautada numa incessante necropolítica<sup>4</sup>.

A manobra midiática de massa, em voga neste governo, forja os rastros da ditadura e enaltece as relações sociais autoritárias, violentas e de coisificação do ser humano, cujas expressões e preocupações dos dirigentes seguem sendo pela economia e luto em detrimento da vida, da saúde e da educação. Acirra-se o desmonte das políticas e direitos sociais, sobremaneira a saúde/SUS e Educação/Universidades; rechaça ainda mais as fraturas sociais e espolia a massa trabalhadora, além de criar estratégias que forjam a alienação e coloca na população ideias e relações de (re)produção que legitimam o projeto societário burguês em todas suas interfaces e tecidos sociais.

A pandemia apresentou a humanidade a necessidade de isolamento social, desafiando a própria essência humana de relação social de agrupamento. Com isso, associado ao medo de contágio, a relação vida x morte passa a ser debatida, e a vivência diária desta realidade somada aos constantes ataques frontais do governo federal aos direitos, socialmente construídos, e a aniquilação de políticas públicas, adoeceu fortemente a saúde mental da população, aumentou em demasia o desemprego e subemprego alavancados dia após dia; a fome e a miséria associadas as diferentes formas de violências que além de exasperadas tem sido ignoradas e individualizadas.

No âmbito da educação vivemos a supervalorização das denominadas Tecnologias de Informação e Comunicação/TICs (novas tecnologias para a tradicional exploração do trabalho), ou seja, intencionalmente, instaura-se o Ensino Remoto Emergencial/ERE para todas as modalidades da educação. Forja-se o Projeto de Educação a Distância em nome do

<sup>3</sup> Dados disponíveis em: <https://www.telesurtv.net/datafactory/covid/es/brasil.html>. Acesso em: 26/02/2021

<sup>4</sup> Categoria teórico-prática esta, capturada na realidade pelo estudioso Achille Mbembe; cuja “materialização se dá pela expressão da morte”.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

tempo da excepcionalidade ou Estado de exceção, mas, não se amplia as possibilidades orçamentárias para a educação/universidades públicas, pelo contrário corta-se/reduz-se drasticamente.

A direção política gestada oportuniza-se da sensibilidade vivida pela população frente a covid-19 e suas diversas sequelas para seguir com o projeto societário ultraneoliberal.

A educação é escancarada como nicho de mercado. Imbui a falácia de docentes e técnicos da educação robotizados, coisificados, digitalizados, ora, ora, a educação é para formar pessoas, seres sociais, sua essência exige relação humana física, afeto, olhar e não depósito de ideias. No entanto, com as TICs temos insurgência do EAD, do trabalho remoto, da relação ensino-aprendizagem via rede tecnológica como espécies de fabricação de ensino bancário, depositário, frágil, alienante, sem propósito de produção do conhecimento científico, mas de reprodução de ideologias dominantes em vigor e aligeiramento de uma alfabetização revestida de Educação Superior. Mas claro, que não só, vias as TICs também estão as possibilidades plurais de diálogo. O seu uso está diretamente vinculado a direção política do projeto societário que se defende. Assim, pode ser adotada com veio mercadológico ou também como veio de ampliação do acesso. Mas, para a segunda opção demanda investimento, orçamento, olhar para as necessidades gerais da classe trabalhadora e criar as possibilidades para este acesso e utilizar as TICs a favor da população e não a população explorada pelas TICs.

Mais uma vez, o cenário impõe desafios e ameaças ao Projeto de Formação Profissional do Serviço Social. O que está posto é uma tendência à razão-instrumental coesa com as alterações da morfologia da estrutura social em detrimento da razão-dialética crítica. As imposições institucionais associadas ao contexto de pandemia, e por vezes, as demandas de estudantes por concluírem seus cursos, coloca a profissão de frente com a adesão do ERE. Uma verdadeira imposição de super precarização da educação com nivelamento de ensino a distância ou ensino remoto, entre outras terminologias que convergem com os interesses da indústria da educação, com a supervalorização e retomada do pensamento conservador o que impacta diretamente no projeto de educação emancipatório que embasa o projeto de formação profissional em Serviço Social.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

O estágio supervisionado tem sido um dos elementos pedagógicos mais debatidos no Serviço Social durante a pandemia. As UFAs através dos determinismos do ministério da educação reproduzem as exigências para os cursos prosseguirem com o cumprimento das matrizes curriculares em nome da “manutenção das ações pedagógicas”, e assim, apresentou desafios bruscos a categoria que defende o projeto de formação delineados nas Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996). Projeto este que tem centralidade nos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos da profissão. Tem uma lógica dialética, inclusiva que abarca as contradições de uma mesma unidade, por exemplo, da unidade diversa entre teoria e prática, trabalho e formação, estágio e supervisão, formação para vida social e formação para o mercado de trabalho; uma lógica de formação profissional que é dinâmica capaz de acompanhar o movimento real e concreto da realidade; possibilita com seus fundamentos compreender a profissão na dinâmica da sociabilidade capitalista. Refere-se à uma formação profissional cujo processo de educação é permanente e desdobra em todas as esferas da profissão, dada sua perspectiva de totalidade própria do no pensamento social marxista que lhe dá sustentação.

E assim sendo, como viabilizar o estágio supervisionado em tempos de necessário distanciamento social? Essa questão perdurou os tensos e infindáveis dias de 2020, 2021 e entrada de 2022.

O estágio é um componente curricular definido pela inserção física/presencial do/a estudante no espaço de trabalho profissional, como podemos ver nos aportes legais e políticos:

- Na Lei Federal n. 11.788/2008<sup>5</sup>, que dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências, aparentemente de veio progressistas, mas no campo concreto pensado, avigora o processo de precarização da educação e trabalho, no seu artigo primeiro como “[...] ato educativo escolar supervisionado, **desenvolvido no ambiente de trabalho**<sup>6</sup>, que visa à preparação para o trabalho produtivo [...]”.

<sup>5</sup>Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

<sup>6</sup>Grifos meus para destacar o quanto o estágio requer inserção, vivência da/o estudante no espaço sócio-ocupacional do/a assistente social.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

- Nas Diretrizes Curriculares, o estágio no Serviço Social é concebido como

[...] uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional<sup>7</sup> objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O Estágio Supervisionado é concomitante ao período letivo escolar. (ABEPSS, 1996, p.19).

- Na Resolução do CFESS, de regulamento da supervisão direta de estágio em Serviço Social, o estágio constitui-se como

[...] momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, pois se configura como elemento síntese na relação teoria-prática, na articulação entre pesquisa e intervenção profissional e que se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas, com vistas à formação profissional, conhecimento da realidade institucional, problematização teórico-metodológica (Resolução CFESS n 533 de 29/09/2008).

Ou seja, as diretrizes ético-políticas e suas resoluções jurídicas são enfáticas na concepção pedagógica alinhada a relação presencial de construção de conhecimentos para o curso de graduação. O estágio e sua supervisão são espaços ricos de investigação e possibilidades considerando sua essência de articulação entre formação e trabalho profissional. Sua natureza constitui, intrinsecamente, o/a estudante em fase de desenvoltura de suas atribuições como estagiário/a; assistentes sociais em exercício da atribuição privativa da docência e da supervisão acadêmica; e assistentes sociais de diferentes espaços sócioocupacionais em exercício da atribuição privativa da supervisão de estágio no campo profissional<sup>8</sup>.

<sup>7</sup>Grifos meus.

<sup>8</sup>Importante conhecer tais atribuições na Política Nacional de Estágio (ABEPSS, 2010), além conhecer a Lei CFESS n.8662/1993 de Regulamentação da Profissão, com destaque para os artigos 4. e 5., respectivamente, sobre competências e atribuições profissionais privativas.

As preocupações da profissão com os cursos de graduação no modo EAD, já foram, maturadas/publicadas pela categoria para fins de enfrentamento desta lógica predatória e genuinamente mercadológica da formação profissional. A profissão ao longo dos últimos anos tem produzido conhecimentos científicos explicitando a incompatibilidade entre graduação a distância e Serviço Social<sup>9</sup>. E, com o ERE na perdura pandemia, retomou no Serviço Social a tensão com o estágio supervisionado como um todo, seja para o mero cumprimento de carga horária ou pelo formato de se realizar a supervisão direta conforme preconiza a Resolução CFESS n.533/2008, afinal, sabe-se que a lógica remota ou híbrida imposta, descaracteriza elementos centrais da PNE (ABEPSS, 2010).

O estágio denominado remoto ou híbrido não se configura modalidade de estágio. As modalidades de estágio são obrigatórias e não-obrigatórias, unicamente.

O ‘remoto’ ou ‘híbrido’ se configuram como “estratégias” emergenciais (perigosas, mas possíveis e realizadas) no contexto da pandemia. Ao nosso ver, trata-se de uma imposição de caráter experimental do capital para robustecer o seu projeto de educação bancária e cominar novas exigências futuras. Por isso, explicitar as limitações do ensino remoto, do estágio remoto no Serviço Social se faz tão necessário. É preciso reafirmarmos o arcabouço teórico- metodológico, político e pedagógico do estágio em todas as suas dimensões para resistirmos bravamente as determinações mercadológicas vindouras.

E, nesta direção, manifestamos inquietação acerca do como tem sido trabalhado no estágio supervisionado e supervisão remota seus elementos centrais, como:

- 1) os núcleos de fundamentos da formação profissional;
- 2) as competências e atribuições privativas; como estas tem se efetivado e trabalhadas com estagiários/as
- 3) os instrumentos pedagógicos do estágio (plano de estágio, relatório, diário de campo entre outros);
- 4) a política social, para além de sua estrutura no país, mas no aspecto do acesso, da sua universalização, na sua essência;

<sup>9</sup>Para tal, faz-se importante o/a leitor/a recorrer aos dois volumes da brochura produzida pelo CFESS sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social. Disponível em [http://www.cfess.org.br/arquivos/incompatibilidadevolume1\\_2015-Site.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/incompatibilidadevolume1_2015-Site.pdf)

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

- 5) as particularidades do trabalho profissional naquele espaço sócio-ocupacional;
- 6) a dimensão pedagógica da supervisão de estágio no ERE e/ou a concepção pedagógica que tem atravessado essa supervisão remota;

Tais inquietudes/preocupações, certamente atravessarão muitas pesquisas nos tempos que agora inauguramos de retoma da vida social, das atividades acadêmicas presenciais. São muitas as perguntas, e importa que as respostas reafirmem os preceitos do estágio e da supervisão direta delineados no projeto de formação profissional e escancare os limites pedagógicos que atravessam o estágio e sua supervisão na excepcionalidade remota, para além dos limites já dados, como: a ausência do contato direto com a população usuária das políticas públicas e dos serviços institucionais; a ausência da vivência da dinâmica institucional e da posição política e profissional do Serviço Social no espaço socio-ocupacional; a visão fragmentada do atendimento *online* à população, entre tantos outros deletérios à formação. Mas, nesta trincheira remota, também foi possível ampliar o diálogo político e administrativo com as redes de serviços; conhecer mais a dimensão institucional no campo burocrático desta e das políticas sociais, e, muito sabia e estrategicamente, organizar e participar de eventos webnários, *lives*, cursos diversos voltados à educação permanente, inclusive neste aspecto se ampliou, significativamente, as possibilidades na categoria. Via as TICs consolidamos também trabalhos importantes, interinstitucionais, criamos e robustecemos redes de pesquisas, instauramos novos formatos de educação permanente na categoria que certamente vieram para ficar. No entanto, considerar leituras, *lives*, pesquisas, extensão como estágio nos convoca (re)pensar os rumos pedagógicos deste importante componente curricular e nos impele ao retrocesso, descaracteriza os princípios elementares da PNE (ABEPSS, 2010).

Os retrocessos determinados social e institucionalmente, na medida em que a defesa de mercado se fortaleceu nos diferentes discursos acadêmicos, em atenção às determinações das instituições de ensino e a culturalização de formar estudantes numa lógica cartesiana enquadrada nos limites quantitativos de semestres e/ou períodos letivos (curso de 08 semestres ou 04 anos com teto até 12 semestre para conclusão do curso para o estudante), e, nesta direção, as flexibilizações no seu sentido mais amplo tem sido implantado durante o ERE. Conteúdos/disciplinas apontadas na PNE (2010) como basilares para realização do

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

estágio, por exemplo, com ERE se desmontou os pré-requisitos. Observa-se que mesmo com todo direcionamento fundado na dimensão ontológica da formação profissional dado pelas entidades da categoria no contexto ERE, consignações às avessas estão em curso. Urge, contudo, na profissão um investimento massivo de análise das sequelas do ERE na formação profissional, com destaque para o estágio.

Seja tempo talvez, da investida pelas entidades da categoria, na criação de um observatório regional/estadual de estágio supervisionado em Serviço Social, capaz de capturar as particularidades de como tem se direcionado o estágio; compilar as diversas pesquisas que têm sido realizadas e configurar um espaço de potencialidade consultiva e dinâmico para estar mais próximo dos diferentes cursos do território brasileiro. Um observatório alinhado as comissões políticas do conjunto CFESS/CRESS, por exemplo de trabalho e formação profissional; alinhado aos GTP da ABEPSS; as pastas frentes da ENESSO. Urge robustecer os fóruns locais, regionais, estaduais e nacional de estágio/supervisão. O tempo pós ERE requer adensamento da vigília com o Projeto Ético-Político da profissão.

O Serviço Social, sobremaneira a partir de 2008 tem ampliado qualitativamente as diretrizes para o estágio e seu intrínseco processo de supervisão acadêmica e de campo numa perspectiva de unidade do diverso; ampliado o protagonismo dos atores envolvidos no estágio supervisionado e legitimado a Política Nacional de Estágio (ABEPSS, 2010). Sem dúvidas vivemos além da pandemia, o aviltante governo e seu projeto para educação brasileira, impactos desastrosos e possibilidades de desmontes das conquistas profissionais, no caso para o estágio supervisionado, a depender da direção social que a categoria nos seus diversos espaços seguir, sobretudo a partir de agora com a retoma da vida acadêmica presencial.

Todo este processo de ensino remoto e que muito tem acometido o estágio e seu processo de supervisão direta, seja nas UFAs de natureza pública ou privada é pensar como tem sido a contribuição do estágio e da supervisão (remota, híbrida) com a formação da consciência crítica dos sujeitos envolvidos (assistentes sociais, estudantes, população usuária, enfim classe trabalhadora). Certamente, a pandemia altera as relações sociais; pregoa impactos imperiosos à vida social em seus diferentes tecidos, e infere no campo da razão-dialética análises ontológicas da conjuntura. O que está em curso é um determinado projeto de educação alinhado a perspectiva mercadológica, bancária e de meras doses homeopáticas de

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

conhecimentos, identifica-se também que as decisões atuais não respondem/responderão somente aos dias atuais, mas pregoam o fortalecimento de um projeto de educação, de formação e trabalho profissional para os tempos vindouros.

## PONTO DE UMA PRIMEIRA CHEGADA

É! Por vezes nos faltam oxigênio para construção de respostas frente as determinações e processos sociais postos, sobretudo na atual dinâmica com diversas e diárias imposições institucionais do governo militar operante. Seguir na resistência às barbáries demanda discutir os fundamentos ontológicos da realidade; discutir os fundamentos do Serviço Social para responder com solidez ao tempo presente, o que exige ainda mais unidade dentro da diversidade do mesmo coletivo; unidade com as entidades representativas da categoria, e assim, restabelecer forças das lutas que construíram e materializam o projeto ético-político do Serviço Social para direcionar as respostas éticas, políticas e pedagógicas para o estágio supervisionado e seu intrínseco processo de supervisão coerente com as ricas premissas da Política Nacional de Estágio/PNE (ABEPSS, 2010).

Convidamos a categoria, sobretudo os atores protagonistas do estágio à lançarem mão de um arsenal teórico-metodológico, técnico-operativo coerente com a dimensão ético-política hegemônica, e não homogênea, que possibilite ultrapassar o campo da imediaticidade e lhe permita construir ações que promovam a ampliação dos direitos e vislumbrem a emancipação política com horizonte a emancipação humana, o que exige unidade nas reflexões-ações e decisões para responder com mediações pertinentes às demandas hodiernas, sabendo que na luta de classe não há empate e tampouco neutralidade. Sigamos na direção da campanha ABEPSS (gestão 2017/2018) “Sou Assistente Social e Supervisiono Estágio. A supervisão qualifica a formação e o trabalho. Contra o retrocesso na Educação”, sobremaneira os retrocessos determinados pela conjuntura pandêmica. Não poderemos perder jamais a direção política alinhada com nossas entidades representativas.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. CEDEPSS. Diretrizes para o curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro e 1996). **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, p. 58-76, 1997.

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio em Serviço Social**. Brasília, DF, 2010.

ABEPSS. Campanha Nacional (gestão 2017/2018). Sou assistente social e supervisiono estágio. Disponível em <https://www.abepss.org.br/noticias/souassistentesocialesupervisionoestagioasupervisaoualificaformacaoetrabalho-157>

BRASIL. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 set. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm)>. Acesso em: 13 nov.2012.

CAPUTI, Lesliane. **Supervisão de Estágio em Serviço Social**. Campinas/SP, Papel Social, 2021.

CFESS. **Resolução n. 533, de 29/9/2008**. Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>>. Acesso em: 3 jun.2012.

CFESS. **Sobre a incompatibilidade entre graduação a distância e Serviço Social**. (Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta 2008/2011), 2010. (mimeo).

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral

Eixo Temático - Estágio em Serviço Social no estado de Minas Gerais no Contexto Da Covid-19: Experiências E Reflexões

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO E SEUS DESAFIOS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19: REFLEXÕES A PARTIR DO CENÁRIO DA FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL – UFJF**

**SUPERVISED INTERNSHIP AND ITS CHALLENGES IN THE CONTEXT OF THE COVID-19 PANDEMIC: REFLECTIONS FROM THE SCENARIO OF THE FACULTY OF SOCIAL WORK – UFJF**

Ana Maria Ferreira<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo sinalizar algumas reflexões ainda em processo de construção sobre o estágio supervisionado e seus desafios no contexto da pandemia de COVID-19. A experiência docente é ponto de partida para tecer tais reflexões a partir da realidade da Faculdade de Serviço Social-UFJF. Buscamos destacar os princípios presentes no Projeto Ético Político Profissional, expressos no conjunto normativo da profissão, especialmente nas Diretrizes Gerais para a Formação Profissional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS.

**PALAVRAS-CHAVE:** serviço social; formação profissional; supervisão de estágio; pandemia.

**ABSTRACT:** This article aims to point out some reflections still in the process of construction on the supervised internship and its challenges in the context of the COVID-19 pandemic. The teaching experience is the starting point for weaving such reflections from the reality of the Social Work College-UFJF. We seek to highlight the principles present in the Professional Political Ethical Project, expressed in the normative set of the profession, especially in the General Guidelines for Professional Training of the Brazilian Association of Teaching and Research in Social Work - ABEPSS.

**KEYWORDS:** Social Work; college education; internship supervision; pandemic

---

<sup>1</sup>Professora adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora. Pesquisadora do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão sobre os Fundamentos do Serviço Social – GEPEFSS/UFJF.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## INTRODUÇÃO

Estamos experimentando um momento único nesse tempo em que vivemos. Isso nos traz um conjunto que angústias e incertezas em vários âmbitos da vida, incluindo o contexto da formação acadêmica e também do trabalho profissional. Assim sendo, nos cabe ter tranquilidade, dentro do possível, para tratar de questões que nos desafiam. É certo que não temos respostas imediatas para todas as questões que nos são apresentadas, mas também é certa a necessidade de reafirmarmos os princípios do projeto pelo qual nos guiamos na formação e no exercício da profissão de assistentes sociais.

Desta forma, guiados por esses princípios podemos nos dispor a enfrentar questões nada fáceis, sem soluções imediatas ou mágicas. O que quero dizer é que não temos respostas prontas para lidar com todas as demandas que se apresentam em tempos tenebrosos de crise estrutural agravada pela de pandemia da COVID-19, mas temos tradição na construção do trabalho coletivo, na troca e no respeito ao pensamento. Temos certeza da diretriz para caminhar na direção da busca de resolutivas coletivas, compreendendo que o significado social do serviço social é a luta por direitos, pela democracia e pela liberdade, sendo este nosso horizonte.

Num momento como este não podemos deixar que refletir sobre questões que tem se colocado para nós no cotidiano da formação e do trabalho de assistente social. Estamos vivenciando, com a necessidade do distanciamento social, novos desafios e devemos trata-los com seriedade e critério, reafirmando nosso compromisso com os princípios do nosso projeto ético-político profissional. A conjuntura nos desafia a enfrentar a precarização da formação profissional em sua expressão mais complexa que é o ensino remoto.

Diante do contexto imprevisível, demandas novas e velhas se transformaram em ordem do dia. Após ser decretada a pandemia do COVID-19 no Brasil, em março de 2020, um conjunto de inseguranças, dúvidas e incertezas se estabeleceram sobre a vida, a organização social, o trabalho, a formação profissional – estes apenas exemplos de âmbitos da vida afetados pelas novas necessidades de preservação da vida e da saúde.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

No que se refere a formação em serviço social, no contexto da universidade pública, com as atividades presenciais suspensas pelas medidas de isolamento social, todos os componentes curriculares deixarem de ser oferecidos presencialmente. No cenário da Faculdade de Serviço Social –UFJF, todas as atividades foram suspensas de março a setembro de 2020 quando a oferta de algumas disciplinas teve início através da modalidade remota. O Ensino Remoto Emergencial (ERE) se colocou como alternativa e foi implementado de setembro de 2020 a abril de 2022, quando as aulas presenciais foram retomadas.

Neste contexto, o estágio supervisionado – obrigatório e não-obrigatório – não foi ofertado, ficando suspenso enquanto duraram as condições sanitárias que impossibilitaram o retorno presencial das/os/es estudantes ao cotidiano dos campos de estágio.

Este breve artigo, busca sinalizar algumas reflexões ainda em processo sobre o estágio supervisionado e seus desafios no contexto da pandemia de COVID-19 a partir da realidade da Faculdade de Serviço Social-UFJF. A experiência docente serve de ponto de partida para tecer tais reflexões que permanecem amadurecendo e sendo construídas coletivamente.

## **REFLEXÕES SOBRE FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19**

Nesses tempos sombrios que estamos atravessando, com constantes ataques ao conhecimento, a crítica, a ciência e ao pensamento é mais que necessário reafirmarmos os princípios sobre os quais debruçamos nossas escolhas e defesas profissionais. Esta ação, que é parte intrínseca de quem trabalha para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária ganha espectro de primeira ordem, necessidade primária durante os anos de pandemia. O serviço social resiste quando os sujeitos individuais e coletivos da profissão se colocam na linha de frente na defesa da formação de qualidade, na defesa de condições de trabalho, na defesa dos direitos humanos e na defesa da saúde pública, gratuita, irrestrita, com equidade.

Durante a pandemia da COVID-19 tivemos um agravamento das condições de trabalho, de vida e de sobrevivência do conjunto dos sujeitos sociais. Aliado ao desemprego, a fome e ao abandono ainda tivemos o reforço de perspectivas conservadoras irracionais que

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

dificultaram a chegada das vacinas no país, e que fortaleceram formas de tratamento sem nenhuma comprovação científica.

No âmbito da formação em serviço social diversos desafios, que já vigoravam, foram agravados e outros novos se fizeram presentes no cotidiano das/os/es estudantes. A cada encontro remoto com o corpo discente nos deparamos com incertezas, inseguranças, desesperanças aliadas a todo o conjunto de agravamentos da vida social que citamos acima.

Em meio a perda de familiares e amigos pela infecção do Corona Vírus, a depressão, ansiedade, desesperança e incerteza quanto ao futuro ganharam espaço. Os processos de degradação da vida social e do trabalho que vinham sendo desenhados nas últimas décadas no Brasil, tiveram uma aceleração durante a pandemia. O trabalho e ensino remotos, precarizados e com ultra responsabilização individual foram lançados a frente devido as necessárias medidas de distanciamento social recomendadas pelas organizações de saúde para evitar a contaminação. Nesse contexto, aquilo que havia tempos vínhamos lutando contra se acelera com força movido pelos interesses econômicos e também mobilizados pelas necessidades de proteção da saúde pública. Nesse cenário caótico vimos crescer o trabalho precarizado onde assistentes sociais foram obrigadas ao tele trabalho, ao trabalho remoto e, algumas vezes a dinâmica híbrida. Foram responsabilizadas/es/os pela garantia de suas próprias condições de trabalho tendo que comprar equipamentos, garantir acesso à internet e tendo o espaço doméstico – sua vida privada – tomada pelo trabalho, sem hora para acabar, sem proteção, sem garantias.

Assim como o contexto de vida e trabalho dos profissionais assistentes sociais foi duramente impactado de igual maneira a as/os estudantes também sofreram transformações no cotidiano. E é assim, nesse contexto adverso que as estratégias de resistência e luta se fazem urgentes e necessárias.

Segundo a proposta para a formação profissional defendida pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), é necessário que o profissional possua uma formação intelectual e cultural crítica, competente, criativa e propositiva, para que possa desenvolver suas funções compreendendo o conjunto das relações sociais, com compromisso reafirmado cotidianamente com o Código de Ética Profissional.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

A formação profissional baseada nos princípios democráticos afinados com o projeto ético-político da profissão aponta para a criticidade e o desenvolvimento da capacidade de leitura, interpretação e intervenção na realidade. Para tanto a identificação dos entraves e desafios dessa realidade é fundamental para que possamos, coletivamente, buscar formas para seu enfrentamento.

No contexto de pandemia, as atividades de estágio não foram consideradas essenciais pois, com a necessária redução da circulação de pessoal e adoção de trabalho remoto em diversos espaços sócio ocupacionais, foi estratégico o afastamento temporário dos campos de estágio.

Partimos da premissa de que o Estágio Supervisionado é uma das atividades curriculares obrigatórias indispensáveis à formação em Serviço Social e configura-se a partir da inserção do aluno no espaço sócio institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Desta forma, com esta compreensão podemos afirmar que a realização do estágio supervisionado é incompatível com o ensino remoto, uma vez que exige a inserção da/o estagiária/o no espaço institucional de trabalho da/o assistente social.

Segundo o Projeto Político Curricular da Faculdade de Serviço Social –UFJF:

A carga horária total mínima do Estágio Obrigatório supervisionado no campo de estágio é de 510 horas, distribuídas em três semestres, sendo 170 horas mínimas para o Estágio Obrigatório I (FSS040), 170 horas mínimas para o Estágio Obrigatório II (FSS041) e 170 horas mínimas para o Estágio Obrigatório III (FSS042) (FSS, 2016, p.43)

Nesse sentido, apontamos o estágio como lócus estratégico para buscarmos elementos de desvelamento dessa realidade, dada sua centralidade na formação profissional. Segundo Ortiz (2010, p.121),

O estágio não se configura em uma atividade complementar para a formação, mas central, uma vez que permite a convergência e o desvelamento dos diversos conteúdos apreendidos em sala de aula, os quais muitas vezes parecem aos alunos distantes da realidade e desconectados dela. Do mesmo modo, o estágio aproxima os alunos do caráter interventivo da profissão, desnudando suas dificuldades, dilemas e contradições cotidianas.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

O estágio supervisionado se vincula ao denominado Núcleo de Fundamentação do Trabalho Profissional<sup>2</sup>, que trata diretamente dos elementos constitutivos do Serviço Social, tendo como base a compreensão do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo, articulado às relações entre as classes e com o Estado e o conjunto da sociedade civil no quadro geral do capitalismo monopolista (ABESS/CEDEPSS, 1996).

Neste núcleo são abordados os fundamentos históricos e metodológicos da profissão; os diferentes processos de trabalho em que se insere o Serviço Social; a ética profissional e a pesquisa. É onde está situado o estágio supervisionado, assim como estudos acerca do processo de constituição e consolidação do Serviço Social; sua trajetória histórica e o resgate dos referenciais teórico-metodológicos e técnicos da intervenção; o Serviço Social enquanto especialização do trabalho coletivo, contemplando a análise da condição deste profissional enquanto trabalhador, dos espaços sócio-ocupacionais, suas estratégias de intervenção, o instrumental técnico-operativo e o produto do trabalho; valores e princípios da intervenção profissional, as questões éticas da contemporaneidade e a trajetória de construção do Código de Ética da profissão; a pesquisa e os processos de sua realização, instrumentalizados para a construção do conhecimento acerca da realidade, seja em âmbito acadêmico ou não; e o processo de planejamento, coordenação e execução de programas e projetos na área de Serviço Social (BRASIL, 2002).

É fundamental destacar a importância do conjunto normativo-legal construído pela categoria profissional, através de suas entidades representativas (Conjunto CFESS-CRESS e ABEPSS) na defesa da formação profissional de qualidade. A Política Nacional de Estágio (2010) – construída garantindo amplo debate com a categoria profissional, o Conjunto CFESS/CRESS, a ENESSO e Instituições de Ensino Superior (IES) – como forma de enfrentamento da contrarreforma da educação e da precarização na formação e,

<sup>2</sup>As Diretrizes Gerais para a Formação Profissional da ABEPSS trazem a organização do conjunto de conhecimentos necessários e indissociáveis que são traduzidos em núcleos de formação, assim descritos: a) núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social – responsável pelo tratamento do ser social, enquanto totalidade histórica, situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa; b) núcleo de fundamentos da formação sócio histórica brasileira – referente ao conhecimento da constituição econômica, política e cultural da sociedade brasileira, nas suas particularidades sócio históricas; c) núcleo de fundamentos do trabalho profissional – que define a requisição da competência em suas três dimensões: teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política, e aponta a postura investigativa como pressuposto para a sistematização teórica e prática do exercício profissional, com a definição de estratégias e do instrumental técnico para o enfrentamento da desigualdade social (ABESS/CEDEPSS, 1996)

principalmente, na execução do estágio, buscando consolidar uma formação crítica e comprometida com o Projeto Ético-Político Profissional. A norma regulamentadora, acerca da supervisão direta de estágio em Serviço Social, que deve estar em consonância com os princípios do Código de Ética dos Assistentes Sociais, com as bases legais da Lei de Regulamentação da Profissão e com as exigências teórico-metodológicas das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social aprovadas pela ABEPSS, bem como o disposto na Resolução CNE/CES 15/2002, na Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, e ainda da Resolução CFESS 533, que regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social. A necessidade de normatizar a relação direta, sistemática e contínua entre as instituições de ensino superior, as instituições de campos de estágio e os Conselhos Regionais de Serviço Social, na busca da indissociabilidade entre formação e exercício profissional, se justifica devido à importância de se garantir a qualidade do exercício profissional do Assistente Social que, para tanto, deve ter assegurada uma aprendizagem de qualidade, por meio da supervisão direta, além de outros requisitos necessários à formação profissional (ABEPSS, 2010). Por se colocar na direção do enfrentamento da contrarreforma da educação, a PNE (2010) tem demonstrado dificuldades e limites na sua realização junto às instituições formadoras, principalmente devido às condições em que a formação vem se materializando.

A experiência de estágio deve estar situada no contexto da formação profissional, de modo que viabilize ao estudante uma intervenção crítica, comprometida e competente. Fazem-se necessários uma articulação e um encadeamento entre as disciplinas e os conteúdos ministrados, tendo-se sempre clareza de que a realidade não se constitui em mero pano de fundo; e por parte da Universidade a compreensão de que este profissional que se quer construir deve vivenciar de fato a função ou tripé básico da universidade: pesquisa, ensino e extensão. Desta forma fica mais uma vez evidente a incompatibilidade com o ensino remoto.

A supervisão de estágio é uma instância na grade curricular que, ao realizar a interlocução entre universidade e o mundo do trabalho, impõe aos acadêmicos, trabalhadores, supervisores acadêmicos e de campo a tarefa de captar o mundo que envolve a realidade educacional: as novas tecnologias, o processo de globalização, as novas requisições advindas do mercado, evidenciadas no exercício profissional, são relevantes para a análise desta

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

realidade. O processo envolve três sujeitos – assistente social docente, discente e assistente social de campo.

Supervisionar, nesta perspectiva, é auxiliar o aluno no desenvolvimento de seu projeto político-profissional. Envolve a contribuição para o desenvolvimento do senso crítico, do pensar autônomo, do saber indagar e problematizar e, conseqüentemente, investigar, planejar e executar propostas qualitativas, na dinâmica das relações entre Estado, Sociedade Civil e Instituição (unidade de ensino e dos campos de estágio). Tudo isso, na busca de respostas sociais às demandas que estão postas para a profissão (LEWGOY; SCAVONI, 2002, p. 02).

Tais argumentos trazem a necessidade de algumas reflexões com base em elementos concretos da realidade em meio a pandemia. Devemos ter como norte bem determinado que tipo de formação queremos e de que forma podemos enfrentar os desafios que se apresentam nesse contexto inesperado e imprevisível.

Com a suspensão das atividades presenciais, entre as quais o estágio, foram ponderados alguns elementos importantes que respaldam a decisão baseada no compromisso com a formação de qualidade alicerçada nas Diretrizes da ABEPSS:

- 1- O formato remoto por si já compromete a relação dialógica entre os sujeitos no processo formativo. A supervisão direta é incompatível com acompanhamento não presencial. A presencialidade é condição precípua para o estabelecimento da relação pedagógica baseada no diálogo e troca entre estagiários e supervisores.
- 2- Como pensar em manutenção do sigilo em atendimento remoto do usuário? Quais as condições éticas e técnicas para essa garantida nas atividades sendo desenvolvidas no espaço doméstico? Muitos estudantes dividem equipamento e ambiente em casa com outros familiares, isso compromete o sigilo bem como o compromisso com a qualidade do trabalho prestado ao usuário. Não podemos responsabilizar de forma unilateral as/os estudantes pelo atendimento das garantias de condições para exercício do estágio supervisionado.
- 3- Na possibilidade de atividades presenciais de estágio em um contexto de ausência de vacinas e equipamentos de segurança, temos que considerar que boa parte dos seguros obrigatórios para os estudantes estagiários não cobrem a contaminação por COVID-

19. Nosso compromisso é prioritariamente com a preservação da vida, segurança e saúde de todos.

- 4- As/os docentes, que são responsáveis pela abertura e averiguações das condições do campo, não são público prioritário para a vacinação. Essa responsabilidade neste contexto coloca em risco esses assistentes sociais na medida que a averiguação das condições éticas e técnicas deve ser feita presencialmente, expondo profissionais a contaminação.

Fundamental destacar o papel da ABEPSS na condução, direcionamento e fomento ao amplo debate sobre formação profissional no contexto da pandemia de COVID-19. “A ABEPSS enfrentou com firmeza os desafios e se posicionou com princípios emancipatórios diante da conjuntura de ataques à educação” (ABEPSS, 2021, p.4). Também produziu e divulgou materiais, dentre os quais cabe destaque ao documento “A Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial” construído com o compromisso na defesa da formação com qualidade “visando defender os princípios formativos contidos nas Diretrizes Curriculares (ABESS/CEDEPSS, 1996) e na Política Nacional de Estágio (PNE) (ABEPSS, 2010).

Em novembro de 2021 a UFJF retomou algumas atividades presenciais, considerando a melhora no cenário epidemiológico da cidade e região e também o avanço da vacinação contra a COVID-19. Dentre as atividades que foram retomadas figurou o estágio supervisionado da Faculdade de Serviço Social.

As/os estudantes foram inseridas/os gradualmente nos campos de estágio e foram também retomadas as supervisões acadêmicas presenciais. Essa retomada exigiu readaptação, que ainda está em curso, de assistentes sociais, estudantes e docentes na nova dinâmica pós-pandêmica. Ansiedade, depressão, desesperança são sentimentos que são relatados a cada encontro de supervisão por discentes e docentes. Temos ainda muito a construir e caminha nessa nova jornada no âmbito da formação, que não se descola do campo mais geral das relações sociais.

Ouso dizer, retomando o início dessa reflexão, que não temos respostas prontas para os desafios que se apresentam hoje, mas afirmo que temos solo histórico, princípios e

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

referências que nos dão condições de caminharmos coletivamente na busca do trabalho e da formação de qualidade e com compromisso democrático e humano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dimensão formativa deve ter sólidas bases políticas: ter uma direção social definida, construída pelo conjunto da categoria profissional; estabelecer vínculos estreitos com o Projeto Ético-Político; ter domínio de bases técnico-instrumentais; desenvolver sua instrumentalidade capacitando profissionais a darem respostas cada vez mais qualificadas, atendendo as demandas do mercado e indo além delas; ter em vista a construção de novas bases de legitimidade através dos atendimentos de demandas imediatas e potenciais; ter uma direção que se articule teórica e praticamente aos projetos e forças progressistas da sociedade.

O estágio deve possibilitar que o estudante estabeleça relações entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação técnico-operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao trabalho profissional e o reconhecimento do compromisso do exercício profissional com a classe trabalhadora. O estágio supervisionado configura-se enquanto momento do processo ensino-aprendizagem, devendo ser compreendido como um conjunto articulado, que tenha como base a dimensão pedagógica e o atributo de ser teórico-prático.

O compromisso com a formação de qualidade é incompatível com atividades remotas. Estágio remoto não existe, na medida que descaracteriza completamente os princípios e diretrizes construídos pelo serviço social ao longo de décadas. A formação profissional de qualidade deve possibilitar ao aluno identificar e analisar as demandas e desafios, bem como articular respostas mobilizadas no cotidiano de trabalho, fomentar a construção/socialização de conhecimentos, reflexões e o desenvolvimento de competências profissionais

Tomamos como referência o perfil de bacharelas e bacharéis em Serviço Social que queremos formar para que possamos pensar na direção que estamos seguindo na busca da formação de qualidade:

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social (ABEPSS, 1999, p. 01 – Comissão de Especialistas).

Para nós é essencial tratar as contradições, problemas que parecem insolúveis, mas que a perspectiva critico-dialética permite interpreta-los e trazer à tona seus fundamentos, sem os quais não se pode intervir criticamente na realidade.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. A Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial. 2021. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210611\\_formacao-em-servico-social-e-o-ensino-remoto-emergencial-202106141344485082480.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/20210611_formacao-em-servico-social-e-o-ensino-remoto-emergencial-202106141344485082480.pdf)

Acesso em : abril 2022.

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio**. 2010. Disponível em:

[http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311145368198230.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311145368198230.pdf)

Acesso em: jan. 2013.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social**. 1999. Disponível em:

<[www.cfess.org.br/arquivos/legislacao\\_diretrizes](http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes)>. Acesso em: jan. 2016.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Gerais para os Cursos de Serviço Social**. 1996. Disponível em:

<[http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf)>

Acesso em: jan. 2013.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares elaboradas pela equipe de especialistas de 1999**. Disponível

em: <[http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311140412406970.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311140412406970.pdf)>.

Acesso em: jan. 2013.

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano XVII, n. 50, p.143-171, 1996.

\_\_\_\_\_. Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes.

Brasília, 2008.

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL. Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de fora – UFJF, Juiz de Fora, 2016.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; SCAVONI, Maria Lúcia Amaral. Supervisão em serviço social: a formação do olhar ampliado. In: Revista Virtual Textos & Contextos. Porto Alegre: PUCRS, 2002. v. 1. n. 1. Disponível em:

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/925>>. Acesso em: out. 2011.

CFESS. **Resolução nº 533**, de 29/09/2008. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Brasília, 2008.

ORTIZ, Fátima Grave. Desafios contemporâneos para o processo de estágio e supervisão em serviço social. In: FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (orgs.). Serviço social: temas, textos e contextos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p. 121-132. – (Coletânea nova de serviço social).

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral

Eixo Temático - Estágio em Serviço Social no estado de Minas Gerais no Contexto Da Covid-19: Experiências E Reflexões

### **PANDEMIA E OS IMPACTOS NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: APROXIMAÇÕES A REALIDADE DA UFOP**

**PANDEMIC AND IMPACTS ON THE SUPERVISED INTERNSHIP IN SOCIAL WORK: APPROACHES TO UFOP'S REALITY**

Claudio Horst<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo compõe a mesa temática coordenada, intitulada “Estágio em Serviço Social no Estado de Minas Gerais no contexto da COVID-19: Experiências e Reflexões”. No presente artigo pretendemos recuperar a concepção de estágio supervisionado defendido pelo Serviço Social brasileiro e o impacto da pandemia para a realização do estágio e da supervisão nessa perspectiva. Logo, nos limites aguçados pela pandemia para a materialização do estágio supervisionado na perspectiva dos fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. A partir da nossa experiência – como docente supervisor acadêmico e coordenador de estágio – objetiva-se aproximar de algumas contradições e dilemas vivenciados na região dos inconfidentes, a partir da particularidade do curso de Serviço Social da UFOP.

**PALAVRAS-CHAVE:** Serviço Social; Estágio Supervisionado; Pandemia.

**ABSTRACT:** This article composes the coordinated thematic table, entitled “Internship in Social Work in the State of Minas Gerais in the context of COVID-19: Experiences and Reflections”. In the present article, we intend to recover the concept of supervised internship defended by the Brazilian Social Service and the impact of the pandemic for the realization of the internship and supervision in this perspective. Therefore, within the limits sharpened by the pandemic for the materialization of the supervised internship from the perspective of the fundamentals of Social Work in contemporary times. Based on our experience – as an academic supervisor teacher and internship coordinator – the objective is to approach some contradictions and dilemmas experienced in the region of the inconfidentes, based on the particularity of the UFOP Social Service course.

**KEYWORDS:** Social Work; Supervised internship; Pandemic.

---

<sup>1</sup>Assistente Social, Doutor em Serviço Social pela UFSC, Docente do departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: claudio.horst@ufop.edu.br

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## INTRODUÇÃO

Desde a construção das Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), vêm veementemente contribuindo para a afirmação do estágio como *locus privilegiado de síntese do processo de formação profissional*.

Tal espaço na formação é entendido como propício para a ‘dialética da confrontação’ possibilitando novos aprendizados e capacitação contínua para os sujeitos envolvidos diretamente no processo de supervisão, quais sejam: discentes na condição de estagiários/as, as/os supervisores/as de campo – assistente social da instituição/campo de estágio – e supervisores acadêmicos o/a assistente social professor da instituição de ensino.

Nesse entendimento, estagiários/as têm a possibilidade de acompanhar o processamento do exercício profissional no ‘*miúdo do cotidiano*’. Os/as supervisores/as de campo vivenciam uma constante apreensão de novas reflexões apresentadas e construídas juntos aos/às estagiários/as, principalmente quando esses espaços são preservados. Ao mesmo tempo, as/os supervisores/as acadêmicos/as são enriquecidos/as com uma aproximação da realidade e das condições objetivas de trabalho dos/as assistentes sociais.

No entanto, desde março de 2020 tais dinâmicas no estágio supervisionado foram profundamente alteradas quando o mundo passou a enfrentar um novo momento na história com a chegada da pandemia da COVID-19. Tal conjuntura se somou a uma crise estrutural do sistema do capital e crise política – particularmente no Brasil – com ascensão da extrema direita. Como sabemos, “o capital não pode ter outro objetivo que não sua própria autorreprodução, à qual tudo, da natureza a todas as necessidades e aspirações humanas, deve se subordinar absolutamente” (MÉSZÁROS, 2002, p. 800). Sendo assim, ainda que não se trate *apenas* de fenômenos necessariamente novos a realidade social, política e econômica foram aprofundadas afetadas pela pandemia. No Brasil, a pandemia se transformou numa *tragédia humanitária*, porque, além da própria dinâmica da tragédia pandêmica vivenciamos um negacionismo, desorientação e a insuficiência de medidas adotadas pelo governo federal.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Portanto, estamos diante de um novo momento na história e o Serviço Social brasileiro buscou desde então – coletivamente – as melhores respostas, posicionamentos e saídas. *Ainda que não tenhamos respostas para tudo, nem conseguido processar as demandas e contradições no tempo idealizado.* Afinal, repostas por partes das entidades e dos sujeitos envolvidos com o processo do estágio requer tempo, reflexão, diálogo, amadurecimento. Isso se optarmos pela construção de respostas na direção do nosso projeto ético-político, alinhado com nossas defesas dos últimos 40 anos.

Nesse sentido, foi importante demarcar desde a chegada da pandemia e suspensão das aulas e do estágio que nós temos *princípios*, posicionamentos construídos nos últimos anos que nos ajudam a pensar a realidade. Como por exemplo, as *Diretrizes Curriculares da ABEPSS*; a lei que regulamente a profissão; o *Código de Ética profissional*; o documento com as bandeiras de luta do conjunto CFESS/CRESS; *Os materiais produzidos pelo conjunto CFESS/CRESS<sup>2</sup>*; a produção do conhecimento da área, entre outros.

Desse modo é preciso ter nítido que o que ocorreu – está ocorrendo – no contexto da crise sanitária decorrente da Covid-19, no âmbito da Educação Superior e das políticas sociais, na qual a discussão do estágio e a supervisão de estágio se inserem, não podem ser compreendidos em sua totalidade se não entendermos que são processos decorrentes do avanço das medidas que já vinham sendo implantadas no país pelos governos federais como parte da contrarreforma do ensino superior e do ataque aos direitos sociais.

Estamos falando de tendências da extrema direita que parecem ver no caos viral uma inédita oportunidade de resolver, finalmente, as possibilidades de aumentarem a taxa de lucro. A desconsideração das condições objetivas para o uso do ensino remoto e, o trabalho docente remoto dele decorrentes explicitou, conforme já vinha destacando a ABEPSS, um elemento epidérmico que tem seu fundamento na *radicalização do projeto privatista de educação no país*. Em outras palavras, o contexto do distanciamento social para enfrentamento do Covid-19, criou condições favoráveis para que estratégias afeitas para a desqualificação da educação como um direito (assim como os direitos dos docentes), sejam transformados em privilégios.

---

<sup>2</sup>Como, por exemplo, o site que reúne todo o material que vem sendo produzido pelo CFESS, a partir da demanda da categoria e dos CRESS, sobre questões que envolvem o exercício profissional da categoria de assistentes sociais no contexto da Pandemia da Covid-19 (Coronavírus). Em especial a série CFESS Entrevista que aborda o trabalho da categoria em diversas áreas no contexto da pandemia. <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/serie-cfess-entrevista>

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## PANDEMIA, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E O ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Partimos do pressuposto que o estágio supervisionado é constituído pelas dinâmicas e tendências tanto das transformações no mundo do *trabalho*, como da *formação* profissional. Afinal, vivencia as contradições da política de educação em um país de capitalismo dependente. Nesse cenário, a nova fase da contrarreforma do Estado e da educação superior a qual estamos vivenciando opera uma dura ofensiva ultraneoliberal e conservadora à educação pública. Conforme sinalizou Lima (2019, p.16) de: “*aprofundamento da sua mercantilização e a busca do silenciamento do conhecimento crítico pela captura da subjetividade de professores e estudantes*”.

Se no período 2003/2016 vivenciamos um processo contrarrevolucionário conduzido pela política de coalizão de classes, em 2016, o Brasil entra em uma nova fase da contrarrevolução, conduzida pelas frações mais agressivas e conservadoras da burguesia, em sua luta por seus interesses particularistas, sob a direção do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e, em 2019, sob a condução do Partido Social Liberal (PSL) (LIMA, 2019, p. 20).

Trata-se de novos contornos da luta de classes no Brasil abertamente demarcados pelo avanço do ultraconservadorismo cujas frentes se materializam na crescente *superexploração* da força de trabalho, da permanência e aprofundamento da exportação de parte do excedente econômico para os centros imperialistas, mantendo os setores privados como prioridade e intensificando as desigualdades econômicas, políticas e sociais. Ora, o Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho não está imune a esse cenário.

Soma-se a essa conjuntura todos os impactos da pandemia<sup>3</sup> que vai implicar em um quadro grave para o Serviço Social brasileiro que já enfrenta pelo menos desde os anos 2000 diversos dilemas diante do avanço do neoliberalismo e do neoconservadorismo, do aumento do mercado de trabalho, mas de forma precarizada (MOTA; RODRIGUES, 2020). E a

<sup>3</sup> São muitas as pesquisas que demonstram o impacto da pandemia na realidade brasileira. Não temos espaço no presente ensaio para aprofundar tais cenários, nesse sentido indicamos os relatórios da Oxfam: <https://www.oxfam.org.br/noticias/um-novo-bilionario-surgiu-a-cada-26-horas-durante-a-pandemia-enquanto-a-desigualdade-contribuiu-para-a-morte-de-uma-pessoa-a-cada-quatro-segundos/>.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

expansão do ensino a distância com a precarização da formação profissional presencial que vão impactando decisivamente no avanço das diretrizes e de uma formação crítica.

Compreendemos o estágio como *um* dos momentos de aprendizado teórico-prático do trabalho profissional. Espaço propício para a síntese da compreensão dos fundamentos do serviço social – compreendido a partir dos três núcleos das diretrizes curriculares<sup>4</sup>.

A supervisão deve demonstrar como aciona os conteúdos dos três núcleos, no sentido de refletir com as/os discentes a realidade social, o trabalho profissional, seu fazer cotidiano, sua instrumentalidade e as dimensões do exercício profissional. Desse modo, garantindo a perspectiva de totalidade contida nesses núcleos de fundamentação, tendo a ética e a pesquisa como transversais e o trabalho e a questão social como eixos articuladores de todo processo formativo. Os estágios supervisionados são campos privilegiados em que essa unidade articulada deve se expressar, mas não o único (TEIXEIRA, 2019, p.88).

Nessa direção, não cabe aqui o reforço a determinadas compreensões de que o momento do estágio é o espaço propício para “aplicação da teoria na prática”. Ou mesmo, do entendimento do estágio como *treinamento tecnicista deslocado da formação intelectual e crítica*. Nessa esteira, o estágio vem sendo tratado como uma preparação de estudantes *apenas*<sup>5</sup> para a *operacionalização de políticas sociais focalizadas* o que não possibilita, minimamente, a construção de um perfil profissional que corresponda ao projeto ético político da profissão e não ao perfil da política social.

Afinal, conforme já destacou Guerra (2016), a concepção de estágio só pode ser explicada quando remetida a um projeto de profissão, logo, a um determinado perfil profissional. Por isso, “a disputa por essa concepção é mister, uma vez que ela demanda

<sup>4</sup> “A análise dos Fundamentos do Serviço Social como unidade articulada dos Núcleos de Fundamentação tem particularidades na formação e no trabalho e cabe aqui evidenciar cada uma delas. Um dos objetivos na formação é que a/o discente tenha a capacidade de apreender que tal unidade articulada se expressa como Fundamentos do Serviço Social, portanto, é o ponto de chegada ao final da formação profissional. Mas, no trabalho profissional tal unidade é o ponto de partida, sem a qual o trabalho profissional não ocorre sob a direção social crítica construída pela profissão. No trabalho profissional esta unidade articulada dos conteúdos dos Núcleos de Fundamentação se expressa como ponto de partida, pois todo exercício profissional cotidiano deve ser preme do percurso metodológico e do arsenal de categorias que sustentam a lógica das Diretrizes Curriculares, ou seja, da lógica crítico-dialética. A partir dessa análise sustenta-se a leitura da unidade dos Núcleos Fundamentação como Fundamentos do Serviço Social, pois ancora a formação e o trabalho profissional” (TEIXEIRA, 2019, p.83).

<sup>5</sup> Aqui destacamos o termo ‘apenas’ por compreendermos, conforme nos chamou atenção Vasconcelos (2015), que *um* dos papéis profissionais é a viabilização [ou não] do acesso aos direitos sociais. Afinal, quem garante ou não os direitos é o Estado capitalista. Contudo, essa não pode ser entendida como o único papel da profissão. Ver: Vasconcelos (2015).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

definições sobre: *que profissional se deseja formar e para que sociedade?*” (GUERRA, 2016, p. 101).

Por isso, a concepção de estágio que adotamos na presente reflexão está em consonância com a Política Nacional de Estágio (PNE) da ABEPSS e com a Política de Estágio do curso de Serviço Social da UFOP. Onde o estágio supervisionado:

Caracteriza-se pela atividade teórico-prática, efetivada por meio da inserção do (a) estudante nos espaços sócio-institucionais nos quais trabalham os (as) assistentes sociais, capacitando-o (a) nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o exercício profissional (ABEPSS, 2010, p. 14).

Nessa direção, o estágio apresenta como premissas:

Oportunizar ao (à) estudante o estabelecimento de relações mediatas entre os conhecimentos teórico-metodológicos e o trabalho profissional, a capacitação técnico operativa e o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão, bem como o reconhecimento do compromisso da ação profissional com as classes trabalhadoras, neste contexto político-econômico-cultural sob hegemonia do capital (ABEPSS, 2010, p. 14).

Portanto, conforme estamos apresentando, partimos do pressuposto que as condições de realização da supervisão dependem das condições de realização do trabalho profissional, das condições concretas da política social no país, e nesse sentido, das condições sob as quais a formação profissional se realiza. Nos termos de Guerra (2016, p. 103):

Assim, incide sobre a supervisão a conjugação de condições relativas ao mercado de trabalho e a formação profissional, ambos submetidos a alto nível de deterioração, o que, em algumas situações, pode vir a comprometer a realização do estágio supervisionado. Como pode ser, então, inferido, o estágio supervisionado *não pode ser dimensionado fora da imposição da própria realidade* e de suas tendências contemporâneas, de modo que não se pode fazer abstração dos condicionamentos impostos pelas condições nas quais o trabalho e a formação se realizam (grifos nossos).

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Por isso, são muitas as dificuldades que se apresentam cotidianamente ao processo de estágio supervisionado que dizem respeito a aspectos que vão desde a precarização do ensino superior, seus desdobramentos sobre a natureza didática pedagógica da disciplina de estágio supervisionado, da gestão da coordenação de estágio, até as mudanças no mundo do trabalho, que incidem diretamente sobre as condições de trabalho dos/as assistentes sociais supervisores/as. Em nosso caso, alteradas e agravadas profundamente desde o crime/rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG, em 2015. Identificadas pelo menos a partir de dois elementos: *a aumento das demandas nos serviços* e concomitantemente *a precarização das condições de trabalho*. Porém, conforme compete a essa mesa coordenada refletir, as dinâmicas particulares foram agravadas pela pandemia.

## **PANDEMIA E O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NA REGIÃO DOS INCONFIDENTES: APROXIMAÇÕES A EXPERIÊNCIA DA UFOP**

O curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto teve início em Março de 2009, resultado do contexto contraditório de expansão das universidades federais via o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). A primeira turma de estágio se constituiu em 2011. Desde então dois dilemas são parte da dinâmica do estágio: a) o reduzido número de profissionais – e nesse sentido de campos – no próprio município de Mariana (e Ouro Preto) para abarcar a demanda de estagiários; b) o segundo, frente à ausência de campos, a necessidade de expandirmos para os municípios vizinhos. Alguns semestres contaram com campos de estágio em oito municípios ‘vizinhos’, implicando assim em outros desafios, por exemplo, o transporte dos estagiários até os campos garantidos pela própria universidade. Além dos desafios para um acompanhamento mais próximo dos campos de estágio por parte dos supervisores acadêmicos<sup>6</sup> (HORST, 2022).

---

<sup>6</sup>“Conforme destacamos ao longo do texto, o estágio depende das condições da política de educação, das condições da universidade. E frente ao corte de recursos e da contrarreforma em curso, o mesmo também pode ser prejudicado. Somente em Março de 2019 foram cortados R\$ 29,582 bilhões do Orçamento Federal de 2019, desse montante, somente a educação perdeu R\$ 5,839 bilhões, cerca de 25% do previsto (ANDES, 2019). Além dos impactos na permanência dos estudantes e da tensão vivenciada em relação a continuidade ou não da garantia do transporte e do auxílio. Parte das/os estagiários sofreram diretamente o impacto ao não conseguirem dar continuidade ao estágio nos campos devido ao não pagamento do auxílio

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

O estágio curricular obrigatório é realizado no 6º, 7º e 8º período donde se encontram as Oficinas de Estágio. Conforme sabemos o estágio é *supervisionado* e deve ocorrer concomitante a inserção no campo e nas oficinas. A carga horária total é de 480 horas, distribuídas em 160 horas no campo de estágio por nível de estágio (I, II e III) e quatro horas semanais nas oficinas de estágio.

Uma das particularidades da região se dá pela dinâmica da mineração extrativista, particularmente pós-crime/rompimento da barragem que alterou a dinâmica e as condições de toda a população e nesse sentido do trabalho das/os assistentes sociais. Em balanço recente realizado a partir da experiência da Extensão junto às assistentes sociais de Mariana e Ouro Preto no Núcleo de Extensão e Estudos em Formação e Trabalho em Serviço Social (NEESFT/CNPq) algumas questões nos chamaram atenção em relação às condições de trabalho que, submetidas a lógica da crise do sistema do capital e do projeto contrarreformista do governo federal e estadual em curso, se somaram com as particularidades de um território atingido por barragens.

A precarização do trabalho profissional foi uma das questões mais apontadas pelas/os profissionais e isso tem se dado da seguinte forma nos últimos anos: sucateamento dos equipamentos da assistência social e saúde dos municípios; a descontinuidade da oferta dos serviços tem sido uma constante; a existência de vínculos de trabalho frágeis e diversificados (concursados, contratados, terceirizados, *quarteirizados*, etc.); há uma alta rotatividade nas equipes de trabalho; excesso de funções; sobrecarga de trabalho; adoecimento da equipe de trabalho; etc. (CARRARA; *et al*, 2019, p. 6).

Nessa direção, coadunamos com a idéia de Mascarenhas (2022), quando a autora reforça que a especificidade das expressões da “questão social” no território atingido pelo atual modelo de mineração estão circunscritas “na *alteração forçada do modo de vida da população atingida* – ainda que no *processo de consciência* da classe trabalhadora, certa parte defenda o monstro, por ser quem proporciona o emprego e o assalariamento; enquanto a outra

---

transporte por parte da universidade. Situação que foi alterada somente após a liberação dos recursos realizada pelo governo federal no final do ano de 2019” (HORST, 2022, s/p).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

o enfrenta, questionando a imposição da dependência econômica ou construindo outros modos de vida” (MASCARENHAS, 2022, não paginado).

A precarização generalizada, a redução de quadros profissionais, a sobrecarga de trabalho diante de um aumento substantivo das demandas<sup>7</sup>, apresenta dificuldades no cumprimento das exigências da supervisão de estágio e, conseqüentemente, a *qualidade dos campos*. Como o estágio não pode ser dimensionado fora da própria realidade consideramos que a pandemia *agravou* as profundas contradições existentes. Ou seja, se antes essas determinações já vinham confrontando a possibilidade do estágio se constituir como defendemos – na *pandemia* esses impasses se tornaram ainda mais visíveis, ampliando situações e dilemas concretamente.

No dia 17 de março de 2020, por meio da Resolução Cuni nº 2.337, a UFOP suspendeu as atividades presenciais de graduação, pós-graduação e extensão, bem como o funcionamento dos restaurantes universitários, bibliotecas, museus e cinema, além da realização de eventos institucionais. Nesse momento havia uma compreensão no curso de Serviço Social que a suspensão do estágio era a melhor medida – como indicava a ABEPSS. Não contávamos com os tensionamentos, como outras UFAS por parte de instituições, estagiários e supervisores. Esse cenário se alterou quando no segundo semestre de 2020 os campos de estágio remunerados exigiram o retorno das estagiárias. Tal exigência – quatro campos de estágio ao total – ocorreu concomitante ao início do Período Letivo Especial (PLE).

O retorno das atividades no formato remoto ocorreu inicialmente por meio do PLE, aprovado em 07/07/2020. As aulas iniciaram no dia 24 de agosto e encerraram em 17 de outubro. Cada estudante pode cursar até o limite de duas disciplinas, podendo ter o número ampliado com autorização do colegiado de curso. Tal experiência se aplicou apenas às disciplinas obrigatórias, eletivas e optativas onde cada curso teve autonomia para indicar o que seria ofertado. Os TCCs, estágios e outros componentes curriculares poderiam ocorrer a partir da manifestação do orientador e da coordenação do curso e estágio. Nesse caso,

<sup>7</sup>Demandas em relação a política de Saúde e Assistência Social cresceram 26% (MARQUES; PAES; FIÚZA, 2019). Desemprego também cresceu (PARANAÍBA, 2016). O aumento das demandas também pode ser observado em Brasil (2019).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

observando os aspectos didáticos, acadêmicos e relativos às orientações das autoridades sanitárias.

Momento que exigiu da coordenação de estágio e do coletivo do curso muita reflexão e debate sobre o possível retorno que, após muita reflexão e combinados, foram autorizados. Tal autorização foi resultado de um profundo diálogo com as supervisoras de campo, com as discentes estagiárias e com a própria UFOP – diante da necessidade de atualização dos contratos prevendo os riscos da pandemia, bem como o termo de responsabilidade. Além de partirmos da situação concreta das discentes que dependiam da bolsa do estágio, particularmente no momento que vivíamos, a condição era o retorno ou o encerramento dos contratos. Tal experiência foi toda realizada com base nos documentos que regem o estágio, conforme consta nos documentos do estágio (planos de estágio e relatórios semestrais), com proteção (kits EPI e rodízio nas equipes nos dias presenciais) e a garantia da supervisão direta – ainda que por meio remoto conforme orientou a nota do CFESS posteriormente.

A realidade do estágio se altera profundamente quando é aprovado o retorno total das atividades no formato *remoto*, com o início das aulas no dia 18 de janeiro de 2021, ocorrendo, assim, a retomada do semestre letivo de 2020, interrompido em março passado em função da pandemia do novo coronavírus. Trata-se desde então de semestres curtos de 15 semanas. O curso após longas reuniões e debates se posicionou pelo retorno do estágio supervisionado obrigatório em 2021, sempre levando em conta – após consulta – as condições e possibilidades das próprias supervisoras.

Tal decisão não foi algo tranquilo, inconsequente ou naturalizada por parte dos docentes. Sabíamos das condições do cenário pandêmico, das condições dos espaços de trabalho e dos riscos que nossas/os estagiárias/os correram. Mas nesse momento o próprio corpo discente já defendia coletivamente o retorno e nossa avaliação coletiva já previa o impacto para o curso futuramente – que já possui a histórica dificuldade de campos, caso represássemos apenas o retorno do estágio, principalmente porque todos os outros componentes curriculares retornariam.

Uma das primeiras estratégias foi então o mapeamento das condições éticas e técnicas de cada campo, das *condições objetivas e subjetivas*. *Consultando as supervisoras, construindo o panorama geral e socializando*. Já tínhamos então um cenário que possibilitava

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

alguns retornos presenciais, alguns remotos, entrada em campo de estágio I como também impossibilidades de vários campos de realização do estágio.

Dentro das normas do estágio reorganizamos o que seria possível para essas experiências como a *redução da carga horária*; incentivamos as *atividades complementares* desde que voltadas para a discussão do trabalho profissional para complementação das horas; *autorizamos a realização do estágio na cidade das/os discentes* desde que acompanhado pela coordenação de estágio no processo de abertura da vaga e pelo supervisor acadêmico. Realizamos *oficinas coletivas e rodas de conversas* com assistentes sociais discutindo as condições do trabalho. Mantivemos *reuniões mensais e quinzenais* da coordenação de estágio e do grupo envolvido direto na supervisão acadêmica.

De fato, conseguimos assegurar uma experiência em consonância com a nota do CFESS: “Supervisão de estágio em tempo de pandemia: reflexões e orientações político-normativas”, da qual recuperamos alguns destaques abaixo:

- 1) A organização da supervisão de estágio continua a se fazer sob a normalização da Resolução 533/2008 em vigor, que estabelece parâmetros para definição da supervisão direta. No contexto de isolamento físico, como mecanismo de bloqueio do contágio do vírus da Covid-19, não vemos porque não assegurar a supervisão direta, *ainda que se possa criar mecanismos de acompanhamento não presencial*.
- 2) Mantém-se a compreensão de que a supervisão de estágio em Serviço Social se configura na relação entre unidade acadêmica e instituição campo de estágio e, fundamentalmente, no diálogo e articulação entre supervisoras/es de campo, supervisoras/es acadêmicos e estudantes. Continua inalterada a necessidade de traçar um *plano de estágio*.
- 3) Readequação da Carga Horária diária de estágio.
- 4) Asseguradas tais condições, precisa ser avaliado por cada profissional, a partir das particularidades e singularidades vivenciadas, o quantitativo de estudantes por campo, na relação com a disponibilidade de assistentes sociais para o acompanhamento de estagiários (o parâmetro normativo é uma/um estudante para 10h de trabalho). (CFESS, 2021).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Desde o retorno o curso passou a cobrar a exigir da UFOP a vigência dos seguros com a particularidade da pandemia, vacinação das/os estagiários como prioridades – conforme ocorreu em Ouro Preto, por exemplo. E o direito ao auxílio transporte, já que o próprio sistema de carros da universidade não havia retornado. Além da exigência de ações voltadas para o acompanhamento psicossocial das/os estagiários que se agravou na pandemia.

Foi construída uma comissão de atividades complementares cuja experiência resultou no momento atual em uma atividade extensionista puxada pela coordenação e supervisora acadêmica, firmando a aproximação, diálogos com as profissionais na região. Cabe ressaltar que não foram poucos os dilemas, dificuldades, crises e contradições vivenciadas cujos casos particulares exigiram dedicação por parte dos sujeitos envolvidos para a tomada de decisões. Foi preciso amadurecer o entendimento que diante de combinados gerais muitas situações apresentavam particularidades antes nunca vivenciadas. Ou seja, num cenário adverso com situações tão particulares, foi preciso garantir a direção e concepção de estágio defendida por nossa profissão.

Conforme as pesquisas vêm demonstrando (CRESS, 2022), as condições de trabalho das/os assistentes sociais foram profundamente alteradas, com o agravamento da precarização do trabalho, das condições para sua realização. Durante a pandemia vivenciamos a profunda contradição entre a necessidade de se formar, portanto de realizar o estágio, e ao mesmo tempo de realizar a defesa da vida.

Desde então, e particularmente no tempo presente, se faz necessário pensar o momento pós-pandemia. Porque? Porque independente das estratégias que adotamos e vivenciamos a partir de cada curso precisamos somar forças para construir *unidade teórica e metodológica* bem como *ética política* para assegurar nossos valores e princípios, bem como a compreensão do estágio no *pós pandemia*. Ou seja, torna-se necessário e urgente a ampliação do diálogo aberto com as supervisoras, com as turmas de estágio e entre o corpo docente visando a defesa da direção social coletivamente construída.

Sendo assim, não podemos correr riscos de resumir o estágio a supervisão remota, pelo grupo de WhatsApp, apenas como espaço de cumprimento de tarefas administrativas. Precisamos fugir da responsabilização das assistentes sociais supervisoras de campo pelas contradições vivenciadas nesse tempo histórico. Cursos, leituras, atividades complementares

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

não podem tomar o lugar do estágio, como carga horária central. As dinâmicas vivenciadas durante a pandemia não podem ser *naturalizadas* com riscos de aprofundarmos experiências que prejudicam a formação e que já enfrentávamos anteriormente, como não realização de supervisão, estágio sem planejamento, como reunião, sem preparo. Assim como amadurecemos coletivamente na UFOP é preciso bater na tecla que se tratou de uma *experiência particular, temporária, de uma excepcionalidade*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*É preciso Reconhecer que a história é tempo de possibilidade e não de determinismo, que o futuro, permita-se-me reiterar, é problemático e não inexorável (Paulo Freire).*

A pandemia alterou profundamente a dinâmica da vida e nesse sentido, parte dos campos sócio-ocupacionais que ofertavam estágio e as aulas foram suspensas, impactando no estágio supervisionado que já vivenciava contradições fruto das dinâmicas do trabalho profissional, bem como da precarização da formação profissional. Finalizamos as reflexões elaboradas neste ensaio destacando que independente das experiências individuais de cada curso – como algumas aproximações a realidade da UFOP – é preciso construir estratégias coletivas para esse momento de transição e pós-pandemia.

Ou seja, mais do que nunca será preciso articulação e lutas coletivas entre CRESS, CFESS, ABEPSS, UFAs, sujeitos envolvidos no processo do estágio. A ampliação dos fóruns de estágio e até mesmo a construção de novas frentes como um Observatório Mineiro de Estágio Supervisionado em Serviço Social para o fortalecimento do estágio supervisionado e da formação profissional crítica.

Consideramos que nunca é demais batermos na tecla que a *supervisão direta acadêmica e de campo precisa continuar demarcando a excepcionalidade desse momento, com vistas a não naturalizarmos uma experiência como normal, proveitosa, valiosa e colocar em xeque nossa direção*. Por isso a Defesa dos nossos fundamentos e princípios. Afinal:

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Considerando a indissociabilidade entre exercício e formação profissional é que a supervisão de estágio precisa ser pensada, pois a inserção do estudante nos campos de atuação requer acompanhamento sistemático. A supervisão de estágio (acadêmica e de campo), quando qualificada, possibilita ao estudante a construção de mediações teórico-práticas para desenvolver habilidades e competências capazes de construir uma análise dos processos sociais, da complexidade da realidade social, das demandas que se interpõe no cotidiano de trabalho do assistente social, assim como das requisições e ações profissionais (PORTES, 2020, p.2).

É preciso acompanhamento juntos aos profissionais formados nesse tempo histórico. As UFAS precisam puxar frentes de educação permanente, particularmente para *capacitar esses profissionais para supervisionar*. Esse processo já era um dilema e nos parece que se agravou. Conforme sinalizaram Ramos e Abreu (2016, p. 284): “uma polêmica a ser enfrentada trata da falta de preparo dos profissionais para exercer a supervisão, em especial nos campos nos quais se reflete o perfil dos profissionais advindos desse processo de aligeiramento do ensino superior”. Na área de abrangência da região dos Inconfidentes, tal demanda vem sendo expressa pelas supervisoras de campo fortemente nos últimos semestres, colocando-se como um desafio para o curso. Por isso, é imperioso pensar o oferecimento de cursos e oficinas de educação permanente desses profissionais. Nos termos de Guerra (2016, p. 120) é preciso ter claro: “Quem forma os supervisores? De que formação ele necessita?”.

Pela conjuntura informada pelas UFAS e particularmente acompanhada na UFOP outro dilema que se agravou foi a **ausência de campos diante da pandemia** – que ainda não se encerrou. Coletivamente o curso de Serviço Social da UFOP avalia como acertada a decisão do retorno, justamente porque o quadro atual para preenchimento das vagas é desafiador.

Tal fato é revelador como sabemos de diversas determinações que precisam ser trabalhadas, enfrentadas, como por exemplo: a precarização do trabalho, o afastamento da academia da realidade do exercício profissional, etc. É preciso lembrar que as condições de acompanhamento do exercício profissional foram modificadas e exigem novas pesquisas, novos aprofundamentos e antecipação de novas tendências que pretendem permanecer. Portanto, pesquisas, o debate nos núcleos, o próprio processo de supervisão deve ser capaz de

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

realizar essa aproximação e qualificar o debate sobre as novas realidades. Realizar atividades de formação complementar, restabelecendo os vínculos perdidos entre nós.

No âmbito das UFAS ainda há uma luta a se realizar contra a precarização do ensino – como demandas já apresentada pelo ensino híbrido, pelo trabalho remoto, por semestres reduzidos etc. Além da luta pela permanência de nossos discentes por meio da vivência e recursos para ensino-pesquisa-extensão, pelo financiamento da assistência estudantil, pelo retorno com qualidade e segurança dos restaurantes universitários, o desenvolvimento de plataformas públicas de acesso à internet, os laboratórios, as bibliotecas e todo o conjunto que faz uma instituição ser uma universidade.

Se compreendermos que a experiência do estágio não fica imune a realidade vivenciada pelas profissionais bem como pelos discentes é preciso mais do que nunca reafirmar a velha defesa pela educação pública, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada, laica, universal, antipatriarcal, antissexista, anticapacitista e antirracista.

A defesa do ensino presencial como forma hegemônica de modalidade de ensino que possa garantir, entre outros, a interação social real. A rejeição a qualquer forma de ações excludentes de discentes. Pela prioridade sempre de defesa da vida e da ciência comprometida com a vida.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. **Lei de diretrizes curriculares**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.

CARRARA, V. A; TOMAZ, C. S; HORST, C. H. M.; *et al.* Uma reflexão sobre a realidade do trabalho das/os assistentes sociais da microrregião dos inconfidentes. **Anais do 16º CBAS – 40 anos da virada do Serviço Social**. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Supervisão de estágio em tempo de pandemia: reflexões e orientações político-normativas**. 2021.

<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS2021-SupervisaoEstagioTempoPandemia.pdf>.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DE MINAS GERAIS. **O trabalho de assistentes sociais mineiras e mineiros durante a pandemia**. 2022. <https://cress-mg.org.br/wp-content/uploads/2022/02/DOC-ESPECIAL--COFI--FEV21.pdf>.

GUERRA, Y. O estágio supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática: o perfil do profissional em disputa. In: SANTOS, C. M; LEWGOY, A. M; ABREU, M. H. E. **A supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

HORST, C. H. M. Reflexões sobre o estágio supervisionado em serviço social na região dos inconfidentes. In: CARRARA, V. A; HORST, C. H. M. **“Questão Social”, Mineração e Serviço Social: reflexões a partir da região dos inconfidentes**. 2022, no prelo.

LIMA, K. Universidade pública e contrarrevolução: da “travessia de uma ponte” ao caminho da prosperidade”. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro – 2º semestre de 2019 – n.44, v. 17, p.15-32.

MÉSZAROS, I. **Para além do Capital**. Boitempo Editorial. 2002.

PORTES, Melissa. Ferreira. **A natureza pedagógica da supervisão de estágio em Serviço Social: o que significa e como se expressa no cotidiano**. 2020.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

RAMOS, S. R; ABREU, M. H. E. O estágio supervisionado e a formação profissional em Serviço Social. In: MOTA, A. E; AMARAL, A. (orgs.). **Cenários, Contradições e Pelejas do Serviço Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

*Raquel Mota Mascarenhas*. **DUAS FACES DO MESMO MONSTRO**. In: CARRARA, V. A; HORST, C. H. M. “**Questão Social**”, **Mineração e Serviço Social**: reflexões a partir da região dos inconfidentes. 2022, no prelo.

TEIXEIRA, R. J. **Fundamentos do serviço social**: uma análise a partir da unidade dos núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares da ABEPSS. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

VASCONCELOS, A. M. **A/O Assistente Social na Luta de Classes** – Projeto Profissional e Mediações Teórico-Práticas. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral

Eixo Temático - Gênero, Raça e Classe: Convergências na Produção e Reprodução das  
Desigualdades

## **GÊNERO, PARENTALIDADE E CONTROLE REPRODUTIVO NO BRASIL**

**GENDER, PARENTALITY AND REPRODUCTIVE CONTROL IN BRAZIL**

Romilda Sergia de Oliveira<sup>1</sup>

**RESUMO:** O processo de reprodução assistida, a partir do avanço de novas tecnologias, possibilitou o debate sobre as transformações nas diversas formas de concepção de família e parentalidade. Questões sobre gênero e relações de poder são pautadas para compreender essas transformações, bem como, possibilitam analisar a reprodução a partir da possibilidade da construção de uma família e parentesco, que diferente do modelo tradicional heteronormativo. Assim, o que se observa na prática que reprodução assistida, no Brasil, acaba gerando uma série de obstáculos dificultando que casais homoafetivos e mulheres trans sejam beneficiados com a técnica de reprodução.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero; Parental idade; Reprodução Assistida

**ABSTRACT:** The process of assisted reproduction, based on the advancement of new technologies, made possible the debate on the transformations in the different forms of family conception and parenting. Questions about gender and power relations are guided to understand these transformations, as well as make it possible to analyze reproduction from the possibility of building a family and kinship, which is different from the traditional heteronormative model. Thus, what is observed in the practice of assisted reproduction, in Brazil, ends up generating a series of obstacles that make it difficult for homosexual couples and trans women to benefit from the reproduction technique.

**KEYWORDS:** Gender; Parental age; Assisted reproduction

---

<sup>1</sup>Doutoranda em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Psicóloga e Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Docente efetiva do Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Coordenadora do Núcleo de Estudos Espaço Feminino (NEFE) da Unimontes, vinculado ao CNPq. E-mail: romilda.oliveira@unimontes.br

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## INTRODUÇÃO

A proposta deste ensaio consiste em compreender questões das relações de gênero, do conceito de parentalidade, sexualidade e do controle reprodutivo exercido pelo estado brasileiro. O artigo não tem a pretensão de esgotar a bibliografia sobre a temática, até mesmo em razão do objetivo do estudo. Buscou-se apenas analisar textos que abordam o cenário atual e que dialogam com avanços e desafios enfrentados na sociedade brasileira. Para isso utilizou-se como referência principal os autores Butler (2016), Foucault (1999, 2012), Scott (1988) e Trujillo (2016).

O artigo está estruturado em três eixos centrais. Primeiramente, é apresentado o conceito de gênero, procurando compreender como ele se configura a partir das relações de poder. Em um segundo momento, apresentam-se duas propostas de debates a partir da noção de gênero que é parentalidade e o controle dos corpos. Por fim, como conclusão é realizada uma análise como esses conceitos se correlacionam e influenciam no avanço de políticas voltadas para a reprodução na sociedade brasileira.

## GÊNERO E RELAÇÕES DE PODER

A palavra gênero traz consigo um arcabouço de significados que foram construídos ao longo da história. Para este ensaio serão elencados alguns desses significados, que dialogam com a perspectiva da compreensão de homem/mulher a partir das relações de poder estabelecidas na sociedade. A autora Scott (1988) faz um levantamento histórico sobre o uso do termo e destaca que, ele aparece, a partir das feministas americanas, que para tratar de questões de gênero buscaram enfatizar “o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, 1988, p. 72). O objetivo era produzir uma noção relacional da feminilidade, e, que os estudos sobre o tema só poderiam ser compreendidos a partir da relação entre homens e mulheres. Ao conceber as relações de gênero a partir de uma construção social do feminino e do masculino, significa compreender o conceito a partir da sociedade, e identifica-lo como parte de um contexto político e social.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Nesta direção, Butler (2007) afirma que a teoria feminista assume que, a identidade, compreendida a partir da categoria mulheres, traz em sua narrativa os interesses e objetivos feministas, bem como, torna-se o sujeito que busca a representação política. Contudo, a autora ressalta que “representação política” são termos que trazem divergências de opiniões. A representação funciona como um termo operativo, dentro de um procedimento político que busca ampliar a visibilidade e a legitimidade das mulheres como sujeitos políticos, e, por outro a representação é a função normativa de linguagem que mostra ou distorce o que se considera verdadeiro sobre a categoria de mulheres. Butler (2007), na verdade, defende que a representação deixe de ser um ponto de partida, ou considerado um problema central do movimento feminista, não porque não persistam sempre efeitos de representação, e sim para limitar a sua força excludente. Ressalta-se que a representatividade de gênero está muitas vezes vinculada à categoria das mulheres, e, que outras formas de representação do feminino acabam sendo excluídas de pautas políticas estabelecidas pelo movimento feminista.

Lamm (2017), também, afirma que muitas concepções de gênero ocidentais estão centradas na concepção binária de sexo, que estão pautadas na ideia de masculino-feminino. Para a autora embora sexo apareça muitas vezes vinculado à questão biológica, pode-se afirmar que assim como gênero, ele também, trata-se de uma construção social.

As dimensões organizadoras de gênero perpassam pelas relações de poder que promovem e reforçam uma assimetria de gênero, respaldada pelas relações entre seus pares, principalmente, referendada pela lógica heteronormativa.

O poder pode ser encontrado em todas as esferas da sociedade e manifesta-se em várias dimensões seja privada ou pública, no campo do direito ou no campo da verdade. Para se compreender melhor as relações de poder, será utilizado o do pensamento foucaultiano, que estabelece duas vertentes o “poder de morte e de vida” e “produção do discurso da verdade”. Foucault (2012, p. 129) afirma que a partir do século XVIII, o poder de morte se tornou um “complemento de um poder que se exerce, positivamente, sobre a vida, que empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício, sobre ela, de controles precisos e regulações de conjunto”. Portanto, como afirma o autor, o que passa a ser exercido é o *dever* de causar a vida. Aqui se observa que Foucault estabelece duas formas as quais foram desenvolvidas, a partir do século XVII, sobre o “dever de causar a vida”. A primeira delas

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

consiste em compreender o corpo como máquina, que através de processos de poder e de “disciplina” tinham como objetivo o adestramento, na busca pela ampliação das aptidões, na extorsão de suas forças e, focava na sua utilidade e docilidade. O autor ressalta que muitas instituições utilizavam os processos disciplinares, entre eles conventos, exércitos, dentre outros, e, a disciplina somente ganha contornos de dominação entre os séculos XVII e XVIII. A segunda forma, proposta pelo autor, para compreender o “dever de causar a vida”, se configura a partir da metade do século XVIII e teve foco objetivo central o “corpo-espécie” ou como afirma Foucault (2012, p. 130)

corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população.

Para Foucault (2012), a diferença entre biopoder e o poder soberano, demarcado por deixar morrer e deixar viver, está relacionado a um poder regulamentador que intervém com o objetivo de deixar viver, prolongando o tempo de vida dos indivíduos da sociedade, ou maximizando outras variáveis diferentes da temporal como: a produtividade, a saúde ou a capacidade reprodutiva, entre outras. A biopolítica, portanto, não substitui a técnica disciplinar, mas a incorpora e de certa forma implanta-se nela, assim a organização do poder sobre a vida, se desenvolveu, segundo a teoria foucaultiana. A partir da disciplina do corpo e da regulação da população. O objetivo não é mais matar, mas investir sobre a vida.

Em relação ao “discurso da verdade”, Foucault (1999, p.29) afirma que em qualquer sociedade várias relações de poder configuram o campo social. Elas não se estabelecem sem uma produção do discurso verdadeiro. O autor considera que não há um discurso de poder sem o funcionamento do discurso verdadeiro existindo uma relação particular entre poder, direito e verdade.

para assinalar simplesmente, não o próprio mecanismo da relação entre poder, direito e verdade, mas a intensidade da relação e sua constância, digamos isto: somos forçados a produzir a verdade pelo poder que exige essa verdade e que necessita dela para funcionar, temos de dizer a verdade, somos coagidos, somos condenados a confessar a verdade ou encontrá-la. (Foucault, 1999, p. 29)

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

A produção de conhecimento, considerada como “verdade” sobre o gênero está no cerne da questão sobre as relações de poder articulado na sociedade. A compreensão de gênero a partir das relações de poder não é recente na história dos movimentos. Joan Scott, em 1988, já afirmava que “o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (SCOTT, 1990, p. 88). A asseveração da autora, embora esteja vinculada a estudos sobre os movimentos feministas estadunidenses, possibilita a compreensão sobre as relações sociais, que estão respaldadas na diferença entre os sexos, determinando diferenças e respaldando os vários níveis de opressão.

A autora considera que para compreender a categoria de gênero é necessário considerar o sentido do sujeito individual, bem como da organização social, sem deixar de considerar a natureza das suas inter-relações. Para Scott (1988, p. 86)

ambos são cruciais para compreender como funciona o gênero, como ocorre a mudança. Finalmente, é preciso substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado por algo como o conceito de poder de Michel Foucault, entendido como constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em "campos de força" sociais.

Para ampliar a perspectiva das relações de poder e gênero, ressalta-se o debate realizado por Haraway (1944) no seu ensaio “Manifesto Ciborgue – ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX”, que a partir de diálogos da autora com o feminismo norte-americano, com ênfase no feminismo negro e latino, propõe refletir sobre a influência da ciência e tecnologia nas relações sociais. Ao fazer alusão à metáfora do “ciborgue”, que configura um ser metade máquina e metade organismo, como uma crítica a antigas narrativas dos movimentos feministas, a autora propõe uma nova forma de pensar que não estivesse caracterizada por um estatuto de feminino ou masculino, mas uma proposta de configuração híbrida, que se desprendesse na concepção binária. Como afirma Haraway (2009 p. 39), a narrativa não está constituído através da polaridade

(...) com o ciborgue, a natureza e a cultura são reestruturadas: uma não pode mais ser o objeto de apropriação ou de incorporação pela outra. Em um mundo de ciborgues, as relações para se construir totalidades, a partir das respectivas partes, incluindo as da polaridade e da dominação hierárquica, são questionadas.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Haraway (2009) propõe repensar a questão de raça, gênero, sexualidade e tecnociência a partir de novas configurações de sentidos de sujeitos, levando em consideração à mudança de formas de poder que emergiu com a tecnologia, tornando-se um sistema de dominação baseado na esfera da informática global. A autora ressalta que os dualismos configurados entre mente/corpo, animal/máquina, idealismo/materialismos seriam desfeitos para dar lugar a conceitos e narrativas mais fluídas, que se contrapõe a rigidez anteriormente apresentada pela lógica binária dos corpos. A metáfora “ciborgue” permite compreender a “construção” simbólica dos corpos, contrapondo com a narrativa de naturalização e, viabilizando novas possibilidades políticas a favor da diversidade de gênero.

Assim, emerge a possibilidade de pensar a parentalidade, para além de uma “verdade” do campo conceitual, mas a partir das relações que transgridam as fronteiras de gênero, que apontam para narrativas de subjetividade e diversidade em relação ao conceito de família.

## **PARENTALIDADE E CONTROLE DOS COPOS.**

Para Trujillo (2016), as questões relacionadas a temas como sexualidade, reprodução e parentesco ficam sob o escrutínio da Igreja Católica, do discurso médico, jurídico e com forte influência da mídia. Inclusive,

uma das demandas históricas do movimento feminista tem sido justamente a separação das esferas da sexualidade e da reprodução, reivindicando prazer e controle pelas mulheres de seus próprios corpos e vidas (pensemos no acesso a métodos contraceptivos, aborto livre, legitimidade de outras opções sexuais que não a norma heterossexual, acesso a técnicas de reprodução assistida, etc.) (TRUJILLO, 2016, p. 62, tradução própria).

Se por um lado, países da América Latina como o Uruguai, Cuba, Guiana, Argentina e, mais recentemente a Colômbia, avançam no debate da descriminalização e legalização do direito ao aborto, por outro lado, no Brasil esta questão fica por conta de interesses conservadores. Em vários momentos distintos transitamno parlamento pautas consideradas conservadoras, que buscam legislar sobre os copos e a sobre a própria concepção de família. Em 2013, por exemplo, transitou na Camara dos Deputados o Projeto de Lei nº 6.583,

conhecido como o “Estatuto da Família”, que se propõe “insituir a ‘Semana Nacional de valorização da família’, que integrará o calendário oficial do país”. A poposta foi elaborada e apresentada pelo Deputado Anderson Ferreira do Rodrigues<sup>2</sup> representante do Partido Liberal (PL). A princípio o Projeto de Lei, que busca insituir uma data comemorativa, torna-se emblemático, pois o que se observa é uma defesa de um modelo familiar pautado em uma compreensão de um relacionamento heteronormativo (homem-mulher), excluindo todas as outras formas familiares, principalmente as compostas por pessoas do mesmo sexo.

Embora o projeto seja antigo, ele ainda encontra-se em trâmite na Câmara dos Deputados e, principalmente, respaldados pela própria Constituição Federal de 1988, que traz um rol exemplificativo de modelo familiar.

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio.

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

Apesar de não excluir a possibilidade de outros modelos de família, a narrativa explícita no Art. 26 reforça as uniões a partir do princípio cisgênero, binário e heteronarmativo.

Outro projeto, que transitou na Câmara dos Deputados, é o de Emenda Consitucional (PEC) 181-A/15, que foi incorporado à PEC 0058/11, com o obetivo de ampliar a licença maternidade, para o caso de mães de bebes prematuros. Se por um lado, a proposta busca melhorar a qualidade de vida do recém-nascido, com um maior tempo da presença da mãe

---

<sup>2</sup>Anderson Ferreira se apresenta como cristão evangélico e membro da Igreja Assembleia de Deus. Desde 2017 é prefeito da cidade de Joaboatão dos Guararapes, que é um município do estado de Pernambuco. Foi Deputado Federal no período de 2011-2014 e reeleito para o mandato no 2014-2018, no qual exerceu somente dois anos.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

com seu filho/a, verifica-se um pensamento que consolida o posicionamento patriarcal, pois retrata no enunciado a importância da presença materna para o bom desenvolvimento do bebê. E, em nenhum momento é estabelecido a presença paterna neste momento. O conteúdo “PEC181-A/15” já foi debatido, anteriormente, pela própria autora deste artigo que expõe

a questão central da crítica à PEC 181-A/15 ocorre a partir das propostas de alterações dos artigos 1º e 5º, a pedido do Deputado Federal Jorge Tadeu Mudalem (DEM/SP), que estenderiam ao momento da concepção o princípio da proteção à dignidade e à inviolabilidade da vida. Neste caso a ementa proposta à PEC 181-A/15 suscitou a discussão sobre a proibição do aborto, desviando de sua ideia original de extensão da licença à maternidade; por isso, se transformou num Cavalinho de Tróia (OLIVEIRA, R. S.; TEORODORO, L. C., 2018, p. 19).

O texto proposto, pela PEC 181-A/15 tornou-se um Cavalinho de Tróia, pois sua interpretação insere a ilegalidade de qualquer tipo de aborto, mesmo os que são considerados legais ou permitidos sendo eles: a) os terapêuticos, que visam salvar a vida das gestantes, ou que visam impedir riscos à sua saúde, como nos casos de gravidez anormal; b) eugenésico ou eugênico, que constitui na interrupção da gravidez em caso de vida extra-uterina inviável e; c) aborto sentimental que está vinculado aos casos de estupro. Durante o período que tramitou vários debates na sociedade foram realizados, houve muita polarização, principalmente relacionado à questão da vida, e novamente as relações de poder foram colocadas à prova a partir de discursos que disputavam a “verdade” sobre a vida e os direitos das mulheres. A PEC 181-A/15 foi arquivada no ano de 2019.

O que existe em comum entre o PL 6583/13 e PEC 181-A/15 é a narrativa sobre os enunciados do conceito de família, a partir de uma noção de verdade biológica, heteronormativa e patriarcal, respaldada por uma construção social de definição de gênero. Assim, constata-se que a instituição política, a partir do legislativo, versa sobre estratégias de controle dos corpos e das sexualidades. Como afirma Butler (2016, p. 221), a sexualidade

deve se prestar às relações reprodutivas e que o casamento, que confere estatuto legal à forma da família, ou, antes, é concebido de modo a dever assegurar essa instituição, conferindo-lhe esse estatuto legal, deve permanecer como o fulcro que mantém essas instituições em equilíbrio.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

O que versa sobre as narrativas apresentadas sobre o conceito de família, bem como, a tentativa de dificultar a discriminação e legalização do aborto, demonstra um impacto velado, no que se refere a ponderar sobre a questão da reprodução assistida, entre casais denominados a partir de alianças legais de filiação, deixando de fora aqueles que apresentam outras formas de relacionamentos alternativos. O que exemplifica o poder sobre os corpos, salientado por Foucault, referendado a partir da reprodução dos sujeitos.

Butler (2016) explana sobre a perspectiva do casamento gay, ou como ela denomina alianças legais de filiação que deflagram as diversas formas de práticas sexuais. A autora afirma que aqueles pares que se casariam, caso lhes fosse permitido, são considerados como “presentemente ilegítimo”, contudo podem futuramente se legitimizar. Contudo, os pares que estão fora do vínculo de casamento e tem uma forma de relacionamento alternativa reconhecida, mesmo que ilegítima, são possibilidades sexuais, que a partir da lógica do casamento jamais serão legitimadas.

Para esses casais, que diante da interpelação de constituírem uma família, a partir da paternidade e/ou maternidade deparam-se com a questão imanente do discurso de controle da sexualidade e dos corpos dos sujeitos. A reprodução deixa de ser da esfera do indivíduo, para tornar-se uma questão a ser regida pela sociedade.

Em 2019, o Brasil, segundo a Rede Latino-Americana de Reprodução Assistida (REDLARA), liderou a fertilização *in vitro*, fertilização artificial e transferência de embriões. Ao longo de 25 anos foram 83 mil crianças que nasceram através da reprodução assistida, sendo que 40% dos centros de reprodução do mundo situam-se no país. Apesar disso, no Brasil, não há uma legislação que regulamenta a reprodução assistida, ela é referendada pelo Conselho Federal de Medicina através da Resolução nº 2.294/2021 e pela Lei nº 11.105/05, conhecida como Lei de Biossegurança.

A falta de uma regulamentação específica sobre a reprodução assistida cria precedentes que dificultam e até obstruem o direito de pessoas homossexuais ao acesso a essa técnica. Existe um precedente que estabelece a possibilidade de objeção de consciência médica que está referendado a partir do Conselho Federal de Medicina (CFM), o médico pode se opor a realizar a reprodução assistida, respaldado em sua autonomia e valores pessoais (MASCARENHAS et al, 2021). O direito de autonomia está descrito no Código de Ética

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Médica (CEM), conforme descrito no inciso IX do capítulo II do CEM “recusar-se a realizar atos médicos que, embora permitidos por lei, sejam contrários aos ditames de sua consciência”. O CEM considera que consciência está referendado por questões de fórum íntimo, moral ou religioso.

Ora, a recusa de um médico, não influencia na busca outro profissional, que realize o procedimento desejado, no entanto vale ressaltar, que existe a possibilidade de ausência de outro profissional disponível, bem como uma nova recusa pelo novo profissional. O que leva a refletir sobre uma hegemonia médica, que perpetua narrativas patriarcais e heteronormativas no que se refere à reprodução assistida.

Mascarenhas, et all (2021) ressalta que há pouca referência do CFM sobre a recusa por consciência, contudo vê-se ampla manifestação em defesa do direito a partir dos Conselhos Regionais de Medicina (CRM). A autora afirma ainda que apesar da reprodução humana assistida ser tratada em resoluções do CFM, desde 1992, foi a partir de 2013, que ele passou a incluir de forma expressa a objeção de consciência, quando se tratar de casais homossexuais ou de pessoas solteiras. Já em 2020 o CFM retira o dispositivo que tratava sobre a objeção de consciência, contudo não estabelece nenhum tratamento adequado à questão.

A autora ressalta ainda a confusão que a resolução nº 2.294 de 2021, traz no que se refere ao debate de sexualidade e afetividade quando dispõe no Art 1, inciso II, item 2 “É permitido o uso das técnicas de RA para heterossexuais, homoafetivos e transgêneros”. O fato da inserção da permissão das técnicas abrangendo a diversidade de gênero, ainda permanece o direito de recusa baseado na questão da consciência, ou seja, escusa de consciência subjetiva. (MASCARENHAS, et all, 2021).

A reprodução assistida contribui para a reflexão sobre a questão do parentesco para além da noção consanguínea heterossexual. Segundo Trujillo (2016), foi a partir de 1998, com a mudança nas narrativas dos movimentos que pregaram a igualdade de cidadania e de direitos humanos, foi possível estabelecer que lésbicas e gays sejam sujeitos de direitos, portanto o casamento, para além de necessário, estava vinculado à perspectivada da igualdade e justiça.

## CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

O debate de gênero é alvo de muitos estudos, teorias e ensaios, contudo, observa-se que as relações de poder são um denominador comum entre vários estudiosos como Scott (1988), Foucault (1999, 2012), Butler (2016), dentre outros. Poder este, que através de opressões controla e determina a forma do indivíduo ser e estar no mundo, a partir de uma construção social, determinada como natural.

Gênero, portanto, é a categoria de análise que possibilita o debate sobre a perspectiva da vida a partir da perspectiva biológica, social e de poder. Ao compreender a concepção da vida como uma possibilidade vinculada às mulheres reforça as “amarras”, que existem culturalmente que estabelecem padrões de comportamentos para a maternagem. Padrões estes que são intrinsecamente ligados ao modelo de família tradicional, configurada pelo modelo heteronormativo.

O tema da reprodução humana assistida, como não poderia deixar de ser, é atravessada pela lógica do poder sobre a sexualidade e parentalidade. Além disso, é alvo de muitas críticas, principalmente, de instituições religiosas. Vale ressaltar que o Brasil, é um país laico, portanto deveria assegurar o acesso às técnicas possíveis, para que as pessoas possam realizar reprodução assistida. Contudo, o que se observa é um direito que acaba obstaculizado por valores conservadores, religiosos e preconceituosos de profissionais que deveriam preservar pela isonomia médica.

Gênero, portanto, torna-se a categoria de análise importante para compreender a reprodução assistida no Brasil, pois ela perpetua, no país, uma reprodução vinculada ao modelo tradicional de família, dificultando o processo para casais homossexuais e mulheres trans.

Observa-se que o Brasil, desde o golpe da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, vive uma nova ascensão do conservadorismo, o que dificulta qualquer agenda de debates políticos sobre gênero, e, tudo que se refere à sexualidade. Nesse sentido, a reprodução está sob o escrutínio de ataques preconceituosos, conservadores, que se fundamentam em uma moral religiosa em defesa de um estereótipo de “família tradicional brasileira”.

Destaca-se que os movimentos sociais, grupos de pesquisas das universidades, representações coletivas que debatem as questões de gênero estão sob constantes ataques, pois a liberdade dos corpos afeta diretamente a sociedade, que insiste em manter o controle sobre

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

os corpos. Um desafio para um país que se encontra entre a lógica conservadora, o desmonte de direitos e políticas públicas, bem como a liberdade de expressão.

## BIBLIOGRAFIA

BUTLER, Judith. **El gênero em disputa**. Barcelona: Paidós, 2007. p.46.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual?. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 21, p. 219–260, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644619>. Acesso em: 8 fev. 2022.

CFM – Conselho Federal de Medicina. **RESOLUÇÃO Nº 2.168, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017**. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19405123/do1-2017-11-10-resolucao-n-2-168-de-21-de-setembro-de-2017-19405026](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19405123/do1-2017-11-10-resolucao-n-2-168-de-21-de-setembro-de-2017-19405026). Acesso em 17 de Fev. de 2022.

CFM – Conselho Federal de Medicina. **RESOLUÇÃO Nº 2.294, DE 27 DE MAIO DE 2021**. Disponível em: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cfm-n-2.294-de-27-de-maio-de-2021-325671317>. Acesso em 18 de Fev. de 2022.

Foucault, Michel, "Direito de morte e poder sobre a vida". Em **História da sexualidade, vol. I, A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p. 125 - 149.

\_\_\_\_\_, "Aula de 17 de março", **Em defesa da sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 285 –315.

HARAWAY, Donna J., "A Cyborg manifesto: science, technology, and socialist-feminism in the late twentieth century" In: **Simians, cyborgs, and women: the reinvention of nature**, New York, Routledge, 1991 (Trad. Bras. Tomaz Tadeu. In: HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari & TADEU, Tomaz, *Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano*, Belo Horizonte, Autêntica, 2009, 2ª ed.)

MASCARENHAS, Igorde Lucena.; COSTA, Ana Paula Correia de Albuquerque da; MATOS, Ana Carla Harmatiuk. Direito médico à objeção de consciência e a recusa em realizar procedimentos de reprodução assistida em casais homossexuais: a discriminação travestida de direito. **civilistica.com**, v. 10, n. 2, p. 1-24, 19 set. 2021.

OLIVEIRA, Romilda Sergiade; TEODORO, Luiz Claudio de Almeida (2019). Análise da PEC 181: controle do corpo feminino e o direito reprodutivo. **Caderno Espaço Feminino**, 31(2). <https://doi.org/10.14393/CEF-v31n2-2018-1>

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Pérez Navarro, Pablo, ¿Es la reproducción siempre ya heterosexual?, **ENCRUCIJADAS**.  
Revista Crítica de Ciências Sociais, v.17, 2019, r. 1702

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

Trujillo, Gracia. Mi cuerpo es mío: parentalidades y reproducción no heterosexuales.  
**VientoSur**, n. 146, Jun. de 2016, p. 61-68.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral

Eixo Temático - Gênero, Raça e Classe: Convergências na Produção e Reprodução das  
Desigualdades

**MULTICULTURALISMO: SIGNOS E SIGNIFICADOS NA BUSCA PELA  
GARANTIA DA SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES E RESPEITO À  
DIVERSIDADE E À DIFERENÇA.**

Maria Railma Alves<sup>1</sup>

**RESUMO:** O multiculturalismo crítico ou revolucionário tem sido acionado como instrumento da garantia de uma agenda política transformadora e que visa buscar o reconhecimento e os meios pelos quais “as representações de raça, etnicidade, classe, gênero, etc., são compreendidas como resultado de lutas sociais maiores, por signos e significados”(RYOO & MCLAREN, 2010, p.18). Nessa direção, o artigo intitulado de Multiculturalismo: signos e significados na busca pela garantia das desigualdades e respeito à diversidade e à diferença têm como objetivos refletir sobre o conceito de Multiculturalismo e suas representações na vida cotidiana e identificar qual o lugar o tema da raça tem ocupado nessa dinâmica. Mas não é apenas sobre o conceito de Multiculturalismo que se propõe aqui refletir. É, também, sobre os seus efeitos, na vida prática ou no mundo empírico, demarcados pela intolerância, preconceitos, racismo e outros tantos “males” verificados na contemporaneidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Identidade, Etnicidade, Multiculturalismo, Raça/Cor

**ABSTRACT:** Critical or revolutionary multiculturalism has been used as an instrument to guarantee a transformative political agenda that aims to seek recognition and the means by which “representations of race, ethnicity, class, gender, etc., are understood as a result of social struggles”. larger ones, by signs and meanings” (RYOO & MCLAREN, 2010, p.18). In this direction, the article entitled Multiculturalism: signs and meanings in the search for the guarantee of inequalities and respect for diversity and difference aims to reflect on the concept of Multiculturalism and its representations in everyday life and identify which place the theme of race has busy in this dynamic. But it is not just about the concept of Multiculturalism that we propose to reflect here. It is also about its effects, in practical life or in the empirical world, marked by intolerance, prejudice, racism and many other “evils” verified in contemporary times.

**KEYWORDS:** Identity, Ethnicity, Multiculturalism, Race/Color.

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG - 2003). É professora efetiva do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) das áreas de Sociologia, Metodologia e Sociologia das Relações Étnico-raciais. Coordenadora do Observatório das Desigualdades e Discriminações Étnico-raciais. E-mail: railmalves@hotmail.com ou maria.railma@unimontes.br

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## INTRODUÇÃO

Um dos desafios do mundo contemporâneo pode ser identificado a partir dos conflitos que envolvem as questões política, religiosa, étnica e de gênero. Tais conflitos têm afetado significativamente algumas nações e, ao mesmo tempo, apresentado exigências relacionadas à sua superação.

Nesse caminho, é que o Multiculturalismo ganha relevo. Em sua vertente mais ampla, o termo tem sido utilizado universalmente. Sua abrangência também pode ser verificada quando procura denominar “uma variedade de articulações, ideais e práticas sociais” ou quando “descreve uma série de processos e estratégias políticas sempre inacabadas”. Nessa direção, é importante salientar que “assim como há distintas sociedades multiculturais, assim também há ‘multiculturalismo’ bastante diversos”. (HALL, 2011, p.50-52)

Dessa forma, ao tentar “desvelar” uma categoria teórica tão significativa – como é o caso do multiculturalismo – torna-se necessário buscar compreendê-la a partir das suas especificidades ou das características relacionadas às suas formas mais relevantes. Diante do exposto, a proposta de trabalho que aqui se delineia tem como objetivo apresentar o conceito de Multiculturalismo e identificar qual o lugar a identidade, diversidade e a raça têm ocupado nessa dinâmica a partir do contexto em destaque. O trabalho foi dividido em três momentos. No primeiro deles, foi realizada uma apresentação sobre o conceito de multiculturalismo. Em seguida, abordou-se a raça no contexto do multiculturalismo e, nas considerações finais, refletiu-se sobre a importância da temática para compreensão dos problemas relacionados à identidade, desigualdades e respeito à diversidade e à diferença.

## MULTICULTURALISMO: UMA REFLEXÃO SOBRE SEU CONCEITO E OS SEUS EFEITOS NO MUNDO EMPÍRICO

A busca em esclarecer o conceito da categoria de análise denominada Multiculturalismo tem instigado, cada vez mais, leituras que problematizam suas definições.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

O termo é amplo e suas implicações, na vida prática, também têm assumido contornos de difíceis absorções.

Se tal categoria requer um esforço para compreensão, é recomendável buscar defini-la, tomando como ponto de partida, o significado em dicionário especializado. Nesse caminho, Ryoo e McLaren (2010, p.18) fará uma breve síntese dos principais enfoques que envolvem a terminologia. Expõem os autores que é na origem do multiculturalismo que residia sua principal estratégia, ou seja, a de “unir grupos étnicos e raciais; porém, hoje, [essa estratégia] abrange outras formas de diversidade (i.e. classe, gênero e sexualidade)”.

Isso significa dizer que, orientados a partir das bases do multiculturalismo, os sujeitos, muitas vezes, vêm “ênfatizando como a luta social e a opressão institucional ocorrem na interseção das raças, etnicidades, classes, gêneros, sexualidades, religiões, entre outros”. (RYOO & MCLAREN, 2010, p.18) Cumpre lembrar que suas origens podem ser remontadas às idas aos anos de 1960 – e estão intimamente vinculadas ao movimento dos Direitos Civis nos Estados Unidos através dos quais ativistas ligados à questão da cor - deram maior ênfase à relevância da diversidade e dos direitos humanos. Mas é nas franjas da temática que também permite-se pensar as bases do multiculturalismo, as quais “podem ser situadas anteriormente ao primeiro movimento dos estudos étnicos iniciado por estudiosos como George Washington Williams elevado adiante por grandes pensadores como W.E. Du Bois e Carter G. Woodson.” (RYOO & MCLAREN, 2010, p.18)

No caso de W.E. Du Bois, Appiah (1997, p.53) assevera que o pensador “lançou as bases intelectuais e práticas do movimento pan-africano”. Ainda, de acordo com o autor, “a vida de Du Bois foi longa, e sua carreira intelectual – que ele chamava ‘autobiografia de um conceito de raça’ – abrangeu quase todo o período de controle colonial europeu sobre a África”. Além disso, tomando como ênfase as proposições do autor sobre a importância de Du Bois na valorização da raça ou ao que domina de “arqueologia da ideia de raça”, Appiah tece outros argumentos em relação a esse elemento, na perspectiva de Du Bois:

O critério que Du Bois efetivamente utiliza resume-se, pois, no seguinte: as pessoas são membros da mesma raça quando têm traços em comum, em virtude de haverem descendido basicamente de pessoas de uma mesma região. Esses traços podem ser físicos (donde os afro- americanos serem negros) ou culturais (donde os anglo-

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

americanos serem ingleses). Focalizando-se um único tipo de traço – ‘as diferenças mais grosseiras de cor, cabelos, e ossos’ -, chega-se aos ‘brancos e negros e possivelmente à raça amarela’, a ‘última palavra da ciência até agora’. Focalizando-se um único tipo de traço – a língua ou os costumes comuns -, chega-se aos povos teutônicos, eslavos e românicos. A tensão da definição de raça de Du Bois reflete o fato de que, para fins da historiografia européia (da qual sua formação em Harvard e na Universidade de Berlim o havia conscientizado), era este último que importava; mas, para fins da vida social e política norte- americana, era o primeiro. (APIHAH, 1997, p.60)

Como se vê, o autor confere à raça um novo status, assim apresentado:

A verdadeira diferença na concepção de Du Bois, portanto, não está em que sua definição da raça discorde da científica: trata-se, antes, como exige a dialética, de que ele confere à raça uma importância moral e metafísica diferente da maioria de seus contemporâneos brancos. Afirmativa é que a raça negra tem uma mensagem que é não apenas diferente mais valiosa. E essa, ao que me parece, é a importância da dimensão sócio - histórica, pois os esforços de uma raça, tal como Du Bois via o assunto, são a matéria – prima da história. ‘A história do mundo é a história, não de indivíduos, mas de grupos, não de nações, mas de raça, e quem ignora ou procura anular a ideia de raça na história humana ignora e anula a ideia central de toda a história’. Estudando a história, podemos discernir os contornos da mensagem de cada raça. (APIHAH, 1997, p.61)

Nesse ínterim, a definição do termo Multiculturalismo e sua distinção em relação ao termo Multicultural são pontos de destaque que Stuart Hall assim os diferencia:

Multicultural é um termo qualificativo. Descreve as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retêm algo de sua identidade ‘original’. Em contrapartida, o termo ‘multiculturalismo’ é substantivo. Refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais. ‘Multicultural’, entretanto, é por definição, plural. (HALL, 2011, p.51)

É, também, necessário destacar, conforme o autor, que são vários os tipos de sociedades consideradas multiculturais – entre elas, é possível ilustrar: “os Estados Unidos da América, a Grã – Bretanha, a França, a Malásia, o Sri Lanka, a Nova Zelândia, a Indonésia, a África do Sul e a Nigéria”. Outra característica relevante, em relação aos destaques apontados, é que os mesmos são “culturalmente heterogêneos”. (HALL, 2011, p.51)

Outro foco são as diversas denominações que envolvem o termo. Entre elas, situa-se o multiculturalismo conservador, pluralista, comercial, corporativo, crítico ou revolucionário. Suas especificidades estão resumidas conforme quadro 1 abaixo:

Quadro 1 - Formas de Multiculturalismo

<b>Formas de Multiculturalismo</b>	<b>Características</b>
Liberal	Tentativa de integração dos grupos sociais, possibilidade de cidadania universal, tolerância de práticas culturais particularistas no âmbito privado. Humanismo etnocêntrico e opressivamente universalista. Não observância das diferenças culturais relevantes entre as raças, as etnicidades, os gêneros, etc., são responsáveis pelos diferentes valores, atitudes e práticas sociais.
Pluralista	Avaliza diferenças grupais em temas culturais e concede direitos de grupo distintos a diferentes comunidades a partir de uma ordem política comunitária ou comunal.
Comercial	Destaca-se a partir da observação da diversidade dos indivíduos de distintas comunidades, especialmente, quando publicamente reconhecida. As resoluções dos problemas de diferença cultural ocorrerão no consumo privado. Ausência de redistribuição do poder e dos recursos.
Corporativo (Público ou Privado)	“Administra” as diferenças culturais da minoria, visando os interesses do centro.
Crítico ou “Revolucionário”	Propõe adoção de uma agenda política transformadora e que reconhece como as representações de raça, etnicidade, classe, gênero, etc.. Também enfoca o poder, o privilégio, a hierarquia das opressões e os movimentos de resistência <sup>2</sup>

<sup>2</sup> Ainda em relação ao Multiculturalismo Crítico ou “Revolucionário” é possível destacar que o mesmo “não se encarrega simplesmente do jogo textual ou do deslocamento metafórico do multiculturalismo liberal de esquerda como resistência, mas, ao contrário, sinaliza a necessidade de transformar relações institucionais, culturais e sociais que criam o significado. O multiculturalismo crítico vai além dos conceitos essencializantes de “semelhança” ou “diferença” – apontando como a semelhança ou a diferença ocorrem entre dois ou mais grupos e devem ser compreendidas em termos da especificidade de sua produção.”. (RYOO & MCLAREM, 2010, p.18)

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Quadro elaborado pela autora a partir das seguintes referências: HALL, Stuart. Da Diáspora – Identidades e Mediações. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 49 – 91 e RYOO, Jean; MCLAREN, Peter. Multiculturalismo. In: Dicionário Trabalho, Educação e Condição Docente. Gestrado – UFMG, 2010. p.18

Ryoo & Mclarem (2010, p.18) inclui na sua análise outra forma de multiculturalismo denominada de multiculturalismo liberal de esquerda. Nessa forma, os autores advertem que o mesmo “desafia o conceito de multiculturalismo liberal de uma igualdade de raças ao grifar as diferenças culturais relacionadas à raça, etnicidade e classe, etc.” Ainda sobre a questão em tela os autores destacam que:

(...) o multiculturalismo liberal de esquerda tende a exotizar a “alteridade” e destacar em excesso o conceito de autenticidade cultural, ao ignorar como a diferença está situada tanto social quanto historicamente em maneiras que afetam a interpretação de sentidos tal que a própria política da localização de uma pessoa garante antecipadamente a “correção política” de um indivíduo e concede autoridade especial para falar por todos os “outros”.

Ao procurar aclarar, um pouco mais, sobre o conceito em questão, convém lembrar que a terminologia guarda em si uma série de elementos contraditórios. A ideia é questionada ou contestada, por exemplo, pela chamada direita conservadora que reivindica a “pureza e integridade cultural da nação”. Por sua vez, os liberais advertem que o “culto da etnicidade e a busca da diferença”, além de ameaçarem o universalismo e a neutralidade do estado liberal, podem comprometer a “autonomia pessoal, a liberdade individual e a igualdade formal”.

Com efeito, o germe do racismo é um exemplo da envergadura de práticas que envolvem ações, muitas vezes, violentas, e que tem alterado a relação do homem com ele mesmo e, interferido na sua produção no âmbito cultural, social e econômico. Nesse sentido, a raça é categoria fundamental para um melhor entendimento do debate acerca do multiculturalismo.

## **A RAÇA NO CONTEXTO DO MULTICULTURALISMO**

Ao localizar a raça no contexto do Multiculturalismo, não se pode deixar de levar em conta algumas implicações advindas da sua incorporação na vida política e na preservação dos

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

valores culturais e morais de uma dada sociedade. Se a estratégia do multiculturalismo é unir grupos étnicos e raciais, o que se deve considerar é a prudência no trato à questão – e como quer Hall - utilizar esse e outros termos como raça, etnicidade, identidade, diáspora, “sob rasura”.

À luz da inserção do tema da raça, na realidade empírica e suas conseqüentes implicações reveladas, sobretudo nas condições socioculturais, é que se faz necessário compreender como se processa o ideal de igualdade, nos chamados tempos modernos e, o lugar que ela ocupa no centro da vida dos sujeitos. Nesses termos, Appiah (2012, p.137) revela que:

Muitos filósofos argumentam recentemente que, nas discussões sobre a igualdade, sempre é bom perguntar em primeiro lugar: “igualdade de que?”. Essa sugestão tem muito mérito em termos filosóficos, mas creio que não é um bom ponto de partida histórico. Quando a igualdade se tornou, com a liberdade e a fraternidade, um dos três grandes lemas da Revolução Francesa, não foi porque as pessoas tivessem uma clara ideia de qual igualdade queriam. O que elas sabiam sem margem de dúvida era o que não queriam: que as pessoas fossem maltratadas só porquênão tinham nascido na nobreza, que a plebe fosse olhada como inferior. O ideal da igualdade nos tempos modernos, em suma, começa com a noção de que existem certas coisas que não são uma base adequada paratratar as pessoas com desigualdade, e só gradualmente é que esse ideal passa a identificar algumas coisas de fato são. A discriminação, no sentido de fazer distinções sobre a maneira de tratar as pessoas com base em suas identidades sociais, começou a precisar de justificativa. Assim, por exemplo, depois das revoluções na França e nos Estados Unidos, as pessoas começaram a questionar a ideia de que a posição social de berço era uma base apropriada para a discriminação; e, no último século, a raça e o sexo também passaram a ser vistos como bases ilegítimas para a discriminação.

Se a raça e o sexo foram identificados como bases ilegítimas para a discriminação, as estratégias advindas do seu processo de superação são um desafio posto, continuamente, para os homens, de um modo geral, e para aqueles que desempenham papéis estratégicos em instituições públicas ou privadas. (ALVES, 2021)

Assim, é possível deprender dessa questão que a centralidade da raça ou seu princípio “é uma das coisas mais persistentes na constituição do homem”, já que a sua observância

pode estar alinhada também aos requisitos básicos para a tolerância e o respeito ao reconhecimento<sup>3</sup>.

Alves, (2016) destaca que o caminho, através do qual a raça se insere, é longo e ambíguo. Inicialmente, o conceito de raça pode ser localizado nas ciências biológica e criminal – com destaque para o campo da eugenia. Nesse contexto, os séculos XVIII e XIX são ilustrativos, já que os intelectuais europeus fundiram o chamado “racismo científico”. As bases de tal teoria eram a crença na existência de diferenças biológicas entre os seres humanos. Dessa forma, a ideia de diferentes raças humanas e a sua hierarquização foi um viés perseguido pelos estudiosos desse período. A classificação das raças se dava da seguinte forma: 1) brancos - europeus; 2) amarelos - asiáticos; 3) vermelhos - americanos; 4) australianos; negros - africanos; dentre outras classificações. (SILVA, 2010, p.23). É preciso, pois, uma maior reflexão sobre a classificação apresentada. Appiah (1997, p.66) fornece uma análise que ajuda a ilustrar bem tal dinâmica:

A invocação da raça como noção classificatória fornece-nos um exemplo de um padrão conhecido na história da ciência. Nas primeiras fases da teoria, os cientistas, partem, inevitavelmente, das categorias presentes em teorias populares sobre o mundo, e muitas vezes, os critérios de pertença a essas categorias podem ser detectados apenas com os sentidos. Assim, nos primórdios da química, a cor e o paladar desempenharam um papel importante na classificação das substâncias; nos primórdios da história natural, as espécies de plantas e animais eram identificadas basicamente por sua morfologia macroscópica visível. A poucos, entretanto, à medida que a ciência se desenvolve, elaboram-se conceitos cuja aplicação requer mais que os simples sentidos; em vez de propriedades fenomênicas – as aparências – das coisas, buscamos propriedades “mais profundas” e mais teóricas. O preço que pagamos é que a classificação torna-se uma atividade mais especializada; o

---

<sup>3</sup> Não é intenção fazer uma reflexão mais aprofundada acerca da temática. Mas, é importante destacar aqui o enfoque dado por Appiah (2012, p.140), o autor assevera: “o que é democrático em nossa cultura atual, portanto, é que agora pressupomos que todos os seres humanos normais, têm direito ao respeito. Mas, prestar a todos o respeito por reconhecimento é plenamente compatível com prestar maior respeito por avaliação a uns do que a outros, pois são formas diferentes de respeito. A partir de agora, reservarei o termo dignidade para uma espécie de honra, a saber, o direito ao respeito por reconhecimento. Assim podemos dizer: honrar especialmente alguns é compatível com o reconhecimento da dignidade de todos os demais. Essa dignidade não requer as formas comparativas de avaliação, que acompanham formas mais competitivas de honra. Não é algo que você ganha ou conquista, e a reação adequada à sua dignidade não é o orgulho, e sim o respeito próprio. Afinal, se sua humanidade lhe dá direito ao respeito, então ela lhe dá o direito de respeitar a si mesmo.”

benefício que auferimos é sermos capazes de fazer generalizações de maior poder e alcance.

A relevância da variável raça para no processo de análise e construção de agenda para superação das desigualdades sociais, étnico-raciais e respeito à diferença é ponto crucial para as instituições governamentais e não governamentais. Nessa trilha, a síntese construída a partir do autor G. Therborn, (2010, p. 145-146) sobre a distinção entre diferença e desigualdade, apresentada no quadro 01, distingue suas principais características:

Quadro 02 - Distinção entre Diferença e Desigualdade.

DIFERENÇA	DESIGUALDADE
1. Pode ocorrer de forma horizontal. Nesse caso, o destaque diz respeito ao posicionamento: “sendo que nada ou ninguém esteja acima ou abaixo, seja melhor ou pior.”	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ocorre de forma vertical – “envolve ranking”;</li></ul>
2. Identificadas quando levam em conta “gosto e/ou categorização”;	<ul style="list-style-type: none"><li>• Envolve aspectos para além da categorização – “é algo que viola uma norma moral de igualdade entre seres humanos.”</li></ul>
3. Identificada quando a diferença transformada em “uma desigualdade (...) deve também ser extinguível.”	<ul style="list-style-type: none"><li>• São caracterizadas a partir das “diferenças hierárquicas, evitáveis e moralmente injustificadas.”</li></ul>

Fonte: elaborado pela autora com base nos apontamentos de G. Therborn, 2010, p. 145-146

Ao situar os principais pontos divergentes envolvendo a diferença e a desigualdade, Therborn reforça sua percepção ilustrando que a desigualdade “pressupõe algum tipo de comunalidade”, e também “implica uma ruptura avaliativa desta comunalidade”. E ainda, que “a desigualdade tornou-se um conceito social e político apenas no Iluminismo com o seu pressuposto mundano de alguns pontos comuns de base e igualdade dos seres humanos.” (THERBORN, 2011, p. 19)

O esclarecimento desses aspectos mostra a importância do tema, que constitui ponto fundamental para um entendimento mais significativo das desigualdades sociais, econômicas

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

e culturais - que incluem, por exemplo, as realizações educacionais, étnicas, raciais e de gênero. Nesse percurso, ressalta, também, que o racismo foi sendo difundido e as formas de classificação foram se efetivando para além dos séculos. Jurema Werneck (2013), esclarece que:

O racismo é uma ideologia que se realiza nas relações entre pessoas e grupos, no desenho e desenvolvimento das políticas públicas, nas estruturas de governo e nas formas de organização dos Estados. Ou seja, trata-se de um fenômeno de abrangência ampla e complexa que penetra e participa da cultura, da política e da ética. Para isso requisita uma série de instrumentos capazes de mover os processos em favor de seus interesses e necessidades de continuidade, mantendo e perpetuando privilégios e hegemonias. (WERNECK, 2013, p. 11)

Ressalta-se, ainda, que o racismo, o preconceito e a discriminação racial são aspectos cruciais que envolvem a questão em tela. No que se refere ao discurso sobre raça é importante destacar também:

(...) a categoria “raça” não é científica. As diferenças atribuíveis à “raça” numa mesma população são tão grandes quanto às encontradas entre populações racialmente definidas. “Raça” é uma construção política social. É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão – ou seja, o racismo. (HALL, 2011, p.66)

Nesse sentido, o autor alerta para a necessidade de inserção, na “agenda do multiculturalismo britânico”, duas relevantes demandas. Uma que se pautaria na ênfase “ - contra um racismo diferenciado - por igualdade social e justiça racial”. E outra demanda “- contra um etnocentrismo universalizante - pelo reconhecimento da diferença cultural”. Tais demandas parecem não retratar apenas o contexto britânico, pois, no caso dos problemas relacionados às desigualdades raciais, os mesmos são verificados em diversas sociedades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns aspectos que envolvem o multiculturalismo têm se tornado, nas últimas décadas, cada vez mais centrais. Assim, o multiculturalismo tem ancorado, em sua base,

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

signos e significados cada vez mais relevantes, na busca pela garantia da superação das desigualdades e respeito à diversidade e à diferença.

Diante do exposto, é preciso considerar que, no bojo da temática, outros termos são relacionados, entre eles a raça, etnicidade, identidade, diáspora. E ao refletir sobre esses elementos, especialmente sobre a categoria raça, é preciso apresentá-la “sob rasura” ou a partir de “uma nova configuração com etnicidade”. Isso porque, “esse deslocamento epistêmico constitui um dos efeitos mais disruptivos do multicultural”. (HALL, 2011, p.66)

Em face disso, destaca-se a necessidade de adotar uma estratégia ou uma política multicultural que seja capaz de propiciar um maior enfrentamento dos seguintes desafios: erradicação do racismo, superação das desigualdades sociais, de classes, gêneros, desigualdades políticas e jurídicas.

Na realidade, esses aspectos têm se acentuado cada vez mais, na dinâmica da vida das crianças, jovens, homens e mulheres, na sociedade e têm contribuído para aumentar, também, as diferenças entre os que possuem e os que não possuem um nível de escolaridade significativo, o acesso ao lazer e à cultura – enfim, a uma vida digna.

## BIBLIOGRAFIA

ALVES, Maria Railma. Desigualdades educacionais: discriminação, estigma, retraimento no contexto do ambiente escolar e das novas desigualdades contemporâneas. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPCIS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016. 223 f.

APPIAH, Kwame Anthony. **O Código de Honra**: como ocorrem as Revoluções Morais. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. **Na Casa do Meu Pai**: A África na Filosofia da Cultura. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

Borges, D. ., & Alves, M. R. Desigualdades e discriminações étnico-raciais. *Revista Argumentos*, v.18 n.01 (2021). Dossiê.

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/argumentos/article/view/3830>

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

HALL, Stuart. A Questão Multicultural. In: **Da Diáspora** – Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: UFMG/Humanas, 2011.

JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil**: um balanço da intervenção governamental. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2002.

SILVA, Vinicius Baptista da . **Dicionário Trabalho, Educação e Condição Docente**. Gestrado – Belo Horizonte: UFMG, 2010.

RYOO, Jean; MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo**. In: **Dicionário Trabalho, Educação e Condição Docente**. Gestrado – UFMG, 2010.

THERBORN, Goran. *Os Campos de Extermínio da Desigualdade*. Tradução: Fernando Kugitsky. Novos Estudos 87/Julho de 2010.

\_\_\_\_\_. “Inequalities and Latin America. From the Enlightenment to the 21st Century“, *desiguALdades.net Working Paper Series*, Nr. 1, Berlin: *desiguALdades.net* Research Network on Interdependent Inequalities in Latin America, 2011.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional: uma abordagem conceitual. Brasília: ONU Mulheres, 2013. p. 1-55.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral

Eixo Temático - Gênero, Raça e Classe: Convergências na Produção e Reprodução das Desigualdades

**A ASCENSÃO DAS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS NO BRASIL E AS  
IMPLICAÇÕES DE GÊNERO: VELHOS CAMINHOS NÃO LEVAM A NOVAS  
PORTAS.**

THE RISE OF THERAPEUTIC COMMUNITIES IN BRAZIL AND GENDER  
IMPLICATIONS: OLD PATHS DO NOT LEAD TO NEW DOORS.

Débora Regina Amaral<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente estudo é resultado de uma pesquisa que foi realizada através de uma análise sobre os meandros que envolvem a atuação das “Comunidades Terapêuticas” (CTs) no Brasil. Este debate se insere no campo da saúde mental, mas é atravessado por diversos outros campos. Tendo em vista a complexidade que envolve a temática, privilegiou-se a análise pela perspectiva de gênero. As (CTs) compõem a oferta pública de cuidados às pessoas que fazem uso prejudicial de drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas. Contudo, guardam semelhança com outras organizações que historicamente têm prestado assistência a pessoas em situação de vulnerabilidade social como abrigos, hospitais filantrópicos, entre outros, com base em valores cristãos da caridade e solidariedade. O percurso metodológico se deu por meio da revisão de literatura, bem como pesquisa documental a partir de normativas acessadas nos sites de órgãos oficiais disponíveis nos meios digitais. Os resultados da pesquisa demonstram que vem ocorrendo no Brasil um desmonte da política de saúde mental que foi arduamente conquistada com as lutas populares desde o processo da ainda vigente Reforma Psiquiátrica. Porém, as (CTs) têm conquistado subsídios e apoio de diversas frentes conservadoras e hoje foram legalmente incorporadas à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do Sistema Único de Saúde (SUS). As implicações de gênero são devidas as (CTs) serem estruturadas na sua maioria para atender aos homens e maiores de idade, logo, uma enorme fatia dos recursos públicos que deveriam ser investidos nos serviços de base territorial seja ele do SUS, assistência social e outros, para todas as pessoas inclusive as mulheres, têm sido destinados para essas instituições, é certo que não há registros de destinação de recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) para as (CTs), mas o movimento de apoio governamental a essas instituições tem promovido um silenciamento sobre o cuidado em saúde mental da mulher. Por fim Gênero aqui é compreendido como um potente determinante social e, por não ser

<sup>1</sup>Assistente Social, especialista em saúde mental pelo programa de residência multiprofissional em saúde mental da Unimontes/MG e Mestranda em História Social/Unimontes. Trabalha com a linha de pesquisa: “Cultura, Relações Sociais e Gênero” e também pesquisas no campo da saúde mental. Contato: [deboraboc06@yahoo.com.br](mailto:deboraboc06@yahoo.com.br). Membro (a) do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Espaço Feminino (NEFE) da Unimontes, cadastrado no CNPq. Contato: [nefe@unimontes.br](mailto:nefe@unimontes.br) e no Instagram @nefeoficial.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

considerado neste processo, contribui para perpetuar a histórica desigualdade entre os gêneros, inclusive no acesso aos serviços de saúde.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunidades Terapêuticas, Gênero, Saúde Mental.

**ABSTRACT:** The present study is the result of a research that was carried out through an analysis of the intricacies that involve the performance of "Therapeutic Communities" (TCs) in Brazil. This debate is part of the field of mental health, but is crossed by several other fields. In view of the complexity involved in the theme, the analysis from a gender perspective was privileged. The (TCs) make up the public offer of care to people who make harmful use of drugs, whether legal or illegal. However, they are similar to other organizations that have historically provided assistance to people in situations of social vulnerability, such as shelters, philanthropic hospitals, among others, based on Christian values of charity and solidarity. The methodological course was carried out through a literature review, as well as documentary research from regulations accessed on the websites of official bodies available in digital media. The research results show that a dismantling of the mental health policy has been taking place in Brazil, which was hard won with popular struggles since the process of the Psychiatric Reform still in force. However, the (CTs) have gained subsidies and support from several conservative fronts and today they have been legally incorporated into the Psychosocial Care Network (RAPS) of the Unified Health System (SUS). The gender implications are due to the fact that (TCs) are mostly structured to serve men and adults, therefore, a huge share of public resources that should be invested in territorially based services, be it SUS, social assistance and others, for all people, including women, have been destined for these institutions, it is true that there are no records of allocation of resources from the National Health Fund (FNS) to the (CTs), but the movement of government support to these institutions has silencing of women's mental health care was promoted. Finally, gender is understood here as a powerful social determinant and, as it is not considered in this process, it contributes to perpetuating the historical inequality between genders, including access to health services.

**KEYWORDS:** Therapeutic Communities, Gender, Mental Health.

## INTRODUÇÃO

O presente estudo é resultado da pesquisa que objetivou esclarecer e analisar os meandros que envolvem a atuação das comunidades terapêuticas (CTs) no Brasil, tendo em vista que a instituição vem ganhando espaço em oposição aos serviços de bases territoriais conquistados arduamente por meio das lutas populares, e que se orientam pelos princípios e

diretrizes da Reforma Psiquiátrica brasileira<sup>2</sup>, Sistema Único de Saúde (SUS) junto aos demais serviços que compõem a rede de cuidados dos municípios.

É importante esclarecer que as (CTs) não tiveram origem no Brasil, as primeiras instituições dessa natureza foram estruturadas no século XX em diversos países do mundo. Cada experiência com suas especificidades, mas as iniciativas que guardam maior impacto e que ainda refletem nas práticas atuais foram realizadas na Inglaterra, pelo psiquiatra inglês Maxuell Jones. (FIORI; RUI, 2021).

Foi um modelo de atenção à saúde mental designado para os soldados acometidos por transtornos mentais durante sua participação na II Guerra Mundial. Naquele período, era uma alternativa de cuidado, em oposição ao hospital psiquiátrico, mas logo se especializaram em receber pessoas que faziam uso prejudicial de drogas. A proposta era a construção de relações horizontais entre pacientes e profissionais, realização de atividades laborativas, educacionais e apoio mútuo no enfrentamento do sofrimento individual. Assim ocorria a democratização do cuidado na qual o paciente é partícipe de todo o processo. (DE LEON, 2003).

Outra experiência germinal ocorreu nos Estados Unidos, na segunda década do século XX, a partir das iniciativas de Frank Bachman que foi um ministro evangélico luterano. Criou-se uma organização religiosa chamado grupo de Oxforde, por meio de reuniões regulares para o estudo da bíblia, pregavam o renascimento espiritual dos cristãos, o alcoolismo e transtornos mentais não eram o foco principal, porém foram contemplados tendo em vista a compreensão que esses problemas eram influenciados por questões espirituais. O grupo se orientava pelo viés do protestantismo, ética, cuidado mútuo, honestidade, pureza e altruísmo. (DE LEON, 2003).

No Brasil, as (CTs), em sua maioria são instituições não governamentais, conquistaram espaço na década de 1970 e tiveram maior expansão na década de 1990. Foram implantadas antes da real efetivação das políticas públicas sobre álcool e outras drogas no país, ocupando a lacuna deixada pelos serviços públicos. Espalhadas por todo o país e com

---

<sup>2</sup>A Reforma Psiquiátrica é um movimento sociopolítico que no Brasil teve início na década de 70 e impulsionou grandes transformações no campo da assistência aos pacientes com demandas de saúde mental. Propõe o fechamento progressivo dos hospitais psiquiátricos e a criação de serviços substitutivos. É um conjunto de transformações das práticas, saberes, valores culturais e sociais. Todo o processo é marcado por avanços, conflitos e desafios. (VASCONCELOS, 2016).

força política, essas instituições se apresentam em uma zona de indefinição quanto as suas características estruturais e sobre sua função social. (COSTA, 2009).

As (CTs) se propõem a tratar pessoas que fazem uso prejudicial de drogas, têm como prática o isolamento, mas não se caracterizam como clínicas, nem como hospitais psiquiátricos. Realizam abrigo de pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, mas também não se caracterizam como residências terapêuticas, abrigos e serviços de assistência social. Se orientam pelo viés religioso, mas não são templos religiosos. Nessa zona de indefinição, transitam entre funções sociais diferentes e têm sido contempladas por diferentes esferas do poder público para provimento de recursos. (IPEA, 2018).

Apesar da dificuldade em compreender realmente a natureza dessas instituições há sim princípios gerais que norteiam seus ideais e metodologia de trabalho. Segue-se a definição de comunidade terapêutica apresentada pela European Monitoring Center for Drugs and Drug Addiction (EMCDDA), de que são instituições que oferecem um ambiente livre de drogas, estruturado e organizado para que as pessoas possam alcançar uma vida sem drogas. (FIORI; RUI, 2021).

Outra definição é apresentada pelo National Institute on Drug Abuse (NIDA), dos Estados Unidos, de que as (CTs) encorajam as pessoas a avaliarem seu comportamento individual, para que assumam o trabalho duro, responsabilidades, vida correta, baseada na honestidade e disposição para aprender. (FIORI; RUI, 2021).

Observa-se similaridades entre os conceitos apresentados e mesmo com a definição do (IPEA, 2018) sobre as (CTs) no Brasil, de que são iniciativas não governamentais que se organizam em residências coletivas e temporárias para receber pessoas com problemas associados ao uso prejudicial de drogas. O objetivo é que durante o isolamento as pessoas sejam sensibilizadas para adotar outro estilo de vida, pautado na abstinência de drogas. A dinâmica diária no interior dessas instituições se dá por meio da disciplina, atividades de trabalho, práticas espirituais, reuniões de grupo de ajuda mútua e, em algumas, são disponibilizados acompanhamentos de enfermagem, psicológico, serviço social e outros.

No que tange aos instrumentos jurídicos que regulam as (CTs), dividem-se entre normativas do Ministério da Saúde sobre saúde mental e à vigilância Sanitária, Ministério da Justiça e segurança pública, especificamente editadas pelo Conselho Nacional de Políticas

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

sobre Drogas (CONAD), Ministério da Cidadania por meio da Secretaria Nacional de cuidados e Prevenção às Drogas (SENAPRED), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANISA) e, por fim, as leis de competência do Congresso Nacional.

Todo esse arcabouço regulatório para Resende (2021) é resultado de concepções antagônicas sobre todos os problemas que envolvem as drogas e em torno de modelos de atenção e tratamento, há claramente o esforço de buscarem caminhos alternativos aos do campo da saúde para se estabelecerem na comunidade e essa via tem funcionado.

Já que não é possível considerar apenas uma normativa, tendo em vista que são várias e às vezes contraditórias, é importante citar sobre a publicação, no ano de 2015, da Resolução nº 01 do (CONAD) que é considerada um marco regulatório e também político, pois dispõe que tais instituições devem realizar acolhimento voluntário, mas não entram para o rol dos estabelecimentos de saúde. Contudo, durante o governo do presidente Michel Temer, o médico Osmar Terra apoiador ferrenho das (CTs) assumiu o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, logo seu lugar político possibilitou a aprovação e regulamentação dessas instituições, projeto que se estendeu com a nomeação do aliado também para o Ministério da Cidadania, em 2019, no governo Bolsonaro. (RESENDE, 2021).

Atualmente, as (CTs) integram o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), sendo reconhecidas e fortalecidas também pelo Governo Bolsonaro, seus aliados e algumas frentes de lutas, a exemplo da frente parlamentar das igrejas, particularmente as evangélicas, com um discurso de interpelação da família. (VASCONCELOS, 2016).

O Estado de Minas Gerais, por meio do Decreto nº 44.107/2005, adotou termos de colaboração com as (CTs) para garantir serviço complementar à rede de cuidados, coordenada pela Subsecretaria de Políticas sobre Drogas (Subpod). Com o passar do tempo, essa proposta se fortalece e no ano de 2021 foi publicado edital de chamamento público para ampliar essa aliança e fomentar o trabalho em rede. Assim tem sido firmadas parcerias com o intuito de fortalecer esses laços com a política pública de assistência social, educação, segurança pública e outros.

No primeiro semestre do ano de 2022, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE), por meio da subsecretaria de Assistência Social (SUBAS), cujo papel é

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

assessorar e apoiar tecnicamente os municípios, disponibilizou documentos com orientações técnicas sobre a integração da política pública de assistência social, a política sobre drogas e as (CTs). (MINAS GERAIS, 2022).

Em pronunciamento disponível na plataforma Youtube do Vice-Governador do Estado de Minas Gerais, Paulo Eduardo Rocha Brant, durante a live de lançamento do “Plano Mineiro Intersetorial de Cuidado/Tratamento e Prevenção do Uso/Abuso de Álcool, Tabaco e outras Drogas”, no dia 25 de junho de 2021, foi debatido que todo esse esforço representa “Uma exaltação à vida e à liberdade”. Observa-se um discurso ambíguo, uma vez que oferece como uma das possibilidades de cuidado instituições que privam os sujeitos de sua liberdade.

Vale ressaltar que o discurso do vice-governador citado acima remete aos paradigmas tradicionais de enfrentamento da problemática, a saber, o paradigma moral e o médico. Pelo paradigma moral, as questões envolvendo uso prejudicial de drogas são compreendidas como desvio de conduta, já com o discurso médico a questão ganha estatuto de doença e foi historicamente abordada pela utilização de psicofármacos e reclusão em hospitais psiquiátricos. Hoje se sabe que a questão precisa ser enfrentada a partir de um olhar ampliado, e não somente pela via da saúde. (IPEA,2017).

Refletir sobre essas instituições é também pensar sobre a experiência de pessoas que recorrem ou são encaminhadas para esses serviços durante meses, imbuídos em uma proposta de ressignificar suas vidas, e também o papel assumido pelo estado diante dos problemas que envolvem as drogas. No entanto, essa realidade impõe a árdua tarefa de compreender o que representa o fato dessas instituições terem se tornado um dos grandes investimentos políticos e financeiros do governo federal e de diversos governos estaduais e municipais no Brasil, mesmo com evidências robustas de violação de direitos.

No curso deste estudo, foi possível acessar os resultados apresentados pela pesquisa publicada no ano de 2018, do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) e do Relatório de Inspeção Nacional em (CTs), publicado no ano de 2017 sobre graves violações de direitos ocorridos no interior de (CTs) em diversas regiões do Brasil. Sugere-se o acesso a esses documentos importantes para conhecer esse cenário, orientar decisões e fundamentar outras pesquisas.

O percurso metodológico realizado para embasar teoricamente a pesquisa foi uma

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

revisão bibliográfica em livros especializados, artigos científicos nacionais em bases de dados (SciELO, Lilacs, Portal Capes).

Para Gil (1994), a revisão bibliográfica possibilita o acesso ao conhecimento já produzido sobre algum campo, contribui para fundamentar as futuras pesquisas, auxilia na construção e definição do quadro conceitual que circunda o objeto de estudo.

O corpus documental desta pesquisa é composto pelas normativas que regulamentam as (CTs) e estão disponíveis para acesso nos sites oficiais. É preciso esclarecer que existem inúmeras regulamentações, sobreposição de normas que abarca campos normativos da saúde, da justiça, da segurança pública, e recentemente da assistência social.

### **COMUNIDADES TERAPÊUTICAS: TRATAMENTO OU VIOLAÇÃO DE DIREITOS?**

No Brasil, a criação de políticas públicas para o enfrentamento da assistência aos usuários que fazem uso prejudicial de drogas é recente. Até 1900, o estado não havia formalizado nenhuma proposta oficial e o uso de drogas era tolerado inclusive pelas classes privilegiadas, ligadas à Oligarquia da República Velha. (CFP, 2009).

Na década de 20, o uso e abuso de drogas, até então utilizado por grupos elitizados, passou a ser compartilhado com outras classes sociais de pessoas subalternizadas e tidas como perigosas a exemplo dos negros, imigrantes e pobres, logo o governo deu início a suas propostas de intervenção e editou lei restritiva para utilização do ópio, morfina, heroína e cocaína. Torna-se então passível de punição para todos os casos que não seguissem recomendações médicas. Esse é o processo germinal das políticas públicas para controle e cuidado. (CFP, 2009).

Somente sessenta anos mais tarde são elaboradas outras legislações sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso prejudicial de drogas. Entre 1980 e 1993, foram criados órgãos que coordenavam pesquisas e questões ligadas a essa realidade junto ao Ministério da Justiça. Na década de 90, inicia-se um processo para garantir assistência à comunidade numa perspectiva maior. O objetivo era diferenciar o usuário da pessoa que faz

uso prejudicial, o dependente e o traficante<sup>3</sup> de drogas. Nesse contexto, uma das ações desenvolvidas pelo Ministério da Saúde era o modelo hospitalar por meio da internação em hospitais psiquiátricos. (IPEA, 2018).

A partir das transformações ocorridas com o processo de Reforma Psiquiátrica no campo da saúde mental foram aprovadas propostas de cuidado em liberdade, realizadas no território e com respeito aos direitos humanos. Foram implementados os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS-AD), que devem prestar atendimento às pessoas em situação de crise<sup>4</sup> devido ao uso prejudicial de drogas. O objetivo é evitar internações de caráter asilar, como ocorriam nos hospitais psiquiátricos e realizar o tratamento em parceria com os demais dispositivos de cuidado no território. (VASCONCELOS, 2016).

Observa-se nesse período investimentos importantes no que tange ao cuidado em saúde mental que possibilitou a implementação de uma rede de serviços, políticas e marcos legais para a construção também de um outro lugar social para o sujeito.

Pelo ângulo das políticas públicas, as pesquisas sobre as (CTs) ganham relevância a partir do reconhecimento estatal destas instituições como uma das possibilidades de tratamento e cuidado. Um marco importante para essa compreensão é a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, conhecida como a “Lei de Drogas”. Essa lei versa sobre os crimes relacionados às drogas no país, instituiu um sistema nacional de políticas sobre drogas que determina que a atenção e reinserção social do usuário devem ser garantidas pelos serviços do SUS, instituições privadas e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. Portanto, desde sua publicação, as (CTs) vêm ganhando espaço e tornaram-se elegíveis para subsídios públicos. (MINAS GERAIS, 2021.)

As (CTs), ao serem legalmente incorporadas na rede de cuidados, acabou por

---

<sup>3</sup>O decreto Nº 9.761, de 11 de ABRIL do ano de 2019, aprova a nova Política Nacional Sobre Drogas e reconhece assim como em outras políticas anteriores as diferenças entre o usuário, o dependente e o traficante de drogas. Apresenta a proposta de tratamento a partir de ações combinadas de várias políticas para pessoas que fazem uso prejudicial de drogas, ou seja, casos em que os usuários se encontram com prejuízos de sua funcionalidade. Logo explicita que os agentes públicos, conforme a legislação brasileira, devem conduzir cada situação conforme a quantidade de substância apreendida, circunstâncias sociais e pessoais de cada caso. A atual Lei de Drogas Nº 11.343/2006 estabelece também a diferença entre usuário e traficante inspirada em um modelo médico-jurídico. Considera o sujeito consumidor como dependente e o comerciante como criminoso.

<sup>4</sup>A portaria 3.088 de 2011 especifica a crise como a situação de pessoas que se encontram em fase aguda dos transtornos mentais, seja ela decorrente ou não do uso de crack, álcool e outras drogas, apresentando diversos prejuízos para a vida no cotidiano.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

potencializar uma disputa já existente em torno de modelos de cuidado, inclusive no interior do próprio poder executivo federal entre agentes públicos. Assim, ocorre uma divisão entre grupos que apoiam as (CTs) e o seu financiamento público e outro grupo geralmente ligado a propostas progressistas que não as reconhecem como instituição de tratamento. Contudo, a proposta de trabalho adotada nas (CTs) coloca em xeque aspectos clínicos do cuidado, há controvérsias científicas, éticas e sociais. (IPEA, 2017).

Neste sentido, verificou-se que durante o acolhimento nas (CTs) os cidadãos permanecem em isolamento social, com orientação de abstinência como única meta possível, uso do trabalho dos acolhidos para manutenção dos locais sob a justificativa de “Laborterapia”, práticas religiosas que remetem a valores morais e doutrinárias, não podendo configurar-se como tratamento de saúde conforme especifica a Lei nº 10.216/2001. (BRASIL, 2017).

Identificou-se também dificuldades de comunicação e restrição de visitas, difícil acesso aos portões, retenção de documentos ou dinheiro, violação de sigilo de correspondência, irregularidades envolvendo internações involuntárias e compulsórias, ausência de laudo médico que justifique o acolhimento/internação, descumprimento de medidas legais, ausência de Projeto Terapêutico Singular (PTS), que é o plano de cuidados conforme propõe a Portaria nº 3.088/2011, do Ministério da Saúde, e vários outros pontos que se configuram como violação de direitos.(BRASIL, 2017).

Enfim, no Brasil, defensores do cuidado de saúde mental em liberdade denunciam as (CTs) como derivações contemporâneas dos hospitais psiquiátricos, pautados no isolamento institucional. Já os defensores das (CTs), por sua vez, apontam o potencial dessas instituições para promover a transformação de vida das pessoas consideradas desviantes. São debates que envolvem controvérsias até mesmo no que tange aos processos regulatórios que ora apresentam esses serviços como espaço de tratamento, ora como espaços de acolhimento de pessoas em situações de vulnerabilidade e risco. (FIORI; RUI, 2021).

Para além da disputa em torno de modelos de cuidado, é importante compreender de que modo tais divergências se materializam com o apoio do estado e quais as implicações para a comunidade. Ressalta-se que quando se propõe superar esses processos de institucionalização, busca-se intervir nas relações de poder que segregam cidadãos, estando

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

em jogo a cidadania.

Com as iniciativas da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social em Minas Gerais para que os serviços da assistência social e outros trabalhem de forma articulada com as (CTs), é possível verificar que o governo Bolsonaro vem investindo amplamente nesse seguimento e, com isso, a comunidade assiste ao desfinanciamento e desmantelamento dos serviços especializados de saúde mental do (SUS), o que se confirma com os seguintes dados encontrados no interior do Plano Mineiro Intersetorial de Cuidados/Tratamento e Prevenção do Uso/Abuso de Álcool, Tabaco e outras Drogas, publicado no ano de 2021:

Em 2019, foram firmados 494 contratos com Comunidades Terapêuticas, resultando em 10.883 vagas financiadas. Considerando a taxa média de ocupação (85%), combinada com a média de tempo de tratamento por dependente químico, a SENAPRED promoveu o tratamento de 55.500 dependentes químicos em Comunidades Terapêuticas, em vagas financiadas pelo Governo Federal, em dois anos. Esse número representa um salto quantitativo em acolhimentos na ordem de 70% em relação aos anos anteriores. A intenção da Secretaria é dobrar o número de vagas de acolhimento ainda em 2021, condicionada à disponibilidade orçamentária, e aperfeiçoar e ampliar as ferramentas de gestão e fiscalização dessas entidades. (MINAS GERAIS, p.02, 2021).

O referido plano enfatiza também ações de “Resistência às Drogas”, inclusive, no âmbito da educação, cita sobre a proposta de distribuição de materiais com orientações que envolvem a temática. Apresenta essas iniciativas como práticas inovadoras, porém Vasconcelos (2016) explica que investir em (CTs), serviços que priorizam o isolamento social, remete aos tempos dos hospitais psiquiátricos e trabalhar a prevenção focando a discussão no objeto droga pode ser um caminho bastante delicado e superficial, uma vez que a atenção se volta para os sujeitos como “problemáticos” e não se faz a leitura de todo o contexto e complexidade que envolve essa questão.

Há no Brasil uma fecunda discussão sobre o neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico. As alterações da racionalidade psiquiátrica estão intrinsecamente ligadas aos preceitos neoliberais, fenômenos associados com o desenvolvimento do neoliberalismo tais como a solidão, questões entre a vida pública e a privada, a lógica da competição, o imperativo da superação e produtividade em todas as esferas da vida se apresentam como caminhos para a produção de novas formas de sofrimento psíquico. Além da dinâmica social atual na qual os sujeitos são privados do acesso a emprego, saneamento básico, moradia e

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

acesso a políticas de saúde de qualidade. (NEVES et al., 2021.)

É preciso considerar, entre outros fatores, que o recrudescimento das políticas públicas, que asseguram aos cidadãos as condições objetivas de sua existência, refletem nas questões subjetivas e geram altas cargas de sofrimento psíquico. Necessário se faz o repensar sobre as alternativas de cuidado disponibilizadas pelo estado e que, impregnadas de um discurso biológico, produz o ocultamento das mediações sociais e políticas dos fenômenos psíquicos. (NEVES et al, 2021.). Observa-se que a recuperação da vida é um projeto peculiar de cada caso, e não envolve somente a remissão de sintomas e abstinência do uso de drogas. Portanto, compreender a complexidade dessa afirmativa supõe perceber que diante das brutais condições de existência não é simples abordar a questão somente pela via de práticas de isolamento.

## **COMUNIDADES TERAPÊUTICAS E AS IMPLICAÇÕES DE GÊNERO**

Em pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), entre 2015 e 2017, junto a quinhentas Comunidades Terapêuticas (CTs) de todas as regiões do país para traçar o perfil dessas instituições, os dados apontam, entre outros elementos, algumas implicações de gênero.

O presente estudo utilizou o conceito de gênero nos termos proposto por Butler (1990) como o resultado de uma construção social em que as experiências sociais moldam os sujeitos para que de forma “naturalizada” assumam papéis sociais considerados apropriados para o homem e a mulher, há uma ideia de essencialização do sujeito. Nesse contexto, Scott (1990) contribui ao dizer que esses papéis moldados socialmente sedimentam uma hierarquização das relações sociais, resultando em uma distribuição desigual do poder, ocorrendo a dominação masculina. Dessa forma, as mulheres se encontram historicamente em condição social desigual em relação aos homens.

Verifica-se que desenvolver estudos com a perspectiva de gênero se revelou como um caminho para desnaturalizar realidades gendradas e naturalizadas na sociedade devido ao patriarcado e ao racismo que já existiam antes do modo de produção capitalista, sendo ambos por ele apropriados e aprofundados. (SAFFIOTI, 1976).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Para discutir a ascensão das (CTs) e as implicações de gênero, é fundamental esclarecer, conforme Zanello (2018), que as pesquisas sobre saúde mental e gênero ainda são incipientes no Brasil. Contudo, existem estudos dessa autora e outras que apontam sérias contradições que perpassam as relações sociais de gênero nas sociedades capitalistas contemporâneas e que refletem no campo da saúde mental. Indicam que existem caminhos gendrados para o sofrimento psíquico de maneiras diferentes para mulheres e homens. Assim, é fundamental reconhecer gênero como um potente determinante social.

Para melhor compreender o cenário de agravos, o caminho adotado foi buscar referências nas teorias feministas para explicitar a condição da mulher na sociedade. Conforme Souto (2020), não há um conceito fechado de feminismo, pois se trata de um movimento diverso e que deve ser observado em seu tempo, espaço e situação. Portanto, é preciso buscar as especificidades das lutas das mulheres latino-americanas, marcadas por questões étnicas e culturais. No âmbito deste estudo, o feminismo é compreendido como as lutas em prol dos direitos políticos, civis e contra todas as formas de opressões contra as mulheres. Obviamente e em consonância com os estudos de Zanello (2018) a condição social das mulheres reflete em suas experiências de sofrimento psíquico.

Essa realidade impõe a necessidade de discutir as iniciativas adotadas pelo estado no que tange à saúde mental das mulheres. Assim, nesta pesquisa, o esforço foi o de analisar as implicações de gênero no contexto de ascensão das comunidades terapêuticas.

Observa-se que historicamente a assistência para pessoas que fazem uso prejudicial de drogas foi dispensada nos hospitais psiquiátricos. Mas a partir da realização da 3ª Conferência Nacional de Saúde Mental, no ano de 2001, têm-se propostas do Ministério da Saúde claramente influenciadas pela experiência da Reforma Psiquiátrica, pelo Programa Nacional de DST/AIDS e pela política de Redução de Danos<sup>5</sup>. As iniciativas resultaram na implantação dos primeiros caps-álcool e outras drogas no ano de 2003. (MACHADO, 2011).

A reforma psiquiátrica, desde a década de 70, representa um momento de inflexão no

---

<sup>5</sup>É um dos caminhos para cuidar das pessoas que fazem uso prejudicial de substâncias psicoativas, pois reconhece cada sujeito em suas singularidades, traça com eles possibilidades de cuidado voltados não apenas para a abstinência como única meta possível. (MACHADO, 2011). Verificou-se que a atual Política Nacional sobre Drogas retirou essa perspectiva e adotou o modelo da abstinência, porém especialistas da área compreendem a redução de danos como um caminho mais adequado e ético.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

debate sobre a construção de políticas públicas de saúde mental porque orienta o fim do modelo asilar e a prioridade do cuidado no território.

Com a edição da Portaria nº 3.088, de 2011, do Ministério da Saúde, foi instituída a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no âmbito do SUS. Os serviços assistenciais têm como base os preceitos da Reforma Psiquiátrica, portanto preconiza a implantação de equipamentos diversos da saúde que se orientam pelo respeito aos direitos humanos, à autonomia, à liberdade, ao cuidado integral, à assistência multiprofissional, à redução de danos e com o protagonismo de usuários e familiares.

Porém, a normativa citada acima incluiu as (CTs) como serviços para adultos com necessidades estáveis relacionadas ao uso prejudicial de drogas. Cabe salientar uma enorme contradição com a inserção desses serviços, pois, se o cuidado em saúde mental no SUS se pauta pelos preceitos da Reforma Psiquiátrica que, em tese e por meio da Lei Federal 10.216 de 2001, proíbe internações em instituições de caráter asilar, como inseri-las no rol de instituições para o cuidado em saúde mental as (CTs)? Assim, é possível verificar uma onda de grandes avanços, mas com algumas permanências do modelo manicomial. Dessa forma, é preciso considerar a potência de transformação dos movimentos sociais e a necessidade de continuar empreendendo mudanças em prol dos interesses coletivos.

Ressalta-se que, em janeiro de 2012, foi editada a Portaria nº 131 do Ministério da Saúde, através da qual se adotou critérios para que as (CTs) recebessem recursos do SUS já que eram consideradas serviços de saúde. Os critérios adotados determinam que as instituições devem estar localizadas em regiões próximas aos CAPS, unidade de acolhimento, serviço hospitalar de referência e atendimento de urgência. Prevê também, para a solicitação de financiamento, documento assinado por gestor da saúde local, licença sanitária atualizada, funcionamento mínimo de três anos, projeto técnico e também certificação de entidade beneficente de assistência social (CEBAS). Diante de tantas exigências é preciso esclarecer que até o momento atual não há registros de (CTs) financiadas com recursos da saúde.

Com os resultados deste estudo, percebe-se que, mesmo com tantas transformações no campo da saúde mental, ainda persiste em um grande número de municípios a falta de implantação de CAPS nas suas várias modalidades, serviços com acolhimento diário ou noturno para a crise, espaços de convivência para a produção e reprodução da vida social,

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

serviços de abrigo temporário, investimento em equipes multiprofissionais qualificadas e outros. Assim, as (CTs) ocupam esses espaços com o seu ideal de cura e libertação. (VASCONCELOS, 2016). Os dados da pesquisa do IPEA demonstram que:

O primeiro ponto digno de nota, e a partir do qual se desdobram diversas interrogações, é o fato de que cerca de 85% das CTs atuantes no país, em 2015, acolhem exclusivamente pessoas de um só sexo: 80% recebem apenas homens; e pouco menos de 5%, apenas mulheres. Somente 15% das CTs brasileiras atendem simultaneamente pessoas de ambos os sexos. Assim, chama a atenção a ampla superioridade numérica de vagas destinadas a pessoas identificadas como do sexo masculino. (IPEA, p.102, 2018).

Obviamente, esse cenário exige pesquisas que revelem o porquê da disparidade da oferta de vagas disponibilizadas para homens e mulheres nas CTs, pois existem dezoito vezes mais vagas masculinas se comparada às femininas. A pesquisa esclarece ainda que 90% das comunidades terapêuticas não autorizam relações sexuais entre seus internos, talvez fosse esse um dos fatores para viabilizar espaços distintos, porém essas medidas estariam desconsiderando possibilidades de relações entre pessoas do mesmo sexo. Esses dados levantam questionamentos se de fato há maior demanda para tratamento entre os homens, ou se há outros elementos que determinam essa desproporcionalidade da oferta de cuidados que envolve a utilização de recursos públicos. (VILLAR; SANTOS, 2018).

Sobre o consumo de álcool no Brasil, a prevalência estimada da dependência chega a 17,1% entre homens e 5,7% entre mulheres. As pesquisas demonstram que a questão do uso prejudicial de drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas, foi e ainda é considerado como um problema masculino, porém, observa-se que há uma lacuna de pesquisas sobre as dependências femininas, acredita-se que, em função de preconceitos e estigmas ligados aos papéis de gênero. (BARBOSA; BERGER, 2017).

No entanto, com base no II Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil, no ano de 2006, as mulheres usam mais benzodiazepínicos que os homens. Em pesquisa realizada por Martins et al., no ano de (2017), e outra realizada por Barbosa e Berger (2016) as mulheres têm feito uso de psicofármacos amplamente prescritos nos serviços de atenção básica. Esses dados revelam a medicalização do mal-estar que pode estar ligado à condição social da mulher, mas o modo pelo qual as situações vêm sendo conduzidas podem ser consideradas também como violência farmacológica, na medida em

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

que produz o silenciamento e o aprisionamento de resistências.

Essa realidade impõe a necessidade de discutir as iniciativas adotadas pelo estado no que tange à saúde mental das mulheres. Os dados apontam questões importantes de gênero, uma vez que os homens têm feito maior uso prejudicial de drogas se comparado às mulheres, porém os dados demonstram uma discrepância no que tange ao uso das drogas lícitas e ilícitas. Logo, as mulheres têm tido experiências peculiares com o uso de drogas lícitas a exemplo dos fármacos e outras, além de experienciarem os processos de sofrimento de modo diferente aos dos homens, devido aos papéis sociais de gênero. (ZANELLO, 2018).

A condição social da mulher tem sido apontada por alguns autores tais como Good e Kleinman (1985) e Litlewood (2002) como um fator importante que incide nos transtornos mentais comuns (TMCs-depressão e ansiedade) e que repercutem muito mais nas mulheres, pessoas com relativa falta de poder e economicamente marginais. Logo, o que é compreendido como sintomas psiquiátricos precisaria de uma leitura ampliada para a busca de sentidos atribuídos aos sintomas. (ZANELLO, 2018)

Sobre as (CTs) e as implicações de gênero, foi comum ouvir de dirigentes dessas instituições que unidades femininas são mais difíceis de conduzir tendo em vista problemas emocionais das mulheres, ligados a questões hormonais, o que demanda cuidados peculiares dada a especificidade dos seus corpos. Algumas (CTs) inclusive teriam desistido de continuar ofertando os cuidados em virtude de tantas dificuldades. (IPEA, 2018).

Essas revelações encontram ressonância nas pesquisas da Zanello (2018) na obra “Saúde mental, gênero e dispositivos”, que faz um importante debate sobre a cultura e os processos de subjetivação. A obra demonstra como os processos de subjetivação de homens e mulheres criam estereótipos de gênero, assim, há uma visão reducionista e por vezes preconceituosa do ser mulher. Mesmo com as transformações ocorridas contra a opressão das mulheres, empreendidas pelas lutas feministas, ainda predomina na sociedade uma imposição do silenciamento, na qual as mulheres são pressionadas a responder aos papéis sociais delineados e carregados de moralidades, papéis ligados ao ser mãe, boa esposa, cuidadora, dona do lar e outros tão naturalizados socialmente a ponto de serem reproduzidos pelas instituições, inclusive de saúde.

Os resultados deste estudo apontam que, mesmo com tantos desafios a serem

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

superados, o modelo de cuidado assistencial proposto pela Reforma Psiquiátrica se apresenta como o mais adequado, uma vez que a assistência realizada nos CAPS é destinada para todas as pessoas sendo elas mulheres, crianças, adolescentes, adultos e idosos e com demandas diversas. O cuidado é realizado com respeito às escolhas do sujeito e apoio aos seus projetos de vida. A ideia é que os CAPS sejam apenas lugares de passagem, em momentos de crise, para que, posteriormente, as pessoas retomem suas vidas, pois a vida pulsa é no território.

Compreende-se que retirar o sujeito do meio em que vive demonstra ser um modo de suspender temporariamente as questões que envolvem o adoecimento, devido ao uso prejudicial de drogas. Portanto, internações em CTs impossibilitam um real enfrentamento da questão, dos embaraços subjetivos, da preservação e construção dos laços sociais.

É importante realizar o cuidado em meio aberto onde a vida acontece, compreende-se o território para além de um espaço geográfico e sim permeado de sentidos, histórias e cultura. Portanto, promover a ruptura com o território é silenciar parte da trajetória de vida do sujeito. A história demonstra que os sujeitos têm construído relações múltiplas com as drogas, assim como a impossibilidade de alguns abandonarem o uso e mesmo o reconhecimento de que as drogas sempre fizeram e continuarão fazendo parte da vida em sociedade. Porém, não se trata do objeto droga, mas da relação que se estabelece com ela, são inúmeros fatores e facetas que envolvem esse contexto. (MACHADO, 2011).

Todo esse percurso demonstra que buscar saídas pontuais para problemas complexos e condutas reducionistas resultam em violações de direitos e desperdício de recursos públicos. Verifica-se que ainda predomina a perspectiva do sujeito universal, o “louco”, o “drogado”, o “criminoso” o que exige um cuidado para compreender as particularidades e singularidades que envolvem a questão. Colocar em evidência, por exemplo, a situação ainda desigual das mulheres em diversos campos é importante para que seja possível buscar o enfrentamento dos problemas. Não se trata somente de nomear os sujeitos como “drogados (as)”, mas compreender que há um sujeito que possui uma história de vida e uma localização social.

A realidade atual é delicada, pois, os recursos que poderiam sustentar e ampliar os diversos e políticas para todos os cidadãos estão sendo destinados para outras instituições, a exemplo das (CTs). Observa-se que os serviços de saúde mental do SUS estão sofrendo um desinvestimento, e as intervenções governamentais têm privilegiado as (CTs) com subsídios

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

inclusive do Ministério da Cidadania, assim reproduz um discurso de compromisso social para com os cidadãos que demandam cuidado devido ao uso prejudicial de drogas, logo não há uma observância de que todo o movimento é destinado para o cuidado dos homens, assim as mulheres, crianças e cidadãos não binários não estão sendo considerados neste processo. Aí, verificam-se as implicações de gênero e a contribuição para a perpetuação do desigual acesso às políticas de saúde entre os gêneros.

Reconhecer que a sociedade capitalista não está organizada somente pelas diferenças de classe social, conforme explicou Marx e Engels, é fundamental para utilizar outras epistemologias e iluminar os elementos que compõem a estrutura social, a exemplo da clássica obra “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado”, na qual é possível verificar que a primeira opressão de classe é a do sexo feminino pelo masculino. (PEREIRA; PASSOS, 2017).

Esse percurso permite inferir que o acesso a políticas de saúde ainda é desigual entre homens e mulheres e, particularmente, o campo da saúde mental tem sido afetado com a ascensão das (CTs) resultando na qualidade da oferta de serviços. É preciso compromisso social com as mulheres, inclusive considerando a diversidade do ser mulher “índias, negras, pobres, imigrantes, rurais, mulheres com problemas específicos de saúde”, (PEREIRA; PASSOS, 2017). Reforça-se, portanto, a necessidade de examinar a construção de políticas públicas de atenção às drogas como uma questão de saúde coletiva, à luz da Reforma Psiquiátrica e dos direitos humanos.

Ressalta-se que o campo da saúde mental, álcool e outras drogas em observância às deliberações de todas as conferências Nacionais de Saúde Mental realizadas nos anos de 1988, 1992, 2002 e 2010 não disponibilizam recursos do Fundo Nacional de Saúde para as comunidades terapêuticas, mas verifica-se importante perda de recursos entre os anos de 2015 e 2016. Mesmo que os recursos venham de outras fontes, a exemplo do Ministério da Cidadania, há rebatimentos nos serviços do (SUS) a partir da justificativa de que as (CTs) têm cumprindo esse papel de garantir a assistência necessária. É nesse contexto que o governo tem investido nas (CTs) por meio também dos recursos do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), além de investimentos públicos estaduais e municipais. Observa-se um período de estagnação dos investimentos no campo da saúde mental e retrocessos tendo em vista a valorização de

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

propostas conservadoras e higienistas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao partir de um olhar que não se pretende normativo e muito menos essencialista sobre as questões de gênero, foi possível verificar que realmente grande parte dos recursos para o cuidado de pessoas que fazem uso prejudicial de drogas tem sido destinada para serviços que se propõem a “tratar” os homens. É certo que serviços análogos aos manicomial, na sua maioria em instituições isoladas da vida social e pelo que a pesquisa demonstra com uma série de interdições a partir do tripé: trabalho, disciplina e espiritualidade, não se reivindica aqui implantar (CTs) para o cuidado de mulheres, mas realizar o esforço de compreender os meandros que envolvem a ascensão dessas instituições e que tem promovido o silenciamento de questões ligadas ao uso de drogas pelas mulheres, suas experiências de sofrimento bem como o cuidado em saúde mental que contemplem suas demandas.

Foi possível compreender também que os instrumentos jurídicos que regulam as (CTs), a partir dos anos 2001, formam uma colcha de retalhos contraditória, ambígua e que paradoxalmente sustenta o fortalecimento institucional dessas instituições. Por fim, se propõe aqui resgatar um projeto de sociedade em consonância com as lutas feministas de transformações radicais no que tange às questões sociais, políticas e econômicas para que outras experiências de vida possam emergir e com reflexos na saúde mental.

Todos esses elementos dizem de uma estrutura social extremamente hierárquica e que inviabilizam o acesso à saúde de qualidade, é urgente considerara perspectiva de gênero na construção das políticas. Além disso, é importante ressaltar que a gravidade da conjuntura não deve promover a paralisia e sim a resistência. Esta pesquisa foi uma oportunidade de colocar em debate questões silenciadas no campo da saúde mental sobre a perspectiva de gênero e que precisam ganhar novos contornos. Por fim, espera-se que este estudo contribua para deixar mais perguntas que respostas no sentido de construir outras possibilidades para a vida em comunidade.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. & BERGER, S. **Abuso de drogas e transtornos alimentares entre mulheres: sintomas de um mal-estar de gênero?** Cad. Saúde Pública 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/csp/2017.v33n1/e00120816/pt>>. Acessado no dia 11/01/2021.

BUTLER, J. **Actos performativos y constitución del género: un ensayo sobre fenomenología y teoría feminista.** In: CASE, S.- H. (Org.). **Performing feminisms: feminist critical theory and theatre.** Baltimore: Johns Hopkins, 1990. p. 296-314.

BRASIL. **Lei Federal 13.840 de 05 de Junho de 2019.** Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para tratar do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, definir as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e tratar do financiamento das políticas sobre drogas e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto Nº 9.761 de 11 de Abril de 2019.** Aprova a Política Nacional sobre Drogas.

BRASIL. **Comunidades Terapêuticas: temas para reflexão/Organizadora: Maria Paula Gomes dos Santos.** – Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

BRASIL. **Lei 11.343, de 23 de Agosto de 2006.** Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

BRASIL. **Portaria 3.088, De 23 de Dezembro de 2011.** Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

BRASIL. **Portaria nº 131, De 26 de Janeiro de 2012.** Institui incentivo financeiro de custeio destinado aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal para apoio ao custeio de Serviços de Atenção em Regime Residencial, incluídas as Comunidades Terapêuticas, voltados para pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas, no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial.

BRASI. **Relatório de Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas – 2017/ Conselho**

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Federal de Psicologia; Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à tortura; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão/ Ministério Público Federal; - Brasília DF: CFP, 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001.** Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/leis2001/110216.htm#:~:text=L10216&text=LEI%20No%2010.216%2C%20DE,modelo%20assistencial%20em%20sa%C3%BAde%20>. Acesso no dia: 12/03/2022.

BRASIL. Nota Técnica nº 21. **Perfil das Comunidades Terapêuticas Brasileiras.** Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), março de 2017.

CFP. **As Transformações das Políticas Públicas brasileiras sobre álcool e outras drogas.** In: Revista Psicologia Ciência e Profissão- Diálogos: “Álcool e outras drogas”. Conselho Federal de Psicologia. Ano 6, Nº 06/Novembro de 2009.

Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas-CONAD. Resolução nº 01, de 19 de agosto de 2015. Regulamenta, no âmbito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, as entidades que realizam o acolhimento de pessoas com problemas associados ao uso nocivo ou dependência de substância psicoativa, caracterizadas como comunidades terapêuticas.

COSTA, Selma Frossard. **As políticas públicas e as comunidades terapêuticas nos atendimentos à dependência química.** Serviço Social em Revista, v.11, n.2, p.1- 14. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista>. Acesso em: 07 março 2022.

DE LEON, George. **A comunidade terapêutica: teoria, modelo e método.** São Paulo: Loyola. 2003.

FIORI, M. e RUI, T. **O Fenômeno das Comunidades Terapêuticas no Brasil: Experiências em zonas de indeterminação.** In: WorkingPaper Series: Comunidades Terapêuticas no Brasil. Brooklyn: Social Science Research Council, Junho de 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1994.

IPEA, 2018. **Comunidades Terapêuticas: Temas para Reflexão/ Organizadora: Maria Paula Gomes dos Santos.** – Rio de Janeiro.

MACHADO. A. R. **Políticas Públicas para o uso prejudicial de álcool e outras drogas: avanços e retrocessos.** Texto apresentado no Seminário “Uso prejudicial de álcool e outras

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

drogas como sofrimento mental: a lógica de cuidado no SUS”, realizado na Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, em dezembro de 2011.

MARTINS, I.; SILVERIA, L.; CARRILHO, C. & VIEIRA, A. (2017). **O que não tem remédio nem nunca terá**: Um estudo a partir do uso de benzodiazepínico em mulher. REME. Revista Min Enfermagem. Disponível em: <<https://cdn.publisher.gn1.link/reme.org.br/pdf/e1015.pdf>>. Acessado no dia 11/01/2021.

MINAS GERAIS. **Plano Mineiro Intersetorial de Cuidados/Tratamento e Prevenção do Uso/Abuso de Álcool, Tabaco e outras Drogas**. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. Subsecretaria de Políticas Sobre Drogas. Belo Horizonte, 2021.

MINAS GERAIS. **Decreto nº 44.107/2005**. Cria a Rede Complementar de Suporte Social na Atenção ao Dependente Químico – RCSS/DQ, programa de ação continuada, previsto na ação 4149 – “Apoio à Rede Complementar de Suporte Social na Atenção ao Dependente Químico”, inserida no Programa nº 070 – “Políticas sobre Drogas”.

MINAS GERAIS. **Lançamento do Plano Mineiro Intersetorial de Cuidados/Tratamento e Prevenção do Uso/Abuso de Álcool, Tabaco e outras Drogas**. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (SEDESE), 25 de junho de 2021. 1 Vídeo com duração de 136 minutos, (Live). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6eRaQo33BOg>. Acesso em: 09/03/2022.

NEVES, A., et al. **A psiquiatria sob o neoliberalismo**: da clínica dos transtornos ao aprimoramento de si. In: SAFATLE V., JÚNIOR. N e DUNKER C. Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico. 1 ed.; 2. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

PASSOS, R. G.; PEREIRA, M. P. Luta Antimanicomial, feminismos e interseccionalidades: notas para debate. PASSOS, R. G. e PEREIRA, M. P In: **Luta antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira** – I. ed. – Rio de Janeiro: Autografia, 2017. 214p.

RESENDE, N. C. Marco Normativo das Comunidades Terapêuticas no Brasil: Disputas de sentidos e nós jurídicos. In: WorkingPaper Series: Comunidades Terapêuticas no Brasil. Brooklyn: Social Science Research Council, junho de 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para uma análise histórica**. Tradução: Maria

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Betânia Ávila e Cristine Dabatt. Recife: SOS Corpo. 1990.

SOUTO, B. F. Juana Manso: uma intelectual feminista transnacional. *Dimensões*, v. 45, jul.-dez. 2020, p. 53-83. ISSN: 2179-8869.

VASCONCELOS, E. M. **Reforma Psiquiátrica, tempos sombrios e resistência: diálogos com o marxismo e o serviço social.** Editora Papel Social, 2016.

VILLAR, N. L e SANTOS, M. P. **Sexualidade e Relações De Gênero nas Comunidades Terapêuticas: Notas a Partir de Dados Empíricos.** In: *Comunidades Terapêuticas: temas para reflexão/ Organizadora: Maria Paula Gomes dos Santos.* – Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

ZANELLO, V. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação/ ValeskaZanello.** -1. Ed. – Curitiba: Appris, 2018. 301 p.; 23 cm (psi).

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral

Eixo Temático - Neoliberalismo e o Sucateamento das Políticas Públicas: Aumento das Vulnerabilidades da População Brasileira Frente à Pandemia

**NEOLIBERALISMO, PANDEMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS:  
ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O BOLSA FAMÍLIA E O AUXÍLIO BRASIL  
NEOLIBERALISM, PANDEMIC AND PUBLIC POLICIES:  
COMPARATIVE ANALYSIS BETWEEN BOLSA FAMÍLIA AND AUXÍLIO BRASIL**

Luiz Claudio de Almeida Teodoro<sup>1</sup>

**RESUMO:** O trabalho pretende fazer uma discussão entre o neoliberalismo e as políticas públicas. Em um cenário brasileiro de medidas neoliberais, percebe-se a pauperização, sendo aprofundada ainda pela pandemia do COVID-19. É neste contexto, que o texto pretende comparar os programas Bolsa Família e o Auxílio Brasil, que foi feito para substituí-lo. Pode-se apontar os problemas de cobertura do Auxílio Brasil, numa realidade onde 25% da população brasileira está em situação de pobreza; suas condicionalidades que privilegiam quem já está na escola ou pratica algum esporte, o que inverte a lógica de inclusão; e, sua provisoriedade, pois está previsto somente até o final de 2022, sendo muito mais uma estratégia eleitoral que um programa de Estado para minimizar as desigualdades sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** neoliberalismo; políticas públicas; Programa Bolsa Família; Programa Auxílio Brasil; COVID-19.

**ABSTRACT:** The work intends to make a discussion between neoliberalism and public policies. In a Brazilian scenario of neoliberal measures, pauperization is perceived, being further deepened by the COVID-19 pandemic. It is in this context that the text intends to compare the programs Bolsa Família and Auxílio Brasil, which was made to replace it. One can point out the problems of coverage of Auxílio Brasil, in a reality where 25% of the Brazilian population is in poverty; its conditionalities that privilege those who are already in school or who practice some sport, which inverts the logic of inclusion; and its provisional nature, as it is only expected until the end of 2022, being much more an electoral strategy than a State program to minimize social inequalities.

**KEYWORDS:** neoliberalism; public policy; Bolsa Família Program; Brazil Assistance Program; COVID-19.

<sup>1</sup>Pós-doutorando no Departamento de Sociologia da UFMG, Doutor em Ciências Sociais, Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia do CEFET MG, Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Trabalho e Sistema Prisional – Reconectar, Pesquisador do CRISP/UFMG.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## INTRODUÇÃO

O liberalismo contemporâneo ou neoliberalismo surge em oposição ao modelo político capitalista denominado Estado de bem-estar social, que predominou no mundo durante o período de 1945 a 1979. Esse modelo inspirado nas teses do economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946) visava corrigir alguns problemas graves do liberalismo, e notadamente pretendia reduzir os patamares de desigualdade social. A doutrina keynsiana sustenta que nas economias capitalistas desprovidas de regulação econômica as crises tendem a se alastrar, atingindo diversos setores da economia e podendo envolver uma dimensão de desmoronamento em massa da vida social.

Partindo do pressuposto de que políticas públicas são fundamentais para minimizar as desigualdades sociais e promover a inclusão social dos mais vulneráveis, este texto tem como objetivo analisar, a partir de uma revisão bibliográfica e documental, a comparação entre os Programas Bolsa Família e Auxílio Brasil. A ideia é tentar construir um arcabouço que permita apontar que o governo Bolsonaro, claramente aliado à doutrina neoliberal, é incapaz de lidar com as mazelas sociais, que se aprofundaram durante a pandemia do COVID-19.

Para tanto, no primeiro item serão discutidos os conceitos de exclusão social e políticas públicas. A seguir, foi realizada uma análise da desigualdade social a partir das concepções neoliberais e social democratas. Na sequência, foram caracterizados os Programas Bolsa Família e Auxílio Brasil. Após, uma compreensão das ações dos Programas, foi realizada uma comparação entre os mesmos. Análise esta que sustenta o debate sobre a atuação do governo Bolsonaro, demonstrando a incapacidade de lidar com a desigualdade social e contribuindo inclusive com o aumento do número de excluídos do país, principalmente no período da pandemia do COVID-19. Por fim, foi feita algumas considerações finais ressaltando os principais aspectos do texto.

## EXCLUSÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

A desigualdade social é um processo existente dentro das relações da sociedade capitalista. Faz parte das relações sociais, pois determina um lugar aos desiguais, seja por questões econômicas, de [gênero](#), de [cor](#), de crença, de círculo ou grupo social. Essa forma de desigualdade prejudica e limita o status social dessas pessoas, além de seu acesso a direitos básicos, como: educação e saúde de qualidade, direito à propriedade, direito ao trabalho, direito à moradia, ter boas condições de transporte e locomoção, entre outros.

O fenômeno da desigualdade se manifesta no acesso aos direitos, mas principalmente no acesso a oportunidades. De acordo com Rosseau (1989), a desigualdade tende a se acumular. Logo, determinados grupos de pessoas de classes sociais e econômicas mais favorecidas têm acesso a boas escolas, boas faculdades e, conseqüentemente, a bons empregos. Ou seja, vivem, convivem e crescem num meio social que lhe está disponível. É um ciclo vicioso: esses grupos se mantêm com seus privilégios e num círculo restrito, relacionando-se social e economicamente por gerações a fio.

De acordo com Castel (1998), a exclusão social pode ser definida como a “nova questão social”, o lugar em que os trabalhadores com menos vínculos sociais podem ocupar na sociedade industrial. A precarização do trabalho permite compreender os processos que alimentam a vulnerabilidade social e produzem, no final do percurso, a defiliação social - que se relaciona com a ausência de emprego e o isolamento social. Dessa forma pode-se considerar que “a exclusão social está constituída por transformações na esfera da produção, principalmente, no processo de acumulação capitalista, que prescinde cada vez mais da força de trabalho humana” (CASTEL, 1998, p. 53).

Buscando operacionalizar o conceito, Fontes (1997) considera que o termo exclusão social tornou-se uma espécie de paradigma do final do milênio, aplicado a situações e conjunturas diversas, cuja unidade seria dada por designar contingentes populacionais desnecessários à vida social, ou seja, os “descartáveis”. Algumas mudanças<sup>2</sup> no formato de

---

<sup>2</sup> Essas mudanças seriam o redirecionamento do capitalismo num crescimento restritivo, limitado, dirigido para grupos específicos de consumidores, ampliando a exclusão interna em escala planetária; o recuo do Estado e a perda de controle dos Estados nacionais sobre as redes financeiras internacionais; e, em certas regiões, como na África, o recuo dramático da participação do capital com desindustrialização e a descapitalização acentuadas (FONTES, 1997).

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

integração social levam a autora a admitir que as possibilidades contemporâneas de uma exclusão social por externalidades.

Nesta mesma linha, para Escorel (1999), a exclusão social fundamenta-se no processo de crescimento do contingente de pobres e miseráveis com a crise do desenvolvimento econômico. A autora considera que os excluídos são aqueles que estão à margem do processo produtivo, portanto podem ser descartados pela sociedade. “A exclusão social se caracteriza não só pela extrema privação material, mas, principalmente, porque essa privação material desqualifica seu portador” (SCOREL, 1999, p. 76). Ou seja, retira a qualidade de cidadão, de sujeito e de ser humano, de portador de desejos, vontades e interesses legítimos que o identificam e diferenciam.

Também nesta direção, Gomà (2004) considera que a exclusão baseia-se na fratura do tecido social. Segundo ele, o conceito de exclusão social engloba a pobreza – insuficiência de renda -, mas vai além, à medida que se define também pela impossibilidade ou dificuldade intensa de ter acesso tanto aos mecanismos culturais, como aos sistemas pré-estabelecidos de proteção e solidariedade coletiva. Segundo o autor, três vetores de mudanças são responsáveis por este processo Primeiro, a transição de uma sociedade de classes para uma marcada por múltiplos eixos de desigualdades. O segundo seria a transição de uma sociedade estruturada em valores para outra com riscos e incertezas (subjetivação). E o terceiro, a transição de uma sociedade onde predominava a desigualdade vertical para a exclusão. Assim, os excluídos não “são residuais nem temporários, ao contrário, eles estão associados a características estruturais da sociedade que explicam porque e como uma parte da população acumula precariedades.” (GOMÀ, 2004, p. 69).

## **DESIGUALDADE, NEOLIBERALISMO E SOCIAL DEMOCRACIA**

De uma perspectiva ampla, pode-se afirmar que existe certo consenso no espectro ideológico (capitalistas, social democratas e socialistas) de que a desigualdade social é consequência do sistema capitalista. O que difere é forma de explicar suas causas e consequências.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Segundo Hinkelammert (1998), na visão neoliberal, o ser humano só é livre à medida que os preços são livres. A libertação do indivíduo é consequência e também subproduto da libertação dos preços. Tornando os preços livres o homem se liberta. Assim, nega-se qualquer liberdade humana anterior às relações mercantis ou anterior ao mercado. Desse modo, nega-se também qualquer exercício de liberdade, à medida que esse possa entrar em conflito com as leis de mercado. E não pode haver intervenção estatal no mercado, não se conhecendo nenhum direito humano que não derive de posição no mercado. Os direitos humanos se esgotam no direito de propriedade.

O neoliberalismo propõe-se como uma teoria econômica neutra, científica. Entretanto, enquanto sistema de ideias e noções explicativas da realidade, o neoliberalismo converte-se na ideologia perfeita para a etapa globalizante do capitalismo, por justificar teoricamente a livre circulação dos capitais e a diminuição da interferência do Estado na economia tanto no nível da atividade produtiva direta quanto no dos mecanismos de regulação, em especial aqueles que se referem aos investimentos, à distribuição de renda, à abertura dos mercados nacionais e às relações trabalhistas.

Neste contexto, o neoliberalismo explica a questão das desigualdades sociais a partir da lógica meritocrática. Ou seja, significa que todo indivíduo é capaz de prosperar somente com suas capacidades sem precisar da ajuda da sociedade, Estado ou família. É um sistema que privilegia as qualidades do indivíduo como a inteligência e a capacidade de trabalho, e não sua origem familiar ou suas relações pessoais. Porém, esta lógica não discute se as pessoas têm as mesmas condições iniciais para disputar no mercado.

Por outro lado, a social democracia argumenta que um mercado não regulado pelo Estado pode conviver constantemente em crise. Além das consequências da desigualdade social, da exclusão e da ampliação de suas vulnerabilidades. Portanto, pode-se destacar que com as políticas públicas vem à tona o surgimento da questão social e traz consigo as origens do Estado de Bem Estar Social, ou seja, a intervenção do Estado, a Política Pública é o estado agindo na sociedade. A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real e que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social,

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem aos direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais. Políticas Públicas é a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público.

Portanto, a noção de exclusão social implica em ser um fenômeno multicausado e multifacetado, relacionado a diferentes vulnerabilidades. Por isso, que políticas de inclusão devem visar ações que possibilitem a geração de emprego e renda, além de mecanismos que criem condições para que as pessoas resgatem sua autoestima e se insiram no convívio social. Nesse sentido, é que as políticas públicas são fundamentais na construção de uma agenda inclusiva.

### **CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

O Programa Bolsa Família (PBF) tem por objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome. Criado em 2003, através de Medida Provisória, instituído pela Lei 10.836, em janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de setembro do mesmo ano, o PBF era o maior programa de transferência de renda do país. (MDS, 2019). O programa segue três características básicas: é um programa focado, condicionado e de livre utilização. É um programa focado, pois busca beneficiar famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. A mensuração utilizada para definir a linha de pobreza no Brasil sempre foi o salário-mínimo, sendo classificados como pobres aquela parcela da população cujo rendimento mensal per capita estivesse entre  $\frac{1}{4}$  e  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, e extremamente pobres ou indigentes aqueles cuja renda per capita não ultrapassasse  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo. (CARNEIRO, 2005).

O PBF é um programa de transferência condicionada de renda, pois ao acessar o programa a família se compromete a cumprir suas condicionalidades nas áreas de assistência

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

social, saúde e educação. Na questão da assistência social exigia-se o acompanhamento de ações socioeducativas para crianças em situação de trabalho infantil. Na área de saúde, as famílias bolsistas assumiam o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 à 44 anos também deviam fazer o acompanhamento e, se gestantes ou nutrizes (lactantes), deviam realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê, respectivamente. Na educação, todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos deviam estar devidamente matriculados e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos deviam ter frequência de, no mínimo, 75% (MDS, 2019). E é considerado de livre utilização, pois não vincula o uso do benefício a um fim específico, como outros programas existentes no passado, o Auxílio Gás, por exemplo. Essa característica do programa tem grande impacto na promoção da autonomia e na liberdade dos bolsistas, representando um aspecto de cidadanização que supera a questão monetária. Os bolsistas recebem o recurso através do Cartão Cidadão que, para a grande maioria do público do programa, passou a ser o primeiro vínculo a uma instituição bancária, representando, do ponto de vista do consumo, um elemento de integração social.

Quanto à gestão do programa, cabe ao governo federal a elaboração de suas diretrizes gerais e o pagamento aos bolsistas. Aos estados cabe a coordenação intersetorial e articulação para o acompanhamento das condicionalidades; capacitação e apoio técnico aos municípios; execução dos recursos financeiros; e fortalecimento do controle e da participação social. Aos municípios cabe a gestão em nível local e a garantia do controle social. Desta forma, os municípios assumem as atividades de cadastramento das famílias no Cadastro Único (CadÚnico)<sup>3</sup> para os programas sociais do governo federal e de acompanhamento das condicionalidades e de acompanhamento familiar. Além de operarem o bloqueio, desbloqueio e cancelamento do acesso das famílias ao benefício (IPEA, 2007).

O programa também prevê a participação popular como mecanismo de controle e gestão do programa em âmbito local. De acordo com o MDS (2018), através do Censo Suas

---

<sup>3</sup>Cadastro Único para Programas Sociais ou CadÚnico é um instrumento de coleta de dados e informações que objetiva identificar todas as famílias de baixa renda existentes no país para fins de inclusão em programas de assistência social e redistribuição de renda.

de 2017, em 90% dos municípios as instâncias de controle do PBF são os Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS). O restante dos municípios o controle é feito por instâncias novas, criadas especificamente para essa função, ou ficam sob a responsabilidade de outros setores, como educação e saúde (IPEA, 2007).

## **DESENHO DO PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL**

O Governo Federal definiu a regulamentação de um [novo programa social, em novembro de 2021, o Auxílio Brasil](#). Ele substitui o [Bolsa Família](#), regulamentado por lei em 2004 e extinto pela Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto deste ano, a mesma que criou o novo benefício. A versão aprovada pelo Congresso inclui um dispositivo para acabar, ao longo de 2022, com a atual fila de espera pelo benefício.

O auxílio é pago a famílias em situação de extrema pobreza. Famílias em situação de pobreza também podem receber, desde que tenham, entre seus membros, gestantes ou pessoas com menos de 21 anos. As famílias em situação de extrema pobreza são aquelas que possuem renda familiar mensal per capita de até R\$ 105,00; e as em situação de pobreza renda familiar mensal per capita entre R\$ 105,01 e R\$ 210,00. No caso de famílias em situação de pobreza, torna-se obrigatório ter na composição gestantes, mães amamentando ou menores de 21 anos com educação básica completa ou cursando. Ainda há a necessidade de estar com o cadastro atualizado no CadÚnico (cadastro único) para Programas Sociais. A partir de fevereiro de 2022, o valor do benefício é de 400,00 reais.

Há três possibilidades de acesso ao Programa: a família que já tinha o [Bolsa Família](#) será paga automaticamente; a família que está no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), mas não recebia o [Bolsa Família](#) vai para a lista de reserva; e, para família que não está no CadÚnico, é necessário ir até um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) para efetuar o registro, sem garantia de receber.

Para continuar recebendo o Auxílio Brasil, as famílias devem cumprir os seguintes critérios: frequência escolar mensal mínima de 60% para crianças de quatro e cinco anos de idade, e de 75% para beneficiários de seis a 21 anos; calendário de vacinação das crianças

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

atualizado; acompanhamento do estado nutricional de crianças com até sete anos de idade incompletos; e, pré-natal para as gestantes.

## COMPARANDO O BOLSA FAMÍLIA COM O AUXÍLIO BRASIL

A primeira diferença que se pode apontar na comparação entre os dois programas é o número de pessoas atendidas. No Bolsa Família eram cerca 14,5 milhões de famílias beneficiadas, segundo dados do Ministério da Cidadania, em 2020. O número de beneficiários, do Auxílio Brasil, é de 18,02 de milhões de famílias atualmente. Pode-se apontar que houve uma ampliação do número de pessoas que acessam o benefício, porém é necessário analisar e aprofundar os números absolutos.

As medidas neoliberais implementadas no governo Temer (2016-2017), como: Reforma Trabalhista, Reforma do Ensino Médio, Lei do Teto de Gastos, privatizações, dentre outras; e continuadas pelo governo Bolsonaro (Reforma da Previdência, privatizações, etc.), aumentaram o contingente de excluídos. Segundo os dados da FGV Social (2021), quase 28 milhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza no Brasil. A ONG Ponte Social, baseada nos últimos dados do IBGE (2022), afirma que este número é muito maior, pois o país tem 13 milhões de pessoas em pobreza extrema e 39 milhões na situação de pobreza o que dá um total de 52 milhões de excluídos, ou seja, 25% da população brasileira.

A taxa de desemprego no 4º trimestre de 2021, segundo o IBGE, foi 11,1%. A taxa de desalentados, ou seja, pessoa que gostaria de trabalhar, mas desistiu de procurar emprego por acreditar que não conseguiria, foi de 4,8 milhões de pessoas. E a taxa de subutilização da mão de obra foi de 24,3% da população economicamente ativa. Além disso, a inflação em 2021 foi de 10,06% e a prevista para 2022 subiu de 5,5% para 6,5%, segundo o IBGE. Isso associado ao aumento do salário mínimo apenas para repor as perdas com a inflação vem diminuindo o poder de compra dos brasileiros. Todo este cenário contribuiu para o processo de empobrecimento de grandes parcelas da população brasileira, portanto a ampliação do Auxílio Brasil não é suficiente para todas as pessoas que necessitam do benefício para sua sobrevivência material.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Além disso, as condições sociais foram agravadas com a pandemia da COVID-19. Ademais, inserido num contexto de descoordenação federativa, marcado por tentativas de descaracterização da pandemia e de desresponsabilização de seus efeitos por parte do Presidente da República, por repetidas trocas e até pela ausência de um Ministro da Saúde e de transparência na divulgação de dados e de ações coordenadas, exigiu a atuação direta de estados e municípios na adoção de medidas locais, muitas vezes conflituosas, que mudaram e afetam todos os setores da sociedade, adaptando e redefinindo suas formas de atuação. O conflito causado em torno da definição da imagem da pandemia, seus problemas e soluções, provocou mudanças que afetaram não apenas a formação da agenda, alterando as prioridades dos governos no processo de formulação de políticas.

Assim, se avaliarmos os dados disponíveis no site do Ministério da Cidadania pode-se apontar que a ampliação do Auxílio Brasil não atinge os mais vulneráveis socialmente no país. Eram 39 milhões de famílias atendidas pelo Auxílio Emergencial, destas somente 10 milhões que já faziam parte do Bolsa Família e recebiam também o auxílio emergencial, migraram automaticamente para o Auxílio Brasil. As outras 29 milhões de famílias estão completamente desassistidas pelo governo Federal. Além disso, outros 24 milhões de brasileiros que estavam inscritos pelo aplicativo, no Auxílio Emergencial, foram automaticamente excluídos e há 5,3 milhões que estão no cadastro único e, mesmo tendo chance de serem chamados, não foram incluídos no Auxílio Brasil.

Ou seja, mesmo com o aumento de famílias beneficiadas no Auxílio Brasil, as medidas neoliberais e a atuação catastrófica do governo Federal com relação a pandemia da COVID-19, demonstram que a ampliação não é uma medida suficiente para minimizar as desigualdades sociais e possibilitar a melhoria da qualidade de vida da população excluída do país.

Outras questões podem ainda ser apontadas na comparação entre os dois Programas. Por exemplo, o Auxílio Brasil prevê um voucher creche para famílias que comprovem ter atividade remunerada ou emprego, ao invés de focalizar justamente nas que estão desempregadas, subvertendo a lógica do Bolsa Família de combater a extrema pobreza. O programa proposto por Bolsonaro também prevê um benefício de Inclusão Produtiva Rural e de Inclusão Produtiva Urbana, direcionados para trabalhadores rurais e das grandes cidades

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

em atividade. Também traz um auxílio Esporte Escolar, para famílias de atletas, e uma Bolsa de Iniciação Científica Júnior. Neste sentido, a proposta é insatisfatória, na lógica da inclusão social, pois cria categorias de benefícios que dependem de desempenho científico e esportivo que crianças e adolescentes não podem vislumbrar na rede escolar atual.

O Programa Bolsa Família é a transferência pública que mais alcançou a população pobre no Brasil, segundo o IPEA (2019), uma vez que cerca de 70% dos recursos do programa alcançaram os 20% mais pobres, reduzindo a pobreza em 15% e a extrema pobreza em 25%. Ainda segundo este estudo, o Bolsa Família também responde por 10% de redução da desigualdade no Brasil, entre 2001 e 2015. Esse impacto é relevante, tendo em vista o baixo custo do programa, de apenas 0,5% no Produto Interno Bruto (PIB).

Portanto, a fragilização institucional da rede de proteção social que necessita de capilaridade e adesão em diferentes níveis federativos distancia a prestação de demais serviços universais, como os de educação e saúde, da transferência de renda. Isso, em um cenário cujo sucesso do programa Bolsa Família se dava inclusive pelo atrelamento da frequência escolar e vacinação em dia enquanto condicionante para pagamento das mensalidades, retroalimentando a dinâmica de acesso a direitos sociais.

As condições de elegibilidade e patamares de benefícios do Auxílio Brasil não avançam em relação ao Bolsa Família, ficando, ainda, muito distantes de serem capazes de minimizar a questão da pobreza. E o problema mais sério, em relação ao Auxílio Brasil, é sua indefinição sobre os recursos disponíveis para o programa e sua perspectiva de pagamento somente até o fim de 2022 com valores de R\$400. Percebe-se seu caráter de provisoriedade, mas também o fato de não ser uma política de Estado, mas de governo, para atender aos interesses eleitoreiros de Bolsonaro. A necessidade de aprovação de Emendas Constitucionais que permitam contornar o teto de gastos, como no caso dos Precatórios, revelam improvisos de um governo de resultados negativos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pode-se apontar que a atual troca de programas não tem como foco uma atualização, melhora ou correção de problemas que uma iniciativa da dimensão do Bolsa Família pode

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

apresentar, mas, sim, se orienta pela pretensão de acabar um dos principais trunfos atribuídos ao governo Lula. É natural que a memória eleitoral associada ao principal candidato de oposição ao governo incomode a administração de Bolsonaro. O que se esperava, entretanto, era respeito e continuidade das políticas públicas de comprovada eficácia como sinal de maturidade governamental no Brasil.

Se por um lado Bolsonaro liderou e fez crescer movimentos conservadores radicais, sua chegada ao Palácio do Planalto foi afiançada por atores que alegavam serem detentores da representatividade necessária para defender o liberalismo econômico. [Paulo Guedes](#) tornou-se, além de oráculo do Presidente, a caução dessa responsabilidade, já esmorecida pelas perdas em sua equipe e pelos resultados insatisfatórios.

Em 2018, em programa registrado na Justiça Eleitoral, Bolsonaro garantira uma renda mínima a todas as famílias brasileiras. Alegaram que “todas essas ideias, inclusive o Bolsa Família, são inspiradas em pensadores liberais, como Milton Friedman”, guru universal do neoliberalismo. De fato, sua doutrina afirma que, para amenizar a pobreza, é preciso fortalecer o direito de escolha individual, possibilitando que cada pessoa tome suas próprias decisões. O ex-professor da Universidade de Chicago, onde estudou Guedes, sugeriu a criação de um “imposto de renda negativo”, um valor repassado pelo governo aos cidadãos cujos salários fossem menores que o piso de recolhimento de tributos.

Neste ponto, o [Auxílio Brasil](#), criado pelo atual governo sem qualquer diálogo com a vasta comunidade de especialistas em políticas de transferências de renda no país, se distancia de medidas de racionalização do sistema. Pelo contrário: o Auxílio Brasil instituiu nove categorias diferentes de benefícios, dentre os quais aqueles que adotam a lógica meritocrática no esporte e na ciência, inatingível para boa parte das crianças e adolescentes que não dispõem sequer das condições mais básicas para exercerem sua vida escolar. Além disso, cabe destacar o improvisado do programa que tem previsão somente até o fim de 2022.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. *Programas de proteção social e superação da pobreza: concepções e estratégias de intervenção*. 2005, 332f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte.

CASTEL, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

SCOREL, Sarah. *Vidas ao Léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FONTES, Virginia. *Capitalismo, Exclusões e Inclusão Forçada*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 34-58, jul. 1997.

FGV SOCIAL. *Qual foi o impacto da crise sobre a pobreza e a distribuição de renda*. Disponível em: <https://cps.fgv.br/Pobreza-Desigualdade>. Acesso em 03 de abril de 2022.

GOMÀ, Ricard. Processos de Exclusão e Políticas de Inclusão Social: Algumas Reflexões Conceituais. In: CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira e COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz (Org.). *Gestão Social: O que há de novo?* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004.

HIHKELAMMENT, Franz J. Claves de unpensamiento crítico. In: FLORES, Joaquín Herrera (Ed.). *El vuelo de anteo: derechos humanos y crítica de la razón liberal*. México, 1998.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Desemprego*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acessado em 05 de abril de 2022.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. *Políticas Sociais: acompanhamento e análise nº 4*. IPEA: Brasília, 2007. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5607](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5607). Acessado em 5 de março de 2022.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. *Atlas da violência 2018*. IPEA: Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/180604\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2018.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf). Acessado em: 05 de março de 2022.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. *Auxílio Brasil*. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/auxilio-brasil>. Acessado em 05 de abril de 2022.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO. *Censo SUAS 2017: análise dos componentes sistêmicos da política nacional de assistência social*. Brasília, DF:

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

MDS, SAGI; SNAS, 2018. Disponível em:

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Censo%20SUAS%202017.pdf>.

Acessado em: 07 de abril de 2022.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO. *Perguntas frequentes sobre o Bolsa Família*. Brasília. 2019. Disponível em: <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/bolsa-familia>. Acessado em: 07 de abril de 2022.

PONTE SOCIAL. *A Extrema Pobreza*. Disponível em:

[https://www.pontesocial.org.br/?gclid=CjwKCAjwu\\_mSBhAYEiwA5BBmf7SYpYOiJr1NU876PYo2F86YaUMbAAVtjErOejVJYfNETxDnV\\_tFuRoC8gIQAvD\\_BwE](https://www.pontesocial.org.br/?gclid=CjwKCAjwu_mSBhAYEiwA5BBmf7SYpYOiJr1NU876PYo2F86YaUMbAAVtjErOejVJYfNETxDnV_tFuRoC8gIQAvD_BwE). Acessado em 08

de abril de 2022.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Brasília/DF: Editora Ática, 1989.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral

Eixo Temático - Neoliberalismo e o Sucateamento das Políticas Públicas: Aumento das Vulnerabilidades da População Brasileira Frente à Pandemia

### **CRISE SANITÁRIA E OS DILEMAS ORÇAMENTÁRIOS: UMA ANÁLISE DA GESTÃO DA POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA NA PANDEMIA DE COVID-19**

**HEALTH CRISIS AND BUDGET DILEMMAS: AN ANALYSIS OF BUDGET POLICY MANAGEMENT IN THE COVID-19 PANDEMIC**

Janikelle Bessa Oliveira\*

**RESUMO:** O ensaio propõe debater os reflexos da crise sanitária do Covid 19 na política orçamentária brasileira, tendo como cenário uma progressiva estruturação de políticas de ajuste fiscal com a promulgação da Emenda Constitucional 95/2016 que tem como escopo a implementação de um novo regime fiscal que prioriza a austeridade. Desse contexto surge o questionamento central do trabalho: Como se enfrenta uma crise de grande proporção social, de saúde e econômica com mecanismos limitadores da ação pública como os empregados na política orçamentária? Quais medidas foram tomadas no âmbito federal? A perspectiva crítica da análise da orçamentação pública no período pós redemocratização vêm demonstrando uma organização de forças atuantes em prol de redução de recursos para as políticas de seguridade social que são fundamentais na vivência e superação da crise.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crise Sanitária; Covid 19; Política Orçamentária; Austeridade

**ABSTRACT:** The essay proposes to discuss the effects of the Covid 19 health crisis on the Brazilian budgetary policy, against the backdrop of a progressive structuring of fiscal adjustment policies with the enactment of Constitutional Amendment 95/2016, which aims to implement a new fiscal regime that prioritizes austerity. From this context, the central question of the paper arises: How does one face a crisis of great social, health, and economic proportion with limiting mechanisms of public action such as those employed in the budgetary policy? What measures have been taken at the federal level? The critical perspective of the analysis of public budgeting in the post redemocratization period has shown an organization of forces working to reduce resources for social security policies, which are fundamental in living and overcoming the crisis.

**KEYWORDS:** Health Crisis; Covid 19; Budget Policy; Austerity

---

\* Doutoranda em Ciência Política pela Universidade de Brasília-UnB; Professora da sub-área de Políticas Públicas da Unimontes.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## INTRODUÇÃO

O presente ensaio objetiva discutir os reflexos da crise sanitária de Covid 19 na política orçamentária brasileira, tendo como cenário uma progressiva estruturação de políticas de ajuste fiscal com a promulgação da Emenda Constitucional 95/2016 tendo como escopo a implementação de um novo regime fiscal que prioriza a austeridade.

A relação entre recursos públicos e a decisão de aplicação desses recursos envolve mais do que simples direcionamentos por necessidades técnicas, antes apresenta uma condição de jogo de interesses e atores que se organizam para esses interesses. A questão se amplifica quando se traz a problematização do processo de mudança da política orçamentária, desde seu sistema de regramento até comportamentos de coalizões no movimento de reforma e/ou estabilização.

A análise da política orçamentária envolve o reconhecimento da complexidade de formulação e implementação, no sentido, que os grupos de interesse se expressão materialmente na divisão dos recursos para as políticas públicas, e no desenho da própria política orçamentária em seus aspectos técnicos e organizacionais. Alguns estudos na ciência política sobre a orçamentação atrelou a visão de mudança ao movimento incremental (Davis, Dempster, Wildavsky<sup>1</sup> (1964; 1988), seja por conta do custo político de alterações mais profundas, e de constrangimentos histórico institucionais que funcionaria como complemento na equação dos custos políticos.

Esse texto busca, mesmo que inicialmente, discutir o comportamento da orçamentação pública no contexto da pandemia de Covid 19, e as implicações da implementação da austeridade fiscal em condições que impreterivelmente necessitaria de ampliação de gastos. Para isso o ensaio será dividido em dois momentos, o primeiro discutindo o desenho da política orçamentária brasileira e o segundo momento com a análise das decisões orçamentárias durante a pandemia.

---

<sup>1</sup>Estudo sobre o orçamento dos Estados Unidos Politics of the Budgetary Process publicado em 1964 e New Politics of the Budgetary Process publicado em 1988.

## DESENHO DA POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA BRASILEIRA

No constructo da relação despesas e receitas do Estado está a política orçamentária que se postula como elemento importante de equilíbrio também da política econômica. A história do orçamento público desde seu primórdio<sup>2</sup> apresenta divergências de interesses e, portanto, pontos que perpassam por uma relação de construção de consenso e dissenso.

Garcia (2000) afirma que a normatização da política orçamentária brasileira foi influenciada pelo contexto internacional e os movimentos de gerencialismo estatal que apregoavam a necessidade de uma administração pública pautada pela eficiência e ajuste dos gastos públicos. A crise na economia global e a consequente responsabilização do descontrole fiscal dos governos possibilitaram no Brasil o espaço para discussão das reformas do aparelho do Estado<sup>3</sup>, que teria de alterar sua organização de burocrático para gerencial como mecanismo de governabilidade.

A lei nº 4.320/64 pode ser considerada um legado da articulação entre burocratas do DASP<sup>4</sup> (Departamento de Administração e Serviços Públicos) com a Conferência de Contadores do Governo, seu processo de tramitação<sup>5</sup> se estendeu do ano de 1950 com a apresentação do projeto de lei nº 201, de 04 de maio de 1950, com a votação final ocorrendo em 27 de novembro de 1963. O que torna mais marcante da história dessa lei, para além, do seu objetivo de padronizar e consolidar os processos e instrumentos orçamentários, envolve sua permanência durante a ditadura militar e pós democratização com mínimas alterações. (AFONSO, 2016)

---

<sup>2</sup>Para os historiadores o primeiro orçamento público foi negociado em 1217 durante o reinado de João Sem Terra, como mecanismo de controle da tributação da monarquia aos barões da Inglaterra, esse controle foi outorgado na Carta Magna pelo *Common Counsel* (Conselho de Comuns).

<sup>3</sup>No período de 1995 a 1998, durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, a Administração Pública Federal passou pela Reforma Gerencial de 1995, discutido no âmbito do Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado – MARE sob a responsabilidade do ministro Luiz Carlos Bresser Pereira. A reforma se estabeleceu através da promulgação da Emenda Constitucional nº 19/1998, alterando dispositivos da Constituição Federal de 1988.

<sup>4</sup>Departamento criado em 30 de julho de 1938, subordinado à Presidência da República, objetivando aprofundar a reforma administrativa que intencionava a organização e a racionalização do serviço público no país no governo de Getúlio Vargas.

<sup>5</sup>A tramitação do projeto que virou a Lei n. 4320/64, está disponível em: <<http://bit.ly/1cOuM8v>>.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Barcelos (2012) apresenta uma discussão interessante acerca da Lei nº 4.320/64 e classifica os regimes de governança orçamentária balizado no institucionalismo da escolha racional, e nas categorias Governança de recursos comuns de Ostrom (2003). O questionamento central da pesquisa envolveu a estabilidade do marco de regime fiscal que perdura por mais de cinquenta anos, e traz como consideração dessa manutenção os significativos custos políticos para seu processo de mudança.

As mudanças que ocorreram pós Constituição de 1988 conformam um contexto sobre a discricionariedade do processo decisório, com estratégias que tendem entre a ampliação e redução da liberdade do Executivo em alocar os recursos (principalmente as despesas discricionárias), dentre as mudanças pode-se destacar três movimentos atrelados à agenda orçamentária e também macroeconômica: A Desvinculação de Receitas da União – DRU; A Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000; e a Emenda Constitucional nº 95/2016 de Ajuste Fiscal.

A Desvinculação de Receitas da União – DRU surge como Fundo Social de Emergência – FSE<sup>6</sup>, sendo renovado no ano de 1996 com a alteração de sua nomenclatura para Fundo de Estabilização Fiscal<sup>7</sup> perdurando até o ano de 1999. A sua prorrogação com a nomenclatura de Desvinculação de Receitas da União- DRU ocorreu pela Emenda nº 27/2000 e permanece passando por prorrogações como emendas constitucionais transitórias.

A Desvinculação de Receitas da União - DRU surge do esforço de ampliação da discricionariedade do Poder Executivo na alocação de receitas do orçamento, balizado na concepção de rigidez orçamentária construído na Constituição de 1988, principalmente, com as despesas obrigatórias, e receitas vinculadas. Para Giacomoni (2019) o alto grau de inflexibilidade orçamentária fomenta um panorama de reduzida capacidade de intervenção do governo no déficit público, a limitação de despesas discricionárias não responde mais a necessidade de ampliação da margem da atuação do Executivo, por serem poucas e em sua maioria de execução obrigatória.

<sup>6</sup> Instituído pela Emenda Constitucional de Revisão número 1 em 1994.

<sup>7</sup> Emenda Constitucional nº10/1996, disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc/emc10.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc10.htm)

Em consonância com a dinâmica do equilíbrio fiscal proposto pela DRU, surge a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF nº 101/2000 como resultado da articulação de três condições que possibilitaram a formulação e implementação da LRF. Sendo essas condições: o constrangimento internacional, a tensão institucional e consagração normativa possibilitam visualizar a trajetória de eventos que permearam a institucionalização de um regime de disciplina fiscal no orçamento público reconhecidamente rígido.

A agenda de disciplina fiscal que permeia a formulação da LRF, espelha intenções pré-existentes da agenda governamental do Executivo, solidificado pelos acordos internacionais como o estabelecido com o Fundo Monetário Internacional – FMI, atrelado com a participação de atores políticos em espaços de tomada de decisão (Presidência, Ministério da Fazenda, Ministérios do Planejamento, Congresso) partidários da inclusão do ajuste fiscal como política macroeconômica. (ALSTON *et al*, 2010)

A discussão sobre os mecanismos de ajuste fiscal, mesmo após a aprovação da LRF no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002), é retomada com mais afinco no governo de Michel Miguel Elias Temer Lulia (agosto de 2016-2018) através do debate da Emenda Constitucional nº 95/2016<sup>8</sup> de ajuste fiscal. Teixeira *et al* (2012) justifica esse espaço de redução acerca da discussão do ajuste fiscal, por conta da manutenção do tripé macroeconômico: sistemas de metas de inflação, superávits primários e câmbio flutuante, nos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007- 2010).

A condução da política macroeconômica passou por alterações no governo Dilma Vana Rousseff (2011-2014 e 2015 - agosto de 2016) principalmente na relação entre o sistema financeiro e o Estado brasileiro. Bastos (2017) correlaciona a mudança do contexto econômico em seus fatores exógenos (crise financeira global) e fatores endógenos (crise na conciliação de interesses da política econômica) com o processo de descontentamento de atores empresariais e políticos, fatores que influenciaram no processo de Impeachment<sup>9</sup>.

A mudança de um presidente por meio de processo de impeachment, não deixa de produzir uma fissura institucional, mas também, possibilita a abertura da janela de oportunidade

<sup>8</sup> PEC 241/2016. Ver tramitação em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2088351>

<sup>9</sup> Informações adicionais disponíveis em:

<https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?0&codcol=2016&data1=2016-04-26&data2=2016-05-06>

para a mudança da agenda governamental (Kingdon, 2003). Nos quase um ano e meio de presidência de Michel Temer houve a amplificação da agenda fiscal se solidificando na promulgação da Emenda Constitucional nº 95/2016<sup>10</sup>.

A EC nº 95/2016 foca sua atuação na sistematização de um Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e com uma duração de vinte exercícios financeiros (podendo haver revisão em dez anos). O texto coloca um ‘teto de gastos’ das despesas não financeiras<sup>11</sup> quem seguem como parâmetro de para reajuste o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

O movimento de ampliação do regime de controle fiscal tem sido reforçado na eleição de Jair Messias Bolsonaro (2019 - atual) com a proposta capitaneada pelo Ministro da Economia, Paulo Roberto Nunes Guedes, o chamado Plano Brasil Mais<sup>12</sup> que comporta as Propostas de Emenda Constitucional nº 186/2019 e propõe de controle do crescimento das despesas obrigatórias e - de reequilíbrio fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; Propostas de Emenda Constitucional nº 187/2019, propõe a criação de fundos públicos e extinguir aqueles que não forem ratificados por lei. E a Propostas de Emenda Constitucional nº 188/2019 com a proposta de novo pacto federativo.

## **ORÇAMENTO FEDERAL EM TEMPOS DE COVID 19**

O primeiro caso confirmado de coronavírus no mundo aconteceu na província de Hubei, na China, em 1 de dezembro de 2019. Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o mundo estava vivendo uma pandemia global. No Brasil o primeiro

<sup>10</sup> Emenda Constitucional Transitória dispõe sobre Novo Regime Fiscal com validade de vinte anos, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2016/emendaconstitucional-95-15-dezembro-2016-784029-publicacaooriginal-151558-pl.html>

<sup>11</sup> Excetua-se no limite de gastos as seguintes despesas: as transferências constitucionais a Estados, Municípios e Distrito Federal; os créditos extraordinários (abertos por medida provisória para atender despesas urgentes e imprevistas) e as complementações orçamentárias ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Ainda não afeta as despesas da Justiça Eleitoral com as eleições; as despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes do Tesouro Nacional; e outras transferências obrigatórias derivadas de lei, como compensações financeiras oriundas da exploração de recursos minerais

<sup>12</sup> Informações disponíveis em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/plano-mais-brasil>

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

caso de Covid-19 oficialmente confirmado foi no dia 26 de fevereiro de 2020. O panorama dos números em 2022 demonstra como uma crise sanitária na envergadura da Covid 19 (Mais de 500 milhões de casos e 6,21 milhões de mortes)<sup>13</sup>. No Brasil já são mais de 30 milhões de casos positivos e mais de 660 mil óbitos.

Desde o começo da pandemia o governo federal do Brasil tem se mostrado refratário a quaisquer medidas de prevenção do Covid-19. Em inúmeras ocasiões diferentes o presidente Jair Messias Bolsonaro fez declarações minimizando os riscos da pandemia<sup>14</sup>, estimulando o fim das medidas de prevenção e isolamento social<sup>15</sup>, retirando do governo federal a responsabilidade pelo gerenciamento da crise<sup>16</sup> e, até mesmo, estimulando o povo brasileiro a usar medicamentos que não possuem comprovação científica<sup>17</sup>.

Diante desse contexto de crise e de um governo conservador e anti-ciência o campo das políticas públicas se vê diante de novos desafios. De um lado há uma pandemia mundial, que provoca a necessidade de se a desenhar e a implementar políticas públicas e sociais que visem amenizar os efeitos da das múltiplas crises (política, econômica e se saúde) em curso atualmente no Brasil; e de outro lado há um governo federal que além de não gerenciar a crise da forma técnica, busca de diversas maneiras desestimular as ações de combate e prevenção à pandemia de Covid-19.

Somente nos anos de 2020 e 2021 (período mais crítico da pandemia) três ministros da saúde deixaram o cargo por desentendimentos com o presidente. Essa instabilidade no poder e a falta de respaldo por parte do executivo levaram os estados e municípios a tomar a frente no gerenciamento da crise do Covid-19 e evidenciar o choque no federalismo. A decisão do STF em prol do entendimento de competência concorrente a atuação dos Estados e municípios (medida cautelar deferida em março pelo ministro Marco Aurélio na Ação Direta de Inconstitucionalidade-ADI 6341)<sup>18</sup>

<sup>13</sup> Dados in: <https://www.who.int/pt>

<sup>14</sup> <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>

<sup>15</sup> <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/09/18/bolsonaro-chama-isolamento-social-contra-covid-de-conversinha-mole-de-ficar-em-casa.ghtml>

<sup>16</sup> <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-diz-que-funcao-do-governo-na-pandemia-de-coronavirus- apenas-repassar-bilhoes-aos-estados-que-alguns-governadores-ainda-desviam-recursos-24468329>

<sup>17</sup> Vide: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2020-09-16/bolsonaro-volta-a-fazer-propaganda-da-cloroquina-na-posse-de-pazuello-na-saude.html>

<sup>18</sup> Consulta em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=441447&ori=1>

No que concerne a política orçamentária dentro desse panorama de negação das implicações da pandemia como uma crise de saúde, social, econômica. Importante salientar que o processo de aprovação da política orçamentária, o Congresso Nacional promulgou a emenda constitucional que instituiu o chamado Orçamento de Guerra (Emenda Constitucional 106, de 2020, decorrente da PEC 10/2020), no dia sete de maio de 2020.

A proposta da emenda<sup>19</sup> possibilitaria uma flexibilidade nos gastos do governo federal no combate à pandemia de coronavírus, pois separa os gastos com a pandemia do orçamento geral da União. Ainda, cria um regime fiscal extraordinário até o final do ano de 2020, necessário em meio ao encrudescimento da política de ajuste fiscal a partir de 2016 com a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016 com o novo regime fiscal.

A flexibilização de despesas para enfrentamento da pandemia se concentrou na estruturação do Auxílio Emergencial - Decreto nº 10.316 de 7 de abril de 2020 (Tabela 01), ocorreu um movimento mundial em direção a construção de políticas de segurança do trabalho e mais particularmente de assistência social e programas de transferência de renda. Gentilini *et al*, (2020) aponta que esse movimento foi reforçado em mais de cento e cinquenta países e no Brasil através da movimentação da sociedade civil.

**Tabela 01-** Monitoramento dos Gastos da União com Combate à COVID-19 (2020)

<b>Gastos com COVID-19 (R\$ bilhões)</b>	<b>Previsto</b>	<b>Pago</b>
Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	322,00	293,11
Ampliação do Programa Bolsa Família	0,37	0,37
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	51,55	33,50
Auxílio Financeiro aos Estados, Municípios e DF	79,19	78,25
Concessão de Financiamento para Pagamento de Folha Salarial	6,81	6,81
Transferência para a Conta de Desenvolvimento Energético	0,90	0,90
Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito	58,09	58,09
Financiamento da Infraestrutura Turística	5,00	3,08
Programa Emergencial de Acesso a Crédito - Maquininhas	10,00	5,00
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	46,33	42,70
Aquisição de Vacinas e Insumos para Prevenção e Controle	24,51	2,22
<b>Total</b>	<b>604,75</b>	<b>524,02</b>

Fonte: Tesouro Nacional Transparente, 2022

<sup>19</sup> A Emenda suspende temporariamente a chamada cláusula de ouro das finanças públicas prevista no inciso III, do art. 167 da CF, podendo, agora, realizar operações de crédito em montante superior às despesas de capital fixadas no orçamento em curso.

O que pode-se verificar da distribuição dos recursos para enfrentamento da pandemia, é a busca de consolidação de um programa de assistência social que suplantasse a imagem política do programa Bolsa Família (Valor previsto e pago de 0,37 milhões), distante do total de recursos previsto (322 bilhões) e pago (293,11 bilhões)

Verifica-se a baixa previsão de despesas com a relação a compra de vacinas, o que se observa também no discurso presidencial de defesa da cloroquina (medicamento sem comprovação científica)<sup>20</sup> como forma de tratamento da Covid 19.

**Tabela 02-** Monitoramento dos Gastos da União com Combate à COVID-19 (2021)

<b>Gastos com COVID-19 (R\$ bilhões)</b>	<b>Previsto</b>	<b>Pago</b>
Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	68,05	60,58
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	10,67	7,71
Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito	5,00	5,00
Financiamento da Infraestrutura Turística	1,32	0,59
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	32,60	25,77
Aquisição de Vacinas e Insumos para Prevenção e Controle	32,58	21,79
<b>Total</b>	<b>150,21</b>	<b>121,44</b>

Fonte: Tesouro Nacional Transparente, 2022

No ano de 2021 ocorreu uma ampliação das despesas previstas e pagas para a vacina, muito em resposta a possibilidade de responsabilização do Executivo a negligência com o combate a pandemia, e mais especificamente com a negação como política pública. O elemento político de pressão ocorreu com a instauração da CPI da Pandemia<sup>21</sup>, que buscava apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados.

<sup>20</sup> Ricardo Lewandowski, ministro do Supremo Tribunal Federal, determinou a abertura de um inquérito para apurar a conduta de Pazuella na crise sanitária em Manaus.

<sup>21</sup> CPI Instalada em: 27/04/2021

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil nos termos da política de enfrentamento da pandemia de Covid 19, demonstrou problemas de gerência por parte do Executivo Federal e como consequência, do estremecimento do federalismo. Em um contexto de crescente alta no número de casos a nível nacional e internacional, o Brasil permaneceu fazendo poucos testes para diagnosticar o Covid, mas não somente por falta de testes, mas sim por causa da negação da gravidade da crise por parte do governo federal.

Das inúmeras (mas, com certeza, insuficientes), medidas adotadas pelo governo federal em resposta a pandemia mundial de Covid-19, a que teve maior apelo foi a instituição do Auxílio Emergencial através do Decreto nº 10.316 de 7 de abril de 2020. Essa foi uma política pública que produziu efeitos imediatos sobre a população e sobre a economia nacional de forma geral. Entretanto, a construção dessa política pública não foi uma iniciativa do governo federal, assim como o presidente e seus seguidores gostam tanto de afirmar.

Ela surgiu como uma resposta à pressão do ambiente, e a visão das muitas implicações financeiras na vida da população mais carente. A sociedade civil, juntamente com parte do congresso nacional pressionaram o governo para a implementação de uma política pública de assistência social. No início o governo federal propôs um auxílio de 200 reais , mas acabou cedendo o valor de 600 reais por três meses. Com posterior renovação do decreto, reduzindo o valor para 300 reais.

Fora essa medida, que, como já dito, não houve um interesse por parte do executivo em montar um time de especialistas e desenhar uma série de políticas públicas que visassem agir nas quatro dimensões essenciais de combate ao Covid-19: achamento da curva, aumento da capacidade, mitigação e governança. Isso não significa dizer que não há, por parte dos especialistas, iniciativas no sentido de construir formas viáveis de reduzir os danos provocados pela pandemia. Entretanto, em um país federalista com uma característica de políticas públicas centradas na União, como é o caso do Brasil, a construção e implementação de políticas públicas de nível nacional passa, necessariamente pelo crivo do governo federal.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

A inação por parte do Executivo federal refletiu-se na proposta orçamentária nos anos de 2020, 2021 e 2022, com a concentração de recursos no auxílio emergencial e a negação de despesas para vacinas, reforço do Bolsa família e políticas de apoio e segurança ao trabalhador. Mesmo com a aprovação do ‘orçamento de guerra’ em 2020, essa prerrogativa não foi bem aplicada no momento mais drástico da pandemia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALSTON, Lee; MELO, Marcus, MUELLER, Bernardo y PEREIRA, Carlos. *Poder presidencial, asignación del gasto y la Ley de Responsabilidad Fiscal: el caso de Brasil*. In: HALLERBERG, Mark; SCARTASCINI, Carlos; STEIN, Ernesto ¿Quiénes deciden el presupuesto? La economía política del proceso presupuestario en América Latina. Banco Interamericano de Desarrollo y el David Rockefeller Center for Latin American Studies. Harvard University, 2010.

AMES, B. *The reverse coattails effect: local party organization in the 1989 Brazilian presidential election*. American Political Science Review, vol. 88, n° 1, p. 95-111, 1994.

BACHARACH, S. B. e BARATZ, M. S. *Poder e Decisão*. Reproduzido de "Decision and Nondecision: An Analytical Framework". American Political Science Review. V. 58, n.3, pp.632-642, 1963.

BAIAO, Alexandre Lima; COUTO, Cláudio Gonçalves. *A eficácia do pork barrel: a importância de emendas orçamentárias e prefeitos aliados na eleição de deputados*. Opin. Pública, Campinas, v. 23, n. 3, p. 714-753, dez. 2017.

BARONE, L. S. *Eleições, partidos e política orçamentária no Brasil: explorando os efeitos das eleições locais na política nacional*. Tese de Doutorado em Administração Pública e Governo – Eaesp. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.

BEZERRA, M. O. *Políticos, representação política e recursos públicos*. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, vol. 7, n° 15, p. 181-207, jul. 2001.

BITTENCOURT, Fernando M. R. *Relações executivo-legislativo no presidencialismo de coalizão: um quadro de referência para estudos de orçamento e controle*. Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado. Textos para discussão 112, 2012

BRASIL. Secretaria de Orçamento Federal. *Manual técnico de orçamento MTO*. Brasília, 2020.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

CAIDEN, J. 1995a. *Foreword: Aaron Wildavsky*. In: CAIDEN, N.; WHITE, J. (Ed). *Budgeting, policy, politics: An appreciation of Aaron Wildavsky*. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers, 1995.

CAIDEN, N.; WHITE, J. (Ed). *Budgeting, policy, politics: An appreciation of Aaron Wildavsky*. New Brunswick, NJ: Transaction Publishers, 1995.

CORREIA NETO, Celso de Barros. *Os 50 anos da Lei Geral de Orçamentos (Lei n. 4.320/64): o esquecimento da lei orçamentária e do Direito Financeiro no Brasil*. Revista Brasileira de Direito, Passo Fundo, v. 12, n. 1, p. 184-191, jun. 2016.

DIAS, Fernando Álvares Correia. *Desvinculação de Receitas Da União, Gastos Sociais e Ajustes Fiscal*. Consultoria legislativa do senado federal: coordenação de estudos – textos para discussão 39. Brasília, 2008.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. *Incentivos eleitorais, partidos e política orçamentária*. Dados, vol. 45, n° 2, p. 303-344, 2002.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. *Política Orçamentária No Presidencialismo de Coalizão*. FGV Editora, 2008.

FIGUEIREDO, Argelina & LIMONGI, Fernando. *Poder de agenda na democracia brasileira: desempenho do governo no presidencialismo de coalizão*. In: Soares, G. & Rennó, L. *Reforma Política: Lições da história recente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub e LIMONGI, Fernando. *Política Orçamentária no Congresso Nacional: ontem e hoje*. Blog DADOS, 2019 [published Sep 2019]. Available from: <http://dados.iesp.uerj.br/politica-orcamentaria-no-congresso-nacional-ontem-e-hoje/> Garcia, R. C. *A reorganização do processo de planejamento do governo federal: o PPA 2000-2003*. In: Cardoso, J. C; Cunha, A. S. *Planejamento e avaliação de políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2015.

GIACOMONI, J. *Orçamento público*. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIACOMONI, James. *Orçamento Governamental: teoria, sistema, processo*. São Paulo: Atlas, 2019. 326 p.

LEMONS, L. B. S.; RICCI, P. *Individualismo e partidarismo na lógica parlamentar: o antes e o depois das eleições*. In: POWER, T.; ZUCCO, C. (orgs.). *O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

LIMA, Eduardo M. de; VIANA, Priscila R. N. *As relações entre o executivo e o legislativo na elaboração do orçamento brasileiro: considerações sobre a emenda constitucional 86/2015*. In: *Revista de Direito Tributário e Financeiro*. Curitiba, v. 2, n° 2, jul/dez, 2016, p. 199-220.

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

LINDBLOM, C. E. *O processo de Decisão Política*. Brasília: UnB, 1980.

LOWI, T. J. *American business, public policy, case-studies, and political theory*. World Politics, vol. 16, n° 4, p. 677-715, 1964.

LOWI, Theodore J. *Decision Making vs. Policy Making: Toward an antidote for technocracy*. In: Public Administration Review, Vol. 30, No. 3 (May/Jun., 1970), pp. 314-25.

LOWI, Theodore J. *Four Systems of Policy, Politics, and Choice*. Public Administration Review, vol. 32, n° 4, 1972, pp. 298-310.

LYNCH, Julia. *Age in the welfare state: The origins of social spending on pensioners, workers and children*. Cambridge, UK: Cambridge University Press. 2006.

MAINWARING, S. *Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil*. Lua Nova, vols. 28/29, p. 21-74, 1993a.

MAINWARING, S. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Mercado Aberto/FGV, 2001.

MARINS, Mani Tebet et al. *Auxílio Emergencial em tempos de pandemia*. In: Revista Sociedade e Estado [online]. 2021, v. 36, n. 02 [Acessado 22 Abril 2022], pp. 669-692.

MEIRELES, Fernando. *A política distributiva da coalizão*. Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, 2019. (Tese de doutorado)

MELLO, L. H. D. P. *A relação entre os poderes Executivo e Legislativo quanto às emendas individuais ao orçamento*. Especialização em Orçamento Público. Programa do Instituto Serzedello Corrêa, Tribunal de Contas da União, Brasília, 2012.

MELO, Marcos. *Emendas parlamentares*. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima. Reforma política no Brasil. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 197-201.

MENDES, Áquilas Nogueira. *A saúde pública brasileira num universo "sem mundo": a austeridade da Proposta de Emenda Constitucional 241/2016*. Cadernos de Saúde Pública [online]. 2016, v. 32, n. 12

MESQUITA, Lara. *Emendas ao Orçamento e Conexão Eleitoral na Câmara dos Deputados Brasileira*. São Paulo: USP, 2008. (Dissertação de mestrado).

MORGADO, Laerte Ferreira. *O orçamento público e a automação do processo orçamentário*. In: Centro de estudos da consultoria do Senado. Brasília – Textos para discussão 85, fevereiro/2011.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

MUSGRAVE, Richard A. *Teoria das finanças públicas*. São Paulo: Adas, 1974. 2 ed.

NAKAGUMA, Marcos Yamada; BENDER, Siegfried. *A emenda da reeleição e a Lei de Responsabilidade Fiscal: impactos sobre ciclos políticos e performance fiscal dos Estados (1986-2002)*. Econ. Apl., Ribeirão Preto, v. 10, n. 3, p. 377-397, Sept. 2006.

PEREIRA, C.; MUELLER, B. *Comportamento estratégico em presidencialismo de coalizão: as relações entre Executivo e Legislativo na elaboração do orçamento brasileiro*. Dados, vol. 45, n° 2, p. 265-301, 2002.

PETERS, B. G. *The Politics of Bureaucracy*. (fifth edition), London: Routledge, 2001.

PINTO, Elida Graziane. *Novo Regime Fiscal e a mitigação dos pisos de custeio da saúde e educação*. Cadernos de Saúde Pública [online]. 2016, v. 32, n. 12.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Comunicação Oral

Eixo Temático - Neoliberalismo e o Sucateamento das Políticas Públicas: Aumento das Vulnerabilidades da População Brasileira Frente à Pandemia

## **IMPACTOS DAS MEDIDAS DE ISOLAMENTO SOCIAL DA PANDEMIA COVID19 NA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL**

**IMPACTS OF SOCIAL ISOLATION MEASURES OF THE COVID19 PANDEMIC ON  
PUBLIC SAFETY IN BRAZIL**

Sheyla Borges Martins<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo apresentar alguns impactos das medidas de isolamento social na segurança pública no Brasil, sobretudo no que diz respeito à violência armada e a violência doméstica. A partir de um contexto pré-pandemia marcado por intensas desigualdades sociais, busca-se trazer a tona a extensão dos impactos previstos que atingiram dimensões que aparentemente não teriam uma relação direta com uma crise sanitária. Isso exigiu uma mobilização muito maior do que havia sido previsto e o que se viu foi a instalação de diversas “subpandemias”, decorrentes das novas dinâmicas que foram necessárias para a contenção da propagação do vírus.

**PALAVRAS-CHAVE:** isolamento social, violência armada, violência doméstica.

**ABSTRACT:** This work aims to present some impacts of social isolation measures on public security in Brazil, especially with regard to armed violence and domestic violence. From a pre-pandemic context marked by intense social inequalities, we seek to bring to light the extent of the predicted impacts that reached dimensions that apparently would not have a direct relationship with a health crisis. This required a much greater mobilization than had been anticipated and what was seen was the installation of several “sub-pandemics”, resulting from the new dynamics that were necessary to contain the spread of the virus.

**KEYWORDS:** social isolation, armed violence, domestic violence.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Desenvolvimento Social e professora do Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

## INTRODUÇÃO

No ano de 2020 a pandemia COVID19 modificou os modos de vida e causou perdas e traumas incalculáveis por todo o mundo. A maior crise de saúde pública dos últimos tempos coincidiu e exacerbou outras crises que já eram preocupantes mesmo antes da pandemia. Entre elas, destaca-se a crise da segurança pública. Este trabalho tem como objetivo apresentar uma discussão em torno dos impactos das medidas de isolamento social sobre a violência armada e a violência doméstica no Brasil.

Quando a pandemia se espalhou pelo mundo inteiro, diversas preocupações de ordem sanitária, de saúde pública e econômica ocuparam o centro das preocupações de analistas, cientistas e da sociedade em geral. Desde o início das medidas de contenção, materializadas principalmente pelo distanciamento e isolamento social, proliferaram estudos que produziam projeções acerca dos impactos dessa pandemia para as mais diversas dimensões da vida social. Havia a previsão de que diversos segmentos seriam diretamente afetados e várias ações de intervenção deveriam ser viabilizadas para minimizar esses efeitos e possibilitar o planejamento do que seria o contexto pós-pandemia.

O estado de emergência e as medidas de distanciamento social apresentaram dinâmicas e repercussões inéditas no Brasil e no mundo, com impactos significativos não apenas para a saúde pública, mas para as mais diversas dimensões da vida social a curto, médio e longo prazo. Alguns efeitos já puderam ser sentidos nos primeiros meses de pandemia e já são amplamente conhecidos, enquanto outros ainda necessitam de evidências para se demonstrar a extensão do agravamento de questões que já eram problemáticas antes desse contexto.

Isso porque precede à pandemia COVID19, um cenário caracterizado por sérios problemas estruturais, políticos e sociais, consequências do modelo de crescimento econômico registrado no Brasil desde a introdução do modelo neoliberal, com o aumento do déficit público, fato que impediu a capacidade do governo de desenvolver, em todos os níveis, políticas públicas de investimentos em sua economia e em áreas centrais de especialização como saúde, educação, seguridade social, infraestrutura e segurança pública.

O Brasil ainda apresenta consideráveis desigualdades regionais por ser muito concentrado, tanto em termos demográficos quanto econômicos. Além de não ter alcançado

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

grandes avanços na superação das desigualdades regionais, as desigualdades sociais também estão longe de serem superadas. No que tange à segurança pública, a insegurança no nível humano no Brasil, enquanto uma consequência do neoliberalismo, contribuiu para um ambiente propício de crescimento da criminalização e criação de redes de corrupção, comércio de drogas, armas de fogo, etc. Uma espiral descendente de perda de legitimidade, desordem crescente e fragmentação militar que cria o contexto em que as “novas guerras” acontecem.

Efetivamente, o “fracasso do Estado” é acompanhado por uma crescente privatização da violência. Como a maioria da população torna-se empobrecida, a luta pela sobrevivência é explorada pela guerra do crime, que recruta jovens desempregados e empobrecidos a serviço de antagonismos locais. (WACQUANT, 2011). Por isso, o enfraquecimento sistemático da segurança equivale a uma verdadeira globalização da insegurança nacional. De acordo com Wacquant (2003), a escala pura e implacável deste processo demonstra que a ordem econômica internacional, que é baseada no paradigma neoliberal, deve ser fundamentalmente transformada se quisermos que esse processo seja revertido nos interesses da segurança na maioria dos países do mundo (WACQUANT, 2003).

## **O CENÁRIO DA PANDEMIA COVID19**

Com a presença mais marcante de policiais nas ruas, proibição de bebidas alcoólicas em muitas cidades e menor circulação de pessoas, havia de um lado a expectativa de redução de crimes como furtos, roubos, homicídios, entre outros. Para além das preocupações com as medidas ligadas à saúde, aquelas que visavam a garantia da ordem pública constituíam-se como um desafio principalmente na direção de operacionalização de policiamento dos novos regulamentos para garantia dos bloqueios e ações de mitigação dos conflitos que pudessem advir da interrupção das atividades econômicas. A possibilidade de “desordem pública”, obviamente dependia da extensão que a pandemia teria e o quanto as medidas sobrecarregariam não apenas o sistema de saúde, mas todo o processo de produção econômica.

Por outro lado, as posições contrárias ao isolamento e fechamento das atividades como meio de conter o avanço da contaminação do vírus, alegavam que as restrições poderiam produzir um efeito contrário e a alteração do contexto relacionado à segurança pública poderia

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

caminhar no sentido de acentuar os eventos de violência, justamente pelas dificuldades que surgiriam da paralisação de muitas atividades econômicas – principalmente dos serviços não essenciais – e, conseqüentemente, a queda no número de empregos formais e principalmente, dos informais. Alguns cenários de “descontrole social” chegaram a ser pensados pelo governo federal, a partir da preocupação com a possibilidade de ondas de saques e revoltas (NEXO, 2020).

Os crimes contra o patrimônio, no entanto, não confirmaram as previsões do serviço de inteligência do governo federal. As ocorrências de roubos e furtos sofreram quedas nos primeiros meses da pandemia, tendência também verificada em países da Europa e nos Estados Unidos. Por outro lado, os crimes de homicídio, quando não permaneceram estáveis, apresentaram aumento em algumas cidades do país (FBSP, 2021).

Neste contexto, aparece com relevo a questão da violência armada e das mortes decorrentes de intervenções policiais. Além de revelar números alarmantes de ocorrências, esse tema expressa de forma explícita a estrutura de desigualdades sociais sob as quais a sociedade brasileira esta assentada. O perfil das vítimas continua demonstrando que os jovens, pobres, negros e de periferia são super representados nas estatísticas letais. 2020 foi, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o ano em que o número de mortes por intervenções policiais foi o mais alto na história do Brasil (FBSP, 2021), ainda que a circulação de pessoas pelas ruas tenha sido menor em função da pandemia. Foram 6.416 mortes causadas por intervenções policiais, o que retrata o caráter eminentemente reativo das políticas de segurança pública, marcadas pela insuficiência de investimento em inteligência policial e baixo grau de planejamento (ODD, 2021).

Os reflexos dessas políticas recam com força maior sobre as populações mais vulneráveis. Em média quatro a cada cinco pessoas mortas pela polícia no Brasil são negras (78,9%) (FBSP, 2021). De acordo com Vieira (2007) três processos estão associados à essas dinâmicas: num primeiro plano está a imunidade das classes privilegiadas, que incide na atuação mais branda do tratamento que é dado aos indivíduos mais ricos quando da violação de alguma lei; e num segundo plano, um processo paradoxal que primeiro invisibiliza os indivíduos das camadas menos privilegiadas e depois produz a demonização desses indivíduos,

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

que são transformados em “inimigos”, dissociados de humanidade e abaixo da legislação vigente (VIEIRA, 2007).

Com relação às mulheres, as previsões dos especialistas com relação aos efeitos da pandemia, sobretudo para aquelas em situação de pobreza e vulnerabilidade social eram pessimistas e a crise começou a ser vista como um agente de destruição dos avanços alcançados pelas mulheres. Já nos primeiros meses da implementação das medidas de isolamento social, as previsões foram confirmadas e em diversos países as mulheres tiveram seus meios de subsistência colocados em risco, sendo elas as mais afetadas pelos impactos econômicos da covid19.

As mulheres foram empurradas com mais força para fora do emprego formal e aproximadamente 47 milhões de meninas e mulheres foram puxadas para situações de pobreza extrema desde o início da pandemia. Sua carga de trabalho, no entanto, aumentou consideravelmente a começar pela responsabilidade com o cuidado, já que as mulheres representaram 70% da força de trabalho de saúde e assistência social a nível global (ONU, 2020).

A partir do início do segundo semestre de 2020, diversos relatórios começaram a apresentar um cenário de crescimento – considerando o curto espaço de tempo – dos indicadores de vitimização de mulheres na esfera privada: houve aumento nos números tanto das ocorrências de agressão, de denúncia, e um aumento preocupante no número de feminicídio (ALENCAR *et al.*, 2020).

Essa questão não foi uma especificidade do Brasil no período considerado. Por todo o mundo, as estatísticas apontavam a emergência da criação de ações de proteção às mulheres em situação de violência doméstica, que se intensificou na maioria dos países. Trata-se de uma verdadeira “subpandemia”, crescendo em meio a crise do COVID19, demonstrando a necessidade de um esforço coletivo e global para contê-la, já que os serviços de saúde ficaram sobrecarregados com o atendimento dos casos de infectados e os serviços que compõem a rede de proteção e enfrentamento da violência da mulher foram igualmente impactados pela pandemia em sua capacidade de atendimento.

Em situações de isolamento e confinamento durante a pandemia, diversas outras tensões sociais incidem sobre a insegurança financeira das mulheres, exacerbando o controle e

o abuso por parte dos parceiros e inibindo o acionamento dos mecanismos de proteção, já que as vítimas encontram-se privadas de realizar suas tarefas cotidianas para além do ambiente doméstico. Deste modo, é possível compreender como o isolamento social constitui-se como um fator de risco que eleva as probabilidades de ocorrência de violência doméstica.

Dentro do contexto da pandemia COVID19, o isolamento social, uma das principais medidas adotadas para a contenção de transmissão do vírus, cria as condições de aumento de vulnerabilidade das mulheres à vitimização por diversos efeitos que gera (ALENCAR *et al.*, 2020). Os impactos econômicos são os principais desencadeadores das situações de agressão, tanto do ponto de vista da vítima, quanto do agressor. Para o caso das mulheres, destaca-se a maior probabilidade de desemprego como também a sobrecarga de trabalho. A variável “estresse”, decorrente desses efeitos aparece como fator de risco importante, acompanhado do aumento do uso e abuso de álcool e drogas, considerando a dimensão do agressor. Para potencializar a vulnerabilidade causada por esses elementos, as medidas de isolamento incidiram numa redução drástica das ações de enfrentamento (ALENCAR *et al.*, 2020).

No âmbito familiar, as ditas “dinâmicas internas” vão produzir e intensificar os obstáculos no plano material que dificultarão o rompimento das relações abusivas. Isso porque os impactos econômicos, que recaem com maior força sobre as mulheres, são convertidos em vulnerabilidade financeira e dependência econômica, principais obstáculos para que os ciclos de violência sejam interrompidos. As situações de estresse, do mesmo modo, aparecem como incremento, sobretudo através do aumento do consumo de drogas lícitas e ilícitas (ALENCAR *et al.*, 2020).

No contexto de confinamento e isolamento social, a situação de coabitação ou afetividade, portanto, deve ser considerado como fator agravante da violência. Nesses períodos, há o aumento do tempo de convívio entre a vítima e o agressor e a consequente diminuição dos momentos de afastamento que são rotineiros, aumentando o número de conflitos e também a sensação de impunidade do agressor.

Junta-se a isso uma perspectiva analítica de interseccionalidade, em que os marcadores sociais de diferenciação passam a interferir também com mais intensidade no aumento das agressões. Aqui há uma referência notória às questões de raça/cor e de classe social, apontadas como as que mais interferem nas situações de vulnerabilidade. Para se ter uma ideia, o Atlas da

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Violência no Brasil no ano de 2019 verificou um aumento na taxa de homicídios de mulheres negras (29,9%) consideravelmente superior em comparação com as mulheres não negras (1,6%) no coorte temporal 2007-2017. As mulheres vítimas de violência no Brasil são em sua grande maioria negras, de baixa escolaridade e em situações de vulnerabilidade social (IPEA, 2020).

Em se tratando das condições de trabalho, elas estão sujeitas a maior precariedade: a maioria das mulheres que exercem trabalhos domésticos (68,5 %) são negras (IPEA, 2020). Quando a questão é a desigualdade de renda, as mulheres estão expostas às condições que também são agravantes da probabilidade de vitimização. As trabalhadoras que precisam se deslocar correm risco maior de contágio e aumento da dificuldade no cuidado com os filhos e os afazeres domésticos. As que não se deslocam cumprem do isolamento o trabalho, aumentando a extensão da jornada e gerando maior sobrecarga (ALENCAR *et al.*, 2020).

As dinâmicas externas por sua vez, devem ser pensadas a partir das possibilidades de proteção, prevenção e encaminhamento dos casos de violência e neste sentido, a prestação dos serviços fica comprometida, já que toda a rede de apoio já estabelecida também é impactada pelo isolamento social. O resultado é que as dificuldades de acesso às instituições de saúde e de segurança pública aumentam e a impunidade – ou a sensação dela – corroboram para o aumento das ocorrências.

De acordo com o Banco Mundial, isso é substancialmente preocupante em contextos considerados como marcados por “sistemas de saúde e Estado de Direito fracos e que já apresentavam níveis elevados de violência e desigualdade de gênero” (BANCO MUNDIAL, 2020, p. 01). No caso específico do Brasil, no primeiro semestre de 2020, houve um aumento de 22% de ocorrência de feminicídio e 27% nas denúncias, se comparados com o mesmo trimestre do ano de 2019.

Segundo o Banco Mundial, os casos de feminicídio cresceram 22,2% entre março e abril do ano de 2020 em 12 estados do país, comparativamente ao ano de 2019. Registros públicos ainda confirmam queda na abertura de boletins de ocorrência, evidenciando que, ao mesmo tempo em que as mulheres estão mais vulneráveis durante a pandemia, elas têm maior dificuldade para formalizar queixa contra os agressores (BANCO MUNDIAL, 2020). Entre março de 2020 a dezembro de 2021, foram registrados 2.451 feminicídios e 100.398 casos de estupro (FBSP, 2022).

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

Diante desse cenário, a Organização das Nações Unidas – ONU desenvolveu uma campanha voltada para a violência contra as mulheres, visando preveni-la e eliminá-la através de um ponto focal abrangente: ampliar o apelo à ação global no sentido de preencher as lacunas de financiamento para a garantia de serviços essenciais para as vítimas durante a crise do COVID19. Havia também como diretriz da campanha, um apelo para que os países se concentrassem na prevenção e na coleta de dados para subsidiar as melhorias nos serviços de atendimento de meninas e mulheres (ONU, 2020).

Quatro eixos de enfrentamento foram definidos como sendo essenciais, principalmente durante a pandemia. Primeiramente, a urgência do aumento do investimento nos serviços prestados. Neste campo, são três as dimensões que devem ser priorizadas, começando com a manutenção, ou seja, a garantia de funcionamento das ações existentes e posteriormente a sua expansão. Tendo em vista a especificidade do contexto de isolamento, é realçada também a inovação nos serviços para que sejam mais eficazes. Se os impactos econômicos são considerados importantes fatores de vulnerabilidade, o Banco Mundial recomenda também a garantia de renda para as mulheres, além de reforço nas campanhas de conscientização e incentivo às denúncias, tudo isso através de parcerias com a sociedade civil (ALENCAR *et al.*, 2020).

Mas as respostas organizadas em escala mundial variam muito entre os países. Algumas iniciativas foram destacadas nos quatro eixos definidos pelo Banco Mundial, de acordo com as particularidades de cada contexto. Em Portugal, houve a manutenção dos serviços de acolhimento às mulheres vítimas de violência, seguida da ampliação das vagas nos abrigos. Na França, destaca-se a manutenção do atendimento eletrônico para denúncias, funcionando 24 horas por dia. 45 milhões de dólares foram investidos pelos Estados Unidos no programa de prevenção à violência contra a mulher e um plano de contingência para resguardar aquelas que estivessem expostas à violência durante a quarentena foi criado no Chile. Ainda na América do Sul, na Argentina, as mulheres tiveram a garantia de renda durante a pandemia (ALENCAR *et al.*, 2020).

As parcerias com a sociedade civil fizeram surgir iniciativas que se propagaram em escala global. Desde campanhas para utilização de máscaras com sinalização de perigo nas Ilhas Canárias e na Argentina, até treinamento de entregadores no Reino Unido para identificarem

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

sinais de violência. Na Franca, as parcerias foram feitas com as farmácias e mercados que implementaram serviços de aconselhamento durante o atendimento.

No Brasil, destacam-se ações de investimento no incremento tecnológico e recursos financeiros para garantir o funcionamento dos serviços existentes. Do ponto de vista formal, as instâncias responsáveis definiram como prioridade a articulação e coordenação de ações entre poderes e instituições, principalmente através de ações de comunicação, estudos e pesquisas (ALENCAR *et al.*, 2020).

Do ponto de vista da prática, os autores ressaltam que foi no nível local de governo que as ações de prevenção e mitigação da violência doméstica se deram (ALENCAR *et al.*, 2020). Obviamente, houve a continuidade dos serviços prestados, sobretudo pela Rede de Atendimento à Mulher, além de uma campanha do Ministério da Cidadania e da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, visando à conscientização e enfrentamento do problema. Destaca-se também o Programa “Você não está sozinha”, uma parceria entre setor público, sociedade civil e iniciativa privada.

De todo modo, é importante ressaltar que uma melhor compreensão do alcance dessas ações apenas começa a ser vislumbrado. Os apontamentos acerca desse tema esbarram no velho problema dos dados, que também foram impactados pela pandemia em sua produção e divulgação. A exata manifestação do problema da violência doméstica ainda não pôde ser dimensionada, haja vista que se trata de um fenômeno em curso. As pesquisas apenas começam a identificar as mudanças que devem ser mais bem explicadas e compreendidas, e o mesmo acontece com as respostas dadas pelo Estado e pela sociedade em geral.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os altos índices de criminalidade podem ser reconhecidos como limitações da justiça penal, que marcam e mascaram uma falha política. As raízes e as modalidades do enorme impulso da hipercarcerização no Brasil estão na rota dos preceitos do Estado Neoliberal. O aparelho penal é um órgão central do Estado, expressivo de sua soberania e instrumental na imposição de categorias, moldando as relações e os comportamentos através da penetração seletiva do espaço social e físico. A polícia, os tribunais e a prisão não são meros técnicos

28 a 30  
de Abril  
de 2022

# III ENCONTRO NORTE MINEIRO DE SERVIÇO SOCIAL

UNIMONTES | MONTES CLAROS | MG



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

anexos para a execução da ordem legal, mas veículos para a produção política da realidade e para a supervisão de categorias sociais privadas.

O Estado Neoliberal promoveu a ampliação e exaltação do setor penal para que ele possa “controlar” as repercussões sociais causadas pela difusão da insegurança social nos degraus inferiores das classes e hierarquias étnicas. O neoliberalismo propagou uma “cultura de controle”, e difundiu políticas punitivas em ambos os domínios, bem-estar e criminal.

A pandemia trouxe a tona e deu visibilidade às mais diversas desigualdades já existentes, sendo as mulheres mais expostas às situações de vulnerabilidade, as recomendações dos estudos já realizados caminham na mesma direção. É necessário que se tenha claro o que deverá mudar no contexto pós-pandemia e como responderemos juntos a essa necessidade de mudança.

A violência doméstica, problema subjacente a todos às sociedades, está encoberta por diversos processos que vão desde o acesso desigual ao mercado de trabalho, informação, justiça e direitos entre homens e mulheres. A sua magnitude, principalmente por ser praticada por parceiros íntimos, depende de uma série de circunstâncias que variam desde a própria definição de violência até o contexto no qual é medida. Na pandemia, como antes e depois dela, certamente permanecerá oculta em parte considerável dos casos, apesar da visibilidade do tema e da implementação de uma rede de serviços de atendimento.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, L.F.R., **Entre o nacional e o neonacional desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo.** Serviço Social & Sociedade n. 112, out./dez. 2012.

ALVES, C. **Violência Doméstica.** Disponível em:  
<http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2004010.pdf>.

BANCO MUNDIAL. **O Combate à Violência contra a Mulher (VCM) no Brasil em época de COVID-19.** 2020. Disponível em:  
<http://documents1.worldbank.org/curated/en/807641597919037665/pdf/Addressing-Violence-against-Women-VAW-under-COVID-19-in-Brazil.pdf>  
de Janeiro: Revan, 2003.

28 a 30  
de Abril  
de 2022



Revista Serviço Social em Perspectiva  
Volume. 6, Edição Especial, maio de 2022  
Anais do III Encontro Norte Mineiro De Serviço Social

FBP. **Violência contra mulheres em 2021.** Disponível em [violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf](#). Acesso em 02/04/2022.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). **Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19**, ed. 2, 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/06/violencia-domestica-covid-19-ed02-v5.pdf>. Acesso em 05.07.2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). **Atlas da violência 2019**. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: IPEA; FBSP, 2020.

NEXO JORNAL. **Qual o impacto da pandemia nos índices de criminalidade?** Abril, 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/04/14/Qual-o-impacto-da-pandemia-nos-%C3%ADndices-de-criminalidade>. Acesso em 02/04/2022.

OBSERVATORIO DAS DESIGUALDADES. **Alternativas para a redução da letalidade.** <http://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/?p=2089>. Outubro, 2021. Acesso em 02/04/2022.

ONU Mulheres (2020). **Gênero e Covid-19 na América Latina e no Caribe: dimensões de gênero na resposta.** Recuperado de <http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2020/03/ONU>.

VIEIRA, Oscar Vilhena. **A desigualdade e a subversão do Estado de Direito.** Sur – Revista Internacional de Direito Humanos. São Paulo, v. 4, n. 6, p. 28-51, 2007.

WACQUANT, Loic. **As prisões da Miséria.** 2. ed. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.